

UNIVERSIDADE DE LISBOA  
INSTITUTO de CIÊNCIAS SOCIAIS



## 1961 – Sob o viés da imprensa.

Os jornais portugueses, britânicos e franceses na conjuntura da eclosão da guerra  
no império português

Tânia dos Reis Alves

Orientador: Prof. Doutor José Luís de Oliveira Garcia

Tese especialmente elaborada para a obtenção do grau de Doutora em Sociologia  
Especialidade de Cultura, Comunicação e Estilos de Vida

2018



UNIVERSIDADE DE LISBOA  
INSTITUTO de CIÊNCIAS SOCIAIS



## 1961 – Sob o viés da imprensa.

Os jornais portugueses, britânicos e franceses na conjuntura da eclosão da guerra  
no império português  
Tânia dos Reis Alves

Orientador: Prof. Doutor José Luís de Oliveira Garcia

Tese especialmente elaborada para a obtenção do grau de Doutora em Sociologia

Especialidade de Cultura, Comunicação e Estilos de Vida

Júri:

Presidente: Doutora Ana Margarida de Seabra Nunes de Almeida. Investigadora Coordenadora e Presidente do Conselho Científico do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Vogais:

- Doutor Yves Léonard. Professor. Centre d'histoire de Sciences Po, Paris, França.
- Doutor João Miguel Trancoso Vaz Teixeira Lopes. Professor Catedrático. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Doutor Pedro Aires Ribeiro da Cunha Oliveira. Professor Auxiliar. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Nova de Lisboa.
- Doutor José Luís de Oliveira Garcia. Investigador Principal. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, orientador.

Esta tese foi realizada com o apoio da Fundação para a Ciência e Tecnologia, através da atribuição de uma Bolsa de Doutoramento (referência SFRH / BD / 81728 / 2011) financiada por fundos nacionais do Ministério da Educação e Ciência.





**É um império, essa luz que se apaga, ou um pirilampo?**

**Jorge Luís Borges**



### **Agradecimentos**

A concretização desta tese deve muito à orientação atenta do Professor José Luís Garcia, a quem agradeço o rigor exigido, a inspiração constante e a dedicação permanente a esta investigação. Estou-lhe profundamente grata pelo seu empenhamento continuado, pela generosidade da partilha do seu saber, pela confiança que depositou em mim,

Aos meus pais, pelo carinho e paciência que só um amor muito grande pode justificar, e aos meus irmãos, pela cumplicidade e pelas palavras de alento,

Aos meus amigos, pelo incentivo e pela compreensão nos períodos de maior ausência, e em particular ao André Patrocínio, pelo amor fraternal, e ao Roberto Freitas, pelo companheirismo e pela cumplicidade de longa data; à Mafalda Francisco e à Liliana Rodrigues, pelas gargalhadas,

Ao José Manuel, pela paciência imensa e pela disponibilidade demonstrada,

Quero expressar a minha especial gratidão à Filipa Subtil pela fundamental ajuda nesta tese, e mais ainda pelo seu voto de confiança e pela oportunidade que me deu de entrar no universo da investigação. Guardo com muito afeto os seus gestos amigos ao longo destes últimos anos,

À Alexandra Santos, pela solicitude constante, leitura atenta de partes da tese, sugestões e partilha de referências,

À Helena Jerónimo, pela ajuda prestada na fase final deste trabalho,

Ao Professor Francisco Bettencourt, ao Professor Christian Delporte e ao Professor Yves Léonard, por me receberem em reuniões na fase inicial da investigação, de que resultaram conselhos e sugestões que se revelaram cruciais para o rumo que este trabalho veio a tomar,

Aos funcionários dos serviços de informação e documentação da *British Library* e da *Bibliothèque Nationale de France*, pelo acolhimento e orientação fundamental,

À Anabela Ferreira, à Joaquina Cunha e ao João Oliveira, da Hemeroteca de Lisboa, pela amabilidade em todo o processo de consulta e digitalização dos jornais,

Não posso deixar de agradecer à minha instituição de acolhimento, pelas condições que me propiciou para desenvolver o meu trabalho, aos professores e colegas do curso de doutoramento, e à Fundação para a Ciência e Tecnologia por me ter concedido uma bolsa de investigação graças à qual pude realizar esta pesquisa e passar períodos em Paris e em Londres recolhendo o material empírico sem o qual esta tese não seria possível,

À Benedita Roquette, por me ensinar o valor da distração e pelos melhores carinhos do mundo.



### Resumo

Em várias investigações que têm concentrado a sua atenção no chamado colonialismo tardio português, num tempo dominado pela viragem anticolonial do pós-guerra e pela dissolução dos impérios coloniais europeus, é geralmente assumida a importância do novo clima da opinião internacional enquanto fator que terá condicionado a soberania colonial portuguesa. Contudo, as alusões ao que se sugere ser a diferente disposição das opiniões trazida pelos ventos de mudança anticoloniais carecem de fundamentação empírica. A presente pesquisa propõe-se superar o papel marginal muitas vezes consignado aos meios de comunicação e analisar um amplo acervo de artigos de jornais recolhidos da imprensa portuguesa, britânica e francesa sobre a conjuntura de 1961, o *annus horribilis* do Estado Novo. Através de uma abordagem que combina a sociologia, a história, as ciências da comunicação e os estudos de *media* procura-se estudar a situação interna e imperial portuguesa nesse período a partir de um ângulo que privilegia as imbricações entre a imprensa – a sua capacidade para construir acontecimentos mediáticos, as suas formas de agendamento, os seus enquadramentos e linguagem, a sua potência propagandística –, o exercício político do governo de Salazar e as dinâmicas internacionais em matéria colonial e imperial. Como é que um conjunto de episódios que levaram o regime a uma situação limite em redor de um vetor fundamental da sua política tomaram forma na imprensa portuguesa, em plena vigência da censura, e na imprensa britânica e francesa, países onde vigorava a liberdade de imprensa e que tinham iniciado os seus processos de descolonização? A pertinência de um estudo comparativo encontra fundamento na hipótese de a conjuntura de 1961 que conduziu ao deflagrar da guerra em Angola e à queda do Estado Português da Índia ter engendrado textos de sentidos certamente muito distintos. As similitudes e divergências nos textos impressos devem ser pensadas como permeáveis a condições diversas de regime político e às transformações que marcaram as diferentes formações imperiais. Mas o “viés da imprensa”, expressão que integra o título da investigação, remete para a faculdade deste *medium* de modelar os eventos e os conflitos de poder, de condicionar a vida coletiva pelo que torna visível e pelo modo como enforma e deforma informações e conhecimentos, e de constranger diversos atores a algum tipo de acomodação aos seus critérios e ao seu ritmo, quer para tentar usá-los, quer para os controlar. A análise comparativa harmoniza-se com o pressuposto teórico deste estudo: o de que o início do derrube do império português, além de uma história política e militar, é também a história de uma luta do poder político para direcionar o público num âmbito interno e de uma luta obstinada pela opinião internacional.

Palavras-chave: imprensa, viés da imprensa, acontecimento mediático, *agenda-setting*, *media framing*, propaganda, assalto ao Santa Maria, 4 de fevereiro 1961, 15 de março 1961, queda do Estado Português da Índia, Guerra Fria



### Abstract

In the post-war period, with its turn to anticolonialism and the dissolution of European colonial empires, various research projects focussing on so-called late Portuguese colonialism adopted the widespread assumption that the new climate of international opinion was a significant factor affecting Portuguese colonial sovereignty. However, allusions to shifts in opinion reflecting the winds of anticolonial change lack empirical foundation. This research sets out to overcome the marginal role often assigned to the media and to analyse a large collection of newspaper articles from the Portuguese, British and French press on the events of 1961, the *annus horribilis* of the *Estado Novo*. An approach combining sociology, history and communication studies, seeks to study the Portuguese domestic and imperial situation in that period from a perspective which focuses on the interactions of the press – its ability to construct media events, the way it sets agendas, its frameworks, language, and potential for propaganda –, the political practice of the Salazar government, and the dynamics of anticolonialism and internationalism in connection with the Portuguese empire. How did the Portuguese press view a series of episodes which drove the regime to an extreme position in one of its fundamental policy areas, at a time when censorship was in full effect? And how did the press view them in Britain and France, countries where there was freedom of the press and which had already started the process of decolonization? A comparative study is justified on the basis of the assumption that the events of 1961, which led to the outbreak of war in Angola and to the fall of Portuguese India, clearly produced articles which differed substantially in their interpretations of those events. While similarities and differences in press articles should admittedly be seen as being subject to the effects of different political regimes and to the changes undergone by different forms of empire, “the bias of press”, an expression which is part of the title of this dissertation, refers to how easily this medium shapes events and power struggles, conditions public life by that which it reveals and the way it informs and deforms news and knowledge, and constrains the various actors to some type of accommodation with its criteria and its rhythm, in order to try to use or control them. Comparative analysis is in harmony with the theoretical assumption of this study, namely that the context in which the fall of the Portuguese empire was set in motion, besides being a political and military story, was also the story of the political regime’s struggle to mould domestic public opinion and to engage in an obstinate effort to win over international opinion.

Keywords: Press, Bias of Press, Media event, Agenda-setting, Media framing, Propaganda, Hijacking of the *Santa Maria*, 4th February 1961, 15th March 1961, Fall of Portuguese State of India





### Siglas

AFP – Agence France Press

AHU – Arquivo Histórico-Ultramarino (Lisboa)

ANI - Agência Noticiosa de Informação

ANTT – Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo (Lisboa)

AP – Associated Press

CO – Colonial Office

COI – Colonial Office of Information

CONCP - Conferência das Organizações Nacionais das Colónias Portuguesas

DRIL – Diretório Revolucionário Ibérico de Libertação

FLN – Frente de Libertação Nacional (argelina)

FLNA - Frente Nacional de Libertação de Angola

FO – Foreign Office

FRAIN - Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional das Colónias Portuguesas

GNP – Gabinete dos Negócios Políticos

GPRA - Governo Provisório da República da Argélia

MAC – Movimento Anticolonial

MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola

OAS – *Organisation Armée Secrète*

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONU – Organização das Nações Unidas

OUA – Organização da Unidade Africana

PAI - Partido Africano de Independência

PAIGC – Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde

SNI – Secretariado Nacional de Informação

UPA – União dos Povos de Angola

UPNA – União dos Povos do Norte de Angola



Três capítulos desta dissertação foram editados, em parte, noutras publicações. Excertos dos capítulos I e II foram publicados em “O Sentido Fabricado do Início da Guerra em Angola na Imprensa de Lisboa”. 2016. *Jornalismo e a Guerra Colonial*. Torres, Sílvia (ed.) Lisboa: Guerra e Paz, pp. 61-86; excertos do capítulo II foram publicados em “Reporting 4 February 1961 in Angola: The Beginning of the End of the Portuguese Empire”. 2017. *Media and Portuguese Empire*. Garcia, José Luís, Chandrika Kaul, Filipa Subtil, Alexandra Santos (eds). Londres: Palgrave Macmillan, pp. 235-251. Uma parte do capítulo IV foi publicada em co-autoria com José Luís Garcia em «“Para Angola, rapidamente e em força”: a mobilização para a guerra na imprensa portuguesa e o seu debate internacional». 2017. *Salazar, o Estado Novo e os Media*. Garcia, José Luís, Tânia Alves e Yves Léonard. Lisboa: Edições 70. pp.283-326.



## Índice

INTRODUÇÃO .....	1
Formulação do problema, delimitação e justificação do objeto de estudo .....	1
<i>A newstoriography</i> - Para uma valorização do nexó entre história, política e <i>media</i> .....	9
Coordenadas metodológicas .....	16
CAPÍTULO I. O assalto ao Santa Maria como acontecimento mediático .....	27
As primeiras manchetes da Operação Dulcineia na imprensa portuguesa.....	28
A acusação de pirataria, “carril mental” do acontecimento mediático.....	36
A polifonia nos <i>media</i> estrangeiros e a definição da situação do sequestro .....	45
O espetáculo do Santa Maria como antecâmara da luta contra o domínio colonial português.....	51
A ambígua prudência da administração Kennedy: piratas ou combatentes políticos?.....	61
As sequelas do acontecimento mediático: a reputação ferida de Salazar e o futuro do Estado Novo em conjectura.....	75
Notas finais .....	80
CAPÍTULO II. O 4 de fevereiro – Enquadramentos e desenquadramentos estratégicos dos assaltos às cadeias de Luanda .....	83
A revolta de Luanda após a tomada do Santa Maria - uma “estória em continuação” .....	83
O contexto sob a operação de descontextualização.....	93
Entre o governo coercivo e a repressão policial: os assaltos às cadeias contados na imprensa estrangeira.....	102
Luanda pelo <i>framing</i> da tensão racial .....	112
Respondendo às revelações dos correspondentes da imprensa: a encenação da harmonia racial e a expulsão dos repórteres britânicos .....	122
Notas finais .....	135
CAPÍTULO III. Réplicas dos abalos do 4 de fevereiro: os debates na ONU, o 15 de março e a divisão no seio do regime .....	137
A reação aos debates internacionais sobre a questão colonial portuguesa: o palavreado do desenvolvimento de Angola.....	138
O espetáculo do sofrimento e a banalização da noção de terrorismo .....	145
No rescaldo da inscrição da queixa da Libéria na ONU: as notícias de manifestações anti-governo dos EUA em Portugal e Angola .....	160
O terrorismo da UPA e o terrorismo de Estado .....	169
A tentativa de golpe do general Botelho Moniz desvelada pelos correspondentes em Lisboa... ..	176
Notas finais .....	184

CAPÍTULO IV. «Para Angola, rapidamente e em força». Propaganda e performance da administração colonial em tempo de guerra.....	187
A assunção da guerra e o escamoteamento da abrilada.....	188
A ordem de força e a fuga para a frente: os significados atribuídos à remodelação ministerial .	195
A propaganda de mobilização para a guerra.....	202
A “ascensão aos extremos” e a contrapropaganda dos movimentos anticoloniais na imprensa.	217
A revogação do Estatuto do Indigenato e a propaganda da vitória final.....	232
Notas finais.....	243
CAPÍTULO V. O grande drama. Reportando o ocaso do Estado Português da Índia .....	247
A luta pela opinião internacional antes da ação de força .....	248
O drama em cena: a invasão de Goa e a demonização de Nehru.....	259
O debate no Conselho de Segurança e o veto soviético .....	266
Da não-violência à força armada como último recurso: a decisão de Nehru vista pela imprensa estrangeira.....	275
Ecos internacionais da ofensiva militar indiana: a situação crítica da ONU e o vislumbre do crepúsculo de Salazar .....	284
A negação da derrota em Pangim e a ambivalência na relação com os militares: de heróis a bodes expiatórios .....	292
Notas finais .....	302
VII. Conclusão geral .....	305
Bibliografia.....	321
Anexos .....	349

## INTRODUÇÃO

### **Formulação do problema, delimitação e justificação do objeto de estudo**

Em 1961, com frequência designado de *annus horribilis*, confluíram vários sinais, manifestos e latentes, de desgaste do regime do Estado Novo, mergulhando-o num ciclo que, sabe-se hoje, terá como desfecho, 13 anos depois, o seu fim estrepitoso. O turbulento processo decorrido nesse ano foi atravessado por grandes embates, eleitos como eixo temático da presente investigação, e envolveu o conjunto do império português, desde a metrópole às colónias africanas e ao Estado Português da Índia, num quadro de relações internacionais marcado pela Guerra Fria. Tais conflitos que o regime de Salazar teve que enfrentar tiveram origem tanto na frente interna, com as forças de oposição, como na frente externa, em redor do problema colonial, e geraram uma conjuntura que abriu várias possibilidades para o rumo de Portugal e para a sua situação enquanto potência imperial. No entanto, o seu desenlace foi a eclosão de uma guerra, travada, do lado português, pela conservação dos territórios coloniais, conforme à tradição de mais longa duração de uma mentalidade imperial, e também o fim da soberania portuguesa em Goa, Damão e Diu.

Esta investigação apresenta e analisa um amplo acervo de artigos de jornais recolhidos da imprensa portuguesa, britânica e francesa sobre a série de ocorrências que sacudiram o Estado Novo nalguns dos seus princípios fundadores e que viriam a confirmar o carácter co-constitutivo de dois colapsos: o começo do fim do império português e o agudizar do esboroamento do regime. O ano começou com a tomada do navio Santa Maria por um núcleo ligado à candidatura eleitoral de Humberto Delgado em 1958 e por ex-oficiais anteriormente afetos ao regime. Seguiu-se-lhe a entrada em cena da luta armada em Angola, desencadeada a 4 de fevereiro, com a tentativa de assalto a estabelecimentos prisionais em Luanda. Pouco depois, a 15 de março, membros da UPA atacaram fazendas e postos administrativos portugueses no Norte de Angola, num contexto em que a situação em Angola ganhava grande repercussão internacional e se acentuavam as críticas a Portugal na ONU. Paralelamente, um golpe tentado em abril pelo topo da hierarquia militar propunha-se alterar a política colonial do regime, pelo menos para uma posição mais flexível e mais aceitável internacionalmente, depondo e exilando Salazar como último recurso, se este persistisse à margem das crescentes campanhas internacionais a favor da descolonização. Salazar remodelou nessa sequência o governo e difundiu através dos *media* o imperativo de enviar tropas para Angola. Nos meses seguintes, enquanto o debate internacional nos círculos da ONU revelava as reivindicações de independência dos territórios coloniais, um novo episódio veio lançar a discussão sobre a legitimidade do uso da força para aceder à independência: a União Indiana, que ao emancipar-se da soberania britânica em 1947 reclamara os territórios sob administração estrangeira no subcontinente indiano, avançou militarmente, na noite de 17 de dezembro, sobre Goa, Damão e Diu.

No plano internacional, Portugal enfrentava uma nova situação dominada pela viragem anticolonial da política mundial, simbolizada na expressão "ventos de mudança" proferida pelo primeiro-ministro britânico Harold Macmillan num discurso a 13 de fevereiro de 1960 perante o parlamento sul-africano no Cairo. O discurso, que instigava a manter a África do Sul na *Commonwealth* e a mitigar o impacto do *apartheid* de acordo com os interesses na Guerra Fria, não teria provavelmente pretendido firmar um convite a que os nacionalistas africanos pressionassem no sentido da independência (Boyce, 1999: 216). Mas acabou por reconhecer publicamente pela primeira vez a força do movimento anticolonial africano. O enquadramento jurídico internacional revelava-se pouco favorável a Portugal desde o reconhecimento pela ONU, em 1945, no título XI da Carta adotada em São Francisco, de princípios devotados ao desenvolvimento de instituições políticas livres e do autogoverno nos então designados “territórios não autónomos”, levando em consideração as aspirações políticas dos povos em África. Dez anos depois, a Conferência de Bandung, dando continuidade às atividades, estruturas, práticas e culturas transnacionais anticoloniais dos anos de entre-guerras (Manela, 2008; Mazower, 2009; Ballantyne e Burton, 2012), consagrou a emergência do chamado “Terceiro Mundo” como um novo elemento de pressão internacional. Num contexto em que as nações afro-asiáticas ganhavam um lugar cada vez mais importante na ONU e perante o aumento da dominação mundial dos EUA e da URSS, que, cada um a seu modo, se declaravam anticoloniais, a legitimidade da condição de jugo colonial viu-se crescentemente posta em causa. A ratificação pela Assembleia-Geral das Nações Unidas da Resolução 1514 (XV), a 4 de dezembro de 1960, através da qual foi aprovada a Declaração Anticolonialista, veio encerrar uma longa e intensa campanha na ONU para pôr fim a todas as formas de colonialismo. A resolução integrava e reforçava a série de eventos que alteraram profundamente o atlas político mundial, com a escalada das pressões anticoloniais e dos processos de independências africanas, inaugurados, numa segunda fase (Fieldhouse, 1966), pela independência do Sudão Anglo-Egípcio (1956) e pelas do Gana (1957), da Nigéria (1960) e das possessões francesas na África sub-saariana em 1960. Nesse ano, dezassete novos países do continente negro ascenderam à independência – catorze antigas colónias francesas, duas britânicas e uma belga – perfazendo um total de cerca de trinta países africanos independentes. A pressão internacional para a descolonização dos territórios sob controlo português ameaçava então tornar-se numa tormenta.

Em vários estudos que têm concentrado a sua atenção no problema colonial português, confrontado com esta nova ordem internacional do pós-guerra, é comum assumir a importância de alterações pressupostas no clima das opiniões relativas à questão imperial e colonial. A nova conjuntura geopolítica ter-se-ia repercutido na formação de um ambiente ideológico hostil ao colonialismo e à determinação portuguesa em preservar o seu património colonial. No entanto, as alusões ao que se



sugere ser a diferente disposição das opiniões trazida pelo contexto de mudança anticolonial carecem de fundamentação empírica e redundam numa visão simplista, como se as percepções no âmbito público se limitassem a um reflexo das novas condições geopolíticas, ou como se o centramento nas atuações estatais, no complexo das relações internacionais e a pesquisa em fontes arquivísticas diplomáticas fossem suficientes para aceder às prefigurações de um domínio tão intrincado quanto o da formação dos fluxos de opinião. As considerações largamente generalizadas obstam a uma posição que atente a possíveis flutuações em diferentes setores da sociedade e tendem a consignar um lugar residual ao trabalho dos *media* e ao circuito de comunicação implementado por eles, contudo, um dos elementos influentes na constituição desses fluxos de percepção pública.

É com o intuito de suprir tal lacuna neste campo de estudos que a presente investigação se propõe analisar exaustivamente um largo conjunto de artigos de jornais da imprensa portuguesa, britânica e francesa, três países que partilharam a condição comum de comando de grandes impérios, mas cuja situação imperial no dealbar da década de 1960 era distinta. Enquanto a Grã-Bretanha e a França haviam encetado a via da descolonização e introduzido alterações nos seus impérios com o intuito de se sintonizarem em certa medida com os padrões políticos e morais dominantes no pós-guerra, Portugal permanecia obstinado em conservar as suas possessões coloniais e recusava de forma sistemática quaisquer sugestões de aplicar o princípio da autodeterminação aos territórios sob o seu domínio. Na variante portuguesa do mito fundacional comum do colonialismo europeu, o Estado Novo mantinha que a missão colonial portuguesa tinha transformado as dependências africanas em territórios únicos integrados que tinham transcendido as suas origens coloniais. O regime de Salazar foi mesmo mais longe, ligando a sua conceção de identidade nacional portuguesa à tradição imperial dita integracionista de longa data de Portugal, insistindo que falar de exploração colonial e de desigualdade racial não fazia qualquer sentido. Ameaçados pelo momento da descolonização alhures, os meios dirigentes portugueses desenvolveram uma gramática política e legal para justificar a continuação do controlo português de territórios africanos, invocando promover a civilização das populações nativas ao assimilá-las à cultura portuguesa e contrapondo à noção de império um conceito de nação pluricontinental e multirracial, indivisível “do Minho a Timor”.

Todo este esforço dos agentes do Estado Novo para forjar uma aparência de conformidade do seu império com as diretrizes internacionais do pós-guerra, um esforço que não se confinou ao plano das ideias, mas se consubstanciou em políticas e medidas efetivas, indiciam o cuidado e a preocupação do regime com as percepções internacionais. Alguns estudos recentes no âmbito da historiografia, partilhando da conceção de que o processo colonial português deve ser entendido considerando uma escala internacional (Alexandre, 2017; Jerónimo e Monteiro, 2015; Jerónimo e Pinto, 2014; Oliveira, 2007; Keese, 2013), têm vindo a elucidar como o governo português, embora sujeito às

suas pressões e condicionamentos, participou em palcos como a ONU ou a OIT (Monteiro, 2015; Jerónimo e Monteiro, 2014; 2013) com o intuito de integrar os debates em curso, usando-os em seu benefício, e com o fim último de obter reconhecimento internacional. Se é certo que os processos de descolonização iniciados por outras potências europeias e a consagração do direito dos povos à autodeterminação colidiram com a relutância de Salazar em ajustar-se a um mundo em transformação, não é menos acertado afirmar que essa renitência se fez acompanhar de um esforço para projetar uma imagem de conciliação com as dinâmicas gerais de mudança. Numa orientação claramente em contracorrente com os ventos internacionais e com o soçobrar dos impérios coloniais modernos, o regime perseverava numa campanha anacrônica a fim de conservar o seu império. E tentava ao mesmo tempo convencer a arena mundial do não desajustamento da sua condução política e imperial ao novo espírito internacional e dos fundamentos da perpetuidade do seu império. Com base neste enquadramento teórico e analítico, que articula as escalas nacional, internacional e local (iniciativas, ações e lances propagandísticos das sociedades subordinadas ao regime colonial), e inscrita na procura de uma visão de conjunto, a presente investigação propõe-se estudar um dos agentes que, tomando parte nos mecanismos de influência a nível nacional e internacional, tem contudo prevalecido largamente descurado no estudo historiográfico: os meios de comunicação, e, mais concretamente, a imprensa. Devido ao alheamento revelado quanto ao processo descolonizador e à imagem negativa do seu colonialismo na opinião internacional, o Estado Novo debatia-se com o antagonismo de múltiplas forças que abrangiam a ONU, as duas superpotências (EUA e URSS), vários países influentes e os que tinham acedido à independência, diversas ONGs e outras entidades supranacionais. Uma tal situação tinha de ter alguma incidência, e ao mesmo tempo estar sob o influxo do que foi difundido na imprensa portuguesa e também na imprensa britânica, como o demonstra a investigação de Pedro Aires de Oliveira (2007), e na imprensa francesa, que, nesse início da década de 1960, vinha conferindo grande destaque aos assuntos internos e coloniais portugueses (Nunes, 1995; Marcos, 2007).

A pertinência de um estudo comparativo entre a imprensa portuguesa e a imprensa estrangeira encontra fundamento na hipótese de, a propósito da conjuntura que conduziu ao deflagrar da guerra em Angola e à queda do Estado Português da Índia, se terem forjado textos certamente muito distintos, associados a orientações geoestratégicas divergentes e a condições diversas de regime político e de imprensa, e de esses sentidos impressos, constantes ou contrastantes, terem condicionado a situação interna do regime e o seu modelo de atuação no plano imperial. Como é que os eventos que levaram o regime a um ponto limite que abalou um dos vetores fundamentais da sua política tomaram forma na imprensa portuguesa, em plena vigência da censura? E como é que a Grã-Bretanha e a França, com uma orientação mais aberta à descolonização, pesem embora as suas

contradições, reportaram as ações que deram início ao fim conturbado do império português e a incorrigível perseverança colonial do regime de Salazar?

A análise dos jornais tem subjacente o pressuposto metodológico que toma o periódico como um arquivo da realidade informativa e de sentido construída pela imprensa e as notícias como documentos em si. Elas serão submetidas ao crivo da crítica por meio de conceitos do campo da sociologia, das ciências da comunicação e da teoria dos *media* e cruzadas com os estudos da historiografia. Atribui-se aqui primazia aos textos da imprensa, considerando-os não como um mero produto das condições políticas ou históricas envolventes, mas provendo-os de uma centralidade ativa para compreender o desenrolar do processo político em 1961. Não se ignora a importância de entidades influentes, como a ONU, das posições de alguns Estados, das condições geopolíticas e da divisão de poderes à escala internacional no quadro da Guerra Fria, e reconhece-se o valor dos escritos de membros dos governos, portugueses ou estrangeiros, e da correspondência trocada entre diplomatas, igualmente investigada e citada neste trabalho. É, porém, aos jornais que se confere um lugar de primeiro plano. A exploração por este lado alicerça-se na noção de que nos regimes modernos, mesmo nos de feição autoritária, os meios de comunicação têm um papel destacado nos processos de influência social e de luta política. Esta questão entra no domínio de uma das grandes hipóteses teóricas desta tese: a de que mesmo as ações políticas de uma ditadura não podem deixar de ter em conta as correntes de opinião.

A conceção teórica de que partiu esta tese mostrou ser muito fecunda no encontro com o material empírico. O começo da pesquisa, nos arquivos do Ministério dos Negócios Estrangeiros português, marcado pela descoberta de dezenas de *dossiers* contendo recortes de artigos de jornais estrangeiros que os embaixadores portugueses enviavam ao conhecimento do governo, permitiu perceber a importância que o regime de Salazar concedeu às matérias escritas na imprensa estrangeira. Uma tal noção do valor reconhecido pelo regime, da atenção dispensada aos textos lançados por toda a imprensa mundial, foi fundamental para a realização desta investigação. Várias outras correspondências recolhidas testemunham os esforços dos serviços diplomáticos no estrangeiro para influenciar os líderes de opinião e levar os diretores e editores de jornais a publicar matérias a fim de estimular uma imagem favorável do regime político e colonial português e assim afrontar o sentido crítico de muitos outros artigos postos em circulação na imprensa estrangeira. Esta primeira abordagem aos artigos da imprensa estrangeira, a partir dos arquivos diplomáticos portugueses, facultou uma ideia sólida do cuidado do regime com as publicações nos jornais, possibilitou conhecer a notoriedade internacional dos eventos de 1961 e permitiu começar a construir um arquivo de jornais que não cessou de se expandir ao longo do tempo.

As questões teóricas de fundo anteriormente elencadas serviram de fundamento às questões de partida deste estudo. Ainda que submetida a censura, que papel jogou a imprensa portuguesa nos abalos ao domínio imperial do Estado Novo em 1961? Que linguagem foi utilizada no reportar destes eventos? A imprensa portuguesa apresentou um discurso coerente face ao desafio do problema colonial? Que revelam os textos impressos da ideologia e da posição política de Portugal? E na imprensa estrangeira, que lugar ocupou Portugal nas páginas dos jornais neste período? Terá a imprensa internacional reportado esta conjuntura abrindo pistas ou tornando-se porta-voz de outras soluções para o país? Contava Portugal com a complacência de alguns setores da imprensa britânica e francesa? E o que se depreende sobre a atitude do regime face às posições manifestas nessa imprensa estrangeira? É possível identificar pontos de convergência entre a retórica portuguesa e a de outras potências igualmente imbuídas de consciência imperial nos momentos em que cada um destes países viu a sua soberania imperial em xeque? O que a cadência própria dos *media*, propensos à rutura e ao espetáculo, revela da forma como a luta política foi travada?

Uma tal abordagem exige assumir que a conjuntura em estudo teve na imprensa escrita uma importante plataforma de expressão, mas, mais ainda, uma entidade que participou e condicionou o decurso das ocorrências que sobressaltaram o regime e que influenciou de forma decisiva, pelo seu ritmo diário, pela sua forma de agendamento, linguagem e possíveis estereótipos, na moldagem da conceção pública de todo este processo. Um estudo que pretenda considerar as matérias vindas a público no âmbito internacional e a forma como o regime terá eventualmente pretendido responder, contrariar, incentivar, influir o rumo dessas percepções convoca a necessidade de relocalizar o papel dos jornais na história contemporânea. Interessa ressaltar desde já que o objeto deste estudo, focalizado na mensagem dos textos publicados, impossibilita um exercício de reconstituição das estratégias de atuação, de circulação de influências ou dos canais privilegiados pelo regime para se imiscuir no processo informacional. Contudo, o cruzamento com outras investigações permitirá aceder a elementos relevantes a este respeito e assim traçar um panorama mais completo sobre as relações do regime com os meios de comunicação e com a imprensa em particular. Acima de tudo, trata-se de pensar os jornais enquanto agentes dotados de um poder de influência suficientemente forte para ocuparem um papel de relevo na compreensão das lutas políticas travadas no regime, pelo regime, contra o regime e entre o regime e o âmbito público internacional. Esta tese terá, portanto, que atribuir um lugar privilegiado aos textos descobertos nos jornais de modo a permitir averiguar a expressividade, o peso e a dimensão que as ocorrências de 1961 tiveram tanto na imprensa portuguesa quanto na estrangeira.

Se a descrição e análise exaustiva ao sentido dos artigos dos jornais portugueses, britânicos e franceses delimitam o objetivo principal da tese, esta carece de uma razão que a localize no quadro

de uma investigação em ciências sociais. “Viés da imprensa”, expressão que integra o título do presente trabalho, procura enunciar o problema fundamental deste estudo: ela exprime a faculdade da imprensa, na sua condição de meio de comunicação social, de imprimir formas específicas à cultura, aos acontecimentos e aos conflitos de poder. Esta noção inspira-se no conceito de *bias of communication* do economista e historiador da comunicação canadiano Harold Innis (1951) através do qual o autor estabeleceu afinidades e conexões entre as propriedades dos *media* e as configurações da cultura e do poder. Innis procurou demonstrar como os desenvolvimentos nos modos de comunicação moldaram a história política e social do Ocidente e como os impérios moldaram e foram moldados pela natureza da comunicação humana. Reconhecendo que a teorização de Innis, autor cada vez mais considerado nos estudos dos impérios (Briggs e Burke, 2002; Carey, 1992 [1989]; Kaul, 2013 [2006]), aponta para uma especulação em termos de longa duração entre os *media* e a história das sociedades, é sobretudo pertinente para esta tese a sua perspetiva relativamente ao modo como um certo tipo de meios, os meios com capacidade de transmissão à distância, se adequam à contração da geografia física e à direção política centralizada própria dos comandos imperiais e da formação dos grandes mercados. A esse enviesamento espacial da comunicação transmissiva acrescenta-se neste trabalho a sua faculdade de dar forma aos eventos, de os agendar e manter na esfera pública ao longo de um período, de serem veículos de atores políticos e mensagens, de condicionarem a vida coletiva pelo ato, tipo de enquadramento, cadência, linguagem usada e pelo modo de difundir informações e conhecimentos, pelo que tornam visível ou pelo que relegam ao silenciamento. Dada essa influência, os mais diversos atores procuram alguma forma de ajustamento aos seus critérios e ao seu compasso, tentando usá-los ou obstaculizá-los. A imprensa é um meio ao qual o mundo das informações, das opiniões e dos que querem exercer influência social se têm de acomodar ou tentar controlar. A imprensa informa, forma, deforma, e, mais ainda, enforma. Ela seleciona, de entre várias ocorrências, aquelas que à luz dos seus critérios podem vir a obter destaque, a perdurar no tempo e a ser objeto de um tratamento específico. Neste processo em que o evento vai sendo transformado em acontecimento de repercussão pública, o modo e os padrões de ação política (quer do governo, quer dos que se lhe opõem) também se alteram e se sujeitam a adaptar-se às possibilidades e aos constrangimentos abertos pelos *media*.

Sem dúvida, merecedores de atenção da análise sociológica e histórica, não se defende aqui que o estudo da imprensa e da sua textualidade num dado intervalo de tempo se possa sobrepor como fator singular relativamente a outros como as forças sociais, económicas, políticas, militares, diplomáticas, etc. Em coerência, também não se sustenta a subsunção do “social” no “cultural” e não se subscreve a marginalização dos métodos sociológicos pela interpretação literária ou textual. No entanto, pretende-se valorizar a esfera simbólica e cultural, e, no seu interior, a produção

noticiosa como elemento não negligenciável nos processos de luta política e de influência na formação das correntes de opinião. Tal implica olhar a imprensa como uma entidade problemática, como ponto de encontro entre o caos do real, os seus factos brutos e a construção de sentidos sobre os mesmos, como gerador de cultura (Park, 1972 [1904]; Williams, 1993 [1958]; Carey, 1992 [1989]) e não apenas como um meio de simples difusão de informação ou de inculcação de ideias.

Do mesmo modo, importa salientar que embora “1961” conste do título desta tese, e ainda que a organização dos seus capítulos esteja fortemente orientada por uma ideia de sequência, este trabalho não foi pensado com o propósito de retratar cronologicamente os acontecimentos que se sucederam nesse ano. E, acrescente-se, em momento algum desta investigação se procura defender a ideia de estarmos diante de um ano excecionalmente singular, no sentido de pôr de parte os aspetos únicos dos anos precedentes e dos seguintes. Estando centrado no encadeamento de eventos ao longo de 1961, este trabalho não pretende ignorar a relevância da atmosfera precedente de contestação ao domínio colonial português, da expressão de divergências sobre os problemas políticos de fundo no seio das instituições do regime e do adensar dos debates internacionais. A própria noção de acontecimento que cruza esta investigação está longe de se restringir à irrupção das ocorrências, mas faz apelo aos seus antecedentes, ainda que escusando termos causais ou explicativos, ao mesmo tempo que o acontecimento convida a avaliações nos jornais sobre o futuro que ele abre. Não se trata, portanto, de abordar 1961 como data ou baliza temporal, algo que se intenta corroborar com o recurso à noção de “conjuntura”, também ela logo no título, propensa a uma visão do acontecimento que abre para a diacronia, para a duração intermédia, que não exclui os fenómenos políticos, sociais e culturais. Pela exigência de delimitar o objeto de estudo, o ano 1961 revelou-se suficiente tanto em matéria empírica como concetual, permitindo mostrar as características socio-políticas e mediáticas de um processo que depois continuou. Alargar o âmbito temporal traria certamente esclarecimentos analíticos sobre certos acontecimentos, mas no plano conceptual 1961 anuncia ter todos os traços que mostram a forma como a imprensa e o processo político se entrelaçaram profundamente.

Ainda assim, não deixa de ser rigoroso afirmar que 1961, tendo como pano de fundo estas dinâmicas que acentuaram as debilidades de um Estado colonial cada vez mais vulnerável à evolução da situação internacional, mas não devendo ser concebido estritamente como uma sua consequência, testemunhou a formação de uma “tempestade perfeita” (Oliveira, 2014: 90) que abalou tremendamente o regime do Estado Novo e o seu império. A irrupção da guerra em Angola e o fim do Estado Português da Índia, além de concretizar a importância histórica da questão imperial e colonial para Portugal, convida ao mesmo tempo a uma análise sociológica na senda dos estudos da comunicação e *media*, cuja própria génese – interessa sublinhá-lo muito sumariamente – está intrinsecamente ligada à realidade bélica do século XX. Guerra e comunicação é na verdade uma

relação muito estabelecida pelos teóricos, estrategas e estudiosos dos conflitos. É também em redor da guerra que se foram processando mutações na teoria social da comunicação e dos *media*, como bem demonstra o profundo estudo desenvolvido por Filipa Subtil (2015). Várias disciplinas das ciências humanas e sociais têm prestado muita atenção à conexão entre as guerras modernas e os meios de comunicação e salientado o envolvimento estruturante destes últimos no jogo simbólico e político, frisando a necessidade de se outorgar uma atenção especial aos *media* e ao seu poder de influência, persuasão e mobilização para os fins dos Estados.

Ao arrepio destas considerações, nota-se uma carência de trabalhos, na investigação dedicada ao Estado Novo, sobre o papel dos *media* na conjuntura que, em 1961, confluiu na eclosão de uma guerra em Angola e na dissolução de uma parte do império português no Oriente. Interessa por isso analisar como, através da imprensa, o regime de Salazar promoveu a construção de um universo de significado para uma guerra impelida pelo que constituía o âmago do nacionalismo do Estado Novo, a defesa do património colonial da nação portuguesa, concebida enquanto nação imperial. A fabricação de um sentido para o engajamento militar e a importância das dinâmicas de manipulação cognitiva, de influência sobre mentalidades e de coação de comportamentos, colocadas em movimento através dos jornais, são processos que serão examinados criticamente e a partir de uma conceção da política que não a reduz ao seu elemento institucional, isto é, ao Estado e ao regime. A partir da visão que irradia do texto escrito, pretende-se trazer novos componentes para conectar o exercício do domínio político do regime com a transmissão de crenças, imaginários e discursos que conviveram com uma ideologia e tendências reformistas, não desligadas da pressão internacional, embora sem renunciar à defesa dos seus interesses. A apreciação do debate internacional sobre a situação imperial portuguesa, de que a imprensa britânica e francesa, mais do que meio de transmissão, foi também agente dinamizador e participativo, permitirá pensar o estilo discursivo e ideológico difundido nos jornais portugueses e os registos de mudança na administração imperial em articulação com a produção e o sentido das notícias em diferentes setores da imprensa britânica e francesa. E também atentar ao desempenho político do governo português, num momento especialmente crítico para os desígnios imperiais do Estado Novo, colocando-o em linha de continuidade com a ideia, conforme às conclusões de investigações historiográficas recentes, do intento vital do regime de busca de legitimidade imperial internacional.

### ***A newstoriography - Para uma valorização do nexa entre história, política e media***

A relação entre os meios de comunicação e o processo de construção, difusão e manutenção dos impérios coloniais modernos originou um campo de estudo que não tem cessado de se expandir. Este âmbito tem vindo a teorizar as interpenetrações entre os impérios e o fenómeno

comunicacional e a analisar como a formação e conservação dos impérios não prescindiu dos fluxos de informação, imagens e concepções geradas e filtradas nos meios de comunicação, da sua faculdade em quebrar as noções do próximo e do distante, dos seus efeitos de controlo e de propaganda. Vários trabalhos demonstraram que o imperialismo dos finais do século XIX e os processos implicados a nível comercial, social e político foram facilitados por mudanças tecnológicas que estavam concomitantemente a contribuir para a industrialização da imprensa. Foi o caso do império britânico, onde o desenvolvimento de novas tecnologias de impressão e de transmissão de informação e a formação de correspondentes especiais aconteceram em simultâneo com a expansão e consolidação do império (Kaul, 2013 [2006]). A imprensa britânica desempenhou um papel decisivo em alimentar um sentido de *Britishness* como identidade unificadora da Grã-Bretanha e dos seus domínios, que, em conjunto, formariam uma *Greater Britain*. A ideia de uma integração imperial traduziu-se na emergência de um sistema de imprensa imperial no fim do século XIX e no princípio do século XX (Potter, 2003) que fez de Londres o centro a partir do qual o resto do mundo britânico formulava as suas notícias e partilhava a mesma moldura definidora dos eventos. Seguindo esta orientação, uma proliferação de pesquisas tem valorizado as interconexões entre império, comunicação, *media* e propaganda, na esteira da obra de John M. MacKenzie (1984; 2016), e realçado as sinergias entre o jornalismo e a cultura imperial.

Os estudos de Susan Carruthers (1995), centrados na cobertura pela imprensa britânica das chamadas campanhas de contra-insurgência na Palestina, na Malásia, no Quênia e no Chipre, e a série de trabalhos escritos (e organizados [2006; 2013]) por Chandrika Kaul, focando a combinação no *Raj* Britânico ao longo do século XX da força e da coerção militar com os métodos modernos de persuasão, de publicidade e de manipulação dos *media* (2003; 2014) são algumas referências de relevo neste campo, atento ao papel dos meios de comunicação em moldar a representação do império e conformar os arranjos políticos, económicos, sociais e culturais das colónias. No contexto francês, vários trabalhos dedicados à história da imprensa de meados do século XX têm traçado a evolução dos jornais em íntima conexão com as dinâmicas da descolonização francesa. As variações editoriais do *Le Monde* (Jeanneney e Julliard, 1979; Eveno, 2004, 2001; Thibau, 1996) e do *Figaro* (Blandin, 2007; Roche, 2007), pensadas ao ritmo do envolvimento do corpo expedicionário francês em territórios coloniais e em especial com a eclosão da guerra na Argélia são outro exemplo que tem contribuído para romper com uma tendência anterior em que os trabalhos do campo da história imperial, por um lado, e os da história dos *media*, por outro, permaneciam em esferas rigidamente compartimentadas.

No que concerne o império português, uma série cada vez mais numerosa de análises desenvolvidas por um corpo interdisciplinar de historiadores, sociólogos e cientistas da comunicação tem



investigado o complexo de relações recíprocas entre o império português e os *media* ao longo dos séculos XIX e XX com vista a compreender a experiência imperial portuguesa que incorporou os *media* enquanto agentes envolvidos nas lutas políticas, sociais e culturais. A constatação da abundância de literatura atenta aos trânsitos e inter-relações do império português e dos *media* esteve na origem de uma conferência internacional (2013), de que resultou o livro *Media and the Portuguese Empire* (Garcia *et al.*, 2017). Um conjunto significativo de ensaios sobre os meios de comunicação no século XX, desde a rádio (Ribeiro, 2005; 2014; 2017), à imprensa portuguesa (Alves, 2017; Alves e Garcia, 2017; Dias, 1990; Rodrigues, 2011; Silva, 2011) e à imprensa colonial (Ataíde, 2014; Torres, 2012; Nascimento, 2015; Hohlfeldt, 2011) ou ao cinema (Piçarra, 2010; 2013; 2014; Valentim e Costa, 2004; Cunha e Laranjeiro, 2017), tem concorrido para desenvolver uma linha de investigação de sociologia histórica e erguer os alicerces para abordar o âmbito dos *media*, da cultura e das formas simbólicas como um importante pilar do regime e como agente que influenciou na sua ação política e ideológica em questões coloniais e imperiais.

A presente dissertação inscreve-se no rumo desta aproximação que aspira suprir a secundarização a que, na investigação historiográfica do império português, muitas vezes têm sido votados os *media*. O que define este trabalho e o distingue do comum dos trabalhos desenvolvidos no campo da historiografia é o seu caráter interdisciplinar, o seu empenho em analisar um processo histórico a partir de uma abordagem conceitualmente ligada à sociologia da comunicação e aos estudos do jornalismo e dos *media*, e em que os conceitos são aplicados a um acervo empírico considerável de jornais. Não é demais frisar esta questão de fundo, pois é ela que confere a este trabalho o seu caráter original, que o localiza numa problemática científica sociológica, e o diferencia da generalidade dos trabalhos que têm sido produzidos a respeito do período concreto aqui estudado. É uma investigação que não dá conta, porque não podia, da totalidade deste processo, atendendo a todos os atores implicados e a todos os focos de influência. O objeto deste estudo consiste em pensar a imprensa como uma entidade comprometida com a encenação política e como força de mobilização social, mas que ao mesmo tempo se tornou cena de aparecimento de personalidades e ações na esfera da luta política, que deu forma a entendimentos sobre esses eventos e personagens, e alterou radicalmente o modo de representação da autoridade política.

A desvalorização dos *media* nos estudos historiográficos pode ser constatada de forma particularmente evidente nos estudos sobre o império no período abrangido pela vigência do regime do Estado Novo, onde, para lá dos trabalhos anteriormente elencados, os *media*, os seus discursos e textualidades têm sido tão-só concebidos como fontes de informação ou vestígios para a reconstituição de eventos e personagens. Na larga maioria dessa literatura, pressente-se a visão de que o modo mais ajustado de aceder e compreender a evolução do colonialismo português e da

condução política do governo de Salazar para fazer face às transformações às escalas global e local implicaria uma investigação que, embora sem escapar aos textos, pudesse prescindir dos equívocos da desinformação e dos enquadramentos enviesados nos *media* – como se estes não fizessem parte da realidade social e histórica. Um simples espelho do contexto político e dos constrangimentos do Estado Novo, ou um sistema de relações complementares do poder político é, em síntese, este o modo como se tem geralmente considerado os *media* no regime de Salazar. Essa noção alicerça-se num pressuposto que tanto pode lembrar a visão redutora dos meios enquanto detentores de uma função de integração social, como o conceito de um aparelho ideológico de Estado pelo seu papel de supostos auxiliares na manutenção de determinada ordem social. Nessa perspetiva, os *media* existiriam numa relação de cumplicidade para com estratégias governamentais, através de enquadramentos largamente congruentes com os parâmetros oficiais. Um tal entendimento que restringe a comunicação dos *media* no Estado Novo a um modelo transmissivo vertical, indissociável de uma noção estritamente normativa da censura, impede de pensar os jornais como parte de uma relação com o sistema social, político e cultural. E coíbe também de ponderar os jornais como um meio no qual se podem mesclar lógicas de continuidade e de controlo mas também de resistência e de influências sobre o poder político resultantes do próprio processo transmissivo e de difusão de informações e sentidos que excedem uma intencionalidade planificada do regime.

A abertura ou renovação das problemáticas do estudo dos *media* permite complexificar a equação da relação entre Estado Novo, império e *media*, que prevaleceu largamente simplificada pela sua redução a um modelo linear e unidirecional – do regime para os *media* e dos *media* para as audiências – e chamar a atenção para a perspetiva dos *media* enquanto atores políticos e com um impacto próprio noutras estruturas sociais e sobretudo em relação ao sistema político (Garcia, Alves e Léonard, 2017a). A convicção de que os meios de comunicação se tornaram uma importante variável que afeta as instituições políticas ajuda a explicar o recente interesse de investigadores em política comparada nas instituições de *media*, que até então tendiam a ignorar. Sem dúvida, importa não perder de vista os condicionamentos que cercearam a liberdade dos *media* em Portugal no período em questão. Todavia, interessa igualmente não pensar a imprensa e os textos publicados como uma força passivamente subordinada e meramente instrumentalizada às orientações do regime. Quer isto dizer que se, enquanto processo social, a comunicação deve ser perspetivada não como um simples nexos funcional do mundo social – aceção própria de uma noção mecanicista muito redutora – mas antes na sua dinâmica de criação, manutenção e alteração desse mundo, também para o campo político se afigura necessário pensar a comunicação como sendo muito mais do que um mero elo operante do sistema político. Este olhar sobre as potencialidades comunicacionais da política exige sublinhar como o exercício político, vendo-se atravessado por

técnicas e práticas de comunicação modernas, se reorganizou, pelo menos nesses meados do século XX, em torno das novas regras de funcionamento do campo mediático. A passagem a um repertório que concebe os meios de comunicação como o novo *theatrum* onde a representação do poder político se sucede, remetendo para as analogias entre a arte do governo e a arte da cena (Balandier, 1992), traduz-se na proposição de um enquadramento epistemológico que atende necessariamente à capacidade dos *media* de darem forma às ações políticas, de se envolverem eles mesmos no engajamento social, na mobilização política e na criação de emoções à escala nacional. O ato e o modo de reportar dos *media* não se limita a usar formas simbólicas que trazem a realidade à experiência humana, ou a dar conta do que está na realidade social e política, como se eles mantivessem com ela uma relação de exterioridade, qual epifenómeno. Os jornais dão forma aos eventos, mesmo quando os deformam, dão-lhes sentido, e esse sentido influi nas percepções públicas e modela as lutas políticas. Por isso, este trabalho traz em si a noção de que fazer a história do processo político de 1961 exige não deixar de parte a história da construção simbólica desses eventos, onde os meios de comunicação jogam um papel decisivo.

O objetivo deste trabalho de considerar as imbricações entre imprensa, Estado Novo e império colonial português segue um enquadramento teórico e metodológico que John Theobald (2004) designou de *newstoriography*, um derivativo do termo “historiografia” aplicado ao âmbito dos *media* e das notícias, no cerne do qual se descobre a problemática da escrita da história. Esta analogia vislumbra-se tanto mais exequível quando se supera o reducionismo que assimila os conteúdos veiculados nos meios de comunicação ao plano das representações para passar a considerar a relevância dos *media* como entidades constituintes e implicadas no processo político, social e cultural, na sua condição de lugar de informação, de mediação política e social, intermediação cultural, e constituição de um imaginário coletivo e de correntes de opinião. As lutas pelas agendas, a propaganda, as desinformações, as retóricas, as imagens, os *framings*, os acontecimentos mediáticos são, concomitantemente, percebidos como acontecimentos históricos e não apenas fontes dos fenómenos históricos. Embora a realidade histórica não se resuma à visibilidade mediática, não deixa de ser rigoroso assinalar que a percepção pública dos ambientes locais, nacionais e globais depende substancialmente de acumulações das estórias<sup>1</sup> construídas nos

---

<sup>1</sup> No *Grande Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, “estória”, cuja etimologia tem origem na palavra inglesa “story”, tem como primeiro significado o mesmo que “História”; este termo, por sua vez, aparece na mesma fonte como uma palavra polissémica, embora o seu primeiro significado assome como o de conjunto de conhecimentos relativos ao passado da humanidade, segundo o lugar, a época e o ponto de vista escolhido. Mas já o segundo significado de “estória” surge como uma “narrativa de cunho popular e tradicional”, o que é similar ao inglês “story” fixada entre os séculos XIII-XV, com o sentido de descrição de eventos ou pessoas, em prosa ou verso, fictícia ou não, com o objetivo de instruir e/ou divertir o ouvinte ou o ouvinte. Em inglês, o termo “story” diferencia-se correntemente dos principais significados do inglês “History” que, com o significado dos eventos que aconteceram no passado, se apresenta frequentemente com a inicial maiúscula. O entendimento que aqui se adota no uso do termo “estória” respeita a ideia de W.B. Gallie (1964) de

*media*, pelo que a realidade simbólica é em parte a realidade que as notícias dão a ver, qual “janela para o mundo”, para recordar os termos de Gaye Tuchman (1978).

Assim, o processo de início da guerra no império colonial português, objeto de leituras muito diversificadas e de luta ideológica muito acesa, será pensado nesta investigação sempre em articulação com a cobertura da imprensa e com o sentido dos textos. Não se procura aqui reconstituir os eventos, mas analisá-los a partir da sua vocação e da sua construção enquanto acontecimentos mediáticos, que não se confunde com o acontecimento histórico, ainda que exista uma relação entre um e outro, desde logo porque a realidade política e histórica está profundamente enformada pela ação dos *media*, pela irrupção dos acontecimentos mediáticos e pelos processos de modelação dos enquadramentos. Toda a análise dos principais episódios de 1961 está sempre ancorada naquilo que os jornais portugueses e estrangeiros escreveram, na sua forma de reportar os eventos e nas análises que foram sendo publicadas. É indubitável que outros acontecimentos além dos aqui analisados terão marcado a história das lutas anticoloniais e pela independência dos territórios, embora eles não tenham ficado inscritos nos critérios mediáticos das impensas. Não se pretende com esta observação – volte a frisar-se – restringir todo este processo político às lutas manifestas nos *media*, porém vale a pena insistir no argumento de que compreender esta conjuntura implica analisar o processo mediático e a composição da agenda das impensas, tanto ao nível nacional como internacional, já que parte destes processos decorreu no plano internacional.

Reconhece-se, no entanto, que o desempenho dos *media* e a estrutura básica das rotinas de produção da organização jornalística são tendencialmente pensados como opostos à natureza e aspirações dos estudos historiográficos. Com efeito, a ontologia dos *media* e do jornalismo repousa na ação de reportar a mudança trazida pelos eventos que irrompem. Não obstante essa propensão dos *media* para a lógica do imediato e da rutura, é possível afirmar que as notícias geram uma “zona destemporalizada” (Woolf, 2001) que autoriza a romper com a ideia da notícia como estando encerrada no tempo da sua emergência, passando a ser concebida como uma fonte com validade para compreender o desenrolar das lutas políticas e dos enredos dos próprios eventos. A análise do produto do trabalho dos *media* em termos de agendamento e configuração dos eventos e da codificação do seu sentido permite um regresso ao passado. Essa análise implica ainda pensar os meios de comunicação e a perceção pública como agentes a não descurar se se aspirar a uma história enquanto ciência das sociedades humanas. Entregando-se através do trabalho criador do intérprete, a produção historiográfica resultaria de uma construção que envolve a retrospeção no

---

que “se não há estória, não há história”, pretendendo esta frase sustentar que é necessária uma combinação entre narrativa e análise para dar conta quer dos grandes acontecimentos, dos acontecimentos identificados em datas reconhecíveis, quer das meras contingências ou aparentes casualidades.

presente do historiador e o papel ativo deste na escolha e organização da história. Essa construção do fio condutor da história não deve ignorar a forma como os *media* apresentam realidades e participam na construção da memória, individual e coletiva, nem os fenómenos de desinformação, distorção e mentira que perpassam os meios de comunicação e que são parte integrante do processo histórico e político. Tal como o acontecimento histórico é, num certo sentido, construído pelo historiador (Bloch, 1998 [1955]), também o processo noticioso nos *media* resulta da ação diferenciadora da atividade de produção da notícia; cabe ao jornalismo eleger os incidentes, os episódios e os eventos e determinar o que é notícia, um papel que se consubstancia na mediação de factos, discursos e problemas. Mas mais do que referenciar factos e ocorrências, a particularidade dos discursos produzidos pelo trabalho dos jornalistas prende-se com a circunstância, enfatizada por José Luís Garcia (2009a: 70-71), de esse discurso ser forçosamente um novo facto, um “facto jornalístico”, a que estão ligados, explica o autor, «valores ilocutórios, que acontecem “ao dizerem-se”, e perlocutórios, ou seja, que produzem qualquer coisa “pelo facto de” dizerem, devido ao fazer jornalístico como provedor da notoriedade, a qual induz, por sua vez, novos acontecimentos».

O papel subalterno que tem sido consignado aos meios de comunicação, quer pelo sentido do tempo comportado pelas notícias, quer pelo carácter truncado de uma imprensa sujeita a censura, obsta a uma valorização desses meios em duas vertentes distintas: enquanto fontes de informação, permitindo um exercício de rememoração de ocorrências, personagens e ideologias, e enquanto atores políticos com uma tal influência no âmbito público, político e diplomático que o estudo historiográfico fica incompleto se a eles não atender. Em suma, e de acordo com a proposta da *newstoriography*, este estudo aponta uma mudança no registo analítico face à imprensa: não se trata apenas de perscrutar a história na imprensa, e sim de apreciar o papel da imprensa na história.

Ressoando o conceito legado pela aplicação da sociofenomenologia (Berger e Luckmann, 2004 [1985]) ao domínio da teoria dos *media* (Schutz, 1955, 1967) e dos estudos do jornalismo (Tuchamn, 1978; Grossi, 1985), a *newstoriography* assenta no postulado epistemológico da fusão entre a condição representativa e criativa dos *media*. Ela acentua o seu papel em construir, manter, reparar e transformar a realidade política e social, rompendo com o entendimento dos *media* confinado a um exercício de registo ou de mero relato do que emerge fora do seu domínio, uma noção que se repercute na consideração, igualmente limitadora, do jornalista como um simples testemunho-mediador, supostamente fora do jogo social. Este ramo combinado de estudos sugere que a génese do sentido comum dos atos sociais exige, na sociedade contemporânea, o reconhecimento da ação dos *media* e da produção das notícias, conceptualizada como co-criadora da realidade simbólica. Como corolário desta perspetiva, a imprensa é aqui considerada um – sublinhe-se um – fator de análise, compreensão e explicação do mundo social e histórico do Portugal de 1961.

### Coordenadas metodológicas

Tendo como pano de fundo o desaire dos impérios coloniais modernos e o clima da Guerra Fria, a conjuntura da eclosão da guerra em Angola e do fim do Estado Português da Índia foi sujeita a uma estratégia metodológica em que se começou por constituir um arquivo, tão vasto quanto possível, de notícias, reportagens e editoriais coligidos dos jornais portugueses, britânicos e franceses. A escolha dos sistemas de imprensa era possível de ser muito alargada, pois o fenómeno da opinião internacional concernente o império colonial português abrangia desde o continente africano aos países não-alinhados, os blocos comunistas URSS e China, a social-democracia da Escandinávia, os EUA, o Brasil, o Vaticano, ou as potências europeias escolhidas. O critério de seleção consistiu em privilegiar dois países europeus com passado imperial relevante e com um sistema de imprensa de grande influência mundial. Apesar das diferenças de configuração imperial e dos processos de descolonização – diferenças que não foi possível nem particularmente pertinente desenvolver – a escolha recaiu sobre as analogias em termos de nacionalismo imperial que ligaram estes três países. Os artigos coligidos serão analisados segundo um olhar hermenêutico e por meio de conceitos do campo da sociologia, das ciências da comunicação e da teoria dos *media* e dos estudos da historiografia. Se este estudo não segue uma metodologia pré-estabelecida com parâmetros de análise rigorosamente definidos é porque se assume que uma tal esquematização não se compatibiliza com a orientação deste trabalho, comprometido com a compreensão do sentido dos textos, assumindo que nele estão inscritos não apenas conteúdos, informações e dados, mas também uma significação, a qual não é suscetível de ser apreendida por procedimentos quantitativos ou subordinada a categorias estritas pré-definidas. Considera-se que uma certa idolatria do método deixaria de parte uma certa ambivalência e até mesmo incerteza que faz a riqueza do sentido do texto. Um tal modelo rigorosamente estabelecido também não se adequaria ao objetivo mais vasto de pensar a atuação da imprensa na definição do agendamento e na construção socio-simbólica dos eventos e de a conceber como parte integrante dos mecanismos de influência pública, nacional e internacionalmente, concernente as políticas internas e imperiais do governo português na fase final do domínio imperial português.

A metodologia aqui proposta assenta numa base empírica forte, resultante da análise de um corpo sólido e volumoso de notícias coligidas de diversos jornais do ano 1961 – e numa consulta mais fortuita dos anos adjacentes –, que se traduzirá de forma clara nos momentos mais descritivos que se estenderão muitas vezes por várias páginas de cada capítulo. A descrição e transcrição de passagens consideradas significativas e reveladoras do sentido que perpassa os textos em análise manifesta-se imprescindível. Trata-se, e sendo coerentes com o propósito norteador desta pesquisa, de conferir às publicações dos jornais o lugar primacial na apresentação da conjuntura que pautou a eclosão da

guerra em Angola e a perda dos enclaves de Goa, Damão e Diu. Esta proposta só é exequível se se considerar o texto que se lê, o texto que foi lido, vendo nele uma produção onde se cruzam e imiscuem várias influências, desde os atores políticos, e no caso português o regime de Salazar e o aparelho da censura, passando pelos jornalistas e pelo jornal, com o seu posicionamento editorial, as suas rotinas de produção e a composição das redações, e completando-se no leitor. No confronto entre imprensa portuguesa e estrangeira, procura-se que seja o diálogo entre os diferentes textos a trazer à evidência as diferenças e as similitudes, de forma a evitar encaminhar ostensivamente a análise para as deformações ou deturpações ou silenciamentos e para evitar cair na tendência de acusações de mentira derivada da ideologia.

O estudo deve atender ao lugar que cada notícia ocupa na economia diária dos jornais e analisar as informações veiculadas e o sentido dos textos, a linguagem usada nos títulos, nos *leads* e no corpo das notícias, a importância das sequências e repetições, os padrões de seleção, apresentação, denominação e de exclusão que organizam as matérias publicadas bem como o valor das imagens que as acompanham. Há, portanto, uma dimensão semântica na análise. Porém, pretendeu-se evitar as limitações de uma análise do discurso, que com frequência incorre numa visão demasiado textual, dir-se-ia mesmo anti-real, da realidade política e social. Este estudo colheu uma influência mais significativa da abordagem conhecida como análise crítica do discurso, que enfatiza a utilidade de articular o texto com o contexto socio-histórico e político da sua produção. Assume-se, todavia, que os textos são capazes de produzir sentidos fora do contexto em que foram produzidos.<sup>2</sup> Esta ideia subjaz à noção de uma autonomia semântica do texto, a qual permite que o seu sentido seja atualizado, mesmo em diferentes épocas e por diferentes recetores (Gadamer, 1996). De qualquer forma, interessa destacá-lo uma vez mais, esta não é uma análise do discurso. É sim um trabalho inspirado na tradição hermenêutica, ligada à problemática da interpretação do sentido do texto. Vários fatores interferem no sentido do texto – do emissor ao leitor, do meio ou canal ao código, da situação à mensagem. E sabe-se que o sentido do texto implica um confronto entre o texto e o leitor, estando o texto em certa medida aberto até ao momento da sua receção. Note-se, no entanto, que a questão da receção dos textos, bem como a dos emissores e do canal, não será abordada neste trabalho, cujo enfoque na mensagem torna inexecutável empreender um estudo que ambicione pensar os efeitos do texto nos leitores, na sociedade ou nas instâncias políticas. Por outro lado, o facto de se reconhecer o poder de descodificação e negociação do sentido com o leitor não invalida que haja um sentido imanente que guia o texto no momento da sua publicação. Esse sentido será analisado,

---

<sup>2</sup> Sobre o debate acerca da importância do contexto no processo de análise dos textos ver introdução da dissertação de doutoramento de A. Santos (2011) e o confronto proposto de posições entre Quentin Skinner, Paul Ricoeur e Gadamer.

conforme referido anteriormente, por aspectos do discurso e pela forma como as notícias se encontram organizadas e estruturadas, pelo que elas incluem e pelo que elas excluem.

A identificação e a compreensão desses efeitos de inclusão e exclusão nos textos noticiosos demanda um cuidado de inscrever o texto nas condições gerais da sua produção e beneficia do olhar comparativo entre os diferentes jornais.<sup>3</sup> Sobre o fundamento de confrontar sistemas de imprensa tão distintos, interessa começar por defender a validade de estudar os textos de uma imprensa sujeita à ação da censura. E retomar a ideia de que os textos publicados na imprensa portuguesa constituem uma unidade de análise na medida em que foram esses textos que, independentemente do que foi cortado ou do que não foi dito, saíram a público e terão condicionado a formação das opiniões. Restringir o trabalho dos jornais à ação da censura é negligenciar a importância do que ficou nos textos e do que esse material impresso permite pensar acerca da sociedade na qual ele foi produzido e da sociedade para a qual foi produzido. A mentira, a deturpação de sentido, a ocultação de acontecimentos, os exageros, o uso tendencioso da linguagem são o que se considera ser também socialmente significativo e que não deve ser afastado da análise historiográfica pelo seu efeito deformador. Pelo contrário, trata-se de valorizar a imagem da realidade construída por esses textos.

A comparação torna viável uma análise crítica e mais informada dos textos publicados na imprensa portuguesa. Metodologicamente, o confronto com o trabalho noticioso da imprensa internacional permitirá facultar outros enquadramentos mediáticos, desbloquear significados emprestados aos eventos em estudo que de outro modo ficariam ocultos e até desvendar acontecimentos que foram silenciados na imprensa portuguesa. O olhar comparativo pode contribuir para melhor identificar as formas de encenação discursiva, o que Patrick Charaudeau (2005) designou de “semiologia da produção”, operadas pelas instâncias de enunciação. E permitirá dar conta do não-dito, dos interditos linguísticos, do implícito, das deformações, dos enganos e das mentiras que terão perpassado a imprensa portuguesa, e auscultar outros actores envolvidos, possibilitando valorizar a ação dos movimentos nacionalistas anticoloniais, e assim compor o jogo de informação-contrainformação, propaganda-contrapropaganda disputado pelas partes em conflito. Uma abordagem que abrange vários sistemas de imprensa tem a pertinência de oferecer outros conceitos e enquadramentos que tornam possível evitar reproduzir apenas as fraseologias e as concepções utilizadas em situação colonial e que um estudo confinado à imprensa portuguesa e à ideologia imperial promovida pelo regime de Salazar correria o risco de reificar.

É plausível ponderar que a imprensa estrangeira, pelas condições democráticas e de liberdade de expressão e de imprensa, auferiu de mais condições para reportar outros enquadramentos e para

---

<sup>3</sup> As potencialidades do âmbito comparativo na abertura de novas questões de fundo foram destacadas em Arquembourg, Lochard, Merceire, 2006; Cohen e O'Connor, 2004; Welskopp, 2004; Petruszewicz, 2004; Frederickson, 1996.



fornecer uma informação mais livre. Mas não se pretende, com este perímetro comparativo, estabelecer uma dicotomia em que se impute à imprensa britânica e francesa, atuando no quadro de uma democracia representativa e de um regime de liberdade de expressão e de imprensa, o condão da “verdade”, por contraponto ao trabalho da imprensa portuguesa, constrangida pela vigência da censura e pelas restrições ditadas por um regime de tipo autoritário. Da mesma forma que o viés da imprensa que consta do título desta tese não se refere apenas à imprensa portuguesa, mas designa igualmente a imprensa estrangeira. Arredados de um preconceito dualista, assume-se que todos os sistemas de imprensa condicionaram e influenciaram o decorrer das lutas políticas e que sobre todos os textos incidiram influências diversas e distorções, nuns casos mais coercivos e manifestos, noutros mais subtis, insidiosos e dissimulados (Oliveira, 1988; Chomsky, 2002).

Mais importante ainda, a análise da imprensa estrangeira ajusta-se ao enquadramento teórico desta tese, que concebe o início do desmoronamento do império português como um processo indissociável das pressões internacionais que recaíam sobre o governo e o modelo imperial de Salazar e da emergência de movimentos de libertação. Assumindo que o fim do império colonial e o despertar das lutas de libertação em África não foi uma realidade estritamente nacional nem esteve isenta da influência desses mesmos fenómenos experimentados por outras potências, a centralidade das lutas políticas que irromperam ao longo de 1961 impõe que se preste atenção à inserção de Portugal no plano internacional e à relevância deste no que diz respeito à realidade nacional. Ao sensibilizar para as similitudes mas também para as divergências do sentido dos textos publicados nos diversos jornais, a presente pesquisa propiciará uma reflexão sobre a condução da política interna e da administração imperial portuguesa a partir dos textos da imprensa portuguesa e tomando os artigos da imprensa estrangeira como uma instância de escrutínio externo. Propõe-se então uma superação do nacionalismo metodológico, um rompimento com o centramento nas definições nacionais, que privilegia ora o poder do regime ora o contrapoder das afirmações anticoloniais, para passar a perspetivar de uma forma mais ampla a força da dimensão internacional. O estudo comparativo afigura-se uma forma de estudar a série de eventos e a própria ação do regime e a sua resposta a esses eventos inscrevendo-a e articulando-a com o sentido dos textos publicados na imprensa, abrindo para um entendimento que pondera a ação política à luz do fenómeno das perceções internacionais. A análise dos textos publicados na imprensa estrangeira permitirá pensar criticamente a questão colonial portuguesa num período internacionalmente marcado pela condenação do colonialismo e pelo apelo afro-asiático ao dismantelamento dos impérios modernos. O exercício de comparação de sistemas de imprensa tão distintos, para ser rigoroso e não cair em esquematismos ingénuos, exige que, na análise dos textos, se tenha presente a condição de estarmos perante regimes políticos e de imprensa completamente distintos. Essa consciência é fundamental e

impõe conhecer as condições de produção do texto, sem cair no exagero de pensar o texto como consequência do contexto. Não se pretende restringir a interpretação a uma tarefa de contextualização, como se o texto se limitasse a um reflexo das condições da sua criação. Justifica-se assim que, embora o alinhamento editorial dos jornais seja um aspeto a considerar, não se lhe atribua grande saliência neste trabalho, por se considerar que o texto não traduz necessariamente nem se compreende apenas pelo posicionamento do jornal.

Em segundo lugar, o exercício comparativo deve ser acompanhado de uma diferenciação do que se prevê serem os efeitos potenciais destas imprensas, uma demarcação que pode ser feita desde logo conceptualmente, distinguindo a influência da propaganda. Entende-se que o poder de influência da imprensa, na esfera política e no domínio social e cultural, é uma noção transversal a todos os sistemas de imprensa. O conceito de influência, tal como surgiu no contexto da reavaliação da teoria dos efeitos limitados e que percorre a sociologia americana e a teoria crítica europeia, reenvia para o erro fundamental de ver os efeitos dos *media* sob o ponto de vista da sua capacidade persuasiva a curto prazo e aponta para um poder que se exerce de diversas maneiras, diretas e indiretas, mais ou menos subtis, com efeitos a longo prazo, e que decorre da capacidade simbólica para condicionar a opinião, para distribuir os conhecimentos coletivos e para formas de construção da realidade social. Por mais que este poder de influência seja extensivo a todas as imprensas, o alcance que se pretendia da imprensa portuguesa dificilmente poderá ser concebido pelo conceito de influência, como se depreende da existência da censura como parte de um dispositivo em que ela se associa à propaganda. O efeito visado pela imprensa portuguesa remete para uma mobilização da informação que serve o propósito de enquadrar a opinião.

Por fim, o exercício de comparação ganha profundidade e consistência quando se recorre a uma história cruzada, que permite descentrar a análise da imprensa de uma relação com o poder político ao procurar inscrever ou compreender os textos numa perspetiva mais ampla, que atende ao nexos entre a política e os *media* mas também aos elos *media*-ideologia, abarcando o papel das ideologias imperiais. A análise comparada fornecerá elementos para ponderar o inter-relacionamento na cobertura mediática de eventos históricos e políticos comuns a várias potências europeias. A *cross history* surge por isso como uma perspetiva de aplicação plausível para, sempre que assim se afigurar oportuno, rememorar, com base na historiografia já existente, o modo como a imprensa britânica e a francesa narraram a emergência das lutas nacionalistas anticoloniais nos seus respetivos impérios. Esse cruzamento estimula a superar as narrativas monolíticas e a precaver as formulações maniqueístas que restringem a compreensão dos textos da imprensa aos contextos políticos subjacentes, como se a “palavra manipulada” (Breton, 1997) fosse o apanágio exclusivo de uma imprensa sob o controlo de regimes de cariz autoritário.

Não será redundante chamar novamente a atenção, a propósito da fundamentação deste exercício de confronto dos textos publicados, para o facto de esta tese não se limitar a fazer arquivo de notícias ou a analisar conteúdos das notícias. Esta tese procura interpretar o papel da imprensa, não só através do que ela diz ou não diz, dos enquadramentos, da linguagem, mas também pela forma como ela se imiscui nas lutas em análise, partindo da noção sociológica dos *media* como construtores, em certa medida, da realidade simbólica e política, já que eles chegam a organizar a luta política, agendam certos processos políticos e os transformam em acontecimentos mediáticos e influem na constituição de correntes de opinião. Dito isto, interessa não cair no relativismo extremo de assumir que estamos perante sistemas de imprensa distintos e que todos os discursos são construídos. A compreensão do texto, embora podendo beneficiar da abordagem comparativa, pede mais elementos de contexto, da situação de cada um dos eventos e da biografia dos personagens. Os estudos historiográficos trarão um contributo de grande relevo ao permitir um conhecimento mais fundamentado e uma maior destreza na identificação dos modos de construção e manipulação dos enquadramentos nos jornais. Aos estudos historiográficos acrescenta-se a pesquisa documental em arquivos diplomáticos. As correspondências diplomáticas serão referenciadas sempre que atestem o fundamento deste trabalho ou reforcem o seu argumento de base, demonstrando o cuidado do regime em monitorizar o que era publicado no estrangeiro e as diligências dos serviços diplomáticos portugueses em refrear o criticismo internacional e influenciar o sentido das publicações. Os telegramas recolhidos terão por vezes o estatuto de fonte, quando contêm testemunhos que ajudam a descortinar o processo de construção dos textos nos jornais. Mas nem os estudos historiográficos nem a pesquisa arquivística são o componente central deste trabalho. A tarefa prioritária da investigação coube sempre à recolha e análise da imprensa e foi nesse sentido que a pesquisa foi canalizada.

Devido aos vários episódios importantes ao longo de 1961 e à abundância de material empírico, a análise tem como fonte apenas a imprensa, embora se reconheça a importância da rádio e da televisão, tanto no contexto nacional como no internacional. Mesmo no caso da imprensa, o critério na escolha de jornais obedeceu à diversidade política e ideológica mas não pôde ser suficientemente esmiuçado. Revela-se inviável cobrir sensibilidades ideológicas que numa análise mais aprofundada de cada um dos episódios poderiam ter pertença, como seria, no caso francês, a relevância da imprensa comunista, como o *L'Humanité*, de setores da direita maurassiana que se mantinha influentes ou da imprensa admiradora de Salazar, como *Le Jour de France*, ou a visão crítica da revista *Esprit*, fundada por Emmanuel Mounier. A seleção dos jornais não pôde, portanto, ser deveras particular nas componentes ideológicas. Pelas mesmas razões, não se afigurou exequível

uma análise ou um mapeamento da organização do campo da imprensa, nem a delimitação de homologias entre esse campo da imprensa e o campo político.

No âmbito português, serão analisados jornais generalistas de Lisboa que eram ideologicamente próximos do regime, como os matutinos *O Século* e o *Diário de Notícias*, e jornais com uma orientação distanciada ou mesmo crítica do Estado Novo, como os vespertinos *Diário de Lisboa* e *República*. O *Diário de Notícias* tinha-se destacado, na década de 1930, pela publicação de grandes entrevistas de António Ferro com estadistas e personalidades europeias, entre os quais Mussolini, Hitler, Primo de Rivera e Salazar. Daí em diante, sob a direção de Augusto de Castro, comissário-geral da Exposição do Mundo Português, o *Diário de Notícias* manteve uma linha de subserviência ao regime, tendendo a ser considerado, entre os diários portugueses de maior tiragem, o que mais fielmente traduzia as orientações governamentais. *O Século* teve um percurso mais sinuoso, procurando direcionar-se aos mais diversos públicos, um objetivo desvelado na divisa que passou a ostentar no seu cabeçalho – “o jornal de maior circulação em Portugal”. No contexto que antecedeu a imposição da ditadura militar, o jornal deixou entender um apoio ao regime, mas ao longo dos anos seguintes, viria a revelar alguns indícios de ambiguidade face à sua continuidade. Se toda a imprensa diária se via na necessidade de acatar as diretivas do Estado Novo, sob o custo de serem silenciados, alguma imprensa vespertina era, porém, composta por um número substancial de jornalistas considerados oposicionistas ao regime (Silveira, 2011; Correia e Baptista, 2010), que imprimiam a esses jornais um rumo não consentâneo com a orientação do Estado Novo. No *Diário de Lisboa*, de Norberto Lopes e Mário Neves, os sentimentos republicanos da maioria da redação impuseram uma linha suavemente crítica que se foi tornando mais consistente, com o jornal a expressar frequentemente os pontos de vista da oposição democrática. O *República*, de Carvalho Duarte e mais tarde Raul Rego, destacado protagonista do ideário liberal e laico do 5 de outubro, deu grande cobertura à candidatura de Humberto Delgado nas eleições presidenciais de 1958 e assumiu muitas vezes uma postura de clara distância com iniciativas de caráter estatal, dando maior relevo aos noticiários estrangeiros recebidos através de agências noticiosas (Lemos, 2006).

Entre a imprensa britânica, e seguindo o mesmo critério de diferenciação dos perfis dos jornais, será dado grande relevo ao jornal de cariz conservador *Daily Telegraph*, aos jornais liberais de esquerda *Guardian* e *Observer* e ao liberal independente *The Times*. Ainda que a imprensa da Grã-Bretanha, localizada nos trâmites do chamado modelo liberal dos *media* (Hallin e Mancini, 2010 [2004]), possa ser, em traços gerais, caracterizada por um domínio relativo dos mecanismos de mercado e dos *media* comerciais, por uma forte profissionalização do jornalismo e pelo predomínio de um jornalismo orientado para a informação, seria errado estabelecer uma dicotomia muito marcada entre uma imprensa comercial e uma politizada, já que os *media* comerciais coexistem por vezes

com outros mais enraizados no mundo da política. As ligações formais entre a estrutura do sistema de *media* e as do sistema de partido, o que Seymond-Ure (1991) designou por “paralelismo partido-imprensa”, sofreram uma forte erosão no pós-segunda guerra (Koss, 1981; Heren, 1992), o que não invalida que os jornais apresentem tendências políticas gerais. A acompanhar estas mudanças e o aumento de vendas dos jornais no período em estudo, verificaram-se alterações nos padrões de propriedade, associada a uma maior concentração da imprensa e à ascensão de proprietários empreendedores, corporizada nos anos 1950-1960 pela afirmação de Roy Thomson e de Cecil King, empenhados em fazer dos jornais um negócio (Murdock e Golding, 1978; Williams, 2010).

Entre a imprensa francesa, onde a tradição de uma imprensa politizada foi reforçada pela experiência da Libertação, os principais diários de Paris aqui analisados refletem um largo espectro de tendências políticas, com o *Le Monde* a representar o centro-esquerda e o *Figaro* o centro-direita. Contrariamente aos homólogos anglo-saxónicos, os jornalistas franceses são herdeiros de um sistema de valores que privilegia o sentido crítico à atualidade e a independência da informação (Delporte, 1995). O *Figaro*, dirigido por Pierre Brisson, ultrapassava os 390.000 exemplares em 1958 (Guillauma, 1990: 45). O jornal contou com grandes nomes da literatura e da política (Georges Sand, Emond Rostand, Marcel Proust, Emile Zola, Raymond Aron, Colette, Paul Claudel) e com um conjunto de colaboradores de cunho vincadamente anticomunista. Destacou-se como um grande jornal de informação, dedicado à análise da vida política interna e à cobertura da atualidade internacional, tendo enviado os seus repórteres para todo o mundo. No início dos anos 1960, o *Figaro* apoiou o movimento para a independência da Argélia, afastando-se de uma parte do seu público leitor favorável à Argélia francesa (Roche, 2007).

Analisar-se-á também com especial saliência o *Le Monde*, um dos jornais de maior prestígio internacional, conhecido pela prática de um jornalismo de estilo sóbrio, e um dos de maior circulação, com uma tiragem que excedia os 200 000 exemplares em 1956 (Thibau, 1996). O jornal evidenciou-se pela defesa da liberdade e dos valores democráticos, pela sua posição fundamentalmente anticomunista que se mesclou a um certo antiamericanismo e pela expressão, a partir dos finais da década de 1950, de escolhas políticas favoráveis à descolonização e à construção europeia (Eveno, 2001). Reconhecido como jornal de excelência das categorias dirigentes, dos diplomados do ensino superior e dos estudantes, o *Le Monde* afirmou-se pela qualidade e o caráter sério da maioria dos seus artigos, normalmente sem fotografias, e pela importância da sua paginação que lhe permitiu dar conta de forma detalhada da atualidade de inúmeros países. A independência redatorial,<sup>4</sup> estabelecida desde os primeiros anos e simbolizada na primeira sociedade de redatores

---

<sup>4</sup> A máxima da independência face ao Estado é perceptível nas palavras do diretor, Beuve Méry, numa conferência em maio de 1956: “Ce que je préconisais, c’était de faire un journal de référence qui devait garder sa distance et sa rigueur à

surgida em 1951, permaneceu a imagem de marca do jornal, particularmente afirmada durante a Guerra Fria e a guerra da Indochina, assegurando-lhe uma legitimidade que tornou o jornal insubstituível no panorama mediático e político francês (Eveno, 2004). Para além dos principais jornais britânicos e franceses elencados, serão analisados outros jornais de acordo com a relevância do material recolhido durante o processo de levantamento das peças jornalísticas.

De acordo com o legado da tradição hermenêutica, interessa não perder de vista a relação entre os textos e as condições da sua escrita, o que implica atentar às características e orientações editoriais de cada jornal, às relações entre o sistema de imprensa e o respetivo sistema político, e não descurar a situação interna, a circunstância imperial e a particularidade dos processos em curso de descolonização dos três países cujas imprensas são aqui analisadas. A análise fundamentada do sentido dos textos publicados na imprensa estrangeira sobre uma conjuntura em que era evidente o desfasamento de Portugal da mudança anticolonial na política internacional envolve considerar o fim do domínio formal europeu no continente africano sem o subsumir a uma perspetiva que associe as formas de governo na Europa com os desfechos das dinâmicas descolonizadoras na África. Seria errado caracterizar a transferência de poder nas colónias britânicas ou francesas da África ocidental como lineares ou pacíficas. Sejam quais forem as suas diferenças, os processos de descolonização foram muito marcados pela contingência (Thomas, 2014; Stockwell, 2008: 275) e certamente não foram indiferentes às especificidades dos territórios e projectos de nacionalismo colonial e à evolução e modelação das correntes de opinião.

Quer a França quer a Grã-Bretanha, no pós-segunda guerra, se propuseram a alterar as relações políticas, conscientes de que o novo contexto internacional impunha uma mutação de fundo nas formas de justificação do domínio imperial, mas sentiram as contradições entre as forças tendentes ao fim do controlo político sobre territórios coloniais e a necessidade de mobilizar recursos coloniais para sustentar o seu poder internacional (Jackson, 2010). Até ao início dos anos 1960, a maioria das potências coloniais europeias procurou, em larga medida, reformar para preservar (Thompson, 2008, Hyam, 2010) e ensaiou formas de resistência à descolonização: a mesma França que, em 1958, negociou um plebiscito com as colónias da África ocidental e equatorial sobre a sua manutenção na chamada União Francesa, envolveu-se durante oito anos (1954-1962) numa guerra contra a independência da Argélia liderada pelo *Front de Libération Nationale* (FLN); o governo inglês, em 1951, enquanto negociava com Kwame N'krumah, líder do *Convention People's Party*, a sua libertação e passagem a primeiro-ministro na Costa do Ouro, futuro Gana, nomeou um missionário britânico como representante dos quenianos e prendeu Jomo Kenyatta, além de ter

---

l'égard de tout ce qui se passait, avec l'obligation de dire ce qu'on pense même si ce n'est pas ce qu'en attendent les lecteurs" (Poulet, 2003: 101).

sustentado campanhas militares no Quênia (1952-1960), na Palestina (1944-1947), na Malásia (1948-1960) e no Chipre (1955-1959); a expedição militar franco-britânica contra o Egito do Presidente Nasser, em finais de 1956, na sequência da nacionalização da Companhia do Canal do Suez, assinalou também a disposição em usar a força na defesa dos interesses britânicos e franceses. A análise comparada dos conteúdos da imprensa não deve prescindir de atentar a estas diferentes experiências do fenómeno imperial e colonial europeu. Ela instiga a desvendar as conexões linguísticas no modo como esses eventos foram reportados, destrinchando através delas os vínculos culturais e as estruturas de pensamento que podem ter ligado estas três imprensas e influenciado a produção dos seus textos.

Através deste trabalho de captação interpretativa de sentido, de modo algum se trata de obter um sentido “exato” ou “correto”. Diferentemente, entende-se que toda a análise de texto toma este último como um espaço de sentidos possíveis, completados apenas no momento da receção, melhor dito, das várias possibilidades de receção, e que não se furtam do “círculo hermenêutico” da dupla interpretação, em que o investigador providencia uma interpretação das interpretações de outros. Esta questão é tanto mais pertinente em relação à imprensa portuguesa, onde a intenção do texto poderá situar-se não no nível da disponibilidade semântica manifesta, explícita da matéria publicada, mas antes no domínio do não expresso, do reprimido, do não dito. O acesso ao sentido das publicações exige que se olhe o texto atendendo às suas contradições e ambiguidades, provocando a emergência do sentido latente, não aparente, dos enunciados, indagando o que é dito explicitamente mas também o que é sugerido pelo posicionamento das notícias no espaço do jornal e o que é deixado nas entrelinhas ou insinuado nos implícitos, nos duplos sentidos e no efeito polifónico da linguagem (Bakhtine, 1977). Ao fazê-lo, espera-se também potenciar novos elementos para pensar a censura neste período do Estado Novo, ressaltando que não é unicamente na matéria suprimida ou no corte do “lápiz azul” que ela se manifesta. As notícias publicadas, longe de traduzirem necessariamente as intenções de quem as escreve, comportam em si mesmas a marca inexorável da sua condição de censuradas, ao mesmo tempo que encerram em si os sintomas das possíveis tentativas de resistência ensaiadas nos jornais. Importa por isso averiguar como a censura deformou os relatos dos acontecimentos, mas também como ela os enformou.

Por mais que este estudo mostre, por descrição exaustiva, os conteúdos e sentidos dos textos publicados, é preciso reconhecer a impossibilidade de ele abarcar uma avaliação dos efeitos ou da eficácia dos textos publicados nos recetores, lembrando que o seu significado é um processo em aberto. Do mesmo modo, a ênfase atribuída ao texto dos jornais impede de considerar, com a relevância devida, os jornalistas. É certo que um estudo mais rigoroso da história e da vivência subjetiva destes jornalistas, um interesse manifesto na profusão de entrevistas recolhidas e

compiladas em publicações recentes (Correia e Baptista, 2010; Rebelo, 2011), e que poderia ser complementado pelo recurso a obras de cunho memorialista dadas à estampa pelos próprios jornalistas, pode contribuir para evitar juízos simplificadores ou uniformizantes que atribuam indiferentemente aos jornalistas portugueses a etiqueta de cúmplices do regime. Algumas entrevistas que se considerou pertinente realizar no âmbito desta investigação a jornalistas da imprensa da época (António Borga, Batista Bastos, Carlos Veiga Pereira, José Carlos Vasconcelos, Mário Zambujal) ou a protagonistas de ações antissalazaristas em análise (Camilo Mortágua) facultaram informações importantes do contexto em que atuaram os jornalistas e dos condicionamentos a que estiveram sujeitos. As entrevistas aos jornalistas não serão contudo explicitamente citadas neste trabalho, pois não se pretende com esta investigação estudar os jornalistas enquanto produtores de notícias nem atender aos seus sistemas de valores e de representações, ao imaginário coletivo ou à ideologia dos jornalistas. Um estudo do perfil dos jornalistas que escreveram as peças em análise escapa aos objetivos e ao âmbito de exequibilidade desta investigação. Nalgumas situações, a autoria de um texto publicado instigará a breves apontamentos ao percurso biográfico do jornalista, um trabalho que, contudo, não foi possível estender para englobar a totalidade dos profissionais identificados nas peças publicadas. Não será, apesar disso, infundado ponderar que este trabalho poderá contribuir, em parte, para a história da imprensa e do jornalismo português durante o Estado Novo, facultando análises que permitam colocar em evidência os esforços de persuasão enquadrados pela orientação ideológica do regime e também as tentativas de resistência travadas, tanto quanto possível, no espaço das redações dos jornais.

É evidente que um trabalho de análise hermenêutica da imprensa, essencialmente atento a aspetos conceptuais, tem a contingência de enfatizar o domínio das ideias, dando uma visão de situações e episódios políticos que são no entanto muito mais vastos. Mas tal análise harmoniza-se com a equação teórica que subjaz como hipótese do presente estudo: a de que a história do início do derrube do império colonial português, além de uma história política e militar, é também a história de uma tentativa do poder político de influenciar um âmbito de receção nacional e de uma luta pela opinião internacional. É por isso fundamental considerar que além dos militares, políticos, diplomatas e cientistas sociais, também os jornalistas se envolveram em lutas de imposição de sentidos, lutas por um poder simbólico, que a história comparada dos impérios já provou ser crucial nos processos de construção e manutenção dos projetos imperiais europeus modernos.



## **CAPÍTULO I. O assalto ao Santa Maria como acontecimento mediático**

Nos finais de janeiro de 1961, apesar da vigência da censura, surgiu na imprensa portuguesa a notícia de que o transatlântico Santa Maria acabava de ser tomado de assalto por um comando luso-espanhol quando seguia rumo a Miami com 600 passageiros e 350 tripulantes a bordo. A saga de um navio sequestrado em águas internacionais das Caraíbas, anunciando a luta pelo regresso a formas de governo democráticas na península ibérica, e o risco a que eram expostos civis de várias nacionalidades revestem este incidente de um grande interesse noticioso. Jornalistas portugueses e estrangeiros foram destacados para o Recife (Brasil) e para Luanda (Angola), apontados como possíveis destinos do paquete, e acompanharam, dia após dia, o desenrolar da operação, cunhada pelo grupo de Operação Dulcineia, em alusão à personagem de D. Quixote e à sua declarada luta pela liberdade. Ao longo das duas semanas em que decorreu, a tomada do Santa Maria prevaleceu com grande realce nos jornais portugueses e estrangeiros até que uma nova ocorrência em Luanda na madrugada de 4 de fevereiro viria ocupar a primeira página desses jornais.

O desvio do paquete Santa Maria é um episódio cuja análise convida a abranger o universo dos *media* e da sua linguagem e a situação política interna do Estado Novo na viragem para a década de 1960, marcada pelo agudizar das oposições ao governo de Salazar. No rescaldo das eleições presidenciais de 1958, que expuseram a receção carismática de Humberto Delgado, a reação do regime tinha-se pautado uma vez mais pela repressão, combinada com uma política de censura, e por uma série de mudanças por via da remodelação governamental em Agosto 1958 e da revisão constitucional de Agosto de 1959. Outras manifestações da oposição se destacaram nessa sequência, entre as quais se pode salientar a Carta Aberta do Bispo do Porto (1958) e a Conspiração da Sé (1959), revelando como alguns setores católicos progressistas, franjas da oficialidade intermédia das forças armadas e setores europeístas e reformistas estavam a tornar mais incisiva a sua oposição ao regime. Além do distanciamento de certos setores até então geralmente sintonizados com a orientação do regime, a situação política em 1961 foi agitada pelas ondas descolonizadoras afro-asiáticas, contando com o apoio ou a compreensão de grandes instâncias internacionais. Todos estes embates coincidiram num período em que, em continuidade com a década anterior, Portugal estava sob o impulso de importantes transformações económicas e sociais, que se traduziram também em mudanças no plano cultural, com expressão na expansão da escolarização e no aumento da diversidade dos meios de comunicação social.

Inscrito neste contexto de multiplicação, diversificação e radicalização das oposições ao governo de Salazar, o assalto ao Santa Maria colocou o regime à prova. Realizado em oposição à supressão da liberdade e à política colonial do Estado Novo, o assalto catapultou o regime de Salazar e o império

colonial português para o centro da atenção da imprensa. A importância dos *media* na planificação e no decorrer desta manobra, dada como garantida em vários trabalhos desenvolvidos sobre este episódio (Castro, 2010; Antão e Tavares, 2008; Paulo, 2011), não tem sido valorizada como objeto de estudo com valor próprio, desconsiderando-se as implicações que a sua difusão nos *media* acarretou no decurso da própria operação e nas jogadas políticas e diplomáticas lançadas pelas diferentes partes em contenda. É indubitável que o assalto ao navio português constituiu um facto político que se previa perturbar o governo de Salazar. Mas a circunstância de o foco dos jornais o ter tornado acessível ao público e aumentado a sua repercussão no âmbito nacional e internacional faz da imprensa um ator relevante em si mesmo, sobretudo para um regime que se orientava para uma regularidade em que a instabilidade disruptiva dos eventos era arredada do conhecimento público. Todo este episódio colocou a imprensa num plano central da luta política em que se digladiaram o regime do Estado Novo e o movimento de oposição a Salazar e ao general Franco.

### **As primeiras manchetes da Operação Dulcineia na imprensa portuguesa**

A 24 de janeiro de 1961, a metade esquerda da primeira página do *Diário de Notícias* era largamente ocupada com a exposição de uma situação que sobressai sob o título estrondoso:

Um acto de pirataria no Mar das Caraíbas. Um bando de indivíduos de várias nacionalidades com as bagagens cheias de munições apoderou-se do paquete Santa Maria na madrugada de ontem. Os intrusos, chefiados pelo ex-capitão Henrique Galvão, assassinaram o terceiro piloto e feriram outros elementos da tripulação, que, apesar de desarmada, resistiu ao ataque. O Governo tomou todas as providências que o caso impõe e presta homenagem às vítimas do acto de pirataria. (ver anexos, fig.3)

Neste espaço do jornal, considerado oficioso do regime, divulga-se um comunicado emitido pelo governo português, que, pela sua relevância, dado ser o primeiro registo impresso a definir as linhas de sentido do episódio noticiado, vale a pena citar na íntegra:

Por notícias chegadas durante a noite, teve o Governo conhecimento, de momento ainda muito incompleto, de um facto gravíssimo, que é seu dever trazer sem demora ao conhecimento da Nação. O paquete português Santa Maria, da Companhia Colonial de Navegação, até agora utilizado na carreira das Antilhas, ao fazer as suas escalas habituais em La Guayra e Curaçau, recebeu a bordo, misturados com centenas de outros passageiros, cerca de setenta indivíduos, que se propunham executar um acto criminoso. As informações recebidas adiantam que se tratava de um grupo de várias nacionalidades sob a chefia do ex-capitão Henrique Galvão. Efectivamente, pelas duas horas da manhã de ontem, 23, quando todos os passageiros dormiam e só estavam de vela os oficiais e homens da tripulação, cujo dever os mantinha acordados e nos seus postos, os mencionados indivíduos, empunhando armas, que tinham introduzido clandestinamente nas suas bagagens, assaltaram os pontos vitais do navio, com o propósito de se apoderarem dessa importante unidade da frota mercante portuguesa. Não o fizeram sem que da parte da tripulação, composta por elementos evidentemente desarmados, lhes fosse oposta tenaz resistência. Pelas notícias recebidas, sabe-se já que foi assassinado o terceiro-piloto João José do Nascimento Costa, e que feriram gravemente, além de outros elementos da tripulação, cujos nomes se desconhecem, o praticante de oficial João António Lopes de Sousa e o médico do serviço de emigração, sr. dr. Cícero Campos Leite. Uma vez cometido o crime, os seus autores obrigaram violentamente o resto da tripulação a obedecer aos seus desígnios e a alterar a rota normal. Na manhã de ontem, o Santa Maria apareceu ao largo da ilha de Santa

Lúcia, nas Pequenas Antilhas, e enviou para terra numa das suas lanchas um certo número de feridos graves, que ali desembarcou, cerca do meio-dia local. O navio afastou-se depois da costa, procurando fugir às autoridades marítimas. Sabe-se que o Santa Maria tem a bordo um grande número de passageiros, homens, mulheres e crianças. O Governo presta a sua homenagem aos oficiais e demais tripulantes que caíram no cumprimento do dever e informa que tomou todas as providências requeridas pelas circunstâncias.

A publicação deste comunicado fez-se acompanhar pela seguinte nota da redação:

O país não pode deixar de receber a informação constante desta nota não só com a maior surpresa, mas, sobretudo, com a mais profunda das indignações. O facto de indivíduos de diferentes nacionalidades, comandados por um antigo oficial do nosso exército em situação de exilado político, se terem apossado, por meio de astúcia, seguida de actos puramente criminosos, de uma unidade da frota mercante nacional, envolvendo nas consequências dessa aventura centenas de passageiros, entre os quais estão mulheres e crianças, reveste aspectos que ultrapassam em muito um simples acto político, por mais dementado que fosse. Já as rádios estrangeiras classificam semelhante proeza como uma acção de pirataria, sujeita às sanções do Direito Internacional. Perante a consciência revoltada da Nação, este episódio esclarece meandros e maquinações obscuras, em que não se pode estranhar ver a participação activa de indivíduos que não têm a nacionalidade portuguesa, atingindo o prestígio do País, num momento de especial gravidade para a defesa e segurança da nossa soberania. Há já um morto e vários feridos. Registamos, como o faz o governo, que tais ocorrências não se passaram sem a resistência de oficiais e tripulantes, que deste modo honraram até ao sacrifício da própria vida as tradições da Marinha portuguesa. A consciência dos portugueses condenará sem hesitações esse crime praticado contra Portugal.

Na metade direita dessa página, indica-se que “Aviões e navios de guerra britânicos e americanos perseguem o Santa Maria ao abrigo das leis do direito internacional que regulamentam os casos de pirataria e insurreição a bordo”. Incluído nesta notícia, um segmento de texto destaca-se com o intertítulo “O chefe da revolta ameaça afundar o barco se alguma unidade de guerra tentar intersetá-lo”. No interior do jornal, volta a frisar-se que “Barcos de guerra americanos têm ordem para deter o Santa Maria e conduzi-lo para um porto dos Estados Unidos” (*Diário de Notícias* 24-01-1961: 5) e especifica-se que “Armados de metralhadoras ligeiras e de granadas, os amotinados ocuparam o navio pela força” (*idem*).

Na edição de *O Século* desse dia, o assalto ao Santa Maria ressalta também em primeira página através de um extenso título:

No alto mar, o Santa Maria foi teatro dum acto de piratas. Às 2 horas de ontem, cerca de 70 indivíduos, entrados a bordo com outros passageiros, sob o comando de Henrique Galvão, surgiram armados e, de surpresa, tomaram conta do barco. Durante a resistência oferecida pelos tripulantes, foi morto o 3º piloto João José do Nascimento Costa e feridos gravemente o praticante de oficial José António Lopes de Sousa e o médico Dr. Cícero Campos Leite. Unidades e Aviões de Guerra Americanos partiram já e procuram interferir com a marcha do paquete. Informam que os passageiros não foram molestados. (ver anexos, fig.4)

A notícia consiste na reprodução do já mencionado comunicado do governo e é ilustrada com um mapa do mar das Antilhas, no qual se realça a ilha de Santa Lúcia, onde haviam sido desembarcados os passageiros do Santa Maria dados como feridos. O artigo, que ocupa cerca de dois terços da página, é retomado na última página, intercalado por títulos como “O insólito acto de pirataria” (24-

01-1961: 16) ou “Os piratas ameaçam afundar o paquete se se aproximar qualquer navio de guerra” (24-01-1961: 16), enquanto uma outra caixa de texto enfatiza: «Últimas notícias: Às 4 e 30. Os contratorpedeiros norte-americanos “Wilson” e “Damato” perseguem o Santa Maria» (24-01-1961: 16). Não será redundante transcrever uma passagem da nota de redação exposta logo após a inserção do comunicado:

Estamos a viver um momento particularmente grave que é preciso encarar com seriedade e com energia (...) Num golpe inédito, pelas condições em que se registou, um paquete português, na sua rota de ligação pacífica entre os continentes europeu e americano, foi assaltado, em pleno mar e em plena noite, por umas sete dezenas de homens – é certo que nem todos portugueses, entrados subrepticiamente a bordo – sem a menor dúvida, é quem os comandou, o ex-capitão Henrique Galvão (...) um homem irrequieto, audaz e ambicioso, que, desde há tempos, lamentavelmente, tem sido fulcro de perigosas agitações e de perigosos agitadores. Emigrado pela força das circunstâncias, no estrangeiro, tem continuado as suas manobras. Não escolheu o momento. Todos lhe têm servido. Nenhum, porém, mais melindroso do que este (...) Em assembleias internacionais, em certa imprensa inclinada ou soprada por Moscovo, em comícios e reuniões, em agrupamentos que interesses suspeitos inspiram, Portugal tem sido ferozmente atacado. Enérgica e corajosamente o têm defendido aqueles que, por suas responsabilidades, assumem o comando da Nação. Era tradição nossa que, em tão dolorosas circunstâncias, todos os portugueses – todos – os da Metrópole e do Ultramar, os espalhados por vários centros estrangeiros, se unissem como um só homem para formarem um bloco inexpugnável. Deploravelmente, não sucedeu agora. A ambição e o ódio cegam por vezes de maneira que até tem havido os que renegam a Pátria. Enfim, esses poucos provaram que não são e não merecem o nome de portugueses. Unamo-nos os milhões que somos contra esse escasso cento de renegados; unamo-nos os de boa têmpera, indomáveis na vontade, prontos ao sacrifício. Portugal chama-os. Responderão: “Presente!”.

Em ambas as notas de redação, a transmissão e o apelo ao sentido de um sujeito plural, os portugueses, conjuga-se com a exclusão do chefe da manobra, Henrique Galvão, apresentado nestes primeiros textos como um indivíduo perigoso e inconsequente e com referências que sugerem um contraste entre o seu passado e o presente. As rápidas alusões a Henrique Galvão feitas nestes textos convidam a um breve apontamento biográfico. Três décadas antes, Henrique Galvão, um militar que tinha recebido instrução na Escola de Guerra, associara-se como tenente ao movimento de 28 de maio de 1926 que instaurou a ditadura militar, e assumira cargos políticos de relevo nos anos 1930-40. Henrique Galvão destacava-se então pelo seu trabalho de propaganda do regime, sendo nomeado para diretor da recém-criada Emissora Nacional por António Ferro em 1935, no mesmo ano em que consta das listas da União Nacional para as eleições legislativas. Todavia, em meados da década de 1940, Henrique Galvão era acusado de participar em ações classificadas de conspiratórias ao tomar a defesa do militar e jornalista-escritor Carlos Selvagem no julgamento da tentativa de golpe de Estado a 10 de abril de 1947, exatamente seis meses após o frustrado “golpe da Mealhada” protagonizado pelo capitão Fernando Queiroga, e ao patrocinar campanhas de membros da oposição, como a de Quintão Meireles nas eleições presidenciais de 1951 e a de Humberto

Delgado nas eleições de 1958,<sup>5</sup> um outro militar que tinha ocupado cargos proeminentes no exército português, transitando para o campo da oposição.<sup>6</sup> Depois de sucessivas prisões, Henrique Galvão procurou refúgio na Argentina, movendo-se regularmente entre este país e a Venezuela. Em Caracas, tornou-se representante do Movimento Nacional Independente (MNI) liderado por Humberto Delgado, exilado no Brasil.<sup>7</sup> A partir daí, planeou várias revoltas. O assalto ao Santa Maria foi uma delas.

O navio saiu de Curaçau a 21 de janeiro e a operação de assalto teve início na madrugada do dia seguinte, alterando-se a rota do Santa Maria, que se previa inicialmente seguir até Port Everglades, em Miami, para um rumo que durante alguns dias prevaleceu desconhecido. A morte de um oficial e os dois feridos mencionados no comunicado do governo levou a um novo desvio do navio até à ilha de Santa Lúcia, nas Índias Ocidentais Britânicas, onde desembarcam os feridos e alguns tripulantes, entre os quais o segundo-comissário, Valentim José dos Reis. Assim que o comissário chegou à ilha, enviou uma mensagem para a Companhia Colonial de Navegação, retransmitida às autoridades militares em Lisboa, ao mesmo tempo que a fragata britânica *Rothsay*, de visita a Santa Lucia, emitiu o alerta que fez acionar as agências de notícias em Ottawa, Nova Iorque, Londres, Georgetown (Guiana Inglesa) e Halifax (Nova Escócia). A notícia não tardou a aparecer na imprensa de Lisboa, onde se fez circular a designação da pirataria, evocando todo um imaginário coletivo estereotipado pontuado pelas ideias da violência, do desenraizamento e da ganância ociosa, combinadas com um sentimento de medo das pilhagens e da marginalidade criminosa.

No jornal de cunho oposicionista *Diário de Lisboa*, porém, o desvio do Santa Maria é designado, numa nota intitulada “Acto Insólito” como um “acto de força” que, devido ao “derramamento de sangue” e por envolver a “segurança e a tranquilidade dos estrangeiros”, teria uma “repercussão no campo internacional, transpondo assim para palco mais amplo problemas que se têm limitado à cena nacional” (24-01-1961: 1). A ideia de uma colaboração internacional na perseguição ao Santa Maria domina a cobertura da primeira página do jornal, onde uma fotografia do pacote avulta sensivelmente ao centro, junto com a notícia “O Santa Maria está a ser perseguido por navios de guerra ingleses e americanos” (ver anexos, fig.1). Segundo o informador da Secretaria de Estado

---

<sup>5</sup> Henrique Galvão terá iniciado o contacto com os meios da oposição moderada não comunista sob a égide de António Sérgio, um dos principais nomes do socialismo democrático e da oposição ao regime de Salazar. Terá sido por sua sugestão e intermediação que António Sérgio viria a convidar Humberto Delgado para candidato oposicionista independente às eleições presidenciais de 1958. A este respeito ver Ventura, 1995; Farinha, 1996; Barreto, 1999; Antão e Tavares, 2008; Peres, 2009; Castro, 2010; Mota, 2011.

<sup>6</sup> Depois de ser nomeado adido militar na embaixada portuguesa em Washington e membro do comité dos representantes militares da NATO, Humberto Delgado passou a frequentar aí cursos de altos comandos na sequência dos quais é promovido a general. Humberto Delgado trava então conhecimento com os métodos e as concepções norte-americanas que modificam a sua relação com a política de Salazar. Sobre a trajetória do general, ver Delgado e Figueiredo, 1991.

<sup>7</sup> Sobre a oposição no Brasil, ver Heloísa Paulo (2009; 2011).

norte-americana citado, o chefe supremo da armada do Atlântico dirigira um pedido ao comandante do mar das Caraíbas, contra-almirante Allen Smith Jr, para proceder a uma busca do Santa Maria, contando para o efeito com dois contratorpedeiros americanos, dois aviões de reconhecimento de longo raio de ação PV2, e alguns aviões de patrulha. Pedia-se que Allen Smith coordenasse todos os aspetos da participação norte-americana com vista a “encontrar o navio, constatar o acto de pirataria e, de acordo com as normas do Direito Internacional, trazer o navio para o mais próximo porto norte-americano”. Paralelamente, a fragata *Rothsay*, apresentada como uma das unidades mais modernas da esquadra britânica, era enviada com a missão de deter o Santa Maria. Segundo o testemunho de oito tripulantes recém-chegados a Santa Lúcia recolhido pela agência ANI, a intenção de Henrique Galvão era mudar o rumo do navio para Cuba, onde seriam deixados os passageiros e embarcados reforços armados, com o intuito de realizar uma expedição contra qualquer território português, apontando-se a probabilidade do arquipélago de Cabo Verde.<sup>8</sup> Na última coluna, a peça “Não chegou a ver a filha que tem oito dias o terceiro piloto do navio” aborda o pesar da família do piloto morto a bordo do Santa Maria. A noção de pirataria não consta de nenhum destes títulos.

Já no jornal *República*, vincadamente oposicionista, a notícia de maior destaque na primeira página indica “O assalto ao Santa Maria. A fragata inglesa *Rothsay* interrompeu a perseguição ao navio português por falta de combustível” (24-01-1961: 1) (ver anexos, fig.2). Num sentido que diverge da sensação de um empenho internacional na busca do navio transmitida nos outros diários, a notícia enumera obstáculos à operação de localizar o Santa Maria, salientando a confusão causada pelos movimentos incertos do paquete, a incapacidade de os meios americanos estabelecerem contacto com o navio, o abandono das buscas pela fragata *Rothsay* e o seu regresso a Trinidad sob a alegação da necessidade de reabastecer e a ausência de aparelhos da aviação naval inglesa no local. O comunicado do governo, exibido na capa dos matutinos, é apenas exposto na sétima página do *República*, que, para mais, não publica qualquer comentário editorial condenando o assalto e se refere a Henrique Galvão mediante uma fórmula de tratamento que revela alguma deferência. Veja-se a passagem inicial da notícia: “como é já do conhecimento público, pelo comunicado que o Governo distribuiu à imprensa, um grupo de indivíduos com o *ex-capitão Sr. Henrique Galvão* à frente assaltou o paquete Santa Maria, tomando conta do barco” (itálico nosso).

Mas mesmo irreverente é a epígrafe que se descobre na proximidade da notícia: “Para a frente é que é o caminho”. O posicionamento da expressão, junto de uma peça que dá conta do assalto a um navio cujo destino permanecia então incógnito, poderia ser interpretado como uma provocação ao

---

<sup>8</sup> Ver “Projetava-se uma expedição a Cabo Verde?”, *Diário de Lisboa*, 24-01-1961:1.

regime de Salazar e um encorajamento à prossecução da ação. Os textos publicados no *República*, furtando-se ao registo de categorização do assalto como pirataria, e a localização das matérias no espaço do jornal remetem para um padrão consistente que autoriza a pressupor o distanciamento que o jornal procurou manter face a uma classificação induzida pelas fontes de informação afetas ao regime e irradiada nos cabeçalhos dos matutinos. A cobertura noticiosa deste vespertino atraiu a reprovação da Direção-Geral da Censura, que puniu o jornal com três dias de suspensão,<sup>9</sup> uma penalidade noticiada com alguma saliência na imprensa estrangeira.<sup>10</sup> O *República* tentou ainda, em vão, elaborar uma justificação para a frase, dizendo-a alusiva à grande contribuição dos leitores na subscrição pública que o jornal estava a organizar para a compra de uma nova rotativa.

Nos vespertinos, a referência à pirataria surge apenas na sequência da citação do direito marítimo internacional definido pela Convenção de Genebra do alto mar, assinada em 1958.<sup>11</sup> Segundo este documento jurídico, haveria pirataria sempre que uma revolta fosse orientada contra um navio e o seu comandante, independentemente das razões implícitas ao ato. Sustentada nestas regras, a designação de pirataria sugere que o assalto ao Santa Maria, não obstante os propósitos políticos que pudessem ser reivindicados, constituía um ato de violência e, sendo juridicamente catalogado como crime internacional, consentia ao governo português o pedido de intervenção das potências estrangeiras com vista ao arresto do navio. A pirataria, tal como definida legalmente nas matérias saídas na imprensa, remete para a noção enquadrada e criminalizada pelo mesmo processo que testemunha o surgimento do direito público moderno, responsável pela consolidação de uma hegemonia estatal sobre o mar e pela criação da ideia de uma comunidade internacional (Leandro, 2011). O estabelecimento das pretensões monopolistas de terras e mares e a nova organização do espaço internacional acarretaram alterações na perspetiva legal, traduzidas na condenação dos saques, considerada uma forma comum de aquisição de bens pelos marinheiros na era pré-moderna. Daí resulta a progressiva monopolização do recurso à violência por parte do novo modelo de Estado, e a consequente produção da marginalidade do pirata: o pirata define-se por estar à margem da nação, do Estado e da comunidade internacional. Mas é certo que, paradoxalmente a este sentido criminal, é possível falar de uma cultura pirata para designar um grupo que visa a afirmação de uma contracultura e a defesa da liberdade contra um controlo político e uma ordem estabelecida.

Na edição seguinte de *O Século* (25-01-1961), no topo da primeira página, um título que se estende

<sup>9</sup> ANTT/Arquivo do SNI, secção Censura, caixa 589. Em telegrama, o chefe do Gabinete de Censura fundamentou o processo administrativo com base “no chocante procedimento verificado no número 10 800, de 24 do corrente, quer nos títulos, quer na disposição do noticiário acerca do gravíssimo caso de assalto ao Santa Maria”.

<sup>10</sup> “Not Indignant Enough – Newspaper suspended”, *Guardian*, 26-01-1961:1; ver também passagem em “Santa Maria sighted by U.S. Naval Aircraft”, *The Times*, 26-01-1961:10.

<sup>11</sup> “Que se entende por pirataria segundo o Direito Marítimo Internacional”, *Diário de Lisboa*, 24-01-1961: 12; “As principais regras do direito marítimo internacional”, *República*, 24-01-1961: 12.

novamente por várias linhas divulga:

De bordo do Santa Maria arvorado em navio-fantasma e navio-pirata “algures” no mar das Antilhas, Henrique Galvão – que mantém sob o terror os passageiros e tripulantes do paquete – anuncia que, ao serviço da Junta presidida por Humberto Delgado, tem por objetivo “libertar” a Península Ibérica. Vai com rumo a Cuba ou ao Brasil? Pretende-se embarcar no paquete uma expedição contra Cabo Verde? Os governos inglês, americano e brasileiro apoiam os interesses de Portugal e os holandeses juntaram-se à caçada movida contra os piratas. (ver anexos, fig.5)

Henrique Galvão, especifica-se na notícia, continuada nas páginas interiores do matutino,<sup>12</sup> teria enviado uma mensagem onde declarava que a ação em curso, levada a cabo em nome da Junta Internacional de Liberais, fazia parte da luta contra o governo de Salazar visando também o governo espanhol do general Franco. A mensagem difundida pela célebre cadeia de televisão e rádio norte-americana National Broadcasting Corporation (NBC),<sup>13</sup> que não é citada na íntegra, garantia que os passageiros sairiam do navio “tão depressa quanto possível”, no primeiro porto em que o desembarque pudesse fazer-se sem perigo de internamento para o grupo e dizia não ser ainda possível revelar com que destino navegava o paquete.

Também na primeira página do *Diário de Notícias*, preenchida com matérias do assalto sob a manchete “A proeza criminosa de um bando de aventureiros” (ver anexos, fig.6), uma nota de redação<sup>14</sup> sublinha uma reação de inquietação, angústia e de indignação contra o assalto ao paquete<sup>15</sup> e menospreza as declarações de Henrique Galvão. A nota refere-se à ação como uma “farsa trágica” posta em cena por indivíduos “que abusivamente se inculcam como democratas” e como “crime de lesa-pátria, perpetrado por Henrique Galvão, a chefiar um bando de aventureiros internacionais” contra “os que pretendem conservar a integridade territorial e espiritual da sua Pátria”. O texto aponta ainda “a tática comunista de fazer avançar revoltosos colocando à frente mulheres e crianças para impedir o uso das armas das forças da ordem” e deixa o parecer de que «o crime dos que se mascaram com títulos fantasiosos de “exércitos revolucionários de libertação” e outras ficções tão ridículas e desacreditadas como esta não pode passar sem a reprovação duma Pátria inteira e o castigo exemplar duma justiça disciplinada e digna».

A pirataria surge novamente definida numa nota do Ministério da Marinha baseada nas normas do

---

<sup>12</sup> “Que se passa a bordo do Santa Maria? Que intuítos movem, realmente, o ex-capitão Henrique Galvão?”, *O Século*, 25-01-1961:6.

<sup>13</sup> Segundo a investigação de Pedro Jorge Castro (2010), Henrique Galvão transmitiu o primeiro comunicado com os objetivos políticos do grupo a partir da NBC, que lhe propõe desde logo manter comunicação via rádio e aparecer num programa especial em horário nobre, pedindo ainda permissão para enviar um correspondente a bordo. Também a corporação americana CBS entra em contacto com Galvão, manifestando interesse em comprar qualquer filme feito a bordo. Na imprensa, a revista americana *Life* oferece, pelo menos, 2500 dólares por qualquer rolo com fotografias.

<sup>14</sup> “O paquete Santa Maria seguia ontem ao fim da tarde o rumo leste Navegando em direção à costa africana. Largou de Lisboa a fragata Pero Escobar. Em todo o país o ato de pirataria causou indignação e repulsa”, *Diário de Notícias*, 25-01-1961:1. Ver também «Aliado com Humberto Delgado, o ex-capitão Henrique Galvão pretende “libertar toda a Península”», *Diário de Notícias*, 25-01-1961:7.

<sup>15</sup> A este respeito, ver também “Telegramas recebidos no Ministério da Marinha”, *Diário de Notícias*, 25-01-1961:7; “Indignação e repulsa – os sentimentos do país perante a notícia do assalto ao Santa Maria”, *Diário de Notícias*, 25-01-1961:7.



direito internacional.<sup>16</sup> Segundo a nota, a pirataria consistia em “actos de violência praticados no alto-mar, com intuito de pilhagem, por um navio privado contra outro navio, mas também os actos praticados pela tripulação amotinada ou pelos passageiros contra o navio em que estão embarcados”. A captura de um navio que se encontrasse nestas circunstâncias, acrescenta a nota, podia ser efetuada por qualquer Estado, tendo os respetivos tribunais competência para decidir sobre as sanções a aplicar aos culpados e o destino a dar ao navio. Em vários outros artigos, a noção de pirataria aparece estribada na enunciação de pareceres de juristas e professores catedráticos em direito.<sup>17</sup> A secundarização dos propósitos políticos do assalto ao navio, reforçada pela invocação do direito marítimo, sistematicamente repetido ou parafraseado na imprensa, conduz a uma definição assaz tecnicista do conceito e que propende a obliterar a consciência de se estar perante um exercício de classificação que não é neutro.

Uma notícia sustentada em declarações do chefe dos serviços de informação do SNI, Ramiro Valadão, confirmava terem os governos da Grã-Bretanha, Holanda, dos Estados Unidos e do Brasil, países com interesses na área marítima e com barcos nas paragens onde se desenrolava o assalto, considerado, por intermédio dos seus porta-vozes oficiais, o ato como “um caso de pirataria, roubo e assassinio”, viabilizando que os seus autores viessem a ser julgados por qualquer tribunal.<sup>18</sup> Também o embaixador de Portugal em Washington, Luís Esteves Fernandes, afirmava, numa expressão exibida em título no interior de *O Século* (25-01-1961: 6), que “Não há dúvidas, em Washington, sobre a violação do Direito Internacional, em alto mar”. Paralelamente, uma abundância de artigos difundia a imagem de um empenhamento de vários países para deter o Santa Maria<sup>19</sup> dando relevo à mobilização de vasos de guerra e de aviões americanos e britânicos no que

<sup>16</sup> “O ministério da marinha expõe a doutrina jurídica sobre os casos de pirataria”, *O Século*, 25-01-1961:1 e 6; “Pirataria do mar”, *Diário de Notícias*, 25-01-1961:1.

<sup>17</sup> “Segundo os juristas a ação praticada a bordo do Santa Maria cai sob a alçada dos actos de pirataria definidos pelo direito internacional”, *O Século*, 25-01-1961:1. A notícia continua no interior do jornal. Ver “A opinião dos juristas”, *O Século*, 25-01-1961:6; “Qualquer navio tem não só o direito mas até o dever de capturar o navio de piratas”, *O Século*, 25-01-1961:6. Ver também “Caso do Santa Maria à face do Direito Marítimo. O Prof. Fernando Olavo da Faculdade de Direito de Lisboa interrogado pelo *Diário de Notícias* analisou o problema pela legislação portuguesa e estrangeira”, *Diário de Notícias*, 25-01-1961:7.

<sup>18</sup> “Os Governos da Grã-Bretanha, Estados Unidos, Holanda e Brasil consideram o ataque ao Santa Maria um ato de pirataria, roubo e assassinio”, *O Século*, 25-01-1961:1 e 6.

<sup>19</sup> «Diz a secretaria de Estado norte-americana: “barcos americanos procuram o Santa Maria para proteger os passageiros e os tripulantes e restituir o navio aos legítimos donos”», *O Século*, 25-01-1961:1; “Aviões e navios de três países cruzam incessantemente o mar das Antilhas apesar de serem desfavoráveis as condições atmosféricas”, *O Século*, 25-01-1961:6; “Brasileiros e Venezuelanos já colaboram na caça ao Santa Maria”, *O Século*, 25-01-1961:12; “Sete aviões e contratorpedeiros norte-americanos participam nas buscas”, *O Século*, 25-01-1961:12; “Os Estados Unidos prestam auxílio a Portugal na captura do Santa Maria de acordo com as normas precisas do direito internacional, declara a Secretaria de Estado de Washington. O objetivo da perseguição é proteger passageiros e equipagem e restituir o navio aos legítimos proprietários”, *Diário de Notícias*, 25-01-1961:1; “Deter o Santa Maria por meios pacíficos ou segui-lo e comunicar os seus movimentos – são as instruções dadas pelo almirantado britânico à fragata *Rothsay*”, *Diário de Notícias*, 25-01-1961:5; “A fragata britânica tem pleno direito de colocar uma equipa de abordagem no paquete”, *Diário de Notícias*, 25-01-1961:5; “O Governo britânico justificou nos Comuns a sua intervenção nas pesquisas”, *Diário de*

surge designado como uma operação de “caçada” ao navio português. A posição do Almirantado britânico, representado por Charles Orr-Ewing, foi bastante destacada na imprensa.<sup>20</sup> Orr-Ewing teria defendido no parlamento ser expectável que a marinha britânica respondesse ao pedido de auxílio do governo português, por ser essa a tradição da marinha britânica mas também porque, alegava, um crime fora cometido.

### **A acusação de pirataria, “carril mental” do acontecimento mediático**

As notícias do assalto ao Santa Maria e a publicitação das palavras definidoras dos intentos de Henrique Galvão, mesmo que pelo prisma do desmentido, confrontam os leitores com um evento disruptivo que introduz uma quebra no que seria o aparente correr habitual das coisas. Não há dúvida de que predomina nos textos impressos um elogio da suposta resistência dos tripulantes e uma abundante adjetivação que retoma constantemente o léxico do crime e a ideia da loucura, escamoteando a imagem do combate político. Ao mesmo tempo, os jornais arrogam-se o papel de falar em nome de toda a população, criando uma ilusão de consenso no sentimento de indignação contra o assalto e de uma unidade portuguesa e entre os ocidentais para recuperar o navio. Todavia, a noção de se estar diante de um ato político aparece já, implícita e também explicitamente, nos jornais. As significações díspares inscritas no texto publicado desconectam o seu significado verbal daquela que seria a intenção de moldagem de sentido operada por uma rede informativa que contava com uma pluralidade de gabinetes e era colmatada pelos serviços de censura.

Um estudo recente de Vasco Ribeiro (2017) mostra como os jornalistas se reuniam regularmente num gabinete de imprensa do governo, conhecido como a *Arcada*, epicentro da luta política e centro nevrálgico para a atividade jornalística, que atuava como um centro de assessoria de imprensa, no fornecimento de conteúdos, no estabelecimento de relações e na promoção de eventos.<sup>21</sup> Não obstante a multiplicação e profissionalização dos serviços de imprensa das instâncias governamentais e a vigilância da censura, a torrente de notícias provocada pelo assalto ao Santa Maria faz com que o texto se abra a um número indefinido de leitores e de interpretações. Uma tal

---

*Notícias*, 25-01-1961:5; “Manifestaram a Portugal a sua reprovação pelo assalto ao paquete Santa Maria os governos inglês, brasileiro, holandês e norte-americano”, *Diário de Notícias*, 25-01-1961: 5 [citação das declarações de Ramiro Valadão]; «Aviões e unidades da marinha de guerra de quatro nacionalidades perseguem o Santa Maria mas ainda não estabeleceram contacto com o “navio pirata”», *Diário de Notícias*, 25-01-1961:6-7.

<sup>20</sup> “Todas as fases da caçada dramática estão a ser seguidas no Almirantado britânico em Londres”, *O Século*, 25-01-1961:6; «No Parlamento Britânico. “É tradição da marinha britânica dar auxílio quando lho pedem, e é isso exatamente o que está a fazer”», *O Século*, 25-01-1961:6.

<sup>21</sup> O gabinete, conhecido como *A Informação da Arcada*, surgido durante a Monarquia Constitucional (1820-1910) profissionalizou-se no Estado Novo destinado a acolher diariamente os repórteres e à distribuição das informações recolhidas dos ministérios. Além deste gabinete, é pertinente destacar a criação da Sala de Imprensa no Palácio Foz sede do SNI, em 1957, principalmente destinada a receber jornalistas estrangeiros. Estes serviços revelam o interesse do regime em fomentar o intercâmbio de informações e em pôr a circular certas notícias (Ribeiro, 2017), segundo uma determinada perspetiva e linguagem, e trazem elementos para ter em conta o ciclo de mediações entre a irrupção dos acontecimentos e a circunstância e as modalidades da sua divulgação na imprensa.

oportunidade de múltiplas leituras é a contrapartida da relação dinâmica entre o incidente e a significação e é reveladora de certas limitações do exercício da censura para conter os potenciais danos de uma ação que chega a ser notícia. A noticiabilidade do assalto ao Santa Maria traz à evidência a falácia de se considerar a intenção de quem escreve a notícia, ou de quem está envolvido nesse processo de escrita, como critério essencial para uma interpretação válida do texto. Ainda assim, importa não cair no equívoco oposto, que Paul Ricoeur designou de “falácia do texto absoluto” (2003 [1976]: 47-48), de uma hipostasia do texto como uma entidade sem autor, esquecendo que o texto é dito por alguém a mais alguém acerca de alguma coisa. Apesar da mensagem de Henrique Galvão exibida nos matutinos, as notícias que compõem as páginas de *O Século* e do *Diário do Notícias* transmitem a aparência de uma unanimidade na classificação da tomada do Santa Maria como um ato de pirataria.

Certo é que Henrique Galvão consegue fazer aparecer publicamente uma ação que dizia perpetrar contra os regimes ibéricos e criar uma abertura nos silenciamentos da governação de Salazar tirando partido do efeito cativante que o extraordinário exerce sobre os meios de comunicação e da voragem dos sistemas de produção da informação moderna para selecionar ocorrências e fabricar acontecimentos segundo a sua modelação. Ao captar a atenção dos *media*, e, por meio deles, concretizar a sua ação enquanto acontecimento doravante mediático, o grupo logrou fazer do assalto um objeto de notícia e interromper o fluxo noticioso ajustado a uma ideia de ordem idealizada por Salazar. A ação, próxima do “ritual de excisão” de que fala James Carey (1998),<sup>22</sup> tendente à rutura e à ameaça da excomunhão, em contraste com a integração habitualmente associada aos rituais, está na imprensa dia após dia, e ao longo de vários dias consecutivos, passando a existir para um auditório que se estende para lá do âmbito dos leitores dos jornais e abrange a influência mais vasta do *medium* que perpassa nas relações sociais. A construção diária da intriga, ligada à lógica do *storytelling* que impregna o jornalismo, faz com que o assalto se vá desvendando numa extensão *evenemencial*, que supera o ciclo do dia noticioso e se alonga no tempo. Ela adquire a feição de uma novela política, envolvendo o elemento do drama, do suspense, da expectativa, desconhecendo-se o que vai acontecer a seguir. Esse avanço da estória tem uma base temporal, igualmente subjacente à estrutura das rotinas de produção do jornalismo e à valorização da noção de sequência, implícita em todo o processo de produção de notícias (Schlesinger, 1977). A operação torna-se mais empolgante a cada dia que passa, empolada pelos *headlines* dos jornais que anunciam continuamente a ação num dispositivo textual e imagético de apresentação dramática.

Ao falar de “acontecimento mediático”, designa-se uma categoria particular de acontecimento que

---

<sup>22</sup> Sobre a conceção cultural da comunicação na teoria social dos *media*, e em especial sobre a Escola de Chicago do pensamento social e James Carey, ver Filipa Subtil (2011).

condensa em si características substantivas para ser transformado em notícia. O assalto irrompe de forma inesperada, como um momento de exceção, e incorpora vários registos de noticiabilidade, como o inédito e o surpreendente, o instantâneo, a raia a transmissão em direto, e o próximo, que afeta o país e o governo português. Sendo inversamente proporcional ao cálculo das probabilidades, a tomada do paquete afigura-se propensa a integrar o universo do jornal, a provocar surpresa e a deixar vestígios na trajetória do regime do Estado Novo. Mas restringir o acontecimento mediático à constatação de um conjunto de valores-notícia imanentes ao acontecimento seria reduzir os *media* a um processo de simples registo e preterir o seu cariz de construção,<sup>23</sup> extremado no conceito de “pseudo-acontecimento” de Boorstin (1992: [1961]) para referir um tipo de evento que apenas pode ter lugar se os *media* o organizarem. Ao contrário do “pseudo-acontecimento”, o assalto ao Santa Maria não é confeccionado pelos *media*, embora seja verosímil ponderar que tenha sido concretizado tendo a sua cobertura em mente, uma noção sugestionada no livro que Henrique Galvão viria a publicar logo após o assalto<sup>24</sup> e numa entrevista de Camilo Mortágua,<sup>25</sup> membro do grupo autor do assalto. Camilo Mortágua revelou que “sem a comunicação social a nível mundial, o ato teria sido um fracasso” e que através do assalto “Galvão queria tornar-se famoso, o que conseguiu, e ganhar poder negocial”. Quando o grupo chefiado por Henrique Galvão toma de assalto o Santa Maria e inicia a operação de desvio, ele está ao mesmo tempo a tomar conta da potência ritual dos *media*. Mas o sequestro do Santa Maria não é um objeto consumado que os *media* se limitariam a divulgar. A construção do acontecimento mediático do assalto ao Santa Maria faz-se na circulação entre o acontecimento e a notícia, tal como revelado nas palavras de Nelson Traquina (1993: 168) de que

<sup>23</sup> Como se referiu já na introdução, a hipótese de que os *media* constroem os acontecimentos ao mesmo tempo que os noticiam tem sido teorizada por vários autores no campo dos estudos de comunicação, originando formas distintas de pensar o papel dos *media*. Uma abordagem sucinta às mais relevantes conceções da construção mediática dos eventos sociais encontra-se em Arquembourg (2011: 5-13). Seguindo as distintas visões elencadas pela autora, para Patrick Champagne (1991) os acontecimentos são os “suportes de escolhas de problemas da sociedade mediaticamente entretecidos” e o trabalho dos *media* consistiria em produzir representações muitas vezes deformadas da realidade. Os *media* surgem então descritos como dotados de um poder próprio de constituição, mas a clivagem entre acontecimento e representação faria com que o acontecimento mediático se confundisse com a sua própria representação e produzisse uma visão mediática da realidade. Já para Eliseo Veron (1981), que põe de parte esta oposição entre a realidade e a sua representação, os acontecimentos construídos pelos *media* adquirem uma certa autonomia. Independentemente do que se passa na realidade, o acontecimento é um ser de discurso que reivindica um suporte mediático mas que acaba por adquirir uma identidade no que o autor designa de imaginário social. Finalmente, a abordagem de Patrick Charaudeau (2011 [2005]) situa-se numa perspetiva intermediária entre P.Champagne e E.Veron e alia o princípio da representação à análise do discurso da informação. Esta perspetiva funda-se na existência de factos brutos fora da representação dos *media* e insiste no papel criativo da linguagem e no processo de construção e produção de sentido dos acontecimentos.

<sup>24</sup> Com todos os riscos presumíveis de um relato feito em retrospectiva, vale ainda assim a pena citar uma passagem do livro “O assalto ao Santa Maria” onde Henrique Galvão revela a intuição da importância da ação dos *media* para transmitir o assalto perante o mundo: “Estávamos todos prontos a arriscar a vida pelo êxito da operação e aceitávamos a hipótese de não conseguirmos alcançar todos os nossos objetivos e até mesmo de perdermos a batalha. Não tínhamos no entanto dúvida alguma de que a nossa causa avançaria consideravelmente, só com o efeito que produziria no mundo a tomada e ocupação do navio. Por outras palavras, mesmo que a batalha se perdesse, resultaria sempre numa vitória para a nossa causa e numa derrota para Salazar, para o seu regime e para a sua oligarquia”, Galvão, [1974 (1961)]:165.

<sup>25</sup> Refere-se aqui uma entrevista presencial realizada para os efeitos da investigação. A entrevista com Camilo Mortágua decorreu em fevereiro de 2015, no ICS-UL sob condução de Tânia Alves e de José Luís Garcia.

“enquanto o acontecimento cria a notícia, a notícia também cria o acontecimento”.

Este entendimento implica romper com a concepção das notícias como emergindo naturalmente dos eventos, e dos jornalistas como meros transmissores ou reprodutores não criativos de eventos, e contrariar a noção de que a realidade simbólica seria apenas um paralelo figurativo da “realidade”. O acontecimento mediático está intrinsecamente ligado à sua colocação em relato, vendo-se constantemente metamorfoseado no processo de *mise en intrigue*. No curso da transmissão diária na imprensa, ele vai adquirindo novos sentidos e o formato de uma estória onde se distinguem heróis, adjuvantes e adversários. É esse trabalho de estruturação do real operado pela linguagem que, assumindo-se o caráter operativo da denominação e das descrições, mobiliza esquemas de interpretação e de receção e faz da construção do acontecimento mediático uma atividade coletiva que aspira a uma certa compreensão do mundo. Reportar o assalto ao Santa Maria supõe enveredar por um modo de o designar e de o contar, o qual se incorpora ao evento, que se torna observável, analisável e problematizável em função dessa ação simbólica. Esta estruturação do acontecimento mediático e o papel constitutivo da linguagem põem em evidência o lado de fabricação do acontecimento pelos meios de comunicação; o acontecimento assim difundido e construído nos *media*, o acontecimento mediático, é qualitativamente distinto do acontecimento que emergiu fora do campo dos *media*; no entanto, só é possível aceder ele por via da linguagem, pois todo o fenómeno não experienciado de forma imediata ganha inteligibilidade social sob o custo de uma reconstituição. Ao reconstruírem o acontecimento, os *media*, mais do que mediar, operam a construção de um olhar sobre esse acontecimento.

O elo estabelecido entre o assalto ao Santa Maria, a pirataria, e o imperativo de segurança e proteção dos mares, para mais exponenciado pelo retrato atemorizador que se dissemina de Henrique Galvão, induz à indisposição propagada nas notícias de lhe poder ser concedida qualquer indulgência, restando-lhe apenas a sentença ditada a todo o pirata, numerosas vezes impressa nos jornais: a perseguição, a condenação, e, chega mesmo a aventar-se, o enforcamento. Segundo o testemunho citado dos tripulantes desembarcados, Henrique Galvão teria atacado e amordaçado o comandante do navio e agredido passageiros “à pancada e à coronhada”.<sup>26</sup> Transcrevem-se as palavras de Ramiro Valadão, notando que “Galvão e os cúmplices trataram de modo o mais desumano possível o comandante, os oficiais e restante tripulação do Santa Maria”, e frisando que “as razões deste acto

---

<sup>26</sup> “Henrique Galvão ligou e amordaçou o comandante do Santa Maria depois de o terem despertado – disseram tripulantes do paquete em Port Castries (Santa Lúcia)”, *O Século*, 25-01-1961:12; «O comandante do navio foi atacado e amordaçado pelo próprio Henrique Galvão. “O oficial da ponte tombou morto a meus pés”, conta o navegador do Santa Maria», *Diário de Notícias*, 25-01-1961:1; “O piloto do Santa Maria morreu crivado de balas de metralhadora – dramático relato dos acontecimentos pelo enfermeiro do paquete desembarcado na ilha de Santa Lúcia”, *Diário de Notícias*, 25-01-1961:7; “Os rebeldes aterrorizam os passageiros, alguns dos quais já foram agredidos à pancada e à coronhada”, *Diário de Notícias*, 25-01-1961:7.

de pirataria são sobejamente conhecidas por todos: actos de loucura, de ódio cego”.<sup>27</sup> Tal sensação é acentuada pelo contraste com a descrição dos tripulantes do navio, que punha em relevo os seus supostos valores de tenacidade, disciplina e abnegação pelos passageiros a bordo, reafirmando-se com sistematicidade estarem estes contra o comando que assaltara o navio e insistindo-se na ideia de terem os ditos piratas errado os seus cálculos de poder aliciar a tripulação.

Várias notícias que poderiam ter permitido contrariar esse propósito de diabolizar Henrique Galvão foram cortadas pela censura. Nessas notícias suprimidas, tentara-se informar sobre o envio de telegramas expedidos pelos passageiros às respetivas famílias e dar conta de mensagens difundidas do Santa Maria para estações norte-americanas onde Henrique Galvão se referia ao ambiente no paquete e às relações com os passageiros como sendo de “grande cordialidade” e de “fraternidade” e garantia estarem todos de “perfeita saúde física e mental”.<sup>28</sup> Veja-se o exemplo de um artigo de *O Século* (25-01-1961), baseado na American Broadcasting Company, no qual se contava haver “muitas mensagens de passageiros do paquete para suas famílias, via Nova York” informando encontrarem-se todos os passageiros “a salvo”. A peça foi cortada pela censura. No mesmo dia, no mesmo jornal, num outro artigo intitulado “509 passageiros à partida de La Guaira na Venezuela? Muitas mensagens”, a censura mandava suprimir a expressão “Muitas mensagens”.<sup>29</sup> Não são também reproduzidos determinados despachos emitidos pela agência *France Presse* de Paris. A operação do assalto desencadeou uma corrida entre agências noticiosas, que enviaram dezenas de telegramas recebidas pelas redações portuguesas. Em muitos deles, explorava-se criticamente o código do Direito Marítimo, concluindo-se não poder o assalto ser qualificado de pirataria. Às dezenas, esses telegramas foram sendo cortados (Garcia, 2011).<sup>30</sup> Esta omissão foi notada pelo embaixador francês em Portugal. Bernard de Menthon deu conta da manipulação da informação publicada resultante do silenciamento dos despachos da *France Presse*, preteridos em benefício de notas do Ministério da Marinha português ou pela seleção de despachos de Londres ou de Washington mais apropriados ao exercício de classificação do assalto promovido pelo regime.<sup>31</sup>

Apesar das alusões à reclamação de libertação nacional pronunciada pelo grupo, a noção que se

<sup>27</sup> “Os Governos da Grã-Bretanha, Estados Unidos, Holanda e Brasil consideram o ataque ao Santa Maria um ato de pirataria, roubo e assassinio”, *O Século*, 25-01-1961:1 e 6.

<sup>28</sup> Para uma consulta das mensagens que o grupo enviou a bordo do navio, ver Assalto ao paquete “Santa Maria”. 1961. ANTT/ AOS. PC-63, Caixa. 636, pt. 19. Para um confronto entre os textos publicados na imprensa e os relatos do próprio Henrique Galvão, vale a pena consultar também os diários de bordo de Henrique [Carlos Malta] Galvão.1960/1961 relativos ao paquete Santa Maria, em ANTT/ PIDE, Serviços Centrais, processo SR II n.º 30/7, NT 9121.

<sup>29</sup> ANTT/ EPJS. Caixa. 195. Maço 247.

<sup>30</sup> O jornalista Pinto Garcia, na altura responsável pela tarefa de chefiar o Serviço Internacional do *Jornal de Notícias*, do Porto, recorda a azáfama vivida na redação durante o decurso da Operação Dulcineia, e os cortes abundantes e sistemáticos da censura. Vários dos telegramas censurados foram preservados por Pinto Garcia e podem ser consultados na sua obra (2011), assim como vários recortes da imprensa brasileira.

<sup>31</sup> Ver Telegrama nº 17 (25-01-1961), em MAE 200 QO 86.

transmite através das notícias é a de um ato violento e tresloucado, que punha em risco a vida de centenas de civis. A palavra “pirataria”, mais do que um conceito para classificar o ato de assalto ao navio, funciona como um “carril mental” (Freund apud Breton, 1997: 17) que aspira a encaminhar o pensamento dos leitores por uma via completamente diferente da que seria possível pela apreciação da versão contraditória dos membros do comando a bordo do navio. A retórica da pirataria – tendo em conta a conceção aristotélica de retórica como uma relação entre três componentes (*ethos-pathos-logos*) – aspira a convencer o auditório, não só por argumentos fundamentados no discurso da lei, mas também pela via da emoção, impressionando, seduzindo, intimidando o auditório.

A construção deste acontecimento mediático fez-se pelo constrangimento exercido através da palavra, cumprindo o requisito da verosimilhança do qual dependia a sua credibilidade. Sequestrar um navio em alto-mar apresenta traços que tornam verosímil fazê-lo passar por pirataria. Mas a classificação do assalto nos termos da pirataria, assumindo que a palavra não é ideologicamente neutra e que há uma história do conceito de pirataria, serviu o propósito de fazer desacreditar a iniciativa da oposição e de mobilizar os sentimentos de desdém pela ação, em detrimento das reivindicações de politização do grupo que, ainda assim, se podiam descobrir nas notícias publicadas. A seleção e preservação do código simbólico da pirataria, na medida em que o pensamento depende da palavra, adequa-se à finalidade de limitar o alcance da perceção dos leitores e de controlar a definição do sentido do acontecimento mediático. Mais ainda, o ato de nomeação do objeto polémico traz em si parte da proposta de resolução para o problema assim equacionado. Trata-se de fazer passar o verosímil, sugerir o implícito pelo explícito, e instituir um sentido figurado a inferir do literal. Impelia-se assim o o auditório a não ver no assalto um programa político mas o plano de uns malfeitores que se preparavam para atacar a nação. As declarações citadas constantemente na imprensa fizeram correr o espectro de uma ameaça global, reiterada na advertência de que, a prevalecerem desprotegidos, os mares ficariam entregues às investidas de piratas e que, nesse caso, nada impediria que um ataque do género que estava nesse momento a vitimar Portugal voltasse a ser, no futuro, desferido contra qualquer outra nação.

Em várias notícias,<sup>32</sup> reavivava-se a suspeita de que o grupo pretendia conduzir o navio até Cuba e pedir a proteção de Fidel Castro. Este vínculo era alimentado pela menção a uma suposta afinidade entre Henrique Galvão e o capitão português Fernando Queiroga, que, de acordo com as peças publicadas, se tinha encontrado em Caracas e em Cuba com o espanhol Alberto Bayo, por sua vez

---

<sup>32</sup> “Não se afasta a possibilidade de Galvão chegar a pedir a proteção de Fidel Castro”, *O Século*, 25-01-1961:6; “Anarquistas e comunistas veteranos da guerra civil de Espanha colaboraram na preparação do assalto ao Santa Maria que foi planeado há um ano”, *Diário de Notícias*, 26-01-1961:1. A mesma versão é contada em “Foram os comunistas que forneceram a Henrique Galvão e aos seus sequazes os passaportes falsos com que entraram no Santa Maria”, *O Século*, 26-01-1961:9.

identificado como um anarquista com “óptimas relações com os comunistas” e como um “especialista da luta de guerrilhas” que instruíra os homens de Fidel Castro. Galvão teria ainda contado, escreve-se, com o apoio de Luís Cesariny Calafate, presidente da Junta Patriótica Portuguesa, por intermédio de quem teria obtido auxílio financeiro do partido comunista venezuelano e de jornais de Caracas compostos, segundo as notícias, por republicanos espanhóis de obediência comunista ou de tendência anarquista.

O governo de Salazar procurava influenciar as decisões políticas no âmbito internacional convencendo os embaixadores que se encontravam em Portugal de que a captura e restituição do Santa Maria a Portugal era parte integrante da luta contra o comunismo, sob influência do qual se alegava ter ocorrido o assalto. O embaixador francês em Portugal, Bernard de Menthon, que fazia recensões praticamente diárias das matérias publicadas na imprensa portuguesa,<sup>33</sup> contava num telegrama como o diretor geral dos assuntos políticos em Lisboa insistira junto dele sobre o interesse, para todo o Ocidente, em pôr termo ao caso Santa Maria alegando ser essa uma medida necessária para prevenir uma intervenção de Moscovo.<sup>34</sup> Também o embaixador francês em Espanha<sup>35</sup> se mantinha atento às alegações difundidas na imprensa espanhola da conexão do diretório ibérico com Cuba e com Moscovo. Roland de Margerie exprimiu a sua desconfiança pela possibilidade de se estar perante um primeiro gesto do que poderia representar o que designou por uma “terceira forma de comunismo”, uma manifestação de um “comunismo mais especificamente latino”, paralelo ao marxismo russo e eslavo e ao da República democrática chinesa.

A 26 de janeiro, quando a notícia do avistamento do Santa Maria fez a manchete dos matutinos, lê-se em grande destaque em *O Século*: «O Santa Maria, avistado ontem à tarde a 1000 milhas a leste da Trindade, mudou de rumo e navegava para norte, o que fez renascer a hipótese de se dirigir a Cuba, embora também se admita que o seu destino seja “algures” na África central».<sup>36</sup> Ao lado deste anúncio, uma outra notícia indica em título: «Às 3 e 45: “Destino Angola” – comunicou

<sup>33</sup> Ver Telegramas nº 15 (24-01-1961), nº 17, (25-01-1961), nº 18 (25-01-1961), nº 19/20, (26-01-1961), nº 22/23 (26-01-1961), nº 26 (27-01-1961), nº 28/29 (28-01-1961), nº 30 (29-01-1961), nº34 (30-01-1961), nº 35 (30-01-1961), nº 36 (30-01-1961), em MAE 200 QO 86.

<sup>34</sup> Ver Telegrama nº 19/20 (26-01-1961) em MAE 200 QO 86.

<sup>35</sup> Ver telegrama nº 105 (30-01-1961) em MAE 200 QO 86. Citamos aqui a passagem desse extenso telegrama em que R. de Margerie pondera a ligação do acontecimento a Cuba e a Moscovo: “(...) N’assistons nous pas au premier geste d’une troisième forme du communisme, qui, tout en restant certes toujours identique à lui-même, revêt des apparences diverses selon les peuples et les continents? En résumé, malgré la présence déjà chevronnée du communisme dans des pays latins, ne sommes-nous point les spectateurs d’une des premières manifestations d’un « communisme plus spécifiquement latin » parallèle au marxisme russe et slave et à celui de la République démocratique chinoise, communisme prêt à s’étendre sur les Amériques centrale et du sud tout entière ? Et Galvao, en sa folie, n’annonce-t-il pas la dangereuse apparition du camarade Don Quichotte?”.

<sup>36</sup> Ver também “Um avião americano sobrevoou o Santa Maria indicando pela primeira vez a sua verdadeira posição. Ao encontro do paquete português saíram da costa africana dois contratorpedeiros dos Estados Unidos”, *Diário de Notícias*, 26-01-1961:1. A mensagem divulgada pelo tenente Krauss é referida em “Intimado por um avião americano a dirigir-se a Porto Rico, Galvão recusou, declarando que aceitará uma conferência de que não façam parte portugueses e espanhóis”, *Diário de Notícias*, 26-01-1961: 5.



Henrique Galvão a um avião norte-americano que sobrevoou o Santa Maria».<sup>37</sup> No *Diário de Lisboa* desse dia (26-01-1961: 16), a nova mensagem de Henrique Galvão confessando o seu intento de se dirigir para Angola foi mencionada na última página, numa notícia cujo título reproduzia o desafio do ex-capitão português aos navios e aviões que o perseguiram e ao regime de Salazar: «“Nunca nos renderemos” – responderam do Santa Maria ao avião norte-americano».

A classificação do assalto como ato de pirataria prevaleceu nos jornais, alimentada pela transcrição de um manancial de excertos retirados da imprensa espanhola, com um desempenho particularmente relevante neste episódio dada a natureza e a composição ibérica do comando e o seu propósito declarado de destronar também o regime do general Franco. Uma notícia em *O Século* (26-01-1961: 9) anunciava em título que “A imprensa espanhola condena unanimemente o acto de pirataria ao qual se refere largamente e com o maior relevo”. Citam-se aqui até à exaustão passagens dos três principais jornais alinhados com o regime de Franco (*Ya*, *ABC*, *Arriba*) reiterando tratar-se de “piratas”<sup>38</sup> e de um conjunto de “loucos” e “bandidos”,<sup>39</sup> coordenados por um grupo com sede em Havana e formado por homens de Fidel Castro e por republicanos espanhóis no exílio conluídos numa “conspiração de tipo comunista” para “abalar o prestígio e a posição material das potências do Ocidente”.<sup>40</sup> No entanto, alguns correspondentes espanhóis em Londres e em Nova

<sup>37</sup> A mensagem aqui reproduzida tinha sido recebida pelo avião de reconhecimento PV 2 Neptune que localizara o paquete e era retransmitida pelo tenente Krauss nas seguintes palavras: “Destino Angola. Galvão recusa-se a regressar a São João. Aceitará conferência a bordo do Santa Maria com autoridades dos Estados Unidos ou quaisquer outras, desde que não sejam portuguesas nem espanholas. Deseja desembarcar os passageiros”.

<sup>38</sup> Ver notícias citadas em “A imprensa espanhola condena unanimemente o ato de pirataria ao qual se refere largamente e com o maior relevo”, *O Século*, 26-01-1961:9 e em “O objetivo seria conseguir chegar a um porto onde não sejam considerados piratas”, *Diário de Lisboa*, 26-01-1961:16. Em ambas, atribui-se ao correspondente do *ABC* em Lisboa a seguinte passagem: “Num momento em que qualquer ataque à unidade e à integridade da Nação constitui um crime, Galvão, com o seu bando de guerrilheiros, bem semelhantes às sangrentas brigadas internacionais, não duvidou cometer este crime e esta ação de vândalos”. O correspondente em Lisboa do *Ya* é referido como autor da crónica “O Pirata voltou a ameaçar que afundará o Santa Maria”. O correspondente em Lisboa do *Arriba* é citado como tendo assinado o artigo de primeira página “Continua nas mãos dos piratas” onde entendia que “O objetivo de Galvão era, sem dúvida, fazer alarido, com foros de sensacionalismo. Porém, nada podia ser mais descabelado do que o assalto ao transatlântico pelos piratas”. A este artigo, juntar-se-ia o editorial do *Arriba* intitulado “Um ato de pirataria”, do qual é retirado o seguinte excerto: “Galvão não é a personagem romântica de qualquer aventura. É um bandoleiro do mar. Não há um ideal político nem pode haver quando se perpetra um ato criminoso contra a vida e segurança de centenas de seres humanos, completamente alheios ao delito de este indivíduo (...) Essas atividades não são política, mas pura e simplesmente pirataria”.

<sup>39</sup> “Trata-se de loucos e de bandidos – diz o *Ya*”, *O Século*, 26-01-1961:9. Segundo a notícia, o correspondente em Lisboa do jornal *Ya* teria considerado que “Com essa selvajaria romântica, mostraram até que ponto nas fileiras da oposição de Portugal abundam os loucos e os bandidos” Num editorial publicado no mesmo jornal sob o título “Pirata de direito”, acentuava-se que a ação conduzida por Galvão “Mais parece obra de um louco do que o desígnio de um idealista”.

<sup>40</sup> Ver “As operações clandestinas em Espanha e Portugal são coordenadas por um grupo que tem sede em Havana e é formado por homens de Castro e republicanos espanhóis no exílio – afirma o *Ya* de Madrid”, *O Século*, 27-01-1961:1 e 6. Tal como citado nos jornais de Lisboa, o correspondente do *ABC* dizia: “Há o direito de pensar que o apoio oferecido aos piratas do Santa Maria provém de Castro pois é um facto lógico para todos aqueles que conhecem a psicologia da personagem. Sem ser um comunista, Castro trabalha para abalar o prestígio e a posição material das potências do Ocidente”; no *Ya*, sob o título “Há comunistas espanhóis a bordo do Santa Maria”, José Ramon Afonso concluía que o grupo queria “Chamar a atenção do Mundo – crê-se na capital portuguesa – para as atividades conspiratórias ou atrever-se a uma abordagem a Cabo Verde, depois de ter embarcado forças em Cuba, de onde Fidel Castro prestaria o seu apoio a tal ato de banditismo internacional. Galvão não tem porto a que se acolher, e admite-se que o próprio Fidel Castro, tão

Iorque tinham, nas suas primeiras crónicas, descartado a classificação de pirataria e indicado a motivação política da ação, um reparo documentado em telegramas do embaixador francês Roland de Margerie.<sup>41</sup> Nenhuma dessas crónicas surge transcrita nos jornais de Lisboa.

Segundo uma investigação aprofundada à cobertura da imprensa no regime franquista (Garcia, 2005), do mesmo modo que notícias e comunicados difundidos nos jornais portugueses sugeriam que os elementos do grupo eram maioritariamente estrangeiros, destacando o predomínio de espanhóis por serem “pessoas habituadas a lidar com armas, veteranos da guerra civil”,<sup>42</sup> a imprensa submetida a Franco camuflou com frequência a nacionalidade espanhola de uma parte dos membros, identificando os responsáveis pelo assalto como sendo, em maior número, portugueses, e apresentando o assalto como um incidente dirigido contra o regime de Salazar. Sujeita à censura, a imprensa espanhola afastou as suspeitas de que o assalto ao Santa Maria era politicamente determinado e desmentiu existirem compatriotas seus tentando derrubar os governos peninsulares e reclamar o regresso da democracia. Ao longo de vários dias, na imprensa de Espanha, e também na de Portugal, ocultou-se o nome por que ficou conhecido o comando – Diretório Revolucionário Ibérico de Libertação ou DRIL. O DRIL fora formalmente constituído em janeiro de 1960, na Venezuela, e albergava um núcleo substancial de exilados portugueses – a segunda maior comunidade portuguesa na América Latina, a seguir ao Brasil – e vários exilados espanhóis, numa procura de unir esforços para iniciar a ação direta armada contra os regimes de Franco e Salazar.<sup>43</sup>

A imprensa portuguesa como a espanhola estavam constrangidas a tirar partido de um certo entusiasmo revolucionário latino-americano, que, na primeira fase da Revolução Cubana, tinha levado os cubanos a patrocinar movimentos contra ditaduras latino-americanas e a solidarizar-se

---

relacionado com elementos da oposição portuguesa, dificilmente quererá pactuar com os piratas ocultando-os em Cuba”.

<sup>41</sup> A partir de Madrid, o embaixador Roland de Margerie notifica o governo francês sobre a abundância de notícias na imprensa espanhola referindo-se ao assalto ao Santa Maria como um “complot castrista” e fomentado por Moscovo e constata o condicionamento da imprensa pelo regime de Franco. Roland de Margerie notava que, no dia seguinte à publicação, no *Ya*, de uma entrevista ao professor catedrático António de Luna Garcia, que se referia ao assalto através das categorias de amotinação, insurreição ou rebelião, os jornais *Ya* e *ABC* difundiam o parecer de um outro professor de direito internacional, José Yenguas Mesías, declarando ser a tomada do Santa Maria um ato de pirataria. Ver em especial telegrama nº 97 (25-01-1961) e telegrama nº 105 (30-01-1961) recolhido em MAE 200 QO 86.

<sup>42</sup> “Não se afasta a possibilidade de Galvão chegar a pedir a proteção de Fidel Castro”, *O Século*, 25-01-1961:6.

<sup>43</sup> Na luta contra esses regimes, portugueses e espanhóis tinham cruzado, por diversas ocasiões, um caminho comum, planeando em cooperação o combate a Franco e a deposição de Salazar. Durante a Guerra Civil Espanhola, republicanos portugueses tinham integrado os batalhões militares da República, enquanto opositores exilados, numa operação que ficaria conhecida como “Plano Lusitânia”, projetavam concentrar tropas na região da Catalunha para invadir Portugal e fomentar a revolta contra o regime de Lisboa. Na continuidade desta cumplicidade estabelecida entre exilados portugueses e espanhóis, que tinha ganho força no período republicano espanhol e nas décadas de combate aos regimes ibéricos que se seguiram à vitória de Franco, o DRIL teria resultado da congregação entre o MNI liderado por Humberto Delgado e a União de Combatentes Espanhóis (UCE) liderada por José Velo Mosquera, um galego anarquista, que tinha já passado por Portugal, em fuga ao regime franquista. O DRIL era animado pelo projeto ibérico e de criação de uma frente única luso-espanhola de oposição, que tinha já sustentado outras iniciativas de cooperação entre os opositores dos dois países. Definindo-se a si como uma organização democrata de luta antifascista, e que defendia o recurso à violência para derrubar os Governos da Península, o Diretório, uma vez consumado o afastamento de Franco e Salazar, planeava estabelecer um regime democrático numa confederação de repúblicas ibéricas.

com os espanhóis antifranquistas. Tanto na Venezuela, onde uma revolução em 1958 derrubara a ditadura de Perez Jiménez, como no México, que não reconheceu o governo de Franco, o ambiente era favorável a movimentos revolucionários e a uma simpatia pelos republicanos espanhóis. Nos jornais espanhóis e nos portugueses agitavam-se os clássicos fundamentos da propaganda comum aos regimes de Franco e de Salazar: a conjura comunista e conspirações maçónicas internacionais. Este processo de tornar a dizer a mesma coisa pela mesma forma de simbolização implica a anulação de designações alternativas e pode ser entendida através da noção de “ecrãs terminísticos” (*terministic screens*) crucial na teorização da linguagem como forma de ação simbólica de Kenneth Burke (1989 [1968]). Para Burke, as tipologias de definição de um acontecimento tornam possível uma ordenação do pensamento e da ação, mas ao abrir determinadas vias de entendimento de experiências, elas podem também agir como um filtro, ou ecrã, que inibe e limita outros modos de compreensão. Se a linguagem é, portanto, indispensável à experiência humana, ela funciona também como um constrangimento, que pode enganar, refrear e impedir outras formas de definir a situação. Com a repetição sistemática do conceito de pirataria, a função representativa da linguagem é relegada para segundo plano e faz sobressair a sua função apelativa, embora o que se diz deva aparecer como se ocupasse um papel central na produção das notícias. É o modo como o regime pretendeu dar a ver o assalto e a forma das relações pelas quais procurou ligar a sociedade que aparece pelos relatos noticiosos e pela codificação do acontecimento. O enunciador denuncia previamente a sua intenção por meio do nome que dá às coisas.

A cobertura do assalto ao Santa Maria na imprensa portuguesa sugere que o acontecimento mediático pode também ser pensado em função da lógica de relações e de uma identidade comum forjada nos textos publicados, da insinuação de fronteiras de inclusão e exclusão. A realidade simbólica formada através dos jornais dá a ler um desenho de compreensão largamente delineado pelas fontes afetas ao regime e trazem à luz a matriz do pensamento de Salazar, inscrito numa tradição ultraconservadora, antiliberal e anticomunista, e mobilizada para a afirmação da identidade coletiva e de um interesse nacional, que permite exortar ao combate contra aqueles que, como Henrique Galvão e Humberto Delgado, foram apresentados como ameaça à unidade da nação.

### **A polifonia nos *media* estrangeiros e a definição da situação do sequestro**

A repercussão internacional do assalto ao Santa Maria foi imediata. Logo no dia 24 de janeiro, a notícia da tomada do navio surgiu destacada na primeira página de vários jornais britânicos. O conservador *Daily Telegraph* reservou o canto superior esquerdo da sua primeira página à notícia “Liner seized by rebels at sea. Threat to scuttle with 600 aboard. British frigate sent against pirates” (ver anexos, fig.61). Assinada pelo correspondente do jornal em Nova Iorque, a peça refere que um

“gang” de 69 homens, descritos como “rebeldes”, sequestrara o paquete Santa Maria nas Caraíbas e ameaçava afundá-lo se qualquer vaso de guerra se aproximasse. Henrique Galvão é o foco principal de um segmento da notícia, realçado com o intertítulo “Salazar opponent. Ex-Army Captain”, onde era apresentado como um ex-capitão do exército português de 65 anos, e como um “oposicionista proeminente” ao regime de Salazar. Conta-se que Galvão teria fugido, no ano anterior, do Hospital de Santa Maria, para onde fora transferido por complicações de saúde enquanto cumpria uma pena de 16 anos, ditada em 1952 sob acusação de ter organizado uma conspiração para derrubar o governo de Salazar, refugiando-se nessa sequência na Embaixada da Argentina. Uma outra secção designada “Assembly Criticism. Colonial Service” acrescentava que Henrique Galvão desempenhara o cargo de administrador colonial em África, e que, em 1947, atraíra o desagrado de Salazar ao expor, enquanto membro da Assembleia Nacional, um relatório altamente crítico das condições de vida em Angola.

Também o jornal de esquerda *Guardian* (24-01-1961) noticiou em primeira página: “Liner Seized at Gunpoint. Caribbean pursuit by US and British warships. 600 passengers aboard. Gang reported to have used grenades and machine guns”. A notícia, assinada pela agência Reuters e baseada em informações do Almirantado britânico e da marinha dos EUA, em declarações do porta-voz da Companhia Colonial de Navegação e em agências noticiosas como a *Canadian Press*, salientava a concentração de meios americanos e britânicos na perseguição ao navio que referia ter sido sequestrado por um “gang” de “rebeldes” e definia Henrique Galvão, uma vez mais, como “oposicionista proeminente” de Salazar. A mesma notícia surgiu publicada no liberal independente *The Times*.<sup>44</sup> Ainda que condicionados pela versão construída pelas fontes de informação vinculadas ao regime de Salazar e difundida na imprensa portuguesa, estes primeiros artigos da imprensa britânica facultavam uma apresentação diferente do assalto, pelo modo como eram mencionados os elementos do grupo e como é dado a conhecer Henrique Galvão.

No dia seguinte, na coluna superior esquerda da primeira página do *Guardian* (25-01-1961) evidenciava-se o anúncio «Rebels want to “free” Portugal. First radio message from seized liner. “Honour or Death”» (ver anexos, fig.63). A notícia tem como principal fonte de informação a mensagem de rádio emitida por Henrique Galvão a bordo do Santa Maria, na qual afirmava que o objetivo da ação era “libertar Portugal”, definindo claramente a tomada do navio como um ato político contra os regimes em vigor na península ibérica. A peça acentuava ainda o vínculo com o general Humberto Delgado que, a partir de São Paulo, teria telegrafado a Henrique Galvão, então em Curaçau, fixando a máxima “Honra ou morte” e delegando-lhe todos os poderes para dirigir a

---

<sup>44</sup> “70 armed men seize cruise liner. British frigate in pursuit. ‘Rebels’ scuttle threat. 600 passengers on board”, *The Times*, 24-01-1961:10.

operação, de modo a não violar regulamentos cobrindo o asilo político no Brasil que lhe fora concedido desde a sua alegada derrota nas eleições presidenciais de 1958. Respondendo ao pedido de Henrique Galvão no sentido de obter para o Santa Maria o reconhecimento de um ato insurrecional e de um estado de beligerância, Humberto Delgado enviou um telegrama aos embaixadores dos EUA e da Inglaterra no Brasil no qual desmentiu categoricamente o rótulo de piratas atribuído ao grupo, invocando a sua condição de combatentes dos regimes ibéricos. No telegrama, citado nesta notícia, o general enfatizava que o ato, mais do que uma revolta, consistia na apropriação de um transporte português por portugueses e para fins políticos portugueses e pedia à Inglaterra e aos EUA que não interferissem no que clamava ser uma “guerra política”.<sup>45</sup>

A primazia dada à mensagem de Henrique Galvão e às diligências diplomáticas de Humberto Delgado confluem para dar corpo a um outro modelo de acontecimento noticiado e para construir uma visão em redor do assalto ao Santa Maria bem diferente da que estava a ser guiada pela imprensa portuguesa. O correspondente parlamentar do *Guardian*, Norman Shrapnel, assinou uma outra peça de primeira página, designada “Pirates, or rebels against dictatorship? Labour fears Navy was too quick off the mark”, na qual contestou a designação de pirataria: “When is a pirate not a pirate? When, perhaps, he is a political rebel. And what do you do with him if you catch him? - Next question, please”. Já no interior do jornal, em “Revolt at Sea” (25-01-1961: 10),<sup>46</sup> afirmava-se não terem os meios britânicos sido mobilizados após o regresso da fragata *Rothsay* por o governo não se achar convencido de estar a lidar com piratas. No mesmo sentido, na peça “Insurrection – not piracy. Doubts about right to intervene”,<sup>47</sup> do correspondente legal do *Guardian*, argumentava-se que agindo em nome de um objetivo público, como o de derrubar um regime político, e não para satisfazer uma afeição pessoal, os autores do assalto ao navio, podendo embora cometer atos

---

<sup>45</sup> Leia-se a mensagem de Humberto Delgado citada nesta notícia: “We are not pirates – we are engaged in a political war. This is our business – not the business of the United States or Britain. We are not stealing anything or hurting anybody, and I am sure the navies of the United States and Britain will recognise our position and give up the chase. I ask you to advise your Governments that the case of the Santa Maria does not represent mutiny or piracy, but the appropriation of a Portuguese transport by Portuguese for Portuguese political ends. I insistently ask your Governments not to interfere”.

<sup>46</sup> Vale a pena citar um excerto do artigo: “The Admiralty has got itself into a slightly comical tangle over the Portuguese liner Santa Maria (...) It is difficult as we write to see how anybody can stop Captain Galvao and his fellow-rebels, short of using means which the Navy has so far been instructed to avoid. It could under international law use such means without further ado if the Government was convinced that the rebels were pirates. In fact, the Government is plainly (and rightly) not convinced. There is good reason to think that this is an armed rebellion (...) The Navy (supposing that it can catch up with the Santa Maria) could still intervene, but only because of a political decision (...) Captain Galvao is a rebel against a dictatorial Government which, on land at any rate, controls all the sinews of power and ought to be well able to look after itself. If by some chance, the Government turned out to be as weak as Galvao hopes (he intends his seizure of the liner to set off an overturn in Portugal), it would scarcely be worth shoring up, quite apart from its dictatorial demerits. The Navy will be well out of it if its frigates go on scanning the Caribbean horizon in vain”.

<sup>47</sup> *Guardian*, 25-01-1961:11. Leia-se a seguinte passagem: “The action taken by Captain Galvao and his associates aboard the Santa Maria does not constitute piracy under international law (...) The man who acts with a public object, such as overthrowing a political regime, may commit similar acts but his moral attitude is different. In the classic words of the international jurists, he is not only not the enemy of the human race but he is the enemy solely of a particular State”.

similares aos praticados por piratas, distinguir-se-iam destes num aspeto essencial: o da atitude moral. Não sendo a pirataria legalmente declarada neste caso, o grupo, conclui-se, não seria inimigo de todos os Estados, mas unicamente de um Estado particular, o Estado português, a quem caberia, portanto, a responsabilidade pela vida dos passageiros.

Também no *Daily Telegraph* (25-01-1961) a designação de pirataria começava a aparecer de forma menos assertiva, distinguida entre aspas no título de primeira página: «“Pirate” offers to land passengers. “No Surrender” Radio From Cruise Liner. Gen. Delgado says he ordered seizure” (ver anexos, fig.62). A mensagem emitida por Galvão, onde se dizia adversário da forma de governação em Portugal e reiterava nunca se render, e a advertência de Humberto Delgado, recolhida pelo correspondente especial do jornal no Rio de Janeiro,<sup>48</sup> de poder o assalto ao Santa Maria ser o sinal para outra ação em toda a parte no mundo contra o regime de Salazar,<sup>49</sup> voltam a afirmar-se como as principais fontes de informação citadas. Era possível, sugeria o correspondente britânico, que o general Delgado, contando com a cooperação de um pequeno núcleo de apoiantes e da maioria da imprensa liberal brasileira, estivesse expectante de uma pressão do Brasil sobre o governo português, tirando ainda partido da iminência da tomada de posse do novo presidente, Jânio Quadros, que, em declarações anteriores, manifestara simpatia pela luta dos “povos oprimidos”.<sup>50</sup>

A tese de que a tomada do Santa Maria cairia sob a alçada da pirataria não foi, contudo, abandonada no editorial do *Daily Telegraph*, expressivamente intitulado “20th Century Pirates” (25-01-1961: 10). O texto apontava os intentos “puramente fantasiosos” e os resultados fatídicos deste ato, aqui classificado de pirataria. Se a operação poderia ser considerada um sucesso na qualidade de campanha publicitária, escrevia-se no editorial, ela teria também servido para pôr em evidência o que se refere como a “brandura” do regime de Salazar, notada na relativa “liberdade de acção” consentida aos movimentos de oposição.<sup>51</sup> Também no artigo «Piracy “crime against all”. Death penalty under world law”» (25-01-1961: 22) o assalto voltou a ser definido nos trâmites da pirataria,

<sup>48</sup> Ver subpontos “Mission accomplished” e “Recognition sought. Beligerant status”, *Daily Telegraph*, 25-01-1961:1.

<sup>49</sup> Ver subponto “Signal for action – Other Revolts Possible”, *Daily Telegraph*, 25-01-1961:1.

<sup>50</sup> Ver subponto “New President. Inauguration Next Week”, *Daily Telegraph*, 25-01-1961:1.

<sup>51</sup> Atente-se no seguinte excerto: “Whatever else may be said about Henrique Galvão, he deserves his moment of fame. News of his exploit streaks with gaudy irrelevance across the sombre mid-twentieth-century sky; piracy, the most anachronistic of international crimes, has been committed – and, once again, upon the Spanish Main. But romantic reflections must be quickly sobered by the fact that this deed has cost a loyal officer’s life; several other members of the Santa Maria’s crew have been put ashore wounded, and there may well be further casualties. Apart from this, the affair seems to be pure fantasy. What, it may be wondered, can Galvao have hoped to achieve by seizing a pleasure liner with 600 passengers on board? How on earth could such a coup further his declared intent to liberate “all of Portugal”? (...) Certainly, it is a stroke of a world-wide publicity; but if the perpetrator hoped thereby to call attention to the Portuguese dictatorship, he has at the same time advertised its relative mildness. Because of that, Galvao is free to do what he has done (...) By whatever liberal sentiments Galvao may be inspired, he has committed the international crime of piracy (...) To have refused [help] would indeed have been an act of political prejudice, of which Labour speakers accused the British Government yesterday. Do they seriously suggest that democratic aspirations justify armed passengers in seizing a liner on the high seas, killing at least one of her company and wounding others?”.

alegando-se que constituía um crime não contra um Estado particular, mas contra a humanidade. Um porta-voz do governo português citado noutras passagens deste jornal<sup>52</sup> procurou influenciar o trabalho dos correspondentes da imprensa que se encontravam em Lisboa, declarando-lhes que o grupo não passava de um “gang de piratas” e que a sua ação não deveria ser confundida com qualquer iniciativa da chamada oposição.

O conflito conceptual para designar o ato concretizado a bordo do Santa Maria e o dilema aberto pela problemática da natureza da operação motivou debates na Câmara dos Comuns, noticiados e retroativamente alimentados pelos jornais britânicos, que, neste processo, iam revelando perfis politicamente diferenciados e uma certa adjacência ao sistema partidário britânico, ainda que dele não emanando diretamente. Por um lado, manifestava-se a posição de uma ala conservadora expressa pelo “lord” Orr-Ewing, que alegava estar o Almirantado de acordo com a lei internacional e com a tradição da marinha britânica ao colocar meios para tentar apreender o Santa Maria, respondendo a um pedido de assistência naval da sua mais velha aliada.<sup>53</sup> As instruções dadas à marinha, dizia ainda, iam ao encontro do objetivo de salvaguardar a vida dos 600 passageiros a bordo, tomando em consideração os “aspectos humanitários” e a “ansiedade” que o ato teria provocado.<sup>54</sup> Esta orientação, focalizada naquele que era o aspeto mais melindroso da operação, foi retomada com grande destaque no *Daily Telegraph*,<sup>55</sup> jornal que aparece assim a caucionar as decisões britânicas em auxílio do regime de Salazar.

Por outro lado, distinguia-se a conceção do partido trabalhista, que entendia não ser o assalto ao Santa Maria subsumível à designação de pirataria. Em resposta às declarações de Orr-Ewing, um membro da oposição, Gaitskell, numa intervenção notada com maior relevo no *Guardian*,<sup>56</sup> questionava se era da tradição da marinha britânica prender aqueles que procuravam “escapar de um regime ditatorial”, e estimava que até a ocorrência ser inteiramente apurada e as condições internas portuguesas devidamente consideradas, uma intervenção do governo britânico significaria uma ingerência num assunto interno. Também o parecer citado de um outro deputado da oposição, George Thomson, era categórico: quer se estivesse a lidar com piratas ou com rebeldes políticos, não seria do dever britânico entregá-los ao governo português, levantando-se já como plausível a

---

<sup>52</sup> Ver subponto “Gang called ‘outlaws’”, *Daily Telegraph*, 25-01-1961:1. Ver também “Lisbon clears opposition. Seizure of liner”, *Daily Telegraph*, 25-01-1961:22. A notícia, da Reuters, cita as declarações do porta-voz do governo português: “The men who attacked the Santa Maria are not politicians or ideologists. They are just outlaws. It is not thought that the so-called Opposition in Portugal necessarily has anything to do with the wicked act committed by this gang of pirates”.

<sup>53</sup> “Portugal turns to oldest ally”, *Daily Telegraph*, 25-01-1961:1.

<sup>54</sup> Ver subponto “Passenger’s anxiety. Humanitarian Aspect”, em “Navy help on “pirate” ship defended”. Asylum Plea», *Daily Telegraph*, 25-01-1961:21.

<sup>55</sup> «Naval Action “Right”. Civil Lord’s reply», *Daily Telegraph*, 25-01-1961:1. Ver também «Navy help on “pirate” ship defended”. Asylum Plea», *Daily Telegraph*, 25-01-1961:21.

<sup>56</sup> “Pirates, or rebels against dictatorship? Labour fears Navy was too quick off the mark”, *Guardian*, 25-01-1961:1.

concessão do asilo político ao grupo. A circunstância de não haver passageiros britânicos a bordo do Santa Maria era observada pelos deputados trabalhistas como fator de risco de se poder vir a considerar a mediação britânica uma intromissão na política interna portuguesa ou até mesmo um alinhamento com o regime de Salazar.

O *The Times*, o jornal mais lido pela elite britânica e que atribuía grande importância ao debate sobre questões internacionais, acompanhou com assiduidade o conflito que se desenhou em torno da tomada do Santa Maria, pressentindo-se nos seus textos o cuidado com que o jornal exprimiu as sensibilidades dos vários setores da administração de MacMillan. A dualidade de definições possíveis para o assalto deu origem a um editorial intitulado “Pirates or what?” (25-01-1961: 11), atravessado pelo sentido de dúvida sobre a classificação do ato. O *The Times* alegava que os relatórios chegados do Santa Maria, de Lisboa, Nova Iorque, Ottawa e Londres não facultavam dados suficientes para um julgamento fundamentado sobre a natureza da ação. O assunto parece ter despertado o interesse e a divisão da sociedade britânica, como se depreende de uma série de cartas de leitores em resposta a este editorial. Nessas cartas, publicadas na página editorial do *The Times* ao longo dos dias seguintes sob o mesmo título interrogativo, “Pirates or what?”, expressaram-se opiniões bem divergentes, das mais favoráveis à participação britânica na apreensão do navio às mais compreensivas com o ato comandado por Henrique Galvão.

Estava assim consagrada a concorrência entre dois modos qualitativamente distintos de “definição da situação”, para empregar o conhecido conceito de William Thomas (1984): pirataria *versus* luta pela liberdade. A questão fulcral que, desde estes primeiros dias de noticiabilidade, perpassa e diferencia a cobertura dos jornais incide sobre o que é o ato de tomada do Santa Maria, uma controvérsia que pode ser referida como o problema da qualificação ou ainda como a “questão do nome” (Meyer, 1994: 57-58). O debate recai sobre que classificação atribuir ao assalto. Como os diferentes jornais selecionaram e acederam a diferentes fontes, com versões distintas, também cada um lhe deu um nome diferente, ora definindo o acontecimento segundo uma terminologia que mostra pouco distanciamento dos mapas de sentido formatados sob alçada do regime de Salazar, ora dando voz aos protagonistas do assalto reivindicando que o acontecimento deveria ser chamado com um nome diferente do que lhe foi dado pelas fontes de informação afetas ao regime. Esta visão comparada dos textos publicados não dispensa uma reflexão de feição linguística, atenta à relevância do uso de símbolos e dos sentidos moldados pelos conceitos para a compreensão socialmente partilhada do acontecimento. Além de nomear, o conceito destacado para designar o assalto deve também ser perspectivado pelo que ele provoca, pelo modo como afeta a situação e a audiência a que se destina, levando-a a imaginar, a selecionar e a definir um modelo de resposta à situação assim enunciada.



Também na imprensa francesa, a mensagem radiofónica difundida por Henrique Galvão fez a capa do *Figaro*, onde a ação é enunciada em título como tendo um âmagio político: “Après le putsch politique du capitaine Galvao en mer des Caribes, vaisseaux de guerre anglais et américains à la poursuite du Santa Maria” (ver anexos, fig.65). Um tópico da notícia, realçado a negrito, acrescenta: “Le chef des rebelles à la tête de ses 69 insurgés conduit le paquebot et ses six cents passagers vers une destination inconnue”. Houve ainda espaço para se citar um excerto da mensagem: “C’est un premier pas vers la libération du territoire national. Tous les touristes sont sains et saufs et seront débarqués dès que possible”.<sup>57</sup> A continuação da notícia, que ocupa praticamente toda a quarta página do jornal, estende-se sob o cabeçalho: “L’Odyssée du Santa Maria. Putsch politique en mer des Caraïbes dirigés contre le gouvernement portugais” (ver anexos, fig.66).

No *Le Monde* (25-01-1961), a operação foi noticiada na coluna central da primeira página sob o título “Adversaires du régime Salazar s’emparent d’un paquebot portugais dans la mer des Caraïbes. Lisbonne demande aux Anglais d’arraisonner le navire” (ver anexos, fig.64). A peça, assinada de Lisboa, referia tratar-se não de piratas mas de “nacionalistas portugueses” dirigidos por “chefes da oposição portuguesa no exílio”. Na coluna superior esquerda da primeira página da sua edição seguinte, a manchete do *Le Monde* (26-01-1961) divulgava a reivindicação de reconhecimento político feita por Henrique Galvão: «L’odyssée de la Santa Maria. Le Capitaine Galvao déclare qu’il s’agit d’une insurrection et non d’un acte de piraterie. “Tous les passagers seraient sains et saufs”» (ver anexos, fig.67). A notícia foi desenvolvida na segunda página com o título “Un objectif politique purement démocratique”, referindo-se que Galvão frisava na sua mensagem pretender, com a tomada do navio, chegar a um objetivo político democrático, mais do meramente antitotalitário. Tornava-se claro que o assalto ao Santa Maria se consagrava, para retomar as palavras do historiador Fernando Rosas (1994: 533), como um marco “na internacionalização do impacto da luta política” contra o regime de Salazar.

### **O espetáculo do Santa Maria como antecâmara da luta contra o domínio colonial português**

Em redor do problema da classificação do assalto ao Santa Maria surgiu um interesse dos jornais na figura de um dos seus protagonistas, Henrique Galvão, e na sua carreira política, que transitou da militância nas fileiras do regime para o campo do dissídio público contra Salazar. Galvão havia

---

<sup>57</sup> A mensagem é retomada e extensamente citada no interior do jornal, em «Enrique Galvao: “Premier pas vers la libération du territoire national. Les passagers sont sains et saufs”», *Figaro*, 25-01-1961:4 : «J’ai pris le commandement des hommes qui sont avec moi pour accomplir le premier pas vers la libération du territoire national. Cette insurrection est donc un acte politique et la plupart des passagers l’ont accueilli avec enthousiasme. Leur tranquillité et leur sécurité à bord est totale. D’ailleurs tout à bord est absolument normal. Nous demandons le soutien de tous les gouvernements et de tous les peuples libres du monde. Et aussi la reconnaissance politique de cette portion libérée du territoire national présidé par le général Delgado que le peuple portugais a élu à la majorité et qui, de droit, est de chef de l’État (...) [Nous demandons] la reconnaissance de notre sacrifice et de notre de dévouement patriotique».

desempenhado cargos de relevo como o de governador da província de Huíla, em Angola, ou o de inspetor superior da administração colonial. Participara também na Exposição Colonial de Paris (1931) e no Congresso Internacional de Imprensa Colonial (1931), organizara as Feiras de Amostras Coloniais de Luanda e Lourenço Marques (1932) e dirigira, já com a patente de capitão, a I Exposição Colonial Portuguesa no Porto (1934), momento em que divulgou a sua carta imperial “Portugal não é um país pequeno”, doravante símbolo da suposta grandeza de um Portugal, unindo continente e ultramar num só corpo.<sup>58</sup> Nos anos seguintes, organizou a secção colonial da Exposição do Mundo Português, do Cortejo do Mundo Português e das Comemorações da Fundação da Nacionalidade, e viu-se incumbido de missões pelos territórios portugueses em África e no Oriente.<sup>59</sup> Porém, em meados da década de 1940, as suas intervenções na Assembleia Nacional mostravam-se cada vez mais críticas da política colonial, dos princípios de centralismo político-administrativo e do rígido controlo financeiro do governo de Salazar. Dois anos depois de apresentar o seu explosivo relatório sobre as condições nas colónias portuguesas em África, Henrique Galvão apresentou um novo “Aviso Prévio” numa sessão pública, no qual voltou a delatar o que dizia ser a incompetência no desempenho dos cargos na administração de Angola, e num outro discurso perante a Assembleia Nacional, criticou a política orçamental para as colónias dos ministros Armindo Monteiro e Marcelo Caetano e a própria política colonial de Salazar (Wheeler, 2009; Antão e Tavares, 2008; Barreto, 1999; Farinha, 1996; Ventura, 1995).

A trajetória de Henrique Galvão nos meios da oposição foi marcada pela apologia e materialização de ações de pendor excecional, onde sobressai o seu caráter propenso para gestos de cariz sensacional e a intuição do poder dos *media* na luta contra o Estado Novo. A sua experiência enquanto dramaturgo e o trabalho desenvolvido nas estruturas de propaganda do regime ter-lhe-iam permitido ser conhecedor do efeito da *mise en scène* e do potencial estratégico dos *media*. Nas várias ações que organizou, e já como membro do coletivo conhecido como DRIL,<sup>60</sup> ressalta claro o cruzamento entre o combate político e o potencial dos meios de comunicação quer como método de publicitação, quer como um agente mobilizado enquanto parte integrante da sua esfera de atuação. A noção de que o próprio assalto ao Santa Maria teria sido executado com vista a angariar publicidade no estrangeiro e a chamar a atenção para as condições de vida e a supressão de

<sup>58</sup> Ver discurso de Henrique Galvão, em março de 1936, na Sociedade de Geografia. ANTT/EPJS. Serviço de Fotografia, Álbuns Gerais, Álbuns Alfabéticos, Álbum nº 040.

<sup>59</sup> Ver Galvão, 1960, 1961, 1965; Raby, 1990 e 1995, Farinha 1996, Antão 2008, Castro 2010, Mota 2011, Peres 2009; Barreto, 1999: 81-82.

<sup>60</sup> A primeira grande ação do grupo consistiu em bombardeamentos em Madrid, em fevereiro de 1960, quando o então ministro dos Negócios Estrangeiros português, Marcello Mathias, se encontrava na capital espanhola com o general Franco para assinar um acordo comercial numa zona perto da sede da Falange espanhola. A ação foi reivindicada por meio de um comunicado enviado ao *Le Monde*, complementado uma semana depois por uma entrevista de Galvão à imprensa venezuelana para justificar o recurso a explosivos com fins políticos.

liberdade na península ibérica foi apontada por um correspondente do *The Times* (25-01-1961: 10) no artigo “Man in the News. Fearless Critic of Portugal’s Administration”:

Ever since Captain Henrique Carlos Malta Galvao became an active opponent of the Salazar regime, more than 10 years ago, he has proclaimed that what the opposition movement in Portugal most needed was publicity abroad. His seizure of the Santa Maria has put his contention into spectacular effect. Even while in Portugal and under arrest he was a fearless and articulate man. Some of his appeals and protests against his accusers and the military tribunals who charged him with subversion leaked into print in underground pamphlets (...) The first objective of the Portuguese opposition, he maintains, must be to overthrow Dr. Salazar’s administration, which, he argues, is stifling Portuguese life and expression

Na década anterior, Henrique Galvão redigira panfletos e manifestos desde a Penitenciária de Lisboa, onde estava preso, depois distribuídos no país em forma de jornal clandestino (“Moreanto”, Movimento de Resistência Antitotalitária) e reproduzido na imprensa estrangeira; participou na fundação do jornal *Portugal Livre*<sup>61</sup> em 1959 com Miguel Urbano Rodrigues, o jornalista português que, exilado no Brasil desde 1956 devido à vigência da censura, se movia nos círculos de oposição ao regime em São Paulo, e com o jornalista e diplomata Vítor da Cunha Rego; criou ainda uma emissora de rádio no Brasil, em 1960, ao serviço dos exilados portugueses, a “Voz livre de Portugal”, com Camilo Mortágua, então jornalista e técnico de radiodifusão.<sup>62</sup>

O caráter radical da luta que Galvão preconizava para destituir o regime manifestou-se exemplarmente no assalto ao Santa Maria. Pretendia-se que a tomada do navio marcasse um ponto de transição no desempenho dos movimentos de oposição, invertendo o procedimento que Humberto Delgado designara como o “ciclo de papel”, numa crítica ao que entendia ser a sua inatividade, passando à ação armada direta contra os governos. A excentricidade e o aspeto insólito desta ação, constantemente indicados nos jornais, portugueses ou estrangeiros, são inextrincáveis da constituição do assalto como acontecimento mediático, que só se concretizaria com a visibilidade pública proporcionada pelos meios de comunicação. A plausibilidade de uma planificação do assalto para vir a ser acontecimento mediático constitui umas das características definidoras do que Elihu Katz e Daniel Dayan (1992) designaram, numa aceção muito própria, por “media event”.<sup>63</sup>

<sup>61</sup> O *Jornal livre* tinha uma linha editorial voltada para agitar a ação contra Salazar e divergia da orientação dos elementos do PCP, reunidos em São Paulo em torno do jornal *Portugal Democrático*. O *Portugal Livre* contou no seu primeiro número com artigos assinados por Humberto Delgado e Henrique Galvão, e foi pautado nas suas publicações seguintes por uma crítica firme ao regime e a Salazar e pelo apoio à descolonização e aos nacionalismos africanos. O jornal dedicará uma das suas capas ao apelo deixado pelo DRIL: “Portugueses levantai-vos! O Diretório Revolucionário iniciou a luta final”. Publicam-se nessa sequência as primeiras declarações formais do DRIL e o anúncio, deixado por Galvão, de uma futura vaga de atentados nas principais cidades de Portugal: “As forças livres luso-espanholas são hoje uma realidade e a hora do juízo final para os ditadores ibéricos não tardará (...) Salazar será derrubado em futuro próximo e a queda de um dos tiranos arrastará o outro para o inferno, onde já deviam estar há muito tempo”.

<sup>62</sup> ANTT/AOS/CO/PC – 77 – Info PIDE, nº 87/60, Info 16 março 1960.

<sup>63</sup> Os autores conceberam o conceito de “media event” para designar 3 tipos essenciais de circunstâncias - missão heroica; ocasião de estado; competição – nos quais os *media* são convocados de antemão para “celebrar” o acontecimento ao vivo e onde o repórter assume frequentemente um papel sacerdotal, de compromisso com a integridade da cerimónia.

Embora, diferentemente do “media event”, o poder de atração da tomada do Santa Maria resulte *a posteriori* do seu efeito-surpresa e não de ser previamente arquitetado com o aparato dos *media*, é sobretudo o sentido ritualista implicado no conceito que abre uma linha de afinidade com esta manobra. A influência que se ambicionava com a tomada do Santa Maria é inextrincável do concurso dos *media*. Para que o efeito de choque desejado fosse bem-sucedido, o assalto tinha de dar-se a ver. Impunha-se que ele fosse conhecido, que fosse colocado diante de um público, e que se falasse dele.

Henrique Galvão conseguia assim colocar a sua ação, e, por meio dela, a situação política de Portugal nas primeiras páginas da imprensa, conferindo ao assalto um “capital de visibilidade”, para usar livremente um conceito de Natalie Heinrich (2012),<sup>64</sup> absolutamente indesejado para um regime que pretendia manter-se a si e a agitações avaliadas como desfavoráveis na total invisibilidade. Estas características servem de fundamento ao prognóstico traçado num editorial de primeira página do *Le Monde* de que o assalto ao Santa Maria teria todas as hipóteses de ser bem-sucedido no seu propósito de despertar a atenção mundial e de excitar as camadas populares portuguesas para o processo da luta política, tendencialmente orientada e condicionada pelo regime, mas então agitada por esta ação, apropriadamente designada no *Le Monde* de “espectacular aventura”. No momento em que o governo se preparava para comemorar o 34º aniversário da Revolução que estivera na origem do estabelecimento do Estado Novo, a ação “espectacular” de Henrique Galvão poderia constituir um “aviso” a Salazar, como se sugere no título do editorial, “Un avertissement au Dr. Salazar?” (26-01-1961: 1), demonstrando, nas palavras deste texto, que, ao contrário do que se fingia, nem tudo estava bem para o regime. O assalto é aqui apontado como indício de uma crise do regime que poderia mesmo vir a pôr termo às suas três décadas de existência.<sup>65</sup>

<sup>64</sup> Tomamos aqui de empréstimo o conceito de Natalie Heinrich (2012), que na sua obra, aponta a visibilidade como um capital muito procurado nas sociedades modernas, mas aponta também os seus efeitos perversos em situações que, pelo contrário, primam pelo segredo. Este é um exemplo paradigmático de como a visibilidade, para lá de um recurso associado ao reconhecimento, comporta também um risco, uma ameaça de controlo e submissão a um poder de ver. A visibilidade alberga uma estratégia de regulação, que não pode ser senão inconveniente para um regime que primava pela discrição do segredo, e que via nesta economia da atenção não um privilégio mas um estigma, um antivalor.

<sup>65</sup> “Jusqu’ici les mesures d’exception maintenues par le gouvernement Salazar ont permis d’étouffer tant bien que mal de mécontentement d’une importante fraction de l’opinion publique. Mais la campagne pour les élections présidentielles de 1958 a révélé que les rangs de l’opposition grossissaient et que, sous son apparente apathie, le peuple portugais n’avait pas perdu tout intérêt pour la politique (...) Rien n’indique, pourtant, que le premier ministre soit aujourd’hui plus qu’hier disposé à assouplir le régime; au cours de ces deux dernières années la répression s’est aggravée, la censure de la presse est restée tout aussi rigide. Il est vraie que le Dr. Salazar dispose pour imposer ses vues d’un atout primordial: l’armée portugaise, dont la fidélité lui a permis de se maintenir jusqu’ici au pouvoir et qui ne semble pas encore “mûre” pour l’aventure (...) L’affaire de la Santa Maria (...) vient aujourd’hui indiquer qu’en fait tout ne va peut-être pas aussi bien qu’on le dit sur les bords du Tage. La spectaculaire aventure entreprise par les “desesperados” portugais sera vraisemblablement de courte durée, mais leur objectif, qui est probablement surtout d’attirer l’attention du monde sur la situation de leur pays et d’encourager l’opposition intérieure a toute chance d’être atteint. Nul ne doute que les passions des couches populaires portugaises, habituellement accaparées par les résultats des parties de *football* (sport national), ne soient cette fois plus excitées par cette folle équipe que par les compétitions politiques plus ou moins orientées auxquelles le régime leur permettait à de rares occasions de participer”.

A noção de “espetacular” mencionada nestes artigos remete certamente para o sentido comum atribuído ao espetáculo, como algo que surte grande efeito, que prende a atenção e causa aparato, que impressiona. Seria o espetáculo ligado ao que é visto pelo público como uma exibição, neste caso, uma exibição da luta contra o poder político. Mas o espetáculo tem sido objeto de uma aprofundada conceptualização nas ciências sociais. Na obra de Guy Debord (2012 [1967]), o espetáculo é convertido a uma categoria central da vida social na era dos *media* modernos em que a experiência direta do mundo tende a ser substituída por uma experiência indireta,<sup>66</sup> abrindo a via ao que uma corrente de pensadores críticos da imagem técnica pondera ser o primado da aparência e da ilusão (Riesman, Glazer e Denney, 1969 [1950]). É certo que os processos de afirmação de poder e de contrapoder sempre necessitaram de ser exibidos, de atrair o olhar, de cativar a atenção. Mas com a centralidade que a imagem fotográfica e televisiva adquiriu, o espetáculo ter-se-ia tornado, mais do que um mero produto da técnica, uma modalidade de visão do mundo que se objetivou. Neste sentido, a tomada do Santa Maria foi um espetáculo pela sua tendência para fazer ver por diferentes mediações especializadas um mundo que não era diretamente apreensível; ela pode ser compreendida através das palavras de Guy Debord (2012 [1967]: 12) quando menciona que o espetáculo é “a *afirmação* da aparência e a afirmação de toda a vida humana, isto é, social como simples aparência. Mas a crítica que atinge a verdade do espetáculo descobre-o como a *negação* visível da vida; como uma negação da vida *que se tornou visível*” (itálicos do autor). O próprio navio escolhido, o pacote de luxo Santa Maria, revestia um grande valor simbólico, por ser o único navio de passageiros português a fazer uma ligação regular entre Portugal e os EUA e o mais veloz da carreira da América do Sul. Simultaneamente meio e fim da operação, o Santa Maria certamente não cairia na indiferença do regime, nem na dos *media* internacionais.

É nesta linha de ideias que a edição do *L'Express* dessa semana vislumbrava as potencialidades de transformação para a política portuguesa abertas pela operação de desvio do Santa Maria (ver anexos, fig.68). A analogia entre Henrique Galvão e Fidel Castro, sugestionada no título em forma de pergunta – “Portugal, Un Castro Portugais?” (26-01-1961: 8) – prendia-se não diretamente com os protagonistas que, refere o jornal, tinham pouco em comum para lá da militância política contra os respetivos regimes e da propensão para gestos sensacionais, mas com a conceção do putativo significado político das ações extraordinárias concretizadas por ambos. Se Fidel Castro conquistara o poder na sequência da ação ousada de assalto à cadeia Moncade, destronando assim a ditadura de Fulgêncio Baptista, não seria infundado, calcula o *L'Express*, pôr em hipótese o sucesso deste

---

<sup>66</sup> Importa ressaltar que a conceptualização de espetáculo de Debord vai muito para além da consideração da importância das imagens na criação do que diz ser um comportamento hipnótico, e abrange a sua conversão em mercadoria numa aceção crítica ao capitalismo. No sentido aqui aludido, interessa contudo destacar em especial a sua conceção de que quando a experiência indireta ganha ainda mais importância pela ação dos *media*, as imagens tornam-se reais.

episódio fantástico de assalto a um navio para destituir Salazar:

À 66 ans, Henrique Galvao a tenté, en arraisonnant un transatlantique en plein océan, une folle aventure. Pourquoi? Il paraîtrait bien fou, ce capitaine Henrique Galvão qui, le 23 janvier 1961 (qu'on retienne la date) s'empara, à la tête de 69 hommes armés, du paquebot mixte "Santa Maria", parcelle du territoire portugais chargé de 500 touristes, en croisière dans les Caraïbes; il paraîtrait bien fou si un autre homme, beaucoup plus jeune et bien moins célèbre, évadé lui aussi de la geôle d'un dictateur, n'avait pris pied, avec cinq fois moins d'hommes, sur une parcelle perdue du territoire de son pays, et si cet homme, qui s'appelle Fidel Castro, n'avait pris, depuis, le pouvoir dans son pays. Le 23 janvier 1961 sera-t-il dans l'histoire portugaise ce que le 26 juillet 1953 (assaut, noyé dans le sang, de Castro contre la caserne Moncade) fut dans l'histoire cubaine?

No *Figaro*, onde a tomada do navio surge enunciada como "Operação Dulcineia", uma versão do plano da ação era desvelada numa entrevista que, a partir de São Paulo, Humberto Delgado concedera ao *Evening Standard*.<sup>67</sup> Humberto Delgado declarava pretender desse modo acabar com o governo de Salazar, implantar um governo provisório em Angola e lançar eleições, projeto para o qual dizia contar com o apoio de uma parte substancial da população portuguesa, na metrópole como nos territórios ultramarinos. No plano idealizado, a sublevação armada contra Salazar e Franco começada em Angola estaria na génese de um levantamento popular que se estenderia aos outros territórios portugueses em África e à própria metrópole, culminando na implantação de um governo revolucionário. O regime de Salazar cairia, vexado e fustigado por um golpe atado e germinado a partir de Angola, o centro nevrálgico do império português em África. Paralelamente, um artigo do *Le Monde*, baseado no testemunho do secretário da Liga de Goa e representante em Londres dos nacionalistas africanos das colónias portuguesas, João Cabral, desvelava o possível intuito do grupo de encorajar os portugueses das colónias a entrar na luta contra o regime de Salazar, recordando a larga proporção de europeus de Angola e de Moçambique que tinha dado o seu voto ao general Humberto Delgado em 1958.<sup>68</sup> Possivelmente sustentado nestas declarações, o embaixador francês em Portugal comunicou, num telegrama dirigido ao seu governo,<sup>69</sup> a hipótese de o assalto ser o primeiro ato de um programa minuciosamente engendrado que visava provocar, progressiva ou simultaneamente, distúrbios e rebeliões na metrópole e no ultramar, com o objetivo de originar um levantamento geral contra o regime. Embora Henrique Galvão seja descrito, em

<sup>67</sup> «Dans une interview a l'*Evening Standard*. Le rival malheureux du président portugais affirme: "75% de mes concitoyens sont derrière moi..."», *Figaro*, 26-01-1961:3. Sobre este testemunho de Humberto Delgado ver também subponto "Seizure planned for months. Gen. Delgado's claim" inserido em «Santa Maria sighted by U.S naval aircraft. Position 900 miles from Trinidad on course for Angola», *The Times*, 26-01-1961:10.

<sup>68</sup> "La capture du Paquebot encouragerait les Portugais des colonies à entrer dans la lutte contre M. Salazar", *Le Monde*, 26-01-1961:2.

<sup>69</sup> Ver telegrama nº 27, 27-01-1961, MAE 200 QO 86: "(...)Tout en considérant généralement comme vraisemblable que l'intention des insurgés serait de se rendre à Conakry d'où, après y avoir constitué un corps expéditionnaire, ils pourraient s'efforcer de pénétrer en Guinée portugaise, certains n'écartent pas l'hypothèse suivant laquelle l'ex-Capitaine Galvao et son commando songeraient à tenter de débarquer, avec des complicités locales, sur un point écarté de l'Afrique portugaise pour y proclamer un «gouvernement du Portugal libre». Mais les autorités ne paraissent pas éprouver d'inquiétude sérieuse quant à l'avenir. Elles ont d'ailleurs eu le temps de prendre les mesures de sécurité nécessaires dans les provinces d'outre-mer, dans la métropole et les îles adjacentes, où, à ma connaissance, aucune affiliation n'a été constatée jusqu'ici".

artigos do jornal *Figaro*, como um indivíduo de desígnios erráticos, que ora se aliara a Salazar como “campeão do papel civilizador de Portugal nas suas colónias”,<sup>70</sup> ora transitara para o campo da oposição por, sugere-se, não ver os seus “méritos suficientemente reconhecidos”, a tomada do Santa Maria foi designada como o “epílogo provisório” de uma “guerra” levada a cabo pelos militares rivais de Salazar que vinha abrir um “futuro incerto” para o regime do Estado Novo.<sup>71</sup>

A notícia do avistamento do Santa Maria por um avião norte-americano e do envio, nesse instante, de uma mensagem de Henrique Galvão revelando o plano de levar o navio para Angola surgiram como uma nova ocasião em que a imprensa francesa voltou a conferir grande destaque às suas palavras. Na mensagem, citada em primeira página dos diários franceses,<sup>72</sup> Galvão negava uma vez mais de forma perentória a nomenclatura de pirataria e afirmava não serem “tiranos, mas patriotas, adversários de todas as formas de governação dos povos dispostos a todos os sacrifícios, vida incluída” pela sua causa,<sup>73</sup> alegando contar com a colaboração de passageiros estrangeiros a bordo do navio para alcançar o seu objetivo. A mensagem foi também transcrita com grande visibilidade na imprensa britânica,<sup>74</sup> onde várias notícias continuaram a contestar a designação de pirataria.<sup>75</sup>

<sup>70</sup> «Les “guérilleros” de la mer lancés dans l’opération Dulcine», *Figaro*, 26-01-1961:3.

<sup>71</sup> Ver segmento “Une poignée d’exaltés”, em «Les “guérilleros” de la mer lancés dans l’opération Dulcine» *Figaro*, 26-01-1961:3. É relevante citar o seguinte excerto: “L’affaire du Santa Maria est en réalité l’épilogue provisoire de cette guerre en dentèle qui livrent des militaires rivaux aux hommes en place. Ils représentent une poignée d’exaltés, d’aventuriers ou de braves gens égarés, Le capitaine Galvão en est l’un des représentants les mieux typés. Tour à tour homme de main de Salazar en Angola, champion du “rôle civilisateur du Portugal dans ses colonies”, puis opposant d’autant plus farouche que ses mérites ne lui semblaient pas avoir suffisamment reconnus, il allait créer une “organisation civil et militaire” charger de renverser le régime de M. Salazar (...) un fait apparaît en tout cas évident: l’opposition portugaise a voulu frapper un grand coup, marquer sa présence, et peut-être prendre date pour un avenir incertain”.

<sup>72</sup> A este respeito, ver «Le Santa Maria repéré par la marine américaine. Le paquebot vogue à toute vapeur en direction de la partie centrale de la côte africaine. Quatorze avions et deux destroyers US lancés à la poursuite des “guerrilleros de la mer”. Les rebelles annoncent: “Coup de main monté de longue date sous le nom d’ Opération ‘Dulcine’ ”», *Figaro*, 26-01-1961:1 ; “Repérée à 1000 kilomètres à l’Est de la Trinité. La Santa Maria fait route vers les côtés d’Afrique”, *Le Monde*, 27-01-1961:1 e 2.

<sup>73</sup> Citado do comunicado original, consultado em ANTT/AOS, PC-63, Caixa. 636. Pt. 19.

<sup>74</sup> “Santa Maria heading for Angola. Galvao offer of Conference”, *Guardian*, 26-01-1961:1; « Santa Maria sighted by U.S naval aircraft. Position 900 miles from Trinidad on course for Angola», *The Times*, 26-01-1961:10; “Santa Maria heads for Angola. Negotiation offer by radio to shadowing plane”, *Daily Telegraph*, 26-01-1961:1. Eis a mensagem citada: “American passengers as well as the others understand perfectly the legitimacy of our struggle for liberty by the most enthusiastic forces at my command. We place the responsibility on the attackers. We are no tyrants but patriots, adversaries of all the forms of totalitarian government, citizens disposed to all sacrifices, including life, for our great cause, but we count on the understanding of our passengers on board (...) The immediate plans are to continue all the best struggles against tyranny affecting my disgraced country itself, for the liberty which we have achieved for this floating part of our country”.

<sup>75</sup> Passando em retrospectiva alguns dos títulos publicados nos dias seguintes, em “Not an act of piracy” (*Guardian*, 27-01-1961:1), apresenta-se a avaliação do Professor de Direito Internacional na Universidade de Madrid, António de Luna Garcia, que dizia estar inclinado em crer não se tratar o assalto ao Santa Maria de um caso de pirataria, mas antes de um ato de insurreição ou rebeldia. Mencione-se também a peça do correspondente legal do *Guardian* “Liner case without precedent. Complicated legal position” (28-01-1961:7), na qual, apesar de se identificar como “complicada” a posição legal do Santa Maria, se escreve ser o governo britânico da opinião de que a ação dos rebeldes não é de pirataria.

Numa notícia assinada pelo correspondente da *Commonwealth* do *Guardian*, Patrick Keatley,<sup>76</sup> afirmava-se que o assalto ao Santa Maria resultara na união dos exilados políticos portugueses em Londres, que teriam passado a considerar Henrique Galvão como um aliado e um potencial líder. Num encontro em Londres, esses exilados teriam chegado a acordo sobre uma ação concertada, acreditando que o movimento democrático clandestino em Portugal estaria pronto a trabalhar em uníssono com os nacionalistas africanos, representados nessa reunião por João Cabral. Teriam também anunciado planos conjuntos para a publicação de um jornal mensal, o *Portuguese and Colonial Bulletin*. Um repórter do *Daily Telegraph* designou-o de “Boletim Anti-Salazar”.<sup>77</sup> A publicação, surgida sob a direção de João Cabral e de Sacuntala de Miranda, viria a merecer a atenção dos serviços de informação da PIDE que enunciava o objetivo do boletim como consistindo em «secundar a propaganda dos chamados “Movimentos para a libertação da África portuguesa”» e sublinhava estarem os respetivos diretores “intimamente ligados à extrema-esquerda do Partido Trabalhista inglês”.<sup>78</sup> Não será destituído de sentido abrir aqui um breve parêntesis para notar a importância dos exilados políticos portugueses, que não raro constituíam uma fonte de informação destacada para a imprensa estrangeira. A figura de Sacuntala de Miranda é disso exemplo, podendo também fazer-se a este propósito uma alusão, que mereceria sem dúvida um estudo mais aprofundado, ao papel de um outro exilado político, António de Figueiredo, uma fonte de grande importância para o *The Guardian* e que chegou a ter uma coluna no *Tribune*, jornal do partido trabalhista britânico.

Uma conexão entre o assalto ao Santa Maria e o projeto de uma reestruturação da relação com os domínios coloniais na África portuguesa começava a surgir matizada na imprensa britânica e na francesa. O *Figaro* citou o presidente do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), Mário de Andrade, que advertia ser o assalto ao Santa Maria o prelúdio de uma série de ações desenvolvidas contra Salazar e desejava sucesso ao grupo que apelidava de democratas portugueses. As declarações de Mário de Andrade são citadas lado a lado com uma notícia que reproduzia a menção, posta a circular nos jornais de Lisboa, de estar tudo calmo nas províncias e de não haver condições para Galvão instaurar um governo no exílio,<sup>79</sup> num segmento de texto que contestava no título «Mais des leaders de l’opposition à Salazar: “Le plan insurrectionnel est en marche”» (29-01-1961: 1). Num editorial do *Sunday Times*, o possível envolvimento de Angola e Moçambique no

---

<sup>76</sup> “Portuguese exiles join forces. London groups plan monthly journal”, *Guardian*, 27-01-1961:13.

<sup>77</sup> “Anti-Salazar bulletin”, *Daily Telegraph*, 27-01-1961:28.

<sup>78</sup> AOS/CO/NE 21 Pt 36, Informação n 434/61 (Nota de 05-04-1961 enviada à Presidência do Conselho e aos Ministérios do Ultramar, Interior, Defesa Nacional e Exército). A nota destaca em particular a ligação com o trabalhista Leslie Plummer, que, nas palavras redigidas, “além de outras atividades antiportuguesas, teve o atrevimento de pôr em dúvida a honra e o brio do Exército Português”.

<sup>79</sup> “Lisbonne: tout reste calme dans les territoires portugais ou les précautions utiles ont été prises”, *Figaro*, 29-01-1961:1.



plano de assalto foi mesmo aludido como podendo acarretar para Portugal consequências semelhantes às do Congo para a Bélgica.<sup>80</sup>

Se não é infundado sugerir que a contestação armada ao domínio colonial português, irrompida poucos dias depois em Angola, e as proporções mediáticas que este processo granjeará, tiveram no assalto ao Santa Maria uma importante antecâmara, a inverosimilhança de um acordo entre o comando ibérico e os nacionalistas em Angola torna-se clara quando se atende à posição de alguns dos membros do grupo, entre os quais a de Henrique Galvão, contrária à concessão da independência a Angola. O porta-voz em Londres pelo MPLA, João Cabral, citado no *The Observer* (29-01-1961: 1) esclarecia não ter havido qualquer consulta entre os elementos do grupo autor do assalto e os nacionalistas africanos clandestinos em Angola, Moçambique e na Guiné Portuguesa, que contavam então com elementos ativos em muitas capitais europeias e africanas.

Vários dos escritos publicados de Henrique Galvão não deixam dúvidas sobre a articulação pela qual conciliou a crítica ao sistema colonial do regime do Estado Novo com a recusa da via da independência e da dissolução do império português. No seu *Relatório sobre Problemas dos Nativos nas Colónias Portuguesas*, apresentado numa reunião secreta da Comissão das Colónias da Assembleia Nacional em 1947,<sup>81</sup> Henrique Galvão reivindicava uma descentralização do governo e dos serviços e denunciava o que indicava ser a corrupção na administração das colónias e no sistema de nomeação de funcionários, expondo ainda as condições de vida precárias, a subalimentação, a falta de serviços de assistência, a violência sobre a população nativa e a prevalência do sistema de trabalho forçado, indiciado como “pior do que na escravatura”. A 29 de janeiro de 1961, uma chamada de primeira página do *The Observer* convidava a descobrir esse relatório inédito, nunca antes publicado: “A Suppressed Report. The first aim of Cap. Galvao is to liberate from a condition worse than slavery Portugal’s colonial subjects”. “Só os mortos estão isentos de trabalho forçado”, escrevia Galvão, numa expressão destacada em título no interior do semanário britânico.<sup>82</sup> A

---

<sup>80</sup> Leia-se a seguinte passagem: “Whatever the fate of this brave man may be, those responsible for the affair hoped to strike Dr. Salazar’s regime a telling moral blow; in that aspect, the operation has evoked a great deal of public sympathy. Nobody in Britain with knowledge of Portuguese affairs has any illusion about the nature of the regime. True, in its early days it saved Portugal from bankruptcy, and it has preserved her from the miseries of civil war such as Spain went through. But any regime that stays in power so long, even in a democracy, becomes at best jaded and at worst corrupt, intransigent and intolerant of opposition. All this is true of Portugal’s Government. It is wrong that in a country forming part of the self-named “free world” free speech should be denied and the right to criticise suppressed. The Salazar regime is an anachronism; the Santa Maria episode has reminded the world sharply of this. Angola and Mozambique may yet be for Portugal the tragedy that the Congo has been for Belgium. We in this country must hope for our old ally that the overdue changes in Lisbon will be brought about in a peaceful and orderly way”, *The Sunday Times*, “The Santa Maria”, 29-01-1961:10.

<sup>81</sup> Para uma interpretação do relatório de Henrique Galvão, ver Ventura (1995: 235-246) e Barreto (1999). Não é irrelevante notar que, justamente nesse início de fevereiro de 1961, o relatório foi extensamente publicado na imprensa brasileira. Ver a este respeito “Relatório de Galvão sobre a situação na África Portuguesa”, em *O Estado de São Paulo*, 05-02-1961, consultado em CIDAC, dossier H-33-4.

<sup>82</sup> “Rebel Captain’s suppressed Report on Portuguese Africa. Only the Dead Exempt from Forced Labour”, *The*

transcrição de longos excertos do relatório, suprimido logo após a sua exposição, lançava as bases para um outro entendimento do assalto ao Santa Maria, agora exposto em estreita associação com o sistema colonial do regime de Salazar.

Também a edição do *L'Express* publicada no final dessa semana anunciava em capa a reportagem “Galvão acuse...”<sup>83</sup> e reproduzia, através de passagens citadas da *Carta Aberta a Salazar*, da autoria de Henrique Galvão, um retrato demolidor dos princípios de centralismo político-administrativo, do rígido controlo financeiro e do funcionamento das estruturas-chave do regime do Estado Novo. A propaganda, a censura, a polícia política, o sistema político de partido único, a arregimentação da juventude são apontados como responsáveis pelo estado de uma população tomada pelo medo, com um baixo nível de vida e apaziguada apenas pelos três “F”: Fátima, Fado, Futebol.<sup>84</sup> Parte da Carta visava a política colonial do governo de Salazar, indicando a prevalência de um sistema de trabalho forçado em África, repercutida no que designava de “a maior hemorragia demográfica” da história ultramarina, com a emigração massiva das populações de Angola e Moçambique e nas “regras medievais” que ditavam a agonia de Cabo Verde.

Mas numa obra editada pela primeira vez após a conclusão da manobra de assalto,<sup>85</sup> Galvão, embora reconhecendo que “o direito de todos os povos à autodeterminação é indiscutível”, contrapunha a esse direito uma suposta incapacidade política, cívica e económica dos povos da África portuguesa para a independência, por se encontrarem, dizia, num estado de “infância política”.<sup>86</sup> A neutralidade que Galvão parece atribuir ao fenómeno colonial permite-lhe, por um lado, denunciar o que considerou ser a “estúpida e passional cegueira de uma política ultramarina despercebida da evolução dos acontecimentos africanos e asiáticos” (2010 [1960]: 78-79) e que continuava a praticar a “escravização e o êxodo das populações nativas de quase todas as colónias de África”, e ao mesmo tempo preconizar as supostas virtudes civilizacionais de um processo

---

*Observer*, 29-01-1961:7.

<sup>83</sup> Ver *L'Express*, nº 503, 02-02-1961:1. O desenvolvimento do artigo ocupa integralmente duas páginas interiores do jornal, destacadas sob a manchete “Lettre ouverte à Salazar par Henrique Galvão”.

<sup>84</sup> Ver Galvão, Henrique. 2010 [1960]. As três primeiras edições da obra, impressas em Lisboa, Braga e Porto foram proibidas e retiradas de circulação pela polícia política PIDE. A quarta edição, atualizada no período entre a evasão de Galvão do Hospital Santa Maria e o seu posterior asilo na Embaixada da Argentina, tem publicação datada de 1960 como “Edição do Movimento Nacional Independente – Delegação Especial de Caracas” (Venezuela).

<sup>85</sup> “A minha cruzada pró-Portugal. Santa Maria” (1961). A 2ª edição saíria sob o título “O Assalto ao Santa Maria” (1974).

<sup>86</sup> Vale a pena citar a seguinte passagem (Galvão, 1974: 286-287): “Um povo que se encontra na infância política não tem capacidade de exercer o direito à autodeterminação e, quando este direito é exercido espontaneamente, a sua própria evolução não só é travada mas ainda, pela sua incapacidade, regressa ao barbarismo, ou a atos despóticos contra a vida e direitos dos seus próprios cidadãos. O direito à autodeterminação deve ser olhado como algo mais substancial do que um simples reclamo de propaganda, caso contrário pode transformar-se num direito desumano. No entanto, estas limitações ao sagrado direito à autodeterminação dos povos não justificam de maneira nenhuma a continuação de práticas de colonialismo (...) Este assunto, seja por que meio for, na situação em que se encontram presentemente as colónias portuguesas após 30 anos de colonialismo de Salazar, apenas pode levar Angola à situação caótica que existe no Congo. Na realidade, seria ainda pior, porque os territórios de Angola e Moçambique estão muito menos preparados para assumir as responsabilidades de uma independência imediata, do que estava o antigo Congo Belga”.

colonizador no qual via a condição necessária de uma habilitação dos povos africanos. A proposta de Henrique Galvão (1974 [1961]: 286), intitulada “Solução humanitária e democrática para o problema das colónias portuguesas”, advogava “uma nova estrutura de relações políticas, sociais, económicas e morais entre Portugal e os territórios ultramarinos”, a qual considerava ser apenas concretizável sob a condição da restauração de uma democracia representativa em Portugal e o estabelecimento de uma federação de Estados portugueses autónomos. A soberania portuguesa em África não era assim posta em causa por Galvão.

Alguns dias depois, o *Le Monde* republicou uma mensagem enviada a partir do Santa Maria e transmitida para o Brasil, onde saiu divulgada no *Estado de S. Paulo* e no *Portugal Democrático*, conhecendo alguma repercussão nos vespertinos de Lisboa. Parte do texto relançava o nexó entre a operação e a questão colonial: “Não se trata apenas de nos desvincilharmos de Salazar, mas igualmente de efetuar uma revolução autêntica na sociedade portuguesa, e abrir as portas ao progresso e à independência dos territórios ultramarinos”.<sup>87</sup> A ideia de uma proclamação ao povo português, lida por Galvão, mas assinada em nome de Humberto Delgado e emitida pela Junta Nacional Independente de Libertação dos Portugueses, e a alusão explícita à independência das colónias, opção que Galvão não prescrevia, teriam partido de Miguel Urbano Rodrigues, membro do chamado Movimento de Independência liderado por Humberto Delgado e enviado especial do jornal brasileiro *Estado de S. Paulo* que se saldara como o primeiro jornalista a enviar uma crónica telegrafada a bordo do Santa Maria.<sup>88</sup>

### **A ambígua prudência da administração Kennedy: piratas ou combatentes políticos?**

Ainda que a imprensa portuguesa viesse constantemente noticiando as diligências de norte-americanos e britânicos para localizar eletronicamente o paquete e traçar a sua linha de rumo e acompanhasse as mensagens dos serviços de radiocomunicações e de radiogoniometria americanos, o eclipse do Santa Maria, que durante dois dias pareceu iludir as manobras de busca, originou uma

<sup>87</sup> «“Nous voulons une révolution profonde, totale, authentique et humaine”, déclare le capitaine Galvao dans une proclamation au peuple portugais » *Le Monde*, 04-02-1961:2 : “La capture de la Santa Maria n’a pas été un geste romantique et moins encore le résultat d’un plan destiné seulement à attirer l’attention du monde sur la situation dramatique au Portugal. La conquête de ce grand et magnifique bateau, qui a dure onze jours, et la traversée de l’Atlantique, poursuivie par des avions et des bateaux de diverses nationalités, comportent une signification pour vous tous. Nous avons voulu – et nous y sommes parvenus – prouver que le dictateur Salazar n’était pas invulnérable. Nous l’avons frappé, ainsi que sa marine, et nous les avons ridicularisés aux yeux de l’ensemble du monde chrétien libre (...) Nous sommes en guerre de facto contre la dictature portugaise et espagnole, pour notre intégration. Ce n’est pas seulement la chute de Salazar qui nous intéresse le plus. Nous poursuivons un but révolutionnaire: la reconstruction de la société portugaise sur de nouvelles bases. (...) nous entrerons dans la ville en vainqueurs pour y implanter la révolution portugaise du vingtième siècle, la révolution qui ouvrira aussi les portes aux colonies d’outre-mer pour la liberté, le progrès et l’indépendance (...) Nous sommes le noyau de la future armée de libération du Portugal et de l’Espagne”.

<sup>88</sup> Esta versão da história do texto é contada pelo próprio Miguel Urbano Rodrigues (2002: 201), que recorda ter escrito uma carta a Galvão onde a senda da independência era já equacionada, por questões estratégicas, ao vislumbrar-se as possibilidades de composição de um “exército luso-africano de libertação” que colaboraria para derrubar o regime de Salazar, concebendo a independência das colónias como uma parte decisiva do próprio plano de libertação nacional.

indagação contumaz. Afinal, por que não teria a marinha dos EUA descoberto, mais cedo, a posição do Santa Maria? A sensação de dúvida sobre o comprometimento dos EUA, e também da Grã-Bretanha,<sup>89</sup> na perseguição ao navio português passou a estar presente nas notícias dos diários de Lisboa, e não cessou de aumentar ao longo dos dias seguintes à medida que a marinha norte-americana, segundo informações provenientes da Secretaria de Defesa, relegava para segundo plano o objetivo de restituir o paquete ao governo português, alegando a preeminência do dever de proteger e zelar pela segurança dos 42 passageiros norte-americanos a bordo.

A mudança registada nas disposições norte-americanas não pode ser dissociada da nova situação política interna dos EUA, marcada pela tomada de posse, poucos dias antes, da administração de John F. Kennedy e pelas suas novas orientações em matéria de política externa, fortemente mais adversas às características autoritárias do regime português e à manutenção do seu império colonial. A nova administração era confrontada, ao mesmo tempo, com o pedido de auxílio do governo português, por um lado, e, por outro, com as mensagens enviadas do Brasil por Humberto Delgado e do paquete por Henrique Galvão. Galvão dirigiu-se à Secretaria de Estado de Washington, numa mensagem intersetada por estações radionavais, “protestando indignativamente contra a tentativa dos ditadores peninsulares de fazer classificar, contra disposições expressas no direito internacional, um ato insurrecional de beligerância política como ato criminoso”.<sup>90</sup> Endereçou ainda, segundo a investigação de Luís Nuno Rodrigues (2002),<sup>91</sup> telegramas ao secretário-geral da ONU, que assinou como “português e mártir da ditadura salazarista” e onde identificou a ocupação do navio como um ato “contra a ditadura tirânica que oprime o povo português”. A ambivalência que atravessou a atuação norte-americana nas buscas ao Santa Maria era sintomática tanto de uma prudência para manter afastada a aparência de cumplicidade com o Estado Novo como de um cuidado em não hostilizar o regime de Salazar. Essa preocupação era perceptível pela prossecução de um certo auxílio na tentativa de intersetar o navio e na notícia do envio do submarino atómico ‘Sea wolf’ da armada norte-americana, salientada na primeira página dos jornais portugueses (ver anexos, fig.7)<sup>92</sup> e ratificada numa conferência de imprensa de Kennedy. O presidente justificava<sup>93</sup> a cedência desses

<sup>89</sup> A respeito das relações entre Portugal e estas as duas potências neste período, ver Rodrigues e Oliveira (2001).

<sup>90</sup> Mensagem do Santa Maria remetida ao Secretário de Estado de Washington (26-01-1961), recolhida em Assalto ao paquete “Santa Maria”. 1961. ANTT / AOS. PC-63, Caixa. 636. Pt. 19.

<sup>91</sup> As trocas realizadas entre Portugal e os EUA foram objeto de investigação do historiador Luís Nuno Rodrigues, que, na obra *Salazar – Kennedy: a crise de uma aliança. As relações luso-americanas entre 1961 e 1963* (2002), apresenta um vasto manancial de comunicados e telegramas entre os dois países, catalogados em vários arquivos norte-americanos.

<sup>92</sup> “O submarino atómico Sea wolf da Armada norte-americana foi enviado em perseguição ao Santa Maria”, *Diário de Lisboa*, 26-01-1961:1; “Ao encontro do Santa Maria, que já está a meio caminho de África, convergem duas forças aeronavais americanas, que procurarão intersetá-lo no Atlântico. O submarino atómico Sea wolf entrou em contacto com o paquete. Aviões militares e comerciais britânicos foram alertados pelo almirantado”, *O Século*, 27-01-1961:1.

<sup>93</sup> “Kennedy afirma que os barcos de guerra norte-americanos continuarão a perseguir o Santa Maria”, *O Século*, 26-01-1961: 16.

meios pela circunstância de haver dezenas de passageiros norte-americanos a bordo do paquete e por o assalto ser praticado contra um navio que, segundo as suas palavras, referenciadas em *O Século*, “pertence a um país com o qual os Estados Unidos mantêm relações de amizade”.

Após a notícia do avistamento do Santa Maria, a imprensa portuguesa continuou a atribuir grande destaque à mobilização de meios americanos para seguir o rasto do paquete.<sup>94</sup> Mas as notícias da demora na localização do Santa Maria, apesar de, ao todo, dezasseis navios e aviões estarem empenhados na perseguição, não conseguem dissipar a suposição de a índole política do caso estar a ser considerada. A mudança de perspetiva entre os norte-americanos, que deixavam cair a tese da pirataria, foi claramente apontada na imprensa britânica<sup>95</sup> e mereceu a atenção do embaixador francês em Washington, Harvé Alphand. Num telegrama, o embaixador assinalava a “linguagem embaraçada” de Kennedy na referida conferência de imprensa de 25 de janeiro e recordava a declaração, instantes antes, do porta-voz do Departamento de Estado de não serem as informações suficientemente esclarecedoras para determinar se fora cometido um crime de pirataria. Não obstante as dúvidas sobre o aspeto estritamente jurídico, o embaixador revelava ter percebido que os membros do departamento dispunham de definições e pareceres bastantes que lhes tinham permitido concluir não estarem diante de um tal crime.<sup>96</sup> Dois dias depois, um memorando biográfico preparado pelo Departamento de Estado e enviado à Casa Branca afiançava que “nenhuma das personalidades cimeiras envolvidas na tomada do Santa Maria (...) é identificável como comunista ou como pessoa agindo sob ordens comunistas”.<sup>97</sup>

<sup>94</sup> “O Santa Maria será intimado a seguir para um porto dos Estados Unidos se acaso navios americanos o intercetarem”, *Diário de Notícias*, 26-01-1961:1; “Navios de guerra americanos da Base na Costa do Marfim a postos ao norte de Cabo Verde para intercetarem o Santa Maria. Com eles colaborará a Pero Escobar”, *O Século*, 26-01-1961:1.

<sup>95</sup> “Santa Maria sighted by U.S. Naval Aircraft”, *The Times* 26-01-1961:10: «The State Department in Washington said today that there were grounds for “suspicion of piracy” in the seizure of the Santa Maria, though information on what actually happened in the vessel was conflicting (...) The State Department Press Officer, Mr Lincoln White, thus modified the strong position taken by the United States on Monday night and yesterday that the affair of the Santa Maria was being investigated under the “well-defined terms of international law governing piracy and insurrection aboard ship”. Mr White said today that suspicion of piracy, together with the Portuguese Government’s request for help, provided ample legal basis for the United States Navy to try to locate and intercept the vessel. When the vessel was contacted, Mr White said, the Navy would “make an appropriate investigation”». Veja-se também uma passagem da notícia “Warships in Race to liner. US anxious to get there before Portuguese. Fears for Nationals”, *Guardian*, 27-01-1961:1: “Only two days ago, US officials were talking about the possibility of US naval vessels halting the Santa Maria as a victim of piracy on the high seas. However, these officials now admit that there are considerable political implications in the case”.

<sup>96</sup> Telegrama do embaixador francês em Washington, Alphand, nº 378-82 (26-01-1961). Recolhido em MAE 200 QO 86: «Les actions et déclarations des autorités américaines dans l’affaire du Santa Maria méritent d’être étudiées de près (...) Ce langage quelque peu embarrassé [de Kennedy] doit être rapproché de la déclaration faite plus tôt dans la journée par le porte-parole du département d’état dans les termes suivants: “Les faits concernant la saisie du Santa Maria ne sont pas tout à fait clairs. Les informations reçues par le Département d’Etat sont contradictoires et pas assez détaillées pour permettre de déterminer nettement si le crime de piraterie aux termes de la loi internationale a été commis (...)”. Bien que forts discrets, nos interlocuteurs du Département d’Etat n’ont pas caché que l’aspect strictement juridique de cette affaire ne les embarrassait pas: ils disposent d’autant de bonnes références donnant la piraterie une définition très large que d’auteurs selon lesquels les faits en cause ne constituent pas un tel crime».

<sup>97</sup> O relatório em questão intitula-se “Personalities involved in the Santa Maria Case”, de Walter Stoessel para o general Goodpaster (27-01-1961), e é citado por Luís Nuno Rodrigues (2002: 39).

Em consonância com as conclusões reveladas neste relatório, alguns trabalhos centrados na história da oposição ao Estado Novo, e na do DRIL em particular (Raby, 1995; 1990), permitem perceber como a associação, perfilhada na imprensa portuguesa e espanhola, do comando ao comunismo ocultava a profunda divisão ideológica de um grupo que, desde a sua fundação, afirmara a sua independência em relação às estruturas de base dos partidos políticos e das organizações sindicais e postulava a concessão da liberdade ideológica a cada um dos núcleos constituintes para possibilitar a integração num coletivo ibérico – o que, ainda assim, não impediu que o grupo viesse a soçobrar no final de 1961. Do mesmo modo que vários elementos do DRIL se diziam não comunistas, a forma de ação do grupo, por meio da luta armada e de golpes sensacionais, e a sua divisão nas questões coloniais suscitaram as críticas dos partidos comunistas português e espanhol. Estes relegavam para a oposição no exílio os trabalhos de propaganda e desconsideravam a atuação do DRIL que denominavam, de forma pejorativa, como aventureirismo e até como terrorismo.

A despeito dos indícios de que o assalto ao Santa Maria estaria a ser entendido como um ato politicamente determinado contra os regimes de Salazar e de Franco, na imprensa portuguesa a afirmação da pirataria manteve-se intocada e foi sendo consolidada através da citação de textos da própria imprensa norte-americana que parecem reiterar a noção de pirataria e a previsão de que a ação não teria consequências significativas: “Trata-se de um ato de pirataria puro e simples... - diz o *New York Times*”, lê-se num título de *O Século* (26-01-1961: 9);<sup>98</sup> “Aconteça o que acontecer ao barco, a sua sorte não pode, de maneira alguma, minar o governo de Portugal”, terá referido o *New York Herald Tribune*, segundo uma notícia do *Diário de Lisboa*;<sup>99</sup> “O que aconteceu ao Santa Maria pode repetir-se com qualquer outro navio de turismo se os piratas não forem punidos”, ressalta na primeira página do *Diário de Notícias*, numa afirmação retirada do *Washington Post* mas atribuída no título, por um efeito de generalização, à “imprensa americana”.<sup>100</sup>

Este mesmo processo de seleção parcial e de inclusão única de passagens que estivessem em consonância com os quadros de sentido transmitidos nos jornais portugueses, e a sua citação por meio de uma generalização abusiva, pautou também a abordagem à imprensa britânica. A citação apenas de jornais de matriz conservadora e a exclusão de artigos, anteriormente analisados, nos

<sup>98</sup> O artigo é também citado em “A imprensa americana não acredita que o incidente possa ter efeitos políticos”, *Diário de Lisboa*, 26-01-1961:16. O *New York Times* terá escrito: “Como é que o roubo de um navio nas Antilhas poderia provocar a queda de um regime em Lisboa? Só o capitão Galvão o poderia ter imaginado (...) Teria de haver grande descontentamento popular em Portugal ou uma fraqueza séria para uma ação simbólica de tal espécie ter êxito. Não se tem registado qualquer indício, quer de sério descontentamento quer de fraqueza. É improvável que o apresamento de um paquete de passageiros no alto mar e a sua fuga alterem qualquer coisa”.

<sup>99</sup> “A imprensa americana não acredita que o incidente possa ter efeitos políticos”, *Diário de Lisboa*, 26-01-1961: 16.

<sup>100</sup> «“O que aconteceu ao Santa Maria pode repetir-se com qualquer outro navio de turismo se os piratas não forem punidos” – afirma a imprensa americana», *Diário de Notícias*, 27-01-1961:1. O mesmo efeito de generalização encontra-se na notícia “Em qualquer época e em qualquer lugar, a pirataria é sempre um crime repulsivo – escreve a imprensa dos Estados Unidos”, *Diário de Notícias*, 26-01-1961: 7.

quais se designava diferentemente o assalto ao Santa Maria, mantém ausente da superfície textual visível dos jornais portugueses quaisquer referências que perturbassem a encenação da pirataria. No decurso da citação, identificam-se mecanismos de reordenação de informações e de deformação dos efeitos de sentidos abertos pelo texto original, revelando o ato de citação não como um processo de imitação, mas como uma reescrita assente numa apropriação que acarreta perturbações de sentido e vem formar um novo texto (Babo, 1986). Uma notícia em *O Século* transcreve um excerto do editorial “20th Century Pirates”, publicado na véspera no *Daily Telegraph*, no qual, segundo a tradução proposta, se alega que “Galvão cometeu o crime internacional de pirataria” e que rejeitar o pedido português de intervenção “teria sido uma maneira de lesar politicamente o governo português”. A citação em causa é introduzida pela seguinte observação: “Comentando a ocupação do paquete Santa Maria por Galvão e os seus homens, a imprensa britânica pensa, em geral, que a intervenção da marinha inglesa é legítima e justificada”.<sup>101</sup> Do mesmo modo, a pluralidade de opiniões manifestadas nas cartas ao editor do *The Times* na rubrica “Pirates or what?” é subtraída à aparência de um alinhamento dos leitores com a opção de intervir a favor do governo português. Apenas foi divulgada a posição expressa pela marinha mercante inglesa e opiniões condenando o ato e frisando o dever britânico de prestar auxílio ao seu “mais antigo aliado”.<sup>102</sup> Esta fabricação de sentido induzida nos diários de Lisboa a partir do trabalho de desconstrução/reconstrução entre o discurso portador e o discurso reportado de que falava Mikhail Bakhtine<sup>103</sup> era reforçada por notícias que enfatizavam não ter a Inglaterra abandonado os esforços para o apresamento do Santa Maria.<sup>104</sup> Erradicavam-se assim do domínio do conhecimento público os debates que tinham lugar nos meios políticos, nos *media* e na sociedade britânica, de modo a conduzir possivelmente à conclusão falaciosa de um consenso em redor da classificação da pirataria e a favor da cooperação aérea e naval com Portugal.

Um exercício de confronto entre alguns destes textos publicados na imprensa estrangeira e o texto parcial que dele é dado nos jornais de Lisboa permite não só detetar como o eventual sentido original dos textos pode ter sido deturpado ou reconfigurado pela operação de seleção e inserção de

<sup>101</sup> «“A intervenção da marinha inglesa é legítima e justificada” – afirma a imprensa londrina», *O Século*, 26-01-1961:9.

<sup>102</sup> “Cartas ao Times”, *Diário de Lisboa*, 27-01-1961:12; «“Ato criminoso e insensato” – escreve no Times o lusófilo Lord Bossom», *O Século*, 28-01-1961:6; «“Piratas ou quê?” – Título de uma carta assinada por oficiais da Marinha mercante inglesa publicada no Times» *O Século*, 29-01-1961:9; “Não se trata de tomar partido na política portuguesa nem, até, de apoiar um aliado. Trata-se, sim, da preocupação pela segurança no alto mar daqueles que o sulcam legalmente – escreve em carta ao Times “Lord Runciman”, *O Século*, 01-02-1961:6; “A Inglaterra não pode dar-se ao luxo de se mostrar indiferente – escreve no Times Lord Runciman”, *Diário de Notícias*, 01-02-1961:4.

<sup>103</sup> É a esta dialética a que Bakhtine (1977) se refere quando fala de um *discours rapporté*, que ele esclarece como sendo “o discurso dentro do discurso, a enunciação na enunciação, mas ao mesmo tempo, um discurso sobre o discurso, uma enunciação sobre a enunciação”.

<sup>104</sup> “A RAF e a aviação civil britânica receberam ordem para estar atentas aos movimentos do Santa Maria”, *Diário de Lisboa*, 26-01-1961: 16; “Londres comunica: a Inglaterra não abandonou os esforços tendentes ao apresamento do Santa Maria”, *O Século*, 27-01-1961:6.

uma porção do texto, da retirada do seu contexto original e da sua inserção num novo texto, mas autoriza também a perceber como, pelo processo de citação, os jornais portugueses se reportam a textos que, por sua vez, mais não são do que a citação do que já fora previamente dito através da própria imprensa portuguesa. Muitas das peças da imprensa estrangeira citada provinham de correspondentes dos jornais ou das agências noticiosas na capital portuguesa, pelo que a recolha de informação passava necessariamente pelo contacto com as fontes oficiais do regime e pelo recurso à imprensa de Lisboa. Mais tarde, alguns setores desta imprensa estrangeira passam a desempenhar a função de fonte de informação para a imprensa portuguesa, que deste modo replica os quadros de sentido e a terminologia primeiramente veiculada por si mesma. Nos vários dias da cobertura do assalto, entra-se numa cadeia intrincada de citações que engendram um efeito de repetição, em que, em certa medida, o foco do que é publicado transita daquilo que é dito para a entidade falante produtora do dito. À medida que se avança nessa corrente de intermediações, o leitor é paulatinamente distanciado da “coisa de que se fala”, vendo-se o núcleo central da produção discursiva do acontecimento mediático, a designação de “pirataria”, cada vez mais proscrito para o domínio do pressuposto até parecer confundir-se na evidência.<sup>105</sup>

Ao mesmo tempo que a intriga se desenrolava, a alusão a manifestações de repúdio contra o assalto continuou a preencher as páginas dos jornais: “O sentir da Nação patenteia-se expressivamente nos testemunhos de indignação e viva repulsa que afluem aos milhares às presidências da República e do Conselho”, lê-se numa primeira página de *O Século* (27-01-1961). As referências a Portugal como nação continham uma menção constante aos seus domínios coloniais promovendo continuamente a geografia do império português. O imaginário de uma ‘nação portuguesa’, continental e de além-mar, unida no sentimento de desprezo pelo assalto ao navio português e solidária com o governo de Salazar sai consolidado em notícias de supostas multidões indignadas em Luanda<sup>106</sup> e na transcrição de excertos de textos publicados na imprensa colonial. O jornal *Notícias*, de Lourenço Marques, teria definido o assalto ao Santa Maria como um “ataque contra a própria nação portuguesa”, e o *Heraldo*, do Estado Português da Índia, como um “acto quixotesco de gravíssimas consequências para o Quixote” realizado “contra a consciência da nação e contra Salazar”, que, alegava o texto citado, “tão alto tem erguido o prestígio de Portugal no concerto das

<sup>105</sup> Seguimos aqui os termos de José Rebelo (2002), no que designa como um jogo de manuseamento entre o posto e o pressuposto no discurso, pertencente ao campo da manipulação, operada pela via sintagmática, e produzindo efeitos de manipulação da lógica.

<sup>106</sup> “Grande multidão em frente da residência do Sr. Governador de Angola manifestou a sua indignação”, *O Século*, 27-01-1961:6. Entre as reações que dizia assistir-se em Luanda, cita-se um popular que teria comentado com sarcasmo o propósito confessado por Galvão de se dirigir a Angola: “Que venha. Nós o receberemos com a hospitalidade com que sempre foram acolhidos os piratas. Os portugueses de Angola estão sempre prontos a defender os interesses da pátria, custe o que custar. Cá o esperamos”.



nações civilizadas”.<sup>107</sup> Enquanto a hipótese de o grupo levar o Santa Maria até Angola era ponderada e noticiada, vários testemunhos asseguravam que esse objetivo seria votado ao mais completo malogro e que quanto mais o paquete se aproximava das costas africanas, mais se revelava frívola a esperança de o grupo aí reunir qualquer tipo de apoio. Em declarações à agência Lusitânia, o governador-geral de Angola, Álvaro Silva Tavares, dissipava as possibilidades de sucesso do plano de Galvão; a população de Angola, dizia, não escondia “a sua repugnância pelo atentado” e o governo estava a tomar “todas as medidas adequadas”.<sup>108</sup> Através da acumulação sucessiva destes sinais de lamento e de confraternidade, surge a aparência de uma entidade coletiva, a nação, formada por um acontecimento que a mobiliza e a faz aparecer quer como vítima, quer como destinatária de uma solidariedade global.

Quando, depois de ser localizado a leste das Antilhas, o Santa Maria voltou a ficar fora dos radares dos meios de busca, as notícias deixam entender uma reorganização das prioridades dos norte-americanos. O objetivo principal das operações não mais consistia em capturar o navio e em escoltá-lo até ao porto norte-americano mais próximo. Em declarações à imprensa, o comandante Edward Hunt respondia estar a cumprir ordens no sentido de manter “constante vigilância sobre os movimentos do barco”.<sup>109</sup> Uma vez realocado num ponto do Atlântico em que teria de tomar uma rota definitiva, rumo ao Brasil ou ao continente africano, a imprensa reportou a movimentação do comandante supremo da esquadra americana do Atlântico, almirante Robert Dennison (ver anexos, fig.8), para levar o comando luso-espanhol a fazer sair os passageiros, sugerindo, num tom de grande afabilidade, o desembarque no porto de Belém.<sup>110</sup> Robert Dennison, em resposta a uma comunicação via rádio de Henrique Galvão na qual anunciou desejar desembarcar os passageiros, dizia-se “muito agradecido” pela mensagem, colocava um navio à disposição para auxiliar na transferência de passageiros e pedia a Galvão que, “por favor”, o mantivesse a par dos seus planos.<sup>111</sup> Um teor crítico perpassa as notícias dos matutinos que deram a conhecer o método de

<sup>107</sup> Passagens citadas em “Unânime e espontâneo é o movimento de revolta que se regista em todo o mundo português”, segmento de uma notícia mais vasta intitulada “As repercussões nacionais do criminoso assalto”, *O Século*, 27-01-1961:6.

<sup>108</sup> «“A circunstância de se terem utilizado armas e profissionais do crime contra uma tripulação indefesa e contra pacíficos passageiros torna este assalto num torvo atentado a todas as leis” – proclamou o sr. governador-geral de Angola», *O Século*, 27-01-1961: 6; “Tropas, navios e aviões esperam em Angola o paquete Santa Maria – disse o Governador Silva Tavares a um jornal do Cabo”, *O Século*, 27-01-1961: 7. Ver também “A Nação protesta contra o criminoso ataque ao Santa Maria – declarou o governador-geral de Angola, aludindo à hipótese de ida do Santa Maria para aquela província”, *Diário de Notícias*, 27-01-1961:2.

<sup>109</sup> “A força naval americana segue na esteira do Santa Maria em ação de vigilância sem propósitos de abordagem. A bordo do paquete começou o racionamento dos alimentos”, *Diário de Notícias*, 27-01-1961:1. Ver também “Uma das maiores operações aeronavais em tempo de paz está em execução para seguir e contactar o Santa Maria” e “Parece uma operação de última grande guerra quando andávamos à caça dos corsários alemães”, *O Século*, 27-01-1961:1.

<sup>110</sup> “O Comandante da Esquadra Americana do Atlântico propôs para bordo do Santa Maria que o navio aproasse a Belém (Brasil) para desembarcar os passageiros”, *Diário de Lisboa*, 27-01-1961:12.

<sup>111</sup> A mensagem em questão é transcrita no subponto “Resposta do comandante da Esquadra Americana do Atlântico”, *Diário de Lisboa*, 27-01-1961:12. Vale a pena citá-la aqui: “Muito agradecido pela sua mensagem. Sugiro que siga para

conversação empreendido pelos EUA, na pessoa de Robert Dennison. O sentido de desagrado pelo procedimento norte-americano está bem patente no artigo de primeira página de *O Século* (28-01-1961) “Linguagem cordial...”:

Nos telegramas de hoje sobre o triste caso do Santa Maria encontra-se um diálogo entre o almirante Robert Dennison (...) e Henrique Galvão. Quem ler o diálogo estabelecido através dos ares e estiver no perfeito uso do seu bom senso não deixará de estranhar a cordialidade de linguagem que o primeiro, alta autoridade de um Estado constituído, manteve com o segundo, incontestavelmente chefe rebelde contra o Governo Português, país amigo e aliado, na linguagem usualmente e sem esforço usada em Washington. Ou este comentário está certo, ou não sabemos o que são hierarquias, disciplina e respeito entre Nações.

No *Diário de Notícias*, uma longa nota publicada sensivelmente ao centro da primeira página lança a indagação “E a tripulação?” (28-01-1961), reportando-se, com indignação, às declarações do almirante americano de serem as vidas dos passageiros americanos a bordo do paquete português a principal determinante da política dos Estados Unidos. Se os passageiros chegassem a sair sob a proteção americana, estipulava-se na nota, seria “verdadeiramente monstruoso que não se reconhecesse aos tripulantes o direito de abandonarem sem coações de qualquer espécie o navio, até agora em mãos indignas”. A peça manifestava a “grande dificuldade em compreender que se negocie com o chefe dos piratas a entrega dos passageiros seus reféns em vez de se lhe impor a restituição do navio e da sua gente – passageiros e tripulação”.

Os estados de luto e união de e com Portugal vão convivendo com a menção de expressões de desdém contra Humberto Delgado,<sup>112</sup> com a difusão do medo de Henrique Galvão e do grupo, sempre descrito pelas alegadas ligações a movimentos comunistas,<sup>113</sup> e com a propagação de uma incerteza e de um descontentamento face à atuação americana, traduzida no envio de telegramas ao presidente Kennedy<sup>114</sup> e na apresentação de uma moção de protesto pela marinha mercante portuguesa.<sup>115</sup> Paralelamente, noticiaram-se protestos nos meios ingleses contra a atitude da

---

Belém, a fim de desembarcar os passageiros. Estou certo de que concordará ser preferível desembarcar os passageiros o mais brevemente possível e deste lado do Atlântico. Se achar necessário, poderemos ter um navio em Belém à sua espera, para auxiliar na transferência dos passageiros. Por favor, avise-me dos seus planos o mais breve possível”.

<sup>112</sup> «“Vá guerrear lá fora, aqui não!” Diz o diário “O Globo” do Rio de Janeiro condenando a atividade política de Humberto Delgado no Brasil», *Diário de Notícias*, 28-01-1961: 1; “Desagravo de portugueses na pessoa de Humberto Delgado”, *Diário de Notícias*, 28-01-1961: 1; “Humberto Delgado levou bofetadas de alguns portugueses na sua própria casa em S.Paulo”, *O Século*, 28-01-1961:6; «Humberto Delgado é advertido em “termos severos” pelas autoridades brasileiras», *O Século*, 29-01-1961: 1.

<sup>113</sup> “Fazer de Portugal a Cuba da Europa tendo como professor e guia Fidel Castro” *Diário de Notícias*, 28-01-1961:7; “Começa a desvendar-se a teia emaranhada de traições e conspiratas que preludiou na Venezuela o assalto ao Santa Maria”, *O Século*, 29-01-1961: 1; “O Sr. Khrushchev esfrega as mãos de contente...”, *O Século*, 29-01-1961:16; «“Falhou um acordo com Fidel Castro para reabastecer o paquete em pleno mar” – diz o Globo, do Rio»», *O Século*, 29-01-1961:16; “Em Caracas, o partido Comunista financiava a atividade de Galvão e dos seus comparsas”, *Diário de Notícias*, 29-01-1961:5.

<sup>114</sup> “Um telegrama da família do piloto Nascimento Costa ao presidente Kennedy”, *Diário de Notícias*, 29-01-1961:1; “O presidente Kennedy recebeu um telegrama enviado de Portugal pela família da vítima do assalto ao Santa Maria”, *O Século*, 29-01-1961:6.

<sup>115</sup> A este respeito, ver “A marinha mercante portuguesa representada pelos seus sindicatos apelou para o Presidente

oposição trabalhista no caso do Santa Maria, acentuada como uma “vergonhosa demonstração da perversão do sentido dos valores” numa carta ao diretor do *Daily Telegraph* referenciada em primeira página do *Diário de Notícias*.<sup>116</sup> A construção da ideia nacional aparecia cimentada na ideia de uns com outros, mas também na de uns contra outros, envolvendo tanto a inclusão como uma incitação à exclusão de quem se acha descrito como marginal ou aparenta prestar-lhe auxílio.

Além de remeter para a imagem de uma totalidade, criadora do sentido de um “nós”, a dramatização deste acontecimento parece procurar envolver também o universo dos recetores da imprensa e fabricar uma sua fusão no seio dessa ‘nação’. Seria infundado falar de uma exterioridade dos *media* face aos acontecimentos, que eles em parte constroem, ou de uma exterioridade dos recetores face à construção dos acontecimentos pelos *media*. O modo como o assalto ao Santa Maria surgiu configurado na imprensa, simulando a impressão de ele não ter acontecido a ninguém em particular, faz com que ele seja ao mesmo tempo algo que acontece justamente a todos – e aos que lêem os jornais inclusive. A hipótese de sofrer conjuntamente a evolução do acontecimento mediático envolveria os leitores numa forma de “conexão mental”, para usar uma expressão de Tarde (1989 [1893]), e suscitaria a criação de um laço. A indignação que se procurava suscitar contra o assalto propenderia a impedir uma empatia do leitor pelo grupo luso-espanhol e a alimentar uma identificação com esse coletivo designado de nação. O texto e a linguagem vão-se assim afirmando como o lugar onde se produz a “negociação da distância entre os sujeitos”, seguindo os termos com que Michel Meyer (2004: 31-70) define a noção de retórica. Por meio dos textos impressos, o leitor é como que chamado a participar na intriga, a tomar conhecimento da angústia dos passageiros a bordo do Santa Maria, a confrontar-se com manifestações de repúdio pelo ato, a temer os desígnios do grupo, e a sofrer a incerteza, a espera e as antecipações da evolução da situação no compasso das notícias que se desenvolvem na ausência de um fim conhecido de avanço. É assim que o acontecimento mediático é também o que procede do relato, e não apenas o inverso.

À medida que o Santa Maria se aproximava do litoral do Norte do Brasil, cercado por navios de guerra norte-americanos e vigiado por aviões, os preparativos do encontro entre Henrique Galvão e o comandante Allen Smith fizeram as primeiras páginas da imprensa portuguesa (ver anexos,

---

Kennedy para que determine à armada americana a entrega do Santa Maria à companhia a que pertence e à respetiva tripulação”, *Diário de Notícias*, 29-01-1961:1; “Moção de protesto entregue pelos sindicatos marítimos ao sr. embaixador dos Estados Unidos”, *O Século*, 29-01-1961:9.

<sup>116</sup> “Oficiais da marinha mercante inglesa protestam contra a atitude da oposição trabalhista no caso do Santa Maria e declaram que só há um caminho: a captura dos piratas e o restabelecimento da autoridade do comandante do navio” / «“Há muito tempo que não via mais vergonhosa demonstração da perversão do sentido dos valores” – acentua-se numa carta ao diretor publicada em relevo pelo *Daily Telegraph*, referindo-se à atitude de alguns trabalhistas perante o caso do Santa Maria», *Diário de Notícias*, 29-01-1961:1. Ver também “A atitude dos trabalhistas ingleses considerada vergonhosa por um leitor do *Daily Telegraph*” *O Século*, 29-01-1961: 6.

fig.9).<sup>117</sup> O encontro foi planeado depois da decisão expressa pelo ministro da Marinha brasileiro, ainda sob o governo de Kubitschek de Oliveira, de deter o Santa Maria e de o devolver a Portugal caso tentasse entrar em águas brasileiras. O porto do Recife afigurava-se cada vez mais o cenário plausível do desfecho da Operação Dulcineia, e destacava-se como ponto de concentração de jornalistas de todo o mundo. Perante a posição do governo do Brasil, a Secretaria de Estado americana conservava um silêncio sobre o destino a dar a passageiros e tripulantes. Descrevendo vastos círculos nas paragens do Equador, o Santa Maria mantinha-se a navegar em águas internacionais, esperando pela tomada de posse do novo presidente do Brasil, Jânio Quadros. Os indícios de divergências em Washington quanto à eventualidade de as autoridades norte-americanas protegerem o desembarque de tripulantes do Santa Maria e a incerteza sobre o método de retirada dos passageiros, que, ponderava-se então, poderia ter lugar em alto mar, voltavam a estar na base de uma mensagem dirigida ao Presidente Kennedy, desta vez pela Companhia Colonial de Navegação, publicada na primeira página dos matutinos.<sup>118</sup> A empresa armadora do paquete chamava a atenção para “a gravidade” e os “sérios riscos” da hipótese comunicada pelo almirante Dennison de desembarcar apenas os passageiros, deixando os tripulantes do navio nas mãos de “um bando de terroristas internacionais”, para empregar os termos da mensagem citada, e “entregues a um destino que lhes pode ser fatal (...) dominados sob a ameaça das metralhadoras dos piratas”.

A avaliação, participada por um “informador da armada dos EUA”, de o desembarque dos tripulantes constituir uma questão política motivou um novo artigo de primeira página em *O Século* (30-01-1961) intitulado “Brinca-se com a liberdade e a vida dos tripulantes”, no qual se reprovava a atitude do almirante Allen Smith por, escreve-se, ter lidado com Henrique Galvão “com punhos de renda... esquecendo-se de que tratava com um pirata”. No fim da nota, deixava-se a pergunta, numa expressão de perplexidade: “É assim que um país com as responsabilidades dos Estados Unidos defende, como lhe cabe e cabe a qualquer país que se respeita, a liberdade e a vida possivelmente de homens do mar, trabalhadores, honrados e inocentes?”. A primeira página de uma outra edição de *O Século* divulgou a mensagem do Cardeal Patriarca Cerejeira, que, em nome do episcopado português, intercedia pela tripulação junto do presidente Kennedy.<sup>119</sup> Noticiou-se ainda a

---

<sup>117</sup> “Subitamente, esta madrugada, o Santa Maria mudou de rumo, dirigindo-se agora par o porto de Belém. O comandante da Esquadra americana do Atlântico obteve a promessa de que os passageiros serão desembarcados naquele porto brasileiro. Está marcado para amanhã no alto mar o encontro do Santa Maria com o contratorpedeiro Wilson para discutir o desembarque dos passageiros. O Santa Maria paira a 400 milhas da costa brasileira, navegando em círculos na zona do Ecuador”, *Diário de Notícias*, 28-01-1961:1; “Está marcado para amanhã no alto mar o encontro do Santa Maria com o contratorpedeiro americano Wilson para discutir o desembarque dos passageiros. O Santa Maria paira a 400 milhas da costa brasileira, navegando em círculos na zona do Ecuador”, *Diário de Notícias*, 29-01-1961:1.

<sup>118</sup> “A mensagem da Companhia Colonial de Navegação ao presidente Kennedy”, *O Século*, 30-01-1961:1.

<sup>119</sup> “S.E. o Cardeal-patriarca em nome do episcopado português intercede pela tripulação junto do presidente Kennedy”, *O Século*, 31-01-1961:1.

manifestação da decepção do governo português, comunicada pelo embaixador de Portugal em Washington ao secretário de Estado Dean Rusk, por não terem os EUA considerado o assalto “sob a sua verdadeira luz: um ato de pirataria”.<sup>120</sup> Várias outras notícias referentes a protestos e à repercussão na imprensa estrangeira da atitude das autoridades navais dos EUA vinham pôr em causa o sentido de humanidade dos americanos.<sup>121</sup>

Enquanto decorriam as negociações entre os norte-americanos e Henrique Galvão, o teor das notícias manteve-se. O assalto continuou ao longo desses dias a ter na pirataria a única forma de denominação visível, escorada ainda em peças citadas da imprensa estrangeira.<sup>122</sup> Humberto Delgado era descrito pelo seu alegado caráter autoritário, recuperando-se fotografias da década de 1930 em que apareceria junto de membros de delegações falangistas e em pose de clássica saudação fascista,<sup>123</sup> e recorrendo-se a citações da imprensa estrangeira para questionar a sua idoneidade moral para dirigir os destinos do país.<sup>124</sup> Perpetuava-se igualmente o retrato de Henrique Galvão como um indivíduo desequilibrado e de propósitos perigosos<sup>125</sup> enquanto o DRIL, assim designado

<sup>120</sup> “O embaixador de Portugal em Washington fez sentir ao secretário de Estado americano o desapontamento do Governo português pela atitude dos Estados Unidos no caso do assalto ao Santa Maria”, *O Século*, 31-01-1961:1.

<sup>121</sup> “A colónia portuguesa de Milão protestou junto do presidente Kennedy contra a atitude apaziguadora das autoridades navais norte-americanas”, *O Século*, 01-02-1961:6; “A repercussão do assalto ao Santa Maria na imprensa estrangeira”, *Diário de Lisboa*, 01-02-1961 p. 12; «“É humano deixar os tripulantes do Santa Maria nas mãos de um bando de foragidos?” – pergunta o jornal madrileno *Ya*», *O Século*, 02-02-1961:16.

<sup>122</sup> “É um acto de pirataria o assalto ao paquete português seja qual for a interpretação da lei internacional – escreve o *Washington Post*”. *O Século*, 29-01-1961:1; “Os piratas do Santa Maria não podem ser os sucessores do Governo de Salazar – escreve um grande jornal de Oslo”, *O Século*, 30-01-1961:6; “O assalto ao Santa Maria deve ser considerado um crime punível em todos os países – escreve um jornal norueguês”, *Diário de Notícias*, 30-01-1961: 5; “Todos os jornais italianos assinalaram que se trata de um típico ato de feroz pirataria”, *O Século*, 31-01-1961: 6; «“Estamos perante um caso de pirataria no alto mar” – escreve ao *Daily Telegraph* um juiz inglês», *O Século*, 31-01-1961:12; “Caso indubitável de pirataria – opina um juiz britânico”, *Diário de Notícias*, 31-01-1961:5; “Seria errado e monstruoso politizar um acto de pirataria de tão radiante evidência – são ainda palavras do Arriba”, *O Século*, 01-02-1961:6;

<sup>123</sup> “Delgado, de fascista passou a comunista – acentua o Arriba”, *Diário de Notícias*, 30-01-1961: 5; “Humberto Delgado, candidato infeliz às últimas eleições presidenciais, remata com esta proeza de sequestrar mulheres e crianças a sua carreira política – escreve o *Arriba* em crónica internacional”, *O Século*, 31-01-1961: 6. “Um dos projetos de Delgado e Galvão foi proteger com a bandeira da sua pátria uma organização de bandidos internacionais – proclama a *Hoja del Lunes*, de Madrid”, *O Século*, 31-01-1961: 6; “Há provas e documentos das ligações do grupo de Delgado com o comunismo internacional – acentua o Arriba”, *Diário de Notícias*, 31-01-1961:5.

<sup>124</sup> “Os piratas do Santa Maria não podem ser os sucessores do Governo de Salazar – escreve um grande jornal de Oslo”, *O Século*, 30-01-1961:6; “A pirataria serviu apenas para unir Portugal em torno dos presidentes Américo Tomás e Salazar – escreve um jornal de Londres”, *O Século*, 30-01-1961: 6.

<sup>125</sup> “Comentários da Imprensa Espanhola”, *Diário de Lisboa*, 28-01-1961:14 [“[É uma] personagem truculenta de folhetim, atacado de crises nervosas agudas com acessos de paranoia”, escrevia um editorial citado do *ABC*; Cita-se um excerto da peça “Galvão, o agitador” no jornal *Ya*: “Traços do seu caráter: a habitual inadaptação e a exaltação desmedida. Foi condenado duas vezes por delitos contra o Estado. Enquanto preparava o golpe do Santa Maria recebia dinheiro em abundância”]; “Galvão fingiu de paralítico em Caracas, a fim de, numa clínica, coordenar ao abrigo de suspeitas o plano de assalto ao navio”, *O Século*, 28-01-1961:6; “Galvão falhou na Argentina como jornalista e comediante, mas, em contrapartida, não deixou de conspirar durante os meses que ali esteve”, *O Século*, 30-01-1961:12; «A atitude de Galvão não encerra coragem mas a inconsciência do histrião – escreve o embaixador Assis Chateaubriand em “O jornal” do Rio de Janeiro», *Diário de Notícias*, 31-01-1961: 1; “Como toda a obra de louco, o plano de Galvão está destinado ao mais completo e definitivo malogro – diz o *YA*” *Diário de Notícias*, 31-01-1961:5; “O caso do Santa Maria é uma prova esmagadora da anarquia em que vive o mundo – diz em editorial o Arriba de Madrid”, *O Século*, 01-02-1961:6; “O Santa Maria deixa atrás de si um trágico rasto de banditismo, sequestro à mão armada, violência e assassinio – afirma o Arriba”, *Diário de Notícias*, 01-02-1961:4; “O assalto ao grande paquete é uma expressão mais dos desígnios que contra Portugal

pela primeira vez na imprensa, era referido como uma organização cuja finalidade “consiste em derrubar, pela violência, os regimes de Madrid e de Lisboa”<sup>126</sup> recordando-se a “operação terrorista” levada a cabo no ano anterior. Segundo os rumores publicados, o ex-capitão aumentava o suposto estado de terror entre os passageiros do Santa Maria, mantendo-os votados a um isolamento total, aparentemente proibidos de comunicar com os familiares,<sup>127</sup> e sujeitando-os à provação da fome e da sede. A ocultação na imprensa portuguesa de várias das declarações de Henrique Galvão e da informação sobre o envio de mensagens pelos passageiros a bordo do navio esteve na origem de um telegrama que Henrique Galvão e Jorge de Sottomayor, autoidentificados como “combatentes da liberdade”, dirigiram ao *Le Monde*, que o publicou a 31 de janeiro.<sup>128</sup> No telegrama, acusavam Salazar de “torturar” família e amigos dos passageiros e de membros da tripulação ao não lhes serem entregues as centenas de telegramas que tinham sido autorizados a enviar e demandavam uma sanção moral punitiva contra os chefes dos respetivos governos, que, diziam, tentavam fazer confundir a sua ação insurreccional com um ato de pirataria. Asseguravam ainda que, fiéis à sua divisa “Liberdade e Justiça ou a morte”, continuariam a sua viagem.

A imprensa portuguesa foi também induzida a tirar partido da chegada a Luanda, nesses derradeiros dias de janeiro, de mais de uma centena de jornalistas estrangeiros. Tais enviados foram referidos como tendo desmentido a informação, lançada por uma emissora brasileira, de uma manifestação em Luanda a favor do assalto ao Santa Maria, que teria exigido a intervenção das forças militares.<sup>129</sup> A impressão geral, que a imprensa diz reproduzir do testemunho deixado por tais jornalistas, era, pelo contrário, a de uma calma absoluta em toda a província de Angola. Não haveria, segundo o que foi noticiado, qualquer sinal de vulnerabilidade em Angola. Já os líderes da operação eram explicitamente designados de traidores da nação.<sup>130</sup> Eles estão fora da nação imaginada e produzida

---

alimenta a rebeldia mundial – escreve o *La Vanguardia*, de Barcelona”, *O Século*, 02-02-1961: 16.

<sup>126</sup> “O ABC acusa Galvão de ter organizado a operação terrorista e a explosão de bombas no norte de Espanha e em Madrid em 1960”, *Diário de Notícias*, 30-01-1961: 5; “Galvão organizou a operação terrorista e a explosão de bombas no norte de Espanha e em Madrid, em 1960 – acusa o ABC”, *O Século*, 30-01-1961:4.

<sup>127</sup> A censura voltaria a ordenar o corte total de algumas notícias do envio de telegramas a partir do Santa Maria. “Um telegrama do imediato do Santa Maria”, assim se chamava uma delas; “Nove tripulantes do barco assaltado são da Nazaré e alguns deles telegrafaram a tranquilizar as famílias”, era o título da outra notícia onde se nomeavam as famílias a quem tinham sido endereçadas mensagens, comunicando estar tudo bem (27-01-1961). ANTT/EPJS. Caixa. 195, Maço. 247.

<sup>128</sup> «Un message du Capitaine Galvão en ‘l’affaire de la Santa Maria’ » *Le Monde*, 31-01-1961: 2.

<sup>129</sup> “A mais viva indignação causou em Luanda a falsa notícia de uma Emissora Brasileira sobre uma manifestação a favor dos piratas naquela cidade”, *O Século*, 31-01-1961:12.

<sup>130</sup> «“Traidor é pouco para classificar Galvão” – escreve o “Diário Insular”, de Angra do Heroísmo», *O Século*, 30-01-1961: 4. [“São bandidos e feras, indivíduos que perderam tudo quanto pode enobrecer o homem, chefiados por um português de nascimento mas renegado de alma e de coração, a quem o apodo de traidor é muito benévolo para o classificar (...) O crime ainda é mais nefando porque à ganância (que de certo não foi também estranha ao assalto) se alia o ódio político vesgo, que salta por cima de todas as considerações humanas para se cevar.(...)”]; “Vibra de indignação o povo açoriano – afirma um jornal de Ponta Delgada”, *O Século*, 30-01-1961: 4. [“Acto dos mais aviltantes reclama severo castigo. A nova e abominável atitude do traidor Galvão obedece, sem dúvida, a um plano do comunismo internacional, destinado, como tantos outros, a perturbar a paz mundial (...)].

nos textos publicados, e encarnam mesmo a figura dos seus adversários. Se a imaginação da nação portuguesa incluía os territórios ultramarinos, a traição de Henrique Galvão e de Humberto Delgado à nação completava-se na insinuação de que, sob o pretexto proclamado de libertar Portugal, o propósito do grupo seria o de conquistar tais territórios para depois os utilizar como moeda de troca para os seus fins bélicos contra a nação e para “cubanizar” a África portuguesa. Galvão surgia na imprensa como um potencial usurpador das possessões portuguesas em África. Aludia-se um alegado plano para negociar com negros bacongus um apoio para operações de guerra em Angola em troca da cedência de Cabinda ao governo do antigo Congo Belga e da transferência do chamado Congo português ao governo do antigo Congo francês. A ligação de Galvão ao Congo ex-belga estava também plasmada na ênfase dada ao pedido de asilo e assistência de Galvão, em nome próprio e extensível aos membros do grupo, a Joseph Kasavubu, primeiro Presidente da recém-independente República do Congo.<sup>131</sup>

Após a notícia da ineficácia das negociações com a armada norte-americana, a capa dos diários de Lisboa no primeiro dia de fevereiro dava conta de que o novo governo de Jânio Quadros permitia a entrada do Santa Maria num dos portos do Brasil.<sup>132</sup> Jânio Quadros, segundo as afirmações citadas na imprensa, declarava a sua fidelidade às convicções democráticas do grupo e o compromisso de consentir a Galvão e aos que o acompanhavam, no exercício das suas atribuições constitucionais, o direito de asilo em território brasileiro. Nos momentos finais da operação, sobressaíram nos matutinos expressões de pânico e de ansiedade que os passageiros do Santa Maria alegadamente gritavam para os jornalistas concentrados no cais do Recife e as ameaças de Henrique Galvão de afundar o navio se não lhe fosse permitido reabastecer e largar de novo para o mar (ver anexos, fig.10).<sup>133</sup> A Operação Dulcineia é dada por encerrada na imprensa a 3 de fevereiro. Nesse dia, a

<sup>131</sup> “Galvão e os seus sequazes pedem asilo político ao Congo de Kasavubu. Respondendo a uma mensagem do chefe dos assaltantes o governador Carlos Lacerda diz que apresará o Santa Maria se entrar na baía do Guanabara”, *Diário de Notícias*, 31-01-1961:1; “Galvão pediu asilo ao Governo de Leopoldville para si e para os seus sequazes?”, *O Século*, 31-01-1961:12; “Galvão pretendia apoio das Repúblicas do Congo para conquistar Angola”, *Diário de Lisboa*, 01-02-1961:12; “Galvão queria ir para o Congo para negociar...”, *Diário de Notícias*, 02-02-1961:5; “Kasavubu recusou asilo a Galvão”, *Diário de Lisboa*, 02-02-1961:12.

<sup>132</sup> “Malograram-se as conversações entre o almirante Smith e Galvão e consta que os passageiros do Santa Maria desembarcaram hoje no Recife com autorização do Governo brasileiro”, *Diário de Notícias*, 01-02-1961:1; “O governo brasileiro parece ter outorgado a entrada do paquete Santa Maria num dos portos do país pelo espaço de 24 horas e sem autorização para se abastecer depois de se terem malgrado as conversações do almirante americano Allen Smith com Henrique Galvão e bordo do Santa Maria para o desembarque no alto mar. Após o encontro bastante formalista, o comandante da esquadra das Antilhas avisou os passageiros de que não deveriam ficar “demasiado otimistas”, *O Século*, 01-02-1961:1; “O comandante dos piratas disse ter recebido autorização para entrar num porto brasileiro”, *O Século*, 01-02-1961:7; “Uma conversa dramática entre o Santa Maria e o contratorpedeiro “Gearing” precedeu a subida do almirante Allen Smith ao navio português: Galvão acusava o barco americano de intenções agressivas”, *O Século*, 01-02-1961:12.

<sup>133</sup> “Afundo o Santa Maria – ameaçou o chefe dos piratas com o navio ancorado a três milhas do Recife e sem ter desembarcado os passageiros por o Governo brasileiro não lhe permitir reabastecer o paquete e largar de novo para o mar”, *Diário de Notícias*, 02-02-1961:1; “Já basta! Queremos sair! – gritaram para os jornalistas os passageiros do Santa Maria”, *Diário de Notícias*, 02-02-1961:1; “Tirem-nos daqui por amor de Deus! – pediram os passageiros do Santa Maria aos funcionários brasileiros que foram a bordo”, *Diário de Notícias*, 02-02-1961:5; “Às 2 e 30, Galvão ameaça de novo

manchete de *O Século* anunciou:

Finalmente, desembarcaram no Recife os passageiros e tripulantes do Santa Maria, após a sua terrível experiência como reféns de piratas. Forças de fuzileiros navais ocupam, agora, o paquete imobilizado por ordem da justiça. Terríveis cenas de pancadaria a bordo e todas as intimidações e dificuldades que sofreram durante doze dias de pesadelo são descritas pelos passageiros esgotados e doentes. (ver anexos, fig.11)

Os relatos publicados transmitiam um aspeto festivo no cais do Recife, com mulheres a lançar flores aos passageiros e fazendo-se ouvir gritos de aclamação a Portugal. O fim da operação foi convertido no corolário da derrota de Henrique Galvão. No entanto, no *Diário de Lisboa*, uma notícia assinada de Nova Deli divulgava a sugestão de um dirigente político goês, Francis Mascarenhas, transmitida num telegrama enviado a Humberto Delgado, de o general criar “uma frente comum com os povos das colónias portuguesas na Ásia e na África para apressar a libertação de todo o território de Portugal”.<sup>134</sup> No telegrama, o político goês elogiava, em nome dos “povos amantes da liberdade de Goa, Damão e Diu”, a “coragem” de Galvão, instigando-o a “forjar um laço indestrutível entre os patriotas de Portugal e os que lutam pela libertação das colónias portuguesas”, e informava que o presidente do Partido do Congresso de Goa, Gaitandó, escrevera a Humberto Delgado, oferecendo-lhe todo o apoio “na luta para o restabelecimento da democracia em Portugal e para a libertação de todos os territórios subjugados pelos colonialistas portugueses”. A referência a este telegrama surgiu no dia seguinte em *O Século* (04-02-1961: 14) noticiada sob o título “Os Traidores Gaitandó e Mascarenhas estendem as mãos a Galvão e a Delgado”.

A 5 de fevereiro, foi publicada uma nota oficiosa do gabinete da Presidência do Conselho (ver anexos, fig.15, 16 e 17) na qual se sublinhava a “eficiente cooperação das forças aeronavais norte-americanas” e se exprimia o “apreço da Nação portuguesa pela posição assumida pelo Governo dos Estados Unidos” e a gratidão “pelo apoio e auxílios de outras nações amigas na cooperação marítima prestada”.<sup>135</sup> O Santa Maria só regressaria a Lisboa a 16 de fevereiro, numa ocasião que voltaria a atrair a atenção dos jornais, em notícias que reportaram a concentração de uma centena de milhar de pessoas dando as boas-vindas ao navio português e a subida a bordo do navio de Salazar. As fotografias da aproximação do paquete e de um mar de gente aglomerado para, alegava-se, ver chegar o Santa Maria fizeram a capa de vários jornais e de suplementos ilustrados em Lisboa.<sup>136</sup>

---

afundar o paquete com todos os seus ocupantes se os brasileiros não satisfizerem as suas loucas exigências” *O Século*, 02-02-1961:1; “Os dias amargurados dos passageiros do Santa Maria”, *O Século*, 02-02-1961:9; “Revolta no Santa Maria? Ter-se-iam registado a bordo sérios incidentes quando se soube do malogro das diligências dos brasileiros para o desembarque no Recife”, *O Século*, 02-02-1961:9.

<sup>134</sup> “Os movimentos de ‘libertação de Goa’ propõem aliança a Humberto Delgado”, *Diário de Lisboa*, 03-02-1961: 12.

<sup>135</sup> “Uma nota oficiosa da presidência do Conselho faz o narrativo dos acontecimentos do Santa Maria, as providências que tomou, a cooperação que encontrou em potências estrangeiras e o apoio que encontrou no país”, *O Século*, 05-02-1961: 1.

<sup>136</sup> Ver *Flama*, ano XVII, nº 677, 24-02-1961. Ver também *O Século Ilustrado*, 25-02-1961. A capa dessa edição do *Século Ilustrado* é preenchida com a fotografia de Salazar a receber um abraço de uma mulher no meio da multidão.



Contudo, apesar da aparência alegre e apaziguada transmitida pela imprensa, a perplexidade nas fileiras do regime faz-se notar, com Salazar a proclamar o seu discurso mais curto de sempre: “O Santa Maria está connosco! Obrigado Portugueses”.

### **As sequelas do acontecimento mediático: a reputação ferida de Salazar e o futuro do Estado Novo em conjectura**

Quando a 2 de fevereiro a imprensa britânica notificou a chegada do Santa Maria ao porto do Recife, depois de, nos dias anteriores, ter acompanhado o processo de negociação entre os norte-americanos e Henrique Galvão, o impasse sobre a eventualidade do desembarque dos passageiros e a espera pela tomada de posse de Jânio Quadros, o *The Times* (02-02-1961: 13) anunciava, no título de um seu artigo, a conclusão do que diz ser um “primeiro capítulo” – “End of Chapter One”. A iminência do desfecho da Operação Dulcineia foi então definida, mais do que um fim, como um símbolo que estimularia a irrupção de outros eventos, decisivos para o curso do regime do Estado Novo. O fecho da manobra de tomada do Santa Maria e a questão do futuro do navio abriria, na leitura proposta por este artigo, um possível dilema entre Jânio Quadros e Salazar em torno das condições da concessão de asilo político ao grupo. Iria o novo presidente do Brasil exigir que o grupo se abstinhasse de atividades contra o governo de Salazar enquanto usufruísse da proteção do estatuto de asilado? Receberia Henrique Galvão permissão para seguir viagem e conduzir o navio, como previamente comunicado, até Angola?

A conjectura de o navio prosseguir até África ficou rapidamente invalidada, com a apreensão do Santa Maria pelas autoridades navais brasileiras e o desembarque dos passageiros no Recife. Mas o choque provocado por este acontecimento mediático invocava a necessidade, como o sugestia aquele artigo do *The Times*, de o pensar também em função das suas consequências e da possibilidade de ele se afigurar uma força propulsora de novos acontecimentos impactantes na trajetória do regime de Salazar. Como se viria a constatar pouco depois, a concentração de jornalistas em Luanda, aguardando o hipotético desembarque do Santa Maria, terá criado condições que favoreceriam a aceleração da contestação à dominação colonial portuguesa em Angola. O acontecimento mediático do assalto ao Santa Maria foi, por isso, também um começo, um marcador no tempo que mobilizou expectativas, modificou a situação e esteve na origem de algo de novo.<sup>137</sup>

---

<sup>137</sup> O estudo dos acontecimentos foi relegado para segundo plano por historiadores sociais que priorizaram a análise das estruturas ou dos processos económicos, demográficos, políticos, culturais em detrimento do que consideravam ser o ritmo rápido dos acontecimentos, base da história narrativa tradicional que Fernand Braudel (1955) designou *histoire evenementielle*. Diferentemente dessa abordagem, os eventos e a sua conversão em acontecimentos mediáticos são aqui ponderados como catalisadores capazes de provocar mudanças significativas. Eles não estão, como tal, limitados pelos contornos precisos das suas fronteiras temporais mais aparentes, do mesmo modo que os elementos constitutivos do seu surgimento e as modificações estruturais e preocupações sociais por ele geradas não podem ser encerradas no tempo da sua emergência, inscrevendo-se sim na duração das conjunturas e mesmo na longa duração. A constituição de uma

E esse caráter inaugural conferiu ainda sentido ao acontecimento mediático. Ao mesmo tempo, a perspectiva inédita aberta pelo acontecimento mediático invoca o seu passado sob uma outra luz, convidando a perspectivá-lo como algo que não é inteiramente produto do contexto que o precedeu. Seguindo a conceção observada por Jocelyne Arquembourg (2011: 15-34), é o acontecimento mediático que, pelo seu poder disruptivo, transforma, desestabiliza e destrói um certo estado de coisas e faz emergir o seu próprio passado. O mesmo com o futuro. Passado e futuro são assim elaborados em relação ao presente do acontecimento mediático.

As interpretações sobre as consequências presumidas da “Operação Dulcineia” foram muito diversas. Para os enviados especiais do *Daily Telegraph* ao Recife, Frank Taylor e Ian Ball,<sup>138</sup> findos os doze dias do que apelidam de “soberania rebelde” no Santa Maria, o desfecho da ação significava o colapso da revolta de Galvão contra o governo de Salazar. Esta noção foi reforçada pela imagem decrépita que os repórteres traçam de Galvão no momento em que, ainda a bordo do navio, dava uma conferência de imprensa. Galvão era então descrito pelos jornalistas britânicos como a “antítese do líder revolucionário”.<sup>139</sup> Num sentido análogo, o enviado especial do *Figaro* ao Recife, Max-Olivier Lacamp, que contava ter vivido a bordo de um barco de pesca as últimas horas da “prisão flutuante” dos passageiros,<sup>140</sup> anunciava uma “capitulação sem glória” de Galvão (ver anexos, fig.70 e 71).<sup>141</sup> No entanto, segundo o correspondente francês, Galvão assegurava ter terminado vitoriosamente a “primeira fase da ação revolucionária”<sup>142</sup> e gabava-se de ter conseguido

---

história social de acontecimentos históricos e de acontecimentos mediáticos implica romper com a ideia do tempo do acontecimento como um tempo curto, e ver no texto, enquanto reapropriação e organização dos acontecimentos na superfície de uma intriga, essa sim enquadrada por um começo e por um fim (Suster, 1997), um método com validade para compreender o desenrolar das lutas políticas e dos enredos dos próprios acontecimentos.

<sup>138</sup> “560 Santa Maria passengers land. Ferried Ashore by tugs after 12 days. Brazilian Marines take over ship”, *Daily Telegraph*, 03-02-1961:1.

<sup>139</sup> “Santa Maria rebels surrender ship. Mayor welcomes Capt. Galvao in Recife”, *Daily Telegraph*, 04-02-1961:1. A notícia continua, baseada no testemunho do Capitão Mario Simões Maia, em “Liner Captain describes 12 days’s captivity / Crew worked under guns”, *Daily Telegraph*, 04-02-1961:16. Leia-se a seguinte passagem: “Capt. Galvao’s acknowledgment of the collapse of his astonishing revolt against the Salazar Government in Portugal came at 6.30 p.m. He looked haggard, much older than his 66 years. He seemed the very antithesis of a revolutionary leader as he assembled his 28 rebels in double ranks in the promenade deck for the ceremony. All wore their rebel uniforms. Their leader was obviously at the point of exhaustion”.

<sup>140</sup> “Santa Maria, Les passagers ont enfin pu débarquer”, *Figaro*, 03-02-1961: 1. Publicada com uma foto ampla ao centro, a reportagem do enviado especial francês começava com as seguintes palavras: “À bord d’une barque de pêche, j’ai vécu les dernières heures de la prison flottante”. O desenvolvimento da reportagem, já no interior do jornal, tem lugar sob a manchete “Le Santa Maria pavoisé de la proue à la poupe, dans le port du Recife. Leur pénible odyssée terminée. Les passagers fatigués mais souriants se pressent pour quitter le paquebot”, *Figaro*, 03-02-1961: 4. Ver também na mesma página “Les passagers du paquebot Santa Maria ont enfin débarqué aujourd’hui dans le port de Recife. Ainsi se terminaient leurs douze jours de tribulations en mer” e «Un passager neerlandais: “Donnez-moi une corde que je pend Galvao moi-même”».

<sup>141</sup> “Santa Maria: Fin de l’aventure. Capitulation sans gloire du rebelle Galvao. Après douze jours d’une rocambolesque odyssée Le paquebot remis aux autorités brésiliennes a été aussitôt restitué à la Compagnie portugaise: Les insurgés, après avoir livré leurs armes, reçoivent asile au Brésil”, *Figaro*, 04-02-1961:1.

<sup>142</sup> “Finita la commedia”, *Figaro*, 04/05-02-1961:3. Veja-se a seguinte passagem: «Galvao, qui me fit l’effet d’un vieux monsieur très fatigué, mais très malin (...) Avec une puissante, formidable illusion, les rebelles – qui sont tous d’autant plus sympathiques qu’ils sont délicieusement et naïvement idéalistes, à moins qu’ils ne cachent leur jeu – assurent

fazer crer que o grupo era composto por cinquenta elementos quando apenas vinte e cinco tinham embarcado, de ter controlado cerca de mil passageiros e os membros da tripulação, e feito as manchetes dos jornais do mundo inteiro.

Na edição seguinte do *Figaro*, o assalto foi designado de “uma simples comédia” e Henrique Galvão descrito como uma figura a quem ninguém levaria já a sério. O enviado francês contava ter visto Galvão, já após o desembarque, a almoçar no *Grand Hotel* e revelava que, depois de ter despendido todo o seu dinheiro na compra do bilhete para embarcar no Santa Maria, Galvão estava preocupado em vender, a preço apontado como estonteante, os direitos de reprodução da narrativa do assalto aos representantes da imprensa estrangeira. O ato de tomada do navio é reduzido a um gesto de puro romantismo e de “idealismo naïf”, sem qualquer hipótese de ser bem-sucedido.

En notre siècle utilitariste de révolutions organisées scientifiquement, l'exploit Galvão est fortement démodé et ne pouvait mener à rien. Voler en pleine mer un transatlantique avec vingt-cinq hommes armés de deux mitraillettes, deux fusils de chasse rouillés et quelques pistolets est une réussite remarquable, mais espérer conquérir un quelconque territoire métropolitain ou colonial avec un transatlantique est une autre chose! Rien n'est plus vulnérable qu'un paquebot de 22 000 tonnes. Le Santa Maria n'aurait pu se présenter devant les îles du Cap Vert ou l'Angola que si les partisans des rebelles avaient déjà pris possession de ces territoires. Or les rebelles imaginaient – ils me l'ont dit – “que le peuple portugais souffrait tellement que la seule vue du bateau aurait provoqué la révolution” (...) Entreprendre une révolution sans argent en 1961, c'est vraiment du romantisme! (ver anexos, fig.72)<sup>143</sup>

No entanto, se se considerar o modo como este acontecimento mediático impulsionou, em certos títulos da imprensa estrangeira, um questionamento sobre a natureza do regime de Salazar e sobre a sustentação do seu império colonial, o assalto ao Santa Maria não poderá decerto ser qualificado como um fracasso na história da oposição ao Estado Novo. Isso mesmo nota o *Le Monde*, quando noticiou que o assalto ao Santa Maria acabava de desencadear novas iniciativas da oposição ao regime em Portugal. Num artigo assinado a partir de Lisboa, difundia-se a decisão do presidente Américo Tomás de receber três signatários de um documento<sup>144</sup> no qual 39 líderes da oposição declaravam ter o assalto ao Santa Maria contribuído para formar ou pelo menos fazer aparecer correntes de opinião internacionais cada vez mais adversas ao regime do Estado Novo e para fortalecer a noção do imperativo de um retorno a formas mais democráticas de governo. Entre os signatários estavam Mário de Azevedo Gomes, antigo professor de agricultura, Arlindo Vicente, candidato nas eleições presidenciais de 1958 que abdicara da sua candidatura a favor do general Humberto Delgado, e Natália Correia, poetisa e jornalista.

---

terminer victorieusement la première phase de leur action révolutionnaire: “A propos, le saviez-vous? Nous avons fait croire que nous étions cinquante. En fait, nous sommes seulement vingt-cinq. Ne trouvez-vous pas que c'est drôle et significatif que vingt-cinq hommes aient tenu en respect près de mille passagers et membres de l'équipage et surtout déplacé quatre flottes et fait la première page des journaux du monde entier?”».

<sup>143</sup> “La fin de l'odyssée du Santa Maria. Le rideau est brusquement tombé sur ce qui aurait été une simple comédie à grand spectacle... s'il n'y avait pas eu un mort”, *Figaro*, 06-02-1961:3.

<sup>144</sup> “L'opposition à Lisbonne”, *Le Monde*, 04-02-1961:2.

Numa extensa reportagem do *Paris Match* assinada por Robert Collin, calculavam-se as consequências possíveis da operação a partir do horizonte da expectativa e da contingência, rompendo com as leituras presentistas dos outros enviados especiais ao Recife. O autor da reportagem, numa alusão ao famoso navio da Revolução Russa, sugeria que o Santa Maria poderia muito bem encarnar o papel de “um Potemkine na era nuclear”, representando uma das mais antigas nações da Europa e carregando talvez em si o seu destino.<sup>145</sup> A analogia, que rememora a simbologia dos marinheiros em revolta e o imaginário da Revolução Russa, é bem expressiva desta noção de que o acontecimento mediático se compreende talvez menos a partir do mundo que o precede do que da posteridade a que poderá dar lugar. O acontecimento continua assim a acontecer ou a devir para além da sua duração, para além do alcance do seu momento *kairós*, após o qual começa a entrar na linha descendente do interesse registado nos *media*. A identificação do que acontece vai sendo construída progressivamente, e em função das suas consequências, abrindo-se ao campo dos possíveis. Resgatando a noção do alcance temporal abrangido pelo acontecimento, essa dualidade a que fazia alusão Louis Quéré (2005), além de um desdobramento para o passado, é também num registo mais prospetivo que o acontecimento mediático deve ser analisado, enquanto motor de um novo contexto e influenciando na trajetória do Estado Novo, que se vai traçando na temporalidade. Esse sentido será, porventura, mais facilmente legível na completude dessa trajetória. Com efeito, analisado sob o prisma de longo alcance, o assalto ao Santa Maria converteu-se num “acontecimento memorável”, um marco ou referência que deixa o seu traço na história do regime. Dois anos mais tarde, em 1963, Henrique Galvão falaria da operação de assalto como um “êxito político e uma vitória contra o regime que, pelas consequências que imediatamente teve, se poderia considerar sem pecado de modéstia ou exagero, o mais relevante e demolidor de toda a longa e amargurada luta das forças da oposição contra o regime”. Henrique Galvão concluía: “O que ficou, pois, do Santa Maria? Essencialmente, ficou o golpe de morte vibrado no regime – um golpe de que a ditadura e o ditador não mais se recomporão – e deixou os seus dias contados. Com ele, ficou uma lição que não perdeu verdadeiramente, como em futuro próximo se verá”.<sup>146</sup>

O assalto ao Santa Maria trouxe também Salazar e a situação política do Estado Novo para o centro do foco noticioso na imprensa britânica. Alguns dias depois de ser anunciada a entrega do Santa Maria aos armadores portugueses e o regresso dos passageiros, trazidos a Lisboa no navio Vera Cruz, um editorial do *The Times* (09-02-1961: 13) intitulado “Dr. Salazar” toma o Santa Maria

<sup>145</sup> « Qu'importe, au fond, les routes et les points sur les cartes marines? Il n'y a plus piraterie, mais révolution à bord. La Santa Maria est un Potemkine à l'ère nucléaire. Une nef de 186 mètres de long sur 23 de large qui représente l'une des plus vieilles nations de l'Europe et porte peut-être son destin », “Exclusif. A bord de la Santa Maria. Photos et récit. La fantastique aventure de Galvão et des pirates de la révolution”, *Paris-Match*, 04-02-1961 : 26-37.

<sup>146</sup> “O caso Santa Maria: dois anos depois”, in Galvão (1965: 22-48).

como um acontecimento modelar que viria revelar uma nova conjuntura em Portugal. A ação do grupo liderado por Henrique Galvão teria gerado, segundo se afirma no editorial, um aumento do criticismo ao governo, até mesmo entre os setores que tradicionalmente o haviam apoiado, como o Exército e a Igreja, e feito revelar o regime de Salazar como uma ditadura retrógrada. Neste editorial, que propõe avaliar o movimento que levava Salazar ao exercício do poder em 1926 como uma resposta à confusão, à hipocrisia e à corrupção em que a Primeira República portuguesa tinha declinado, Salazar aparecia já como uma figura moribunda, rodeada de críticos, dos mais radicais aos mais moderados, mesmo que preservando uma certa imagem de benevolência, por, alega-se, ter zelado pela paz e estabilidade do país e afastado os distúrbios das guerras e revoluções.

Salazar já não era o ditador douto, introspetivo, e com a aura redentora, como vinha sendo frequentemente representado nas décadas anteriores (Léonard, 2017). Mas ainda que, na ótica do *The Times*, o assalto ao Santa Maria tivesse conseguido concentrar todas as atenções sobre o dito anacronismo do Estado Novo e feito desencadear as dúvidas sobre o sentido da permanência de Salazar no poder, a questão da sua sucessão é aqui apontada como um problema capital. Apesar da compleição antidemocrática de Salazar, que veria na situação corrente de África a principal razão para não fazer concessões, as reservas atribuídas a Salazar sobre a exequibilidade de um outro sistema político em Portugal são em parte partilhadas neste editorial, que vislumbra naquele ambiente político condições propensas a uma possível radicalização das oposições num rumo anarquizante ou comunizante. No entanto, contrapõe-se, o último teste de qualquer forma de governo deveria ser a sua capacidade de evolução pacífica, e era justamente este o teste que o assalto ao Santa Maria estava a fazer Salazar enfrentar.<sup>147</sup>

Num semanário mais conservador como o francês *Paris Match*, o perfil de Salazar, traçado num

---

<sup>147</sup> Leia-se este excerto: “Some would see in the cruise of the Santa Maria a gallant gesture foreshadowing great events – a sort of Portuguese Harper’s Ferry. It was hardly that. There was comedy as well as tragedy in the voyage to Recife, and more heroics than heroes. But at least one of Captain Galvao’s objects has been achieved. Eyes have turned towards Portugal, and the question has been everywhere asked – is the Salazar regime really an out-of-date dictatorship which is due to be swiftly replaced by something better? (...) In the past four or five years (...) there has been increasing evidence of criticism (...) In the past few days a group of the regime’s older and more moderate critics sent a memorandum to President Tomás asking for reforms. Unexpectedly a deputation from among them was received by the President. Less unexpectedly, their intervention has now been denounced in the press. In a sense they are asking the impossible, since Dr Salazar is one of the few politicians who refuse to pay even lip service to political democracy. He has seen parties and parliamentary government tried in Portugal and fail dismally. He would say there is no reason why another attempt would do any better. And he may well be right. There is no guarantee that a new generation of liberal parliamentarians would hold the line for long, or that Portugal would not slide back to its old anarchy or to a new near-communist anarchy of the Cuba pattern. On the other hand, there is at least one ground on which Dr Salazar’s non-revolutionary critics have a right to be heard. He has left undecided the problem of the transference of power when death or retirement removes him from the scene. After a generation of continuity in government this uncertainty is bound to do harm. Nor has there been any safety valve offered. *Solvitur ambulando* still seems to be the guiding principle of the regime and press censorship still prevents even the most modest debates over the future (...) The present state of Africa, more than the past state of Portugal, may now be Dr Salazar’s main reason for not making concessions. Yet, the ultimate test of any form of government must be its capacity for peaceful evolution, and this is the test which events are forcing Dr Salazar to face”.

segmento de texto assinado por Jean Farran, na edição em que o jornal publicou o extenso trabalho da dupla de repórteres Gil Delamare e Charles Bonnay,<sup>148</sup> assentava ainda na imagem de um doutrinário intelectual, profundamente cristão, avesso a multidões, garante da ordem e da preservação de um império multissecular numa época de pleno desmoronamento dos impérios europeus. Não obstante uma certa admiração confessada no artigo com a chamada “obra de Salazar”, o assalto ao Santa Maria era uma vez mais apontado como um possível ponto de viragem da situação política portuguesa. A tomada do navio e, por meio dela, a publicitação do mencionado estado de asfixia criado pelo regime do Estado Novo em Portugal eram interpretados como indícios da premência de adaptação de Salazar às novas circunstâncias e da impossibilidade de ele resistir, por muito mais tempo, aos “ventos de mudança”:

Tout n'est pas à rejeter dans l'œuvre de Salazar. Il fut nécessaire. Cette république, dont il fut l'un des adversaires, ne méritait pas beaucoup d'affection (...) Le Portugal est le seul pays au monde qui n'ait pas eu de crise ministérielle, de graves de déficit budgétaire, d'échec colonial depuis trente ans. Ce bilan est indiscutable (...) Mais tout cela a été payé d'un certain prix. Une armée très favorisée; des forces de police très nombreuses; une opinion publique qui ne peut s'exprimer ni dans un parti ni dans une presse d'opposition, ni lors des élections, ou ne votent que les hommes, et encore à condition de ne pas être analphabètes (...) Un peuple misérable, le plus pauvre d'Europe après la Grèce et la Turquie (...) Le Portugal est une île qui s'appelle Salazar. Il étouffe non point sous la torture mais sous la tradition. Son destin, comme les artères de celui qui le dirige, est à la merci d'une chiquenaude. Peut-être ce bateau qui s'est échappé de l'île Salazar est-il cette chiquenaude du destin? (...) Il y a quelque chose de fascinant dans l'entêtement politique de Salazar, son refus de connaître la marche du temps (...) Salazar est enfermé dans sa certitude. Comprend ne comprend-il pas que la transformation du monde exige une transformation de la pensée politique? (...) Son Portugal a aussi changé. L'Histoire lui a donné un long sursis<sup>149</sup>

### Notas finais

Num regime que tentou sonegar de forma obsessiva as manifestações da oposição, a condição de acontecimento mediático granjeada pelo assalto a um distinto transatlântico português em águas internacionais por um grupo que alegava pretender desse modo libertar a península ibérica dos regimes de Salazar e de Franco foi, por si só, um êxito notório. A audácia da ação, imbuída em novidade, em surpresa, em poder de excitação e espetáculo, e com uma certa carga de trágico, pôs em ação o processo de noticiabilidade e superou o controlo do regime. O assalto ao Santa Maria impôs a lógica cesurial de uma ação que reuniu em si as características para se tornar acontecimento mediático. Foi uma ação perfeita para alimentar a máquina dos *media*. Nessa contenda, a imprensa

<sup>148</sup> “Santa Maria: l’exploir de nos envoyés spécieux”, *Paris-Match*, nº 618, 11/02/1961, pp. 30-43. Num outro título, os dois repórteres franceses Gil Delamare e Charles Bonnay orgulham-se de se apresentar como “Les Premiers sur la Santa Maria”. Além da peça assinada pelos enviados especiais a bordo do Santa Maria, o *Paris-Match* inclui textos assinados pelo enviado no Recife, Dominique Lapiere, e por Juan Walker, Paul Slade e Elliott Erwit; e ainda pelos enviados a Lisboa, Jacques de Bailly, Patrice Habans e Pierre Lancel. As páginas 32 e 33 incluem fotos do navio e dos dois repórteres franceses a preparar-se para saltar em para-quedas depois de ter saltado e caído à água.

<sup>149</sup> Para texto de Jean Farran, ver “12 jours d’aventure et les nerfs ont lâché. La Santa Liberdade se éveille contre ses nouveaux maîtres », *Paris-Match*, nº 618, 11/02/1961:36-37.

sobressaiu como um agente que influenciou no desenrolar da ação de tomada do navio, gerando novas ocorrências, emprestando-lhes um sentido, moldando e reconfigurando este episódio e condicionando os modelos de interpretação possíveis.

Ao longo das cerca de duas semanas em que o Santa Maria deambulou pelo Atlântico, a operação saltou para a primeira linha dos noticiários nacionais e internacionais e gerou um acérrimo debate sobre que nome dar à manobra de assalto. O jogo de conceptualização do assalto, disputado ao mesmo tempo e concorrencialmente pelo diretório luso-espanhol, pelo poder político e pelos jornais engendrou textos que enunciaram categorias díspares de ações, de atores e de problemas, e enformou sentidos distintos que emanaram das notícias. O leitor da imprensa portuguesa aceitou o assalto através do conceito de pirataria. Já na imprensa francesa e na inglesa, o conceito de pirataria foi, em certos setores, desde cedo declinado. Independentemente dos diferentes alinhamentos editoriais e das divisões que, através dos textos escritos, se percebe terem por vezes diferenciado os jornalistas pertencentes à mesma redação, o assalto ao Santa Maria foi sendo apresentado colocando em confronto diferentes vozes. Em redor da diferenciação deste ato de nomeação do assalto construíram-se acontecimentos mediáticos bastante diversos.

A preponderância da questão da qualificação e a vigilância e os cortes executados pela censura nas matérias acerca do assalto ao Santa Maria indicam que mais do que o habitualmente salientado controlo da informação difundida, os silenciamentos e os não ditos, a relação do regime do Estado Novo com os *media* se revela bem mais incisiva, penetrando no manejo dos efeitos de linguagem. A prudência da palavra mostra-se tanto mais relevante quando se percebe que a linguagem define situações, ainda que as notícias impressas e as fontes citadas ligadas ao regime tenham procurado fazer passar a ligação invertida de ser a situação ela mesma definidora da linguagem, induzindo uma aparente irrefutabilidade da terminologia de pirataria, pretensamente validada pelo discurso da lei.

A imprensa portuguesa foi conduzida a reduzir as discontinuidades e a socializar as surpresas provocadas pelo evento; a invocar o mito do inimigo conspirador e a abster-se de nomear o adversário político enquanto tal; a delimitar um espaço comum ao enunciador e ao enunciatário através da expressão escrita de sujeitos coletivos e indefinidos universais – a nação, a pátria, os portugueses. O resultado parece ser o de uma degradação do evento no e pelo dispositivo da informação nos meios de comunicação, que acaba por introduzir a desordem na ordem estabelecida, restaurando-se a continuidade no momento em que a rutura se manifestou. É neste sentido que se pode afirmar ser a imprensa um contexto onde se cruza o espetáculo e o contraespetáculo; às encenações constantes do regime para fazer prevalecer o ideal da harmonia, da regularidade e da unidade, opõe-se o contraespetáculo de grupos da oposição que utilizaram os meios modernos de comunicação para dramatizar a sua ação e despertar a sociedade para a sua luta política.

O assalto ao Santa Maria ganhou a agenda dos *media*. E, partindo do pressuposto de que há uma correlação entre aquilo que os *media* incluem ou excluem do seu conteúdo e o que as pessoas têm tendência a incluir ou excluir das suas conversações – conjectura fundamental da ideia da *agenda-setting* – pode admitir-se que esta operação, ao angariar a atenção dos *media*, definiu também a agenda pública.<sup>150</sup> A publicidade que Galvão atraiu à volta do assalto permitiu-lhe pôr a descoberto um movimento de contestação a Salazar e dar visibilidade a uma luta de reivindicação da liberdade nos países ibéricos. O assalto deu lugar a um debate aceso que tornou a intransigência de Salazar tema de notícia e levou a que a durabilidade do regime do Estado Novo comesse a ser posta em causa. Ao tornar-se um caso de sensação na imprensa portuguesa e na estrangeira, e ao transformar o país e o regime em foco de atenção e assunto de debate, Henrique Galvão abalou enormemente o prestígio do Estado Novo. Efetivamente, quando analisada na longa trajetória de durabilidade do Estado Novo, o assalto ao Santa Maria tende a ser destacado como um marco que significou um enfraquecimento paulatino mas inexorável do regime até à sua derrocada final.

---

<sup>150</sup> A investigação sobre o *agenda-setting*, resumida por Eric Saperas (1992a), conta com notáveis precedentes, entre os quais se pode mencionar Walter Lippman e a sua obra *Public Opinion* (1922) e Robert Ezra Park e a obra *The City* (1925), ambos destacando o poder dos *media* para estabelecer uma ordem de preferências na capacidade social de discriminação nos temas considerados importantes. Também Harold Lasswell, que orientou o seu estudo para a persuasão dos *mass media*, pressupôs a influência dos *media* na proposição de uma agenda temática. É pertinente notar que até Lazarsfeld e Merton, os precursores do paradigma dos efeitos limitados dos *media*, estavam convencidos de que os *media* conferiam um estatuto público a certos temas. A hipótese central em torno da qual se formou posteriormente a investigação sobre a *agenda setting* dos *media* tem o seu precedente mais imediato na obra de um estudioso da ciência política, Bernard C. Cohen (1963). Em *The Press and Foreign Policy* Cohen dizia “que a imprensa não tem êxito em dizer-nos o que pensar, mas tem ao dar-nos os temas sobre os quais pensar”. Apesar de as suas raízes serem antigas, a hipótese de *agenda setting* é testada com o estudo correlacional de Maxwell E. McCombs e D.L.Shaw (1972).



## **CAPÍTULO II. O 4 de fevereiro – Enquadramentos e desenquadramentos estratégicos dos assaltos às cadeias de Luanda**

Ainda a etapa derradeira da Operação Dulcineia estava na agenda da imprensa e já um novo acontecimento mediático tomava forma nos jornais saídos no dia 4 de fevereiro. Acabava de ocorrer na capital angolana, afirmava-se nas notícias, uma tentativa de assalto à Casa de Reclusão Militar, ao quartel da Companhia Móvel da Polícia de Segurança Pública e às cadeias Civas de Luanda. O aparente alívio que trespassa a cobertura do desfecho do sequestro do Santa Maria, depois de dias a fio nas páginas dos jornais portugueses e estrangeiros, coexiste com a exposição de uma nova agitação, desta vez na capital da joia do império colonial português. Nas semanas seguintes, enquanto as sequelas jurídicas da tomada do Santa Maria e a insistência num retrato atemorizador de Henrique Galvão e de Humberto Delgado permaneciam na imprensa portuguesa, os assaltos às cadeias de Luanda foram ganhando o espaço principal dos jornais, dando continuidade ao agendamento dos sobressaltos que, um após o outro, assolaram o regime do Estado Novo nesses primeiros meses de 1961.

A coincidência e o entrecruzamento no espaço do jornal entre o remate de uma ação nefasta para a reputação do regime de Salazar e o emergir de uma outra onde se prenuncia uma nova convulsão em potência torna possível a perceção pública de uma sequência de notícias inoportunas à imagem do “viver habitual” que o Estado Novo pretendia fazer passar. Os assaltos às cadeias de Luanda, a ação mais significativa na capital do território angolano na última fase do império português, ficaram inscritos como marco na história da luta pela independência de Angola e no começo da guerra que opôs os movimentos favoráveis à independência às forças armadas portuguesas. A sua localização, conjugada com a chegada a Luanda de correspondentes da imprensa estrangeira, na expectativa de aí assistir ao possível desembarque do Santa Maria, impediu as autoridades portuguesas de sustentar a difusão deste novo incidente. É assim que, na reta final da Operação Dulcineia, também na imprensa estrangeira, Portugal preservou um lugar de grande saliência com esta nova crise inflamada pelos ventos anticoloniais que modelavam a cena internacional.

### **A revolta de Luanda após a tomada do Santa Maria - uma “estória em continuação”**

No dia 4 de fevereiro de 1961, o *Diário de Lisboa* noticiou, bem ao centro da sua primeira página: “Três grupos armados tentaram a noite passada libertar presos em Luanda” (ver anexos, fig.14). O artigo reproduzia um comunicado do governo-geral de Angola enviado pelo Secretariado Nacional de Informação (SNI), o organismo estatal dedicado à centralização, tratamento e divulgação de informações no país e no estrangeiro, no qual se estabelecia uma relação entre as tentativas de assalto em Luanda acabadas de ocorrer e a operação de tomada do Santa Maria. O comunicado

aparentava não atribuir gravidade ao caso, que referia ter sido rapidamente debelado após a detenção dos assaltantes. Mas o posicionamento saliente da notícia, possivelmente por decisão do diretor de paginação do jornal, Vítor Direito, conhecido pela sua postura crítica face ao regime, parece contrariar o sentido denotativo do comunicado. O vespertino estaria a encaminhar a atenção dos leitores para a irrupção de uma situação que, a avaliar pela sua centralidade na página, se entrevê bem mais importante do que o conteúdo do texto pretendia sugerir. O comunicado foi igualmente exibido na primeira página do *República* desse dia, mas remetido ao canto inferior direito com o título breve “Em Angola”, e na dos matutinos do dia seguinte,<sup>151</sup> cumprindo os termos impostos na Lei de Imprensa de 1957, que determinava a obrigatoriedade da inserção de tais notas e ameaçava com a suspensão os jornais que não acatassem a ordem de divulgação.<sup>152</sup> Leia-se o comunicado:

O Governo-Geral de Angola tem recebido, nestes últimos dias, informações vindas do estrangeiro dizendo que se preparava uma alteração da ordem pública em Angola. Nessas informações, insistia-se em que se tratava de um plano de agitação organizado de fora para dentro e coincidindo com o assalto ao paquete Santa Maria. Efectivamente, durante a noite anterior, três grupos de indivíduos armados pretenderam assaltar a Casa de Reclusão Militar, o quartel da Companhia Móvel da Polícia de Segurança Pública e as Cadeias Civas de Luanda, tendo havido baixas, tanto nas guarnições destes estabelecimentos como entre os assaltantes, baixas cujo número, embora pouco elevado, será publicado logo que esteja averiguado. A intenção, ao que se depreende, era libertar prisioneiros, o que não conseguiram. Os responsáveis estão já presos na maior parte e a ordem está restabelecida.

A ideia de que os assaltantes das cadeias agiriam em conexão com o diretório liderado por Henrique Galvão, que, recorde-se, numa mensagem enviada do Santa Maria divulgara o propósito de conduzir o navio até Angola para aí dar início à luta pelo derrube do regime de Salazar, aparece desde logo como núcleo estruturante na apresentação deste acontecimento. Essa ligação subjaz à manchete de *O Século* (05-02-1961): “O segundo acto passa-se em Luanda. Na última madrugada, três assaltos – dois a cadeias e outro a um quartel da polícia –, com o intuito aparente de libertar presos, foram vigorosamente repelidos em luta” (ver anexos, fig.16).<sup>153</sup> A metáfora dramatúrgica do antetítulo (“o segundo acto”) vincula os assaltos às cadeias à intriga novelesca do Santa Maria, explorando a noção de que os mais recentes eventos em Luanda seriam um seguimento da anterior “aventura”, como era designada a Operação Dulcinea. Os grupos teriam aproveitado a passagem de

<sup>151</sup> “Os responsáveis estão já presos na maior parte – confirma um comunicado do Governo-geral”, *Diário de Notícias*, 05-02-1961:1.

<sup>152</sup> O artigo 57 da Lei de Imprensa de 1957 conferia à inserção das notas oficiosas enviadas pelo Governo e “em assuntos de interesse nacional” um carácter vinculativo, determinando que a imprensa não podia recusar a sua publicação, devendo incluí-las numa das duas páginas designadas no respetivo despacho ministerial, acompanhadas de ofício dirigido ao diretor da publicação, enviado com aviso de receção. O artigo 58 estipulava que o não cumprimento do disposto no artigo anterior seria punido com a “suspensão do periódico de um mês a dois anos”, conforme a frequência da publicação, e “sem prejuízo da obrigação de inserir a nota no primeiro número posterior à suspensão”, sofrendo uma pena de supressão se assim o não fizesse, enquanto o diretor do jornal, ou responsáveis pelo impedimento da publicação, seriam acusados do crime de desobediência qualificada. ANTT/AOS / CO/PC 81 A.

<sup>153</sup> Ver continuação da notícia em “Segundo ato, em Luanda. Os assaltantes possuíam pistolas-metralhadoras”, *O Século*, 05-02-1961: 16.

jornalistas estrangeiros pela capital para desferir uma nova ação e assim concretizar o que se indica ser a segunda fase de uma campanha internacional para desacreditizar o governo de Salazar. Nas páginas interiores deste jornal<sup>154</sup> pode ler-se que os serviços de escuta a emissoras de além da Cortina de Ferro tinham registado frequentes referências à Junta Revolucionária de Libertação Ibérica, relacionando-a com “movimentos de cariz revolucionário na África portuguesa”, e captado uma mensagem de um navio polaco dirigida ao DRIL, anunciando o cumprimento de uma missão, marcada para o dia seguinte. Nada de alarmante, portanto, em cena, segundo a notícia. Apenas mais um ato de uma peça de teatro representada por atores de um grupo mirabolante e que teria agora Luanda como palco. O subtexto do artigo reenvia para a ideia de que a ação fora determinada por um guião oculto, que condicionaria o movimento dos intervenientes, quais figurantes sem vontade própria; se os acontecimentos são encenados, eles não poderiam senão ser falsos.

No *Diário de Notícias* (05-02-1961) o protagonismo de primeira página foi também repartido entre o anúncio da entrega do Santa Maria ao adido militar da embaixada portuguesa no Rio de Janeiro e a notícia que se estende em toda a metade direita da página sob o título: “Grupos armados tentaram assaltar ontem em Luanda a casa de reclusão, o quartel da PSP e a emissora oficial. Morreram 6 guardas da PSP e um soldado no combate travado com os assaltantes, que tiveram 9 mortos” (ver anexos, fig.17). Os assaltos aos diversos estabelecimentos teriam sido executados ao mesmo tempo, cerca das três horas da madrugada, por “pequenos grupos” munidos “pelo menos de quatro pistolas-metralhadoras”, antecidos por desacetos no bairro periférico da Casablanca, meia hora antes, durante os quais um grupo teria “atacado à pedrada” os residentes daquela zona e estilhaçado vidraças. Essa ação prévia constituía, conta-se nesta notícia da agência ANI, uma distração para afastar a polícia do foco principal dos grupos: as cadeias de Luanda. O elo entre os dois acontecimentos volta a entrever-se num artigo de capa que lançava a dúvida: “Os acontecimentos relacionam-se com o assalto ao Santa Maria?”. O desenvolvimento da notícia responde de forma afirmativa à suspeita dessa ligação:

Os elementos conhecidos sobre os assaltos levam a concluir que se tratou de operação estudada com grande antecedência (...) O acontecimento, absolutamente insólito, foi comentado por toda a gente, com a natural indignação, embora a população não tenha perdido a serenidade e mantenha um sangue-frio notável. Parece fora de dúvida que os promotores do assalto pretenderam aproveitar a estadia em Luanda de alguns jornalistas estrangeiros, que tinham recebido ordem dos seus jornais para permanecer aqui, apesar do “caso Santa Maria” estar encerrado.

Além de a tomada do Santa Maria aparecer nestas notícias insinuada como a principal causa dos assaltos em Luanda, prolongava-se também a noção da intromissão comunista que tinha já dominado na cobertura do sequestro do paquete. Tal associação era sustentada na citação de um

<sup>154</sup> “A mão que agitou os assaltantes, portadores de armas checoslovacas, foi denunciada por mensagens de um navio polaco e de emissoras de Além da Cortina do Ferro”, *O Século*, 05-02-1961: 16.

artigo identificado como sendo da autoria do jornal angolano *Diário de Luanda* e baseava-se, num primeiro momento, menos no dizer e mais no fazer dizer e no fazer crer. No artigo citado, intitulado “Acto de selvajaria prontamente reprimido”, o comunismo ressurgia como uma ameaça latente mas que incitaria ao mesmo tempo ao reforço do vínculo nacional, como se, na condição de um perigo externo, ele contribuísse para cimentar a coesão no plano interno:

Todos sabemos que o partido comunista é capaz de tudo para levar a bom termo os seus desígnios internacionalistas. Mas todos sabemos também que as criminosas acções de grupelhos a soldo de Moscovo não proliferam entre nós, por estarem atentas as autoridades e a própria população, que não quer ver destruída a paz reinante na terra portuguesa há uma trintena de anos. Luanda foi, de madrugada, centro de um acto de selvajaria. A repressão foi feita, aqui, como seria feita em Lisboa ou em Timor. O fim é sempre o mesmo: criar agitação. O meio é com frequência a tentativa de libertar facínoras, que, por crimes diversos, a Justiça da sociedade tem a ferros. Foi o que três grupos de malfeitores, pela calada da noite, tentaram realizar (...). Houve que actuar com firmeza, ripostando como as exigências impunham. As forças da ordem surgiram logo no local da contenda, para mostrar que estão prontas a intervir onde e quando exigirem a integridade do solo nacional e a defesa da vida de todos os cidadãos (...) Dos malfeitores, os que tombaram pagaram com a vida o seu crime, mas os outros, esses, terão de responder pelo seu nefando e selvático procedimento. Que não se receie ser severo no julgar, como o exige o bem-estar de toda a população de Angola. Os acontecimentos desta madrugada demonstraram que temos de estar vigilantes, já que o que está em jogo é a própria Pátria e a partida tem de ser ganha <sup>155</sup>

À semelhança do contraste traçado nas notícias do assalto ao Santa Maria, onde a tripulação do navio encarnava uma força resistente que perseverava em “não cair” ante a investida do comando ibérico, a construção deste novo acontecimento mediático apoia-se na difusão de esquemas dicotómicos, em que a população e as forças policiais de Angola apareciam unidas num esforço comum para repelir os “facínoras” e “malfeitores” que “na calada da noite” cometiam um “crime nefando e selvático”. A linguagem atribuída ao diário angolano e replicada na imprensa portuguesa para definir os autores dos assaltos é fortemente propícia a inspirar o repúdio dos leitores contra esta ação e esteve na base do apelo feito no jornal à vigilância e do incentivo ao espírito de punição.

Partindo do princípio, sugerido nas notícias impressas, de que toda a população se mantinha unida nesse fragmento do território nacional que era Angola, uma aparência consentânea com o imaginário de uma nação portuguesa una e indivisível, o foco de desestabilização só poderia provir de fora dessa nação, uma ideia que fez as manchetes de vários jornais ainda nestes primeiros dias: “Eram estrangeiros, na sua maioria, os componentes do grupo que assaltou as prisões de Luanda”, lê-se na metade superior esquerda da primeira página do *Diário de Lisboa* de 5 de fevereiro. A notícia, assinada pela agência Lusitânia, atribuiu a autoria dos assaltos a estrangeiros, contabilizando contudo três portugueses da metrópole, de quem se escreve estarem conluiados com o comando que desviara o Santa Maria. Os portugueses brancos, diz-se, teriam pintado o rosto de negro para passar

---

<sup>155</sup> “Os acontecimentos da madrugada demonstraram que temos de estar vigilantes já que o que está em jogo é a própria pátria, e a partida tem de ser ganha”, *O Século*, 05-02-1961: 16; “O assalto a cadeias e quartéis de Luanda”, ver subponto “O ato de selvajaria teve resposta adequada – observa o *Diário de Luanda*”, *Diário de Notícias*, 05-02-1961: 5.

despercebidos ao lado de africanos que não tinham qualquer relação com os territórios portugueses:

A maioria dos díscolos que, ontem, cometeram o crime de assalto à mão armada contra estabelecimentos policiais e prisionais de Luanda é estrangeira – e nem sequer português sabe falar! Pormenores sobre a identidade dos assaltantes e outros elementos reveladores do carácter internacional dos sangrentos acontecimentos (...) serão revelados ainda hoje (...). Sabe-se que durante esta conferência, serão apresentadas algumas armas, que os criminosos, agentes internacionais, agora ligados à chamada Junta Revolucionária de Libertação Ibérica, utilizaram nos criminosos actos que provocaram inúmeras baixas e uma grande indignação em toda a população angolana que deseja viver em paz e continuar a usufruir os bens de uma nova era de progresso que esta província está atravessando. Estas armas são modernas, automáticas e de fabrico checoslovaco. Para quem pudesse ainda duvidar da ligação dos acontecimentos de ontem com a indigna história do assalto ao Santa Maria, bastará agora saber que entre os assaltantes que levaram a morte a sete agentes da ordem, encontravam-se três portugueses também da metrópole (...). De toda a parte têm sido recebidas nas administrações as mais significativas manifestações de repulsa pelos crimes cometidos por estrangeiros, que querem o mal de Angola e da Nação portuguesa.

A repetição dos mesmos termos para apresentar os assaltos em Luanda nos dias seguintes origina uma visão maniqueísta; de um lado identificava-se a bonomia de brancos ou negros portugueses, promotores da “ordem” e do “bem-estar”, e do outro a tirania de estrangeiros ao serviço do comunismo internacional ou de certos portugueses, desviados pela influência de Henrique Galvão, o traidor da pátria. O maniqueísmo é precisamente um dos princípios propagandísticos de Goebbels, que enfatizou dever ser apontado apenas um inimigo para não confundir o povo (Dood, 1985 [1950]); assim, tudo o que se opunha ao “nós” era remetido de uma forma ou outra a esse inimigo, que em última análise era sempre o comunismo. De qualquer modo, o curso rotineiro da vida, segundo era dado a entender nas peças, permanecia sem sofrer qualquer alteração: “A população de Luanda mantém-se tranquila apesar dos recentes incidentes”, lê-se no interior do *Diário de Lisboa* (05-02-1961: 10);<sup>156</sup> “Não foi afectado o viver habitual de Luanda”, indica-se num subtítulo da primeira página do *Diário de Notícias* (05-02-1961); “A cidade manteve a maior calma. Luanda manteve perfeita calma, mas está indignada”, assegura uma notícia que se evidencia a negrito em *O Século* (05-02-1961: 16). A perspetiva de uma cidade tranquila domina a série de notícias com a referência a cinemas cheios e esplanadas com a afluência usual, enquanto a população deambulava na Avenida Marginal, na zona central da cidade, e os residentes europeus passavam o dia nas praias dos arredores ou na ilha de Luanda, como de costume aos fins-de-semana. O sincronismo entre os assaltos e as festividades carnavalescas ocasionou a composição de capas de jornais que, lado a lado com o anúncio de distúrbios em Luanda, ostentavam o entusiasmo e a animação com que decorreriam os preparativos de cortejos e bailes na capital angolana. A avaliar pelas alusões expostas na imprensa portuguesa, a vida prosseguia em Luanda como habitualmente.

No entanto, no dia em que decorria o funeral dos agentes mortos nestas tentativas de assalto, a notícia de uma nova perturbação voltou a despontar na primeira página dos matutinos: “Elementos

<sup>156</sup> Ver também “A cidade está calma, mas há patrulhas nas ruas”, *Diário de Lisboa*, 05-02-1961: 10.

que participaram nos assaltos em Luanda provocaram ontem um incidente durante os funerais dos agentes da ordem, registando-se mais quatro mortos e sete feridos. Muitos dos assaltantes presos, entre os quais estão alguns europeus, são estrangeiros e nem sequer falam português”, divulgava-se no *Diário de Notícias* (06-02-1961: 1). A notícia da agência ANI, igualmente publicada em *O Século* que anunciou em título um “novo motim em Luanda” (ver anexos, fig.18),<sup>157</sup> destacou a presença de multidões de brancos e negros, apinhados ao longo de filas de seis quilómetros e manifestando o seu pesar, demonstrando que os ditos elos de fraternidade entre os portugueses em Angola prevaleciam incólumes. Durante o funeral, um grupo teria disparado alguns tiros nas imediações do Cemitério Novo, na estrada de Catete. Os membros do grupo, segundo a notícia da Lusitânia na capa do *Diário de Lisboa*, tinham dado “mostras de regozijo” e feito “comentários ofensivos” aos polícias no momento em que baixavam à terra os corpos dos agentes.<sup>158</sup>

Numa reportagem de primeira página distinguida como “Especial para *O Século*”,<sup>159</sup> especificava-se que os indivíduos, identificados como elementos remanescentes dos grupos que tinham assaltado as cadeias nas vésperas e cuja ligação à tomada do paquete Santa Maria não sofreria qualquer dúvida, se teriam escondido entre madeiras empilhadas de uma serração perto do cemitério e que, ao serem descobertos pelos populares e alertada a polícia, procuraram escapar atirando ao acaso sobre a multidão. A reportagem foi assinada de Luanda por Ferreira da Costa, jornalista que, na década de 1930, tinha sido colocado em Angola para prestar serviço militar, e depois destacado como enviado especial para cobrir a guerra civil de Espanha a favor da causa nacionalista de Franco. Dos livros que publicou, inspirados na sua vivência em Angola, alguns foram premiados no Concurso de Literatura Colonial da Agência Geral das Colónias na década de 1940.<sup>160</sup> Já nos anos 1960, além de publicar no jornal *O Século*, Ferreira da Costa trabalhava na Emissora Nacional como locutor do programa diário, feito a partir de Luanda, “A verdade é só uma. Rádio Moscovo não fala verdade”.

<sup>157</sup> “Novo motim em Luanda, de que resultou a morte de quatro pessoas e ferimentos em sete quando se realizava o funeral dos agentes da ordem que tombaram na luta, aos quais a população prestou comovida homenagem”, *O Século*, 06-02-1961:1.

<sup>158</sup> “Faziam comentários ofensivos aos polícias que iam a enterrar os indivíduos mortos ontem em Luanda”, *Diário de Lisboa*, 06-02-1961:1.

<sup>159</sup> “Foram populares quem assinalou a presença dos agitadores no final do enterro”, *O Século*, 06-02-1961:1.

<sup>160</sup> Ferreira da Costa iniciou a sua carreira de jornalista no final da I República, em *A Tarde*, onde ingressou por intermédio de Magalhães de Lima, fundador de *O Século*. Aí conheceu e conviveu com jornalistas como Ferreira de Castro, destacado escritor da resistência, Pinto Quartín, intelectual e anarquista, dinamizador de projetos culturais e jornalísticos como *O Protesto - Guerra Social* (1908-1909) e *Amanhã* (1909), fundador e redator do jornal libertário *Terra Livre* (1913) e chefe de redação de *A Batalha* (1919), órgão da Confederação Geral do Trabalho, e Reinaldo Ferreira (Repórter X), autor de reportagens sensacionais e jornalista nos mais influentes periódicos do seu tempo, como *O Século*, o *Primeiro de Janeiro* e a *Capital*. Em 1944, edita o livro *Na Pista do Marfim e da Morte*, no qual relata a sua vivência em Angola. O livro constituiu um enorme sucesso de vendas e recebe o Prémio de Literatura Colonial da Agência Geral das Colónias (AGC) de 1944. Um ano depois, volta a ser condecorado no mesmo concurso, com a obra *Pedra do Feitiço – Reportagens africanas vividas e escritas por Ferreira da Costa*. Em Angola, Ferreira da Costa foi chefe de redação de *O Comércio* e, em 1951, foi nomeado para acompanhar a visita do escritor e sociólogo brasileiro nordestino Gilberto Freyre a Angola.

O programa visava contrariar as notícias que a rádio moscovita difundia em língua portuguesa acerca do que se passava em Angola e aproximava-se do trabalho de rádios como a Emissora Oficial de Angola ou a Rádio Clube de Moçambique, esta última com uma orientação convictamente imperialista (Ribeiro, N. 2017).

No *República*, os distúrbios no cemitério foram noticiados num espaço de primeira página, denominado “Os acontecimentos de Angola”, continuado nas páginas centrais com o mesmo título. Aparentemente, não se descobrem diferenças substanciais no conteúdo da notícia. Mas a remissão da informação para notícias difundidas noutros jornais e um exame atento à linguagem, composta de formas adversativas que contradizem a noção da calma, acentuadas pela adjetivação sugestiva da gravidade das ocorrências, indiciam o descomprometimento do *República* com as versões que circulavam sobre os designados “motins”:

Em comunicado do SNI, informámos no sábado passado os nossos leitores que três grupos de indivíduos armados pretenderam assaltar a Casa de Reclusão Militar, o Quartel da Companhia Móvel da Polícia de Segurança Pública e as Cadeias Cíveis de Luanda (...) Segundo a mesma nota, os responsáveis encontravam-se já presos na sua maior parte, tendo sido restabelecida a ordem. Ao realizarem-se, porém, os funerais dos funcionários daqueles estabelecimentos oficiais (...) voltaram a registar-se motins graves na capital de Angola, como já hoje foi noticiado pelos nossos colegas da manhã. À falta de noticiário directo, por não trabalharmos com as agências Lusitânia e ANI, transcrevemos com a devida vénia, do nosso prezado colega *O Século*, a seguinte nota alusiva aos novos acontecimentos (...).

Enquanto as notícias davam relevo à suposta identidade dos autores das tentativas de assalto e traziam para primeiro plano o número de baixas resultantes destas ações, reportando o acontecimento a partir do ângulo da morte, nada se referia acerca dos presos que se encontravam nas cadeias de Luanda e que os assaltantes tinham pretendido libertar. O leitor da imprensa portuguesa tomaria conhecimento dos assaltos às cadeias a partir deste “corte artificial na realidade” estabelecido pelas notícias, para recordar uma expressão de Gaye Tuchman (1978), as quais designam os marcos de referência que em parte formam a percepção geral e a relação com o mundo noticiado. As notícias tornam alguns aspetos mais salientes do que outros, seleccionam, estruturam e organizam um quadro de apresentação do acontecimento, simultaneamente inclusivo e exclusivo. Nessa característica que torna as notícias capazes de promover uma definição particular do evento, trabalhada nos estudos da comunicação pelo conceito de *media framing* ou enquadramento, radica a construção de sentido do 4 de fevereiro de 1961 como acontecimento mediático.

Introduzido nas ciências sociais e humanas por Gregory Bateson (1954) sob a analogia da moldura da fotografia como delimitadora da percepção de uma realidade, o conceito de *frame* foi retomado com grande destaque por Erving Goffman na obra *Frame Analysis* (1976), na qual analisa o desempenho da experiência individual na interação social partindo da noção de *frame* como “princípios básicos de organização” que estruturam a experiência da realidade e o envolvimento

subjetivo nas situações sociais do quotidiano. No campo do jornalismo e da sociologia das notícias, o *media framing* constitui simultaneamente um esquema teórico e analítico, cuja análise pode orientar-se seja para um estudo das influências estruturais sobre a produção dos enquadramentos mediáticos, na senda da abordagem de Tuchman, seja para ponderar a influência da ação dos *media* sobre a experiência dos recetores e o modo como esta se modifica na interação com os *media*.<sup>161</sup> Com frequência designado como o “segundo nível da *agenda setting*”, o enquadramento ou *framing* implica um abandono do entendimento da influência dos *media* meramente centrado nas questões da saliência dos temas evidenciados para passar a considerar a transmissão dos atributos com que se descrevem esses objetos (Lopez-Escobar et al, 1998; Dursun, 2005; Takeshita, 2006). Nesta aceção, por meio do seu enquadramento, a notícia não apenas define um problema como sugere uma sua interpretação causal e até uma avaliação moral e inspira ainda um modo de resolução para o problema assim descrito (Entman, 1993:52). O enquadramento das notícias contribuiria para definir não só “o que” (McCombs e Shaw, 1993) mas também “como” as pessoas pensam os assuntos a que têm um acesso mediado (Scheufele e Tewsbury, 2007).<sup>162</sup>

As notícias sobre os tumultos no cemitério deram prosseguimento ao *framing* que vinha moldando o seu sentido: “Tentativa de agitação em Angola. Estrangeiros, talvez do Congo ex-belga, entre os assaltantes que tiveram 13 a 14 mortos”, afirmava-se em *O Século* (06-02-1961: 14). Também numa intervenção dirigida à população de Luanda através da Emissora Oficial e reproduzida nos jornais portugueses, o governador-geral de Angola, Álvaro Silva Tavares, declarou:

Anteontem, alguns indivíduos manobrados por agentes comunistas e estrangeiros, vindos do exterior lançaram-se numa louca aventura, sem qualquer probabilidade de êxito, se não o de assassinar e ferir uma dúzia de defensores da ordem e de transeuntes indefesos. Os agitadores pretendiam em obediência a diretrizes de comandos internacionais que já haviam chegado ao conhecimento do Governo, porque sabem e conhecem ser impossível fomentar um movimento de alguma envergadura, criar lutas episódicas com que possam especular. De um simples incidente pretendem tirar o máximo efeito para as suas manobras internacionais (...) Ao mesmo tempo que um bando internacional se apossava do Santa Maria, a palavra de ordem foi dada: era preciso fazer qualquer coisa que pudesse ser explorada. No entanto, as forças da ordem europeias e africanas agiram pronta e valorosamente, sendo de destacar a valentia e lealdade com que todos se houveram. Hoje, em Luanda, em manifestação de respeito pelos que baquearam, grande multidão juntou-se ao longo do percurso do funeral. Vi lágrimas nos olhos de mulheres, tanto europeias como africanas. Os agitadores que se encontravam perto do cemitério conseguiram, porém, após o enterro, disparar uns tiros e criar um motim de que resultaram mortos e feridos. Os responsáveis serão punidos.<sup>163</sup>

<sup>161</sup> Para uma boa genealogia do conceito e da sua aplicação, aqui acolhida, ao jornalismo ver Telmo Gonçalves (2005).

<sup>162</sup> A noção de enquadramento da notícia articulada com a perspectiva da *agenda setting* procurou superar a formulação clássica desenvolvida por McCombs e Shaw (1993) que definiu a hipótese central em torno da qual se concebeu parte da investigação do agendamento dos *media*. Os estudos do enquadramento concebem que a *agenda setting* é uma hipótese consideravelmente mais valiosa do que a asserção clássica de que as notícias nos dizem *what to think about*, e de que elas também nos dizem *how to think about*, ou seja, de que tanto a seleção dos objetos como a seleção do enquadramento para pensar sobre esses objetos são efeitos poderosos dos *media*.

<sup>163</sup> “Os mortos de ontem, em Luanda, foram agitadores. O sr. Governador-geral dirigiu um louvor aos defensores da ordem, europeus e africanos, pela lealdade com que cumpriram o seu dever, e à maneira como a população enfrentou os



O testemunho do governador-geral retoma a exposição dualista que opunha a figura do agitador estrangeiro e coligado ao assalto do Santa Maria à de uma população em Angola unida, dedicada e leal às ditas forças defensoras da ordem. A população negra de Angola, voltava a acentuar-se, não tinha qualquer participação nestes episódios de agitação e repudiá-los-ia. Angola afigurava-se neste discurso como parte de uma nação plenamente integrada, inalienável no seu todo, ainda que geograficamente dispersa. A ideologia imperial assente no princípio da indivisibilidade de uma nação multirracial e pluricontinental, tornado dogma do Estado Novo (Léonard, 1999, 2014; Castelo, 1998; Torgal, 1989) e plasmado no discurso citado do governador, formatou os assaltos como uma invasão externa. Encobriram-se assim as aspirações anticoloniais em Angola e simulou-se a perfeita integridade da soberania portuguesa no território. Esta conceção de nação daria ao Estado a garantia de governar para a nação pelo facto de não haver nela, nem se permitirem, dissensões. O governador prometia uma punição a todos aqueles que infringissem a lei e deixava o apelo para se manter “o espírito de fraternidade e humanidade” que dizia estar na base dos ideais portugueses em Angola.

A difusão do depoimento do governador e da alegada receção calorosa que as suas palavras teriam tido entre a população de Luanda projetava o governador como uma figura determinada a salvar Angola das ameaças vindas do exterior e como implacável para punir aqueles que, nos termos de Silva Tavares, se apresentassem como “fautores de provocação e de excitação”. A imagem de uma pátria que, seguindo os conceitos de Fernando Catroga (2011: 10-21), aparecia como uma *frátria* de com-patriotas, na qual os irmãos, os “patrícios”, são incitados a reconhecer-se como “filhos da pátria” e a lutar em prol da “mãe comum de todos”, está bem presente na intervenção do governador. É a partir de um sentimento de fidelidade à pátria que são noticiados os assaltos às cadeias, intentando gerar um laço afetivo, uma memória, uma origem e um destino, sacralizados como herança e como devir. A aparição do governador na imprensa, ao jeito do mito do líder valente, junta-se a dois outros mitos igualmente difundidos e completa a trilogia de mitos elencada por Edelman (1977), com frequência cultivada na linguagem política em períodos de crise: o mito do inimigo conspirador, de um grupo exterior hostil que agride o coletivo interno; e o mito da união, que, alicerçado na máxima de que “a união faz a força”, antevê a possibilidade de vitória sobre o inimigo se o grupo prevalecer unido, se obedecer ao líder e fizer os sacrifícios necessários.

As afirmações do governador-geral assinalando “a calma, a segurança e a firmeza” de toda a população e declarando ter atestado a restituição da “normalidade” na cidade alimentaram novas notícias. Em destaque de primeira página do *Diário de Lisboa* (06-02-1961) ressalta a peça “Os

---

acontecimentos”, *O Século*, 06-02-1961: 6. Ver também “Os acontecimentos de Luanda. Os agitadores obedecendo a ordens internacionais pretendem criar lutas episódicas com que possam especular – afirmou o Governador-geral de Angola numa mensagem dirigida à população”, *Diário de Notícias*, 06-02-1961: 5.

bairros indígenas de Luanda foram ontem visitados pelo governador-geral de Angola que verificou ser completa a tranquilidade que ali reina”. À semelhança do que se tinha verificado nos relatos das primeiras tentativas de assalto, as matérias sobre os distúrbios no funeral voltaram a alentar a imagem de uma cidade intocada pelo conflito, citando para o efeito passagens retiradas da própria imprensa de Luanda: «“Encaramos tudo com firmeza e também com a maior serenidade” escreve o *Comércio de Luanda*», reproduzido em *O Século* (06-02-1961: 14); «“A população encara os acontecimentos com serenidade” sublinha a imprensa de Luanda», referenciada no *Diário de Notícias* (06-02-1961: 5).<sup>164</sup>

Numa outra notícia da agência Lusitânia, que acompanhou a chegada a Lisboa de portugueses vindos de Luanda,<sup>165</sup> várias declarações citadas redundam nessa mesma aparência de sossego em Angola: “Não há qualquer nervosismo por parte da população”, afirmaria um passageiro; “Trata-se de um conluio vindo do exterior”, teria acrescentado um outro. A notícia concluía, em tom assertivo: “Todos os passageiros com quem falámos afirmam ter sido imediatamente sanado pelas autoridades o acto tresloucado dos assaltantes mantendo a população de Angola a maior serenidade e toda a calma perante os acontecimentos”. Também numa reportagem de primeira página do *Diário de Notícias*, assinada por Diamantino Faria a partir de Luanda,<sup>166</sup> continuou a transmitir-se uma sensação de sossego no território, como se os distúrbios relatados tivessem deixado apenas um rasto de surpresa e indignação.

Todos estes textos publicados se revelam coerentes com a produção da ideia de um Portugal engrandecido pelo domínio de territórios ultramarinos com os quais formaria uma grande nação, sem quebra de unidade ou identidade entre as colónias e a metrópole. O imaginário da fusão entre a nação e as parcelas ultramarinas concretizar-se-ia na indiferenciação, racial ou social, notada nas constantes referências aos “portugueses”, sugerida enquanto totalidade indistinta e vinculada pelo aspecto linguístico, reforçado pela distinção entre os que falavam português e os que falavam outras línguas. Estas referências ao “não falar português” laboravam no erro da assunção da adesão da população angolana à língua e cultura portuguesas, que estava longe de ser real. Lembre-se que

<sup>164</sup> O *Comércio de Luanda* é referido como tendo escrito: “Vê-se, evidentemente, haver esforços de fora para dentro para provocar perturbações da ordem no nosso território, cuja paz tanto tem desesperado, enraivecido até, os pacíficos fautores da campanha caluniosa contra a Nação Portuguesa. Mais uma vez – e agora na tranquila terra de Angola – a cegueira das ambições inconfessáveis promoveu o aproveitamento de diversas circunstâncias, totalmente alheias ao que sente e ao que pensa a província, para tentar provocar uma dúvida, para tentar chamar a atenção... Mas nem por isso, todavia, Angola deixou de ser menos tranquila ou de oferecer menos segurança para quem aqui trabalha ou venha a trabalhar (...) ver-se-á, então – estamos certos – quanta razão tínhamos, ainda há poucos dias, quando, ao comentarmos o desfecho do caso do Santa Maria, afirmámos que por detrás do paquete se agitavam sombrias figuras, capazes de todas as vilanias, de jogar o prestígio da pátria, de tantos dos seus filhos, em favor – sabe Deus – de que propósitos pessoais”.

<sup>165</sup> “Há tranquilidade em Angola – dizem pessoas vindas de Luanda”, *Diário de Lisboa*, 06-02-1961:3; “Trata-se de um conluio organizado do exterior – declara um recém-chegado de Luanda”, *Diário de Notícias*, 07-02-1961:5.

<sup>166</sup> “Emissoras estrangeiras relataram os incidentes de Luanda antes mesmo de terem ocorrido – foram presos três indivíduos naturais da metrópole que participaram nos assaltos”, *Diário de Notícias*, 07-02-1961:1 e 5.

nesta data ainda estava em vigor o estatuto do indígena e que os assimilados constituíam uma pequena percentagem da população. A ficção do sucesso da missão colonial portuguesa, fortemente enraizada nos conceitos de integração e de assimilação, saíria intacta na alusão à fraternidade e ao patriotismo da população em Angola e à reação comum de revolta contra os assaltos. Estes continuaram a ser definidos como relacionando-se com um qualquer projeto prosoviético do DRIL, não obstante o declarado anticomunismo de alguns dos seus elementos, como Henrique Galvão: “Os torvos planos do Directório Revolucionário Ibérico de Libertação para realizar, na Península, uma federação de Repúblicas Soviéticas”, afirmou-se num título de primeira página de *O Século* (07-02-1961) (ver anexos, fig.19). Um comunicado do DRIL a respeito das ações realizadas no ano anterior é o que se pode designar como um expediente gerativo da associação entre o DRIL, o comunismo e os assaltos em Luanda. Aspira-se a encaminhar o leitor para a convicção de o próprio comunicado conter os termos que faziam antever ações futuras hostis aos regimes ibéricos, de que os assaltos às cadeias seriam um exemplo concretizado.<sup>167</sup> A leitura do comunicado revela como essa justaposição enforma um exercício de delimitação manipulatória, em que se intenta fazer passar uma ligação de que o texto em si não apresenta qualquer indício. Tal ligação era acentuada pelo apelo retrospectivo ao temor, assente na rememoração das ações passadas do DRIL, repetidamente designadas de “atos de terrorismo”. Ainda que nada do que era afirmado no comunicado sugerisse uma ligação do grupo ao comunismo, o artigo, assinado pela agência Lusitânia, alegava que a sua divulgação ia “certamente tirar dúvidas aos mais renitentes em acreditar na ligação dos casos agora verificados em Angola com o plano geral de destruição da estrutura de defesa do Ocidente pela sujeição de uma Ibéria transformada em Repúblicas Soviéticas”.

### **O contexto sob a operação de descontextualização**

A noção difundida na imprensa portuguesa de que o domínio português em Angola continuava sólido e imperturbado implicou retirar os eventos de fevereiro de 1961 do contexto das novas coordenadas internacionais enformadas nas duas décadas após a Segunda Guerra Mundial. Entendida como uma guerra pela libertação das nações, o término da guerra estimulou o

---

<sup>167</sup> “Um comunicado do DRIL em que se anunciam os atos terroristas”, *Diário de Notícias*, 07-02-1961:5. Atente-se à passagem: «Desse documento transcrevemos as principais passagens, que são elucidativas quanto à natureza do DRIL e seus fins, e ainda quanto à técnica comunista com que praticaram os seus atos de terrorismo para atingir os seus objetivos, que eles mesmo confessaram, ao proclamarem-se autores responsáveis pelos acontecimentos de 26 de junho e 17 de fevereiro. “O DRIL assume a absoluta responsabilidade das suas ações, tanto no que respeita as operações de 26 de junho, como no que se refere às de 17 de fevereiro, data em que se iniciou a luta organizada para a libertação dos nossos países. As atividades do DRIL, estendidas agora às nações Euzkera (Basca) e catalã, e repetidas em Castela, têm, de momento, o caráter de operações preparatórias da luta insurrecional, concretizando-se sobre objetivos devidamente selecionados, dentro de um quadro de conjunto orientado para a destruição do chamado ‘Plano de Estabilização Económica’ do Franco-Salazarismo. As operações do DRIL, longe de constituírem atos terroristas contra a vida das pessoas, distinguem-se, precisamente, pela sua natureza incruenta (...)”, *Diário de Notícias*, 07-02-1961:5.

recrudescimento do discurso de autodeterminação, consagrado como extensível a todos os territórios sob domínio colonial na “Declaração sobre os territórios não autónomos” da Carta da Organização das Nações Unidas (1945), e a propagação dos ventos independentistas no chamado Terceiro Mundo. Desconsiderando a derrocada gradual do poderio imperial europeu, os assaltos às cadeias de Luanda foram sistematicamente reduzidos, no tratamento que lhes foi consignado na imprensa portuguesa, a uma derivação da tomada do Santa Maria, a uma invasão por elementos estrangeiros, ou ao resultado das ambições expansionistas soviéticas. Através do marco proposicional da vitimização, o que Umberto Eco (2006) chamou a “síndrome do *complot*”, o regime de Salazar defendia-se a si e ao seu sistema colonial, apresentando-se na imprensa como alvo de uma conspiração. Acima de tudo, procurava-se tornar invisível a chegada a Angola da vaga de fundo anticolonial.

Contudo, numa primeira página do *Diário de Lisboa*, descobre-se uma alusão a um artigo intitulado “A liberdade terá de vir também para Angola”,<sup>168</sup> cuja autoria é atribuída a Mário Pinto de Andrade, um angolano membro do grupo fundador do MPLA que integrara a Casa dos Estudantes do Império, onde contestara o colonialismo português e se destacara pela sua atividade de oposição ao regime de Salazar.<sup>169</sup> O artigo teria saído no jornal *Pravda*, identificado como órgão do Partido Comunista da URSS, transmitindo-se a ideia de que a atenção dos *media* de Moscovo à tentativa de libertação de presos em Angola era a “melhor prova”, afirmava-se na notícia, de que o comunismo estava a atuar “por meio de agentes provocadores, quer junto dos europeus, quer junto dos indígenas”. No dia seguinte, a menção ao artigo de Mário de Andrade foi incluída na primeira página de *O Século* (07-02-1961), abrangido sob o título “A sinistra mão de Moscovo serve-se de portugueses transviados para a sua obra de agitação em África onde os próprios naturais lhe respondem conservando-se ao lado de Portugal”. Ainda que o conteúdo da notícia pretenda principalmente envolver Mário de Andrade em conspirações maquinadas pelo bloco comunista, o espectro de existirem movimentos reivindicando a independência de Angola está bem presente no título dessa edição do *Diário de Notícias* (07-02-1961: 1), “Um artigo no *Pravda* assinado pelo chefe do Movimento Nacional de Libertação de Angola”.

<sup>168</sup> “A ‘Pravda’ publica um artigo sobre Angola”, *Diário de Lisboa*, 06-02-1961:1.

<sup>169</sup> Após completar a educação secundária em Luanda, Mário de Andrade partiu para Lisboa em 1948, aos 20 anos, onde estudou filologia clássica na faculdade de letras. Integrou a Casa dos Estudantes do Império, e desenvolveu atividade no MUD juvenil, pela qual foi preso, em novembro de 1951. Em 1953, organizou com Francisco José Tenreiro o primeiro caderno de *Poesia Negra da Expressão Portuguesa*. Um ano mais tarde, exilou-se em Paris onde se formou em Sociologia na *École Pratique des Hautes Études* sob o magistério do sociólogo Roger Bastide, um crítico da política africana portuguesa. Foi secretário de redação da revista *Présence Africaine*. Em 1958, proferiu várias conferências em Bruxelas, promovidas pelas *Présence Africaine*, denunciando internacionalmente o colonialismo português. Participou também em congressos de escritores afro-asiáticos e de escritores e artistas negros. Integra o grupo que está na origem do MPLA, a que presidiu até 1963 (Marcum, 1969: 83-92).

É certo que, para lá destas referências pontuais sugestivas da emergência de sentimentos anticoloniais em Angola, a definição da situação, com os assaltos às cadeias e as réplicas nos dias subsequentes, esteve largamente sujeita a um quadro noticioso que quebrava o elo com acontecimentos congêneres que simbolizavam o declínio das soberanias europeias em África. Mas a consideração do conjunto de notícias que, desde as semanas anteriores, vinha sendo dado à estampa viabiliza o estabelecimento de uma ligação com esse panorama de transição para as independências no continente africano. Entre os temas mais salientes noticiados nos jornais de Lisboa destacava-se o ambiente conturbado na recém-formada República do Congo, emancipada do domínio colonial belga, e a agitação vivida em Argel no rescaldo do referendo lançado no mês anterior pelo General de Gaulle do qual resultara uma expressão favorável à concessão da independência à Argélia. O desmoronamento dos impérios coloniais modernos europeus estava, pois, inscrito na carreira do agendamento da imprensa portuguesa.

Ao mesmo tempo que as metrópoles europeias se resignavam à descolonização ou introduziam alterações nas suas configurações imperiais que ressoassem mais condizentes com as tendências políticas e morais dominantes no pós-guerra, as elites nacionalistas promoviam, em nome do direito dos povos, a independência dos territórios colonizados, impondo-se a si mesmas nessa direção e forçando uma matriz nacionalista que implicava a continuação das fronteiras coloniais criadas pela Conferência de Berlim (1884-1885) (Birmingham, 1999). Integrada no espírito de defesa da cooperação dos interesses políticos, económicos e sociais em África que havia já norteado os VI e VII Congressos pan-africanos em Kumasi (1953) e Accra (1958), uma conferência em Marrocos reuniu, em janeiro de 1961, um grupo composto pelo Gana, Egito, Marrocos, Tunísia, Etiópia, Sudão, Líbia, Guiné-Conakry, Mali e Governo Provisório da República da Argélia (GPRA), que ficou conhecido como o “grupo de Casablanca”. A imprensa portuguesa difundiu algumas decisões e discursos proferidos nesse encontro, imbuídos da perspetiva de que o colonialismo era moralmente repreensível e que deveria ter um termo. Um ano depois da aprovação da Resolução 1514, que instituiu o direito dos povos à autodeterminação e condenava qualquer ação armada das metrópoles para a impedir, o grupo de Casablanca aliava-se ao célebre líder independentista do Gana, Kwame Nkrumah, na reivindicação da eliminação dos últimos regimes coloniais e na construção de uma unidade africana económica, política e militar que fizesse do continente um ator no cenário mundial. Nas suas palavras de abertura, divulgadas nos diários portugueses, o rei de Marrocos expressou convicção quanto à premência de promover a “liquidação do regime colonial, o fim de qualquer forma de segregação racial, [e] a luta contra o neocolonialismo”.<sup>170</sup>

<sup>170</sup> Cf. também com as notícias “Um comando militar conjunto e uma assembleia consultiva africana aprovada na Conferência Pan Africana hoje terminada em Casablanca”, *Diário de Lisboa*, 07-01-1961: 16; “A representação

Uma leitura que inserisse a cobertura da turbulência em Angola nesta cadeia noticiosa mais vasta, tomando o agregado de notícias como uma unidade de sentido em si, permitiria descodificar uma eventual interação entre a circunstância experienciada em Angola e as metamorfoses nos outros impérios em foco na imprensa. O agendamento da crise dos impérios coloniais modernos abria a outras interpretações possíveis os assaltos em Luanda, se se assumir o postulado das potencialidades do *decoding* – tão caro à corrente de estudos da Escola de Birmingham – no âmbito da receção das notícias. Essa leitura integrativa do processo noticioso significa ao mesmo tempo o enveredar por uma perspetiva que não ignora o dinamismo dos contextos e atores coloniais e que valoriza as interconexões e influências recíprocas nos universos coloniais e imperiais (Jerónimo e Pinto, 2014).

No sentido impresso nos jornais de Lisboa, o fio de ligação da agitação em Angola aos processos de feição descolonizadora desvela-se tendencialmente pelo dispositivo da intimidação, pela noção da elevada probabilidade de serem os assaltantes elementos vindos do Congo. Desde as semanas anteriores, as alusões na imprensa ao Congo pós-independência vinham sendo sistematicamente associadas aos horrores da fome e da guerra, tornando-se esta uma referência armadilhada, para usar livremente uma noção de Philippe Breton (1997) a propósito de técnicas de manipulação da palavra e de injunção de medo. Na sequência da retirada da Bélgica, em junho de 1960, o território passara a estar digladiado em disputas internas entre o presidente Joseph Kasavubu e o primeiro-ministro Patrice Lumumba. Os EUA, antes de a administração Kennedy tomar posse, terão explorado as incompatibilidades entre os dirigentes e tentado convencer Kasavubu da conveniência de afastar Patrice Lumumba, que tinha atraído a inimizade dos norte-americanos com o seu discurso de cunho socializante (Antunes, 1991: 145-148). Após a prisão e o assassinato de Lumumba, em janeiro de 1961, mas que só foi noticiada quase um mês depois, o Congo voltava a dividir-se entre Joseph Mobutu e Joseph Kasavubu, que dominavam a zona de Leopoldville, e o herdeiro político de Lumumba, Antoine Gizenga, que controlava a área de Stanleyville. Tais disputas eram ainda agravadas pela secessão da província do Catanga, declarada por Moisés Tschombé logo após a declaração da independência do Congo, e apoiada por forças belgas reticentes em abandonar as riquezas minerais da região (Dunn, 2003).

A repetida referência ao ambiente de grande tensão no Congo servia de pretexto para se reportar os tumultos em Luanda como um efeito colateral da instabilidade vizinha, tanto que se reafirmou, vezes sem conta, a francofonia dos autores dos assaltos. Ao imputar a origem das ocorrências em Angola à celeuma política e social no Congo, ela mesma retratada a partir do diapasão da Guerra

---

democrática é essencial à manutenção da Lei”, *Diário de Lisboa* 08-01-1961: 16; “As explosões atômicas francesas e a segregação racial na África do Sul foram vivamente condenadas na Conferência de Casablanca”, *República*, 09-01-1961:2.

Fria como um duelo basicamente travado entre prossoviéticos e antissoviéticos, apresentava-se a nação portuguesa como vítima do caos no território adjacente, a que não seriam alheias as pretensões da URSS de ampliar a sua esfera de influência internacional. A bipolaridade da nova ordem mundial e a progressão das independências africanas, concretizada no alargamento do grupo anticolonial afro-asiático na ONU, eram invocadas nas notícias para sugerir estar a África Austral a ser manobrada pelo bloco soviético. O foco da competição da Guerra Fria, sugeria-se, estava então a mover-se para a parte meridional do continente e para as possessões portuguesas em África.

É indubitável que o processo noticioso, seguindo a aceção de Altheide (1976), passa por separar o evento do contexto em que se deu para o recontextualizar nas formas informativas, sendo nessa operação de descontextualização/recontextualização que consiste a atividade dos jornalistas como um dos grupos construtores da realidade cultural. Mas a descontextualização produzida nos textos publicados na imprensa portuguesa sobre a situação em Angola assentava na ocultação de certas informações e na deturpação de outras que privavam o leitor de conhecer os antecedentes dos assaltos às cadeias e consubstanciavam um desenquadramento estratégico. Reduzir os movimentos em afirmação nas colónias portuguesas à órbita de influência comunista escamoteava a história das lutas anticoloniais, que não são subsumíveis aos termos da Guerra Fria, e visa dissimular as reivindicações independentistas em Angola, apresentando-as como um produto telecomandado por interesses externos. Este discurso polarizado reforçava o pensamento de dominância Leste-Oeste e centrava o confronto global em dois únicos projetos políticos, fazendo esquecer que a ação de movimentos favoráveis à independência no mundo afro-asiático assinalou a emergência de um conflito mais amplo, que, embora localizado no contexto de uma bipolarização mundial, ultrapassava a divisão entre uma conceção soviética e uma outra ocidental, como sugere o princípio do “não alinhamento” (Sesay, 1998: 147-171). Falar do comunismo como “o” mal e “a” força demoníaca é também uma técnica para moldar as perceções públicas, baseada numa visão do mundo claramente geopolítica, e para arrumar os países em amigos ou inimigos de cada um dos blocos. Uma ideia bem exposta na obra de Pippa Noris (1997) sobre a utilização da Guerra Fria como estratégia discursiva. A proposição dos assaltos em Luanda como uma conjura comunista e a definição da contenção dos motins como um ato de combate à expansão do comunismo constituíram um *framework* político através do qual o regime de Salazar se apresentou a si mesmo e a Portugal como um ator-chave na defesa dos valores do Ocidente, deixando subentender que o cumprimento desse objetivo era indissociável da salvaguarda da sua presença em África.

Permitindo uma operação de credibilização dos argumentos do regime sobre o perigo que representava o comunismo da URSS no ambiente da Guerra Fria, *O Século* ofereceu a primeira página durante meses à publicação de artigos traduzidos de Walter Lippmann, um teórico dos *media*

e do jornalismo e figura muito destacada da imprensa e da cena política norte-americana. Nestes artigos, Lippmann comentou, entre muitos outros assuntos, ao longo de 1961, a orientação da política internacional da administração Kennedy, a situação política da França face à questão argelina e a disposição da União Soviética de apoio aos movimentos revolucionários. Os textos de Lippmann tinham como pano de fundo a tensão entre as duas superpotências da altura, aparecendo a comentar a força do comunismo russo e o novo contexto conturbado dos ventos anticoloniais, os quais poderiam favorecer o aumento da influência da URSS e que exigiam uma visão clara por parte do ocidente. Particularmente importante e ilustrativa foi a edição da sua entrevista ao líder da URSS, Nikita Khrushchev, em 1961, com o qual granjeou um dos seus dois prémios Pulitzer. Lippmann surgia como uma figura de autoridade, e os seus comentários, ao serem transcritos na imprensa portuguesa, ganhavam um sentido que podia ser favorável aos argumentos do regime.

Do mesmo modo, ao nomear a revolta de Luanda como inédita, rasuraram-se outras insurreições anteriores,<sup>171</sup> de que vale a pena lembrar a então recente greve nas plantações algodoeiras da Baixa do Cassange, no Norte de Angola, também conhecida como a “guerra de Maria”, por um dos seus inspiradores ter sido o autodesignado profeta António Mariano, próximo da União das Populações de Angola (UPA). Pouco depois da independência do Congo belga, camponeses, obrigados a venderem o algodão que produziam a uma empresa monopolista luso-belga, a Cotonang, a um preço fixado pelo governo, muito abaixo do mercado mundial, insurgiram-se contra o sistema obrigatório de cultivo dos produtos impostos pela administração colonial em detrimento da agricultura tradicional. Contestando esta “algodocracia”, que relegava o camponês africano a um mero fornecedor de uma empresa, os trabalhadores algodoeiros pararam o trabalho nos últimos meses de 1960 e recusaram-se a pagar impostos, queimaram sementes, destruíram pontes fluviais, missões católicas, lojas e casas de brancos, louvaram Patrice Lumumba, clamaram por melhores salários e condições de vida e pela independência de Angola. O exército português terá respondido com execuções sumárias e bombardeamentos com *napalm* em janeiro de 1961, o que provocou a fuga de muitos angolanos para o Congo (Freudenthal, 1995/1999; Curto e Cruz, 2012).

Antecedido por esta contestação ao sistema colonial pela via laboral, silenciada na imprensa portuguesa,<sup>172</sup> o assalto às cadeias de Luanda representou a passagem à contestação armada por grupos cuja identidade ou roteiro político tem prevalecido até hoje objeto de versões distintas entre

---

<sup>171</sup> Alguns dos casos mais significativos são o dos trabalhadores das Roças de S. Tomé, em 1953, a agitação dos “contratados” do Norte de Angola e a greve dos estivadores do porto de Lourenço Marques, em 1956, o protesto dos estivadores do porto de Bissau, em 1959, e o pronunciamento de agricultores em Mueda, no planalto dos Macondes, (Cabo Delgado, Moçambique), em junho de 1960.

<sup>172</sup> Segundo René Pélissier (1979), o nível de censura era tão elevado que não se sabe concretamente quando nem onde a revolta começou. A agitação terá terminado no início de março, com a captura de António Mariano. Esta revolta é com frequência considerada como a precursora dos acontecimentos de março de 1961.



os historiadores e de uma forte discussão e luta ideológica. Contudo, é evidente que a noção de que os envolvidos nos assaltos viriam do Congo e de que seriam, por isso, estrangeiros constitui em parte um enquadramento mentiroso, que esconde o facto de os africanos de Angola viverem tanto no Congo belga como no Congo francês e ignora a permeabilidade étnica da fronteira entre Angola e o Congo belga, divisora de grupos como os bacongo que habitam os dois territórios coloniais.<sup>173</sup> O Presidente Kasavubu e Abbé Fulbert Youou pretendiam reunificar os grupos bacongo, como ficou evidenciado pela criação, no ano anterior, da Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional das Colónias Portuguesas (FRAIN). Formada por convergências das quatro principais organizações em Angola, esta frente aparecia desde então em conferências pan-africanas, inscrevendo a sua linha de atuação na reivindicação “África para os Africanos”.

As notícias publicadas nos dias seguintes continuaram a apresentar os assaltantes como estrangeiros, muito provavelmente vindos do Congo, enquanto uma entrevista de Henrique Galvão no Recife, durante a qual teria declarado estarem os assaltos em Luanda ligados ao plano de ação do DRIL, lançava nas primeiras páginas títulos em que se voltava a amalgamar a agitação em Angola à tomada do Santa Maria, através de uma linguagem cada vez mais violenta e propensa a incentivar sentimentos de medo e ódio: “Os actos de terrorismo registados em Angola fazem parte do plano subversivo do movimento dirigido por Galvão – confessa o chefe do bando que assaltou o Santa Maria”, irrompia na primeira página do *Diário de Notícias* (07-02-1961);<sup>174</sup> “Galvão confessa que os acontecimentos de Luanda estão ligados à sua acção e promete continuar”, afirmava-se numa outra notícia destacada em *O Século* (07-02-1961: 1). Segundo a entrevista citada, Henrique Galvão teria deixado a advertência: “A organização continua o seu trabalho. É nos territórios ultramarinos que vamos, agora, fazer incidir o nosso esforço”. Sem paradoxo, quer para o regime, quer para Galvão, alguma conveniência havia no estabelecimento desta identificação. Para o regime tratava-se de promover uma culpabilidade por associação para gerar um efeito de contaminação e continuar a envilecer Galvão; para este último, de dar a ideia de força da ação de oposição.

Se enunciar uma incursão de estrangeiros inspirados em métodos alegadamente comunistas de instigação à subversão já implicava atribuir os assaltos a terceiros, que não os negros de Angola, as notícias acrescentaram outros elementos que designavam o estado inconsciente dos negros envolvidos nos assaltos. Estes teriam sido cooptados por feiticeiros e agiriam sob o efeito de álcool e drogas, anuncia-se na primeira página de *O Século* (07-02-1961): “Uma parte, senão a totalidade,

<sup>173</sup> Nas outras colónias portuguesas, a permeabilidade ao nacionalismo africano crescia com as movimentações de moçambicanos que cruzavam a fronteira com o Tanganica, com a Federação Africana Central e com a África do Sul, e a dos guineenses e cabo-verdianos penetrando as fronteiras do Senegal, da Guiné Conakry e da Gâmbia.

<sup>174</sup> Nas páginas interiores, um subponto da “Crónica de Luanda para o *Diário de Notícias*”, assinada por Diamantino Faria, alusivo à identidade dos membros envolvidos nas tentativas de assalto às cadeias indicava em título que aqueles “Exibiam a boina de ordem das hostes de Galvão”. *Diário de Notícias*, 07-02-1961:5.

dos agitadores estavam bêbados”. Tudo levava a crer, segundo a notícia, que os assaltos teriam sido executados em pleno estado de alucinação causado por vinho e sobretudo pela liamba, referida como uma “planta gentílica que, fumada em certas doses, leva o fumador a verdadeiros acessos de fúria”. Só a ação dessas substâncias e de feitiços justificaria a impetuosidade dos ataques, que contrastaria com o caráter habitualmente dócil dos indígenas em Angola e com os sentimentos da esmagadora maioria da população que, de acordo com as notícias, estava do lado dos portugueses. A ausência de uma vontade própria procurava reforçar o descrédito de se estar diante de uma insurreição anticolonial e fortalecer a ideia de que os africanos de Angola permaneciam leais a Portugal. Uma notícia da agência ANI no *Diário de Lisboa* contava mais detalhadamente:

A muitos dos indivíduos que participaram nos assaltos da madrugada de sábado haviam-nos convencido os feiticeiros de que, adquirindo um amuleto pelo módico preço de trinta escudos, se tornavam invulneráveis às balas, desde que a ninguém, mas absolutamente a ninguém, revelassem o seu segredo. Assim os sobreviventes haviam sempre de pensar que os mortos eram precisamente os que não haviam comprado o amuleto. Não menos curioso é verificar como os agitadores, para a execução dos seus planos subversivos, até lançam mão dos feiticeiros. Estas e outras revelações têm vindo a lume à medida que prosseguem os interrogatórios dos detidos e se apuram responsabilidades, enquanto na cidade, desanuviada a atmosfera, dificilmente adivinharia quem aqui agora chegasse, ignorante por completo dos acontecimentos, que Luanda acabava de ser teatro de uma séria e grave tentativa de alteração da ordem pública.<sup>175</sup>

Assumindo que o propalado sucesso da missão colonial portuguesa em África se traduzia na condução do negro à alegada maturidade da civilização branca ocidental, a referência a grupos embrutecidos, alcoolizados e fanatizados de modo algum se compatibilizava com a representação dos negros portugueses, cujo contacto e aprendizagem com o português branco os teria resgatado de um estado de primitivismo supersticioso. Reforça-se a conclusão: só podia mesmo tratar-se de estrangeiros. Um tal sentido encerrava um misto de convencimento da necessidade, registada em relatórios dos burocratas do Estado colonial (Furtado, 2016: 189-198), de dotar os acontecimentos de uma direção privilegiada de interpretação que se coadunasse com o ideal da soberania portuguesa e de controlar a sua difusão internacional, por um lado, e de um “irrealismo patológico” (Lourenço, 2014: 77), por outro, construído sobre uma camuflagem sistemática da situação em Angola no quadro da internacionalização dos debates imperiais. Por meio da falácia de inconsistência, pela qual se fazia derivar uma conclusão de premissas adulteradas, pretendia-se preservar o sentido da “missão imperial” portuguesa, vertente fulcral de um nacionalismo de essência colonial, legado de todos os quadrantes políticos desde os fins da monarquia até ao Estado Novo.

Restringir o entendimento deste enquadramento noticioso na imprensa portuguesa a respeito do

---

<sup>175</sup> “Revelações da polícia sobre os acontecimentos em Luanda”, *Diário de Lisboa*, 07-02-1961:16 Ver também “Os feiticeiros fizeram negócio com os terroristas de Angola vendendo-lhes por 30 \$00 amuletos que os tornariam invulneráveis (?) às balas”, *O Século*, 08-02-1961: 12; “Muitos assaltantes estavam embriagados e possuíam amuletos que julgavam torná-los invulneráveis às balas”, em *Diário de Notícias* 08-02-1961: 1.

levantamento armado a 4 de fevereiro à natureza autocrática do regime de Salazar ou estendê-la eventualmente à linha editorial de alguns jornais conduz a um olhar truncado pela lógica do excecionalismo ou de putativas singularidades na construção do acontecimento mediático por uma imprensa sujeita à censura. Uma tal perspectiva ofusca os padrões comuns de linguagem e de pensamento que se podem encontrar também na imprensa de outras potências imperiais e no modo como estas foram secundando os esforços de justificação do domínio imperial no contexto do pós-guerra. Na imprensa britânica, por exemplo, as revoltas que, na década anterior, tinham sacudido o império inglês em África, designadamente no Quênia, foram igualmente noticiadas como tendo sido perpetradas por estrangeiros sob a batuta comunista e alienados pelo efeito de drogas. Este *framing* noticioso não estava imune ao controlo de entidades governamentais como o *Colonial Office*, empenhado em desenvolver uma estratégia de defesa do império que requereu tanto a legitimação da política britânica como a desacreditação dos movimentos anticoloniais, raramente considerados fora do contexto da Guerra Fria (Lee e Petter, 1982: 102). A própria linguagem utilizada pelas fontes oficiais e transmitida nos jornais, em especial o termo “emergência”, ajudava a criar a impressão de que as ocorrências desestabilizadoras no império britânico eram do nível da lei e da ordem e não um desafio político ao colonialismo, e permitia aos ingleses adotar poderes mais coercivos para corrigir aqueles que, por definição, causavam a desordem, enquanto mantinha a aparência de uma soberania civil consensual (Furedi, 1994: 1). Entre a imprensa francesa, o *Le Monde*, que tendeu, demasiado precocemente, a ser classificado entre os órgãos da imprensa anticolonialista, não reconhecia, aquando da sua fundação, no pós-segunda guerra, os movimentos nacionalistas, na Indochina, por dizer tratar-se de “comunistas”, na Argélia, porque “árabes”, em Madagáscar, porque “selvagens” (Thibau, 1996).

Uma análise cruzada da cobertura pelas diferentes impensas dos processos que encetaram o desmoronamento dos respetivos impérios traz à evidência uma forte integração dos interesses e esquemas de definição dos acontecimentos e de definição das personagens expressos através dos *media*. A representação do negro africano colonizado como bárbaro, infantilizado, sem cultura ou valores próprios e carente da orientação do branco europeu civilizado,<sup>176</sup> o que justificaria a presença deste último nos territórios ultramarinos, é parte de uma matriz comum a uma visão eurocêntrica, que certamente impregnou vários sectores da imprensa e que por sua vez eles reforçaram. As afinidades no discurso publicado em diversos jornais são também sintomáticas de uma analogia no fundo simbólico encarnado pelos vários impérios modernos, investidos de um

---

<sup>176</sup> Sobre a representação dos negros que se desenvolveu em Portugal, nos séculos XIX e XX, ver, entre outros, Cabecinhas e Cunha (2003); Alexandre (1999); Pereira (1989). Sobre a representação do negro na banda desenhada no período do Estado Novo ver Cunha (1994).

papel central na imaginação de uma grandeza nacional e de um prestígio, uma glória ou honra que superaria a estreiteza das fronteiras continentais, e ainda da importância da imprensa e da informação na resistência ou renitência imperial ensaiada pelos poderes coloniais europeus.

### **Entre o governo coercivo e a repressão policial: os assaltos às cadeias contados na imprensa estrangeira**

Os assaltos às cadeias de Luanda atraíram de imediato o interesse da imprensa estrangeira, que contava então com enviados no território, e que, pelo menos desde há um par de anos, vinha publicando artigos com anteverões sobre o que considerava ser a condição previsivelmente crítica do império português no quadro das pressões anticolonialistas na África subsariana. A situação em Angola encaixava evidentemente nos critérios de noticiabilidade — denominadores de relevância que modelam a seleção e a produção das notícias (Altheide, 1976; Gans, 1979) — dos meios de comunicação de outros países europeus que tinham encetado processos de descolonização, como a Grã-Bretanha e a França. Na mesma altura em que ocorreram os assaltos em Luanda, a imprensa francesa era largamente ocupada com notícias da guerra na Argélia e a imprensa britânica seguia os acontecimentos mais a sul no continente. Por um lado, na Rodésia, onde os colonos brancos se mostravam dispostos a desafiar as normas internacionais para travar os nacionalistas negros e garantir que a eventual dissolução da Federação da África Central (Rodésia e Niassalândia) não comprometeria a sua supremacia. Por outro, na África do Sul, onde o chamado massacre de Sharpeville, após uma campanha contra o sistema de passes organizada pelo Congresso Pan-Africanista (PAC), tinha isolado internacionalmente o regime de Pretória e precipitado a sua saída da *Commonwealth*. Os assaltos em Luanda entrecruzaram-se com situações de resistência à vaga descolonizadora na Federação da África Central e na Argélia, ainda que as descolonizações britânica e francesa estivessem já em curso, criando assim um “sentido de ocasião”, para tomar de empréstimo um conceito de Elihu Katz (1980), que colocou a crise do domínio imperial europeu no centro da agenda da imprensa destes países. Uma vez que Portugal prevalecia à margem do processo descolonizador, absolutamente renitente em abdicar das suas posições, alguns jornais vinham prevendo que não tardariam a evidenciar-se sintomas do início do desabamento daquele que constituía o primeiro império europeu a ser erguido e que se estava a revelar o último a ser dissolvido, o império português em África.

Apenas uma semana depois de ter publicado o relatório suprimido de Henrique Galvão em que se equiparava as condições de vida e de trabalho prevalecentes em Angola às de um regime de escravatura,<sup>177</sup> o *The Observer* do dia 5 de fevereiro voltou a dar à estampa um documento que

---

<sup>177</sup> Recorde-se o artigo em questão, comentado no capítulo anterior, «Rebel Captain's suppressed Report on Portuguese

controvertia o sentido das notícias da imprensa portuguesa e contribuiu para furar o cerco à informação prosseguido pelo governo de Salazar (ver anexos, fig.75).<sup>178</sup> O semanário britânico divulgou então uma carta de um pastor protestante africano em Angola dirigida ao porta-voz em Londres do MPLA, João Cabral, em que a aparência da tranquilidade impressa nos jornais de Lisboa se vê interrompida pela alusão a cenas de repressão que o autor confia ter testemunhado nos dias anteriores aos assaltos às cadeias. Nas cidades de Malange, Negaje, Uíge, Maquela do Zombo, Toto e Luanda, o pastor revelava terem as autoridades portuguesas espancado trabalhadores e as autoridades tradicionais que se mostrassem incapazes de fornecer o número necessário de trabalhadores e de suprimir as agitações de índole independentista nos seus distritos,<sup>179</sup> enquanto os colonos ameaçavam dizimar os negros que recusassem unir-se aos brancos ou fossem indiciados de deslealdade a Portugal. Referia-se o uso de voos rasantes para “criar pânico” entre os africanos e a imposição de um recolher obrigatório noturno. Enumerava-se ainda uma série de estratégias massivas de propaganda orquestradas pelo governo português para induzir a um reforço do número de colonos em Angola, descritos como geralmente iletrados e ignorantes e munidos de armas pela polícia política portuguesa.<sup>180</sup> A violência e intimidação dos negros eram exercidas, segundo a carta, para evitar que o movimento nacionalista clandestino aí existente viesse a unir esforços à insurreição lançada pelo grupo de Henrique Galvão e Humberto Delgado. Seriam também uma resposta a manifestações crescentes de descontentamento de trabalhadores indígenas, reclamando salários mais altos, e à multiplicação de *slogans* como “Angola livre” que estariam a aparecer pintados nos muros da cidade de Luanda. Angola experienciava, numa expressão do pastor realçada num subtítulo do jornal, uma conjuntura de “guerra iminente”.<sup>181</sup>

As tentativas de assalto às cadeias de Luanda na madrugada de 4 de fevereiro foram catapultadas para a primeira página das edições de domingo da imprensa britânica logo a 5 de fevereiro.<sup>182</sup> Essas

---

Africa: “Only the Dead Exempt from Forced Labour», *The Observer*, 29-01-1961:7.

<sup>178</sup> “Angola Report Says: More Repression. Fear of Link with Delgado”, *The Observer*, 05-02-1961:6. Na mesma edição, o jornal reserva um espaço de primeira página à menção das baixas sofridas entre os agentes policiais: “7 police die in Angola clash”, *The Observer*, 05-02-1961:1.

<sup>179</sup> Consultar a este propósito o subponto “Labourers beaten” integrado na peça “Angola Report Says: More Repression. Fear of Link with Delgado”, *The Observer*, 05-02-1961:6.

<sup>180</sup> A este respeito, ver em particular o tópico “Ignorant” integrado na peça “Angola Report Says: More Repression. Fear of Link with Delgado”, *The Observer*, 05-02-1961:6. Note-se esta passagem: “Fearing the increased wave of African nationalism the Portuguese are strengthening their position by sending a great number of Portuguese without previous preparation. It is not the ordinary emigration of former times. The new immigrants are ignorant and illiterate people. The immigrants are promised a princely life in Angola. Before their arrival and during the voyage they are shown films which exalt their national and patriotic feelings. Special songs have been composed for this purpose. They are told they are going to Angola to defend their national territory. On arrival in Luanda, PIDE (the Portuguese political police) distribute arms to the immigrants (...) They are told where further supplies are available. Settlers threaten that a war between the whites and Africans is imminent, and that all blacks disloyal to Portugal, who do not join hands with the whites, will be wiped out”.

<sup>181</sup> A este respeito, ver em particular o tópico “War Imminent” integrado em “Angola Report Says: More Repression. Fear of Link with Delgado”, *The Observer*, 05-02-1961:6.

<sup>182</sup> “Many dead in Angola riot”, *The Sunday Express* 05-02-1961: 1.

notícias davam conta de sete baixas entre polícias portuguesas em Luanda, quando grupos, segundo alguns jornais armados com metralhadoras, segundo outros munidos de facas, tentavam atacar as prisões civis e militares para libertar os prisioneiros. Ainda que estas notícias se baseassem sobretudo no comunicado do governo-geral de Angola, citado como a principal fonte de informação, as cambiantes semânticas identificáveis nos títulos dos artigos e o recurso a outras fontes no corpo das notícias abrem outros sentidos possíveis para o acontecimento. O *Sunday Times* (05-02-1961) registou na sua primeira página o que dizia ser o malogro dos assaltos ensaiados em Angola, significativamente designados de “ataque” no título do respetivo artigo, “Angola attack fails”. O jornal chamava a atenção para o facto de o comunicado de Angola não esclarecer se os assaltos tinham sido levados a cabo por brancos ou negros. Já o *The Sunday Herald* (05-02-1961) noticiou um assalto levado a cabo por “nativos”: “Armed bands stage raids in Portuguese West Africa. Natives storm Angola jails. Loses by garrisons in clashes”. O *Sunday Telegraph* (05-02-1961) avançou que fotógrafos e correspondentes estrangeiros que se tinham deslocado ao local dos assaltos nessa manhã tinham sido presos.<sup>183</sup>

Em outras notícias, as tentativas de assalto às cadeias de Luanda foram situadas no contexto do exacerbar de uma oposição interna e de tendências de opinião nos países ocidentais cada vez mais hostis ao regime do Estado Novo, o que concorria para a noção de serem uma nova “revolta” contra o governo de Salazar, a segunda após a tomada do Santa Maria, desta feita com o seu epicentro em Angola, designada nalgumas publicações como “colónia escrava”.<sup>184</sup> Alguns jornais do dia seguinte (ver anexos, fig.74)<sup>185</sup> incluíram o testemunho de um turista canadiano que dizia ter presenciado os incidentes na periferia de Casablanca e a resposta da polícia, descrita nos termos de uma intensa violência, originando um cenário que chega a equiparar ao de um “matadouro”. Segundo este turista, a polícia teria agredido e alvejado vários populares que se concentravam, cantando e dançando nas ruas, aparentemente embriagados.

Além de aparecerem associados às políticas repressivas do estado colonial português, os assaltos às cadeias foram enunciados como uma rajada vigorosa dos ventos anticoloniais em Angola.<sup>186</sup> Numa reportagem de primeira página do *Daily Telegraph* (ver anexos, fig.72),<sup>187</sup> o correspondente do

<sup>183</sup> “14 killed as African mob fight police”, *Sunday Telegraph*, 05-02-1961:1.

<sup>184</sup> Veja-se a este respeito o artigo “Second blow against Portugal’s dictator. Revolt in slave colony. Angry Salazar blames Britain: threatens to quit NATO”, *The People*, 05-02-1961, nº 4131, 80<sup>th</sup>, year 5.

<sup>185</sup> “Shots after brawl” em “Angola gun battle at Funeral. Death rol in weekend ritos rises to 24”, *Guardian*, 06-02-1961:1; «Sixteen killed in Angola flare-up. “It was all part of a plan”», *Daily Herald*, 06-02-1961.

<sup>186</sup> Cf. “Angola quells attack linked to Santa Maria”, *Evening Star*, 05-02-1961: “The government announced it crushed today an armed uprising supposedly timed with the ill-fated seizure of the liner Santa Maria. This was the strongest gust of winds of African nationalism in this Portuguese territory so far. The impetus for the Negro uprising could have come from across the border in the troubled Congo”.

<sup>187</sup> “4 die in fresh Angola rioting. Police and Wanted men Exchange Shots. Whites surprised by Black Violence”, *Daily Telegraph*, 06-02-1961:1.

jornal em Luanda, Martin Moore, descreveu os assaltos como um episódio que não se dissociava da afirmação de organizações de tendência nacionalista implantadas no interior de Angola e até mesmo em Luanda, onde, segundo o repórter, elas não se limitariam a um nacionalismo africano de base negra e mestiça, sendo apoiadas por um movimento de brancos liberais de Angola.<sup>188</sup> Os confrontos armados em Luanda foram inscritos na sequência das fortes medidas de precaução tomadas pelo governo português para conter os efeitos da agitação no Congo ex-belga, onde, indicava o jornalista, era conhecida a formação de grupos de emigrados reivindicando a libertação de Angola. Os assaltos às prisões constituiriam, para retomar uma expressão desta reportagem, uma “tentativa desesperada” para libertar os presos políticos africanos ali encarcerados, mas que se previa terem poucas hipóteses de sucesso já que a prisão militar era delimitada por mar e formava uma espécie de “prisão fortaleza”.<sup>189</sup> Contrariando as estimativas oficiais portuguesas de as baixas civis dos assaltos não serem numerosas, o correspondente britânico referia que corpos estavam ainda a ser recolhidos dez horas depois de os assaltos terem sido dados como concluídos.

Embora este *framing* aclare o pano de fundo da disseminação das correntes independentistas e nacionalistas em Angola, sonegada na imprensa portuguesa, o registo geral da reportagem, em conformidade com linha editorial conservadora do *Daily Telegraph* e largamente influenciado pelas informações do governo em Angola, manteve-se próximo do discurso oficial do regime português, reproduzindo a imagem de Angola como um território isento de divisões entre brancos e negros. A conjectura de vários dos autores dos assaltos provirem do Congo e de estarem ligados ao sequestro do Santa Maria, de alguns outros serem brancos cujo rosto teriam pintado de negro era também formulada noutros segmentos da reportagem.<sup>190</sup> Mas, sublinhe-se, tais afinidades não coibiram o correspondente de tomar estas ações em Angola como um indício da possibilidade de a vaga anticolonial em África vir também a atingir os territórios portugueses, abalando a fé dos que julgavam serem estes imunes à propagação descolonizadora no resto do continente:

Portuguese and other Europeans here are shocked by the first outbreak of black violence in Angola, which they believed immune from African nationalism (...) Nowhere does the official statement

---

<sup>188</sup> Ainda que o grosso do protesto nacionalista angolano tenha pertencido aos angolanos negros (e mestiços), seria possível destriçar um fenómeno nacionalista com características próprias entre os brancos de Angola, um “nacionalismo euro-africano” a que F.Tavares Pimenta (2005) atribuiu a designação de “movimentos leuconacionalistas”. Segundo o autor, a grelha de análise e a tipologia do nacionalismo angolano proposta por vários historiadores tem revelado uma perspectiva redutora que exclui o estudo do leuconacionalismo da agenda historiográfica sobre Angola, reduzindo o protesto político dos brancos à condição de “separatismo”, acabando assim por replicar os termos do Estado Novo para desvalorizar a participação de brancos na luta nacionalista.

<sup>189</sup> A este respeito, ver tópico “Five attacks at once”, *Daily Telegraph*, 06-02-1961:1. Para mais detalhes sobre os diferentes alvos das tentativas de assalto, ver subpontos “Main attack. Police Station Target” e “Hopeless Attempt – Prison Stronghold”.

<sup>190</sup> Ver subpontos “Complete Surprise – Santa Maria link”, “Czech arms” claim» e “Blackened faces. White prisoners”, integrados em “4 die in fresh Angola rioting. Police and Wanted men Exchange Shots. Whites surprised by Black Violence”, *Daily Telegraph*, 06-02-1961:1. A este respeito, ver também “Lisbon blames the Santa Maria plotters. New Salazar riot. Angola rebels in funeral gunfight”, *Daily Herald*, 06-02-1961.

mention the colour of the attackers. This is because there is no distinction of colour in this overseas province where four million Africans, 200 000 half-castes and 200 000 whites are all alike Portuguese. But everyone realised the affair was a stroke of African nationalism against the non-racial principles on which the Portuguese presence in Africa is founded. It is difficult to assess the strength of the movement if, indeed, it yet deserves the name. Almost certainly the authorities are right in claiming that it is directed from across the frontier, although able organisation backed by some white men is now proved to exist in Luanda (...) Even without the vigilance of the police the slender possibilities of communication in this vast, thinly populated country make it very unlikely that any clandestine network could exist outside the towns. This outbreak is something new and profoundly shocking for Portugal, a warning that “it can happen here”. What has been shaken is not complacency but something more like faith.<sup>191</sup>

Na imprensa francesa, a noção de estar em curso uma “revolta” em Angola<sup>192</sup> foi difundida num título do *Le Monde* (06-02-1961: 2): “Des bandes d’africains armés se seraient révoltées en Angola”. Baseada em informações do porta-voz em Londres do MPLA, uma fração da notícia, assinada pelas agências AP e AFP, afirmava que as numerosas prisões efetuadas na sequência das tentativas de assalto visavam os meios nacionalistas africanos de Angola.<sup>193</sup> Os assaltos tenderam a ser avaliados, do ponto de vista tático, como operações mal preparadas e mal executadas, redundando num “levantamento falhado”, para seguir a expressão que faz o título do *Paris Jour* (06-02-1961: 7), “Echec d’un soulèvement en Angola portugais”. A particularidade destes levantamentos em Luanda, na análise avançada pelo *Paris-Presse Intransigeant*,<sup>194</sup> não sendo os primeiros mas sendo aqui identificados como os mais importantes, residiria na circunstância de resultarem de uma conjugação entre a vontade de emancipação africana e o movimento de oposição ao regime de Salazar. Não é irrelevante notar que este jornal focou no título da notícia a noção de a revolta ter sido levada a cabo por brancos com o rosto pintado de negro (“Des blancs au visage noirci mènent l’émeute”), como se, no exato reverso daquele que era o desejo de esbranquiçamento do negro notado por Frantz Fanon (2008 [1952]), fossem agora os brancos a irmanar-se aos negros e assim, na negritude, concretizar a revolta contra o domínio do colonizador. A disposição de combater o governo português favoreceria, pela primeira vez, a união de brancos, negros e mestiços numa cidade que, em 1961, cristalizava as tensões da sociedade colonial em meio urbano:<sup>195</sup>

C’est la première fois que les Portugais ont à faire face à un soulèvement de cette importance dans une de leurs provinces d’Afrique. Il y a déjà eu des révoltes en brousse: elles étaient uniquement le fait des noirs, elles furent vivement réprimées, sans que l’on sache grand-chose à leur sujet. Cette

<sup>191</sup> “4 die in fresh Angola rioting. Police and Wanted men Exchange Shots. Whites surprised by Black Violence”, *Daily Telegraph*, 06-02-1961:1.

<sup>192</sup> A classificação da ação tem sido repartida entre referências a uma “revolta”, a um “ataque”, a um “levantamento”, a uma “insurreição” ou até a uma “tentativa de golpe de estado” dirigido contra os centros de controlo e de informação do poder colonial. Stephen L. Weigert (2011: 13-29) refere-se ao 4 de fevereiro como um acontecimento espontâneo, em que a seleção dos alvos tem mais em comum com a tática de golpe de estado do que uma insurgência inspirada numa estratégia de guerra de guerrilha.

<sup>193</sup> Ver “Arrestations à Luanda”, *Le Monde*, 06-02-1961:2.

<sup>194</sup> « 20 morts, 7 blessés en Angola. Des blancs au visage noirci mènent l’émeute », *Paris Presse Intransigeant*, 07-02-1961: 1 e 5.

<sup>195</sup> Para uma caracterização a fundo de Angola nos anos 1960 nos planos económico, social, étnico ver Messiant (2006).



fois, le désir d'émancipation africaine se conjugue avec le mouvement d'opposition au régime de Salazar, et c'est ce qui fait de l'Angola un cas unique en Afrique. La présence à Loanda de nombreux « petits blancs », de quelques exilés politiques et d'intellectuelles portugais désœuvrés, rend la situation bien différente de ce qu'elle était au Congo belge. Les Portugais d'Angola ne sont pas riches : Loanda est peut-être la seule ville d'Afrique où des Européens sont garçon de café, chauffeurs de taxi et même cireurs de chaussures. Beaucoup d'entre eux, faute d'argent, n'ont jamais vu la métropole (...) C'est dans ce décor que les “petits blancs”, les agitateurs politiques, les métis (il y en a 35 000) et les noirs (4 100 000) semblent se coaliser contre Salazar.

Em vários outros jornais, as primeiras tentativas de assalto às cadeias de Luanda surgiram mescladas com os motins no funeral dos agentes, pelo que o ângulo noticioso de muitos artigos apontava para o balanço global das cerca de vinte baixas dos dois dias de agitação. As mortes em Angola tornaram-se o tema principal de notícia nos jornais britânicos e franceses.<sup>196</sup> Muitas delas, destacadas em primeira página e assinadas pela Reuters, reproduziram a versão do correspondente da agência Lusitânia em Luanda, ou alicerçaram-se nas palavras do governador-geral de Angola difundidas na imprensa portuguesa.<sup>197</sup> No entanto, a imagem dominante nesta série de notícias é a de uma ação de grande envergadura, concretizada por grupos cuja constituição não era claramente discernida, mas onde se pressente a reserva de não se tomar a eventualidade de alguns dos indivíduos terem atravessado a fronteira do Congo como indicativa de se tratar de estrangeiros ou de ter esta investida sido realizada exclusivamente por agentes vindos do exterior. As conexões estabelecidas na imprensa portuguesa, por vezes reproduzidas nos jornais estrangeiros, não excluem a participação de negros angolanos no ato que visava libertar os presos das cadeias.

Ainda que este objetivo tenha saído gorado, os assaltos não poderão ser apreciados como sendo um fracasso, sobretudo quando se atende à sua exposição nos *media* como um aspeto com valor próprio. Após o sequestro do Santa Maria, a revolta de Luanda colocou Angola na agenda da imprensa e continuou a arrastar o regime de Salazar para o centro de visibilidade dos jornais. Angola estava nas notícias e esta circunstância, enfatizada no título de um editorial do *Daily Telegraph*, “Angola in the news” (07-02-1961: 12), não pode deixar de ser considerada especialmente relevante perante um governo que se esforçava por transmitir uma sensação de quietude. Um espírito de condescendência com a administração colonial portuguesa permeia, porém, este editorial, manifesto na evocação da mística de vocação multirracial do povo português e

<sup>196</sup> “Angola gun battle at funeral. Death rol in weekend riot rises to 24”, *Guardian*, 06-02-1961:1; “Many killed in Angola rioting. Affray at police funeral”, *The Times*, 06-02-1961:10; “Riot funeral flare-up – and more die”, *Daily Express*, 06-02-1961: 1; “Vingt morts – en deux jours – à Luanda, capitale de l’Angola (province portugaise) au cours d’attaques de bandes armées”, *Figaro*, 06-02-1961:1 e 3; “En Angola, des groupes armés ont attaqué un commissariat et des prisons. Vingt morts, trente-sept blessés”, *Parisien Libéré*, 06-02-1961:3; “Désordres en Angola – 20 morts”, *L’Aurore*, 06-02-1961:9; “Nouveaux troubles en Angola. Au moins vingt morts en deux jours”, *Le Monde*, 07-02-1961:5; “Les émeutes d’Angola (20 morts): mêmes chefs que pour l’opération Santa Maria disent les autorités portugaises”, *France Soir*, 07-02-1961:5.

<sup>197</sup> «Angola : obsèques mouvementées des victimes des troubles. Bilan total de deux jours d’émeutes : 20 mots, 7 blésés. Patrouilles renforcées dans les principales villes. Le gouverneur : « Les coupables seront durement châtiés » ?, *Figaro*, 07-02-1961:1

na aparência impressa de uma singularidade dos problemas em Angola. Este sentido enquadra-se na orientação revelada noutras colunas, entre as quais a crónica diária “Way of the World”, habitualmente caracterizada por um repúdio ao comunismo, mas também ao capitalismo e ao chamado “progresso”, e cujo número dedicado aos assaltos em Angola<sup>198</sup> consiste numa sátira reacionária à tentativa de libertação dos presos das cadeias e à suposta cobertura benevolente de alguns jornalistas. O autor, Peter Simple, pseudónimo do escritor e jornalista de cunho vincadamente conservador Michael Wharton<sup>199</sup> (Hart-Davis, 1990: 208-212), questionava a sensatez de morrerem homens em Angola para satisfazer um “desejo de mudança”, que, para mais, entendia traduzir-se numa “quebra do padrão pacífico das colónias portuguesas”.<sup>200</sup> Uma tal relutância com a vontade de mudança concilia-se com a visão geral crítica que o autor da crónica vinha revelando do fenómeno da dissolução dos impérios modernos em África. A crónica sobre Angola foi levada ao conhecimento do Ministério dos Negócios Estrangeiros português pelos seus serviços diplomáticos na Grã-Bretanha.<sup>201</sup>

Segundo o editorial “Angola in the news”, os assaltos constituiriam uma ocorrência sem eco entre uma população em que não se adivinhavam sinais de inclinação para a revolta. Eles seriam consequência de um interesse comunista em fomentar a agitação em África, conjugado com uma “devoção teórica” à democracia inspirada por Henrique Galvão e ainda com um efeito da propagação da transformação do nacionalismo africano. Na perspetiva desse editorial, seria infundado ver nos distúrbios em Angola o presságio de uma crise na qual os portugueses em África viriam a sofrer o destino dos belgas. Todavia, note-se como a suposição da limitação dos efeitos destes assaltos para o domínio colonial português é paradoxalmente traída ao colocar-se a hipótese de um paralelismo com a situação no Congo, deixando pairar, mesmo que pelo dispositivo da denegação, a questão da incerteza sobre o futuro de Angola:

the major question is whether the recent disturbances portend a crisis in which the Portuguese in Africa might suffer the fate of the Belgians. Probably they do not – at least not yet. Portugal’s grip on

<sup>198</sup> “Way of The World. Angola”, *Daily Telegraph*, 07-02-1961:14.

<sup>199</sup> Peter Simple satirizava o que considerava serem as ideias modernas e “da moda”, utilizando para o efeito personagens estereotipadas que inventava, muitas vezes inspiradas em pessoas reais. O jornalista tinha servido na *Royal Artillery* entre 1940 e 1946 e desempenhado o cargo de tenente-coronel como oficial na Índia. Foi desmobilizado em 1946. Depois da guerra, encontrou trabalho na BBC como produtor e roteirista até 1956. Em 1957, começou o seu trabalho permanente no *Daily Telegraph* no qual escrevia uma coluna chamada “Way of the World”, iniciada 15 meses antes por Colin Welch, já sob o pseudónimo Peter Simple.

<sup>200</sup> Leia-se a crónica: “Bullets fly in Angola and men die. And thousands of miles away, at his progressive desk, the progressive journalist is sitting back with a sigh of satisfaction. If he isn’t, then he ought to be. Isn’t this what he has been hoping and working for, scribbling and typing away for months to bring about? That the law and order of centuries, however imperfect, however open to legitimate grievance, should be overturned? That riot and murder should spread to regions hitherto calm and peaceful? By a paradox, it is the progressive mania for tidiness that makes him throw his hat in the air, when the peaceful pattern of Portugal’s colonies is broken at last. Because the rest of Africa is in turmoil, they must be in turmoil too, or he will know the reason why. There is no single word, as far as i know, to describe the man who, himself immune from danger, drives ignorant men to death to satisfy his abstract lust for change”.

<sup>201</sup> Ver Proc. 940.1 U1 418. Lisboa, 17-02-1961, pt MNE 99 PAA.

her colonies is strong, for reasons by no means disreputable. Though there were political trials last December, the population, spread thinly over a vast area with poor communications, shows no serious signs of being inclined to revolt. The Portuguese have a mystique about their colonies which may not be altogether admirable to liberal eyes, but which should armour them against a collapse on the Belgian pattern. The Portuguese colonies offer quite different problems from those of other European Powers. They contain no colour bar; they are, to use a fashionable word, “integrated” with the motherland; their native population in very large numbers earns its living beyond their frontiers. What then is beginning to disturb their serenity? A theoretical devotion to democracy à la Galvao? A gust of the “wind of change” bearing the odour of African nationalism? The answer is, no doubt, a bit of both: but probably the time when such causes will dictate a change in the status of Portugal’s “overseas provinces” is remote (...).<sup>202</sup>

Vistos em retrospectiva, os assaltos às cadeias de Luanda são um acontecimento decisivo na história da luta pela independência de Angola, uma importância certamente refletida no signo da datação (Rebelo, 2000), pelo qual o acontecimento passa a ser conhecido pela data da sua ocorrência. Efetivamente, os assaltos são, não raro, referidos apenas pela menção ao “4 de fevereiro”. Os tumultos e todo o ambiente de tensão nos dias seguintes desencadearam uma resposta militar do governo de Salazar que torna plausível considerá-los, segundo os termos que aqui se propõem, como o momento inicial do fim do “Terceiro Império” português, do império africano. Reivindicados num comunicado de Conakry pelo MPLA,<sup>203</sup> que os converteu no ponto de arranque da sua revolução, os assaltos, apesar das discrepâncias dos testemunhos, terão consistido numa ação de iniciativa local, envolvendo elementos filiados em várias organizações. Terão apanhado de surpresa os líderes do MPLA, como sugere um comunicado no qual Lúcio Lara (2000: 406-409; 424-427) afirmava que a direção do movimento em Conakry, da qual fazia parte, acreditara serem os assaltos uma resposta ao apelo feito dois meses antes em Londres pelos líderes nacionalistas das colónias portuguesas a Salazar a fim de que admitisse negociar a autodeterminação das colónias. Nessa conferência londrina, tinham ameaçado o governo com ações diretas se este negasse a proposta de discussão da independência. A apropriação do 4 de fevereiro pelo MPLA, frequentemente considerada um oportunismo propagandístico, para dar ao movimento maior importância perante a comunidade internacional, mas sem qualquer fundamento histórico (Pacheco, 2000), e desmentida em entrevistas do próprio Mário de Andrade ou de Joaquim Pinto de Andrade citadas em investigações (Bittencourt, 2008: 79-81; Antunes, 1991: 150), ganhou força pelo pendor dos assaltos de reação à repressão policial da PIDE e pelo ingresso no movimento, algum tempo mais tarde, de muitos dos que os realizaram. O 4 de fevereiro, segundo outros estudos, seria o resultado de uma constelação de pequenas organizações sem estrutura política muito vincada, mas contando com a orquestração do cónego Manuel Joaquim Mendes das Neves, vigário geral da

<sup>202</sup> “Angola in the news”, *Daily Telegraph*, 07-02-1961:12.

<sup>203</sup> Ver “Comunicado do MPLA” [policopiado, original em francês], Conakry, 05-02-1961, em Lúcio Lara (2000: 591-592).

arquidiocese de Luanda (Bittencourt, 2008: 76-82), ou uma ação desencadeada à margem dos movimentos, por iniciativa duma direção improvisada e por pressão de angolanos detidos, ameaçados de serem transferidos para outras prisões (Mateus e Mateus, 2011: 83-108).

Seguindo a investigação do historiador Carlos Pacheco sobre a polémica questão do nascimento do MPLA (1997; 2000),<sup>204</sup> pode inferir-se que a detenção massiva de angolanos sucedeu no momento em que os líderes de vários grupos concertavam esforços para criar o que viria a ser o MPLA e para o implantar no interior de Angola, percebendo que a atividade do movimento era atenuada pela distância, já que o seu quartel-general estava instalado em Conakry. O esforço de ligar Luanda a Conakry foi efêmero. Entre março de 1959 e junho de 1960, a polícia política portuguesa operou uma série de prisões que atingiu a organização nascente do MPLA no interior de Angola, privando o movimento em formação dos seus principais líderes locais. Agostinho Neto, médico angolano, membro do grupo de estudantes em Lisboa e cofundador do MPLA, recém-chegado a Luanda em fevereiro de 1960, foi preso a 8 de junho de 1960 e o padre Joaquim Pinto de Andrade, fundador em Lisboa do Centro de Estudos Africanos, em 1948, com Agostinho Neto e Amílcar Cabral, foi detido duas semanas mais tarde. Os “julgamentos” que se seguiram, aludidos de forma breve no editorial anteriormente citado do *Daily Telegraph*, foram parte de um processo mais vasto visando mais de duas centenas de pessoas, africanas e europeias, que ficou conhecido como o “Processo dos 50”. Esses julgamentos à porta fechada em Luanda foram acompanhados por órgãos de imprensa britânica, a quem não passou despercebido o reforço do aparato militar português em Angola e a série de irregularidades que marcaram o processo. O correspondente do *Guardian* em Lisboa afirmou presenciar o impedimento do advogado dos arguidos, Palma Carlos, de embarcar rumo a Luanda para liderar uma equipa de defesa de 8 oponentes da administração colonial portuguesa.<sup>205</sup>

Nos meses que se seguiram a tal processo judicial de fachada, o testemunho de representantes do MPLA em Londres, denunciando a repressão violenta por tropas portuguesas em Angola, voltou a ganhar grande destaque na imprensa britânica, primeiro numa conferência dos estudantes africanos

---

<sup>204</sup> Segundo Carlos Pacheco, a versão, predominante entre os membros do movimento, de que o MPLA nasceu em 1956 consiste numa estratégia de propaganda para dar ao movimento um cunho de maior autenticidade nacional no confronto com a UPA. Pacheco sustenta-se, entre outros, numa confissão feita por Mário de Andrade num círculo de familiares em junho de 1990, em Lisboa, e num testemunho de Joaquim Pinto de Andrade, e na ausência de documentos que, antes de 1960, cite o MPLA. Depois de uma primeira grande vaga de prisões, os delegados angolanos reuniam-se em Tunes, em janeiro de 1960, por ocasião da II Conferência dos Povos Africanos e terá sido então, na tese deste autor, que se produziu e assinara o documento fundador do MPLA (por Abel Djassi, pseudónimo de Amílcar Cabral, pelo PAI – Partido Africano da Independência, 1956 – e pelo FRAIN; por Viriato da Cruz e Lúcio Lara, pelo MPLA e FRAIN, Azancot, pela FRAIN; e por “José Gilmore”, antonomásia de Holden Roberto, pela UPA e FRAIN). Viriato da Cruz teria, de imediato, instalado o quartel-general do MPLA em Conakry, e começado a preparar o arcaboço teórico e organizativo do Movimento, a saber, o Manifesto, que, ao longo do ano 1958-59, tinha sido sujeito à opinião de Mário de Andrade, Eduardo dos Santos, Marcelino dos Santos, e Amílcar Cabral, e os primeiros Estatutos e Programa do MPLA.

<sup>205</sup> “Trial of Angola Nationalists. Defence lawyer not allowed to go”, *Guardian*, 25-07-1960:7; «Angola Trial. Lawyer stopped for “private reasons”», *Guardian*, 26-07-1960:13.

em Westminster, e poucas semanas depois numa conferência na Casa dos Comuns onde se reuniram os porta-vozes dos movimentos de libertação das várias colónias portuguesas. No encontro na Casa dos Comuns,<sup>206</sup> que motivou a convocação dos jornalistas para uma conferência de imprensa, os representantes apelaram à defesa da resolução aprovada no 4º Comité das Nações Unidas em novembro de 1960, que, em consonância com o artigo 73 da Carta das Nações Unidas, obrigava Portugal a facultar informação sobre os seus territórios ultramarinos e instigaram a imprensa mundial a conceder maior atenção ao problema colonial português, propondo-se disponibilizar informações que não sofressem o enviesamento da censura do Estado Novo. Expuseram em especial a situação dos presos políticos em Luanda, entre os quais identificaram vários dirigentes do MPLA, condenados sem julgamento, e de outros líderes angolanos ou membros de organizações nacionalistas de Goa e do Partido Africano da Independência da Guiné (PAI), presos, assassinados ou enviados para campos de concentração. Falaram de massacres, como o de Pidjiguiti (Guiné), em agosto de 1959, na sequência de um protesto de estivadores do porto de Bissau, e o de Ícolo e Bengo, um município a leste de Luanda, em junho de 1960, onde uma manifestação contra a prisão de Agostinho Neto acabara com a polícia a abrir fogo sobre a população, matando 30 pessoas, ferindo mais de 200 e destruindo a aldeia. Equiparam o sistema colonial português à escravatura e enumeraram medidas das autoridades portuguesas para aterrorizar os povos em Angola, desde exercícios militares e exibições de força com bombas *napalm* à privação de direitos políticos e de direitos humanos. Por fim, anunciaram propostas para a independência, exigindo ao governo português a aceitação do direito à autodeterminação dos povos das colónias, a amnistia incondicional dos presos políticos, a restituição das liberdades cívicas, a retirada de todas as forças armadas portuguesas e dos agentes da PIDE das colónias.<sup>207</sup>

A situação colonial em Angola estava assim presente na agenda da imprensa britânica antes dos assaltos às cadeias de Luanda. E a noção da importância dos *media* para publicitar a luta anticolonial dos angolanos é bem perceptível num conjunto de cartas, que, nesse contexto de prisões em massa em 1959-1960, foram trocadas entre Mário de Andrade, Viriato da Cruz e Lúcio Lara. A partir das capitais europeias onde se encontravam, partilhavam entre si artigos publicados na imprensa

<sup>206</sup> O encontro, organizado pelo *Movement for Colonial Freedom*, pelo *African Bureau* e pelo *Committee of African Organisations*, e apoiado pelo *United National Independence of Northern Rhodesia* e pelo *National Democratic Party of Southern Rhodesia*, reuniu Mário de Andrade, Viriato Cruz e Américo Boavida, respetivamente Presidente, Secretário-Geral e Membro do Comité das Relações Externas do MPLA, Matthew Mayole e C.Nahala representando a União Moçambique Makonde, Alfredo Bangura em nome do PAIGC e H.C.Denis e J.Cabral pela Convenção Política de Goa. O comunicado dos dirigentes nacionalistas para a conferência de imprensa e a carta convocatória assinada por Joan Eber, Secretário-geral do *Movement for Colonial Freedom*, dirigida aos representantes dos *media* britânicos enunciando os objetivos do encontro está disponível nos arquivos da Fundação Mário Soares. “C/o Movement for Colonial Freedom, London, House of Commons, to news editor”. Documento incluído no dossier intitulado FRAIN, CONCP, MPLA.

<sup>207</sup> Ver o comunicado da conferência, “Conference of Nationalist Leaders from Portuguese Colonies, London, 6 December 1960, Communique”, disponível nos arquivos da Fundação Mário Soares.

estrangeira sobre o regime de Salazar e o sistema colonial português. Mantinham também correspondência na qual davam conta do envio de telegramas à ONU e ao Conselho de Solidariedade afro-asiática e da sua ação de pressão no sentido de fazer sair na imprensa documentos que desvendassem ante a opinião internacional, e também aos portugueses, furando as malhas da censura, a onda de repressão desencadeada pelas autoridades coloniais em Angola.<sup>208</sup> A vaga de prisões dos meios nacionalistas angolanos e a repressão dos organismos clandestinos tinham já sido consideradas no Manifesto que consagrara a formação do MAC em 1960 (Lara, 2000: 641-666) como a passagem, pelo colonialismo português, a uma “ofensiva aberta e sanguinária”. Para estes líderes, era dever dos movimentos nacionalistas passar à ação imediata e afirmar-se como força ativa e não como “corpo movido a reboque” pelos acontecimentos.

### **Luanda pelo *framing* da tensão racial**

Além de pretender controlar as correntes de opinião no interior do país, é também na arena internacional que as tentativas de persuasão através das notícias da imprensa portuguesa e o seu potencial de distorção deveriam produzir efeito. À influência das fontes oficiais em Angola e da imprensa portuguesa sobre os jornais estrangeiros somou-se a atividade de diplomatas portugueses, que tentaram induzir o conteúdo dos *media* numa direção favorável ao regime. Um telegrama enviado pelo Embaixador português em Londres, A.B.F.Mendes, após os acontecimentos em Luanda<sup>209</sup> expõe como o conselheiro de imprensa dessa embaixada tinha, durante um encontro, procurado que o diretor de uma importante empresa de Relações Públicas da Inglaterra fizesse publicar artigos que combatessem as referências hostis ao regime português e contribuíssem para construir dele uma boa impressão de modo a granjear a simpatia e a compreensão dos britânicos.<sup>210</sup> Tencionava-se que o diretor intercedesse junto da rádio, televisão e imprensa, tirando partido dos seus contactos jornalísticos e com os chamados líderes de opinião ingleses para melhorar a imagem pública do regime e da administração colonial portugueses, e junto dos círculos conservadores e trabalhistas para fomentar a aceitação das políticas do governo de Salazar, encaradas com cada vez mais apreensão desde o assalto ao Santa Maria.

Para além das jogadas políticas e diplomáticas, os decisores políticos portugueses condicionaram o

---

<sup>208</sup> Em carta (13-10-1959) assinada de Berlim (Lara, 2000 pp. 185-196), Viriato da Cruz conta como tentavam enganar a PIDE enviando os recortes que pretendiam fazer avançar a ação africana dentro de jornais reacionários bem conhecidos a partir da Bélgica, Suíça ou Áustria ou da América do Norte. Em África, os recortes destinavam-se a pessoas concretas, como o cônego Manuel das Neves, a quem pediam a posterior divulgação. Viriato da Cruz propunha também a criação de um secretariado, composto por um comité de publicidade e propaganda que deveria fazer os possíveis para exprimir na imprensa internacional os seus interesses, escrevendo artigos e comunicados, e encarregando-se, quando necessário, do trabalho de tradução dos artigos a publicar.

<sup>209</sup> Correspondência da Embaixada de Portugal em Londres, Inglaterra, dirigida ao MNE AOS/CO/NE – 4 C 1 PT 25. Conversa na Chancelaria com Mr. Geoffrey Hart, Diretor da Firma PRCHart”, 06-02-1961.

<sup>210</sup> A este respeito, ver também Afonso Ramos (2017).

trabalho da imprensa estrangeira com o fito de interferir na formação da opinião internacional. O regime de Salazar terá procurado com alguma tenacidade ganhar este “terceiro elemento” no âmbito externo. Mas apesar dessas tentativas de convencimento, a reserva que o governo de Lisboa inspirou entre alguns setores da imprensa internacional no início de 1961 agudizou-se quando, depois da tomada do Santa Maria, a permanência de jornalistas em Luanda veio pôr a descoberto testemunhos apontando uma reação de violência de brancos contra negros no rescaldo da revolta da madrugada de 4 de fevereiro. Contradizendo as notícias divulgadas em Lisboa de uma harmonia inalterada entre brancos e negros, o enviado do *Guardian* a Luanda, George Clay, assinou uma reportagem na qual designava os tumultos durante o funeral como uma manifestação de “ódio racial”, em que uma multidão de brancos reagira assustada e ferozmente à aproximação de africanos.<sup>211</sup> Depois de vários artigos terem mencionado episódios de detenção de repórteres na capital, de telegramas às redações da imprensa indefinidamente retidos e chamadas telefônicas restringidas,<sup>212</sup> as primeiras linhas da reportagem referiam ter a peça sido enviada de Joanesburgo para fugir à censura em Luanda.<sup>213</sup>

Num sentido condizente com o deste relato, o enviado do *Daily Express*, Daniel McGeachie, falava de um “distúrbio racial” junto ao cemitério, onde os portugueses brancos, tomados pelo que escreve como um acesso de “loucura”, teriam espancado africanos até à morte, como indica o subtítulo da reportagem, “Portuguese beat up africans”, de que vale a pena transcrever um excerto:

Racial trouble boiled up yesterday after police had put down Saturday’s attempted revolt. Africans and Portuguese fought in a graveyard while the dead white men were being buried. Immediately, the crowd in the vast cemetery went mad. From where I stood, a crowd rushed towards a 15 ft-high gate shouting and howling. They were all whites. They tugged and dragged and punched each other as they scrambled to get over the gate (...) At the other side of the graveyard Europeans began fighting every African in sight. I saw one man rip a small grave-stone out of the ground, smash it on the tarmac path, and then hand out sections of the stone to his friends so that they were all armed. Others including women ripped up small trees and went into battle with them. Near the gates, I saw one African being beaten on death by four men. Every few yards on the road back in town I could see mobs beating Africans. Just outside the cemetery gates police opened fire. So did civilians, for many

<sup>211</sup> “Attempt to storm gaol. Fighting Flares up in Angola”, *Guardian*, 07-02-1961: 11. Note-se a passagem: “Race hatred turned to violence and death in Luanda last evening. At the funeral, as numbers of Africans began moving towards the packed crowd of white Portuguese there was panic. The Portuguese in the cemetery reacted wildly (...) There were shrieks of fear that the Africans were attacking, that pistol bullets were whizzing too close, and that people were being trampled down. I was mobbed myself and so were other newspapermen (...) Well, it is far from calm now. My cables have been held up in Lisbon, where they say the messages must be exaggerated”.

<sup>212</sup> “Sickening”, em «Sixteen killed in Angola flare-up. “It was all part of a plan”», *Daily Herald*, 06-02-1961 [“Few details of the fighting have been allowed to leak out of the colony, which is run by the iron hand of the Portuguese dictator, Dr. Salazar”]. Ver também “Censorship in Angola. Luanda cut off”, *Daily Telegraph*, 07-02-1961: 1, de onde citamos este excerto: “Censorship was imposed yesterday in Luanda, capital of Angola, Portuguese West Africa, following the week-end riots (...) Luanda was almost completely cut off yesterday from the outside world. Press cables were held up indefinitely and telephone calls were severely restricted. Only one telephone line was said to be operating between Lisbon and Luanda. Calls to Lisbon from London were also subject to long delays”.

<sup>213</sup> Note-se o início da reportagem “Attempt to storm gaol. Fighting Flares up in Angola”, *Guardian*, 07-02-1961: «George Clay telephoned to Joannesburg yesterday to evade cable censorship in Luanda and Lisbon.». A alusão à forte imposição da censura voltará a ser frisada na reportagem seguinte do mesmo reporter, “31 dead in Angola: prison attacked”, *Guardian*, 08-02-1961: 11.

Europeans had gone to mourn the dead with pistols in their pockets. (...) Police in armoured cars are keeping a strained peace tonight after bitter fighting in the streets of Luanda.<sup>214</sup>

O depoimento destes repórteres britânicos contraditava a noção, apreendida através da imprensa portuguesa, de uma perfeita convivência entre brancos e negros em Angola nos momentos que se seguiram aos assaltos às cadeias e de uma ausência de rivalidades raciais na África portuguesa. Poucos dias após a publicação das reportagens destes jornalistas britânicos, uma notícia da AFP incluída no *Le Monde* difundia as palavras do correspondente em Luanda do diário de Joanesburgo *The Star*, que denominava as mais recentes ocorrências no cemitério de um “massacre de africanos” (ver anexos, fig.76).<sup>215</sup> Mesmo o correspondente do *Daily Telegraph* em Luanda, cujas reportagens tendiam a reiterar algumas das imagens mais caras à propaganda colonial portuguesa e a demonstrar condescendência com a reação dos brancos em Angola após os tumultos de 4 de fevereiro, fez alusão a um ambiente de desconfiança sentido nas ruas que vinha suplantando o alegado convívio multirracial até então experimentado em Angola.<sup>216</sup>

A referência deste correspondente a sentimentos de raiva, medo e suspeição entre brancos e negros afastava-se da orientação geral do *Daily Telegraph*, tendencialmente convergente com a condução política do governo conservador de Macmillan, que procurou evitar sinais públicos de divergência que minassem a coesão da Aliança Atlântica, não obstante a distância que pretendeu manter do regime português e da sua política colonial. Após o 4 de fevereiro, os diplomatas britânicos em Lisboa, como sustenta o estudo de Pedro Aires de Oliveira (2007: 227), foram instruídos para fazer chegar aos ministros portugueses a ideia de que o desenvolvimento económico e social no Ultramar português era visto pelo governo britânico como tão ou mais importante do que um compromisso com o princípio de autodeterminação. Isto apesar de os relatórios do novo cônsul britânico em Luanda redigidos logo em fevereiro e nos meses seguintes<sup>217</sup> avaliarem os tumultos em Luanda

<sup>214</sup> Citado do subponto “Crowd goes mad”, em “Taxi! Then the bullets came at me. Portuguese beat up africans”, *Daily Express*, 07-02-1961: 2.

<sup>215</sup> “Un journaliste de Johannesburg fait état d'un massacre d'Africains”, *Le Monde*, 10-02-1961:3. Não é redundante citar parte desta notícia: «L'émeute la plus fantastique que j'aie jamais vue: Les Portugais ont poursuivi les Africains venus assister au service, en tirant sur eux. Ce fut un véritable massacre. Une joule frénétique de Portugais, armés de bâtons et de pierres arrachées aux tombes, a déferlé dimanche soir sur les faubourgs de Luanda, frappant à mort les Africains et semant la panique dans le cimetière où se déroulait un service funèbre pour les sept policiers tués au cours des incidents de samedi (...) En quittant le cimetière, j'ai vu les cadavres des Africains qui avaient été battus à mort. Ils étaient étendus sur le bord de la route. La police s'efforçait d'empêcher les émeutiers d'assommer d'autres Africains également étendus sur le sol (...) J'ai été détenu pendant cinq heures simplement parce que j'avais vu ces corps (...)».

<sup>216</sup> Veja-se a passagem: “There was scarcely an African to be seen in the streets. Within a few hours the mutual trust between black and white, founded on centuries of racial tolerance, seemed to have been transformed into anger, suspicion and fear. Four long years of press control had provided a boomerang in the crisis. Absence of news created rumour and exaggeration. It was said there had been outbreaks in Ambrizate on the coast north of Luanda and in the inland town of Malange”, em “Luanda attackers were drugged, say officials. Whites among prisoners”, *Daily Telegraph*, 08-02-1961:24.

<sup>217</sup> A este respeito, ver Despacho de JC Wardrop, cônsul em Luanda, para o FO, 24-02-1961; Despacho de Sir A.Ross para Sir Alec Douglas-Home, de 08-03-1961; e Despacho “The Situation in Angola”, de JC Wardrop a Lord Home, 02-05-1961 citado por Oliveira (2007: 227).



como um movimento essencialmente africano, e não uma conspiração comunista, capaz de levar a guerra ao centro de um dos últimos bastiões do colonialismo.

Se a tensão racial constitui o *frame* principal deste conjunto de notícias a propósito da eclosão dos motins no cemitério, outros artigos revelavam também como as condições de vida dos africanos em Angola, submetidos a repertórios de regulação coerciva e de diferenciação na sociedade colonial, originariam um ambiente sulcado por divisões raciais e sociais. Para o *France Observateur*,<sup>218</sup> os assaltos às cadeias eram consequência dessa “condição extremamente dura” imposta à população autóctone, escreveu o jornal francês, sujeita a trabalho forçado e a carências evidentes na assistência social, sanitária e alimentar, nos transportes, na habitação e na educação. Estas condições, praticamente inalteradas, segundo o jornal, desde o relatório de Henrique Galvão em 1947, traduziam-se numa elevada taxa de mortalidade entre os trabalhadores contratados (20% e 40%, segundo as regiões e os empregos), numa mortalidade infantil ainda mais alta (60%) e num êxodo massivo para a Rodésia e a África do Sul. Desmontando a associação dos assaltos à operação liderada por Henrique Galvão, o jornal recordava que, antes da tomada do Santa Maria, movimentos esporádicos tinham sido registados, por exemplo, na já referida manifestação em Ícolo e Bengo, a 30 km de Luanda. Os assaltos às cadeias foram aqui classificados como uma tentativa de revolta que representaria o início de um movimento de emancipação,<sup>219</sup> estimulado por grupos como a UPA ou o MPLA, ao lado dos quais se poderiam descobrir alguns portugueses liberais, partidários do acesso de Angola ao autogoverno mas no quadro, nos termos de Henrique Galvão, de uma União Confederal entre Portugal e Angola.

Vale a pena mencionar que a definição dos métodos de recrutamento e uso de mão de obra nativa tinham adquirido uma importância notória nos *media* estrangeiros nas décadas anteriores e estado na origem de obras e relatórios desde o início do século XX; entre eles, pode destacar-se o relatório do cientista social norte-americano Edward Ross (1925) que punha em causa a benevolência das políticas coloniais portuguesas e colocava a descoberto o obscurecimento provocado pela retórica civilizadora portuguesa (Jerónimo, 2009: 217-225), ou as reportagens de Basil Davidson após uma viagem por África publicadas na imprensa britânica em meados da década de 1950. Basil Davidson indicava continuarem os africanos em Angola e em São Tomé a ser arregimentados à força para trabalhar em plantações, minas, caminhos de ferro e obras públicas, em condições equiparáveis às do início do século, e com o beneplácito das autoridades portuguesas. As suas reportagens, dadas à estampa no momento em que Portugal se juntava às Nações Unidas, e seguidas pelos representantes

<sup>218</sup> “Angola. L’opposition portugaise”, *France Observateur*, 09-02-1961: 9.

<sup>219</sup> Sobre as origens raciais em Angola que fundamentam os processos formação dos movimentos nacionalistas e sobre a heterogeneidade social dos mestiços vale a pena destacar Marcum (1969) e o seu estudo das fontes do nacionalismo angolano, que, nos anos 1950-1960, se desenvolveu num desafio importante à continuação do governo português.

dos movimentos nacionalistas angolanos na Europa,<sup>220</sup> acentuavam o desfasamento entre os novos padrões internacionais e as dinâmicas de mutação acionadas nos outros impérios e as políticas laborais coloniais do Estado Novo (Jerónimo e Monteiro, 2013; 2014). Nos anos seguintes, com a independência do Congo belga e a contestação à supremacia dos brancos na Federação da África Central e ainda com os ataques dos líderes independentistas ao governo português em conferências cobertas pela imprensa, a questão colonial portuguesa ganhou uma atenção cada vez maior nos jornais britânicos, que enviou os seus próprios correspondentes aos territórios para deixar de depender exclusivamente das informações dos serviços de imprensa do regime de Salazar. Quando os assaltos às cadeias de Luanda foram noticiados na imprensa britânica e na francesa, surgiram inscritos no panorama geral que vinha sendo delineado desde anos anteriores sugerindo a complexidade da sociedade colonial em Angola e desmistificando a imagem de uma integração multirracial no império português em África. O dogma do regime do Estado Novo de uma concórdia nacional em Angola e da inexistência de distinção ou discriminação étnica e racial das populações autóctones foi contrariado num conjunto vasto de notícias que descreveram a situação racial, social e económica em Angola e a ascensão de movimentos nacionalistas anticoloniais, articulada no contexto da propagação das descolonizações no continente.

Entre a imprensa francesa, o *Le Monde*, atento à recrudescência da toada anticolonialista no continente africano, publicara, em fevereiro de 1960, uma série de duas reportagens sobre a situação colonial em Angola a partir de um prisma muito marcado pela cristalização de uma diferenciação jurídica entre europeus e assimilados e os indígenas, confrontando-a com as novas diretrizes da ONU e a reivindicação de libertação de movimentos africanos. Nessas reportagens,<sup>221</sup> a enviada especial do *Le Monde* a Angola, Suzanne de Lusignan, destacou a presença massiva de colonos brancos em Luanda, que dizia dar à capital a aparência de uma cidade europeia, dominada porém por uma radical discriminação entre “civilizados” e “não civilizados”. A repórter dismantelou a miragem de sucesso da missão civilizadora portuguesa ao expor a falência da política de assimilação, traduzida numa percentagem irrisória de africanos que haviam conseguido transitar para o estatuto de “cidadão” (0,5%), os quais estavam ainda assim sujeitos a barreiras sociais. As divisões raciais notar-se-iam na concorrência que os negros enfrentavam dos brancos no trabalho, agudizada pelo novo afluxo de imigração de Portugal, na discriminação nos salários e em vantagens

<sup>220</sup> A campanha anticolonial de Basil Davidson na imprensa britânica levou a PIDE a impor processos de difamação nos tribunais ingleses contra o *New Statesman*, por ter dado à estampa artigos onde se alegavam práticas de tortura pelas autoridades portuguesas. Numa carta (Carta de Viriato da Cruz a Lúcio Lara, 29-10-1959, em Lara, 2000: 212-222) os líderes angolanos regozijavam-se com a atividade do governo de Salazar por considerar que denunciava o seu nervosismo crescente e por dessa forma estar a contribuir para furar a indiferença internacional pelos problemas do império português.

<sup>221</sup> “Province portugaise au delà de l’Equateur. I – L’Angola entend se protéger contre les idées ‘subversives’”, *Le Monde*, 10-02-1960:4; “Province portugaise au delà de l’Equateur. II – L’Angola ressent les premiers symptômes de la fièvre nationaliste africaine”, *Le Monde*, 11-02-1960: 4.

sociais, que tendiam a privilegiar os brancos, deixando os negros “contratados” numa situação precária e de sujeição à violência, ou na ausência de uma política colonial de escolarização. Mesmo as melhorias na condição material dos africanos fariam parte de um sistema que a jornalista acusou de paternalista, o qual não reconheceria igualdade de direitos a indivíduos que, por sua vez, apenas eram considerados iguais em teoria. Vale a pena acrescentar às alusões da repórter francesa o facto de esta moldura divisionista estar bem vincada no discurso penal aplicado em Angola (Furtado, 2016: 199-220), arreigado à lógica assimilacionista e a uma racionalidade burocrática que preconizava a privação da liberdade do negro e o afastamento da sua sede residencial como mecanismos que, aliados ao culto pelo trabalho, levariam à “recuperação indígena”. A intenção biopolítica estatal e a preocupação de estagnar o crescimento dos movimentos considerados subversivos ditaram as constantes propostas de reforma prisional em Angola e de construção de novos estabelecimentos ou transferência de prisioneiros, sempre formuladas num discurso alicerçado nas ideias da não-violência, da ausência de racismo e da natureza essencialmente cristã.

As diferenças raciais seriam uma de entre outras modalidades de fratura da sociedade colonial em Angola, somando-se e, em larga medida, coincidindo e reforçando a diferenciação social e económica. A pobreza vasta que, segundo a repórter do *Le Monde*, grassava no território, aparentemente alheia a distinções raciais, era contudo interrompida por uma classe branca mais abastada, empenhada no setor terciário, e usufruindo de benefícios a que nem mesmo os “assimilados” acediam, deixando reservado aos negros o trabalho no setor primário, dividido com a população branca pobre, e sendo-lhes bloqueado o acesso a postos de topo. Neste contexto, além dos intelectuais negros ou mestiços que, nas metrópoles europeias, forjavam os núcleos de movimentos independentistas e nacionalistas, era também nas próprias cidades angolanas que a enviada do *Le Monde* dizia estarem a formar-se vários pequenos grupos que publicavam folhetos apelando à libertação de Angola e se correspondiam com o estrangeiro. As ideias tidas por subversivas encontrariam eco junto dos trabalhadores, brancos e negros, convictos de que o enriquecimento dos anos anteriores teria apenas favorecido os brancos, e junto de alguns brancos chegados de Portugal, adversários do regime de Salazar.<sup>222</sup>

Vários outros artigos publicados no início de 1961 focaram a confiança na capacidade de 200 000 portugueses em Angola assegurarem a lealdade de 4,5 milhões de africanos, justificando-a pela severidade dos métodos administrativos do governo português e pela sua manifesta indisposição para se adaptar aos tempos em mutação. De acordo com a leitura proposta pelo correspondente do

---

<sup>222</sup> Sobre grupos como a Liga Nacional Africana, de que o Comité Diretor fora nomeado pela administração portuguesa, e sobre as razões da demora da génese do nacionalismo angolano, ver ponto “Un Angola sans problèmes?”, em “Province portugaise au delà de l’Equateur II.”, *Le Monde*, 11-02-1960: 4.

*The Times* em Lisboa, a crença largamente partilhada pelos portugueses na impossibilidade da queda do seu império em África, que o jornalista dizia ter identificado entre os seus inquiridos em Lisboa, era atribuída ao que considerava ser a eficácia da propaganda imperial do regime, indissociável do que o repórter designou como a “nostalgia da tradição”, transversal à sociedade portuguesa, e de uma comunhão sobre o valor económico e simbólico do império. A população estaria ainda geralmente convencida da imunidade dos territórios portugueses à ascensão do nacionalismo africano e persuadida da ausência de preconceitos raciais nos mesmos. No entanto, a suspeita de que o destino de Portugal e do regime de Salazar seria jogado em África surgiu enunciada nesse mesmo artigo do *The Times* nos primeiros dias de 1961.<sup>223</sup>

Semanas depois, e ainda antes do assalto ao Santa Maria, a discussão sobre Angola na Assembleia Geral das Nações Unidas coincidiu com ataques esporádicos com baixas portuguesas e perdas entre as forças “rebeldes” no Norte de Angola, noticiados na imprensa britânica.<sup>224</sup> E o sequestro do Santa Maria veio quebrar o silêncio que escudava a política colonial portuguesa em Angola. A partir do momento em que a ação conduzida por Henrique Galvão despertou o mundo para a situação em Angola, Portugal, escrevia o *Guardian*,<sup>225</sup> não mais podia aproveitar a sua pretensa ausência de importância num mundo dividido e dominado pelas grandes potências para reprimir vastas áreas de África sem que se notasse. Com os acontecimentos em Luanda, o assalto ao Santa Maria voltou a ser evocado como um marcador decisivo de viragem no modo de atuação da oposição ao regime de Salazar e como inaugurador de uma nova etapa de declínio pronunciado na estabilidade e inviolabilidade imperial especuladas pelo Estado Novo. Os tumultos em Angola e o desvio do Santa Maria seriam uma evidência de novas fontes de uma “oposição revolucionária”,<sup>226</sup> levada a cabo por homens de ação, pondo em causa o futuro das colónias na África portuguesa. O destino do império colonial revelava-se então como um dos principais fatores de fragmentação entre as forças antissalazaristas em Portugal; por um lado, o setor liderado por Henrique Galvão e Humberto Delgado, adepto de uma liberalização do regime nas colónias, mas sem consentir em conceder-lhes a independência, entendendo-as como fulcrais à economia portuguesa, pouco industrializada e sujeita a políticas de troca altamente protecionistas; por outro, os colonos brancos de Lourenço

---

<sup>223</sup> A reportagem, assinada pelo correspondente do jornal em Lisboa, é composta por duas partes: “Portugal Today. Civilising Mission in Africa”, *The Times*, 02-01-1961:9; “Portugal Today”, *The Times*, 03-01-1961.

<sup>224</sup> “Renewed violence in Angola”, *The Times*, 20-01-1961.

<sup>225</sup> “Portugal’s iron grip on Angola”, *Guardian*, 31-01-1961.

<sup>226</sup> “Portugal in Africa”, *Economist*, 18-02-1961: 664. Leia-se o excerto: “Politically speaking, Portugal (the “New State”) has not changed in 33 years; Dr. Salazar’s government has seen more than one threat of revolt come and go. But the seizure of the Santa Maria and the riots in Angola are evidence of new sources of revolutionary opposition (...). It is likely that Dr. Salazar’s determination to hold on to the overseas provinces, by force if necessary, would be echoed by any new government. There are said to be 20 000 Portuguese soldiers in Angola, and spending on the army has increased rapidly. This is a drain; still, the loss of the colonies would be a severe economic shock which Portugal is ill-equipped to meet”.

Marques e de Luanda, favoráveis a uma independência para Angola e Moçambique ou à sua autodeterminação no interior de algo como uma *Commonwealth* portuguesa, entregue ao comando dos brancos no território. O perigo, para Lisboa, que esses africanos tivessem apropriado a ideologia pan-africana tornava-os, a eles como a Humberto Delgado e Henrique Galvão, nos “potenciais inimigos” de Salazar, para usar uma expressão empregue num artigo do *Economist* (18-02-1961: 664). Depois da operação de assalto naval, a situação em Portugal e nos territórios portugueses de África não mais voltaria a ser a mesma, assegurava um repórter do *The Observer* (19-02-1961: 8), baseado numa entrevista com um porta-voz da oposição democrática portuguesa. O título da peça, “After the Santa Maria”, expressa bem a ideia do assalto como ponto de arranque para uma nova fase, a fase do pós-Santa Maria. A suspensão do silêncio da ditadura, que colocara Portugal à margem de notícias públicas, e os acontecimentos em Angola, prolongando essa exposição de Portugal nos *media*, viria, segundo a análise desse repórter, demonstrar que o sequestro do Santa Maria não mais poderia ser visto como uma aventura mal-sucedida de um bando de desesperados. Após os assaltos às cadeias em Luanda, as notícias publicadas deixam a imagem, por um efeito de contraste, do país de ficção que, a respeito de Angola, estava a ser fabricado através da imprensa portuguesa. Se a noção da calma em Angola, constantemente repetida, suscitou certamente dúvidas, tanto maiores quanto a sua reiteração sistemática produz o efeito perverso de nutrir a suspeita de haver motivos para acreditar no contrário daquilo que com insistência se reafirma, não tardaram a surgir notícias na imprensa estrangeira que apontavam medidas tomadas pelo regime de Salazar num sentido oposto ao sugerido por uma situação de calma. Logo após as tentativas de assalto às cadeias e os tumultos no cemitério, noticiava-se o envio por Portugal de uma companhia de paraquedistas especialmente treinados segundo as técnicas de guerrilha para redobrar as forças de segurança em Angola.<sup>227</sup> O aumento das forças policiais em Luanda e a alusão à violência contra negros eram identificados como trazendo implicações para todos os suspeitos de envolvimento nos assaltos ou de ligação a movimentos nacionalistas que, escapando às prisões massivas sentenciadas pelo governo, ficariam votados a um destino de clandestinidade, de fuga e exílio.

A partida de militares portugueses para Angola continuou a ser noticiada ao longo desse mês de fevereiro, bem como os entraves ao processo noticioso, explicitados em notícias de desaparecimento de rolos de filme dos motins de Angola, confiscados pelas autoridades portuguesas,<sup>228</sup> a detenção de

<sup>227</sup> Entre a imprensa britânica, ver os seguintes exemplos: “Portugal sends paratroops to Angola”, *Guardian*, 08-02-1961:11; “Airliners fly paratroops to Angola”, *Daily Telegraph*, 08-02-1961:1; “Skymen for Angola”, *Daily Mail*, 08-02-1961:11; “Sky troops fly out”, *Daily Mirror*, 08-02-1961:4; “Now Salazar sends in Skytroops”, *Daily Herald*, 08-02-1961. Entre a imprensa francesa, ver “Des parachutistes portugais partent pour l’Angola”, *Le Monde*, 09-02-1961:7.

<sup>228</sup> “Films of Angola riots vanish”, *Daily Mail*, 11-02-1961:5.

repórteres e o contínuo endurecimento da censura em Luanda.<sup>229</sup> Tais notícias sugerem um apertado controlo e uma relação de repressão do governo português sobre os jornalistas estrangeiros em Luanda com vista a permitir apenas a difusão da sua própria definição dos acontecimentos, sob a alegação de prevenir os chamados “relatos falsos”. O clima de vigilância em Luanda viria a culminar, como se verá mais adiante, na expulsão de quatro repórteres britânicos.<sup>230</sup>

Ao mesmo tempo que divulgavam a mobilização do aparato militar para fazer face às insurreições em Angola, alguns jornais voltaram a vaticinar o aproximar do derrube do império português e a partilhar a dúvida de que Lisboa pudesse oferecer maior resistência do que a imposta por Bruxelas no Congo. O *La Vie Française* (10-02-1961: 26) interrogava se o império colonial português não estaria a viver os seus últimos meses de tranquilidade: “L’empire colonial portugais vit-il ses derniers mois de tranquillité?”. Tornava-se plausível disseminar a ideia de que, como que fiel à sua própria propaganda, ferida a viabilidade de manter o império, o Estado Novo poderia vir a cair por ele e com ele. A profecia só se concretizaria volvida mais de uma década, mas a previsão desse desfecho começou a assomar nalguns títulos da imprensa estrangeira.

A deflagração das revoltas em Angola, atendendo à afirmação dos movimentos pela independência no território, era mencionada como um acontecimento expectável numa crónica publicada no semanário *Illustrated London News*.<sup>231</sup> A crónica, assinada pelo professor de História Cyril Falls, sugeria a previsibilidade de levantamentos em Angola, referindo-se a Portugal como o estado colonizador que menos atenção prestara aos “ventos de mudança” e que deixara os seus territórios numa imensa precaridade. A assunção da vulnerabilidade do império português às correntes nacionalistas anticoloniais africanas e a inserção dos tumultos em Luanda num panorama que afasta a presunção de uma revolta comandada por estrangeiros não anulam contudo o tom geral de uma confessa simpatia para com Portugal e o seu sistema colonial.<sup>232</sup>

---

<sup>229</sup> Cf. “Ripening Whirlwind”: «In order to forestall “untruthful reporting”, the Portuguese authorities in Luanda have been quick to seize the cameras, films and despatches of journalists on the spot, who wanted to report the weekend’s rioting and shooting; they have cut off telephone calls, censored messages, and presented their own prepared picture of the incidents to the world», *Economist*, 11-02-1961: 543.

<sup>230</sup> «Angola expels 4 journalists. “Stamped on official statement”», *The Times*, 11-02-1961:5; “Four correspondents expelled. Protest after Luanda shooting”, *Guardian*, 11-02-1961: 7; “Angola expels 4 journalists. Shooting row”, *Daily Telegraph*, 11-02-1961: 16; “Press men ordered out of Angola”, *Daily Worker*, 11-02.1961; “Expressman expelled”, *Daily Express*, 11-02-1961: 1.

<sup>231</sup> “A window on the world. Portugal’s turn”, *Illustrated London News*, 18-02-1961: 256.

<sup>232</sup> Leia-se este excerto: “I write to-day of the trouble that has befallen Portugal. I have felt all along that something of the kind was inevitable and that it was most likely to occur in the span of the year 1961 (...). Portugal has paid less attention than any other colonising state to the wind of change blowing over Africa. She has left her colonies in a far more primitive situation than any others, far more even than the Belgians in the Congo, and has only comparatively recently made a forward move (...). Her policy has been deliberate in its paternalism and inspired by the principle that their general way of life should be disturbed as little as possible even when this pattern involves what the critics, and especially a few of the “brighter” correspondents describe as squalor (...) Portugal is a little country with a great past, described today – again, I think over-harshly – as sunk in despotism, apathy, and decay, broken by rumblings of revolt (...). I look on Portugal as the oldest and one of the most friendly and agreeable of our rallies since Queen Catherine of Braganza, gracious if

Já o correspondente do *Daily Telegraph* em Luanda, numa reportagem onde começava por repetir a noção de que a política portuguesa de assimilação era o exato oposto do *apartheid* na África do Sul,<sup>233</sup> assinalou como elemento absolutamente novo das revoltas o seu efeito de discórdia racial. As mortes contadas entre brancos e negros e os tumultos no cemitério, desta vez nomeados como um “puro massacre racial” de brancos contra negros, teriam provocado o surgimento de um sentimento de medo e suspeição entre os brancos de Luanda, receosos de serem atacados por serem brancos, e também entre os negros, tementes de serem agredidos por serem negros.<sup>234</sup> As revoltas de fevereiro, causadas pela desilusão dos negros ao verem-se privados de uma classificação que os concebesse como cidadãos de pleno direito, teriam atraído a solidariedade das populações brancas distanciadas da orientação do regime de Salazar. Ainda que a emergência do nacionalismo tendente a uma libertação de Angola fosse terminantemente refutada pelos portugueses brancos com quem Martin Moore referia ter conversado, um outro informador do repórter falava de um ressentimento dos africanos contra desrespeitos sociais, mais do que raciais, e de um desejo de afirmação de africanidade em identificação com o nacionalismo negro dos países vizinhos. Haveria, alegava ainda, motivos evidentes de descontentamento entre a população africana: além do insucesso da política de assimilação, traduzida no número diminuto de africanos com direito à cidadania, os portugueses teriam uma forte consciência de classe, e em Angola as linhas de classe e as de cor tenderiam a coincidir. Assim, embora Portugal, nas palavras do correspondente, fosse o único a conhecer o segredo de como se manter em África, o futuro dos portugueses no chamado “continente impaciente” era prognosticado como uma grande incógnita.

Começava a tornar-se evidente que os assaltos às cadeias, para lá dos efeitos imediatos aparentemente frustrados, não podiam desligar-se de possíveis repercussões mais vastas, e que os esforços de convencimento da imprensa estrangeira malogravam, mesmo que o posicionamento oficial da Inglaterra ou da França procurasse um jogo de equilíbrio. Contra o anonimato desejado, o regime do Estado Novo ocupava cada vez mais um lugar destacado nos jornais e permanecia na agenda da imprensa estrangeira, sob um foco noticioso indicativo da violência desencadeada pelo governo de Salazar e da falência do recurso à fraseologia legal e à retórica civilizacional para legitimar o domínio colonial em África.

---

unhappy woman, landed on our shores with her substantial and to good King Charles most welcome dowry. But I do think it a bit odd how seldom we hear from this quarter the fact that the Portuguese have not and never had a colour bar of any kind. The Portuguese official is – or was till very recently – the only one who brings home on retirement the fruits of mixed marriage, handfasting, or concubinage (...). I sincerely hope and trust that Portugal will see to it that fair and even-handed justice is done”.

<sup>233</sup> “Angola’s blow to a Portuguese dream”, *Daily Telegraph*, 20-02-1961:12.

<sup>234</sup> Ver tópico “Fear and Suspicion”, em “Angola’s blow to a Portuguese dream”, *Daily Telegraph*, 20-02-1961:12.

**Respondendo às revelações dos correspondentes da imprensa: a encenação da harmonia racial e a expulsão dos repórteres britânicos**

À exceção do trabalho do correspondente do *Daily Telegraph*, com frequência citado nos diários portugueses, os relatos dos enviados que assinalavam ter assistido a manifestações de ódio e violência de brancos contra africanos em Angola não chegaram às páginas dos jornais de Lisboa. Essas reportagens, porém, eram objeto de atenção das autoridades do governo que, através da sua rede diplomática, monitorizava as matérias publicadas na imprensa estrangeira. As notícias da imprensa britânica foram seguidas pelo Gabinete dos Negócios Políticos (GNP), um departamento criado em finais de 1959, na Direção Geral da Administração Política e Civil do Ministério do Ultramar, com extensas competências no domínio do estudo e fiscalização das políticas coloniais e na análise, receção e disseminação de informação com vista a orientar a administração colonial e a formação da opinião no âmbito interno e externo (Castelo, 2015; Cruz, 2016: 65-77).<sup>235</sup> No período em questão, os telegramas dirigidos ao GNP apresentavam resumos das informações prestadas por diversas missões diplomáticas portuguesas acerca da repercussão dos acontecimentos em Luanda na imprensa estrangeira – da europeia, mas também da norte-americana e da africana. Vários telegramas discriminavam detalhadamente o conteúdo de diferentes jornais britânicos, quer no que reproduziam das informações oficiais, quer atentando às referências sobre o envio de militares para Angola, a cartas ao diretor dos jornais hostis a Portugal e a notícias de publicações ou reedição de livros, como o de Oswald Blakeston, autor do “Portuguese Panorama” (1955) proibido pela censura devido ao seu teor de crítica política e social ao Portugal da época.<sup>236</sup> Um telegrama<sup>237</sup> assinalou que jornais sul-africanos tinham publicado a reportagem telefonada via Leopoldville por George Clay para o *Guardian*. Um outro, dos serviços diplomáticos portugueses de Londres remetido ao GNP,<sup>238</sup> enviava em anexo um recorte daquelas reportagens saídas no *Daily Express* e no *Guardian*, acompanhadas de um comentário em que ambas foram caracterizadas como revestindo-se “de caráter sensacionalista”. A observação pareceu não passar despercebida. Poucos dias após a publicação dos textos destes enviados a Luanda, quatro jornalistas britânicos foram expulsos por ordem alegadamente decretada pelo governador-geral de Angola.

Ainda que o conteúdo dessas reportagens não seja expressamente citado ou revelado na imprensa

---

<sup>235</sup> O GNP era um elemento de uma rede mais vasta de agências e departamentos que envolvia o MNE, a polícia política do regime, que em 1957 estabeleceu agências nas províncias, os serviços de centralização e coordenação de informação, os centros de informação e turismo. O GNP inspirava-se nas conclusões das missões e dos colóquios do Centro de Estudos Políticos e Sociais (CEPS), uma ligação que permitiu colocar os investigadores desse centro e o conhecimento que produziam ao serviço do GNP. A este respeito, ver Castelo (2013).

<sup>236</sup> Arquivo Ultramarino, Lisboa. Gabinete dos Negócios Políticos: MU/GM/GNP/106/25.

<sup>237</sup> MU/GM/GNP/106/25.

<sup>238</sup> MU/GM/GNP/106/25.



portuguesa, a noção de existirem versões diferentes dos assaltos às cadeias e dos incidentes nos funerais entrevê-se em diversos artigos, aludida sob a insinuação de uma mentira que estaria a circular nos meios de comunicação estrangeiros. O desfecho da Operação Dulcineia e a concentração de jornalistas estrangeiros em Luanda aguardando a possível chegada do Santa Maria foram associados a um crescimento de expectativas, causador de exageros e até da deturpação com que muitos deles estariam a noticiar as ocorrências em Luanda. Um segmento de artigo nas páginas interiores do *Diário de Notícias* (07-02-1961: 5) indicava em título que “Na sua ânsia de sensacionalismo, alguns jornais estrangeiros deturpam e ampliam os acontecimentos”. Na coluna ao lado, sobressaía a peça “Não! Não foi a população africana de Luanda...”, na qual voltou a frisar-se que os assaltantes não eram de Luanda e que tinham sido “instigados por uma escumalha internacional”. Ridicularizou-se a gravidade que um enviado a Luanda emprestara aos acontecimentos assim como a menção à violência registada no cemitério. Convertida em tema principal de notícia, a cobertura de parte da imprensa estrangeira foi muitas vezes associada a um conjunto de rumores sem fundamento ou atribuída à sensibilidade de certos jornalistas que, escreve-se, estariam a agigantar a proporção do sucedido, como se percebe por este excerto da peça assinada pelo correspondente da agência Lusitânia:

Se alguma vez existiu em Angola algum mal disfarçado assomo de independência partido de pequeno grupo, os incidentes de agora nada têm a ver com essa questão como claramente ficou demonstrado. E mais: a meia dúzia de separatistas notórios que vive tranquilamente em Luanda mostra-se tão indignada com o sucedido como toda a gente. Porque o ocorrido não passa de episódio, aliás gorado, da luta que se desenvolve muito longe daqui e teve antecedentes mais espetaculosos e barulhentos no famoso caso do pacote Santa Maria. Quanto à violência, bem pode dizer-se que o moço jornalista estrangeiro é pelo menos excecionalmente impressionável. De um motim provocado no meio da multidão de milhares de pessoas, morreram 10 dos assaltantes. Eu assisti aos tumultos de Salisburia... e para não falar já do que vi em Leopoldville ou Luluaburgo, repetirei o que toda a gente sabe: não há termo de comparação entre as consequências imediatas do que ali se passou e do que ocorreu agora em Luanda.

Enquanto o trabalho de certos repórteres estrangeiros surgiu desacreditado nos diários portugueses, excertos de alguns outros que parecem veicular um sentido concordante com o transmitido em Lisboa eram frequentemente citados. Um artigo na capa de *O Século* (07-02-1961) e do *Diário de Notícias* (07-02-1961) propunha-se, pela transcrição parcial de um texto de Geneniève Tabouis no jornal *Paris Jour*, explicar “As razões pelas quais Portugal não tem de enfrentar um movimento racial”. Nesse texto, tal como citado nos matutinos, Geneniève Tabouis referir-se-ia a Angola e Moçambique como “completamente diferentes dos territórios africanos que os rodeiam”. Alegava que os negros tinham “teoricamente os mesmos direitos do que os brancos”, que os mestiços constituíam mais de um terço de toda a população “graças à política de assimilação praticada pelo governo de Lisboa desde o século XV” e que não existiam praticamente colonos “contra os quais se

acumula, noutros países africanos, o ódio das pessoas de cor”. A mesma ideia estava presente na notícia de capa do *Diário de Lisboa* (07-02-1961) «“Não é o silêncio de morte o silêncio que reina em Angola” – escreve o conservador *Daily Telegraph*». E também numa outra afirmação retirada de um jornal espanhol e reproduzida nas páginas interiores do vespertino (07-02-1961: 16): «“Os acontecimentos em Angola demonstram que o povo português não quer ser ‘libertado’” – escreve o jornal monárquico ABC». Citando crónicas e editoriais dos correspondentes do *Arriba*, *ABC* e *Ya* em Lisboa, uma outra edição do *Diário de Notícias* (08-02-1961: 5) anunciou em título «Falhou a tentativa de “lumumbizar” Angola – afirma-se na imprensa diária de Madrid, que aponta o carácter comunista da conspiração contra Portugal”.

A construção dos acontecimentos mediáticos em Luanda, orientada pela ideologia imperial do Estado Novo, passou por uma relação dúplice com a imprensa estrangeira, bifurcada entre o ataque ao que foi escrito nalguns jornais, por meio de satirizações, ironias e reduções ao absurdo, e a atribuição de credibilidade às publicações de alguns outros, pela inserção de pedaços desses textos nos diários portugueses. Só foram conhecidos em Portugal os textos estrangeiros que se guiavam pelos mesmos mapas de sentido seguidos pela imprensa portuguesa ou os textos aparentemente apologéticos do sistema colonial português, enquanto os críticos foram silenciados ou transcritos no intuito de os contestar. A tensão racial em Angola divulgada em títulos da imprensa estrangeira foi negada por uma série de notícias nos jornais de Lisboa onde, pelo contrário, dominava a conceção de brancos, negros e mulatos ligados pelo que foi constantemente referido como o laço de um mesmo “portuguesismo”, consolidado no repúdio com que todos teriam tomado conhecimento dos assaltos e no empenho e cooperação inter-racial na defesa da “nação portuguesa”.<sup>239</sup> Vários discursos de deputados na Assembleia Nacional, alguns relevados em primeira página,<sup>240</sup> reforçaram esse apelo à coesão nacional e transmitiram a determinação portuguesa de permanecer em Angola. Também numa entrevista a partir de Salisbúria, Roy Welenski, primeiro-ministro da Federação Central Africana, a propósito da disposição dos brancos da Rodésia para contrariar as demandas dos negros e o rumo das negociações desenvolvidas pelos britânicos, afirmou, numa

<sup>239</sup> “A imprensa de Luanda exalta a unidade nacional”, *Diário de Lisboa*, 08-02-1961:1 e 12; “Velhos colonos choraram de emoção pelo insulto feito à tradição de paz da vida portuguesa”, *Diário de Notícias*, 08-02-1961:5.

<sup>240</sup> “Aos Acontecimentos de Luanda e ao caso do Santa Maria e à ofensiva internacional em que eles se enquadram referiram-se ontem, com veementes discursos, vários deputados na Assembleia Nacional”, *O Século*, 08-02-1961:1. Os discursos foram também integrados no *Diário de Notícias*: “A Assembleia Nacional ocupou-se ontem do caso do Santa Maria e dos acontecimentos de Luanda”, 08-02-1961:4. Ver subpontos, correspondentes a intervenções de oradores: “Houve o propósito deliberado de ferir o País na sua unidade e no seu prestígio”; “De ânimo alevantado e consciência firme, preparemo-nos para dar réplica aos nossos inimigos no mesmo terreno em que eles nos atacaram”; “Portugal inteiro está seguro de que o Governo cumpriu e cumprirá o seu dever”; “Ficaremos em Angola vivos ou mortos”. Neste último fragmento de notícia, um engenheiro foi citado como tendo afirmado: “Ficaremos em Angola, como em Timor, como em qualquer outra província, onde quer que ela firme a existência de Portugal. Se o progresso em Angola mais invejas suscita, mais ânimo teremos para a defender e para sempre lá ficarmos, vivos ou mortos”.

expressão realçada no *Diário de Notícias* (08-02-1961: 6): “A presença do homem branco em África é vital para o futuro do continente negro”. Num momento de crise da Federação Central Africana, as propostas do primeiro-ministro, que dizia poder ser o afastamento da Niassalândia das Rodésias aproveitado por Moscovo, foram expostas como tendo o objetivo de impedir a expansão do comunismo em África. Citadas na imprensa portuguesa, estas palavras robusteciam a alegação das benesses da presença portuguesa branca nos territórios africanos.

No dia seguinte à publicação das anteriormente mencionadas reportagens no *Daily Express* e no *Guardian* referindo o exacerbar do ódio racial em Angola, os matutinos traziam em primeira página a história de um soldado negro, Manuel Chingu, que, já ferido e cercado pelos assaltantes munidos de catanas, teria conseguido alcançar o quartel da polícia para dar o alarme das ocorrências e regressar à Casa da Reclusão para participar na luta contra os assaltantes. Um outro cabo de guarda negro, Geovetti, teria ficado “quase esmagado” ao tentar travar os assaltantes. O episódio foi destacado no *Diário de Notícias* (08-02-1961: 1) sob a manchete “Durante uma hora soldados africanos e europeus lutaram corpo-a-corpo contra os terroristas praticando actos de heroísmo”, e em *O Século* (08-02-1961: 1), onde a coragem e valentia desses soldados sobressai no jogo de antítese que constitui o título, “Lutou heroicamente contra uma centena de assaltantes a pequena guarnição da Casa de Reclusão de Luanda que incluía vários negros”. Manuel Chingu torna-se o arquétipo da solidariedade inter-racial em Angola, frequentemente rememorado nas notícias dos dias seguintes, o herói em contexto colonial, na senda de um “colonialismo de celebridades” estimulado pelos *media* (Sèbe, 2013). Esse herói deveria produzir um sentimento de orgulho imperial e apresentar-se como um reflexo da interação entre as culturas metropolitana e ultramarina, dos interesses populares e da incorporação simbólica do projeto colonial entre os colonizados, bem como da importância central do império na construção de uma identidade portuguesa.

As notícias internacionais continuaram a motivar a publicação de artigos onde se procurava desfazer a presunção dos jornais estrangeiros como paladinos da verdade e se acusava de falta de profissionalismo uma imprensa que, mesmo num ambiente de liberdade de expressão, disseminaria mentiras. A Nota do *Diário de Lisboa* “A verdade e a fantasia” (09-02-1961: 1) fazia menção de um um fotógrafo de uma revista internacional que teria substituído a arma automática empunhada por um negro por uma catana reluzente «a fim de obter a “cor local” que lhe faltava». Queria isto dizer, seguindo as palavras dessa nota, que a imprensa livre «fabrica por suas próprias mãos o “clima de mentira” que [se] atribui, com certa dose de fantasia, à imprensa portuguesa». Esta nota surgiu como resposta a uma passagem do “Comunicado aos democratas” divulgado na véspera,<sup>241</sup>

<sup>241</sup> “Um comunicado de individualidades da Oposição que foram recebidas pelo Chefe de Estado”, *Diário de Lisboa*, 08-02-1961:1 e 11; ver também *República*, 08-02-1961:1, 2 e 11.

assinado pelos líderes da oposição Mário de Azevedo Gomes, Eduardo de Figueiredo e Acácio de Gouveia, após uma audiência com o presidente Américo Tomás no Palácio de Belém. Nesse comunicado, escreviam ser o mal-estar e o medo que, segundo eles, proliferava na sociedade portuguesa provocados pela subordinação a “normas de uma acção política autocrática, repressiva e vincadamente desprezadora das liberdades fundamentais dos cidadãos” e a uma imprensa que, afirmavam, vivia “em autêntico clima de mentira; para se ajuizar do facto, não há mais que cotejá-la com a imprensa livre do estrangeiro”. Este excerto foi tomado naquela nota do dia como um insulto ao trabalho dos jornalistas portugueses e uma desconsideração pela linha editorial de não resignação do *Diário de Lisboa* à coação imposta pelo regime de Salazar.<sup>242</sup>

No “Comunicado aos democratas”, além da crítica à cobertura da imprensa portuguesa, os autoproclamados representantes da oposição a Salazar deram conta das diligências junto do Presidente para o exortar a uma democratização do governo, considerada inadiável perante os danos causados por Henrique Galvão na reputação externa do regime. A propósito dos assaltos às cadeias de Luanda apontaram as “graves responsabilidades imputáveis à administração colonial dos últimos anos [e] ao sentido imperialista emanado da acção metropolitana”, e clamaram a restituição das liberdades fundamentais. O conteúdo do comunicado e a receção dos oposicionistas pelo almirante Américo Tomás ganharam visibilidade na imprensa estrangeira,<sup>243</sup> que assinalou a aparição do comunicado nas páginas dos jornais portugueses, por romper com o branqueamento da censura. O comunicado esteve na origem de artigos de primeira página nas edições seguintes do *Diário de Lisboa* que procuraram resgatar a credibilidade da imprensa portuguesa,<sup>244</sup> e também de uma troca

<sup>242</sup> Leia-se a seguinte passagem da Nota: “Ao que parece, nem todos os relatos dos acontecimentos de Luanda para a imprensa estrangeira têm primado pela verdade. Os jornalistas que ali se encontram, ou por facciosismo político absolutamente contrário à ética profissional, ou por um propósito de sensacionalismo que constitui a brotoeja perigosa de certa imprensa moderna, não hesitam em deturpar os acontecimentos, fornecendo aos seus leitores uma versão bastante afastada da verdade dos factos tal como se passaram (...) Sabem os leitores deste jornal qual tem sido a nossa atitude em face das limitações a que estamos sujeitos. Nunca nos resignámos, e outros colegas connosco, a aceitar a situação precária e dependente que nos criaram. Temos lutado, sempre que é possível, pela modificação de um estado de coisas que infelizmente persiste. Mas daí até ao ponto de aceitarmos de bom grado a afirmação de que vivemos num “clima de mentira” vai uma grande distância (...)”.

<sup>243</sup> O comunicado surge na imprensa britânica antes de ser noticiado na imprensa portuguesa: «Portuguese call for “liberty”», *Guardian*, 07-02-1961:11; “Lisbon appeal for liberty”, *The Times*, 07-02-1961:10. Ver também “Au Portugal, le Président de la République a reçu les représentants de l’opposition”, *Le Monde*, 08-02-1961, p 4; “Chef de l’opposition a Salazar. Delgado redevient vannier”, *Paris-Presse L’Intransigeant*, 08-02-1961: 2; “Publicity allowed to criticism in Portugal”, *Guardian*, 09-02-1961: 11; “Portuguese critics given publicity – Government hope of popular reaction”, *The Times*, 09-02-1961:10; “Portuguese Opposition leaders take heart/ Hope of swing to freedom”, *Daily Telegraph*, 09-02-1961:24; “Le chef d’État portugais fait des réserves sur le communiqué des leaders de l’opposition”, *Le Monde*, 10-02-1961:3.

<sup>244</sup> O “Comunicado aos democratas” é identificado como um motivo de desunião entre os portugueses. Numa carta publicada no *Diário de Lisboa* [“Uma carta do sr. dr. Lopes de Oliveira ao diretor do *Diário de Lisboa*”, 10-02-1961:1 e 3], o republicano e democrata Lopes de Oliveira solidarizava-se com a orientação do vespertino e propugnava a unidade dos portugueses, acima de parcialismos doutrinais ou políticos, na defesa do “destino da nação”. A missiva de Lopes de Oliveira é secundada na nota do dia “Tréguas” [*Diário de Lisboa*, 10-02-1961:1] onde se retoma a crítica ao comunicado, acusado de “comprometer gravemente, com atitudes precipitadas e insólitas, a causa que pretendem defender, pondo em

de correspondência entre Norberto Lopes e Mário de Azevedo Gomes.<sup>245</sup> Norberto Lopes reafirmou em carta a linha de orientação, tanto quanto permissível, independente do *Diário de Lisboa* e alongou-se em considerações sobre as dificuldades da profissão na conjuntura em questão, numa confidência que serve de testemunho relevante sobre o esforço confessado pelo diretor deste diário para fazer o jornalismo possível num contexto constrangido pela vigência da censura e por condicionamentos múltiplos ao trabalho de elaboração do jornal.

Enquanto vários textos não cessaram de desvirtuar o trabalho de repórteres estrangeiros e de difundir uma imagem de abertura e hospitalidade com os jornalistas em Angola,<sup>246</sup> um comunicado da Lusitânia, distribuído à imprensa pelos serviços do governo-geral de Angola, foi divulgado nas páginas interiores de *O Século* (10-02-1961: 7) sob o título “Quatro jornalistas estrangeiros que se portaram, em Luanda, como energúmenos, foram apenas expulsos pelo Governo-Geral”, e no *Diário de Notícias* (10-02-1961: 5), onde se indicava “Foram expulsos de Luanda quatro jornalistas estrangeiros que desrespeitaram as autoridades”. A explicação para esta expulsão é formulada nos seguintes termos:

Quando hoje, dia 9 Fevereiro, os jornalistas estrangeiros Daniel McGeachie, E.R.Christie, George Clay e Ray Wilson compareceram no Centro de Informação e Turismo de Angola, foram-lhes facultadas, por uma empregada intérprete daquele Centro, cópias do comunicado oficial relativo ao incidente ocorrido com o jornalista E.C.Brown. Os mencionados jornalistas pretenderam seguidamente informações de pormenor, tendo-lhes sido respondido que o caso estava afecto à Polícia Judiciária e só esta podia fornecer eventualmente mais informações. Os referidos jornalistas entraram, então, violentamente, no mesmo Centro, onde se realizava uma reunião e, increpando os funcionários presentes com gestos e frases injuriosas, amachucaram as cópias do comunicado e calcaram-nas com os pés. Perante este inqualificável acto de desrespeito, o Governo-Geral de Angola viu-se na obrigação de ordenar a imediata expulsão dos referidos jornalistas – o que era o menos que podia fazer visto que a actos desta natureza corresponde uma pena de prisão. Os mesmos jornalistas devem deixar Luanda amanhã pelo avião da Air-France.

A expulsão dos repórteres de Luanda aconteceu, como indica o comunicado, logo após um jornalista sul-africano, Ernst Charles Brown, ter sido atingido a tiro em Luanda, um caso abordado na imprensa como tendo resultado da “invasão” pelo jornalista de uma propriedade pertencente a um alferes do exército de Luanda.<sup>247</sup> Em notícias assinadas pela ANI e pela Lusitânia, entrevistas ao diretor do *African News Service*, onde trabalhava o jornalista alvejado, foram citadas alegando que E.C.Brown, em missões em Leopoldville e Conakry, se envolvera em agressões ao porteiro de uma

---

risco a própria integridade da Nação”. A Nota deixa a advertência: “Portugal não é, não pode ser, um pretexto de discórdia entre Portugueses. Tem de ser e só pode ser um motivo de concórdia e de união quando a Pátria está em perigo e os lobos uivam em todas as fronteiras onde é mister defendê-la”.

<sup>245</sup> Esta correspondência pode ser consultada no Espólio Norberto Lopes reunido na Biblioteca Nacional de Portugal.

<sup>246</sup> “As autoridades de Angola têm dispensado a proteção necessária aos jornalistas estrangeiros em Luanda”, *Diário de Lisboa*, 08-02-1961:1.

<sup>247</sup> “Jornalista sul-africano alvejado a tiro em Luanda”, *Diário de Lisboa*, 09-02-1961:1 e 14. Ver também subponto “Ferido a tiro um jornalista sul-africano” em “Os assaltos em Luanda. Promovidos ao posto imediato os soldados africanos que morreram em combate”, *Diário de Notícias*, 10-02-1961:1. Ver continuação da peça em “O estranho caso do jornalista sul-africano ferido” (*idem*: 7).

casa de diversões noturnas e numa extorsão e tentativa de agressão a um taxista, tendo mesmo sido preso.<sup>248</sup> Um comentário ao incidente com o jornalista sul-africano em Luanda, identificado como escrito pelo jornal angolano *Diário de Luanda*, expressava estupefação pelo comportamento do repórter e secundava as suspeitas sobre a ética dos jornalistas estrangeiros em Luanda.<sup>249</sup>

Embora o sentido explícito destas matérias procurasse obter a desaprovação dos leitores pela alegada desonestidade de alguns repórteres estrangeiros, as ocorrências envolvendo jornalistas em Luanda fazem avistar as intensas restrições que pesavam sobre o seu trabalho. A expulsão dos repórteres britânicos é reveladora de como a imprensa, inclusive a imprensa estrangeira, esteve sujeita ao controlo do governo de Salazar com vista a influenciar a perceção pública sobre a agitação em curso em Angola. O cuidado tenaz do regime com a formação da opinião, no país como no exterior, e a sua relação com a sentença de expulsão dos correspondentes torna-se mais nítida se se recordar que dois dos jornalistas expulsos de Luanda, Daniel McGeachie e George Clay, são os autores das reportagens anteriormente analisadas, onde os desacatos no cemitério foram definidos pelo ângulo do ódio racial. O empenho do regime em orientar o entendimento coletivo do que se passava em Angola implicava impedir a prossecução do trabalho de repórteres que elaboravam textos dissonantes dos da imprensa portuguesa e cuja difusão arruinaria o zelo desinformativo orquestrado pelo Estado Novo. A expulsão destes correspondentes pretendia ainda conter os possíveis efeitos do trabalho desses repórteres estrangeiros sobre uma parte dos jornalistas portugueses que poderiam constituir – evocando uma noção de Paul Ricoeur (2013 [1976]: 49) – a “comunidade secreta de leitores” da imprensa estrangeira. Um tal acesso poderá ter permitido a alguns jornalistas portugueses tomar conhecimento de enquadramentos diferentes dos acontecimentos, com possíveis incidências no subtexto das notícias que procuravam publicar.

A expulsão de jornalistas de Angola parece resultar de uma decisão onde a intencionalidade e o dogmatismo ideológico se reforçam mutuamente. Não obstante a acusação de sensacionalismo que tentou retirar o crédito aos relatos de jornalistas estrangeiros, o exacerbar da crispação racial em Angola foi levado ao conhecimento do ministério do Ultramar em relatórios do governador de

---

<sup>248</sup> A este respeito, ver “O jornalista estrangeiro ferido em Luanda tem-se envolvido em incidentes noutros locais”, *O Século*, 10-02-1961:7; “O jornalista alvejado a tiro em Luanda já estivera envolvido em incidentes em Leopoldville e Conacry”, *Diário de Notícias*, 10-02-1961:7. Consultar também o segmento “Pormenores do incidente” integrado na peça “Já abandonaram Angola os jornalistas estrangeiros expulsos pelo governador-geral”, *Diário de Lisboa*, 10-02-1961:16.

<sup>249</sup> «Um comentário do “Diário de Luanda”», *Diário de Notícias*, 10-02-1961:7: “A deontologia profissional impõe-nos solidariedade com os jornalistas honestos que, aqui ou qualquer parte do mundo português, estejam a cumprir honradamente a sua missão (...) Mas autoriza-nos também a ética profissional a verberar com veemência atos suspeitos daqueles que acobertados com credenciais de uma qualidade respeitável e respeitada, se permitam atividades a todos os títulos suspeitas. Perguntamos: O que fazia, numa propriedade privada, um senhor, a quem a condição de jornalista não permite mais que o livre acesso e circulação aos lugares públicos, nos quais seja necessária a sua presença para o exercício da profissão? (...) Não podemos criticar quem sentindo a sua casa invadida a defendeu pelos processos que julgou mais adequados. Somos, orgulhamo-nos de sê-lo, jornalistas. Mas não nos atreveríamos mesmo em serviço a assaltar (é o termo) a propriedade alheia”.

distrito de Luanda e do comandante da PSP desta cidade. Estes compararam o clima na capital a um “barril de pólvora” e atribuíram os desacatos no cemitério ao sentimento de “pânico generalizado” e “ao estado emocional da população civilizada” (Furtado, 2016: 191-192). Assim, quando o estado da situação em Angola provou afastar-se das idealizações da retórica imperial portuguesa, o regime procurou silenciar os repórteres que ameaçavam pôr em causa a sua versão dos eventos, conservando apenas os jornalistas que aparentavam estar sintonizados com o discurso do regime. Com efeito, embora expulsos alguns jornalistas, o correspondente do *Daily Telegraph*, cujas reportagens eram mais consentâneas com a ideia de uma população negra convivendo fraternalmente com os brancos, foi autorizado a permanecer no território. Procurava-se assim manter intacta a noção de unidade de todos os territórios portugueses e evitar expressões que revelassem, clara ou implicitamente, separação ou distinção de raças entre a metrópole e as províncias ultramarinas, um objetivo fundamental que guiou a atuação do GNP diretamente junto da imprensa diária de Lisboa e Porto, concretizada nas normas para uso interno da Direção dos Serviços de Censura à imprensa. Com o objetivo de fazer da divulgação da ideologia lusotropical um instrumento de legitimação do regime colonial português, o GNP elaborou notícias, artigos e comentários, organizou documentação textual e fotográfica disponibilizada às redações, e preparou conferências para manter o contacto entre membros da administração ultramarina e do GNP e os representantes dos jornais (Castelo, 2015; Cruz, 2016).

Uma terceira tentativa de assalto em Luanda, com o objetivo, uma vez mais malogrado, de libertar os presos na cadeia do bairro de S. Paulo, aconteceu já depois de confirmada a saída dos quatro repórteres estrangeiros de Angola.<sup>250</sup> Os elementos informativos sobre este novo assalto são em tudo idênticos aos que haviam sido enunciados nos assaltos precedentes; os “sediciosos” e “desesperados bandoleiros”, como foram chamados,<sup>251</sup> eram os foragidos das tentativas anteriores que a polícia não tinha ainda conseguido prender. Alguns traziam na boca um pauzinho que os feiticeiros vendiam por trinta escudos e que acreditavam imunizá-los contra todos os males e outros teriam tomado coca-cola, na qual dissolviam comprimidos de aspirina, criando “uma espécie de droga barata [que] produz uma embriaguez heroica”.<sup>252</sup> Todos eram estrangeiros e estavam coordenados com o DRIL num plano que tinha como finalidade a “conquista de Angola”.<sup>253</sup> Portugal e o Estado Novo figuravam uma vez mais como o baluarte dos valores ocidentais e a

<sup>250</sup> “Já abandonaram Angola os jornalistas estrangeiros expulsos pelo governador-geral”, *Diário de Lisboa*, 10-02-1961:16; “Saíram de Luanda os jornalistas estrangeiros expulsos de Angola”, *Diário de Notícias*, 11-02-1961:4.

<sup>251</sup> “Os sediciosos de Luanda realizaram uma tentativa para libertar os presos dos últimos acontecimentos, mas a força armada interveio. Há mortos e feridos”, *O Século*, 11-02-1961:1; “Novos distúrbios em Luanda”, *Diário de Notícias*, 11-02-1961:5; “Os acontecimentos em Angola”, *República*, 11-02-1961:1.

<sup>252</sup> “Confirma-se que alguns assaltantes estavam drogados e outros embriagados”, *Diário de Notícias*, 12-02-1961:6.

<sup>253</sup> “A conquista de Angola e insurreições na Península Ibérica seguir-se-iam ao assalto ao Santa Maria – revela uma revista cubana que explica porque falhou o plano”, *Diário de Notícias*, 12-02-1961:1.

defesa da ação colonial portuguesa surgia novamente apoiada em afirmações atribuídas à imprensa estrangeira ou a historiadores.<sup>254</sup> Brancos e negros voltavam a aparecer unidos e solidários com as forças policiais para repelir a nova investida contra as cadeias de S.Paulo,<sup>255</sup> enquanto nas residências particulares tinham lugar animados bailes de carnaval e as ruas se enchiam de crianças mascaradas. A atitude de alguns jornalistas estrangeiros não cessou de ser questionada,<sup>256</sup> ao mesmo tempo que se noticiou a chegada a Luanda de novos repórteres e a sua receção cordial pelas instâncias em Angola que, escreveu-se, lhes dispensariam “todas as facilidades para o cumprimento da sua missão” (*O Século*, 12-02-1961: 16; *Diário de Notícias*, 12-02-1961: 6).

Apesar da tentativa reincidente de assaltar as cadeias e de a alusão ao número de presos aumentar nos dias seguintes, na imprensa portuguesa continuou a transmitir-se uma ilusão da calma em Luanda e noutras cidades de Angola,<sup>257</sup> desmentindo-se categoricamente as informações em sentido contrário. À notícia, difundida nos *media* estrangeiros, do desembarque de paraquedistas e da concentração de armamento em Moçâmedes, um artigo da Lusitânia retorquia com ironia: “os habitantes de Moçâmedes e arredores, por mais que procurem, ainda não descobriram nem os paraquedistas nem as baterias de artilharia. A notícia foi ouvida com certo espanto (...) e deu lugar a pitorescos comentários. Toda a gente está convencida de que se trata de uma ‘brincadeira de carnaval’ daquela emissora”.<sup>258</sup> A ideia de tranquilidade dominou também rubricas periódicas como “O Século no Ultramar”, integrada em *O Século*, ou “Terras de Portugal”, do *Diário de Notícias*, nas quais a capital angolana foi comentada a partir de um ângulo em que a alusão às revoltas foi suplantada por um olhar de sublimação da cidade, enaltecida no realce dado ao referido encanto das suas praias e à pretensa alegria das suas populações.

<sup>254</sup> “Em vez de caluniarmos a Nação portuguesa devemos agradecer-lhe a sua luta contra o comunismo – escreve-se em *L’Aurore*, de Paris”, *O Século*, 11-02-1961: 1; “A acção ultramarina dos portugueses é um exemplo que deve merecer o respeito das nações democráticas – adverte um historiador e escritor inglês”, *Diário de Notícias*, 14-02-1961:1 e 2. O artigo da agência ANI reproduzia um comentário de Micheal Teague, referido como grande conhecedor das “províncias ultramarinas” portuguesas, e cujo parecer citado é taxativo: “Portugal foi a primeira potência a chegar ao ultramar e será a última a sair. Ao contrário do que sucede com as potências coloniais, a cor não tem qualquer importância para os portugueses. Estes construíram em bases sólidas de integração e igualdade (...). Criticar a história ultramarina dos portugueses é uma injustiça”.

<sup>255</sup> “A população de Luanda apoia as autoridades pela energia da sua ação”, *Diário de Lisboa*, 11-02-1961:1; “Incidentes em Luanda – as forças da ordem têm o inteiro apoio da população branca e de cor”, *Diário de Notícias*, 12-02-1961:6.

<sup>256</sup> Ver “A atitude dos jornalistas estrangeiros”, integrada em “A população de Luanda revela perfeita tranquilidade enquanto aguarda o resultado das diligências das autoridades”, *Diário de Lisboa*, 17-02-1961:3; “É indispensável que a opinião pública internacional não seja abandonada à mentira – proclama *O Comércio de Angola*”, *O Século*, 18-02-1961:7; “Monopólios da opinião”, *Diário de Lisboa*, 20-02-1961:1.

<sup>257</sup> “Está condenada a total malogro a tentativa dos agitadores para levar à terra pacífica de Angola a inquietação, o luto e a desordem”, *O Século*, 12-02-1961:16; “Há calma absoluta em Luanda onde a ação policial se limita à fiscalização da periferia da cidade”, *O Século*, 13-02-1961: 1; “Em Luanda reina a tranquilidade”, *Diário de Lisboa*, 15-02-1961:12.

<sup>258</sup> “Como foi conhecida a atoarda de pretensos incidentes na progressiva cidade angolana”, *Diário de Notícias*, 12-02-1961:6. Ver também tópicos “Reina a maior tranquilidade em Moçâmedes” e “O bairro de S. Paulo não foi cercado”, incluídos na notícia “Incidentes em Luanda – as forças da ordem têm o inteiro apoio da população branca e de cor”, *Diário de Notícias*, 12-02-1961:6; “Calma absoluta em Moçâmedes... embora Rádio Globo insista no contrário”, *O Século*, 12-02-1961:16.



Na segunda quinzena de fevereiro, alguns repórteres portugueses foram enviados para Luanda e os textos que deles se publicaram descreviam invariavelmente um estado de calma registada quer no centro da cidade de Luanda quer nos muceques circundantes. A noção de uma cidade animada e de uma população alegre deambulando nas ruas ou passando o dia na praia tornou-se uma constante nos textos do enviado de *O Século*, Domingos Mascarenhas,<sup>259</sup> e também nos do enviado do *Diário de Lisboa*, Fernando Soromenho.<sup>260</sup> A negação do carácter racial dos distúrbios em Luanda esteve também presente em vários trabalhos, como as reportagens intituladas “Os indígenas não revelam atitudes que causem inquietação” (*Diário de Lisboa*, 18-02-1961: 1 e 16), e “Não há problemas raciais que justifiquem conflitos entre todos os que trabalham lado a lado pelo progresso de Angola” (*Diário de Lisboa*, 21-02-1961: 1),<sup>261</sup> esta última acompanhada de fotografias nas quais europeus e africanos aparecem como vivendo em completa harmonia e sem qualquer preconceito racial, para tomar de empréstimo os conceitos sublinhados nas respetivas legendas.<sup>262</sup> Coincidindo com a publicação deste texto no *Diário de Lisboa*, o enviado a Luanda do *Diário de Notícias*, João Falcato, relatou um encontro com um negro letrado, recém-chegado do Congo, de seu nome Kinvika, cujo testemunho afastava o espectro de uma eventual aspiração de independência em Angola. O jornalista contava ter-lhe mostrado um jornal onde se falava de libertar Angola, e a suposta resposta do negro foi importada para o título da reportagem, usando o discurso direto através da transcrição, real ou caricaturada, da forma de falar português das populações locais: «Pela voz de Kinvika falaram todos os angolanos: “Porque se preocupam com a gente se ninguém aqui

<sup>259</sup> “Angola 1961, Primeiras impressões de Luanda: cidade calma e tranquila”, *O Século*, 21-02-1961:1 e 2. O enviado convida o leitor a constatar o ambiente de serenidade observado em Luanda e a verificar a “confraternização racial em Angola”, assim nomeada na legenda de uma fotografia que acompanha o texto. O trabalho e o comportamento de alguns jornalistas estrangeiros voltam a ser visados. Um deles, lê-se na reportagem, teria escrito ter assistido à “explosão de luta racial mais violenta de todos os tempos e de todos os lugares”. Tais declarações surgem depreciadas nesta reportagem como “coisas que só podiam sair da imaginação delirante de um alcoólico”.

<sup>260</sup> Em “Através dos muceques de Luanda num passeio noturno de ‘jeep’” (*Diário de Lisboa*, 17-02-1961:1 e 3) o repórter referia ter-se cruzado com grupos de pessoas vindas do cinema ou de um jogo de hóquei em patins e com um casal que estava “tranquilamente, a gozar a relativa frescura da madrugada, empurrando um carrinho onde dormitava um inocente bebê”. Ver também “A população de Luanda revela perfeita tranquilidade enquanto aguarda o resultado das diligências das autoridades”, *Diário de Lisboa*, 17-02-1961:3; “Luanda viveu hoje um domingo despreocupado, em que a população se dirigiu às praias para fugir ao calor que envolve a cidade”, *Diário de Lisboa*, 19-02-1961: 3.

<sup>261</sup> Note-se este excerto: “Enquanto não forem descobertos os responsáveis pelos últimos acontecimentos, afigura-se prematuro caracterizar a natureza dos motins (...) embora sejamos tentados a aceitar a ideia de que, na realidade, o conflito rácico carece de argumentos válidos e de alicerces vigorosos para se impor na delicada questão (...) os acontecimentos, quase coincidentes com uma ocasião em que a opinião pública mundial estava debruçada sobre Portugal, levam muitas pessoas com quem falámos a supor que, pelo menos, existiu o propósito de provocar a agitação e, por conseguinte, atrair as atenções sobre Angola. É claro que Angola, situada neste agitado continente negro, não pode considerar-se inteiramente defendida dos ventos que sopram de Norte a Sul (...)”. Ver continuação em “Ambiente de perfeito entendimento entre todos os que trabalham em Angola” (*idem*: 3).

<sup>262</sup> Numa fotografia de primeira página de várias pessoas junto de um autocarro, a legenda refere: “É uma imagem de todos os dias em Luanda. Sem a menor discriminação de raças, todos os habitantes da cidade utilizam os mesmos transportes, não obedecendo a qualquer precedência a entrada nos autocarros”. No interior do jornal, descobrem-se outras imagens onde brancos e negros participariam indiferenciadamente, segundo as legendas, em atividades desportivas e na rotina escolar em Luanda.

estar preso nem precisar deles?!”» (21-02-1961: 1). Cerca de duas semanas depois, após uma passagem por Huíla, o enviado de *O Século* escrevia sobre a semelhança que observava entre Angola e o Portugal “da Europa”, denotada no aspeto arquitetónico das construções e na alegada coexistência de brancos e negros, que não apagava contudo um traço de autenticidade do que se diz ser a terra africana, mantida intacta à presença do colonizador. O enviado narrava os diferentes registos distinguidos à medida que dizia passar “da África que não parece África – tão semelhante ao Portugal europeu” para a “África que só há na África”.<sup>263</sup>

Sem nunca deixar cair o discurso de vitimização de Portugal perante as presumíveis investidas do comunismo,<sup>264</sup> nem o universo de “positividade virtual” pela exploração de um “efeito de retorno”, para usar o conceito proposto por José Rebelo (1998: 295-312), de notícias parcialmente citadas e selecionadas da imprensa estrangeira,<sup>265</sup> os textos destes enviados continuaram a partilhar um conjunto de impressões confluentes na imagem de uma terra pacífica e sob o signo da assimilação, pela qual o branco encaminharia o indígena à dita civilização. Pelas reportagens destes enviados, secundadas pelas constantes entrevistas citadas do governador-geral de Angola,<sup>266</sup> regenerava-se a mitologia nacionalista imperial do Estado Novo, que ligava a identidade nacional portuguesa a uma tradição imperial integracionista de longa data, e reacendia-se a difusão da crença de ser o império português um exemplo de harmonia e confraternização inter-racial e uma marca do génio e do orgulho dos portugueses. As reportagens destes enviados estavam, importa não esquecer, sujeitas ao controlo dos militares, que limitavam o fluxo de informação na sua origem, e ao programa elaborado pelo governador-geral, que assumiu a postura de uma “fonte ávida”, poder-se-ia mesmo

<sup>263</sup> “Angola 1961, III Da África que parece Europa à África que só há África”, *O Século*, 04-03-1961:1 e 12. Vale a pena citar aqui o seguinte excerto: “Mas afinal onde estou eu? No Minho? No vale do Vouga? Noutro ponto da Beira Litoral? Não, estou no interior de Angola (...) custa-me a aceitar que esteja na África. O aspeto geral dos panoramas que se sucedem à minha volta evoca impressionantemente a Metrópole. Mas agora, junto da linha, avisto duas ou três negras; são raparigas muílas, em esplêndida nudez, apenas com a sua tanga. Não há dúvida; afinal, estou na África, na Huíla, embora uma casinha com a sua parreira de uvas ferais junto do apeadeiro de Ouilemba me surja logo a seguir exatamente igual às que podem ver-se na porção europeia do País ... por vezes vê-se um ou outro indígena. Por vezes um casinho à portuguesa surpreende-me, incrustado na paisagem, cuja cenografia apresenta características visivelmente africanas (...)”.

<sup>264</sup> “A província enfrenta uma ofensiva de elementos de subversão vindos do exterior – declarou o Sr. Governador-geral de Angola”, *O Século*, 21-02-1961:2; «O Governador-geral fala ao *Diário de Notícias*: “Verificámos a existência duma organização internacional de orientação marxista internacional – que tem o cuidado de proclamar não ser anticomunista – e está na base dos acontecimentos de Luanda”», *Diário de Notícias*, 24-02-1961:1 e 2 (ver anexos, fig.21); “A larga trama urdida pelo comunismo internacional contra a integridade das províncias portuguesas em África é desmascarada por uma revista americana”, *Diário de Notícias*, 21-02-1961:1 [Ver continuação do artigo em “A campanha do comunismo internacional contra o Ultramar Português”: 7]; “A infiltração comunista na África portuguesa é desvendada na imprensa dos Estados Unidos”, *O Século*, 21-02-1961:2.

<sup>265</sup> “Portugal definido como nação pluricontinental no *Daily Telegraph* de Londres”, *O Século*, 21-02-1961:2.

<sup>266</sup> “Trata-se de um autêntico bando de malfetores e como tal a população os classificou. No campo político, a província enfrenta uma ofensiva de elementos de subversão vindos do exterior, que não podendo agitar em massa a população que se mantem fiel à Pátria se dedicam à formação de pequenos bandos recrutados nos elementos mais baixos da população, apelando para os seus piores instintos e dementando-os ainda por meio de estupefacientes. Na medida em que soubermos unir-nos, forjando novos e mais fortes elos de solidariedade e fraternidade humana, assim superaremos com mais facilidade as dificuldades que nos antepõem. Ao ódio, como tantas vezes tenho dito, devemos contrapor o amor (...)” *O Século* [citando o semanário *Notícias* de Luanda], 21-02-1961:2.

dizer de “fonte compulsiva” (Borrat, 1989: 56), cujos depoimentos os jornais estavam constrangidos a publicitar. A expressão, nessas reportagens, do resultado da pretensa missão civilizacional dos portugueses tendeu a assentar numa antítese que contrapôs um passado apresentado como tecnicamente rudimentar a um presente sob a impulsão de novas construções e de novas técnicas adotadas, a que se faz corresponder um avanço civilizacional. A barragem construída na escarpa de Cambembe é o *leitmotiv* de uma reportagem de *O Século*,<sup>267</sup> que irradiava um sentido de sublime pela envergadura da estrutura e pelo aspeto bucólico da paisagem. Também uma ida ao aldeamento no vale do Queve ocasionou uma forte apologia à alegada obra civilizacional dos brancos em Angola, manifesta numa reportagem do *Diário de Notícias* que deu início à rubrica “Imagens de Angola”.<sup>268</sup> O anterior *modus vivendi* no vale do Queve, descrito segundo uma conceção que o menospreza enquanto primitivo e anacrónico,<sup>269</sup> estaria, afirma-se na peça, a ser superado graças à presença do português branco, que estava a resgatar os indígenas de uma condição primária e a ensinar-lhes as técnicas de faina agrícola, do cuidar do gado e do apego à terra:

Sim, finalmente veio mais esta vitória na nossa teima de querer tornar o indígena igual a nós. Chegar ali e ver e observar é assim como que verificar que falamos todos a mesma língua (...). No vale do Queve e noutros aldeamentos semelhantes, por toda a província de Angola, está a operar-se um milagre. Consiste ele numa dupla obra: fixa-se o indígena ensinando-o a tratar a terra. Estamos a dar-lhe alma de lavrador. Estamos a torná-lo igual a nós que sendo lavradores em boa parte por essa razão somos portugueses. No vale do Queve realiza-se com um extraordinário e rápido êxito isso que se chama fixação do indígena. Pega-se num homem e sua família – agora já vêm mesmo sem solicitação – dá-se-lhe casa, dá-se-lhe terra e também o necessário para que ele compreenda que tem nesta a sua melhor amiga. Terra magnífica! (...) Junto aos campos, em lugar de cubatas, alvejam casas de pedra e cal, que a administração solenemente entrega, num esforço para dar a estes filhos de nómadas o sentido da propriedade e do lar. E, num mais expressivo convite à intimidade e a tudo quanto ela traz de dignificante para o homem, essas pequenas moradias limpas e risonhas têm o telhado à nossa maneira, bem vedado e bem separado do exterior. Verdade é que, sendo facultativa a escolha da cobertura, naquelas aldeias indígenas de mais de cinquenta habitações de pedra e cal, algumas ainda têm colmo. Mas em vésperas de ser feita a sua substituição – a pedido dos próprios utentes, que confessam deliciosamente: “Capim não cobre bem nossa cabeça. Telha como casa de irmão branco” (...). E assim se fazem cidadãos dessa cidade imensa que é uma pátria. A cor deles não vi que jamais interessasse. O que interessa é a sua qualidade – e essa, trabalhada deste modo, não pode deixar de ser boa!

A imprensa portuguesa viu-se envolvida como parte integrante no processo de projecção de Portugal como um poder colonial *sui generis*, devotado a uma missão civilizadora que seria a marca

<sup>267</sup> “Angola 1961 – Emocionante encontro em Cambambe com o passado, o presente e o futuro”, *O Século*, 24-02-1961:1 e 2.

<sup>268</sup> “Imagens de Angola – o que eu vi no vale do Queve”, *Diário de Notícias*, 28-02-1961:1 e 2.

<sup>269</sup> Ver excerto: “Anos e anos – podemos contá-los por séculos – o indígena persistiu no seu nomadismo. A terra só lhe interessou para tirar dela, sem qualquer precisão de futuro, o que necessitava dia a dia (...) No seu rasto, por toda a África, ficavam terras empobrecidas, solos exangues, cubatas abandonadas. Era assassinio inconsciente duma terra pelo seu próprio filho. Para os que iam avançando sempre também este destino não era dos menos cruéis: incerto o amanhã, paupérrimo e duro o dia de hoje. Todo gasto no rudimentarismo dos seus processos de trabalho, não ficava ao viver do preto uma parte para o que quer que fosse (...) Quão longe começamos a estar do nomadismo ancestral da agricultura indígena!”, *Diário de Notícias*, 28-02-1961:1 e 2.

distintiva da alegada vocação ecuménica dos portugueses e da sua relação especial com os povos do chamado ultramar. Esta conceção transmitida nos jornais deve ser analisada sem descurar as condições específicas de produção dos textos impressos e rompendo com a suposição de que ela resultaria somente da orientação editorial do jornal e das convicções individuais dos jornalistas. O confronto do sentido das reportagens que chegam a público com outros números da série “Angola 1961” que não foram integrados no matutino, consultáveis nos arquivos da censura, demonstra a falácia de se catalogar o autor destas crónicas, Domingos Mascarenhas, a partir de um pressuposto de cumplicidade com o Estado Novo. Um tal confronto traz também à evidência a necessidade de uma busca de fontes alternativas para se conhecer a posição dos repórteres, não subsumível à superfície visível do texto publicado. Numa dessas reportagens, suspensa nos serviços de censura,<sup>270</sup> mas que acabou por sair na primeira página do matutino um dia depois (08-03-1961: 1), sugeria-se estar a viabilidade de Portugal como nação independente e de vocação eminentemente atlântica subordinada à manutenção dos territórios em África. Nessa peça, afirmava-se que “Portugal não é viável como nação exclusivamente europeia” e Angola é distinguida como o cenário onde se decidiria o futuro de Portugal.<sup>271</sup> Uma tal noção ia ao encontro das conclusões de um estudo levado a cabo pouco tempo antes por observadores americanos, solicitado pelo Bureau de Assuntos Europeus do Departamento de Estado (Rodrigues, 2002: 71). O relatório preliminar concluía que Portugal era uma nação “sociológica e economicamente subdesenvolvida” que não conseguiria manter o existente “baixo nível de vida” sem os benefícios económicos das possessões africanas, não se descurando no texto a importância simbólica do império português. Semanas antes, um outro artigo de Domingos Mascarenhas, proibido pela censura, tinha tentado fazer passar a mensagem da imprescindibilidade de uma flexibilização no modelo colonial do regime, sublinhando a urgência de proceder a reformas em Angola, como o demonstrava o título da peça em questão: “Angola 1961 – Duas tarefas urgentes: descentralização administrativa e coordenação de atividades”.<sup>272</sup>

<sup>270</sup> ANTT/EPJS. Caixa 195. Maço 247.

<sup>271</sup> “Angola 1961 – Onde se decidirão os destinos de Portugal”, *O Século*, 08-03-1961:1. Leia-se parte da reportagem: “Não esconderei as impressões menos agradáveis que trago de Angola. Estou firmemente convencido de que essa é a única maneira de servir o meu país em quaisquer circunstâncias e em especial neste momento – neste momento em que Angola é, quer se queira quer não, o lugar onde se decidirão os destinos da Nação e do povo portugueses para muitos anos senão para os próximos séculos. Esta afirmação – não tenho dúvidas a tal respeito – vai soar aos ouvidos de muitos portugueses da metrópole como frase bombástica, exagerada e hiperbólica, porque muitos portugueses da Europa não compreendem ainda, após cinco centúrias de história, que Portugal não é viável como nação exclusivamente europeia, muito em especial numa época em que o fator económico é o efetivamente determinante. Se os portugueses se virem algum dia reduzidos à sua porção peninsular ficarão condenados à miséria e à subalternidade (...) Angola vai ser – ou melhor, é já – o lugar onde se decidirão os destinos de Portugal, porque os nossos inimigos assim o quiseram (...) Lá se vai travar o combate Lá será a frente de batalha”.

<sup>272</sup> Para uma consulta do texto ver ANTT/EPJS. Caixa 195. Maço 247.

### Notas finais

Quer na ótica do regime de Salazar, quer na dos movimentos independentistas e nacionalistas anticoloniais a mobilização e o desempenho da imprensa remetem para a concepção do jornal como um ator, em interação com outros atores, capaz de afetar o processo político (Borrat, 1989). Ele exerce a sua influência, ao mesmo tempo que é objeto da influência de outros, seja os titulares do poder político, que sobre eles atuam com uma coerção decisiva, seja outros grupos de interesse, como os movimentos de feição anticolonial, que intentavam canalizar o foco dos *media* para publicitar a sua definição da situação e concentrar os olhares sobre o que relatavam ser a conjuntura repressiva em Angola. A partilha da intuição da importância de aceder ou de controlar os meios de comunicação consolida a sua centralidade na luta política e compele a um modo mais reflexivo de analisar o jornal e o sentido e a linguagem do que é publicado. No que concerne os assaltos às cadeias de Luanda a abordagem do jornal como ator político e a forte imbricação que se desenhou entre os *media* e a revolta armada em Angola revela-se um argumento de peso para rejeitar as estimativas que apontam o insucesso da ação do 4 de fevereiro.

A atuação dos movimentos anticoloniais em Angola é parte da equação que ajuda a compreender a constituição da agenda e dos enquadramentos da imprensa estrangeira neste período. Assumindo que a descolonização do pós-guerra foi um processo dinamizado também a partir dos centros cosmopolitas europeus, os *media* seriam um agente constituinte das estratégias de resistência e de campanhas e ações de propaganda impulsionadas pelos movimentos nacionalistas, reforçando a concepção de que o anticolonialismo, enquanto prática transnacional enformada no “espírito Bandung”, partilhou e beneficiou de fluxos formais e informais de informação, de histórias de conexão intercolonial, de circulação de ideias, modelos de oposição e pessoas, de colaboração e fricção internacional. Importa não restringir a destreza dos movimentos anticoloniais para captar a atenção dos *media* internacionais a uma lógica de mera instrumentalização destes últimos. Ainda assim, deve considerar-se a agenda política dos movimentos independentistas e a sua produção documental como fonte não negligenciável para a imprensa estrangeira, valorizando a atuação do nacionalismo anticolonial para superar uma análise eurocêntrica das dinâmicas de descolonização.

A imprensa britânica e a francesa reportaram a emergência de uma luta política entre dois ideais opostos, o da preservação da hegemonia imperial pelo governo de Salazar *versus* as ambições de independência manifestas em movimentos que mostravam não estar dispostos a continuar a participar da ideia forjada pelo nacionalismo imperial do Estado Novo de serem conacionais de Portugal. Quando se dão os assaltos às cadeias a 4 de fevereiro de 1961, torna-se claro o confronto entre estes dois projetos nacionalistas: um nacionalismo conotado com forças antimodernas, tradicionalistas e conservadoras, e um outro nacionalismo, sustentado num projeto de emancipação

da sujeição ao domínio imperial. Ao nacionalismo oficial, de tendência imperial, opor-se-iam os nacionalismos anticoloniais, que as elites letradas das colónias importaram em certa medida da Europa como repertório de luta política nacional e de imaginação comunitária, e que se serviam dos mecanismos políticos do “nacionalismo oficial” (promoção da educação, propaganda organizada, reescrita da história,...), mas para contestar a estrutura dominante.

Já na imprensa portuguesa, não obstante as resistências locais à soberania portuguesa e a pressão das dinâmicas interimperiais, a imaginação impressa nos diários fez de Angola um pedaço de África genuinamente portuguesa, um “Portugal de além-mar” sem qualquer indício de contestação no seu interior, apenas desarranjado pela cobiça estrangeira e pelos efeitos de desordem nos territórios adjacentes recém-independentes. Tratou-se de distorcer certas ocorrências, de ocultar circunstâncias e antecedentes relevantes para compreender os assaltos às cadeias, de montar uma encenação geral para persuadir a população da malignidade do dito inimigo e da justeza das medidas do governo. Uma tal encenação do poder passou pelos meios de comunicação, sob a ação dos quais a mentira conhece um efeito amplificador. Com a imprensa escrita, os rumores, os boatos e as mentiras saíram do estádio oral e adquiriram uma difusão que lhes permitiu circular universalmente. Como escreveu Filipa Subtil (2015: 22) “talvez se possa afirmar que no quadro de fortalecimento dos poderes de Estado e das tecnologias se entrou na era da manipulação industrial e tecnológica da opinião em larga escala, onde a mentira tem um lugar destacado”. Torna-se exequível pensar que a construção de uma realidade fictícia visava não apenas um público restrito, mas pretendia também influir na formação de correntes de opinião internacionais.

Muito para além de uma forma de afirmação de poder pelo regime do Estado Novo, o recurso à mentira da tranquilidade e da harmonia racial em Angola liga-se a uma conceção doutrinal segundo a qual o povo não deve saber a verdade. A utilidade de enganar o povo, quer dizer, o suposto direito do governante a mentir ao povo baseia-se numa antropologia pessimista nos termos da qual a alegada ignorância e imbecilidade dos homens são fundamento da necessidade de serem guiados por um soberano. Competiria, pois, ao detentor do poder doutrinar o povo, nomeadamente pela via do engano, e conservar e manter o Estado, devendo ter grande habilidade para fingir e dissimular. A utilidade da mentira é particularmente evidente em tempo de guerra, como salientado no estudo pioneiro desenvolvido por Arthur Ponsonby (1928) sobre as mentiras durante a Primeira Guerra Mundial. Ficou então clara a conveniência do uso da arma da mentira quer para permitir aos contendores justificar-se, colocando o inimigo no papel de criminoso, quer para inflamar a paixão popular de modo a angariar apoio para a luta que, previsivelmente, se avizinhava. Os governos utilizam-na, de modo mais ou menos deliberado, para enganar o seu povo, de tal forma que se tornou lugar-comum afirmar que quando a guerra entra em cena, a verdade é a sua primeira vítima.

### **CAPÍTULO III. Réplicas dos abalos do 4 de fevereiro: os debates na ONU, o 15 de março e a divisão no seio do regime**

Na sequência dos assaltos às cadeias de Luanda, a situação colonial em Angola foi colocada no centro dos debates internacionais em curso nas Nações Unidas nas duas últimas semanas de fevereiro. Coincidindo com a apresentação de uma moção da República Árabe Unida (RAU), do Ceilão e da Libéria demandando a retirada imediata do Congo de militares e conselheiros políticos que não estivessem sob a alçada das Nações Unidas, um pedido oficial da Libéria requereu a convocação do Conselho de Segurança para analisar a chamada “crise de Angola”. O delegado da Libéria, George Padmore, manifestou em carta enviada ao então presidente do Conselho de Segurança, Patrick Dean, a “grande inquietação” do seu governo e incitou o Conselho a adicionar a questão angolana à sua agenda e a “actuar imediatamente para impedir que os direitos humanos continuem a ser violados em Angola”.

Pouco depois do pedido da Libéria, nos primeiros dias de março, o Gana formulou uma queixa junto da OIT visando o que dizia ser a inobservância, pelo governo português, nos territórios de Angola, Moçambique e Guiné da convenção 105 sobre a abolição do trabalho forçado (1959), ratificada por Portugal e pela República do Gana. Foi invocado o “caráter urgente” com que o governo do Gana encarava o desrespeito de Portugal pela convenção e reclamada a inclusão dessa ofensa na agenda da sessão do organismo governante da OIT que se realizaria nesse mês, bem como a criação de uma comissão de inquérito para considerar a queixa e elaborar um relatório sobre a situação em Angola.<sup>273</sup> Apenas dois dias depois de a exposição do Gana surgir noticiada, de forma breve, nas colunas de jornais portugueses,<sup>274</sup> um comunicado conjunto de Nkrumah, presidente do Gana, e de Tito, da Jugoslávia, condenava os “derramamentos de sangue” em Angola e expressava apoio à “luta pela independência dos territórios portugueses em África”.<sup>275</sup>

O aumento de pressão nos meios internacionais sobre o governo de Salazar fez-se acompanhar da erupção de dois outros acontecimentos de relevo para a situação política do regime: uma série de assaltos às fazendas de colonos brancos nos distritos a Norte de Angola a 15 de março e a divisão dos setores militares do regime culminada na tentativa de golpe liderada por Botelho Moniz. Várias

<sup>273</sup> Sobre o processo de constituição do inquérito e o modo como a vinculação a esta convenção e a abertura do inquérito alargou os canais de participação a novos atores, como sindicatos e federações internacionais de sindicatos, grupos de direitos humanos, ativistas anticoloniais, ver J.P. Monteiro (2012).

<sup>274</sup> Parte do texto da queixa é citada numa notícia da Reuters a partir de Genebra, inserida na coluna “Últimas notícias” da última página de *O Século*, em “Queixa de Ghana junto da Organização Internacional do Trabalho contra a ação de Portugal no continente negro”, 03-03-1961:12.

<sup>275</sup> “Os presidentes do Ghana e da Jugoslávia fazem referência o território português num comunicado conjunto”, *Diário de Lisboa*, 05-03-1961:18. O comunicado apareceu referido na primeira página de *O Século* do dia seguinte, abrangido sob o título “O comunismo internacional – agora através de Tito e de Nkrumá – volta a bolsar injúrias contra os territórios portugueses ultramarinos”, *O Século*, 06-03-1961: 1 e 5.

notas de entidades militares enviadas ao longo do ano anterior tinham manifestado a elevada probabilidade de levantamentos em Angola em articulação com o processo de independência do território vizinho. Um mês antes da independência do Congo, uma diretiva do general Beleza Ferraz, chefe de estado-maior general das forças armadas portuguesas, previu “a hipótese de surgirem alterações da ordem, nas proximidades imediatas das nossas fronteiras como consequência do entusiasmo e euforia que [a independência do Congo] possa produzir no espírito das populações locais”<sup>276</sup> e advertiu da conveniência de adotar medidas de caráter preventivo. Meses mais tarde, já depois da independência do Congo, o general Viana de Lemos destacou o “aumento de propaganda da UPA” junto à fronteira<sup>277</sup> e anunciou que numa reunião da FRAIN ficara «“decidido” que Angola seria “libertada” até ao final de 1961». A antevisão de revoltas no distrito do Congo cresceu no início de março de 1961 (Mateus e Mateus, 2011: 118), quando nas Nações Unidas se debatia o problema angolano. A melhoria da rede de comunicações militares no Norte de Angola, o envio de unidade navais (Cann, 2009) e a abertura de pistas para aviões da Força Aérea, a recolha de informação pelo exército sobre a condução da guerra de guerrilha e a ação psicológica e a compra maciça de armas pelos colonos (Mateus e Mateus, 2011: 120) parecem apontar para um estado de preparação do governo, das forças militares e dos colonos ante a iminência de uma revolta de larga escala. Todavia, ela foi sendo escamoteada na imprensa portuguesa, tendente à eliminação de circunstâncias e perspectivas que não encaixassem na visão do regime.

Os ataques de 15 de março, conduzidos pelo movimento designado União das Populações de Angola (UPA), passaram a rivalizar com o 4 de fevereiro na reivindicação do estatuto de evento inaugural da guerra de libertação de Angola do domínio colonial português, na terminologia adotada pelos movimentos angolanos. Eles fizeram prova de um processo de migração entre agendas, induzido da oposição anticolonial em Angola para os *media*, e cuja força motora é uma vez mais o acontecimento mediático. Se o pressuposto do controlo do Estado Novo sobre os *media* tenderia a remeter para uma antecendência da agenda política sobre a agenda dos *media*, a noticiabilidade dos assaltos da UPA significou uma nova interrupção nessa cadeia de indução noticiosa e uma sobreposição da agenda dos *media* à agenda política do Estado Novo.

### **A reação aos debates internacionais sobre a questão colonial portuguesa: o palavreado do desenvolvimento de Angola**

Enquanto Angola ganhou esta exposição crescente nos círculos internacionais, as notícias publicadas em Lisboa insistiam na inexistência de um ambiente bélico em Angola e na impressão de um sistema colonial credibilizado positivamente nos *media* estrangeiros, deixando de parte

---

<sup>276</sup> “Diretiva nº 2 – aprovada por S Exa o Ministro da Defesa Nacional” (07-05-1960), AOS / CO / PC 78 J Pt 4.

<sup>277</sup> Mensagem 28-09-1960, AOS / CO / PC 78 J Pt 5.



quaisquer análises que apontassem para um sentido divergente. A situação no território e a conjuntura internacional do momento tinham levado um correspondente em Luanda do *La Tribune des Nations* a vislumbrar um possível fim da dominação portuguesa em Angola (“Angola. Tout a une fin...”, 03-03-1961) e a alertar que, se se recusasse mudar a sua postura, o governo de Lisboa iria expor-se às “piores aventuras”. Angola estava a “caminhar rapidamente para a catástrofe”, previa o correspondente, recordando a velha profecia de Henrique Galvão no seu relatório de 1947 e citando declarações de um membro de um partido nacionalista angolano não identificado de terem as “escaramuças do grande combate de libertação” apenas começado e de estar para breve a “verdadeira batalha”. No entanto, a imprensa portuguesa continuava a disseminar uma visão de Angola que retomava o imaginário de integração e de ligação multirracial entre todos e que sugeria estar em conformidade com as necessidades de desenvolvimento e bem-estar, numa aparente sintonia com a gramática das políticas coloniais de cariz modernizador que caracterizaram a ação colonial da Grã-Bretanha e da França na década de 1945-1955.

O retrato de Angola delineado nas reportagens do enviado do *Diário de Lisboa*, perpassadas de fascínio pelas estruturas tecnológicas como a barragem de Cambembe (salientada como o símbolo da “era moderna em Angola”),<sup>278</sup> o caminho de ferro na cidade de Moçâmedes<sup>279</sup> ou o porto de Lobito<sup>280</sup> redundava numa apologia do ostensivamente designado “progresso”. Angola foi constantemente apresentada como estando sob o impulso de mudanças associadas a um alegado desenvolvimento económico e a uma suposta modernização social e cultural, e como um prolongamento da metrópole, como sugere o título da nova série deste enviado dada à estampa no início de março – “Angola, Terra portuguesa”. Se este título pode ser lido pelo seu lado descritivo de uma nação dita pluricontinental, ele denuncia também a intenção de fazer crer o significado que ele contém, criando um efeito paradoxal de ter de declarar algo que se supunha ser evidente, mas que pela circunstância da sua explicitação deixa de o ser.

A noção do “progresso” aparece manifesta logo no título do primeiro número deste conjunto de reportagens, “Angola. Terra Portuguesa (I). Patriotismo e progresso coordenadas bem definidas no labor da gente lusitana” (07-03-1961: 1 e 3). Tal palavreado sobre o “progresso” foi promovido pelo Estado Novo como parte de um esforço de mudança – e de projeção internacional de uma imagem de mudança – no âmbito do seu colonialismo tardio, com vista a dotá-lo de uma roupagem legítima. Um empenho que procurava colar-se à imagem de reformista do regime ficou evidenciado em

<sup>278</sup> “Angola, Terra Portuguesa (3). Eficiência e perícia dos nossos jovens engenheiros na construção da barragem de Cambembe”, 09-03-1961:1 e 11.

<sup>279</sup> “Angola, Terra Portuguesa (4). Os problemas do Sul. Aos domingos, o comboio descansa; Caracul, miragem ou realidade? O drama da cidade de Moçâmedes”, *Diário de Lisboa*, 10-03-1961:1 e 2.

<sup>280</sup> “Angola, Terra Portuguesa (5). A gasolina ajuda o peixe e a cobrança das contribuições nas atividades piscatórias está presentemente suspensa”, *Diário de Lisboa*, 11-03-1961:1 e 2.

planos de desenvolvimento económico a partir dos anos 1950 e no reenquadramento jurídico-constitucional de 1951 que suprimiu do código legal conceitos como “império” e “colónias” e congregou a metrópole e as doravante designadas “províncias ultramarinas” na figura de uma “nação portuguesa”. Estas alterações, embora não se limitando a uma criação retórica, revelaram-se sobremaneira uma matéria de linguagem mediante a qual o regime ensaiou algum exercício de “descolonização semântica”, para retomar a ideia e os termos propostos por Miguel Bandeira Jerónimo e António Costa Pinto (2015: 55). Por meio destas operações essencialmente cosméticas, procurava-se conferir uma aparência de conformidade da política colonial portuguesa às mudanças encetadas nos restantes impérios no pós-guerra e invalidar as críticas que apontassem a desadequação de Portugal às normas internacionais em assuntos imperiais ou coloniais. Tais críticas deixariam de poder ser defendidas de forma fundamentada por os conceitos necessários para os exprimir terem sido banidos do vocabulário legal, tornando-se como que impensáveis, pelo menos na medida em que o pensamento depende da palavra. A restrição do campo lexical tornaria possível fingir que certas realidades não mais existiam ao passarem a ser inomináveis.

A par das mudanças efetivadas desde a década anterior, os modelos de enquadramento e a linguagem na imprensa podem ser vistas como parte de um certo zelo do regime na transmissão de uma política imperial que se apresentava como modernizadora e generosa na relação com as populações em Angola. À superfície de textos como os do enviado de *O Século* a Angola,<sup>281</sup> emergia apenas a aparência de cidades como Nova Lisboa, com “edifícios em construção em toda a parte”, do Lobito, “cheio de bairros novos em folha erguidos sobre os antigos matagais”, de Benguela, “cidade nova, remoçada, moderna, alindada, afogada em vegetação, alegrada pelo colorido das flores”, ou Sá da Bandeira, elevada “à categoria de urbe moderna”. Afirmava o repórter: “Quem hoje chega a Angola não pode deixar de ser impressionado pela evidência do seu progresso nos últimos anos. Esse progresso mete-se pelos olhos dentro nas cidades que cresceram e se renovaram de alto a baixo”. Além do aspeto das cidades e dos grandes empreendimentos tecnológicos, o repórter mencionou os novos liceus e escolas industriais, o hospital central de Nova Lisboa e os investimentos na industrialização.

---

<sup>281</sup> “Angola 1961 (V) O esforço de valorização já efetuado tem de ser ampliado à escala da província”, *O Século*, 10-03-1961: 1 e 12: “Em Nova Lisboa – de onde trouxe a sensação de que é um jardim com uma cidade dentro (há quarenta anos só havia ali capim!) – veem-se neste momento edifícios em construção por toda a parte. O Lobito está cheio de bairros novos em folha, erguidos sobre os antigos mangais, esses charcos que há dois ou três anos ainda eram fontes de mau cheiro e viveiros de milhões de mosquitos. Da velha e evocadora Benguela pouco resta: não é uma cidade antiga que lá se vai agora encontrar, mas sim uma cidade nova, remoçada, moderna, alindada, afogada em vegetação, alegrada pelo colorido das flores. Moçâmedes, que se orgulha de ser a terra mais bem iluminada de Angola (e talvez tenha razão), está um brinco; a sua garridice algarvia não foi ensombrada pela crise da pesca e da farinha de peixe. Está a rasgar novas avenidas, a edificar novos bairros de atrevida arquitetura, cujas traseiras dão logo para as areias do deserto... Carmona, a capital do café (...) fez-se cidade de repente e já quase não tem vestígios da improvisada vila que se chamou Uíge. Sá da Bandeira terá aumentado menos mas conseguiu também elevar-se à categoria de urbe moderna”.

Tais reportagens, sugestivas de uma dedicação do regime em modernizar as estruturas coloniais e de uma fidelidade à aparência filantrópica da missão civilizadora de que se afirmava mandatário, entrecruzaram-se com a exposição da defesa do representante português no Conselho de Segurança.<sup>282</sup> Numa carta enviada a Adlai Stevenson citada na imprensa, Vasco Garin advertiu poder a queixa da Libéria vir a abrir um “perigoso precedente” ao permitir o que dizia ser a internacionalização de um problema de ordem interna. A redução ao absurdo das alegações da Libéria, operada em notícias referentes a protestos da sociedade portuguesa contra a discussão<sup>283</sup> e nas quais se aventou a improbabilidade de a queixa reunir os votos necessários para ser inscrita na agenda no Conselho de Segurança,<sup>284</sup> foi reforçada por um ataque *ad hominem* a George Padmore.<sup>285</sup> Vale a pena recuar a finais de fevereiro, quando a crónica “Borracha, muita borracha” publicada no *Diário de Notícias* (20-02-1961: 1 e 2) renegava a própria constituição da Libéria, que reduziu a uma invenção dos negros libertos dos EUA, e ridicularizava o seu representante, acusando-o de desconhecer os ditos cinco séculos da obra colonial portuguesa em África. A formação recente da Libéria retirar-lhe-ia o direito de se manifestar sobre os alegados centenários assuntos coloniais portugueses. A queixa da Libéria, sugeria-se, não tinha qualquer crédito perante uma nação com uma ligação umbilical aos territórios e povos africanos e que tinha no seu âmago uma vocação colonial, incompreendida por quem se regesse por critérios estritamente terrenos:

Ao longo da nossa história de quinhentos anos em contacto com gentes africanas nunca déramos pelo interesse liberiano pelos portugueses de Angola ou de qualquer outro ponto do território português. Também nunca encontrámos no nosso caminho a Libéria – que é uma criação de negros americanos libertos – a zelar pelas liberdades e direitos humanos fundamentais dos seus irmãos de cor e de nação de origem contra certas discriminações que a lei não reconhece, mas de facto se produzem (...) Aos governantes de Monróvia e ao seu delegado nas Nações Unidas queremos recordar que estamos em África, precisamente nessa costa da Guiné em que os libertos fugitivos dos EUA começaram a fixar-se, em 1822, há mais de cinco séculos. Orgulhamo-nos, nós, Portugueses, de ser um povo com pergaminhos africanos que excedem em muito os da Libéria. Os nossos, de raça branca, que se fixaram em África e os nativos que com eles se fundiram e a que reconhecemos a nossa nacionalidade fizeram sempre parte de uma nação livre e soberana que já tinha sete séculos de existência e uma obra de civilização e cristianização dilatada a todas as partes do Mundo quando artificialmente surgiu à entrada do golfo da Guiné uma colónia americana que adotou o nome de Libéria (...) a nossa obra de valorização, de civilização e de cultura não poderá nunca descer e comparar-se à da Libéria. Demos à África navegadores que a descobriram, reis que a situaram nos seus planos políticos, viajantes que a exploraram de costa a costa, geógrafos que levantaram as suas

<sup>282</sup> AOS/CO/NE 21 Pt 35.

<sup>283</sup> “Portugal protestou contra a proposta da Libéria para se discutirem problemas de Angola no Conselho de Segurança”, *O Século*, 09-03-1961:1; “Portugal formulou na ONU enérgico protesto contra a discussão no Conselho de Segurança de Assuntos portugueses referentes a Angola”, *Diário de Notícias*, 09-03-1961:1; “Sindicatos, grupos desportivos e coletividades regionais de Angola contra a discussão no Conselho de Segurança da queixa da Libéria contra Portugal”, *Diário de Lisboa*, 10-03-1961: 12.

<sup>284</sup> “Improvável a discussão da queixa da Libéria sobre a situação em Angola”, *Diário de Lisboa*, 09-03-1961:1 e 12; “Angola na ONU. Pouco provável a inclusão na agenda do Conselho de Segurança da ONU da proposta liberiana”, *O Século*, 10-03-1961: 6

<sup>285</sup> As diligências de George Padmore são expostas em *O Século* com o título: “Angola mais uma vez falada na ONU. A Libéria quer uma reunião do Conselho de Segurança para se ocupar do que não lhe diz respeito”, 21-02-1961:12.

cartas, técnicos e sábios que avaliaram e classificaram as suas espécies biológicas e as suas riquezas naturais, administradores e governantes que englobaram a terra e a gente no conjunto político e social da Nação, e missionários que pregaram e ensinaram aqueles direitos fundamentais – os únicos verdadeiros – que decorrem do Evangelho (...) É bem possível que o delegado permanente da Libéria nas Nações Unidas, Sr. George Padmore, não tenha tido oportunidade de tomar conhecimento destes factos. Leitor de jornais, mas sem tempo para ler a história, o delegado liberiano terá começado o seu interesse por Angola a partir dos últimos motins de Luanda. Acreditáramos, também, que o forte do governo de Monróvia não seja a erudição nem a história de meio milénio do continente africano.

A ideia da ancestralidade da presença portuguesa em África, colocada em contraponto com o que se sugere ser a manifestação de interesse ocasional de George Padmore pelo continente negro, sendo encarada como um fardo derivado de uma incumbência providencial, trazia ao mesmo tempo a noção de um direito histórico, metamorfoseado em dever, de permanência no território para perpetuar o legado missionário, que qualquer intromissão externa não poderia senão perverter e macular. Um tal direito histórico seria irredutível e transcendente à fabricação do direito internacional. Portugal, então no banco dos réus, seria afinal o agente de uma modernidade humanitária e civilizacional associada a uma libertação dos povos do seu atraso civilizacional, enquanto o governo de Monróvia era colocado como cúmplice de um programa que, sob a batuta da União Soviética, visava tão-somente “congolizar” Angola:

Quando hoje defendemos – e defenderemos sempre – a nossa presença em África, como na Ásia ou na Oceânia, batemo-nos por um direito cujo reconhecimento não está na dependência de qualquer potência ou organização internacional, mas também pelos deveres e pelos encargos que o nosso direito implica e não estamos em disposição de abandonar ou dividir com quem quer que seja e sob nenhum pretexto (...) Não nos cansaremos de repetir ao governo de Monróvia – que pediu, inutilmente, aliás, ao Conselho de Segurança uma acção que “dê a liberdade ao povo de Angola, como já a conseguiram os seus irmãos do Norte” – que a tradição de liberdade em Angola tem fundamentos que a Libéria desconhece; e que o exemplo da “libertação” e de outros povos africanos bastaria, se outras razões não houvesse, para que a população de Angola se mantivesse fiel à sua bandeira. Nem as moções da Libéria, logicamente secundada pela União Soviética e pela República Árabe Unida, nem os maquiavélicos planos dos que pretendem expulsar a Europa do continente africano conseguirão “congolizar” Angola (...) Temos, para permanecer em África, em todas as nossas províncias, direitos muito superiores aos dos colonos americanos da Libéria para permanecerem no território em que se encontravam entregues a uma proveitosa e rendosa exploração económica. Achamos ridículo o atrevimento de pretenderem dar-nos lições sobre “direitos humanos fundamentais”. Mas desejamos-lhes borracha, muita borracha.<sup>286</sup>

Contradizendo o prognóstico difundido na imprensa portuguesa, a queixa da Libéria foi incluída na agenda do Conselho de Segurança da ONU, debaixo dos protestos de Vasco Garin, com ressonância em longas manchetes dos diários de Lisboa, que alegava estar perante “uma violação dos princípios fundamentais da Carta das Nações Unidas”.<sup>287</sup> O representante português referia-se ao debate como “ilegal e absurdo” e como uma intromissão nas questões internas de um estado-membro, repetindo

<sup>286</sup> “Borracha, muita borracha”, *Diário de Notícias*, 20-02-1961:1 e 2.

<sup>287</sup> “A queixa da Libéria sobre Angola foi incluída na agenda do Conselho de Segurança da ONU sem sequer se proceder a votação. Pela voz do embaixador Dr. Vasco Garin, Portugal protestou contra essa violação dos princípios fundamentais da Carta das Nações Unidas”, *O Século*, 11-03-1961:1.

que o sucedido em Luanda não excedia “um vulgar caso de polícia”.<sup>288</sup> A objeção ao resultado das discussões motivou uma série de artigos de primeira página. A coluna editorial de *O Século*, intitulada “A ONU desrespeita a própria carta. Continuam os ocidentais a cavar inconscientemente a própria ruína?” (11-03-1961: 1), argumentava que a decisão do Conselho de Segurança “exced[ia] o respeito que esse organismo dev[ia] a si próprio e à Carta que o rege, exced[ia] o bom senso que dev[ia] guiar os problemas melindrosos e representa[va] um atentado inqualificável à paz no Mundo já de si tão inconscientemente agitada”. A peça colocava as Nações Unidas no lugar de promotoras da desordem e do ódio na esfera internacional e agitava novamente o fantasma do Congo ex-belga como possível destino que poderia vir a abater-se sobre Angola. A continuar, sustentava-se no editorial, a cooperação dada à queixa da Libéria alimentava o risco de converter Angola num “novo Congo” e de originar uma nova catástrofe em África. Tomando como exemplo a ineficácia da atuação da ONU para pôr termo ao ambiente de guerra civil no Congo, nada faria prever, sugeria-se, uma sua influência benigna sobre Angola. Pelo contrário, a ONU surgiu enunciada como uma entidade prejudicial, pelo seu efeito trágico no Congo e pela sua posição favorável à descolonização, cujo desenlace acabaria por beneficiar o mundo comunista:

Não lhe chegou o espetáculo horrível das chacinas, das ruínas, das misérias de que foi teatro o Congo ex-belga, a que assistiu, se não com uma atitude de censurável incentivo, pelo menos sem se lhe opor energicamente. Até a morte de Lumumba, que foi um visível instrumento de sinistras manobras comunistas ou comunizantes, tudo foi desordem, ódio, sangue. E quem protegeu e animou Lumumba, cujo passado nada recomendava? Justamente aqueles que se voltam, agora, contra o Portugal ultramarino (...) com a sua ordem, o seu trabalho árduo para uma civilização mais apurada, produtiva e honrosa (...) É espantoso que nações ocidentais, com responsabilidades históricas, nações que querem ser chefes de grupos de nações abram um espinhoso capítulo – oxalá nos enganemos! – na vida do Mundo. Nem se repara, nem se pensa, nem se hesita. Essas nações cavam a sua própria ruína, ameaçam-se a si próprias, à sua organização de Estado, e vogam atabalhoadamente nas águas que, de longe, com um sorriso vitoriosamente cínico nos lábios, o sr. Khrushchev agita com a sua varinha mágica (...) Se há nações ocidentais que, por louca contemporização, julgam resolver as suas dificuldades políticas com salamaleques perante a Rússia e adeptos, Portugal enjeita tais processos. É bom que se pense nisto, e já. Mais tarde, talvez não haja remédio!

O veredicto na ONU deu azo a alguns artigos na imprensa britânica e francesa nos quais se oferecia uma perspetiva bem distinta deste resultado. A inscrição da queixa da Libéria só poderia ser lida, segundo um artigo do *Guardian*, como uma consequência do “terror policial” instituído pelo governo português em Angola que estava a “exterminar fisicamente a população nativa resistente”.<sup>289</sup> Diferentemente do sentido de vitimização transmitido na imprensa portuguesa, a analogia com o Congo estabelecida na imprensa estrangeira prendia-se com os mecanismos de diferenciação e de repressão próprios do contexto colonial e da regulação coerciva mantida por

<sup>288</sup> “O debate sobre a situação de Angola é ilegal e absurdo: o que se passou em Luanda não excedeu um vulgar caso de polícia e as Nações Unidas não têm direito de interferir nas questões internas de qualquer estado-membro”, *O Século*, 11-03-1961:12.

<sup>289</sup> «Security Council to debate situation in Angola “Regime of Police terror”», *Guardian*, 11-03-1961: 7.

Portugal nos territórios em África. Portugal estava a fazer de Angola um novo Congo e encontrava-se por isso sob o escrutínio internacional, tal como a Bélgica nos anos anteriores, sugeriam notícias do *The Times*<sup>290</sup> e do *Figaro*.<sup>291</sup> Através dos seus enviados a Angola ou do testemunho de membros de movimentos pela independência angolana em capitais europeias, a imprensa estrangeira fez chegar aos leitores a visão de um império em cujo âmago se encontrava uma versão de “desenvolvimentismo repressivo”, noção proposta por M.B. Jerónimo e A.C.Pinto (2015) e inspirada nos termos de Frederick Cooper para caracterizar a última fase do império português. Tudo indica que medidas de desenvolvimento económico, transformações jurídicas e de linguagem como operações de maquilhagem e violência colonial se imbricaram.

Uma consulta às notícias da imprensa estrangeira revela como os debates no Conselho de Segurança decorreram marcados pelo tom de hostilidade de representantes afro-asiáticos contra Portugal. Os representantes do Gana, do Congo-Brazzaville e da Libéria apelaram a uma mobilização contra o governo português pelo que chamaram de “desrespeito devasso” pelos direitos fundamentais dos povos em Angola;<sup>292</sup> o delegado de Brazzaville, Emmanuel Daudet, incriminou-o de praticar o “genocídio” em Angola, acusou Salazar de querer permanecer um “chefe medieval” em pleno século XX e deixou claro acreditar que a única solução era a “descolonização imediata”, apoiando sem reserva qualquer iniciativa nesse sentido.<sup>293</sup> George Padmore apresentou um projeto de resolução que intimava o governo português a “estudar com a maior urgência medidas e reformas” que permitissem a aplicação em Angola da Resolução de 14 de dezembro de 1960 da Assembleia Geral da ONU concernente a abolição de todos os estatutos coloniais e o respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais, de acordo com a Carta das Nações Unidas. Recomendou ainda a nomeação de um sub-comité para examinar as declarações perante o Conselho de Segurança sobre Angola e para conduzir os inquéritos que julgasse necessário.

Nos diários portugueses, a inscrição da queixa da Libéria na agenda do Conselho de Segurança, os debates que se sucederam e a defesa do representante português foram noticiados mediante um enquadramento em que Portugal surgia como garante da ordem e da paz em África. Portugal, alegava Vasco Garin, era um estado unitário, não racista, que não possuía colónias mas sim “províncias”, independentes do mesmo modo que o era a nação que elas integravam. Não haveria substância para considerar existir em Angola uma situação suscetível de fazer perigar a manutenção

<sup>290</sup> «Angola “on the same path as Congo”. Security Council agree to debate alleged repression», *The Times*, 11-03-1961: 8.

<sup>291</sup> «Après la Belgique, Le Portugal sur la sellette au Conseil de sécurité», *Figaro*, 11-03-1961: 4.

<sup>292</sup> «Afro-Asian call to Portugal», *The Times*, 15-03-1961:12

<sup>293</sup> «Au Conseil de Sécurité. M. Dadet (Congo Brazzaville) accuse le Portugal de pratiquer le “génocide” en Angola», *Le Monde*, 16-03-1961: 4.

da paz e da segurança internacionais.<sup>294</sup> As afirmações de Vasco Garin que a imprensa difundia com grande destaque autorizavam a pressupor que quem apoiasse iniciativas críticas da condução colonial portuguesa constituía uma ameaça à futura estabilidade do continente. Estar do lado de Portugal significava portanto, sem qualquer concessão ou meio-termo, estar do lado certo, o único que poderia promover o bem-estar e o progresso das populações negras.

A resolução da Libéria foi chumbada com as abstenções de 6 membros, entre os quais a França e a Inglaterra. O representante da Inglaterra, Patrick Dean, segundo notícias da AFP a partir de Nova Iorque,<sup>295</sup> sustentava não ser possível demonstrar de forma clara e convincente que os acontecimentos incitadores da queixa da Libéria constituíam uma ameaça à paz internacional. No entanto, ela contou com o voto favorável dos EUA. A ambiguidade da posição norte-americana fica perceptível pelas declarações citadas do seu representante, que, não obstante a direção do voto, incorporou no seu discurso a linguagem do progresso, então evocada na propaganda imperial portuguesa, deixando perceber a primazia atribuída à via reformista em detrimento de qualquer pressão no sentido da concessão da independência de Angola. Adlai Stevenson disse estar convicto de que Portugal deveria “acelerar as suas reformas em Angola no sentido do progresso e da autodeterminação, para assegurar a estabilidade nos seus territórios ultramarinos e evitar desordens que podem ameaçar a paz e segurança”.<sup>296</sup>

### **O espetáculo do sofrimento e a banalização da noção de terrorismo**

Logo após a rejeição da moção da Libéria e num contexto em que a imprensa vinha destacando as advertências de Vasco Garin para os efeitos nefastos que o debate internacional poderia produzir no continente africano e em particular em Angola, a primeira página dos diários de Lisboa a 17 de Março foi preenchida com a notícia de assaltos a explorações agrícolas no concelho de Ambriz, vitimando europeus e africanos, ao posto de Quitexe e à cidade de Carmona: “Na zona fronteiriça do Norte de Angola, agentes terroristas infiltraram-se em território português e atacaram de surpresa algumas pessoas que viviam isoladas em pequenas plantações”, anunciou o *Diário de Notícias*. Imediatamente, num comunicado de Luanda difundido pela agência Lusitânia, é estabelecida uma ligação entre os novos acontecimentos e os debates em curso no Conselho de Segurança das Nações Unidas. O comunicado referia serem estes incidentes na zona fronteiriça do Norte de Angola a demonstração da “veracidade de um plano destinado a promover atos de terrorismo que assegurem

<sup>294</sup> Citado da nota dos Serviços de Informação da PIDE, “A Razão de Portugal – Intervenção do Dr Vasco Garin no Conselho de Segurança da ONU, sobre os acontecimentos em Angola”, recolhida em AOS/CO/NE 21, Pt 34.

<sup>295</sup> “Au Conseil de Sécurité – Rejet de la motion afro-asiatique d’intervention en Angola. Cinq voix pour, six abstention”, *Figaro*, 16-03-1961:4.

<sup>296</sup> “Au Conseil de Sécurité – Rejet de la motion afro-asiatique d’intervention en Angola. Cinq voix pour, six abstention”, *Figaro*, 16-03-1961:4.

a países bem conhecidos um pretexto para continuarem a atacar Portugal perante a opinião pública internacional”. O comunicado foi também publicado em *O Século* num artigo intitulado “Na zona fronteiriça do Norte de Angola registaram-se actos de terrorismo, mas as autoridades dominam a situação” (17-03-1961: 7), e no *República* (17-03-1961: 1) que, com palavras mais sóbrias, se limitou a referenciar a ocorrência de “Incidentes graves na fronteira norte de Angola onde se registaram assaltos a algumas fazendas isoladas”.

No mesmo sentido, numa nota da agência-geral do Ultramar, também transcrita em primeira página,<sup>297</sup> os assaltos foram enunciados como uma “manobra do delegado da União Soviética para tentar prolongar a sessão do Conselho de Segurança adiando o voto para depois do possível conhecimento dos acontecimentos que acabam de verificar-se”. Os grupos assaltantes, segundo a nota, eram “orientados e comandados por agentes vindos do exterior” e pertenciam à UPA,<sup>298</sup> movimento influente entre as populações rurais da região etnolinguística dos bacongo, comum às fronteiras do antigo reino do Congo. O Gana e os EUA foram indicados como prestando auxílio ao líder do movimento, Holden Roberto, identificado pelo pseudónimo de Rui Ventura e de José Gilmore, e que se encontrava então em Nova Iorque por ocasião da sessão do Conselho de Segurança das Nações Unidas. A intervenção de vários representantes afro-asiáticos no debate, entre as quais a do delegado do Gana, que teria afirmado estar disposto a “promover actos de terrorismo”, foi destacada como indício de que eles estariam a par dos assaltos que iam ocorrer, reforçando a noção de uma conspiração internacional contra Portugal. Os novos assaltos, referia o texto, tinham o propósito de desorientar a opinião internacional e criar “um estado generalizado de alarme”.

Desde estas primeiras notícias, retomaram-se os padrões de definição da situação e de definição das personagens que vinham sendo difundidos a respeito dos acontecimentos mediáticos anteriores. À ideia, constantemente reafirmada, de que a paz racial em Angola tinha sido interrompida em parte devido ao impulso da ONU, apontada como responsável por provocar tensões internacionais, somava-se a repetição da referência à origem estrangeira e ao estado de embriaguez ou enfeitiçamento dos autores dos assaltos, supostamente untados com óleo e munidos de amuletos que acreditavam torná-los imunes às balas. A repetição do sentido, ao ocorrer no espaço do jornal, mais do que apenas imitação, via-se investida por um “excesso signifiante” – uma expressão usada por Maria Augusta Babo (1986) – em que o dito é redito, e isto, no entanto, como se fosse pronunciado

<sup>297</sup> “Os graves acontecimentos de Angola relatados numa nota da Agência Geral do Ultramar”, *República*, 18-03-1961:1; “As famílias das vítimas estão a ser informadas do que se passou pelo Governo-Geral de Angola”, *Diário de Lisboa*, 18-03-1961:1.

<sup>298</sup> Criado em 1954 em Leopoldville sob a designação inicial de União dos Povos do Norte de Angola (UPNA), movido principalmente pelo objetivo de afirmar a independência do reino do Congo, o movimento passou a denominar-se UPA quando o seu líder, Holden Roberto, influenciado pelo espírito do 1º Congresso dos Povos Africanos realizado em Acra, em dezembro de 1958, e pela expansão do pan-africanismo, pretendeu diluir a componente tribal do seu movimento e proclamou o novo objetivo de lutar pela independência de Angola.



pela primeira vez, instaurando o sentido da repetição. As mencionadas boas condições de vida das populações e a convivialidade entre brancos e negros em Angola dirimiam qualquer fundamento para julgar tratar-se de uma sublevação angolana. Todos os elementos apresentados convergiam e induziam uma vez mais à conclusão de que os assaltantes em Angola provinham do estrangeiro e de que eram movidos pelo intuito de prorrogar o resultado das votações na ONU numa direção pernicioso a Portugal: “Os acontecimentos de Angola foram levados a efeito por uma organização terrorista com sede em território estrangeiro vizinho daquela nossa província”, podia ler-se nas páginas interiores de *O Século* (18-03-1961: 12); “Foi na região fronteiriça entre Maquela e S. Salvador que se infiltraram em Angola grupos de terroristas estrangeiros. Assaltaram casas comerciais e fazendas agrícolas, assassinando homens, mulheres, e crianças”, destacava o *Diário de Notícias* em primeira página (18-03-1961). Ao lado, uma outra notícia avançava “Feiticeiros confessam que foram preparados por agitadores para actos de terrorismo em Angola”.

As afirmações veiculadas na imprensa iam ao encontro das declarações do delegado português no Conselho de Segurança que por estes dias, segundo uma nota dos serviços de informação da PIDE,<sup>299</sup> enfatizava o “verdadeiro carácter do terrorismo no Norte de Angola e da conspiração internacional que ele representa”. Apresentou ainda ao Conselho três cartas redigidas pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros do Gana a “agitadores políticos” de Angola e de Moçambique, que indicava serem reveladoras do envolvimento direto do Gana mediante uma assistência financeira e um encorajamento à UPA. Vasco Garin repetiu estar perante uma “ofensiva anti-portuguesa da URSS” e alegou haver “provas irrefutáveis” de que a UPA era pró-comunista e de que Patrice Lumumba recebera “cinco milhões da UPA para libertar Angola”. Garin aproveitou provavelmente o apoio recente de Lumumba no processo de legalização da UPA enquanto partido e o facto de ela contar com importantes organizações por todo o Congo, em especial em Leopoldville e Matadi, para fazer passar a noção enganadora de uma orientação comunista da UPA. Argumentou que, seguindo os seus termos, havendo “brancos, mestiços e negros que foram esfolados em vida”, seria infundado supor que uma revolta racial interna pudesse estar na génese dos acontecimentos. A insinuação de terem os novos ataques origem no Congo e de não poderem ser confundidos com uma rebelião contra o domínio português era consolidada pela apologia de uma aparência de legalidade e bem-estar do sistema colonial português: a lei portuguesa, disse Garin, proibia o trabalho compulsivo; 95% da terra arável em Angola pertencia à população nativa; dezenas de milhares de negros em Angola estavam destribalizados; e a situação sanitária era aí “de longe melhor do que na maioria dos territórios africanos”.

---

<sup>299</sup> “A Razão de Portugal – Intervenção do Dr Vasco Garin no Conselho de Segurança da ONU, sobre os acontecimentos em Angola”, recolhido em AOS/CO/NE 21, Pt 34.

As notícias e reportagens publicadas ressaltaram estórias de resistência que fizeram ressurgir a imagem de africanos e europeus lado a lado contra os alegados assaltantes estrangeiros (ver anexos, fig.22). Foi o caso do drama da esposa do chefe de Quitexe, contado no *Diário de Notícias* e no *Diário de Lisboa* (18-03-1961) que, “com o marido ferido a seu lado e apenas protegida pelos leais pretos da região”, estivera horas a relatar as ocorrências às autoridades centrais através do emissor do posto enquanto não chegavam reforços ao local. Ou da pequena guarnição militar de Carmona, socorrida por “brancos e pretos” vindos da vizinha vila de Negage, um gesto sublinhado na notícia como “prova da solidez da unidade multirracial dos portugueses de Angola”.<sup>300</sup> São inúmeros os exemplos de heroicização dos sobreviventes, patente no elogio aos homens que, após deixarem as suas famílias em Luanda, regressariam aos locais dos assaltos para defender a terra contra o alegado invasor. Simultaneamente, multiplicam-se as alusões ao “terrorismo”, a “massacres” e a “chacinas”, fortemente propensas a aumentar a ansiedade pública (Jackson, 2005) e a inspirar o medo e o ódio contra estas ações da UPA. Em “É mais um ataque vindo do exterior que tenta perturbar a vida de brancos e de negros na pacífica terra de Angola” (18-03-1961: 1), reportagem do enviado especial de *O Século* a Luanda, Adelino Tavares da Silva (ver anexos, fig.23), as palavras impressas, a cadência das frases e o jogo de verbos e adjetivos, numa enumeração sempre em crescendo, encerram um potencial de intimidação e de dramatização que amplifica o efeito de terror que o texto aparenta estar apenas a descrever. Leia-se o seguinte excerto desta reportagem:

Bandos armados de catanas e com o gosto cafrealizado de massacre lançaram-se numa descida cruel através da zona do café e castigam, matam, devastam, aterrorizam. Sabe-se da ferocidade do ataque pelos que chegam a Luanda com as famílias e que, depois de as deixarem a salvo, voltam para o mato, não virando mais as costas à luta que está armada e crepita. Sabe-se que foram chacinados muitos colonos, que foram devastados muitos terrenos, que foram provocadas muitas mortes. O quadro da verdade, alargado pelo boato que a rodeia, ganha expressões graves

A alusão à riqueza da região do Norte de Angola, atingida pelos ataques, faria crer, a avaliar pela continuação do texto, que os acontecimentos não teriam uma conotação racial e que não poderiam ser entendidos nos termos de um “problema económico em relação ao branco e preto de Angola”. Num novo número desta série de reportagens do enviado de *O Século* a Angola (19-03-1961: 1), o repórter contava ter sobrevoado a região de Toto e de S.Salvador até alcançar Madimba, povoação comercial a cerca de 670 quilómetros a norte de Luanda, onde teria ocorrido o designado “massacre cruel”. O relato foi publicado sob o extenso título:

---

<sup>300</sup> A ideia de uma população local, retratada como um todo sem distinção de raças, que se prontificara a colaborar contra os designados agitadores estrangeiros foi repetida em diversas notícias: “As populações nativas, batendo-se ao lado dos europeus, deram ao mundo resposta às perguntas postas a correr pela malquerença comunista”, *O Século*, 18-03-1961: 1; “A população – brancos, negros – unida à volta do Governador-geral”, *Diário de Notícias*, 18-03-1961: 5; “A força pública restabelece a ordem com a colaboração das populações locais nas regiões do Norte de Angola onde se registaram os últimos acontecimentos”, *Diário de Lisboa*, 18-03-1961:1; “Os bandos de terroristas que se infiltraram no Norte de Angola estão a ser perseguidos pelas autoridades e pelas populações locais”, *Diário de Notícias*, 19-03-1961: 1.

Sobrevoámos a zona em que os invasores forjaram a agitação na nossa Angola. Ondas sinistras de assassinos abateram sobre mulheres, crianças e homens isolados a bárbara fúria que lhes ensinaram a satisfazer. O assalto obedece a um plano, pois os atacantes sabem quando basta a catana ou quando são precisas armas de fogo. (ver anexos, fig.24)

A apresentação da violência na reportagem tem por base uma dicotomia vincada entre a ação dos grupos designados de “terroristas” e “assassinos” e a resposta de força das autoridades portuguesas zelando, pelo que o sugere o texto, pela paz no território. Esta distinção aparece ancorada num antagonismo de significado entre a posse de armas por portugueses brancos e a posse de armas pelos negros estrangeiros. Nas mãos do branco, as armas são símbolo de proteção e de salvaguarda da segurança das populações. Já entregues aos negros estrangeiros, as armas são sinónimo de terror e marca quer de um atraso civilizacional, quer de uma crença fetichista. Atente-se à seguinte passagem deste texto:

Sobrevoei esta manhã a zona atacada pelos invasores e em que estes, espalhando terror e morte, pretenderam dar uma torpe imagem da agitação em Angola. As metralhadoras crepitam entre dois pontos distantes ligados apenas por uma ponte aérea que, para o Norte, é o índice da luta que oferecemos ao inimigo e que, para o Sul, transporta, rumo a Luanda, mulheres, crianças e alguns homens isolados e cruelmente atingidos pela sanha sanguinária de quem os atacou, obedecendo a um plano gizado e movido fora daqui (...) A morte e a fúria devem ter satisfeito os seus instintos. A Madimba, quando os reforços chegaram, era uma imagem que jamais se afastará dos olhos de quem a viu. Estes homens têm o direito à vingança, a palavra única que reclamam. Os mortos foram encontrados nas suas próprias camas, anavilhados e monstruosamente chacinados. Junto de alguns, as suas próprias cartucheiras de caça, agora vazias. Era um aviso. Queria-se com isso dizer que as armas e as munições tinham sido roubadas. A intenção negra era apenas (parece-nos) simbólica. Quer dizer que já não têm só catanas... O aviso, de resto, enquadra-se na sua própria superstição. Eles têm medo das armas nas mãos dos brancos. Admitem, assim, que os brancos terão medo das espingardas agora por eles manejadas.

É notório, por um lado, o recurso a imagens e a uma moral que remetem para uma inspiração na tradição martirológica, em que perpetradores, testemunhas, vítimas e sobreviventes fazem parte de uma relação de violência. O relato focado nos assassinatos de mulheres e crianças salienta uma inocência radical das vítimas, ainda mais acentuada pelo seu contraste no texto com a violência sanguinária dos perpetradores. O texto destaca ao mesmo tempo e de modo simétrico a crueldade e o carácter demoníaco atribuído aos perpetradores e o martírio das mulheres e das crianças que aparecem numa situação de fragilidade extrema e de inocência absoluta. A intensidade dramática das cenas exibidas na reportagem, os relatos de matança em Madimba que se afirmava ser fora de toda a compreensão e de uma violência sem controlo, a selvajaria dos assassinos que, ao que indica o texto e o próprio título, encontrariam um prazer instintivo na mutilação dos corpos, tudo redundava numa ênfase no sacrifício e no sofrimento, a que se soma um apelo à participação contra os ataques: perante o massacre, a vingança torna-se um direito e a resistência um dever, fazendo recordar o mimetismo que René Girard (1977) designou como a “racionalização da vingança”, em que se clama uma resposta de violência para fazer face à violência.

Por outro lado, há uma abordagem particularista do fetichismo, tomado como característica própria

das sociedades não-ocidentais, redundando numa versão quase anedótica com que se retrata algo como uma mentalidade supersticiosa ou a propensão atribuída aos africanos para personificar os objetos da tecnologia europeia. Mesmo a posse de armas de fogo pelos “negros terroristas” não se dissocia de crenças tidas por supersticiosas. A ilusão fetichista dos negros na sua relação com objetos, sugestionada já na referência a amuletos nos quais seria depositada a crença de proteção contra a morte, estender-se-ia à apropriação descrita das armas dos europeus. Na posse dos negros, as armas dos brancos serviriam não para matar mas para reproduzir sobre o branco o efeito simbólico de medo ressentido pelos negros. O fetichismo, conceito proveniente da palavra “feiticismo” e surgido no âmbito da expansão colonial, para indicar o que se diz ser uma sociedade primitiva, seria demonstrativo de um bloqueio da racionalidade africana, da ignorância e de uma sociedade baseada na superstição e no sobrenatural. Esta relação induzida no texto entre o artefacto usado para matar e o significado do ato de matar pelo uso de determinada arma concorre para reforçar a presunção da legitimidade da vingança dos portugueses em Angola.

O uso da catana e o seu efeito de produção de um “massacre de proximidade” (Sémelin, 2002) realçaria a natureza intencional, crescente e sistemática dos atos. O assassinio individualizado, que requer o contacto físico com a vítima, o retrato do carrasco como um terrorista sem causa ou razão, e a alusão aos mortos encontrados “nas suas próprias camas, anavalhados e monstruosamente chacinados”, para seguir os termos da reportagem, são acentuados prevendo-se que um ato assim revelado desperte certamente a repugnância dos leitores. Como se, no extremo oposto dos atos da UPA, definidos como mercenários sanguinários ou “assassinos sem coração”, para usar uma expressão de John Durham Peters (2006), a resposta dos militares, assente na descrição de técnicas modernas, que matam em série mas por meio de um poder de fogo e de uma distância cada vez maior, lhe conferisse a distinção de ser mitigada no texto com os contornos de uma espécie de “assassinio virtuoso”, para continuar a empregar os termos de Peters. Mesmo no ato de matar, o desfasamento civilizacional entre brancos e negros far-se-ia notar pelo tipo de arma usada e pelo grau de terror criado.

Não será infundado dizer que esta disseminação do horror terá dado à UPA uma maior projeção à sua luta contra o domínio colonial português<sup>301</sup> num contexto em que o assunto angolano estava no centro dos debates na ONU. E que os ataques terão também servido para introduzir o medo na vida quotidiana dos colonos e manifestar o ódio e o ressentimento contra o poder colonial português.

---

<sup>301</sup> Vale a pena mencionar aqui o trabalho de teorização do chamado terrorismo de insurgência (Merari, 1993; Winter, 1993; Stepanova, 2008). Esta perspectiva salienta como o terrorismo pode ser visto como tática empregue para manter uma insurgência, que pode ser classificada segundo várias tipologias, como sendo global ou local, e como sendo – ou não – a campanha de terror parte de um conflito político mais vasto. Nesta base, que exclui o âmbito do terrorismo global, distingue-se o chamado stand-alone, o peacetime terrorismo (propaganda armada e agitação de mobilização), e o embedded terrorismo (parte de outras formas de guerra).

Partindo desta aceção que privilegia o ponto de vista dos impulsionadores dos assaltos e entende a relevância do *médium* impresso, não será talvez destituído de sentido pensar o 15 de Março – e em certa medida os assaltos às cadeias de Luanda – como um episódio que se revê na designação de “propaganda pela acção”, advogada desde o século XIX por Paul Brousse em *La Propagande par le fait* (1877). Brousse, recentemente lembrado num estudo de Tiago Proença (2014), lançou a base que sustentou uma atuação revolucionária conotada com o anarquismo e que por sua vez inaugurou a sua deriva terrorista. Embora com as devidas distâncias, é possível estabelecer uma ponte com este conceito, na medida em que ele expõe a importância da ação para tornar compreensível e realizar na vida o que a propaganda teórica só pode fazer em palavras; ele exalta, explica Tiago Proença, a necessidade de uma propaganda pelo facto para superar o risco de certos princípios caírem no estatismo do hábito e da alienação teórica, considerando que a propaganda, ao permanecer estritamente teórica, seria ineficaz. Os atos, nesta conceção, devem ser espetaculares, já que uma das suas finalidades é a a sua repercussão pública. Reconhecendo a centralidade deste tema, Schaffert (1992) incluiu na definição do terrorismo a ideia da “perpetuação de uma forma inaceitável de violência simbólica para maximizar a publicidade visando atingir objetivos políticos”.

A noção impressa da sujeição dos colonos à violência e à morte e do seu desejo de vingança, testemunhada pela primeira coluna de colonos saída de Luanda a caminho de Quitaxe, acompanhada pelo enviado especial da agência Lusitânia, fez o título da respetiva reportagem no *Diário de Notícias*: “É preciso acabar com a acção dos terroristas que escolheram Angola para os seus crimes – pede a população angolana” (20-03-1961: 4). Todo o texto repetia o enquadramento martirológico, sempre alicerçado na desumanização da UPA através de uma linguagem que os reduzia a instintos animalescos, e na recriação de histórias de violência e destruição que engendrava um espetáculo do sofrimento (Chouliaraki, 2006). Surgiam, como se verifica na passagem abaixo transcrita, comparações dos assaltantes a abutres, a seres “ávidos de carne”, a que se contrapunha o sofrimento de mulheres e crianças. Estendendo-se num comentário ao depoimento de um dos seus entrevistados, acabado de sair de Luanda, o enviado da Lusitânia escreveu:

Tudo quanto se diga da nossa gente a respeito do seu ânimo está longe da verdade, é a conclusão a que chego depois desta viagem através da região onde a ferocidade fez pairar nojentas proezas combatidas com tenacidade que nada fez vacilar (...) há assassinios tão requintadamente selváticos que se torna válida a expressão do “acerto de agulhas”. A nossa gente branca e preta estava a descansar ou a trabalhar quando pela calada da noite os bandidos cortaram os pontões, cavaram valas e colocaram ramos na estrada, enquanto sorrateiros se acercaram ávidos de carne. Deram depois largas à sua ferocidade como abutres, surpreendendo as crianças e as mulheres, não olhando à cor ou a quem tinham na frente. Concluimos que era só o crime que lhes interessava, embora se pretenda dar outro nome, que só servirá de lisonja para sujeitos que fazem negaças a estrangeiros endinheirados. É de facto um crime aquilo que vejo, pois não deparo outros sentimentos. Eram hordas pulando e empunhando armas com incrível ferocidade. Tudo que se diga além disto pode ser agradável a uns pacifistas suspeitos, mas não corresponderá à verdade.

Os traços de uma consciência de tipo jingoísta (Hobson, 1901) descobrem-se neste excerto, perpassado por e tendente a alimentar uma credulidade ideológica e uma imaginação neurótica voltada para um instinto de perseguição contra os autores dos assaltos. O foco insistente num cenário de violência, amplificado pelas comparações animais e pela repetição de designações como o “terrorismo”, revelando por um lado a propensão dos jornais para um certo estilo cinematográfico da tragédia, é ao mesmo tempo indicativo de como a apresentação excessiva e altamente emotiva da situação amplifica o efeito de intimidação e de terror dos acontecimentos. Depois de o ato se desencadear, e mesmo na hipótese de ele encerrar uma exibição de violência, a apresentação mais ou menos orquestrada das suas consequências e o uso sistemático da designação de terrorismo, através da caixa-de-ressonância dos *media* que promove esse registo e modo de classificação, multiplica muito possivelmente a ansiedade, o medo e o ódio contra os autores dos ataques. O regime do Estado Novo terá tirado partido desta vocação da imprensa para descobrir cortejos de infortúnios, que inaugura o que James Der Derian referiu como a “era do infoterror” (2009: 249), decerto propensa a uma nova lógica da piedade como contrapartida política. Não se tratava já de calar os eventos que eram adversos ao regime, mas, pelo contrário, de usar a imprensa como palanque de ostentação do sofrimento infligido num território apresentado como português e a populações indistintamente anunciadas como portuguesas. Adequando-se à necessidade de um tratamento paradoxal da distância, transportando o sofrimento de um modo que faz o leitor ultrapassar a distância mas conservando, tanto quanto possível, as qualidades que conferem a colocação em presença, a imprensa entregaria um sofrimento distante diretamente ao conforto dos domicílios. As reportagens publicadas ocuparam-se tão-só do sofrimento dos que foram representados como vítimas, um enquadramento que se avidinha prolífico para inspirar a indignação e para explorar a compaixão e a piedade dos leitores, que assim terão imaginado os colonos portugueses entregues à fúria armada dos “terroristas”. É certo que a eficácia deste apelo não deve ser dada por garantida, já que, de acordo com uma visão agonística das antropologias fundadas sobre o interesse egoísta, o poder sublime do terror é capaz de gerar o prazer de contemplar à distância. Mas ele é também associado ao enternecimento, baseado em sentimentos emprestados à compaixão, podendo mesmo gerar raiva e indignação e propender para uma ação, tendencialmente da ordem da violência.

Numa outra reportagem publicada com o título “Os cabecilhas dos bandos invasores falam só francês e a bestialidade da sua sanha contra os portugueses parece não conhecer limites” (20-03-1961: 1) (ver anexos, fig.25), o enviado de *O Século* voltou a sugerir a origem estrangeira dos assaltantes e a engrandecer a dita “lealdade” dos nativos e o sentimento de união entre “todas as raças” em Angola. A reportagem expõe as peripécias de um negro angolano, morto a tiro quando

tentava libertar quem se encontrava numa fazenda em Mbridge, enquanto dois outros fugiam para alcançar Ciumba e conseguiam reunir o apoio de um tenente, três cabos e um enfermeiro. A solidariedade dos negros com os brancos seria igualada pela relação de confiança dos brancos nos negros, como se constata numa passagem da reportagem onde se refere que muitos homens deixavam as fazendas entregues aos seus “servidores nativos” enquanto iam a Luanda colocar as suas famílias em segurança, sabendo que no regresso encontrariam tudo “como se eles próprios as tivessem cuidado e defendido”. Ainda nessa primeira página de *O Século*, uma outra reportagem assinada por Ferreira da Costa e baseada em testemunhos de nativos e colonos europeus na região dos Dembos e de mulheres e crianças de Toto chegados ao aeroporto de Luanda, relatava exemplos de cooperação entre brancos e negros, expostos sob o título “Homens e mulheres, portugueses de todas as raças têm o desejo veemente e incontível de lutar, lutar até à vitória contra as hordas que espalham a morte e a destruição na terra indiscutivelmente nossa de Angola”. A insistência na transmissão de uma imagem de unidade em Angola, abordada neste título, onde todos eram contemplados na designação de “portugueses”, e enfatizada pelo recurso ao pronome possessivo para frisar a pertença de Angola a Portugal, mesclava-se com um enaltecimento do que se refere como o empenhamento da metrópole em disponibilizar meios para debelar os assaltos.<sup>302</sup>

Ainda que o sentido dominante destes textos impressos possa ser avaliado como pretendendo realçar uma imagem da colaboração interracial em Angola, uma análise às formas de representação dos sujeitos revela uma desigualdade intrincada resumível na distinção entre a diferenciação e a indiferenciação dos personagens, conceitos propostos por Van Leewen (1996). Enquanto os portugueses brancos são tendencialmente identificados pelo seu nome, e explicitamente diferenciados como indivíduos, os negros angolanos são, na larga generalidade, indistintamente identificados como “nativos”. Poder-se-ia falar de uma forma de diferenciação genérica, que pretende distinguir estes negros que colaborariam com os brancos dos outros negros responsáveis pelos assaltos, mas que de forma alguma se confunde com a diferenciação nominal que caracteriza a apresentação dos brancos. A desigualdade entre brancos e negros é também perceptível na referência ao papel social atribuído a uns e outros; os brancos como patrões, os negros como criados.

Na continuação dos debates, Vasco Garin, extensamente citado na imprensa portuguesa, repetiu a

---

<sup>302</sup> Vale a pena citar o seguinte excerto: “Se isto não representa uma prova insofismável de que Portugal pode contar com a sua gente de Angola, então eu já não sei em que poderá consistir, neste instante, o vivo testemunho de persistência, os predicados mais rijos do nosso povo. Choram-se os mortos, crispam-se os punhos, pensando nas mulheres e nas crianças vítimas do sadismo monstruoso das feras de forma humana, lastimam-se as devastações – mas no meio de tudo isto ressalta uma só vontade, um só desígnio, um só objetivo: ficar seja como for, custe o que custar, doa a quem doer! Perguntam, com certa ansiedade: - A Metrópole compreende isto? – A Metrópole dá-nos ajuda conveniente? – A Metrópole resolve mandar para cá mais gente, mais dinheiro, para fazermos tudo quanto é preciso? Afirmo-lhes que sim, dando a voz dos ditames da minha consciência, na qual persistem afirmações ouvidas a personalidade responsáveis, em Lisboa”, *O Século*, 20-03-1961:1.

advertência de não deveram as Nações Unidas colocar-se em posição de, nas suas palavras, “correrem o risco, através de um debate ilegal, de responsabilidade pelo recrudescimento de tais actividades criminosas, numa clara violação da letra e do espírito da Carta” (*O Século*, 23-03-1961: 1). E, num autêntico apelo prospetivo ao temor, alertava que um novo debate podia provocar “mais derramamento de sangue”. Garin invocava a Carta das Nações Unidas, de cuja transgressão o regime do Estado Novo era acusado, para colocar Portugal na posição de vítima perante nações que, ao incriminarem o governo de Salazar, estariam, segundo esta lógica, a cooperar com o terrorismo em Angola. Respeitar a Carta das Nações Unidas implicava, portanto, cessar o debate contra Portugal e prescindir das acusações ao seu regime colonial.

A definição na imprensa dos assaltos a 15 de Março como “terrorismo” não sofreu alterações ao longo dos dias seguintes. As páginas dos jornais portugueses continuaram a ser dominadas por histórias de “terrorismo” e de “chacinas” de negros contra negros que se tinham recusado tomar parte nos assaltos às fazendas,<sup>303</sup> e por testemunhos de sobreviventes brancos como um regente agrícola da fazenda de M’bridge, que contava terem-lhe esfregado os olhos com piri-piri.<sup>304</sup> Compreender o emprego vulgar deste conceito implica pensar os usos políticos da linguagem.<sup>305</sup> Seguindo uma leitura jurídica, o “terrorismo” consistiria numa infração derivada, implantada em crimes e delitos de direito comum, impelido pela intenção de fazer proliferar a intimidação e o terror. Mas se os atos definidos de terrorismo são suscetíveis de uma outra definição jurídica rigorosa, é porque tal classificação, como observado por Vincent Sizaire (2016), “resulta mais da relação de forças políticas do que de uma hermenêutica jurídica”. O terrorismo revela-se um “conceito armadilhado”, tornado superfície de projeção de todos os medos. Para lá de um modo de designar o ato que suscita terror, Daniel Dayan (2011) considerou o terrorismo como metáfora atribuída àqueles que se pretende tornar monstruosos; quem quer desacreditar o oponente acusa-o de terrorismo. Uma tal designação constitui uma declaração da ilegalidade da violência a que se refere e providencia o enquadramento noticioso pelo qual a eliminação dos praticantes do terror se torna desejável. Mais ainda, ela comporta em si a potencialidade de legitimar a repressão e torna mesmo aceitável a vingança. A importância do abalo causado pelo ato reportado de terrorista justificaria a exigência de proporcionalidade da repressão, tal como se verifica numa mensagem do governador-geral de Angola à população, transmitida através das emissoras de Luanda e divulgada pela agência

<sup>303</sup> “Chacinaram os presos da cadeia de Cambamba porque estes, apenas de libertos, se recusaram a participar no morticínio de homens, mulheres e crianças sem defesa”, *O Século*, 24-03-1961:1.

<sup>304</sup> «Fala ao *Século* um dos comparsas do drama de M’bridge: “Esfregaram-me os olhos com piri-piri em pó, espancaram-me, arrastaram-me e feriram-me a tiro – diz-nos o regente agrícola Sr. Neves Alves”». *O Século*, 24-03-1961:1.

<sup>305</sup> Interessa notar o trabalho exaustivo de definição do terrorismo, da guerra e da tortura na obra editada por Malley, Monrison, McCarthy e Hines (2013), na qual se estabelece uma diferenciação de definições entre várias zonas do mundo, dando a entender a dimensão cultural e simbólica subjacente a estes processo de definição.



Lusitânia na primeira página dos matutinos e vespertinos de Lisboa (18-03-1961). Nesta mensagem, que seria fastidioso citar extensamente, dado consistir numa repetição dos elementos informativos difundidos nas anteriores notícias, o envio de reforços militares, até então camuflado pela ação da censura, passou a ser enunciado como prova do empenho dos portugueses na defesa de Angola. O governador exortava todos os portugueses a “cerrar fileiras” a fim de, citando as suas palavras, “obter uma solução rápida da situação”, e prevenia mesmo para os “necessários sacrifícios” perante a “conspiração internacional” que estaria na origem dos ditos atos de terrorismo. Evidenciar o perigo terrorista cumpria a função de justificar um crescimento desmesurado das prerrogativas das autoridades repressivas do Estado e de procurar angariar o apoio geral da população portuguesa para uma campanha que se apresentava publicamente na condição de contraterrorista.

Mas além dos usos políticos da linguagem, a compreensão do uso banal da designação do terrorismo nos jornais requer considerar o imperativo da economia da representação para catalogar o acontecimento, a qual, no mundo do jornalismo, privilegia o uso de meios retóricos curtos mas enfáticos. Este processo de denominação, não sendo aleatório, é orientado pelos enquadramentos disponíveis que resultam da cobertura que vinha sendo feita dos acontecimentos precedentes e que criavam expectativas entre os recetores da imprensa. A nomeação dos acontecimentos está dependente, ao mesmo tempo que contribui para os consolidar, dos ecos culturais e das noções que o público já tem em função dos quadros anteriores, em parte infundidos pela ação dos *media*. Este enquadramento disponível vai sendo reprocessado, reorganizado e constantemente repetido à medida que o acontecimento se desenvolve, subordinado aos condicionamentos que recaem sobre a atividade do jornalismo, exercidos de forma mais direta ou tácita, mas também a fenómenos de distorção inconsciente dos jornalistas. Por um lado, convém notar, seguindo a conceção de Boltanski (1999), que na narração de um sofrimento à distância, a possibilidade da descrição pura e simples, independente do modo como a sua manifestação afeta cada um dos espetadores, está muito provavelmente excluída. A exigência de descrição “factual” que norteia a *praxis* jornalística repousa num dispositivo do tipo sujeito-objeto, adequado à representação das coisas, mas que se torna bem menos linear quando recai sobre o sofrimento e a morte. O espetador do sofrimento – e o jornalista é já um primeiro espetador desse sofrimento – evidencia dificuldades em falar daquilo que viu em termos de um total objetivismo; e não é expectável que se coloque em posição de sujeito que descreve os acontecimentos testemunhados com a mesma exatidão e desprendimento que dele se pretende para narrar outros assuntos. Por outro lado, há no ato de nomeação jornalística um certo automatismo, a que não será indiferente o facto de as irrupções de violência nos territórios sob alçada dos impérios coloniais europeus terem sido habitualmente taxadas como terrorismo.

Com efeito, o encadeamento de estereótipos e da linguagem do terrorismo não foi exclusivo da

imprensa portuguesa sob a vigência da censura, como um exercício comparativo com a imprensa britânica e a francesa permite constatar. Em várias ações anticoloniais que sacudiram as potências ocidentais na década de 1950-1960, no Congo ainda sob a regência belga (Dunn, 2003) ou nas possessões de domínio britânico, as administrações imperiais, os atores políticos e a imprensa empregaram a classificação de “terroristas” e um enquadramento que apontava insistentemente os seus atos referidos como monstruosos, extirpando-lhes qualquer substância política ou ideológica. Relativamente ao império britânico, Susan Carruthers (1995) expõe como as revoltas anticoloniais que eclodiram no pós-segunda guerra foram geralmente reportadas na imprensa com a classificação de terrorismo – “terrorismo judaico”, na Palestina, “terrorismo comunista” na Malásia, “terrorismo cipriota” no Chipre – enquanto os grupos que desafiaram a soberania colonial britânica foram representados como perigosos e selvagens. Na campanha do governo inglês no Quênia, a imprensa, sob influência do *Colonial Office*, de materiais produzidos pelo *Central Office of Information* (COI) e de discursos na *Houses of Parliament*, procurou persuadir o âmbito público da natureza diabólica dos Mau Mau e negou que a insurgência pudesse ser uma disputa racial entre brancos e negros, relatando-a como uma disputa étnica inter-kikuyu. Repetiu-se sistematicamente que os terroristas não eram um movimento nacionalista legítimo e que a União Soviética estava por detrás dos Mau Mau (Carruthers, 1995; Elkins, 2005; Grieveson e MacCabe, 2011). Enquanto fomentava esta propaganda negativa dos insurgentes, uma projeção positiva do governo britânico transmitia a mensagem de que a Grã-Bretanha estava a promover o desenvolvimento social e político dos habitantes coloniais e enfatizava as virtudes da democracia constitucional contra o que dizia ser a selvajaria primitiva e bárbara dos Mau Mau. A imprensa foi induzida a publicitar a repressão aos Mau Mau, no âmbito interno e para o estrangeiro, como parte do esforço britânico para preparar o Quênia para o autogoverno e não como prolongação do seu governo sobre ele.

As homologias notadas na definição da situação nos jornais revelam como episódios de violência em contexto colonial pareceram evocar respostas ritualizadas dos *media*, que, pelo menos numa primeira abordagem, tenderam a estar ancoradas na perspectiva de defesa da integridade da ordem social e colonial. Entender estas similutes na definição da situação em contexto imperial implica começar por considerar a relação simbiótica entre o terrorismo e os *media*, notada num conjunto vasto de investigações. Para os *media*, a catástrofe é um momento de sublime. O chamado terrorismo compele ao drama e, portanto, à atenção dos *media*. Citando Abraham H. Miller (1982: 1), o “terrorismo é capaz de escrever qualquer drama – não interessa o quão horrível – para compelir a atenção dos *media*. O terrorismo, como um *enfant terrible*, é o enteado dos *media*, o enteado que os *media*, infelizmente, não podem ignorar por completo nem negar”. Do mesmo modo, a espetacularização da catástrofe nos *media* serve decerto para dar a conhecer as ações rotuladas como

terroristas e para intensificar a sua mensagem. O retrato de episódios de contestação ao domínio colonial europeu incluiu formas de violência nos *media*, que ganharam a aparência de objetos de entretenimento (Nacos, 2005; Bok, Sissela, Mayhem, 1998). Em todas estas situações que prenunciaram uma desestabilização do poderio imperial europeu, o conceito do terrorismo revelou-se uma forma de codificar o mundo colonial em amigos e inimigos, de separar um “nós” imaginado de um “eles”, o nacional e o estrangeiro (Schlesinger, 1994 [1991]). Uma tal forma traz em si uma distinção que enobrece uma das partes, a que se lhe opõe, enquanto a parte visada como terrorista é relegada a arquétipo do irracional. Assim, o debate político com o chamado terrorista é recusado. Apenas os meios militares, e não os meios políticos, seriam eficazes na eliminação do terrorismo, replicando-se a opção da violência, a única que se pressupõe ser entendida pelo terrorista – ou pelo menos disso se pretende persuadir o âmbito público. Esta categorização coloca em evidência os usos políticos da linguagem e a determinação dos governos coloniais para gerir a apresentação dos acontecimentos precipitadores da dinâmica descolonizadora de acordo com a sua ideologia e interesses imperiais. Ao pretender moldar respostas emocionais aos actos definidos de terrorismo, os relatos constroem essas emoções e contribuem para converter os medos abstratos em “atores” na resposta ao terrorismo (Stenvall, 2007).

Do mesmo modo, a mobilização das forças militares das metrópoles e a exortação geral da população civil para o que, em todos os cenários coloniais, se apresentou como uma ação de contenção dos distúrbios que agitavam as diversas possessões europeias foram reportadas no âmbito de um enquadramento de lei e ordem e nos trâmites conceptuais da contra-insurgência. No pensamento da contra-insurgência, é o problema da manutenção da ordem e da lei que está em causa, do ponto de vista dos detentores do poder ameaçados, bem como a denegação da legalidade do oponente. No panorama contrainsurgente, o dissídio legítimo é recategorizado em subversão. O pensamento e a linguagem das campanhas de contra-insurgência, comum às várias experiências imperiais, assente na eufemização da violência aplicada pelo Estado,<sup>306</sup> inaugurou uma luta sobre as formas de classificação e consequentemente sobre a perceção e a mensuração da violência. O governo que se dizia provocado a enveredar por campanhas de contra-insurgência afirmava confrontar-se com o paradoxo de ter de usar a força militar e a violência para suspender o terrorismo (O’Brien, 1977: 38). Operava-se assim uma recodificação da via militarizada nos espaços coloniais

---

<sup>306</sup> Sobre terrorismo e violência política, ver Schmid (2011: 158-200). Schmid estabelece uma tipologia que compreende, a um nível ideal, o estado da paz, e no extremo oposto, o estado de guerra civil; entre as modalidades de violência política, o autor discrimina vários tipos de ação e a respetiva reação procurando abordar a política da violência num prisma dialógico. Schmid coloca em confronto as lógicas de destruição x repressão; assassinio x assassínio; terrorismo x terrorismo de Estado; massacre x massacre; insurgência x contra insurgência. Note-se ainda que, além da política da violência, Schmid considera a política persuasiva e a política de pressão como modalidades que integram o domínio da violência política.

como uma força aceitável, colocada como método autorizado, no mesmo domínio com outras técnicas coercivas socialmente aprovadas, enquanto se relegava aos autores da revolta o estatuto de foras-de-lei. A afinidade entre os vários governos imperiais em apresentar a intensificação do seu aparato militar como tendo o único propósito de suprimir os grupos ou indivíduos identificados como terroristas, invocando a máxima da segurança das populações, é sintomática do esforço de todos esses governos, democráticos ou autoritários, a fim de manter um aspeto de legitimidade para efeitos de consumo público, o que passou por um processo de gestão noticiosa e de mediação das perceções públicas dos alegados inimigos, alvos de uma linguagem de vilificação (Ayotte e Moore, 2008). A habilidade de nomear e de ter o nome aceite pela audiência foi, em todos os contextos imperiais, um processo de grande valor (Bhatia, 2008; Scott, 1995; Carruthers, 2005).

Mesmo as primeiras notícias publicadas na imprensa estrangeira sobre os acontecimentos a 15 de Março difundiram uma versão muito similar à da imprensa portuguesa, uma semelhança que se compreende decerto pela influência das autoridades portuguesas e da sua imprensa como fonte para os jornais estrangeiros, para mais perante as novas circunstâncias diplomáticas, muito marcadas, no caso britânico, pela mudança de cônsul em Luanda no início de 1961 (Oliveira, 2007: 219-228). A insegurança em toda a zona norte de Angola tornaria mais difícil a recolha de informações junto de fontes não oficiais, deixando os funcionários consulares largamente confinados às informações filtradas pelas instâncias do governo português; mencionaram-se então grupos de indivíduos de suposta origem estrangeira<sup>307</sup> que teriam atravessado a fronteira do antigo Congo Belga para atacar de surpresa fazendas e postos administrativos nas regiões de Maquela e S. Salvador. Termos como “massacre” e “terroristas” começaram a generalizar-se, mesmo que nuanciados pelas fórmulas verbais no futuro do pretérito composto do modo condicional: “En Angola. Plusieurs dizaines d’eupéens auraient été massacrés”, anunciou-se no *Le Monde* (19-03-1961 : 6). Também segundo o correspondente do *Daily Telegraph* em Angola, numa notícia breve de primeira página,<sup>308</sup> os negros que tinham recusado juntar-se aos assaltantes haviam sido “brutalmente massacrados” e as suas aldeias incendiadas. Haveria ainda relatos de raptos de raparigas brancas e de cerca de mil pessoas, incluindo crianças, à procura de refúgio em Luanda e com testemunhos de “atrocidades contra brancos e negros leais”. A mesma expressão foi usada pelo correspondente em Lisboa do *Daily Mail*: todas as mulheres e crianças da aldeia de Madimba haviam sido “massacradas por

<sup>307</sup> “Bands from Congo raid Angola”, *The Times*, 18-03-1961:8; «“Invaders” kill Europeans in Angola», *Guardian*, 18-03-1961:1; “Europeans in Angola reported killed. Congo terrorists blamed”, *Daily Telegraph*, 18-03-1961:1; “En Angola. Des troubles auraient éclaté dans le nord. Seize personnes auraient été tuées”, *Le Monde*, 18-03-1961:1; “Angola: Plantations attaquées par des bandes armées venues du Congo plusieurs dizaines de tués”, *Figaro*, 18-03-1961:1.

<sup>308</sup> “Many white victims of Angola raids”, *Daily Telegraph*, 20-03-1961:1.

terroristas armados com catanas”.<sup>309</sup> Os correspondentes em Lisboa fizeram também eco das ameaças esgrimidas nos círculos diplomáticos portugueses. O correspondente do *Sunday Times*, Peter Clifton, partilhou a presunção que dizia sentir-se em Lisboa de que Portugal poderia vir a deixar as Nações Unidas se fosse condenado por uma maioria de votos na questão de Angola.<sup>310</sup>

Apesar das semelhanças notadas na terminologia do “terrorismo” e dos “massacres”, um segmento noticioso do *Daily Telegraph* (18-03-1961: 1) intitulado “Not Congolese” citou uma afirmação atribuída a Holden Roberto, identificado como o promotor dos levantamentos de março, a partir de Nova Iorque: “É o próprio povo angolano que está por detrás disto”. As notícias publicadas nos dias seguintes na imprensa britânica e francesa começaram a contestar a versão de terem os ataques origem no Congo e salientaram a participação de angolanos, apesar de a maioria dos atacantes provir de fora de Angola. Mais ainda, elas convidaram a problematizar o esquematismo da alegação terrorista ao focalizar também a violência do governo de Salazar, incluindo-a como uma parte essencial para compreender as origens e o desenvolvimento das revoltas em Angola. Uma notícia de primeira página do *The Observer*,<sup>311</sup> sustentada em afirmações de um porta-voz do Movimento de Libertação Colonial em Londres, referiu-se ao 15 de março como uma ação de represália dos africanos angolanos contra os portugueses que, segundo o semanário britânico, estavam a realizar uma “campanha de violência” sobre os africanos após as tentativas de 4 de fevereiro de libertar prisioneiros políticos. A noção do massacre não tardou a surgir impressa de forma mais distanciada, destacada entre aspas ou atribuída a relatos vindos de Lisboa em publicações como o *The Times*<sup>312</sup> e o *Guardian*,<sup>313</sup> numa tentativa de estes jornais não se confundirem com a autoria das afirmações noticiadas. Contrabalançando a ideia, sugerida pela orientação da contra-insurgência alimentada através da imprensa portuguesa, de que o rumo militar do Estado Novo se desencadeava numa lógica meramente responsiva aos acontecimentos, a panóplia de notícias que por estes dias não cessou de salientar o envio de forças militares portuguesas para Angola<sup>314</sup> e a reação de força das

<sup>309</sup> “Cutlass men kill hidden children / Now skymen hunt raiders”, *Daily Mail*, 20-03-1961:13: “All the women and children of the village of Madimba (...) were butchered by terrorists armed with pangas and cutlasses when the children’s whimpering gave away their hiding places, say reports reaching Lisbon today (...) In another village, Mavoio, all the inhabitants were killed in their sleep by a gang of terrorists”.

<sup>310</sup> “Portugal may leave U.N on Angola”, *Sunday Times*, 18-03-1961.

<sup>311</sup> “Portuguese arrest Angola leaders”, *The Observer*, 19-03-1961:1.

<sup>312</sup> «Angola “Slaughter” reported», *The Times*, 20-03-1961:12.

<sup>313</sup> “Reports of massacre in Angola”, *Guardian*, 20-03-1961:9.

<sup>314</sup> “Portugal flies out troops. Reinforcements for Angola”, *Guardian*, 21-03-1961: 15; “More troops for Angola. Portuguese move”, *Daily Telegraph*, 21-03-1961: 1; “Portuguese send troops to terror colony”, *Daily Mail*, 21-03-1961:11; “Angola. Renforts envoyés d’urgence de Lisbonne à la suite des raids terroristes partis du Congo”, *Figaro*, 21/22-03-1961:4; «Le gouvernement portugais envoie des renforts en Angola», *Le Monde*, 22-03-1961:3; «En Angola. L’aviation et l’armée portugaises attaquent les rebelles», *Le Monde*, 23-03-1961:1; “Troops round up africans. Hundreds arrested”, *Daily Telegraph*, 22-03-1961.

autoridades portuguesas<sup>315</sup> incitava a pensar a violência repressiva do governo em Angola como devendo ser colocada em *continuum* com o tipo de governo próprio ao regime de Salazar.

Ao mesmo tempo, a afirmação de movimentos anticoloniais reivindicando a independência de Angola foi objeto de atenção dos serviços diplomáticos franceses. Numa nota dirigida ao MNE francês, os acontecimentos no Norte de Angola foram desligados da ação dos autoproclamados democratas antissalazaristas portugueses e apontados como prova de que o acesso à independência dos territórios vizinhos tornava cada vez mais difícil a tarefa de vigilância das autoridades portuguesas.<sup>316</sup> A nota passava em revista o surgimento de várias células que se inscreviam e compunham o chamado Movimento Anticolonialista (MAC) no início de 1959, animado, de Conakry, por Hugo de Meneses, e também por Viriato Cruz, a partir de Frankfurt, Abel Djassi de Londres e Mário de Andrade desde Paris. O MAC, prosseguia a nota, teria ligação com o MPLA e com o Partido Africano de Independência (PAI), originário da Guiné portuguesa. Um reagrupamento operado em abril de 1960 transformava o MAC em FRAIN, a que aderiram o MPLA e a UPA. Além dos grupos declaradamente antissalazaristas, estes movimentos que reivindicavam a libertação de Angola abriam, escrevia-se na nota, uma brecha no domínio português do Ultramar que se afigurava difícil de colmatar.

### **No rescaldo da inscrição da queixa da Libéria na ONU: as notícias de manifestações anti-governo dos EUA em Portugal e Angola**

A indignação pela posição norte americana favorável à queixa da Libéria e a suspeita de uma intromissão do capitalismo americano em Angola estiveram na origem da transmissão de um sentimento de animosidade contra os EUA que ganhou uma expressão cada vez maior nos jornais. É com frequência a partir de artigos publicados no estrangeiro que a imprensa portuguesa difundiu um sentido de desconfiança pela atitude dos EUA sobre a questão de Angola. Com efeito, ao mesmo tempo que os assaltos de março em Angola permaneciam na agenda da imprensa britânica e

---

<sup>315</sup> O *The Times* (20-03-1961: 12) escrevia estarem os portugueses a tentar fechar a fronteira para evitar fugas, enquanto massas civis de nativos e europeus se juntavam às tropas em busca dos chamados “terroristas”.

<sup>316</sup> « Le Portugal en Afrique », 29-03-1961, Consultado em 200 Q0 117 : « Il est clair que l'accession à l'indépendance de pays comme la Guinée et le Congo ex-belge a conduit à placer aux portes mêmes de l'Angola des foyers de subversion, rendant beaucoup plus difficile qu'auparavant la tâche de surveillance des autorités portugaises. Les événements qui viennent de se dérouler à la frontière nord de l'Angola en apportent la preuve. Sur ces mouvements « nationalistes » on connaît quelques précisions, sans être toutefois en mesure de les distinguer nettement ou d'évaluer leur potentiel (...) Toutes ces réactions permettent déjà de distinguer parmi les courants actuellement opposés à la politique du cabinet de Salazar : 1) Les antissalazaristes, dont les leaders les plus voyants – Delgado et Galvão – ne paraissent bénéficier que d'une audience très relative, auprès d'une tendance essentiellement européenne et dont les manifestations de non-conformisme politique ne doivent pas être confondues avec l'éclosion d'un nationalisme africain encore mal affirmé. 2) les « mouvements nationalistes » ou « de libération » (...) qui s'appuient sur certains gouvernements africains indépendants et sur des mouvements internationaux anticolonialistes, avec risques de noyautage communiste. Dans cette opposition figurent de nombreux méfis, éternels fourriers de l'agitation en Afrique noire, cantonnés dans ce rôle d'intermédiaire entre deux communautés qui les rejettent (...) Une faille est donc ouverte dans le domaine lusitanien d'outre-mer. Elle semble, a priori, difficile à colmater. »

francesa, apareceu nesses jornais a notícia de uma manifestação de 25 a 30 estudantes frente à Embaixada americana de Lisboa, e de uma outra frente ao Consulado americano no Porto provocadas pelo voto contra Portugal no Conselho de Segurança.<sup>317</sup> Segundo uma notícia no *Le Monde* (19-03-1961), as várias centenas de pessoas perante o Consulado americano no Porto reclamavam a saída dos americanos da base dos Açores. A imprensa estrangeira permitia também expressar a estratégia de pressão do governo de Salazar que usava a importância dos Açores e o difícil entendimento sobre as Lajes com a administração de Kennedy para tentar obter uma maior tolerância em relação à sua política ultramarina e fazer diminuir o apoio de Washington às posições anticolonialistas na ONU. Após o voto dos EUA contra Portugal, sete aviões da Marinha norte-americana foram indicados no *Figaro*<sup>318</sup> como estando prestes a deixar Angola sob ordem de Lisboa e um oitavo teria visto recusada a autorização de aterrar em Luanda no dia anterior à publicação da notícia.

Nos diários portugueses (19-03-1961), reproduziu-se um artigo de Henry Benazet no jornal *Aurore* acusando a administração Kennedy de uma “atitude irrefletida” e de ter “abandonado vergonhosamente Lisboa quando do voto sobre Angola na ONU”, enquanto um editorial do espanhol *Ya* falava da “enorme torpeza” do voto das superpotências e do “perigosíssimo desajustamento com que na ONU se abordam os problemas africanos”, a propósito dos quais se pretendia, escreve-se, “impor um absurdo e estéril monroísmo”.<sup>319</sup> Entre a imprensa britânica, um editorial citado do *The Standard-Times* sob o título “Traição aos nossos aliados” considerava que o voto dos EUA alinhado com a URSS e o bloco afro-asiático evidenciava a escolha dos EUA de “repudiar os seus amigos e juntar-se aos seus inimigos” e que poderia provocar a destruição da NATO. E no artigo “Portugal in Africa”, parcialmente reproduzido do *Daily Telegraph* nos vespertinos portugueses (22-03-1961) e nos matutinos do dia seguinte, inquiria-se se os EUA estavam preparados para “sacrificar um aliado da NATO – Portugal – à nova política de cortejar uma África Negra emergente” e transmitia-se a noção de uma perplexidade aparentemente manifestada pelo jornal britânico perante o novo posicionamento dos EUA com Portugal. Invocando as “boas razões” apresentadas por Portugal e o sucesso da sua política de assimilação em

<sup>317</sup> “Students Protest – American Embassy”, *Daily Telegraph*, 18-03-1961.

<sup>318</sup> “Retour au calme dans le nord de l’ Angola. Des avions américains invités à quitter cette province”, *Figaro*, 20-03-1961: 4

<sup>319</sup> *Diário de Notícias* (19-03-1961): “Quanta leviandade, quanta inconsequência e quanto desconhecimento da História e do Direito Internacional revelam os debates da ONU sobre a questão de África! Que enorme torpeza a votação contra Portugal no debate sobre Angola e que fariseísmo e má vontade no voto soviético! Nos debates africanos nota-se, lamentavelmente, a falta de perspetiva com que se pronunciam, sob o pretexto de anticolonialismo, algumas grandes potências, sejam elas a Rússia e os Estados Unidos (...) a África para os africanos, quer dizer, para os negros, como se o homem branco não tivesse adquirido o inquestionável direito da africanidade, tal como adquiriu o da americanidade (...) Admitiria Washington que a sua presença em Hawai ou no Alasca fosse contestada no Conselho de Segurança?”.

Angola, o artigo citado parece questionar os fundamentos da conduta americana na ONU e contribuir para alimentar uma suspeita sobre os interesses que estariam a mover as decisões políticas dos EUA no continente africano. No entanto, um confronto deste excerto, tal como apareceu na imprensa portuguesa, com o texto originalmente publicado no *Daily Telegraph* revela um trabalho de seleção que excluiu passagens em que o jornal britânico se distanciou de parte das justificações portuguesas. O artigo original recordava um dos argumentos do delegado americano, Adlai Stevenson, de a crise em Angola não poder ser dissociada do panorama evolutivo do continente africano e atribuía o que chamava de “azedume do ressentimento português contra os Estados Unidos” ao facto de a contenda que Portugal travava no território ser, dizia, “claramente anticolonial”, e de os grupos envolvidos procurarem não reformar mas sim pôr termo ao governo português. As declarações de representantes de movimentos angolanos e a nova atitude dos EUA na ONU vinham, segundo o jornal britânico, desvelar a classificação dos territórios de “províncias ultramarinas” como um mero disfarce jurídico conservado por Portugal por este saber que, uma vez forçado a reconhecer que essas “províncias” eram “colónias” e a admitir a legitimidade da intervenção das Nações Unidas, estaria no “caminho para sair de África”.

A imprensa sobressaiu neste período como um agente de injeção de desconfiança contra os EUA. Um editorial de primeira página do *Diário de Notícias* (23-03-1961) advertiu que a política dos EUA, aí definida como uma política de “encorajamento à insubordinação e à desordem em África”, poderia agradar ao bloco afro-asiático, mas que traria consequências nefastas para todo o Ocidente, entre as quais a probabilidade do “desmembramento da aliança ocidental”. E terminava, em tom de aviso: “Ainda agora a procissão vai na praça... Muitas surpresas o esperam, Sr. Stevenson”. Coincidindo com a publicação deste editorial, o enviado de *O Século* a Angola noticiou uma manifestação dos habitantes de Luanda em protesto contra a ONU, descrita nos seguintes termos:

Unidos à volta de uma ideia que não teve chefe, os habitantes de Luanda manifestaram o desejo firme de responder à ONU pela voz única do mesmo protesto. Eram centenas de brancos, muitos negros que participam da comunidade mais que não seja fixada pela língua comum e dezenas de homens de duas cores, digo de mestiços, que, numa verdade multirracial, difícil de ouvir pelos que portas adentro das suas nações e dos seus lares têm a cor como razão do preço da verdade, gritavam a força da repulsa total, sabendo que o perigo que vem de longe é aqui, por vezes, caldeado numa variante estranha de imunidades diplomáticas. Diz-se que a manifestação teve, sem sombra de dúvida, o condão de traçar o perfil de uma atitude, vinculando-a ao desejo comum de não aceitar nos problemas nacionais as tutelas ou as críticas estrangeiras que não se podem misturar com a solução caprichosa que as questões angolanas afectam neste momento.

As declarações alegadamente proferidas pelo cônsul americano em Luanda, William Gibson, durante a referida manifestação surgem subentendidas na expressão de indignação que faz o título da reportagem: «Infelicidade de expressão ou outra coisa pior? “Portugueses devem sair d’aqui!” com estas palavras, o cônsul americano em Luanda respondeu a uma grande manifestação popular



contra a actuação do seu país na ONU, a respeito de Angola» (*O Século*, 23-03-1961: 1). No dia seguinte, o *Diário de Notícias* publicou o desmentido do cônsul americano, que garantia não ter dito tais palavras, mas as notícias que continuaram a ser impressas davam a entender poder estar o cônsul a fomentar ações de negros contra a soberania de Portugal em Angola. Numa nova manifestação que voltou a ter lugar em Luanda poucos dias depois, há indicação de que o carro do cônsul teria sido lançado ao mar (*O Século*, 25-03-1961: 6). Dizendo-se baseada num artigo do *L'Aurore*, a notícia dava conta de uma “enorme multidão de pretos e brancos” defronte do Consulado-Geral dos EUA em Luanda exibindo a bandeira nacional portuguesa, cantando o hino e empunhando cartazes com expressões de protesto contra a atitude norte-americana na ONU, entre as quais “Abaixo Stevenson e os da sua camarilha”. Os manifestantes, lia-se na notícia, teriam apedrejado o edifício da missão protestante norte-americana e exigido a saída dos EUA do Alasca, rebelando-se contra o tratamento dado aos índios.

Esta alusão à cumplicidade do cônsul norte-americano em Luanda surgiu na mesma altura em que começava a aparecer na imprensa uma associação entre os assaltos e os protestantes em Angola. Embora esta ligação seja, em muitos aspetos, exagerada na imprensa, é importante não deixar, ainda assim, de considerar a influência das missões protestantes na formação moral e política de uma elite letrada em Angola e Moçambique que desafiou o poder colonial. Ao mesmo tempo que os metodistas americanos se viam especialmente visados nas acusações tecidas através da imprensa e entre os colonos brancos em Luanda, os batistas britânicos não escaparam à indignação das autoridades portuguesas. Os matutinos de Lisboa (21-03-1961) citaram o jornal *A Província de Angola*, o qual teria notado que em todas as localidades onde se deram os “assaltos e chacinas” havia catequistas protestantes e evangélicos que, apesar de negros, tinham demonstrado considerar-se superiores aos seus “irmãos de raça”. Dias depois, o correspondente da Lusitânia em Quibaxe, João de Azevedo, escrevia que os assaltantes de Quibaxe tinham tido assistência religiosa ministrada por um pastor protestante de Catete e dizia poder verificar-se que os assaltos eram mais bem organizados onde eram mais fortes os núcleos protestantes, que lançavam ameaças de morte sobre os negros ligados à igreja católica e mantinham práticas fetichistas (*Diário de Lisboa*, 23-03-1961: 11; *Diário de Notícias*, 24-03-1961: 1). Reportaram-se as declarações de refugiados acabados de chegar a Lisboa segundo os quais os atores da revolta estavam sujeitos à ação de um certo pó, dado por um veterinário a um cão que “ficou como doido durante horas” e que começara a morder-se a si próprio. Convém notar que as relações entre as autoridades portuguesas e os missionários protestantes britânicos em Angola e Moçambique foram marcadas por períodos de forte tensão, reacesa em 1960, com a expulsão do reverendo Russel, um missionário batista britânico, sob o pretexto de ter colocado o padre Joaquim Pinto de Andrade em contacto com elementos do

*American Committee on Africa*, a quem foram fornecidos documentos governamentais secretos sobre a estratégia militar a seguir em Angola face a uma revolta nacionalista. Em Lisboa, a detenção pela PIDE de Cecil Scott, missionário e antigo funcionário da embaixada britânica, acusado de estar envolvido na fuga de dezenas de jovens africanos que completavam os seus estudos universitários em Portugal, relançou a noção do *complot* protestante contra Portugal (Oliveira, 2007: 247).

A crítica à atuação norte-americana nas Nações Unidas fez-se acompanhar de uma defesa do domínio colonial português em África, sustentada no que se alegava ser a coesão nacional em torno do seu sistema colonial<sup>320</sup> e o “direito de africanidade” conquistado pelo homem branco. Ao conservar Angola contra a orientação internacional, o Estado Novo estaria a “trabalhar para vantagem comum do Ocidente no sentido mais lato, incluindo a da própria África”, nas palavras de um excerto transcrito do semanário parisiense *La Vie Française* publicado em *O Século* com o título “Bravo, Portugal, última guarda da Europa!” (25-03-1961:6). Artigos citados da imprensa de Madrid teriam defendido ser Portugal fundamental para o mundo ocidental, sobretudo no cenário da Guerra Fria, pela sua proximidade com os EUA, pelo pilar representado tanto pelas ilhas dos Açores enquanto ponte aérea, como pelas da Madeira e Cabo Verde enquanto rotas de abastecimento e saída de produtos e minérios da África negra.

Uma peça citada do *L’Aurore* (*O Século*, 25-03-1961) exaltava a suposta natureza *sui generis* do colonialismo português e atribuía os assaltos em Angola à votação na ONU, acusando em particular os EUA de se transformarem, ainda que indiretamente, nos aliados dos “assassínios do Congo ex-belga”. Um outro artigo, identificado como tendo sido publicado no *Tribune de Genève* sob o título “De Angola à Indonésia” (*Diário de Lisboa*, 25-03-1961:16; *Século*, 26-03-1961:6; *Diário de Notícias*, 26-03-1961:1) destacava a índole pacífica de Portugal e punha em causa a parcialidade com que a moção da Libéria tinha sido aprovada. Já num comentário político lido na Emissora Nacional e citado no *Diário de Notícias*<sup>321</sup> a Rússia e os EUA foram referidos como “os dois povos da anti-Europa”. A atitude dos EUA, dizia o texto transcrito, é “execrável de ingratidão, inépcia e injustiça”: de ingratidão, alegava o comentador, “porque sem a colaboração da neutralidade de Portugal e da Espanha no último conflito mundial, jamais teriam vencido Hitler e o Japão”; de inépcia por considerar ser “suprema estupidez pensar que se pode ser aliado da Rússia na África e inimigo dela na Europa e na Ásia”; e de injustiça por dizer ter Portugal, com a entrega dos Açores,

<sup>320</sup> Num excerto citado no *Diário de Notícias* e no *Diário de Lisboa* (20-03-1961), o *Arriba* escrevia: “Para que, desde a fabulosa ilha de Timor, compartilhada por Portugal e pela Indonésia, até ao arquipélago de Cabo Verde, os Portugueses cedam terreno, não basta este cerco internacional. O perigo teria de vir de dentro do seu território. Só assim se passaria da viril, galharda e decidida posição de hoje ao abandono. A moral portuguesa não mostra brechas por onde se possa produzir tao trágica atitude. Trata-se, aliás, de dois problemas distintos. O primeiro é o do assédio a campanha que vem de fora, de Conakry, Monrovia, Nova Iorque e Moscovo. O segundo é o da habitual paz entre os indígenas, só alterada em raríssimas exceções, que apenas servem para confirmar a regra”.

<sup>321</sup> “O terrível escândalo internacional de Angola ser e querer permanecer portuguesa”, *Diário de Notícias* 26-03-1961: 7.

contribuído para poupar “milhares de vidas” na guerra e garantir “a sobrevivência dos ideais cristãos e civilizadores de liberdade”. O comentário terminou com a seguinte repreensão: “somos acusados pelos Democratas norte-americanos que querem à custa de Angola e Moçambique resolver o seu desemprego e vender mais automóveis, frigoríficos, máquinas Singer e outros produtos da sua inventiva capitalista”.

O tom anti-EUA que então abundou na imprensa portuguesa não pode deixar de ser situado no contexto do novo posicionamento da administração Kennedy, acolhedora da autodeterminação dos povos africanos. Na verdade, a suspeita do regime de Salazar perante os EUA tinha sido já manifestada nos anos anteriores, plasmada na recusa de diversas propostas de investimento em Angola e em Moçambique no quadro do plano Marshall e no diminuto auxílio económico prestado a Portugal a partir de meados da década da 1950, atingindo um momento de grande crispação aquando do silêncio americano durante a ocupação indiana dos enclaves de Dadrá e Nagar-Aveli, em 1954. Por sua vez, a imagem muito crítica do colonialismo português no mundo anglo-saxónico estava enraizada desde o século XIX, sustenta Valentim Alexandre (2017: 395). O colonialismo português tendeu a ser perspectivado como um “campo de ação de negreiros e terra de escravatura e (...) de trabalho forçado”. Valentim Alexandre (*idem*) cita um académico norte-americano, Richard J. Houk, que numa carta dirigida ao SNI, em 1954, referia que nunca lera um livro em inglês “com uma única crítica favorável aos vossos territórios em África”, concluindo que “todos os americanos aprendem (e leem) que Portugal em África é um conjunto trágico de explorações!”.

Após um período de algum apaziguamento nas relações luso-americanas, sincronizado com a abstenção dos EUA nas sucessivas propostas de condenação do regime colonial português, entre elas a célebre Resolução 1542 (XV), a cobertura do assalto ao paquete Santa Maria e dos acontecimentos em Angola deixou pressentir como a postura do governo norte-americano fez renascer a desconfiança portuguesa. O estado de contrariedade dos membros do governo pelo novo posicionamento norte-americano e pelo panorama internacional ficou especialmente vincado com o abandono do delegado português Vasco Garin da sala de sessões da Assembleia Geral das Nações Unidas em protesto contra o rumo dos debates sobre Angola, um ato assinalado pelos correspondentes da imprensa estrangeira em Nova Iorque.<sup>322</sup> Apesar de a resolução proposta pela Libéria não ter sido adotada, o voto norte-americano abriu uma crise séria nas relações entre os dois países. Como notou Franco Nogueira (1984: 214), era “a primeira vez na história dos debates de problemas portugueses na ONU” que os EUA votavam contra Portugal e assim rompiam a “solidariedade ocidental”. Franco Nogueira afirmou, a propósito deste voto e do procedimento dos

---

<sup>322</sup> “Portugal walks out Angola debate”, *Guardian*, 24-03-1961: 19; “Portuguese delegates walk out of UN”, *Daily Telegraph*, 24-03-1961: 28; “Portuguese quit Angola debate”, *Daily Mail*, 24-03-1961: 11.

EUA desde os acontecimentos precedentes, haver “um qualquer plano dos EUA que tem como objetivo pôr Portugal fora da África” (Nogueira, 1986:12). E enumerou: “Santa Maria; Galvão protegido pela marinha de guerra americana; iniciativa da Libéria, que é um feudo dos EUA; voto hostil do novo presidente americano (Kennedy) – se tudo isto não é uma colossal malha, então não sei que seja”. Concluiu com a seguinte previsão: “Grande crise nacional em perspectiva”.

À medida que os debates na ONU se desenvolveram, as notícias da imprensa portuguesa permitiam antever como o universo dos alegados inimigos que estariam a conspirar contra Portugal se vai dilatando, deixando de abarcar apenas a URSS e as nações afro-asiáticas para abranger também os EUA. A URSS continuou também a ser visada, sendo o seu pretenso posicionamento anticolonial invalidado em notícias que pelo contrário enfatizavam as suas aspirações de territorialização e sugeriam estar Portugal a ser usado para a URSS avançar com o seu plano de domínio sobre o Ocidente.<sup>323</sup> A obstinação do regime em não ceder na sua orientação imperial repercutia-se na plasticidade com que definia o círculo dos seus inimigos, estendível a quem quer que se opusesse ou ameaçasse dificultar a prossecução dos seus desígnios coloniais.

A vaga contrária aos EUA que se diz ter percorrido o país terá contado com a convivência e o apoio do governo de Salazar e com um estímulo não negligenciável das notícias na imprensa, construídas sobre um discurso indutor de ódio contra os norte-americanos. Sob a aparência de dar apenas um registo ou de constituir um reflexo de um movimento espontâneo da população, a imprensa contribuía para forjar a ilusão de uma corrente de opinião em Portugal contrária à nova condução política americana. O simulacro do consenso da opinião em Portugal seria altamente propício ao propósito do regime de fazer passar ao âmbito público internacional o seu desconforto face aos EUA revestindo-o da sensação de que esta reserva emanava da própria esfera popular. Esta forma de pressão sobre os EUA era secundada pelas jogadas diplomáticas, transmitidas e avivadas na imprensa, fundadas nas hesitações difundidas em redor da renegociação da base dos Açores.

A onda de anti-governo dos EUA estender-se-ia a Portugal continental. A notícia de uma manifestação junto à embaixada americana em Lisboa ocupa a metade da primeira página do *Diário de Notícias* (27-03-1961), documentada com uma fotografia de grande dimensão onde são perceptíveis cartazes com inscrições diversas, entre as quais sobressaem as exclamações: “Racistas!!! Traidores!!! Fora dos Açores”; “Mais vale sós que mal acompanhados” e “Liberdade para os negros americanos”. O editorial do *Diário de Notícias* do dia seguinte, sob o título “Nós somos os mesmos”, lamentava a nova posição da administração Kennedy que identificava estar na origem do “triste espetáculo de legítima indignação e irreprimível hostilidade” contra os EUA e afirmava que

---

<sup>323</sup> <sup>323</sup> “O jogo sujo do comunismo”, *Diário de Notícias*, 25-03-1961: 7; “A tentativa de subverter Angola insere-se na atual fase de expansão russa – salienta “La Vie Française”, *Diário de Notícias*, 26-03-1961:1.

“nas perspetivas das velhas e amistosas relações luso-americanas, alguém, por certo, mudou” e que esse “alguém” não era Portugal. A situação entre Portugal e os EUA foi documentada pelos serviços diplomáticos franceses, que se basearam nos escritos da imprensa, nomeadamente neste editorial do *Diário de Notícias* como indicativos da evolução dessa relação.<sup>324</sup> Depois das manifestações frente à embaixada norte-americana em Lisboa, Bernard de Menthon notava, apesar das críticas que persistiam, uma redução da entoação antiamericanista na imprensa portuguesa e transcreveu excertos do editorial do *Diário de Notícias* e uma intervenção de Américo Tomás com base nos quais depreendia poder falar-se de um apaziguamento na relação de Portugal com os EUA.

Uma nova concentração no Rossio era anunciada em títulos sóbrios nos vespertinos,<sup>325</sup> a que se contrapõe a veemência da extensa manchete de *O Século*:

Com intensa vibração patriótica, aclamando Portugal e gritando que Angola é nossa, milhares de pessoas, ostentando bandeiras nacionais e dísticos de protesto, manifestaram ontem o seu repúdio perante as atitudes tomadas contra o nosso país e a sua indignação pelos actos terroristas praticados naquela nossa província ultramarina. (ver anexos, fig.27)<sup>326</sup>

A notícia é acompanhada de uma fotografia e refere uma multidão ostentando bandeiras com frases como “Abaixo a ONU”, “Não entregamos o Ultramar”, “Morram os assassinos das mulheres e crianças de Angola”, “A América para os índios”, “Vivam os heroicos portugueses de Angola”, “Angola é Portugal!”, “Fora dos Açores!”, “Não sairemos de Angola”, “Enquanto houver portugueses Angola será portuguesa”, “Liberdade para os negros americanos”. É pertinente citar parte da notícia publicada em *O Século*:

Milhares de pessoas quiseram dar, com a sua atitude, fortalecida na crença da perenidade da Pátria, uma resposta àqueles que nos atacam e simultaneamente afirmar que Portugal é uno e indivisível e que quando os terroristas deixam empapadas de sangue algumas terras angolanas, protegidos pelas forças do mal e da incompreensão, todos os portugueses sentem que se procura dilacerar uma Nação que quer tranquilamente trabalhar, viver em paz e contribuir para ela. Foram homens e mulheres, foi

<sup>324</sup> Diplomatie Paris 113 (30-03-1961). 200 Q 122. «Il semble que les autorités portugaises s’engagent progressivement sur la voie d’une détente avec les Américains. Le ton des déclarations officielles et celui des prises de positions officielles apparaît, en effet, désormais moins véhément. Sur le même mode, l’éditorial d’hier du *Diário de Notícias*, organe officieux du Ministère des Affaires Etrangères, évoquait les accords conclus en 1943 et 1948 entre les Gouvernements de Lisbonne et de Washington au sujet de l’utilisation de la base de Lajes, dans l’Ile Terceira, au centre des Açores: « Evidemment, le spectacle de légitime indignation et d’hostilité irrépressible contre les Etats-Unis, cet allié du Portugal, a été un bien triste spectacle. Elle est pénible, cette menace d’effondrement de ce que devrait être l’alliance occidentale si elle voulait être forte et efficace... Dans l’optique des vieilles et amicales relations luso-américaines, quelqu’un n’est certainement plus le même. Cela est regrettable, mais ce n’est pas nous qui avons changé » (...) Tous les journaux mentionnent, par ailleurs, sans commentaires, la protestation faite auprès des autorités portugaises par l’Ambassadeur des Etats-Unis à la suite des manifestations qui ont eu lieu devant son Ambassade à Lisbonne ainsi que devant le consulat américain à Loanda».

<sup>325</sup> “A manifestação de ontem”, *República*, 28-03-1961: 1.

<sup>326</sup> *O Século*, 28-03-1961:1. Os prospectos distribuídos para convocar a concentração no Rossio continham mensagens, reproduzidas na imprensa, como “Se és português e tens vergonha, desagrava a honra nacional comparecendo hoje, segunda-feira, no Rossio, às 18 horas” ou “O povo de Angola é português e tem demonstrado inofensivamente que quer continuar a sê-lo. Mostremo-nos merecedores de tanta dedicação e expressemos vibrantemente, às 18 horas de segunda-feira, no Rossio, a nossa solidariedade aos bravos que em terras africanas preferem a glória de morrer portugueses e viver escravizados aos bandoleiros da ONU”.

a juventude, o povo humilde e gente de condição quem ontem se manifestou. A sua exaltação de fé patriótica, aos seus gritos de “Portugal! Portugal! Portugal! Portugal”; Angola!; Angola é nossa! Angola é nossa!” (...) O povo manifestou-se, mas a afirmação mais exuberante da nossa razão e dos laços de fraternidade que nos unem, portugueses do continente e das ilhas e portugueses do Ultramar, talvez a encontremos naqueles gritos que, ontem, uma compatriota de Luanda e o neto de um regulo de Moçambique, agarrados à bandeira verde-rubro, fizeram ecoar pela Praça do Município: “Viva Portugal! Viva Portugal! Somos portugueses” (...) Portugueses de cor e muitas mulheres gritavam o seu fervor patriótico e agitavam bandeiras nacionais. Foi impossível vencer os apaixonados desejos de uma multidão que, nessa altura, já subia a muitos milhares de pessoas. Aquela onda humana de homens e mulheres, rapazes e raparigas, fervorosos de entusiasmo e possuída de resplandecente clarão de patriotismo não podia, por mais forte que fosse a oposição das autoridades policiais, ser contrariada nesse impulso, que era uma vontade decidida e quase destemida. (...)

Nos dísticos ostentados pelos manifestantes, seria posto em causa o valimento do voto anticolonial de uma potência paradoxalmente apontada de praticar um regime de colonização sobre os índios e de preservar ela própria uma orientação imperial. Não poderiam, alegava-se, os EUA manifestar-se a favor de reivindicações anticoloniais na ONU quando eles mesmos praticavam entre as suas fronteiras a exploração dos índios e a discriminação dos negros. Um argumento idêntico foi aplicado à URSS, cujo voto na ONU era constantemente colocado em confronto com o que se indicava ser a subjugação e a opressão dos povos da Hungria, da Polónia, da Roménia e da Bulgária e com a não-aceitação pela URSS de qualquer interferência internacional nos seus territórios. Por meio desta fórmula de contaminação, todos os adversários se viam incluídos na contradição de serem poderes colonializadores que reivindicavam o exercício do seu governo sem intromissão das potências estrangeiras.

A política norte-americana continuou a ser representada na imprensa portuguesa como desconexa, manifestando-se como bem entendia sobre os assuntos internos e externos de outros países.<sup>327</sup> Por um lado, indicava-se, os EUA atacavam Portugal, apoiando a intervenção do organismo internacional nos seus assuntos internos, por outro receavam atacar a URSS desistindo de pedir uma investigação sobre o que se passava na Hungria e nos outros satélites. Acusava-se ainda os EUA de defenderem Angola, mas não o Laos, de não tolerarem a agressão comunista num país asiático, mas de a admitirem em África. A peça sugeria uma articulação de interesses entre os EUA e a URSS indicando que a diplomacia da nova administração norte-americana estava a desenvolver-se “sob a capa de manobras secretas”. Ideia idêntica voltou a ser afirmada numa notícia de *O Século* (31-03-1961: 16) titulada “É impulsionada pelos comunistas – há já certeza... - a nova atitude americana a respeito de Angola – diz o *Times*, de Los Angeles”.

---

<sup>327</sup> Em “Atitude Paradoxal dos Estados Unidos na ONU quando se trata de Angola e da ação soviética na Hungria” (*O Século*, 29-03-1961:1) apontava-se a ausência de apoio e a não assunção de uma posição pública por parte do governo norte-americano à aspiração do povo da Irlanda à independência, enquanto, no início do século, os EUA tinham apoiado as pretensões dos sul-africanos de se libertarem do domínio britânico e alcançar a independência. Mas já em relação à situação da Hungria, refere-se haver indícios para supor que Adlai Stevenson estava disposto a retirar o assunto da agenda da ONU.

A noção de um controlo da situação em Angola continuou, porém, a dominar a imprensa portuguesa<sup>328</sup> até ser noticiada a detenção do reverendo Manuel das Neves, no início do mês de abril. Na notícia da agência Lusitânia que fez a primeira página da maioria dos jornais,<sup>329</sup> indicava-se que o reverendo, apresentado como um “mestiço de aparência muito bondosa e falas mansas” e que ocupava um alto grau na hierarquia da igreja católica em Angola, vinha sendo observado pela polícia pelos seus “passos e actividades extra-religiosos”. A polícia acabava por prendê-lo “depois de obter provas insofismáveis da sua culpabilidade” nos acontecimentos das semanas anteriores. Seguindo os termos do artigo, alegava-se ser de conhecimento público que o cônego das Neves «não conseguia por vezes ocultar sentimentos políticos de simpatia pelos movimentos chamados “nacionalistas”, que se desenvolveram em África com o apoio dos comunistas e de alguns “idealistas” da UNO». A prisão do cônego das Neves, apontado no corpo da notícia e nos títulos dos matutinos como o provável “chefe supremo da organização subversiva que foi responsável pelos numerosos actos de terrorismo” em Angola, foi noticiada como marca do êxito da ação de vigilância portuguesa e como motivo de acalmia no território, confirmada com a alusão do regresso dos colonos às suas instalações e trabalhos agrícolas.

### **O terrorismo da UPA e o terrorismo de Estado**

Além da pressão internacional exercida no âmbito da ONU, com denúncias largamente fundadas sobre as condições gerais de vida e as práticas laborais em Angola, o regime do Estado Novo continuou a ser objeto de escrutínio na imprensa estrangeira. Esta última, dando voz a representantes de movimentos anticoloniais em Angola ou procurando privilegiar o senso da problematidade, muito para lá da mera lógica de irrupção do acontecimento, difundia um enquadramento que descobria as estruturas de dominação colonial, a incorporação coerciva dos povos, a diferenciação dos direitos de cidadania entre os povos da metrópole e os dos territórios colonizados. O correspondente do *Daily Telegraph* em Angola reproduziu, nessa última semana de

<sup>328</sup> “A população de Angola revela maior serenidade em face dos acontecimentos – diz-se de fonte oficial”, *Diário de Lisboa*, 22-03-1961:7; “Os terroristas não tomaram qualquer nova iniciativa, até esta manhã. A população está mais serena. O governador-geral enviou um dos secretários provinciais a Carmona, onde a situação está a normalizar-se rapidamente”, *Diário de Notícias*, 23-03-1961:5; “Normaliza-se a situação em Angola”, *Diário de Notícias*, 23-03-1961:5. Esta mensagem é também impulsionada pelo que surge designado sob a alusão animalésca ao “cerco” ou ao “encurralamento” dos “terroristas: “Os bandos de terroristas estão a ser encurralados em duas áreas principais”, *O Século*, 23-03-1961: 9; “Estão a ser cercados os bandos que espalharam o terror no norte de Angola”, *Diário de Notícias*, 23-03-1961: 1.

<sup>329</sup> “Foi preso em Luanda um sacerdote mestiço que tudo indica ser o chefe supremo da organização responsável pelos atos de terrorismo ocorridos em Angola”, *Diário de Notícias*, 01-04-1961:1; “Foi preso em Luanda um sacerdote que talvez seja o chefe supremo da organização subversiva responsável dos atos de terrorismo”, *O Século*, 01-04-1961:12; “Causou emoção em Luanda a notícia da prisão do cônego Manuel das Neves”, *Diário de Lisboa*, 01-04-1961:1; “Os graves acontecimentos em Angola”, *República*, 01-04-1961:1.

março,<sup>330</sup> um apelo de Holden Roberto em Leopoldville dirigido à opinião mundial no sentido de fazer pressão para que os portugueses parassem com o que o designou como a matança, o terror e a repressão em Angola. Holden Roberto frisou haver refugiados a serem fuzilados por aviões portugueses, aldeias a serem devastadas, prisioneiros torturados e massacres perpetrados contra negros angolanos. Um outro artigo do *Economist*<sup>331</sup> indicou a necessidade de se introduzirem mudanças no sistema colonial português e afirmou não ter quaisquer dúvidas de que mais se seguiria se o governo português falhasse em modernizar e em aperfeiçoar a sua política em África. Os rumores notados pelo correspondente do *The Observer* em Lisboa<sup>332</sup> de um “governo provisório” em Camabatela, a norte de Angola, seriam um indício particularmente evidente de uma vontade de emancipação de Angola do domínio colonial português.

Neste mesmo período, os serviços de informação da PIDE alertaram a Presidência do Conselho para o facto de se encontrar na ONU “a fim de chamar a atenção sobre os presos africanos que foram detidos logo após os acontecimentos do Santa Maria, o Amílcar Lopes Cabral (Abel Djassi)”.<sup>333</sup> Amílcar Cabral, que completara os seus estudos em Agronomia em Lisboa e passara pela Casa dos Estudantes do Império e pelo Centro de Estudos Africanos, participando em grupos oposicionistas ao regime, em estreita ligação com Mário Pinto de Andrade e Agostinho Neto (Sousa, 2011), suscitava já uma apreensão entre o regime pela intensa ação política e diplomática que vinha desenvolvendo e pelo recurso aos *media* (Martinho, 2017) na sua defesa de uma “reafricanização dos espíritos”. Os serviços de informação permaneceram também atentos às denúncias de Basil Davidson que, segundo uma nota desta altura dos serviços de informação,<sup>334</sup> reafirmava haver uma “escravatura periódica” em Angola, apontando o caminho de ferro de Benguela como uma empresa onde existia trabalho forçado.

Enquanto a imprensa portuguesa prosseguiu o enquadramento de vitimização do governo de Salazar, a noção da afirmação de setores da sociedade portuguesa exigindo mudanças do regime político no sentido de uma liberalização dos laços económicos entre Lisboa e Luanda emergiu nas páginas dos jornais franceses e ingleses. Algumas notícias avançavam estar o governo de Lisboa a considerar importantes mudanças em Angola depois de um sinal de alarme que lhe tinha sido endereçado a semana anterior por quatro empresas de Luanda.<sup>335</sup> Efetivamente, dias antes, a imprensa britânica tinha dado conta de um telegrama assinado em nome de associações comerciais, industriais e agrícolas de Angola e da associação dos proprietários de Luanda reivindicando a

<sup>330</sup> «Angolese “flee to Congo”. “Terror” claim», *Daily Telegraph*, 25-03-1961: 13.

<sup>331</sup> “Angola to be Continued”, *Economist*, 25-03-1961: 1172.

<sup>332</sup> “Angola rebels form Cabinet”, *The Observer*, 26-03-1961: 6.

<sup>333</sup> AOS/CO/NE 21 Pt 36, Informação PIDE nº 377/61-GU (25-03-1961).

<sup>334</sup> AOS/CO/PC 78 D, Pt 14.

<sup>335</sup> “Selon le Times. Le Gouvernement portugais envisagerait des reformes en Angola”, *Le Monde*, 30-03-1961: 2.



transferência do Ministério do Ultramar para Luanda e pedindo o envio urgente de fundos em atraso.<sup>336</sup> A partida aparentemente precipitada do ministro do Ultramar, Lopes Alves, para Angola foi apontada como um indício da seriedade com que o regime português estava a enfrentar o “estado de crise” no território e também da possível disposição de Salazar para tomar uma ação imediata que fosse ao encontro das demandas dos agricultores, comerciantes e proprietários de Angola. As alusões a uma putativa inclinação do governo para implementar decretos concernentes a sua política colonial, para fomentar o investimento privado em Angola e Moçambique e aumentar as forças armadas nesses territórios misturam-se nessas notícias com a referência a rumores em Lisboa de que Salazar estaria a planear uma reestruturação do seu governo enquanto alguns ministros empreendiam “esforços desesperados” para manter os seus postos.

A imprensa deu a conhecer a publicação de um decreto-lei com alterações na regulação da defesa civil de Angola, determinando a criação nos territórios africanos do que indicava ser um “corpo de voluntários constituído por cidadãos portugueses ali residentes e em condições de cooperarem na manutenção da ordem e na defesa da integridade da soberania nacional no respetivo território”. Estabelecia também o recrutamento urgente de guardas em Angola, a aprovação de um novo orçamento destinado a cobrir as despesas relacionadas com Angola e a montagem de um “sistema de alarme” em todas as dependências.<sup>337</sup> Mas diferentemente da noção de salvaguarda da ordem e da segurança veiculada na imprensa portuguesa, o correspondente do *Guardian* em Salisbury dizia ter recebido a informação do Cônsul Geral americano na Federação da Rodésia de que as autoridades portuguesas haviam começado a lançar bombas de aviões de guerra em aldeias do Norte de Angola numa tentativa de quebrar o movimento de resistência africano.<sup>338</sup> Aldeias onde viviam os suspeitos líderes do movimento de resistência tinham sido encontradas reduzidas a cinzas, notificava o cônsul americano, estradas e pontes eram cortadas para isolar os grupos de aldeãos, e centenas de africanos estavam a morrer diariamente, contrariando as estimativas das baixas pelas agências de notícias portuguesas. O correspondente do *Sunday Times* em Lisboa<sup>339</sup> falava de uma “acção sistemática repressiva” contra os rebeldes no Norte de Angola garantida por uma parte considerável das 2500 tropas enviadas da metrópole e auxiliadas por cerca de 7500 angolanos.

A 5 de abril, o jornal *France Soir* publicou a primeira fotografia divulgada na imprensa, que ocupou

<sup>336</sup> Ver subponto «“Desperate” Position», incluído na notícia “Salazar Envoy to Act in Angola Crisis”, *Sunday Times*, 26-03-1961:3.

<sup>337</sup> “Portugal to form defence corps overseas”, *Guardian*, 01-04-1961: 7; “Volunteer corps for Angola. Training of civilians for emergency”, *The Times*, 03-04-1961: 7. A este respeito, na imprensa portuguesa, ver “A defesa civil no Ultramar estruturada num diploma publicado no Diário do Governo”, *Diário de Notícias*, 31-03-1961:1; “A organização da Defesa Civil no Ultramar”, *O Século*, 01-04-1961:12; “A defesa das províncias ultramarinas”, *República*, 01-04-1961:1.

<sup>338</sup> «Portuguese “Bomb villages” – Reports from Angola», *Guardian*, 01-04-1961: 7.

<sup>339</sup> “Round-up of Africans in Angola”, *Sunday Times*, 02-04-1961:2.

praticamente a metade da página, com o título “Exclusif 1ère photo des troubles en Angola portugais où il y eut plusieurs centaines de victimes”. A legenda da fotografia indica poder ver-se alguns policiais a bater num negro suspeito de ter participado nos distúrbios. Dias depois da publicação dessa fotografia, o *France Soir* revelava que milhares de refugiados africanos, entre os quais um grande número de mulheres e crianças, estavam a cruzar a fronteira de Angola com o Congo, fugindo aos massacres e à repressão.<sup>340</sup> 3000 pessoas vindas de Angola teriam já passado a fronteira nesta região ao longo das últimas semanas e contado como centenas de membros da tribo bacongo tinham sido massacrados. João Eduardo Pinnock, um dos dirigentes da UPA, anunciou a partir de Leopoldville, numa denúncia divulgada no *Le Monde*,<sup>341</sup> que perto de 16 mil africanos tinham fugido de Angola para se refugiarem no Congo, que 28 aldeias tinham sido destruídas e os seus habitantes “exterminados”. Por sua vez, o correspondente especial do jornal *Paris-Presse Intransigeant* em Angola, José Peraya,<sup>342</sup> apontou um balanço de 600 a 700 mortos entre os rebeldes, contra os 300 calculados pelas fontes portuguesas, e afirmou que o “vigor da repressão” portuguesa estava à altura da “brutalidade da agressão”. Além da resposta armada das chamadas forças da ordem, o correspondente falava de uma “vingança cega” dos brancos em Angola.

Na imprensa portuguesa, não há imagens destes acontecimentos, o que, contudo, não deve levar a deduzir que o início da guerra em Angola foi marcado pela ausência de imagens e a ignorar a importância crucial das fotografias, nomeadamente na arena da diplomacia. Como foi notado na investigação levada a cabo por Afonso Ramos (2014), depois de um bloqueio de informação, muitas imagens resultaram de ordens superiores para integrar um número de fotógrafos e operadores de câmara dos serviços oficiais entre as primeiras colunas de batedores a subirem Angola no dia 17 de março, com a missão de documentar os cenários de morte, submetidos à perspetiva estabelecida pelas autoridades. Tais imagens, centradas na experiência individual da morte, não foram divulgadas na imprensa portuguesa, mas foram usadas na arena internacional ou em locais públicos para criar uma “histeria do socorro” (Ramos, 2014: 408) e com o objetivo de silenciar os críticos da ação colonial portuguesa.<sup>343</sup> Já no caso britânico no Quênia, o *Office of Information* tinha apoiado

<sup>340</sup> “Fuyant l’Angola, des milliers d’africains se réfugient au Congo (ex-belge). L’état de massacres auxquels ils auraient échappé pour se réfugier au Congo”; “Des milliers d’africains fuient d’Angola pour se réfugier au Congo”, *France-Soir*, 08-02-1961:1 e 5. A este respeito, ver também “Fuyant la répression, de nombreux Angolais se seraient réfugiés au Congo”, *Le Monde*, 09-04-1961:3.

<sup>341</sup> “Fuyant la répression, de nombreux Angolais se seraient réfugiés au Congo”, *Le Monde*, 09-04-1961:3.

<sup>342</sup> “Noirs et Blancs, tous son égaux... mais dans la misère”, *Paris-Presse Intransigeant*, 09-02-1961:4.

<sup>343</sup> Em Portugal, foram feitas grandes ampliações das fotos que foram afixadas, poucas semanas depois dos acontecimentos, nas vitrinas do Palácio Foz, sede do SNI, no largo dos Restauradores. E a 7 de junho, enquanto Vasco Garin discursava, os seus ajudantes erguiam quatro ampliações de imagens de bebés mortos no berço, duma mulher violada e dos cadáveres de Madimba. A Sociedade de Geografia montou também uma exposição com essas fotografias, enquanto a literatura comercial não cessará de publicar algumas dessas imagens em capas e contracapas, com a aprovação da censura (Ramos, 2014).

panfletos de imagens macabras e explorado imagens após os ataques dos Mau-Mau contra europeus no intento de traumatizar o público e justificar a repressão. À semelhança dessa campanha britânica, as autoridades portuguesas usaram as fotografias dos ataques da UPA com o intuito de legitimar argumentos de destruição, perseguição e morte em Angola, levando “o horror da fotografia às últimas consequências” (Ramos, 2014: 401).

Nas semanas seguintes, outros vestígios escritos testemunharam a violência da retaliação e dos atos de vingança desencadeados pelas forças portuguesas em Angola. Um relatório militar datado de abril de 1961 estudado por António Araújo (2012: 37-57) documentou uma série de execuções e a profanação dos cadáveres a poucas dezenas de quilómetros de Luanda, na zona do Catete, na sanzala Mihinjo. A violência da ação aparece explicitada no relatório que aludiu o corte das cabeças de negros da sanzala e a sua exposição nos paus, por tempo indefinido e com os rostos virados para o chão, qual réplica das ações cometidas pela UPA nas fazendas e administrações do norte de Angola. Ao lado, os paus sem cabeça insinuavam o fim de todos os que fossem dados como agressores, e espalhavam sentimentos de ódio e pavor entre as populações das sanzalas. A violência da ação, que António Araújo classificou de um “ato de pura violência colonial”, combinava-se com a violência verbal do relatório, pejado de fórmulas eufemísticas, também elas indicativas da violência característica do sistema colonial, que mencionavam uma “ação punitiva de pacificação”, como se a linguagem da violência fosse a única entendível pelo negro. Seguindo de perto os termos de Araújo, as execuções na sanzala evidenciaram que o poder formal podia ser tão brutal quanto aqueles que ousassem questioná-lo. Mas o triunfo da “linguagem das catanas e dos paus”, contendo em si a marca da falência de um projeto que se autodesignava de civilizador, revela porventura a natureza indissociável do projeto colonizador e da violência impingida sobre o colonizado (Araújo, 2012: 53).

A acuidade do regime de Salazar em eliminar quaisquer vestígios que permitissem descortinar a violência praticada pelo Estado resultou na destruição das cópias do documento, de que terá restado apenas uma. Todavia, o esforço do regime para angariar uma boa imagem junto dos *media* estrangeiros mostrava-se cada vez mais infrutífero, com a imprensa a difundir o exercício de uma violência do Estado confluyente na revelação do que pode porventura ser designado por “terrorismo de Estado”.<sup>344</sup> Nas notícias publicadas em jornais britânicos e franceses continuaram a surgir testemunhos de uma violência das autoridades portuguesas muito extensa em escala e grau de

---

<sup>344</sup> A este respeito, ver Malley, McCarthy e Hines (2013); Wikinson (2006 [1974]); Jackson, Murphy e Poynting (2010: 209-211); Sobel (1975). Entre as definições elencadas por estes autores, além do “terrorismo revolucionário”, com o objetivo de conduzir uma revolução política, ou do “terrorismo sub-revolucionário”, usado para motivos políticos que não o da revolução ou da repressão governamental, descobre-se um profundo interesse pela dimensão do terror do estado, definido por Wilkinson como a terceira categoria de terrorismo.

destruição, de uma debandada de refugiados e da sua fuga para o Congo. Na imprensa portuguesa, porém, os textos mantiveram-se alinhados com a definição de terrorismo como uma ação tomada contra o Estado e nunca de uma ação tomada pelo Estado. Uma das possibilidades iminentes ao monopólio da violência pelo Estado é a transgressão do enquadramento estritamente legal que, em teoria, age para limitar a sua arbitrariedade. É neste momento que se fala de Estados que se tornam terrorísticos ou que empregam técnicas inaceitáveis, cujo uso eles tentam denegar, dissimular ou atenuar com eufemismos.

A ideia de uma singularidade do terrorismo, sugerida nas matérias publicadas em Lisboa, residiria na particular gravidade dos factos incriminados. No entanto, se se quiser manter distância em relação ao efeito de intimidação próprio à encenação desses atos nos *media*, dificilmente este argumento resistiria à análise, tornando-se perceptível que o conceito de terrorista, por si só, toma a violência assim designada como incomparavelmente mais prejudicial para a sociedade do que outra prática que testemunhe também uma hostilidade aos fundamentos de um Estado de direito. Por princípio, se o que permite aplicar a designação de terrorismo reside na vontade real ou suposta do autor de uma infração de direito comum de desestabilizar violentamente a ordem pública, de aterrorizar, ela pode ser potencialmente aplicada a um grande número de situações. A arbitrariedade com que se aplica o conceito de terrorismo para designar certos atos e não outros traz implícita a avaliação de atentar mais contra a coesão e a ordem social o crime cometido por um estranho sob qualquer tipo de superstição do que o crime cometido por interesse ou dogmatismo ideológico (Sizaire, 2016).

É porque muitos atos de violência são provavelmente reconhecíveis como tal que as dimensões comunicativa ou simbólica e expressiva da violência se revelam particularmente pertinentes. Enfatizar a importância dos *media* e da comunicação nessas ações significa que a extrema complexidade do designado terrorismo não se dissocia das percepções e emoções de quem participa ou observa estes atos (Matusitz, 2013; Miller *et al*, 2008). Discussões recentes sobre o terrorismo têm focado o problema da definição, da conceptualização e do relato de diferentes eventos violentos, e acentuado a relação inextricável entre a violência e a mediação dessas ações (Norris, Montague e Just, 2003; McNair, 1999; Wilkinson, 1997; Wardlaw, 1989; Nacos, 2005). Ao colocar a linguagem sob uma lente crítica, estes estudos têm vindo a reforçar a noção de que as ações categorizadas de terrorismo e a atividade dos *media* de as enquadrar são manifestações coevas das mesmas relações sociais modernas e dos discursos de ordem. Uma vez aplicado, o poder do nome é tal que o processo pelo qual foi escolhido geralmente desaparece e uma série de associações normativas, motivos e características são anexadas ao sujeito nomeado (McKie e Munshi, 2008).

A imprensa terá contribuído para esse efeito de arbitrariedade, pois quando o sofrimento que não é

diretamente experienciado passa a ser mediado pelos meios de comunicação baseados na transmissão à distância, estes assumem um papel determinante na seleção dos sofrimentos a desvelar e dos outros a manter velados. Em toda a cobertura dos ataques a 15 de Março, foi constante o apagamento do legado de violência da história da expansão colonial portuguesa e das ações de vingança aqui mencionadas. A realidade de contorno bélico, contudo, era cada vez mais dificilmente disfarçável, suscetível de ser descortinada no anúncio de reforços militares enviados para Angola, no balanço que ia sendo atualizado das mortes<sup>345</sup> e nas notícias em repetição da chegada a Lisboa de portugueses que estavam a deixar Angola.<sup>346</sup> A sequência de notícias publicadas, não obstante as falhas concernentes a exercícios de descontextualização e de obscurecimento, abria ao leitor a possibilidade de descodificar o emprego de um tipo de violência por parte do Estado Novo que nada tem a ver com o coeficiente do “óptimo do terror” com que o sociólogo Hermínio Martins (1998 [1968]: 44-45) designou a utilidade da violência para o governo de Salazar, retratando-a como um fim em si e ainda como meio para engendrar um ambiente de silêncio e de medo.

Note-se que com esta classificação, H.Martins pretendeu menos enfatizar a importância da violência como parte do modelo de coação do regime do Estado Novo do que sublinhar a primazia de formas de coerção que se serviam de ações de violência não sistemáticas, também pelo seu potencial de difusão de medo e de coerção preventiva. Afastando-se da orientação de académicos que colocaram a violência no centro do edifício do regime salazarista, Martins definiu a particularidade do regime pela exploração de um “coeficiente óptimo da economia da violência”, quer dizer, um modelo de coação que recorria a poucas ações de brutalidade extrema enquanto visava maximizar o efeito dissuasor das mesmas. O regime procurava ocultar essas situações de violência, deixando ao mesmo tempo de forma suficientemente perceptível o poder sugestivo da violência, uma junção paradoxal que Jacinto Godinho (2017) designou de “espetáculo de sigilo”. A eficácia da violência, nesta aceção, resultaria sobretudo do seu uso como propagação do medo. Vale a pena acrescentar, por exigência de rigor, que Hermínio Martins propõe esta caracterização da violência no Estado Novo excluindo de forma explícita a particularidade da violência exercida em contexto colonial. De qualquer forma, o que se pretende aqui afirmar é que, ao longo de 1961, não obstante os esforços do regime em arredar do conhecimento público ações de violência colonial ou de perseguição aos seus opositores, a propensão dos jornais para publicitar o extraordinário, o surpreendente, o fora do comum, tendeu a contrariar o propósito de Salazar de fazer de conta que nada se passava. As ações

<sup>345</sup> Morreram em Luanda alguns dos feridos nos assaltos registados no Norte de Angola”, *Diário de Lisboa*, 22-03-1961; “Morreram em Luanda algumas das vítimas dos terroristas”, *O Século e Diário de Notícias*, 23-03-1961.

<sup>346</sup> “Chegaram 26 passageiros de Angola”, *República*, 01-04-1961.

mais sanguinárias, como aquelas documentadas no relatório anteriormente referenciado, foram afastadas das páginas dos jornais, é certo, mas o espectro da violência por parte das autoridades portuguesas em Angola não deixa de ser pressentido na sucessão de notícias publicadas em Lisboa e mais ainda no confronto com a imprensa estrangeira.

Ainda assim, a tentativa de ofuscar da população portuguesa a evidência da evolução da situação em Angola prosseguiu, quer nas notícias que reportavam a curta viagem do ministro do Ultramar em Angola<sup>347</sup> e a reocupação de vilas e fazendas que tinham sido assaltadas<sup>348</sup> quer em notícias em que se retomava todo o imaginário de uma vocação civilizacional e de um jeito colonizador peculiar dos portugueses e da sua disposição desenvolvimentista para Angola. A historieta reproduzida numa crónica de primeira página assinada por César Faustino na rubrica “De Portugal a Portugal pela rota do Paraíso” (*Diário de Lisboa*, 03-04-1961) narrava que quando dois pescadores desportivos negros caíram ao mar, o branco britânico que fazia par com um deles se afastava “imperturbável” e “com um gesto de superioridade e de enfado”, enquanto o branco português, que estava com o segundo, se desenhava dos sapatos e se lançava “pronta e arrojadamente à água”, numa demonstração do “puro e tradicional sentimentalismo lusitano”. A crónica continuou, exaltando o modo de vida dos trabalhadores negros nos territórios sob domínio português. O negro, lê-se no texto, “veste bem” e “usa óculos”, passeia por vezes de carro e revela “sentido de higiene e sede de cultura”, estudando muitas vezes sem conhecimento do patrão. O negro “come do melhor”, tem “assistência médica gratuita”, o “ordenado certo quando está doente” e, em muitos casos “é o próprio patrão que o vai buscar e levar a casa, de automóvel, antes e depois do serviço...”. A mulher indígena, por sua vez, “goza de maior independência que a mulher que vive na Metrópole” e “faz-lhe inveja”, “sentada na esplanada, conversando paulatinamente, fumando e bebendo o seu café, enquanto se delicia com as interpretações de Elvis Presley e Amália Rodrigues”. Já o “criado de mesa” do hotel onde o cronista diz estar hospedado, esse era “um metropolitano”.

### **A tentativa de golpe do general Botelho Moniz desvelada pelos correspondentes em Lisboa**

Ao mesmo tempo que o general Beza Ferraz era citado como afirmando estar a situação em Angola “em vias de completo restabelecimento”, notícias do *Le Monde* publicadas nos últimos dias de março mencionavam haver sintomas de uma incomodidade da população portuguesa com a

---

<sup>347</sup> “Se não tivessem vindo elementos do exterior o que se verificou nunca teria acontecido – afirmou, numa conferência de imprensa, em Luanda, o Sr. Ministro do Ultramar”, *O Século*, 02-04-1961: 1.

<sup>348</sup> “Os colonos de Vila Viçosa recuperaram a vila e as fazendas dos arredores”, *República*, 03-04-1961; “Reocupada uma aldeia dos Dembos”, *Diário de Lisboa*, 03-04-1961: 1; “Os indígenas do Congo português regressam às suas sanzalas apoiados por colunas militares”, *Diário de Lisboa* 04-04-1961: 1; “Foi verdadeiro domingo de Páscoa – tranquilo, animado e confiante – o dia de ontem em Luanda”, *O Século*, 03-04-1961:1.

situação em Angola<sup>349</sup> e difundiram os rumores em Lisboa sobre os planos de Salazar de uma reestruturação do seu governo. Tais rumores foram também notados pelo embaixador francês em Portugal. O embaixador comentava numa nota que a “fraqueza do regime, inerente à sua rigidez, aparece cada vez mais à medida que as dificuldades surgem no exterior”. A nota levantava o problema da evolução do regime numa altura em que, com o assalto ao Santa Maria a render uma popularidade singular a Salazar, haveria rumores de que o chefe do governo pretendia retirar-se do cargo pelo seu 72º aniversário, no final do mês seguinte, e de que uma reestruturação ministerial estava a ser conjecturada.<sup>350</sup> O rumor não era inédito. No início desse mês, Menthon tinha já escrito ao ministro Maurice Couve de Murville sobre esses boatos das possíveis intenções de afastamento de Salazar e dava conta de sinais de uma fragmentação no corpo militar.<sup>351</sup> Este rumor suscitou uma série de questionamentos no embaixador francês: seria simplesmente parte do arsenal usado pela oposição na “guerra de nervos” contra o regime, acentuada após a tomada do Santa Maria, e nas vésperas das eleições legislativas a realizar-se nesse outono? Seria uma resposta à preocupação, expressa em certos círculos governamentais, de ver o funcionamento das instituições progressivamente liberalizado e a sucessão de Salazar preparada para evitar sobressaltos internos face às medidas que pesavam sobre o ultramar português? Corresponderia esse rumor a uma intenção efetiva de Salazar? Sobre esta última hipótese, Menthon confessava inclinar-se a pensar que Salazar resistiria a abandonar a direção do governo. A não ser por ação de acontecimentos imprevisíveis, considerava o embaixador francês, o regime manter-se-ia por tanto tempo quanto Salazar prevalecesse no poder, garantindo a estabilidade e a coesão governamental.

Na esteira destes boatos documentados nas trocas diplomáticas no meio francês, a 14 de abril, o enviado do jornal francês *Figaro* a Lisboa deu conta de rumores na capital sobre um plano de

<sup>349</sup> “En Angola. Dernier Bilan des troubles. Cent soixante-quatre morts”, *Le Monde*, 29-03-1961: 3

<sup>350</sup> Nota 30-03-1961, recolhida em 200 Q 0 117: « La faiblesse du régime inhérente à sa rigidité, apparaît de plus en plus au fur et à mesure que les difficultés surgissent à l’extérieur (...) La popularité du Président Salazar est sortie plutôt grandie que diminuée de l’aventure de la Santa Maria. Jamais, au cours de sa longue carrière politique, cet homme solitaire n’avait reçu un hommage populaire aussi spontané et aussi grand que lors du retour à Lisbonne du navire. Mais le problème se pose de savoir si l’évolution du régime, qui semble inévitable, se fera avec ou sans Salazar (...) On peut cependant penser que, si son état de santé ne l’y oblige pas, il hésitera à abandonner la direction des affaires au moment où sa présence peut apparaître indispensable à la stabilité et à la continuité de son œuvre ».

<sup>351</sup> Embaixada de França em Portugal, nº 190 / EU (06-03-1961), 200 Q0. 76. “Parmi les nombreuses rumeurs qui circulent à Lisbonne avec une recrudescence nouvelle depuis l’affaire du Santa Maria, il en est une qui fait état, avec une certaine insistance, de l’intention qu’aurait M. Salazar de se retirer de la vie politique à l’occasion de son 72<sup>ème</sup> anniversaire, le 28 avril prochain. Pour justifier sa retraite, il invoquerait, non pas son âge ni son état de santé qui exigeraient cependant de plus en plus de ménagements, mais la nécessité d’assouplir le régime; à situation nouvelle, penserait-il, doivent faire face des hommes nouveaux (...) il est fort difficile d’émettre une appréciation autorisée étant donné l’isolement dans lequel vit le Chef du Gouvernement et le caractère secret qu’il conserve à toute ses décisions jusqu’au moment où elles sont annoncées publiquement. J’incline personnellement à penser que, même s’il a le désir (...) de quitter le pouvoir, il hésitera beaucoup, à moins que son état de santé ne l’y oblige, à abandonner la direction du Gouvernement, précisément parce que sa présence peut apparaître indispensable à la stabilité et à la continuité du régime en considération à la fois des menaces visant les provinces portugaises d’Outre Mer et des prochaines élections législatives.

desobediência de um grupo de militares. Segundo a notícia,<sup>352</sup> os militares, sob a orientação do general Botelho Moniz, teriam tentado tomar o poder e forçar à exoneração de Salazar. A partida precipitada de Botelho Moniz de Lisboa para um destino desconhecido imediatamente após a sua destituição do cargo de ministro da defesa e os relatos das prisões de civis e oficiais do Exército por, alegadamente, conspirarem contra Salazar serviram de base à constatação, impressa nesse jornal, de que estivera iminente um “golpe de Estado”.<sup>353</sup> No dia seguinte, o enviado especial deste jornal, Henry Nicolle, reformulou a classificação atribuída à tentativa de revolta entre os escalões das Forças Armadas, dizendo que um “golpe de força”, e não “um golpe de Estado”, tinha acabado de ocorrer em Lisboa. Fosse porque não reunia, nas palavras do enviado, o apoio unânime da oposição portuguesa, ou porque Salazar, advertido das discussões em curso entre os oficiais gerais, preparava já o contra-ataque, demitindo os chamados “conspiradores” e assumindo pessoalmente a pasta da Defesa, a tentativa de golpe tinha fracassado. No entanto, os relatos deste jornalista a partir de Lisboa trouxeram à evidência os vestígios de um acontecimento disruptivo que estivera subjacente à reorganização do governo decretada por Salazar nesse mesmo dia, ligado ao exacerbar de um clima interno hostil ao regime mas sem um alcance revolucionário, como se anuncia no título do artigo: “Climat alourdi dans la capitale portugaise, Mais pas d’atmosphère révolutionnaire” (*Figaro*, 15-04-1961: 1).

Parte de uma nova geração de oficiais formada em contacto direto com as estruturas da NATO, que, no contexto do pós-segunda guerra, produzira efeitos profundos nas Forças Armadas e na política de defesa portuguesa, o general Botelho Moniz vinha manifestando uma posição crítica ao que considerava ser o obsoletismo do sistema político e da administração pública do país. Botelho Moniz reprovava também a inflexibilidade na preservação do seu domínio colonial, a custo de uma instituição militar que dizia estar fragilizada e dividida sobre a postura de obstinação do regime em Angola e de um desencontro radical com a inclinação pública internacional predominante. Numa carta endereçada a Salazar no final do mês de março, o então ministro da Defesa mostrou as suas profundas reservas sobre as capacidades, a motivação e a coesão do Exército para uma ação de grande escala em Angola, e criticou a prevalência de valores que considerava “gastos” e carentes de reformas, bem como o que dizia ser a inaptidão do governo para fazer face aos acontecimentos e a degradação da sua reputação no exterior. Nessa carta, citada num estudo de Luís Nuno Rodrigues (2008: 36-47), Botelho Moniz exortou o Presidente do Conselho a tomar medidas para “desanuviar

<sup>352</sup> “Au Portugal, Salazar prend en main le ministère de la Défense. et limoge les ministres des Armées et des Territoires d’outre mer. ‘Pas d’heure à perdre pour défendre l’Angola et l’intégrité de la Nation’ déclare-t-il”, *Figaro*, 14-04-1961: 1 e 3.

<sup>353</sup> “Un coup d’état aurait même été imminent ces jours derniers et ce serait pour reprendre l’armée en ces mains que Salazar aurait décidé ce remaniement. Une autre raison l’aurait poussé à changer son ministre des Territoires d’Outre mer: celui de conserver coûte que coûte ces territoires”, *Figaro*, 14-04-1961: 1 e 3.



o ambiente político nacional e o clima internacional”. O general advertiu para a possibilidade de um “aniquilamento total” das Forças Armadas em África caso a condução política orquestrada por Salazar concernente a Angola não sofresse uma inflexão. Sublinhou estarem aquelas à beira de uma “situação insustentável” e em vias de “ficar à mercê de um ataque frontal, com forças dispersas por quatro continentes, sem meios bastantes e com uma missão de suicídio da qual não [seriam] capazes de sair, uma vez que a política lhe não encontra solução nem parece capaz de a procurar”.

Sob o ímpeto desta carta, Salazar recebeu Botelho Moniz nos últimos dias de março, num encontro em que, seguindo o testemunho de Franco Nogueira (1984: 228-229), o general terá sustentado o não abandono do Ultramar, mas alertado para a premência de “pintar a fachada com outra cor” para apaziguar as nações afro-asiáticas e atenuar o criticismo dos EUA. Ao mesmo tempo, porém, o antigo ministro da defesa Santos Costa terá pressionado Salazar a enveredar por uma “solução militar do problema colonial” (Rodrigues, 2002). Perante o silêncio de Salazar às propostas de reforma do governo e de uma solução política moderada para o problema colonial, Botelho Moniz insistiu junto do Presidente Américo Tomás na urgência de afastar Salazar e começou a conjecturar uma tentativa de golpe. Uma notícia de primeira página do *Le Monde*, assinada de Lisboa,<sup>354</sup> informava sobre uma reunião de oficiais na Escola de Altos Estudos Militares, ocorrida na semana anterior à reorganização executada por Salazar, na qual teriam sido tecidas críticas veementes contra o governo, acusado de improvidência na sua abordagem às revoltas em Angola. Nesse encontro do Conselho Superior de Defesa, ter-se-ia desenvolvido a ideia de compelir Salazar a abrandar a sua política, sob pena de forçar a sua demissão, e de se constituir uma equipa decidida a colocar à disposição das autoridades angolanas todos os meios necessários para abolir a rebelião e contrabalançar, frente à opinião mundial, os efeitos da forte repressão em Angola.<sup>355</sup> Esse rumor sobre uma reunião agrupando as personalidades do regime e da oposição liberal, ocorrida na casa do antigo presidente da república, o marechal Craveiro Lopes, foi também notado num telegrama do embaixador francês em Lisboa.<sup>356</sup> Menthon notava que, independentemente do fundamento em que

<sup>354</sup> “Vaste remaniement de cabinet au Portugal. M. Salazar limoge trois ministre et prend en main le ministère de la defense”, *Le Monde*, 15-04-1961: 1.

<sup>355</sup> Cf. com a seguinte passagem: « Un certain nombre de rumeurs font état d’un mouvement militaire qui se serait ébauché depuis une semaine à Lisbonne. Celui-ci expliquerait le limogeage brutal de certains généraux. Il y a huit jours une réunion d’officiers généraux aurait eu lieu à l’Ecole des hautes études militaires. De violentes critiques auraient été formulées à cette occasion contre le gouvernement de Salazar, taxé d’imprévoyance et de mollesse en ce qui concerne les affaires d’Angola », em *Le Monde*, “Vaste remaniement de cabinet au Portugal. M. Salazar limoge trois ministres et prend en main le ministère de la défense, 15-04-1961: 1.

<sup>356</sup> Telegrama 10-04-1961 nº 128/29, em 200 Q0. 76: « De nombreuses rumeurs circulent à Lisbonne au sujet de la situation politique intérieure ; si la plupart se bornent à annoncer l’imminence du large remaniement gouvernemental qui est attendu depuis quelques temps déjà, certaines font état d’une reunion groupant des personnalités du régime et de l’opposition libérale, qui aurait eu lieu chez l’ancien président de la république, le maréchal Craveiro Lopes, et à la suite de laquelle le président Salazar aurait été invité à se retirer. Quel que soit le fond sur lequel reposent ces dernières rumeurs, elles sont, par elles mêmes, caractéristiques des préoccupations et de la nervosité qui ont provoqué dans les

repousavam estes rumores, eles eram, por si só, característicos das preocupações e do nervosismo provocados pelo desvio do paquete Santa Maria, pelos acontecimentos de Angola, a atitude dos EUA e as reticências do Brasil.

Contando com o apoio, entre outros, do general Beleza Ferraz, chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, do coronel Almeida Fernandes, ministro do Exército, ou do general Albuquerque de Freitas, subsecretário de Estado do Exército, Botelho Moniz convocou os chefes militares, dando ordem para que na noite de 12 para 13 de abril se deslocassem para Lisboa os dois batalhões operacionais da Escola Prática de Infantaria e se executasse um golpe militar (Valença, 1978). O “golpe” tentado pelo grupo encabeçado por Botelho Moniz constituiria um verdadeiro “*ultimatum*” dos chefes militares, dizia-se numa peça do *Paris Presse Intransigeant* redigida de Lisboa,<sup>357</sup> suprimido “in extremis” por Salazar para embargar as intenções de dissidência dos seus ministros. Apesar de o golpe ter saído gorado e de ter culminado na demissão dos “conspiradores”, o que deu origem à designação com que vulgarmente passou a ser referido, “o golpe de Estado demitido”, o plano de um pronunciamento indicia a perda de controlo do governo de Salazar sobre as instituições militares e uma certa disposição destas últimas para a desobediência, reveladora de uma forte politização das Forças Armadas num sentido nada auspicioso às pretensões de Salazar. A revolta ensaiada a 13 de abril de 1961 pode ser pensada, de acordo com os termos de José Medeiros Ferreira (1996: 279), como uma “atitude preventiva contra a definição de um objetivo do poder político tido por irrealista pela instituição militar: a manutenção, pelas armas, dos territórios ultramarinos sob administração portuguesa”. E a consideração do impacto granjeado por este ‘quase-golpe’ não deve prescindir de uma reflexão sobre a circunstância da sua mediatização. Se, na imprensa portuguesa, a censura, nesta conjuntura, determinou cortes, totais ou parciais, em notícias alusivas à oposição ao governo<sup>358</sup> e afastou a tentativa de golpe das páginas dos jornais, a sua ineficácia em sustentar a noticiabilidade nos jornais estrangeiros traduziu-se na possibilidade de estes últimos continuarem o debate, estimulado com a Operação Dulcineia, sobre o clima social e político testemunhado na capital portuguesa. O ensaio de uma sublevação militar lançou um questionamento nesses jornais sobre a plausibilidade da sobrevivência do Estado Novo se se mantivesse imutável a sua política colonial e antidemocrática, perante um ambiente internacional cada vez mais hostil e a consumação das divisões entre alguns quadros das Forças Armadas.

---

esprits l’affaire du Santa Maria, les événements de l’Angola, l’attitude des Etats Unis et les réticences du Brésil.»

<sup>357</sup> “Craignant le “lâchage” de ses ministres. Salazar prend tout en main”, *Paris Presse Intransigeant*, 15-04-1961:1.

<sup>358</sup> Numa notícia de abril (11-04-1961), que reportava a receção, em Lisboa, pelo diplomata brasileiro Afonso Arinos, de Mário de Azevedo Gomes, Acácio Gouveia, Mário Soares e Carlos Pereira, a censura mandou suprimir a enumeração e propôs a sua substituição por “alguns elementos da oposição”. Alguns dias depois, uma breve intitulada “Aeronáutica” (14-04-1961), que notificava o regresso de Nova Iorque do chefe do estado-maior das Forças Aéreas portuguesas, general Albuquerque de Freitas, envolvido na tentativa de golpe planeada por Botelho Moniz, foi cortada pela censura. Ver ANTT/EPJS. Caixa 196. Maço 248/249.

A sensação de agonia crescente sofrida pelo Estado Novo, comprimido entre a contestação armada ao seu domínio colonial em África e a cisão consumada nas chefias militares, terá conduzido à convicção, expressa num editorial do *The Times*,<sup>359</sup> de que não bastariam já reformas de âmbito estritamente militar para conter o processo insurrecional em Angola, uma via que estava justamente na origem da fragmentação entre setores das forças armadas. A este respeito, note-se que a uma solução baseada na via militar, o general Botelho Moniz – lembrado num testemunho do coronel Viana de Lemos (1977) –<sup>360</sup> opôs uma solução política que tornasse viável a presença portuguesa em África, procurando as hipóteses que a prática política do tempo permitisse para a defesa do império. A presença portuguesa no Ultramar traduzia, na perspetiva de Botelho Moniz, um direito-dever gerado ao longo dos séculos, que devia continuar a ser exercido e cumprido pelos portugueses, mas que não mais podia ignorar a mudança no resto do mundo. As chefias militares lideradas por Botelho Moniz reivindicavam, para além da liberalização da vida política nacional, uma política ultramarina mais flexível, que não perdesse de vista o contexto internacional, mas que, a longo prazo, garantisse um mínimo de perdas em relação à salvaguarda do que representasse a honra e os ditos direitos históricos dos portugueses. A descentralização administrativa e uma evolução gradual e controlada no sentido de uma autonomia política progressiva, bem como uma harmonização do aparelho militar no quadro ultramarino, foram invocadas como fatores fundamentais para o problema vivido em Angola.

O referido editorial do *The Times*, em consonância com a ideia de uma solução política preconizada por Botelho Moniz, frisou a insuficiência da teimosia de Salazar e a inadequação da sua política de intransigência em assuntos coloniais e imperiais perante um novo contexto em que a censura não mais conseguia suprimir as notícias dos tumultos em Angola e em que os países africanos vizinhos recentemente independentes não se mostravam dispostos a deixar cair por terra as reivindicações de libertação dos angolanos. O mito da inviolabilidade do império português foi terminantemente posto de parte no editorial. Angola não estava imune aos ventos do anticolonialismo, indicava o próprio título do artigo, “Not immune” (15-04-1961:9), e a inflexibilidade de Salazar já não podia, por si só, dirimir as demandas dos nacionalistas:

The news of disorders in Angola no longer filters obscurely through the barriers of censorship and official silence. It has begun to be more insistent and more serious (...) in Angola, the outbreaks seem to have gone beyond the bounds which have served to confine discontent in the past. Neighbouring African countries are not going to let the issue drop. The Portuguese Government is faced with the need for decision “Stand firm! Stand firm!” Dr. Salazar was still saying not long ago.

<sup>359</sup> A este respeito, ver “Not immune”, *The Times*, 15-04-1961:9.

<sup>360</sup> Na obra *Duas Crises: 1961 e 1974*, dedicada à memória de Botelho Moniz, Viana de Lemos recorda as palavras do General sobre a premência de uma “renovação e revalorização dos valores políticos existentes tanto na Metrópole como no Ultramar e talvez ainda mais no Ultramar”, sugerindo que “só uma mutação profunda de pessoas, de métodos, de orgânica poderá atingir o fim que se pretende” (1977: 39-42).

“Nothing more is needed for the storm to subside”. Whatever the facts about Angola may prove to be when more light is thrown on them, it is evident that firmness will no longer be enough in Angola.

A tentativa de golpe delineada por Botelho Moniz continuou a ser objeto de notícia nos dias seguintes,<sup>361</sup> cruzando-se com os relatos de um agravamento dos tumultos no Norte de Angola e de novos ataques na regiões de Lucunga e na proximidade da aldeia de Bembe,<sup>362</sup> do apetrechamento militar dos “terroristas” com armas automáticas e fazendo uso da rádio,<sup>363</sup> e com o anúncio do envio de tropas para Angola.<sup>364</sup> O reforço das forças militares em Angola, a tentativa de golpe de Botelho Moniz, seguida da sua demissão e de uma remodelação ministerial anunciada por Salazar apareceram sistematicamente amalgamados no enquadramento que dominou grande parte da narrativa de jornais britânicos e franceses até finais de abril. Nas últimas semanas desse mês, um jornalista do *Le Monde* contou como, 24 horas antes de eventualmente vir a ocorrer, recebera uma chamada anunciando a iminência da queda de Salazar, por meio de um acontecimento apresentado como inacreditável perante um regime discreto, secreto, policial.<sup>365</sup> O jornalista descreveu em

<sup>361</sup> “Minister Blamed. Salazar Clash Report”, *Daily Telegraph*, 17-04-1961: 1. Não será redundante citar um segmento deste texto, baseado em fontes do governo português, e propondo um enquadramento que se afasta do de muitos outros artigos analisados ao longo deste estudo: “According to sources close to the Government, Dr. Salazar’s personal assumption of the Defence portfolio followed a political clash with Gen. Botelho Moniz, the former Defence Minister. Dr Salazar is said to have accused Gen. Moniz of failure to deal with the Angola situation. Gen Moniz is reported to have replied with demands for a more liberal regime in Portugal, with a cabinet on a broader basis, but excluding monarchists. Dr Salazar said that Angola was a more urgent national issue than a long-term political reform and that it was essential first to stabilise the position in Africa. When Gen. Moniz countered with a threat to resign, it is stated, Dr Salazar relieved him of his office and took over the Defence Ministry himself, afterwards making further cabinet changes”.

<sup>362</sup> “Angola: Aggravation de la situation: Nouvelles infiltrations terroristes dans le Nord du pays”, *Figaro*, 17-04-1961:4; «Angola. “Les balles des blancs ne tuent pas” crient les noirs en attaquant. Une centaine de morts pendant le weekend», *France-Soir*, 18-04-1961:4; “Drugged rebels raze Angola village”; «Terrorists wipe out village», *Daily Mail*, 18-04-1961:13; “Seven killed in Angola”, *Daily Mail*, 19-04-1961.

<sup>363</sup> «Reinforcements flown to Angola. Terrorism enters “New Phase”», *The Times*, 17-04-1961:8.

<sup>364</sup> “More troops for Angola. Lisbon Military Council meets”, *Guardian*, 17-04-1961: 9; “Portugal flies troops to Angola. Terrorists kill Europeans”, *Daily Telegraph*, 17-04-1961:1; “Troops fly to new Angola attacks” *Daily Mail*, 17-04-1961: 11; «Overseas News. Reinforcements flown to Angola. Terrorism enters “New Phase”», *The Times*, 17-04-1961: 8; “Le Portugal achemine d’importants renforts vers l’Angola – Les partis nationalistes des colonies portugaises tiennent une conférence à Casablanca”, *Le Monde*, 18-04-1961:3; “Lisbonne: Mobilisation de 3 ou 4 classes et envoi de la division portugaise de l’OTAN en Angola. Menaces sur la Guinée Portugaise”, *Figaro* 19-04-1961:3.

<sup>365</sup> «C’était dans l’air. On le sentait à je ne sais quoi (...) Sous ce régime discret, secret, policier, voilà que les gens annoncent 24 heures à l’avance un événement tellement improbable qu’aucun observateur étranger ne peut l’admettre. Et pourtant le lendemain, jeudi 13 avril, voilà qu’il faut se rendre à l’évidence. Il se passe quelque chose d’insolite à Lisbonne. Dès l’aube, une nouvelle se répand dans la ville: les casernes sont en état d’alerte. Á Belém chez les cavaliers; à Campolide, chez les fantassins, les quartiers ferment leurs grilles, les postes de garde sont renforcés, les troupes consignées. Autre événement: à 14 heures, l’heure sacro-sainte du café, le trottoir ouest du Rossio est désert. L’opposition libérale est rentrée hâtivement chez elle pour se forger de solides alibis au cas où les choses tourneraient mal. L’opposition libérale veut bien passer à l’action, mais une fois que tout sera terminé. Pour le moment, la parole est à l’armée. De 14 à 16 heures, en ce 13 avril, Lisbonne vit dans un demi-sommeil fiévreux où l’agitation à volets fermés le partage à un espoir, qui est d’ailleurs une quasi-certitude: le régime Salazar va s’effondrer. Et tout le monde est à l’écoute de la radio. Á 16 heures, la radio portugaise publie un communiqué: trois ministres démis de leurs fonctions, le chef d’état-major et deux commandants de régions militaires limogés, M. Salazar s’adjuge la défense nationale... La révolution est terminée. Huit jour plus tard, le monde entier ignore encore ce qui s’est passé à Lisbonne (...) en ce qui concerne le Portugal, il y a eu surtout l’efficace censure portugaise. Á moins que des troubles n’éclatent dans la rue, à moins que le sang ne coule, il peut arriver n’importe quoi à Lisbonne derrière les hauts murs des casernes, derrière les tentures de la présidence, personne à l’étranger ne doit le savoir. Et pourtant, ce jeudi 13 avril 1961, entre 14 et 16 heures, le régime instauré trente-

pormenor as etapas pensadas para este golpe e o adiantamento de Salazar que, contando com a fidelidade do Presidente Américo Tomás e apoiado pelo antigo ministro da defesa Santos Costa, pelo ministro da marinha, almirante Quintanilha de Mendonça Dias, pelo chefe do Estado Maior do Exército, general Câmara Pina, e pelo subsecretário de Estado da Aeronáutica, coronel Kaúlza de Arriaga, reestruturava a composição do Governo e ditava o insucesso daquela investida de um setor do Exército. Na prática, nada acontecera no dia 13 de abril, como o indicia um dos subpontos desta extensa reportagem, “Le 13 avril n’a pas eu lieu” (“O 13 de Abril não aconteceu”), sendo o golpe asfixiado logo à nascença. A conclusão deduzida pelo jornal, exposta logo no título, é categórica: as Forças Armadas tentaram a sua sorte, mas era Salazar quem arrecadava a vitória final.

Ainda assim, 33 anos depois de ser implantado na sequência de um golpe operado por forças militares, os correspondentes da imprensa estrangeira revelavam como a ditadura de Salazar estivera à beira de soçobrar por uma iniciativa forjada também por um grupo de militares. Os militares tinham passado à ação, e detinham não apenas a força, mas também ideias políticas consistentes. Tornava-se cada vez mais evidente que a reestruturação dos ministérios, voltaria a afirmar-se no *The Observer*, não passava de uma manobra de Salazar para disfarçar uma tentativa de “golpe de estado”.<sup>366</sup> O semanário britânico transcreveu inclusive um excerto de um memorando<sup>367</sup> escrito pelo general Albuquerque de Freitas no final do mês anterior e dirigido a Botelho Moniz, na sequência dos relatos que davam conta de 300 europeus mortos no Norte de Angola. Nesse memorando, identificado no *The Observer* como a génese do *putsch* ensaiado em abril, o general Albuquerque de Freitas revelava o que dizia ser a contrariedade que a juventude experimentava com a partida para Angola e acusava a política de Salazar de ser responsável pelo isolamento de Portugal e pelo afastamento dos seus aliados. Na semana seguinte, o mesmo jornal noticiou a destituição de Albuquerque de Freitas,<sup>368</sup> concretizada apenas no final de abril por ter estado ausente de Portugal, em missão oficial a convite do general White, chefe do Estado-maior das Forças aéreas dos EUA.

---

trois ans plus tôt par le professeur Oliveira Salazar a failli disparaître, tout comme il était né, sur l’initiative d’un groupe de militaires et sans qu’une goutte de sang versée (...)», em “Les difficultés du regime à Lisbonne. L’armée joue... M. Salazar gagne”, *Le Monde*, 22-04-1961 : 4-5.

<sup>366</sup> “Coup forestalled by Salazar. Officers dropped from Cabinet”, *The Observer*, 23-04-1961:9: “Dr Salazar’s cabinet reshuffle of April 13 was a manoeuvre to forestall a coup d’état to overthrow the present regime. The directorate planning the *coup* included the Minister of Defence, General Botelho Moniz; the Minister of War, Lieutenant-Colonel Almeida Fernandes, and his under-secretary the Commander-in-Chief of the Portuguese Air Force, General Albuquerque de Freitas; the military Governor of Lisbon and the Chief of the Defence Staff. All were dismissed by Dr. Salazar on April 13 except General de Freitas, who was in the United States at the time”.

<sup>367</sup> Ver em especial subponto “Key meeting”, em “Coup forestalled by Salazar. Officers dropped from Cabinet”, *The Observer*, 23-04-1961:9: “(...) The seeds of insurrection were sown by General de Freitas in a memorandum to the Minister of Defence at the end of March. The memorandum followed the news that about 300 Europeans had been slashed to death in Northern Angola. General de Freitas said Dr. Salazar’s Angola policy was isolating Portugal from her friends and was in danger of severing her from the United Nations. The youth of Portugal, he wrote, did not want to be butchered in Angola, to fight a losing battle among savages in an unknown country. What was needed was new blood, new methods and a new policy (...)”.

<sup>368</sup> “Lisbon sacks General who planned coup”, *The Observer*, 30-04-1961:6.

### Notas finais

A saída da penumbra do regime de Salazar na imprensa internacional, impulsionada com a Operação Dulcinea, a que se seguiram os assaltos às cadeias de Luanda e os ataques da UPA, e a crescente visibilidade nessa imprensa das acusações de representantes afro-asiáticos contra o governo de Salazar colocaram o regime do Estado Novo e o seu sistema colonial numa posição de grande vulnerabilidade. Não será redundante recordar aqui que o presente estudo se centra na cobertura noticiosa e nas análises que foram sendo feitas na imprensa, e especificar uma vez mais o facto de os jornais, apesar das suas tendências políticas mais ou menos manifestas, não constituírem correias de transmissão da posição oficial de partidos políticos ou dos governos. Com efeito, apesar do tom crítico de muitos setores da imprensa estrangeira com o agudizar da situação em Angola, na primeira semana de abril, o MNE francês, Couve de Murville, visitou Portugal. Na sua alocução ao Palácio das Necessidades, lembrou os laços que uniam ambos os países, a sua “herança comum” e o cumprimento de uma mesma missão que lhes fora incumbida, retomou o imaginário das alegadas glórias passadas de Portugal e do contributo português para a civilização ocidental e invocou a memória do infante D. Henrique.<sup>369</sup> A linguagem do ministro revelava uma grande afinidade com a do Estado Novo; falou de perigos que ameaçavam as crenças, a própria conceção de existência e de civilização defendidas por ambos, e sublinhou o imperativo de uma solidariedade ocidental e de uma resistência comum, reconhecendo a importância do livre arbítrio de cada um para solucionar os respetivos problemas. Na sequência desse encontro no Palácio das Necessidades, uma nota<sup>370</sup> frisou a mensagem do director dos negócios políticos português de estar fora de questão, para o governo de Lisboa, modificar a sua política face às chamadas províncias ultramarinas.

---

<sup>369</sup> « Projet d’allocution du Ministre », 07-04-1961, consultado em 200 QO 117 : “Les périls nous menacent. Nos croyances, la conception même que nous avons de l’existence, sont battues en brèche par des idéologies qui s’évertuent à saper les fondements mêmes de notre civilisation dans ce que celle-ci a d’humain, de rayonnant et à défaut de laquelle l’univers perdrait sa figure en même temps que beaucoup de ses raisons d’espérer. Il n’y a pas de résistance possible qui ne soit commune. La solidarité de l’Occident s’impose. Elle s’impose dans une évolution indispensable qu’il convient d’accomplir, avec prudence certes, mais aussi avec courage et générosité, et qui ne vise qu’à apporter le bien-être et l’esprit de justice partout où cela est possible (...) À des problèmes qui ne se posent pas dans les mêmes termes s’appliquent les solutions dont, en toute bonne foi, chacun de nous est le seul juge (...) L’histoire, je dois le dire, on en ressent profondément l’empreinte, lorsque l’on arrive dans ce vieux pays bercé dans le récit des gloires de son passé et nourri des plus solides traditions de la foi et de l’honneur. N’êtes-vous pas la première nation européenne dont les frontières aient été fixées de manière définitive, il y a bien des siècles, à une époque où la France elle-même n’était encore que l’ébauche de la France d’aujourd’hui ? N’est-ce pas d’ailleurs pour cette raison même que vous avez pu très tôt vous lancer dans l’aventure des grandes découvertes et apporter ainsi ce qui est sans doute votre plus grande contribution à notre commune civilisation, je veux dire d’avoir ouvert à l’Europe les terres lointaines de l’Afrique et de l’Asie et établi les premiers avec elles ces rapports de toutes sortes qui devaient devenir essentiels dans l’ordre économique, culturel et politique? (...) Du moins est-il, pour vous et pour nous, un élément qui demeure solidement, c’est notre appartenance à l’Europe et la solidarité qu’elle fait naître, cette Europe bien vieille mais toujours renaissante, dont les chances sont aujourd’hui aussi fortes que jadis, dont le destin demeure d’être dans le monde la source de la vraie civilisation et le témoin de la raison. (...) Cette Europe, qui est la nôtre, est cependant notre devoir et notre raison d’être. Le Portugal, comme la France, y trouvera sa place et ses raisons d’espérer. Unissons-nous pour la bâtir et lui donner son vrai caractère qui est d’être humaniste et fraternelle ».

<sup>370</sup> 11-04-1961, consultada em 200 Q 0 122.

Já os responsáveis britânicos, em meados de abril, enviaram a Lisboa Sir David Eccles, antigo responsável pela condução da guerra económica na Península Ibérica no início da década de 1940 e que preconizava uma política britânica em relação a Portugal assente no apoio ao princípio da assimilação como uma alternativa respeitável à independência (Oliveira, 2007: 232-233). Salazar foi perentório ao renunciar a via da autodeterminação. A única concessão que se mostrava disposto a fazer era a de estudar formas de assegurar a colaboração de capitais estrangeiros com vista à intensificação do esforço de desenvolvimento económico e social nos territórios ultramarinos.

O estudo da cobertura na imprensa portuguesa dos assaltos no Norte de Angola a 15 de março demonstrou como, apesar da sua aversão ao espetáculo, o regime de Salazar transigiu com o efeito sublime que o terror exerce sobre os *media*, permitindo as histórias contadas de forma tenebrosa sobre violências a que os leitores não assistiam senão por via dos meios de comunicação. A sucessão de peripécias que se avolumavam desde os meses anteriores apareceu enunciada na imprensa portuguesa como se se tratasse de uma sequência de réplicas enredadas umas nas outras, procurando fazer crer que tudo não passava de um mesmo e único *complot* contra a administração colonial portuguesa. O jogo de mudança constante e da atualidade permanente criada nos jornais, em que o novo incidente faz com que o imediatamente anterior perca na competição de temas e desapareça de forma mais ou menos abrupta da agenda, disfarça uma tendência para a cristalização dos enquadramentos noticiosos, que continuaram a imputar a origem dos assaltos a uma conspiração externa para desacreditar Salazar e a forjar uma conexão entre terrorismo e comunismo soviético destinado, dizia-se, a subverter o Ocidente. A rigorosa coerência que se descobre na construção dos vários acontecimentos mediáticos e a perfeita analogia na definição de cada uma das situações e das personagens envolvidas criava a aparência de um litígio que era sempre o mesmo e se repetiu ao longo de semanas.

O encadeamento de sentido que as notícias engendravam produz uma ilusão lógica, tendente a levar a acreditar numa possibilidade de controlo do fluxo dos eventos. Ainda que a série de ataques simultâneos em Angola deva ser analisada tendo em conta o contexto internacional que lhes subjaz e o quadro *evenementiel* precedente, o excesso de sentido atribuído pelas notícias e o estabelecimento de relações causais que lhes confere um ar de previsibilidade ou de reconstituição absolutamente coerente é fruto de uma construção potenciada pela ilusão cronológica que impregna as notícias e a estrutura sequencial dos textos publicados (Couldry, 2012), e que uma análise de tipo hermenêutico como a que aqui se desenvolveu corre o risco de amplificar. Interessa não perder de vista que o centramento desta análise nas notícias das ocorrências em Angola resulta de uma seleção que exclui outras notícias também inclusas na agenda dos jornais. E ter presente que a tentativa de aceder ao sentido desse conjunto de notícias leva o texto a ganhar importância pela sua estrutura

argumental e sequencial, o que não deve conduzir a esquecer que o sentido não tem somente a ver com o texto mas que é também social e que apenas se completa no momento da receção.

Ofuscado pelo cinismo político que sustentava interesses particulares, o enquadramento veiculado nos jornais portugueses alicerçou-se sistematicamente na acusação do terrorismo, retratado como patológico e absolutamente amoral, no apagamento do *background* político, económico e social do domínio colonial e das circunstâncias que permitissem enxergar a situação do país perante o novo contexto internacional. Ao truncar a possibilidade de pensar os ataques a 15 de março a partir de um prisma histórico, o anátema do terrorismo, constantemente repetido, prestava-se a um discurso que Alain Chesnais (1981: 8-26) referiu como sendo “catastrofista”: a linguagem de vilificação dos autores dos assaltos não podia senão fazer da violência a tática por defeito contra os visados como inimigos e procurar fomentar a predisposição pública para soluções militares.

Além dos meios linguísticos que os enviados da imprensa, portugueses e estrangeiros, tinham à sua disposição para reportar os ataques a 15 de Março, deve também ser salientada a dinâmica, própria do jornalismo, de recolha e partilha do depoimento de colonos que teriam acabado de experienciar estes episódios de violência e cujo testemunho seria, previsivelmente, enviesado, não só mas também pelas emoções, e portanto pouco propenso ao esclarecimento público. Acrescente-se ainda a metáfora da cruzada, a constante invocação de um certo conceito de segurança articulado para manobrar o medo público (Tudor, 2003; Stocetti, 2007) e a perpetuação da imagem de um choque entre a civilização e os ainda não-civilizados, que se conjugavam com vista a paralisar a consciência crítica pública pela desumanização extrema do inimigo. A sobressimplificação do chamado terrorismo da UPA em março de 1961 faz parte e dá continuidade a uma longa relação histórica entre os impérios e sistemas coloniais e a nomeação dos oponentes. Vale a pena treminar estas notas finais citando as palavras de James der Derian (2008: 115-116):

As representações imperiais das populações e dos territórios do império são adeptas de externalizar a violência do seu próprio exercício de poder imperial, projectando-a sobre as suas vítimas como se lhes fosse inerente. Em vez de uma prática especificamente situada, com a sua própria lógica social e cultural, surgida num momento particular, a violência “nativa” é, na ótica imperial, necessariamente irracional, instintiva, selvagem. A projecção do poder imperial, pelo contrário, é sempre e apenas concebida como a política necessária para responder a uma situação específica: como deliberada, calculada – e, claro, “com um alvo rigorosamente preciso”.



#### **CAPÍTULO IV. «Para Angola, rapidamente e em força». Propaganda e performance da administração colonial em tempo de guerra**

Contrariamente à aparência da inexistência de inimigos internos transmitida na imprensa portuguesa e salvaguardada pela vigilância dos censores, os correspondentes estrangeiros puderam presenciar e escrever nos jornais sobre a sensação de conspiração antissalazarista pressentida em Lisboa, revelando como as relações com as estruturas civil e militar não eram tão pacíficas e ordeiras como a imprensa e a estabilidade global do regime pretendiam levar a crer. Surgiram assim notícias que colocavam a descoberto a posição vulnerável de Salazar, enredado entre as pressões dos movimentos independentistas em Angola e o dissídio de altas patentes da hierarquia militar com responsabilidades governativas. Estas últimas, nas condições ditadas pela deflagração da luta armada angolana e pela nova posição dos EUA nos círculos da ONU, apontaram para uma outra orientação da política colonial do regime no sentido da sua liberalização e de uma flexibilidade com vista a um acolhimento internacional. O efeito das forças externas repercutiu-se no plano interno do regime, criando brechas entre a estrutura civil e a militar, esta já com um historial de tentativas de revoltas e golpes, cujos fracassos deixaram um rasto de múltiplas sequelas em vários setores das Forças Armadas portuguesas, como bem observa Philippe Schmitter (1999: 203).<sup>371</sup> Entre a longa série de revoltas registadas, o golpe frustrado de abril de 1961 destaca-se por ter mobilizado um apoio verdadeiramente amplo a nível do topo da hierarquia e ter produzido alterações significativas na composição do governo, as quais, como se verá neste capítulo, iriam aparecer na imprensa portuguesa interconectadas com o ato de assunção da guerra em Angola.

Os estudos sobre esta tentativa de golpe, conhecida como a “abrilada”, têm centrado a sua análise na emergência desta corrente reformista no seio das forças militares, articulada com o agudizar da situação colonial em Angola (Faria, 2000; Ferreira, 1996), e num trabalho apurado de investigação às prováveis ligações com a Embaixada norte-americana em Portugal, por via do embaixador Charles Burke Elbrick (Rodrigues, 2002: 54-69; Antunes, 1991: 212-229). Largamente negligenciadas, as matérias publicadas na imprensa neste período constituem contudo um acervo documental sobre a realidade construída pelo jornalismo em redor da situação política portuguesa que poderá trazer novos elementos para abordar este episódio. A conceção dos jornais como arquivo não deve deixar de parte o seu papel generativo, consubstanciado na faculdade de tornar visível, ou

---

<sup>371</sup> Esta questão foi sublinhada por P. Schmitter num ensaio apresentado na Universidade de Yale em 1975 e publicado numa versão alterada em 1999. Segundo ele, em princípios da década de 1930, um número considerável de militares foi compulsivamente aposentado e registaram-se revoltas de quartel periódicas em 1927, 1931, 1935, 1936, 1946, 1947, 1951, 1959 e mesmo ainda em 1961 em Beja. Embora, prossegue Schmitter, muitas destas revoltas fossem “quixotescas, deixaram, sem dúvida, um rasto de carreiras frustradas, redes de cliques e imagens heroicas na ordem militar estabelecida, bem como uma série de contactos pessoais com grupos civis opositores que participaram, ainda que sem grande eficácia, em quase todas essas tentativas”.

de encobrir, e de atribuir sentido ao ambiente de discórdia em relação à política seguida pelo Estado Novo, resultante na deposição e substituição de chefes militares que ocupavam importantes funções. Não sendo inéditas no percurso do regime, esta remodelação teve um significado distinto em 1961. As alterações estruturais no governo de Salazar e a mobilização para Angola que se lhe seguiu eram sinal de que o Presidente do Conselho permanecia inflexível na sua recusa de atender às aspirações de pôr termo ao domínio colonial sobre Angola e no esforço para contornar as pressões internacionais que continuaram a acentuar-se.

No início de abril, na Conferência do Cairo, condenou-se a considerada passividade da ONU no processo de “libertação total da África” e recomendou-se todos os estados africanos independentes a rever as suas relações diplomáticas e comerciais com Portugal e os membros afro-asiáticos da ONU a exercer pressão para forçar o governo de Salazar a adequar-se ao espírito internacional de “liquidação do colonialismo”. A conferência declarou o seu apoio aos movimentos de independência africanos, entre os quais os de Angola, Moçambique e da Guiné portuguesa, e apelou à unidade africana, ao desenvolvimento económico do continente, à centralização e divulgação de informações através da criação de um centro de informação, de uma emissora central e de uma agência de notícias,<sup>372</sup> e à participação mais representativa dos africanos no Conselho de Segurança e em outros órgãos da ONU. Estas medidas foram reforçadas num novo projeto apresentado por 22 delegações afro-asiáticas onde se incitou o governo português a aplicar com urgência reformas que viabilizassem a transferência imediata de poderes para os territórios ainda subjugados ao seu domínio colonial.<sup>373</sup>

### **A assunção da guerra e o escamoteamento da abrilada**

Se é precisa uma explicação para o facto de assumir a pasta da Defesa Nacional mesmo antes da remodelação do Governo que se verificará a seguir, a explicação pode concretizar-se numa palavra e essa é Angola. Pareceu que a concentração de poderes da Presidência do Conselho e da Defesa Nacional, bem como a alteração de alguns altos postos noutros sectores das forças armadas, facilitaria e abreviaria as providências necessárias para a defesa eficaz da Província e a garantia da vida, do trabalho e do sossego das populações. Andar rapidamente e em força é o objectivo que vai pôr à prova a nossa capacidade de decisão. Como um só dia pode poupar sacrifícios e vidas, é necessário não desperdiçar desse dia uma só hora para que Portugal faça todo o esforço que lhe é exigido a fim de defender Angola e com ela a integridade da Nação.<sup>374</sup>

Estas palavras, anunciadas por Salazar através da rádio e da televisão e publicadas na imprensa portuguesa a 14 de abril de 1961, podem ser consideradas um ponto de viragem na abordagem

<sup>372</sup> Tais deliberações foram enunciadas em *O Século* (01-04-1961:1) sob o título “Incitar a África contra Portugal e provocar tempestades em todas as nossas províncias ultramarinas são os desígnios dos países negros que participaram na conferência do Cairo”.

<sup>373</sup> Este quadro geral é recordado no artigo “Salazar entend que l’Angola reste portugaise”, *Le Populaire de Paris*, 15-04-1961:1.

<sup>374</sup> Ver *Diário de Notícias*, 14-04-1961:1; *O Século*, 14-04-1961:1; *Diário de Lisboa*, 14-04-1961:8. *República*, 14-04-1961:1.

pública do Estado Novo à situação em Angola. Pela primeira vez nesse ano, após as rebeliões contra o sistema colonial português em território angolano irrompidas nos meses anteriores, Salazar confessava estar diante de um problema cuja severidade exigia, afinal, uma resposta de grande envergadura e iniciava publicamente a preparação de toda a população para a guerra. É certo que a moldura noticiosa que vinha dominando a imprensa portuguesa, reduzindo os nacionalistas em Angola a “terroristas” alucinados por narcóticos e feitiços e sob a batuta comunista, apesar do registo de distorção e da pretensa despolitização das ocorrências, não impede o despontar de sinais, pelo lado das formas de comunicação pública, incapazes de erradicar o espectro de que uma guerra estaria em marcha. As ações dos movimentos permaneciam na agenda da imprensa e autorizavam, pela escrita das notícias, uma disjunção entre a significação e o evento, que abre o âmbito de leitores potenciais e, por assim dizer, cria o auditório do texto, com oportunidade de múltiplas leituras. Mas é com a declaração acima transcrita que Salazar inaugurou uma massiva mobilização militar e civil para a guerra.

Se a invisibilidade tem sido teorizada como essencial na forma de gestão do poder político de Salazar – a invisibilidade a que eram votados opositores, mas também a invisibilidade de si mesmo como produtora da sua onnipresença –, abril de 1961 pode ser aludido como um momento decisivo da aparição de Salazar nos *media*.<sup>375</sup> O processo que significou o arranque da guerra em Angola traz à luz as exigências que o fenómeno moderno da mediação pelas tecnologias de informação e a emergência de um *homo mediaticus* (Riesman, Glazer e Denney, 1969 [1950]) impõem à representação do poder político. O discurso de Salazar consagrou a absolutização do desígnio de preservar a soberania portuguesa em Angola, no estilo habitual das suas intervenções, de uma “retórica sem retórica”, nos termos de José Gil (1995),<sup>376</sup> claro, pobre em metáforas, de cunho doutrinal e normativo, de palavras fortes e perentórias. Ele assenta na demonstração pelo drama, no duplo sentido da expressão: o de representar o que está em movimento e o de agir sobre ele. As palavras de Salazar produzem um cenário, propõem um empreendimento coletivo, distribuem papéis, estabelecem uma ordem de força. Dirigidas ao essencial, elas encaixam-se numa narrativa geral que propõe a salvação do corpo nacional, partindo de uma ideia de nação que não se concebe

---

<sup>375</sup> A postura de Salazar ante as câmaras e os microfones nessa comunicação ao país foi analisada por F.R. Cádima (1996). As conclusões reiteram a ideia de uma desadequação do Presidente do Conselho à exposição pública e por via dos *media* modernos, concretizada numa relação pautada por um desencontro do ditador com um “não lugar”: o seu rosto e corpo evitam o confronto direto com a câmara.

<sup>376</sup> José Gil (1995) propõe a noção de uma “retórica sem retórica”, ou de uma “retórica de verdade”, a propósito dos discursos de Salazar como parte da sua maneira fundamental de fazer política, nos trâmites de uma orientação antiparlamentar e antirrepublicana, que não abre espaço ao diálogo ou ao princípio do contraditório. O método pessoal de comunicação de Salazar consistiria em atingir o “fundo de consciência” dos seus recetores, qual “retórica do inconsciente”, que se propõe falar à “alma” dos portugueses, levar até ela a obra do Estado Novo, e trazer à consciência um qualquer inconsciente nacional sepulto.

senão como nação imperial. Salazar decide e fala para o povo, em nome do povo, e assume-se como uma sua emanção.

A ordem de força para Angola foi sentenciada no mesmo dia em que a notícia de uma remodelação ministerial fez a primeira página dos jornais. Em *O Século*, acompanhada por uma ampla fotografia dos novos ministros recebidos pelo Presidente Américo Tomás e por Salazar, lê-se na metade superior esquerda da página: “O Presidente do Conselho reorganizou o Ministério, sobraçando a Pasta da Defesa. Foram substituídos os Ministros do Exército e do Ultramar e os Subsecretários do Exército e da Administração Ultramarina” (ver anexos, fig.28). Na coluna central da metade inferior, foi publicado o já mencionado discurso de Salazar, numa caixa de texto destacada com o título: “A explicação para o facto de eu assumir a pasta da Defesa Nacional pode concretizar-se numa palavra e essa é ANGOLA – declarou o Sr. Presidente do Conselho à Nação”. No lado direito da página, reproduzindo um comunicado do governador-geral de Angola e um outro do comando militar de Angola, noticiava-se que “Começaram a ser convocadas as classes disponíveis em Angola”. Uma fotografia da zona de Nambuangongo publicada junto do artigo permitiria, seguindo os termos da legenda, “fazer ideia da dificuldade que se depara às forças armadas para neutralizar os terroristas, em consequência da excepcional densidade da vegetação”. Também na primeira página do *Diário de Notícias* ressaltou a manchete “Remodelação Ministerial – A explicação é Angola. Andar rapidamente e em força é o objetivo que vai pôr à prova a nossa capacidade de decisão – declarou o Presidente do Conselho, que passa a exercer também as funções de Ministro da Defesa” (ver anexos, fig.29).

O sentido dominante nos jornais portugueses, praticamente restringidos à reprodução do discurso de Salazar, transmitiu a ideia de uma remodelação plenamente premeditada e executada apenas em nome do primado de defender Angola. Botelho Moniz era então destituído do seu cargo de Ministro da Defesa, passando Salazar a exercer, cumulativamente, o lugar de Presidente do Conselho e o de Ministro da Defesa. Adriano Moreira era chamado a desempenhar a função de Ministro do Ultramar, sucedendo a Lopes Alves, e Mário Silva assumia o posto de Ministro do Exército, substituindo o coronel Almeida Fernandes. Outras alterações colocavam Manuel Rafael Amaro Costa na posição de subsecretário do Estado do Fomento Ultramarino, João da Costa Freitas na de subsecretário da Administração Ultramarina, e Jaime Filipe da Fonseca na de subsecretário do Exército.

O ato de tomada de posse dos novos ministros ocasionou uma série de discursos, publicitados nos matutinos de Lisboa: “Quando penso nos mártires dos nossos distritos do Uíge e do Zaire, não posso conceber que algum português regateie os sacrifícios indispensáveis para lhes enviar com urgência as forças e as armas de que carecem”, afirmou Adriano Moreira ao assumir as suas funções

(*O Século*, 14-04-1961: 12). Chamado por Salazar na remodelação de 1960, Adriano Moreira tinha sido subsecretário de Estado da Administração Ultramarina desde março desse ano e tomou o cargo de ministro do Ultramar na sequência da nova remodelação de abril de 1961. Foram igualmente transcritas as palavras do novo Ministro do Exército, Mário Silva: “É nas Forças Armadas que estão antes de mais nada postos os olhos dos portugueses de aquém e além-mar, e penso sobretudo nos jovens que esperam que lhes seja transmitida íntegra a herança que é honra da Nação. A acção deve sobrepor-se largamente à palavra” (*O Século*, 14-04-1961: 12).

No *Diário de Notícias* (14-04-1961), as declarações de Adriano Moreira e de Mário Silva foram motivo de primeira página: «“O Exército vai intensificar mais e mais todo o seu esforço com o objetivo de manter a integridade do território e a segurança das suas populações” – afirmou o brigadeiro Mário Silva ao assumir as funções de Ministro do Exército»; «“O problema mais instantâneo das populações de Angola é o da segurança que lhes permita continuar em paz a obra secular de que são continuadoras” – declarou o Dr. Adriano Moreira ao tomar posse do cargo de Ministro do Ultramar». Não será redundante citar extensamente o discurso de Adriano Moreira impresso nestes jornais:

Tomo a responsabilidade da gerência deste Ministério, que sempre foi considerado acima das paixões dos indivíduos e dos grupos, numa das horas mais difíceis da História de Portugal. Receio que nem todos o tenham compreendido e que alguns não se tenham ainda apercebido de que estamos num verdadeiro clima de guerra que exige sacrifícios que podem ir até à perda da vida, como o demonstraram todos aqueles que tombaram em Angola. Não se trata do problema de autonomia ou independência de territórios em sujeição: trata-se apenas e exclusivamente de exterminar os Europeus no caso de não resolverem voluntariamente abandonar o continente. Não se trata dos direitos do homem africano, mesmo que tais direitos tivessem exclusivamente em vista o homem negro: trata-se de substituir as soberanias e de sujeitar a interesses bem conhecidos todos os povos da área. E sempre que, como no caso português, a força da soberania assenta no franco convívio igualitário (...) o primeiro objetivo é destruir esse pressuposto usando o terrorismo nas suas formas mais especializadas e brutais. A este tenebroso programa do Comando Único para a África pagaram já duro tributo as populações de Angola, onde se violaram mulheres, mataram crianças, torturaram homens, e todos morreram com honra (...).<sup>377</sup>

O discurso de Adriano Moreira constitui o ato de assunção da guerra. Foi a primeira vez que, a propósito de Angola, a palavra guerra surgiu impressa nos jornais de Lisboa. O comunicado de Salazar não tinha ainda revelado a guerra. Era essencialmente uma ordem de força. Enquanto a ordem ditada por Salazar se mostrou concisa e imperativa, a alocução de Adriano Moreira admitiu o advento da guerra. E não se limitou a uma constatação, já que atribuiu um sentido pelo qual se abraçava a guerra no que ela tem de mais excessivo e desmesurado: o elogio da força, a exaltação da

---

<sup>377</sup> Palavras também citadas em «“Ao tenebroso programa do Comando Único para a África pagaram já duro tributo as populações de Angola, onde se violaram mulheres, mataram crianças, torturaram homens, e todos morreram com honra”, afirmou o novo titular da pasta do Ultramar», *O Século*, 14-04-1961:12; “As afirmações dos novos ministros do Ultramar e do Exército”, *Diário de Lisboa*, 14-04-1961: 9. O discurso não é transcrito no *República* que cita apenas uma frase da intervenção na mesma peça em que difunde a ordem de Salazar.

perspetiva sacrificial do povo em prol de um desígnio tido como superior, a sublimação dos supostos valores igualitários e da alegada vocação colonial da nação, a desumanização do inimigo (Philonenko, 2003 [1973]: 187).

É possível que muitos leitores tivessem já decodificado o sentido da irrupção de uma guerra nas entrelinhas das notícias dos sucessivos ataques e da resposta militar no terreno, reportada contudo com deturpações da censura, que procurou ocultar a proporção do envio de forças militares e policiais para Angola e sonegar as alterações nos serviços da polícia política com implicações nos territórios coloniais.<sup>378</sup> Não obstante os cortes da censura, alguns dos quais aplicados em notícias onde a palavra guerra aparecia já impressa antes de ser publicamente assumida enquanto tal,<sup>379</sup> a cadeia de notícias nos meses anteriores sugeria uma efervescência em Angola que não se compatibilizava com a verborreia da calma figurada na imprensa. A noticiabilidade de hordas de terroristas cruzando a fronteira do Congo e perpetrando ataques violentos nas regiões do Norte, para parafrasear a linguagem usada nos jornais, as contagens crescentes do número de mortos e feridos, ou as alterações jurídicas na convocação de milícias contraditavam, por si só, a noção da calma. Devem acrescentar-se as tentativas de jornalistas para fazer passar, nos interstícios da censura, referências que remetiam para um cenário alarmante em Angola. Dois dias antes de a guerra ser proclamada, Norberto Lopes chamou a atenção numa sua “Nota do Dia”, expressivamente intitulada “Cegueira ou quê?” (*Diário de Lisboa*, 12-04-1961: 1), para a preocupação dos habitantes de Angola com o rumo dos acontecimentos que dizia estar a “exigir sacrifícios de todos os portugueses”, e inscreveu a agitação no território no quadro geral da dinâmica independentista pelo continente africano.

A guerra, na imprensa portuguesa, só teve início depois de a sua eclosão ser conjecturada e descortinada na imprensa estrangeira. Em certos jornais britânicos, havia uma percepção clara, pelo menos desde há um par de anos, de que Portugal não sairia imune da vaga de descolonização em

---

<sup>378</sup> Uma notícia alvo de corte indicava que “Foram introduzidas alterações na orgânica dos serviços da Polícia Internacional e de Defesa do Estado” (11-04-1961), e informava sobre um decreto que determinava a reunião “num quadro único [d]os quadros da metrópole e do Ultramar (...) considerando matéria de interesse comum para a metrópole e províncias ultramarinas a organização em conjunto dos serviços da Polícia Internacional e de Defesa do Estado”. Dias depois, é cortada uma breve intitulada “Polícia Internacional e de Defesa do estado – envio de altas patentes da PIDE para Luanda” (15-04-1961). Ver ANTT/EPJS. Caixa 196. Maço 248/249.

<sup>379</sup> No jornal *O Século*, a censura cortou uma notícia breve intitulada “Luanda” (09-04-1961), onde surgia já impresso o conceito de “guerra”. Assinada de Luanda, a peça contava que “A capital vive a incerteza e intranquilidade. O ambiente em Luanda é de verdadeira ‘guerra psicológica’ e está bem no quadro da guerra de subversão que Angola está sofrendo (...) Os testemunhos prestados são unânime em afirmar que a vulnerabilidade demonstrada pelos pretos à tentação dos agitadores estrangeiros que os manobram com arte e insistência resultou sobretudo do desalento que há muito invadiu o espírito dos brancos e civilizados, pelas grandes dificuldades económicas e falta de recursos financeiros que a província vinha sofrendo”. Foi também cortada a peça do enviado especial Adelino Tavares da Silva “No regresso de Angola... ‘A origem libertária do movimento africano foi inteiramente escamoteada pelo ‘dólar’ missionário” (12-04-1961), na qual o enviado deixava a advertência: “A vigilância tem de ser agora mais forte do que nunca, porque se está longe de ter eliminado a ameaça”. Ver ANTT/EPJS. Caixa 196. maço 248/249.

África. Sobretudo em 1960, com o aproximar da independência do Congo belga, vários artigos prenunciaram a forte probabilidade de distúrbios na África portuguesa, baseados na previsão de que a emancipação do Congo da Bélgica definiria um prazo para o colonialismo em África e inspiraria a cedência da supremacia europeia em prol de uma supremacia negra. No artigo «African awakening in Portuguese Colonies. Support for “revolutionary front”», publicado no *Guardian* (08-02-1960), Basil Davidson notava ser evidente o “despertar africano” nas três principais colónias portuguesas – Moçambique, Angola e Guiné – ameaçando sacudir o derradeiro baluarte do sistema colonial no mundo. A crítica recorrente à prevalência do trabalho forçado e do modelo de dominação e administração colonial portuguesa, em artigos analisados nos capítulos anteriores, e a citação frequente de fontes de informação comprometidas com os movimentos de libertação em Angola concorriam para consolidar a antevisão, transmitida na imprensa estrangeira, de que qualquer exercício comparativo do domínio imperial europeu em África, fossem quais fossem as renúncias políticas e as articulações plausíveis, conduziria ao mesmo desenlace: a independência dos territórios até então sujeitos a uma dominação colonial.

Duas semanas antes de Adriano Moreira proclamar o começo da guerra, o correspondente da *Commonwealth* do *Guardian*, Patrick Keatley, deu a conhecer o prognóstico do representante do MPLA em Londres, João Cabral, segundo o qual o que tinha começado sob a aparência de uma manifestação espontânea contra a repressão portuguesa se tinha transformado numa rebelião de massas contínua de africanos, indignados com a prisão de nacionalistas proeminentes de Angola, e poderia facilmente dar origem a uma “guerra pela independência”.<sup>380</sup> Poucos dias depois, Mário de Andrade endereçou uma carta ao *Le Monde*<sup>381</sup> na qual argumentou que a obstinação do governo português em negar o direito à autodeterminação dos povos de Angola e a falência da sua política de assimilação se tinham revertido em motor da “passagem à acção directa”. O MPLA, acrescentou ainda, tinha adotado um programa que propugnava a “liquidação por todos os meios do sistema colonial português”, a criação urgente de uma frente angolana de libertação de todos os movimentos, partidos e organizações populares existentes, a defesa dos interesses das massas camponesas e dos trabalhadores e uma aliança com as forças progressistas mundiais, com vista a conquistar a simpatia e o apoio de todos os povos à causa da libertação de Angola.

A guerra em Angola foi de certo modo vislumbrada na imprensa estrangeira muito antes de ser publicamente assumida nos discursos dos governantes do Estado Novo. Ela insinuava-se pela estimativa da sua previsibilidade e tinha sido nomeada enquanto tal por representantes de movimentos nacionalistas angolanos. No entanto, na imprensa portuguesa, foi apenas a 14 de abril

<sup>380</sup> “Popular revolt in Angola. Reports of invasion denied”, *Guardian*, 28-03-1961.

<sup>381</sup> Ver artigo “La question angolaise”, sobretudo tópico “Les nationalistes et l’action directe”, 01-04-1961:3.

de 1961, com as declarações de Adriano Moreira, que a noção da guerra em Angola chegou explicitamente às páginas dos jornais. A partir desse momento, foram autorizados artigos que destruíam a mentira da tranquilidade em Angola. No centro da primeira página da edição desse dia do *Diário de Lisboa*, um artigo assinado a partir de Luanda<sup>382</sup> afastava a versão de que a ordem tinha sido restabelecida em Angola, entendendo não ser esta honesta nem servir “os verdadeiros interesses nacionais”, e referiu estar-se “indubitavelmente perante um movimento de amplas proporções”, iniciado nos distritos do Congo e do Cuanza Norte mas apresentando já ramificações nos distritos de Cuanza-Sul, Malange, Benguela e Huambo.

Esta renitência dos governos em assumir publicamente o advento da guerra nos territórios sob o seu domínio colonial e a tentativa de controlar a imprensa no sentido de evitar a perceção pública do fenómeno bélico não foi um aspeto singular do caso português. Como mostra Emile Roche (2007), também no império francês, a imprensa foi levada a ocultar da esfera pública o conceito de guerra e, de forma mais ampla, o lado da repressão militar e policial, as prisões, as torturas e os assassinatos, que se organizaram em verdadeiro sistema até ao fim da guerra da Argélia. A cobertura da imprensa francesa, além de perturbada por uma situação de guerra, estava constrangida pelo discurso oficial do Estado que se recusava reconhecer estar em guerra na Argélia. A imprensa mitigava então as *hard news* sobre a guerra, subtraindo a sua carga dramática pela abundância de *fait-divers* que preenchiavam as páginas dos jornais. Esse silenciamento só foi interrompido nos finais da década de 1950, em especial em 1957, ano que marca uma viragem na mobilização progressiva das redações contra a violência e a tortura na Argélia, e que traz a jornais como o *Le Monde*, em consonância com o seu posicionamento de inspiração humanista católica e a sua orientação intelectual, uma multiplicação de testemunhos fazendo prova de violências sofridas.

A proclamação da guerra em Angola, segundo as notícias publicadas nos diários de Lisboa, tinha sido recebida com entusiasmo e confiança entre a população de Luanda. Na primeira página do *Diário de Notícias*, uma peça da agência Lusitânia intitulada “As palavras do Presidente do Conselho e do Ministro do Ultramar restauraram a fé no coração dos portugueses – afirmam os habitantes de Luanda” (15-04-1961) indicava: “Foram benditas as palavras que o prof. Oliveira Salazar e o prof. Adriano Moreira ontem proferiram porque fizeram o milagre de acalmar muitos espíritos exaltados e restaurar uma sólida fé no coração de todos os portugueses”. A palavra guerra voltou a assomar no corpo de alguns artigos da imprensa portuguesa, mas raramente em títulos ou subtítulos das notícias. Com a revelação da guerra, descobrem-se também as primeiras matérias da preparação do envio de militares para Angola. Logo a 16 de abril, a primeira página de *O Século*

---

<sup>382</sup> “Um mês após o início dos assaltos em Angola, as chuvas continuam a impedir a organização de colunas de repressão”, *Diário de Lisboa*, 14-04-1961:1.



dizia: “O Conselho Superior Militar ocupou-se dos reforços a enviar imediatamente para Angola”.<sup>383</sup> No dia seguinte, o *Diário de Notícias* (17-04-1961: 8) anunciava: “Prepara-se o envio de outro navio com tropas para Angola”.

Ao longo das semanas que se seguiram, a partida de soldados e de material de guerra para Angola marcou presença assídua na imprensa portuguesa (ver anexos, figs. 31, 32, 33),<sup>384</sup> ora em breves notas remetidas para o interior do jornal, ora em notícias destacadas de primeira página. No *Diário de Lisboa*, um conjunto de “Notas do Dia” retomou a noção de se estar em guerra em Angola a partir de uma perspetiva que sugeria ser a sua eclosão há muito expectável se se atendesse ao contexto internacional. Numa dessas Notas publicadas em meados de abril, Norberto Lopes disse vir alertando os leitores para a previsão da guerra em Angola desde há pelo menos um par de anos, na sequência da situação no Congo, e deixou um reparo ao que apontou ser o imobilismo reacionário do governo português, mediante uma imagem bem caricata: o regime de Salazar não tinha posto as “barbas de molho” ao ver as revoltas suceder-se nos países vizinhos. Agora, tinha as barbas a arder.<sup>385</sup>

### **A ordem de força e a fuga para a frente: os significados atribuídos à remodelação ministerial**

Na imprensa portuguesa, a censura conseguiu sonegar a intenção de golpe<sup>386</sup> de Botelho Moniz, permitindo que as notícias se mantivessem expurgadas do prenúncio de divisões internas. A ordem de mobilização decretada por Salazar foi transmitida como se se tivesse processado sem qualquer abalo prévio, no propósito de debelar o dito terrorismo em Angola e de zelar pela proteção e

<sup>383</sup> A este respeito, ver também “Os reforços a enviar imediatamente para Angola – assunto de que se ocupou o Conselho Superior Militar ontem reunido no Palácio de São Bento”, *Diário de Notícias*, 16-04-1961: 1.

<sup>384</sup> “Continuará a embarcar com destino a Angola grande quantidade de material”, *Diário de Lisboa*, 19-04-1961: 11; “Cerimónias de despedida das tropas expedicionárias”, *Diário de Lisboa*, 20-04-1961: 3; “Pelo ar e pelo mar prossegue o transporte de tropas e material para Angola”, *Diário de Lisboa*, 20-04-1961: 3; “Novo contingente expedicionário seguiu ontem para Angola”, *O Século*, 22-04-1961: 1; “Continua o embarque de material e mantimentos para as províncias ultramarinas”, *Diário de Lisboa*, 22-04-1961:3; “Armamento para Benguela. Mais pormenores sobre os últimos acontecimentos em Cabinda”, *Diário de Lisboa*, 23-04-1961: 3; “Um navio cargueiro largou do Tejo para Angola com material e soldados”, *Diário de Lisboa*, 23-04-1961: 3; “Chegou a Lisboa um contingente dos Açores que seguirá brevemente para as nossas províncias ultramarinas”, *Diário de Lisboa*, 24-04-1961:7; “Material e tropas para o nosso Ultramar”, *Diário de Lisboa*, 25-04-1961:3; “O Império partiu para Angola e Moçambique”, *República*, 29-04-1961:1; “No Norte de Angola está em execução um vasto plano militar em que intervêm forças de terra, mar e ar”, *Diário de Notícias*, 30-04-1961.

<sup>385</sup> “As barbas do Vizinho – e as Nossas”, *Diário de Lisboa*, 18-04-1961:1.

<sup>386</sup> Na sua mais recente obra (publicada postumamente), Hermínio Martins (2018) notou, com alguma ironia, como o envolvimento dos militares na vida política das nações, com vista a mudar regimes, políticas e governos, por conspirações ou preparação de toda a espécie de golpes, pode ser referido mediante um vocabulário deveras rico para dar conta dos diferentes registos do fenómeno: “cuartelazo”, ou “golpe de caserna”, que se inicia e pode terminar com o levantamento de uma unidade militar específica; “pronunciamento”, consiste numa declaração de mudança de apoio a um governo que pode levar este a concluir não poder continuar a governar; “golpe”, que implica o uso da força ou a mera intenção de o fazer, contra um governo, seguida da destituição ou afastamento; “intentona” designa um movimento de fraca intensidade, pelo reduzido número de participantes ou pela forma abjecta como é derrotado. Martins observou ainda que os golpes se tornam conhecidos em função da época em que ocorreram, referindo-se o mês se for um golpe sem sucesso, ou o dia e mês se tiver sucesso.

segurança do território. Também em vários artigos publicados nesse dia na imprensa britânica, muitos dos quais em colunas de primeira página, a reformulação do governo e a assunção da pasta da Defesa por Salazar surgiram enunciadas como revelando o intuito do Presidente do Conselho de conservar Angola, custe o que custasse, sobretudo num momento que coincidia com uma conjuntura de crescimento económico em Angola, na agricultura, na indústria petrolífera e nas companhias de diamantes.<sup>387</sup> No entanto, essa reorganização indiciaria ainda o propósito de Salazar de retomar o controlo sobre o Exército, contrariando desse modo os sinais emanados por certos setores militares de um desgaste provocado pelos 30 anos de chefia de Salazar e que davam mostras de um desejo de liberalização da política governamental.<sup>388</sup>

O correspondente do *The Times* em Lisboa associou a demissão do general Botelho Moniz e a tomada da pasta da Defesa Nacional por Salazar à “atmosfera de guerra” em Angola<sup>389</sup> e ao agudizar da dissidência no interior do país, manifestada desde o assalto ao Santa Maria. A tomada do navio teria desencadeado críticas à política colonial do regime, expostas em panfletos satíricos e em manifestos enviados ao Presidente Américo Tomás, culpabilizando o governo pelo agravar da situação em Angola e intimando reformas imediatas. É neste quadro geral que o correspondente britânico abordou a ampliação das funções governativas de Salazar, apresentada como um último lance tendente a um esforço de continuidade na condução da política portuguesa e como uma resposta às crescentes exigências da oposição, sobretudo perante os rumores de uma nova investida liderada pelo General Botelho Moniz. Mas as medidas de Salazar seriam, na ótica deste artigo, anacrónicas e provavelmente incapazes de conter os danos que a agitação em Angola e as ações levadas a cabo pela oposição tinham infligido ao regime. A remodelação ministerial constituiria, segundo o jornalista britânico, um empenhamento para travar o andamento das coisas e para limitar os prejuízos sofridos e ainda por vir, num tempo apreciado, porém, como tardio. O regime de Salazar estava já a correr atrás do prejuízo, ou, para seguir uma tradução mais literal da expressão empregue no jornal, a “aferrolhar o estábulo depois de o cavalo ter já fugido”, como sugere a seguinte passagem da peça:

The Cabinet changes are regarded as particularly significant at this moment, when attacks on the Salazar regime are being made persistently from both outside and within the country (...) An unconfirmed rumour here says that the General had headed a group of senior Army officers who demanded an alteration of domestic and foreign policy. The seizure of the Santa Maria in January would seem to have been put the initial act of campaign to force Dr Salazar to resign. The first Angola disturbances followed a few days after the surrender of the Santa Maria to the Brazilian authorities, and they have continued with increasing seriousness ever since. The Portuguese press is

<sup>387</sup> A este respeito, ver “Angola troubles”, *The Scotsman*, 14-04-1961.

<sup>388</sup> Ver também “Salazar takes over defence. Angola cal-up”, *Guardian*, 14-04-1961:1; “Dr Salazar takes over Defence Post”, *Daily Telegraph*, 14-04-1961: 1; “Salazar takes over as Angola terror mounts” *Daily Mail*, 14-04-1961:13.

<sup>389</sup> “13 europeans killed in Angola. Firm Action by Dr Salazar. Defence Minister dismissed. War Atmosphere”, *The Times*, 14-04-1961: 14.

censored, so there has been no public criticism of the Government's policy in Angola. The man in the street, however, is inclined to consider the recent decrees reinforcing defence, tightening civil and military liaison in the province and sending out troops and police, as locking the stable after the horse has fled.

No editorial “Test of friendship” do *Daily Telegraph* (14-04-1961: 8), os choques internos e externos enfrentados pelo governo português foram considerados uma oportunidade para pôr à prova a amizade dos aliados de Salazar e enunciados de um modo que acabou por realçar o seu carácter, determinado em manter intacto o império colonial português:

Dr. Salazar is showing no disposition to pooh-pooh the troubles in Angola, nor, for that matter, rumours of unrest in Portugal itself (...) The overall picture therefore is that Portugal is having a difficult time and being nipped by winds of change. It is not only right that someone should point out how grossly unfair this Arctic atmosphere is. There may be some wariness in well doing, but that the Salazar regime has done well for a generation is beyond challenge. If there is any local tyranny, its victims have really been treated with kid gloves. Overseas, the translation of the principle of no colour-bar and no colonialism may have been slow and imperfect, but nobody acquainted with Dr Salazar can assert that it has been hypocritical.

A ordem de força para Angola, num outro editorial de primeira página do *Le Monde* (15-04-1961) designado “Épreuve de force”, foi inscrita numa linha de continuidade com as palavras que Salazar proferira quando, nos meses precedentes, uma comissão de tutela o convocara a facultar informações sobre os territórios em África: “Nem sucessão, nem abandono no que concerne a unidade da Nação portuguesa; também não à autodeterminação e ao referendo. As províncias ultramarinas são já independentes, da independência própria da Nação”. Mas as condições internas e internacionais conjugavam-se, segundo o editorial, para dar origem a uma “prova de força” imposta ao Estado Novo, e a Salazar em particular, cuja durabilidade estaria inextricavelmente dependente da capacidade de sustentar a revolta em Angola. A luta pela sobrevivência do domínio português em Angola aparece aqui retratada como consubstancial à luta pela sobrevivência do próprio regime. Decisivamente, como se tinha previsto em artigos antes publicados, em Angola jogava-se o destino do Estado Novo e o de Salazar:

Le Dr. Salazar, qui depuis trente-trois ans fait partie du gouvernement portugais et depuis vingt-neuf ans le dirige, vient de le remanier avec une brusquerie qui n'est pas dans sa manière (...) dans une brève allocution prononcée jeudi le ‘Doutor’ n’a pas caché que ses décisions avaient été provoquées par la gravité de la situation en Angola, dont la défense, a-t-il ajouté, se “confond avec celle de l’intégrité de la nation”. Nul ne doute en effet que l’avenir du régime portugais et le pourvoir du Dr. Salazar ne seraient fortement remis en question si les difficultés éprouvées en Afrique n’étaient rapidement surmontées. Sur ce point, il semble que le premier ministre lusitanien ait voulu signifier à l’armée, dont certains secteurs auraient pu être intimidés par l’offensive menée à l’ONU contre le statut colonial des territoires portugais d’Afrique, qu’il était déterminé à poursuivre avec énergie la défense des provinces d’outre-mer et la répression des “activités terroristes” (...) Le remaniement du gouvernement de Lisbonne, la mobilisation partielle en Angola et la proclamation de l’état d’alerte montrent que le Docteur Salazar entend plus que jamais persévérer dans la ligne qu’il a choisie. Autrement dit, refuser de s’incliner devant les pressions extérieures et les exigences d’une émancipation africaine qui, selon lui, ne tient pas à “la fatalité d’un mouvement historique, mais aux incendies portés de l’extérieur sur le continent”. Une véritable épreuve de force est engagée.

A concentração de poderes nas mãos de Salazar teria o objetivo principal de evitar que os “sinais de alarme” em Angola se intensificassem, sugeriu o *Parisien Libéré* na peça intitulada “Pour éviter l’aggravation de la situation en Angola, Le Président Salazar prend en main la Défense et réorganise le haut commandement portugais” (15-04-1961).<sup>390</sup> Mas a amplitude da recomposição do governo deixava supor, segundo a mesma notícia, que as inquietudes de política interna e a atmosfera de tensão sentida nalguns meios militares tinham impulsionado fortemente estas mudanças. Outras notícias tornavam possível conjecturar que a guerra tivesse sido proclamada como uma solução potencial para prorrogar o poderio do Estado Novo e salvaguardar a continuação do domínio do império. Logo após a transformação ministerial, Salazar decretou a “mobilização parcial” em Angola e colocou as tropas e os aviões do exército em “estado de alerta”. Pouco depois, foi determinado o recolher noturno obrigatório em todos os bairros nativos de Luanda.<sup>391</sup> Estes primeiros atos de Salazar no papel de ministro de Defesa suscitaram a sensação, veiculada em vários desses artigos,<sup>392</sup> de que a transformação no governo e a ordem de força estariam a dar o pretexto para Salazar consagrar o seu poder de forma mais impositiva do que nunca com vista a preservar a soberania em Angola. Essa determinação mantinha-se num contexto em que os contínuos debates na Assembleia Geral das Nações Unidas provocavam, nas palavras de um correspondente britânico em Lisboa, uma atmosfera de desânimo e ressentimento em Portugal. O governo português respondia com a ameaça da retirada das Nações Unidas e da NATO.<sup>393</sup>

Numa altura em que o último império colonial dava sinais de vacilar,<sup>394</sup> perturbado por novas operações na cidade de Ucuva, a nordeste de Luanda, a mobilização para a guerra sobressai como uma “fuga para a frente” de Salazar. Ao manter intacta a sua orientação imperial, a guerra tornava-se um fator decisivo para o Presidente do Conselho, e agora também ministro da Defesa, subjugar a si ou “redomesticar” as forças armadas para o esforço militar colonial e para afirmar a sua

<sup>390</sup> Veja-se o seguinte excerto: «Tandis que les nouvelles les plus alarmantes ne cessent de parvenir de l’Angola, une atmosphère tendue règne au Portugal. Un remaniement ministériel sans précédent a bouleversé la composition du gouvernement portugais (...) Le Président Salazar, dans une déclaration publique, a assuré que son seul souci était « la lutte contre la subversion en Angola », mais l’ampleur du remaniement laisse supposer que des inquiétudes de politique intérieure n’y sont pas étrangères. Les entretiens se multiplient entre le président et les ministres ainsi que sur le plan militaires. Les troupes sont consignées et la police est en état d’alerte (...) ».

<sup>391</sup> “Curfew on in Angola. Troops out in Force”, *Sunday Times*, 16-04-1961: 1. A este respeito ver também “Terrorist kill 4 in Angola”, *Daily Telegraph*, 16-04-1961: 17.

<sup>392</sup> Cf. por exemplo “La proclamation de l’état d’alerte: ce sont les premiers actes du Dr. Salazar en tant que ministre de la Défense nationale du Portugal”, *Paris Presse Intransigeant*, 15-04-1961: 2.

<sup>393</sup> “Portugal is Despondent over Angola”, *Daily Telegraph*, 16-04-1961: 17.

<sup>394</sup> “Des Açores à Macao. Le dernier empire colonial vacille. 13 morts en Angola », *Paris Jour*, 15-04-1961. Leia-se a passagem: « Le Portugal possède le dernier empire du monde (...) Mais cet empire donne bien du souci à son propriétaire (...) Depuis deux mois, l’Angola – qui a une frontière commune avec le Congo – deux fois moins peuplée, douze fois plus grande que la métropole portugaise, est à feu et à sang (...). À Lisbonne, le Premier ministre, le docteur Salazar, qui, depuis 1928, tient les rênes du pouvoir, est très inquiet. Il a profité d’un important remaniement ministériel pour prendre lui-même en main le portefeuille de la Défense nationale. De nombreuses «mesures de sécurité préventives » ont été décidées sur l’ensemble du Portugal».

habilidade em superar as crises, internas e internacionais (Rosas, 1994). A atitude de Salazar seria uma estratégia para apaziguar os setores insubordinados do Exército, indicava uma notícia no *Le Monde*.<sup>395</sup> A concentração do poder e a consagração incondicional à guerra, transformada em desiderato absolutamente prioritário, dava a Salazar o subterfúgio necessário para retomar ideologicamente toda a linha da defesa do império e para uma total subordinação da condução do país aos objetivos políticos determinados pelo regime. Leia-se o seguinte excerto publicado no *Sunday Telegraph* a 16 de abril:

The seriousness of the position in Angola in the face of well-planned, well-timed and well-led terrorist attacks was acknowledged by Dr. Salazar in a short broadcast (...). The sensational news had broken in Lisbon that afternoon that the Defence Minister, Gen. Botelho Moniz, had been relieved of his duties, and that Dr. Salazar, now in his 72<sup>nd</sup> year, had assumed control of the Portuguese armed forces (...). This drastic changes followed reports that a military junta was preparing to set up a new kind of Government, and if necessary to oust Dr. Salazar, to cope with the emergency in Angola. It was suggested that such a junta might be headed by the now retired Minister of National Defence and that the former President of the Republic, whose integrity is acknowledged by everyone, would be co-opted (...). Meanwhile, the news from there is becoming much more explicit. There is no longer easy talk of mere mopping-up operations and of things getting back to normality (...). It is now evident that the campaign, though most certainly inspired, supplied and directed from Leopoldville or thereabouts, has some support from Angolan Africans (...). It is to regain control of the situation that Dr. Salazar has decided to vest in himself the responsibility for military operations<sup>396</sup>

No mesmo dia, num editorial do *Sunday Times*, ponderava-se um conjunto de cenários verosímeis resultantes do posicionamento inflexível de Salazar em Angola. A possibilidade de uma “guerra civil anticolonial” e a perspetiva de que, fazendo fronteira com o Congo ex-belga, a guerra em Angola ia atrair a intervenção dos países africanos, confrontaria, na suposição proposta neste editorial, os aliados europeus com um dilema entre apoiar a luta contra o colonialismo ou colocar-se do lado do regime de Salazar. A escapatória possível passava por persuadir Salazar a empreender reformas<sup>397</sup> para liberalizar a sua política colonial, sugeria o artigo, e, no âmbito interno, neutralizar em especial a atuação da censura.

A imprensa britânica e a francesa destacaram a decisão de Lisboa de proceder à retirada de mulheres

<sup>395</sup> Ver, por exemplo, “Au Portugal, M. Salazar aurait remanié son gouvernement pour apaiser certains secteurs de l’armée”, *Le Monde*, 17-04-1961:3.

<sup>396</sup> “Act boldly, says Dr. Salazar. Firm Stand to rid Angola of Terrorist raids”, *Sunday Telegraph*, 16-04-1961.

<sup>397</sup> “Ill Omens in Angola”, *Sunday Times*, 16-04-1961:12: “If the world knew more clearly what is happening in Angola, what is happening would not be as ominous as it is, whatever it is. For one of the worst things about the Portuguese African colonies is that we know so little of what happens in them. Not that our knowledge would make things better, but the conditions that enforce our lack of knowledge certainly make them worse. For the Portuguese colonial system is based on a principle which has become an illusion; that ignorance is bliss – that an ignorant population is unconcerned. In truth, where education languishes, savagery holds sway, and rumour rules where news is censored. Actually, more and more coercion is needed to keep the population down and the world out. Portugal, the first colonial Power of Europe in the fifteenth century, is the last colonialist Power in the twentieth, the last truly to believe in its destiny to rule others, offering them the hope of heaven but not the aspirations of democracy (...). We should do all in our power to persuade Dr. Salazar to hasten liberal reforms, and so ensure that not only legitimacy but a popular will supports the regime. This may well imply a wind of change at home, too, in the stuffy corridors of an ageing dictatorship”.

e crianças das zonas de tensão no norte de Angola e de estabelecer uma ponte aérea entre Lisboa e Luanda.<sup>398</sup> Segundo os dados avançados por correspondentes estrangeiros em Lisboa, até ao final desse mês de abril, 3000 soldados portugueses haviam de chegar a Angola para se juntar aos 7000 já existentes no local, e no mês seguinte, mais 15 000 soldados seriam enviados, resultando, no final do mês de maio, num total de 25 000 homens no terreno.<sup>399</sup> Diferentemente da previsão transmitida na imprensa portuguesa de a guerra ser rapidamente solucionada com a chegada das tropas, para o correspondente do *Figaro* em Lisboa, a guerra em Angola afigurava-se um empreendimento em grande escala que, pelas proporções militares e simbólicas, foi equiparada à guerra na Argélia, prevendo-se mesmo a sua dilatação à Guiné,<sup>400</sup> augurada em relatórios sobre a formação de corpos de milícia nesse território. A proclamação da guerra impulsionou uma incerteza sobre o futuro de Angola, traduzida numa interrogação frequentemente formulada nos jornais: iria Angola converter-se num “novo Congo”? Esta fobia do Congo era alimentada por fontes de informação ligadas ao governo de Angola, que, através da imprensa estrangeira, procuraram disseminar a imagem aterradora de ter a violência em Angola ultrapassado a que se verificava no Congo.<sup>401</sup> Estas fontes tentavam também atrair a compaixão da imprensa britânica agitando o fantasma dos Mau Mau no Quênia. A intenção de superlativar a intensidade da guerra em Angola, mencionada como muito mais sangrenta do que qualquer ação no Quênia, materializou-se na contagem de pelo menos 500 europeus mortos e milhares de africanos, um número que aquelas fontes citadas diziam ser em cerca de 25 vezes superior ao dos mortos pelos Mau Mau.

Esta tentativa de explorar a condolência britânica, rememorando as mortes causadas pela guerrilha no Quênia, deixava de parte a escala repressiva da administração britânica. A derrota dos Mau Mau no Quênia envolveu uma repressão brutal, com uso de tortura, centros de detenção e trabalho

<sup>398</sup> “Devant l’extension du terrorisme en Angola. Lisbonne décide: Envoi de compagnies mobiles de police et de matériel militaire; Evacuation des femmes et des enfants”, *Figaro*, 18-04-1961:1; “Un pont aérien achemine des renforts portugais en Angola où les rebelles redoublent d’activité”, *Parisien Libéré*, 18-04-1961; “Pont aérien entre Lisbonne et l’Angola pour transporter les renforts”, *France-Soir*, 18-04-1961; “Lisbon orders 2 liners to Angola. Troops out and refugees home”, *The Times*, 18-04-1961:10.

<sup>399</sup> Ver subponto “Communist arms used. Car ambushed”, integrada na peça assinada pelo correspondente em Lisboa, Anthony Mann “Portugal flies troops to Angola. Terrorists kill Europeans”, *Daily Telegraph*, 17-04-1961:1; “Troops are rushed to riot torn Angola”, *Daily Express*, 18-04-1961:2; “Angola: Situation de plus en plus critique: 25 000 soldats portugais sur place d’ici à fin mai”, *Figaro*, 20-04-1961:1; “En Angola: Des maquisards a 70 kilomètres de Luanda: Les forces de l’ordre compteraient 25 000 hommes a la fin de mai” *Le Monde*, 21-04-1961:1.

<sup>400</sup> “Nouvelles de l’étranger: Lisbonne: Mobilisation de 3 ou 4 classes et envoi de la division portugaise de l’OTAN en Angola. Menaces sur la Guinée Portugaise” *Figaro* 19-04-1961:3. Atente-se à passagem: «Le problème de l’Angola est pour les Portugais une affaire semblable à celle de l’Algérie pour les Français. Ce territoire est considéré par eux comme étant une province du Portugal au même titre que celles d’où sont partis, il y a plusieurs siècles, les navigateurs et les explorateurs lusitaniens. C’est ce qui explique la détermination farouche du gouvernement qui se montre décidé à mettre tout en œuvre pour faire face à une situation dramatique qui pourrait bientôt s’étendre à la Guinée portugaise». Ver também “Guinée portugaise: attaque extérieure imminente contre cette province”, *Figaro*, 20-04-1961:1.

<sup>401</sup> «Angola death-roll of 500. Many hacked to pieces. “Worse than the Congo”», *Daily Telegraph*, 21-04-1961:1; “Portugal fights a full-scale rising. Angola atrocities worse than in Congo”, *Daily Telegraph*, 24-04-1961:1.

forçado, violação, encarceramento e assassinatos de locais, relacionados mas também sem qualquer ligação com a rebelião, em números muito significativos (Elkins, 2005). Vale a pena levar em linha de conta o impacto relativamente pequeno dessas campanhas do governo britânico nas correntes de opinião e na vida política, sobretudo se confrontado com o choque na França da guerra na Argélia, por exemplo, no mesmo período. Adoptando a possível explicação ponderada por Hermínio Martins (2018), talvez se possa entender este estranho desprendimento pelo facto de que a Grã-Bretanha não teve de organizar uma mobilização militar robusta para fazer frente às rebeliões e de o número de colonos brancos ser aí inferior ao de outras regiões sob domínio colonial. Não só a nível interno, mas também na esfera internacional, as repercussões da situação no Quénia e das violências contra os Mau Mau nos campos de detenção não se equiparam às que se estavam a verificar a propósito da Argélia ou da África portuguesa. Não pode, por isso, deixar de ser considerada irrisória a busca de influência das fontes de informação portuguesas sobre os meios britânicos pela invocação de comparações com cenários onde o terror de um Estado colonial tinha deixado bem patentes as suas marcas; e talvez se possa afirmar não serem ingénuos esses esforços para condicionar o trabalho da imprensa britânica recordando um passado recente em que o governo se revelou particularmente bem-sucedido em disfarçar na imprensa de Londres os maus tratos infligidos a suspeitos de pertencer ao movimento Mau Mau (Lewis e Murphy, 2006) e em que o âmbito público internacional pareceu manifestar pouco interesse.

Com estas notícias que deram conta de uma escalada da violência no território angolano, a palavra guerra passou a surgir com cada vez mais frequência nas páginas da imprensa estrangeira: “Yes, this is War now in Angola”, anunciou em título o *Daily Mail* (21-04-1961: 13). Em alternativa à definição de uma guerra defensiva e escorada no princípio da soberania da nação portuguesa, o *Le Monde* reportou uma conferência em Casablanca<sup>402</sup> presidida por Mário de Andrade, durante a qual os representantes de várias organizações das colónias portuguesas de África e da Ásia se propunham coordenar a sua ação e tomar “medidas concretas” para, nas suas palavras, apressar a “liquidação total da administração colonial” e acelerar a libertação dos territórios. Estas afirmações influíram no modo de classificação da guerra em Angola. Nesses artigos do *Le Monde* baseados nas declarações de Mário de Andrade, a guerra foi nomeada como uma guerra contra o poder imperial português e contra as violações dos direitos humanos em Angola. Já o enviado do *Daily Telegraph* a Luanda que sucedeu a Martin Moore, Richard Beeston, falou de uma “guerra revolucionária a larga

<sup>402</sup> “Les partis nationalistes des colonies portugaises tiennent une conférence à Casablanca”, *Le Monde*, 18-04-1961:3; “Les organisations nationalistes des colonies portugaises tiennent leur première conférence à Casablanca”, *Le Monde*, 20-04-1961:4; “Réunis à Casablanca. Les chefs nationalistes des colonies portugaises prennent des “mesures concrètes”, *Le Monde*, 21-04-1961: 4; “Ébralent un empire inchangé depuis le XVIIIe. Les partis nationalistes des colonies portugaises décident de coordonner leur action”, *Le Monde*, 22-04-1961:5.

escala”,<sup>403</sup> organizada por “líderes experientes”, e que vinha destruir as esperanças de integração racial entre os negros e a população branca de Angola. Para o jornalista do *Sunday Times* (23-04-1961: 3), Robert Targett, tratava-se de uma “guerra de guerrilha”, prestes a levar Angola à beira da ruína, expressão destacada logo no título, “Guerrilla War brings Angola near collapse”. Suspeitava-se neste artigo que Salazar podia não ganhar a guerra, com todas as implicações que uma tal derrota acarretaria, também para os vizinhos onde vigorava um regime de domínio branco, a Rodésia e a África do Sul. A guerra em Angola poderia muito bem representar o princípio do fim para os homens brancos em África. Mas ela representava certamente a impossibilidade de Salazar continuar a disfarçar a aparente reversibilidade da situação em Angola, dizia o *Economist*:

It is no longer possible even for Dr. Salazar to maintain that the situation in Angola is being rapidly brought under control, although the current euphemism for the Portuguese army's efforts to stamp out the rebellion in the North is “mopping-up operations”. Violence has increased and spread continuously in Angola since the first outbreaks in February. Rebel and government sources naturally differ about the atrocity stories that are now pouring out, but there are sufficient eye-witness accounts to furnish the outlines, at least, of an accurate picture (...). Dr. Salazar has reshuffled his government, taking over the ministry of defence himself. In spite of this, and of confident reports of enormous rebel casualties in the border hills, there are signs of a spreading feeling in Lisbon that all is too late.<sup>404</sup>

### **A propaganda de mobilização para a guerra**

A mudança do registo noticioso na imprensa portuguesa, da mentira da tranquilidade para a divulgação do conflito bélico em Angola, passou a assentar numa perspetiva em que a guerra cessou de ser apresentada como um desvalor. Rompeu-se com a noção habitual da guerra e da paz como valores absolutos, substituindo-a por um novo entendimento em que o valor do meio passava a depender do valor do fim. Quer dizer, a nobreza dos fins (real ou imaginária) tenderia a sobrepor-se à questão da legitimidade dos meios. Deste modo, abriu-se a senda para um entendimento da guerra definida como uma guerra justa, de resposta a uma violação do direito estabelecido, uma guerra contra a agressão terrorista, uma guerra de defesa do império. O poder representado por Salazar, pela sua figura e pela ordem para andar “rapidamente e em força” com vista à defesa bélica desse quinhão vital do império que considerava ser Angola, tinha que seduzir as mentes dos portugueses. O *medium* impresso revelou-se uma entidade seguramente de primeiro plano no processo de luta política entre dois ideais opostos – preservação da hegemonia imperial *versus* ambições anticoloniais e de independência. Nesse momento, Angola foi, definitivamente, erguida em símbolo nacional por excelência, que exigia a unidade de todos os portugueses e o avanço da ação militar. No entanto, se Salazar podia, através de constrangimentos autoritários de diversos tipos, com o aparelho de censura à cabeça, exercer um forte controlo nos meios de comunicação nacionais sobre

<sup>403</sup> «Angola death-roll of 500. Many hacked to pieces. “Worse than the Congo”», *Daily Telegraph*, 21-04-1961:1.

<sup>404</sup> “Angola. Congola”, *Economist*, 22-04-1961: 306; [“Congola Continued”, *Economist*, 29-04-1961: 426].



a representação do seu poder imperial, na cena internacional, ele estava inexoravelmente submetido à representação infundida pelos *media* estrangeiros.

Pelo que as matérias publicadas na imprensa deste período permitem observar, o governo de Salazar soube alternar os longos silêncios, a mentira evidentemente exibida, a expectativa, a ansiedade e, bruscamente, a assunção da guerra, o apelo à força e ao avanço das tropas. Tal exortação apareceu sustentada em expressões incisivas, que sintetizaram numa palavra de ordem o programa político fundamental do regime, e em certas técnicas de persuasão, mais ou menos violentas, mais ou menos sofisticadas. Estas procuravam influenciar o estado anímico daqueles que partiam, instigando-lhes confiança e vontade de vencer, por um lado, e ódio contra o inimigo, por outro, e estimular a motivação, o espírito patriótico de todos, e a paixão comum pelo império em África, de forma a envolver toda a população no destino de uma certa concepção de nação. Desde a palavra de ordem emitida por Salazar, condensada num breve *slogan*, fácil de memorizar, tal como o recomenda o princípio da simplificação, e na série de discursos subsequentes, o apelo à defesa de Angola e a criação de um inimigo externo foram constantemente orquestrados através da imprensa, aspirando a um efeito de contágio de toda a população. Nesta enumeração, encontram-se alguns dos métodos fundamentais da propaganda política relembrados por José Júlio Gonçalves<sup>405</sup> no livro *Técnicas de Propaganda*, editado justamente em 1961, e que cita a obra de J.M.Domenach. Vale a pena referir que José Júlio Gonçalves ingressou, precisamente no contexto da guerra, na escola de formação superior no âmbito da administração colonial, o Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina (ISCSPU).

O regime de Salazar serviu-se de várias formas de propaganda, combinou-as, e usou-as com alternância; uma propaganda com foros de integração, apropriada para criar pré-attitudes favoráveis ao acolhimento da ordem de força. Os enquadramentos difundidos nos meses anteriores podem, nesta aceção, constituir o que Jacques Ellul (1965) referiu de “propaganda de caráter sociológico”, ou seja, uma preparação do espírito coletivo pela difusão da ideologia da nação como nação-império, antes de o regime passar à impulsão direta. E uma propaganda de mobilização para a

---

<sup>405</sup> José Júlio Gonçalves, que pode ser considerado um dos pioneiros da sociologia da informação e da comunicação em Portugal, era graduado em direito e doutorado em antropologia e sociologia e em ciência política, tendo introduzido na universidade portuguesa um interesse de investigação no campo da comunicação, da informação e do jornalismo. Ao longo da década de 1960 e no início da década de 1970, desenvolve um conjunto consistente de trabalhos centrados em diagnosticar o estado do jornalismo no mundo português, incluindo nele as colónias africanas e asiáticas [*A Informação em Angola* (1964), *A Informação em Moçambique* (1965), *A Informação na Guiné, em Cabo Verde e em São Tomé e Príncipe* (1966), *A Informação nas Províncias do Oriente* (1967)], e em pensar a censura, na qual via um instrumento de propaganda do governo. Os seus escritos revelam uma concepção da propaganda como técnica não necessariamente perniciosa, cujo valor dependeria dos agentes que a ela recorressem e do fim com que fosse empregue. No âmbito da propaganda política, estabelece uma diferenciação entre a propaganda de tipo leninista ou comunista, a de tipo hitleriano ou fascista e a de tipo democrático. Esta última distinguir-se-ia das anteriores por não buscar apenas factos, palavras de ordem e *slogans* de base racional, nem tão-pouco mitos, ameaças e profecias, preocupando-se com a defesa dos valores que acreditava serem postos em causa pelas propagandas comunista e fascista.

guerra, com laivos de “propaganda de agitação”,<sup>406</sup> corporizada em paradas militares e num repertório de palavras de ordem. Uma seria tão necessária como a outra. Enquanto a propaganda de mobilização para a guerra passou a dominar as páginas da imprensa portuguesa, ela foi coexistindo com essa inculcação geral mais vasta do imaginário do império, que não conduziria, por si só, à ação, mas se revelava imprescindível para tentar sustentar as manobras políticas e militares.

Os conteúdos informativos que dominaram a imprensa portuguesa na segunda quinzena de abril – e nos meses posteriores – continham uma dinâmica propositiva, não meramente defensiva do regime, que procurou aproveitar o espaço de manobra desse meio para promover o prolongamento da situação imperial portuguesa. Quando as notícias do envio de forças militares e de material de guerra para Angola começaram a surgir na imprensa portuguesa, a 16 de abril, elas foram secundadas por várias declarações, que podem ser interpretadas como procurando instruir os militares a resistir à destruição da guerra. A 19 de abril, uma notícia de primeira página do *Diário de Notícias* relatou o pretenso ânimo com que os paraquedistas teriam embarcado rumo a Angola:

Os ministros e subsecretários falaram com os oficiais e os outros numerosos componentes do contingente de paraquedistas, os quais manifestaram o mais elevado moral afirmando-lhes o seu desejo de rapidamente chegarem a Angola, a fim de tomar parte na acção contra os bandos de criminosos que atacam as populações indefesas, merecendo por isso implacável repressão.<sup>407</sup>

Uma semana depois desta notícia, *O Século* publicitou em primeira página as palavras proferidas pelo ministro do exército, Mário Silva, instantes antes do embarque de um contingente de legionários por via aérea para Angola:

Vão partir numa hora difícil para a Nação, mas mal parecia que os legionários não estivessem presentes nesta hora em terras de Angola (...) Legionários, como português e como soldado, tenho fé inabalável que há-de passar pouco tempo sobre o vosso regresso à Metrópole pois estou certo que a paz voltará em breve à terra sagrada da nossa província de Angola. Peço-vos agora que me acompanhem em dois ‘vivas’: Viva a Legião Portuguesa, Viva Portugal! <sup>408</sup>

A partida de militares para Angola ocorreu na imprensa portuguesa como um momento solene, assinalada pela comparência e com alocações de membros do governo. A presença de Mário Silva

---

<sup>406</sup> “Propaganda de agitação” ou “agit prop” é a designação pela qual passou a ser referida a propaganda política massivamente utilizada na Revolução Soviética de 1917 [McNair (2007), Ellul (1965: 88-89)]. Depois de instaurar o poder do partido bolchevique, Lenine recorreu a uma poderosa campanha de agitação organizada a uma escala nacional a qual envolvia um grande contingente de agitadores, extensivo a todos os setores da sociedade. Tal campanha agia para disseminar manifestações de descontentamento através da “revelação” – conceito chave do modelo da propaganda leninista – do que reclamavam ser o estigma sofrido por uma força negra opressora da sociedade no seu todo e do estímulo à amotinação contra a ação dos que comprimiam a rebelião popular. Os meios de comunicação desempenharam um papel determinante nesta campanha. Queria-se uma imprensa comprometida, porque para o proletariado. Uma vez que o partido de Lenine se reclamava o monopólio da verdade (sintomaticamente, o jornal do partido chamava-se *Pravda*), a supressão de qualquer outra atividade da imprensa, denunciada como antiproletária e inimiga da sociedade, estava justificada, permitindo a atuação da censura e da repressão. Deve mencionar-se também o cinema, cujas empresas foram nacionalizadas por um decreto assinado por Lenine em 1919.

<sup>407</sup> “Paraquedistas partiram ontem para Angola. Assistiram ao embarque vários membros do governo e altas patentes militares”, *Diário de Notícias*, 19-04-1961:1.

<sup>408</sup> “Uma companhia de voluntários da legião portuguesa de quem o Sr. Ministro do Exército se despediu partiu, por via aérea para Angola”, *O Século*, 25-04-1961:1.

foi referida nessa notícia como “a garantia de que a atitude patriótica tinha o apoio incondicional e o auxílio moral de toda a Nação”. Mencionou-se a afluência ao local de embarque de familiares e amigos dos militares para uma despedida, que, nas palavras impressas nos jornais, “foi em tudo afectuosa e [...] uma demonstração de apreço pela atitude desses homens que, voluntariamente, vão colaborar na defesa daquela nossa província ultramarina”. A assunção da guerra fez-se acompanhar da garantia do sucesso da ação dos militares e de um rápido regresso à aclamada “ordem”. Assim definida, a guerra em Angola aproximou-se mais de uma situação em que se verificavam casos de violência esporádica, mas em que a reposição da clamada ordem apareceu sempre no horizonte de expectativa próximo.

Mais do que numa lógica pretensamente descritiva do suposto entusiasmo moral das tropas, que será contraditado algum tempo depois pela imprensa estrangeira, referindo o estado de contrariedade manifestado pelos militares e a presença de “multidões silenciosas” no momento do embarque para Angola,<sup>409</sup> as declarações publicadas na imprensa portuguesa pretendiam instigar a coesão das forças governamentais, civis e militares no esforço de guerra. A propaganda tornou-se absolutamente necessária ao poder de Salazar nesta conjuntura. Perante a presença de círculos – internos e exógenos – que não se coadunavam com o seu projeto imperial, os governantes do Estado Novo demonstraram novamente não poder alhear-se das correntes de opinião influídas pelos *media*. A decisão do regime podia adiantar-se ao surgimento dos fluxos de opinião, mas procurou depois conformar essa opinião aos seus desígnios, consciente de não os poder manter sem ela.

Ao longo das semanas seguintes, a imprensa foi-se destacando como um agente estratégico no processo de mobilizar os recursos do Estado para o esforço bélico. A destruição categorial que representa a guerra não dispensa a necessidade de se construir um sentido para a guerra, revelando o lado simbólico, teleológico, não estritamente militar de qualquer conflito moderno, e elevando a pertinência da conceptualização de uma “guerra psicológica”, pensada por teóricos como Serge Tchakhotine.<sup>410</sup> Tal expressão remete para uma noção de guerra que, sem recusar o choque pelas armas para obter a vitória, se entende também como fenómeno assente em manobras indiretas, pertencentes ao universo da comunicação e da informação, e na restrição das liberdades individuais.<sup>411</sup> A guerra implica uma organização, um controlo e um autocontrolo, um planeamento

---

<sup>409</sup> “Le Portugal envoie des renforts en Angola”, *Le Monde*, 07-05-1961: «Une foule silencieuse de parents et d’amis était venue assister au départ des troupes, que le général Mario Silva (...) a passé en revue avant leur embarquement. Le ministre a déclaré: “L’armée ne transigera pas. Son devoir est de sauver la patrie et de sauvegarder le patrimoine national” ».

<sup>410</sup> Em *Le Vol des foules par la propagande politique* (1939), Tchakhotine particulariza a Segunda Guerra como uma “guerra ideológica”, que teria oposto menos os Estados e mais os sistemas políticos e sociais – fascismo, liberalismo, comunismo –, revelando com ainda mais agudeza a importância central da propaganda e do condicionamento dos espíritos.

<sup>411</sup> A este respeito, ver Qualter (1962). Ver também Taylor (2005: 251-263).

e uma inculcação sistemática de disciplina, um estímulo de confiança e esperança, sem o que ela pode não ser vencida.

Dias depois daquele discurso do ministro Mário Silva, um outro artigo evidenciou-se na capa do *Diário de Lisboa* (27-04-1961) sob a manchete «“O sangue que correu em Angola é a mais sólida garantia da continuidade da Nação” – afirmou o almirante Sarmiento Rodrigues na última sessão da Assembleia Nacional». Nessa intervenção, citada extensamente no desenvolvimento da notícia (27-04-1961: 13), o almirante exortava ao empenhamento total dos portugueses na ação de defesa de Angola e também na da Guiné e de Moçambique: “É preciso empenhar, arriscar tudo, sem reservas, na defesa do Ultramar. Não há meios-termos, nem pode haver pensamentos reservados e cautelosos. Empenhar, arriscar tudo! É a existência nacional que está em jogo”. Nas páginas interiores do jornal, uma outra notícia reproduziu em título as palavras do chefe do Estado-maior, general Câmara Pina: “Estamos em face de uma guerra terrível e insidiosa – disse o chefe do Estado-maior às tropas que partiram para a Guiné” (*Diário de Lisboa*, 27-04-1961: 9). O general realçava a urgência de mobilizar meios face às “terríveis forças de desagregação” que dizia estarem a vitimar a África portuguesa, e afirmava: “Temos todo o direito de lá estar e todo o dever de nos defendermos de quem nos ataca. Quem se não bate corajosamente por esse direito arrisca-se a perder a causa da Pátria que nos une. Por isso, somos obrigados a defender pelas armas aquilo que nos pertence”.

Nos discursos dirigidos aos soldados, procurava-se elevar o moral e o sentimento de lealdade das tropas, inspirar-lhes confiança e vontade de vencer, e motivá-las para uma guerra que se prometia breve e justa, porque em nome da defesa da nação. À violência do inimigo, retratada como contrária a todos os preceitos morais, opor-se-ia o caráter moral da ordem de força invocada por Salazar e elogiada numa enchente de editoriais (ver anexos, figs. 34 e 35)<sup>412</sup> publicados por ocasião das comemorações do 72º aniversário de Salazar e da sua entrada para o governo, 33 anos antes. Neles, glorificaram-se as alegadas virtudes governativas de Salazar<sup>413</sup> e o seu afincamento em não transigir com

<sup>412</sup> “Coragem, Decisão e Firmeza”, *O Século*, 27-04-1961:1; “A comemoração do 33º aniversário da entrada de Salazar para o Governo da Nação”, *Diário de Notícias*, 27-04-1961:1; “Presidente do Conselho e ministro da defesa o prof Oliveira Salazar sobraçou outras pastas durante os 33 anos de Governo”, *Diário de Lisboa*, 27-04-1961:15; “A Assembleia Nacional manifestou incondicional apoio ao chefe de Estado e confiança no destino da Pátria sob a direção de Salazar”/ “33 anos de Governo. A casa de Salazar ficou cheia de flores que centenas de mulheres de Lisboa ali foram deixar em gesto de admiração e agradecimento” / “A hora é de ação. Ação de presença, de defesa, de combate, ação em todas as frentes e circunstâncias – afirmou o ministro das finanças ao prestar expressiva homenagem ao professor Oliveira Salazar”, *Diário de Notícias*, 28-04-1961:1; “O aniversário de Salazar. Milhares de telegramas do país e do estrangeiro foram dirigidos ao Presidente do Conselho”, *Diário de Notícias*, 29-04-1961:1, 2 e 8. O jornal *República* ignora a data e preenche as suas primeiras páginas das edições dos últimos dias de abril com notícias referentes sobretudo à situação política internacional.

<sup>413</sup> Nestes dias, noticia-se a publicação, em Paris, da obra *Salazar face a face*, de Henri Massis, reunindo as suas entrevistas com Salazar ao longo de cerca de duas décadas. A este respeito, ver “Um livro de Henri Massis sobre Salazar”, *Diário de Notícias*, 27-04-1961:1; «O Sr. Prof. Oliveira Salazar permitiu que Portugal se mantivesse à margem das grandes perturbações e oferecesse uma expressão hoje bem rara de humanidade», *O Século* (27-04-1961: 1, reproduzindo uma afirmação do autor francês). Na obra em questão, Henri Massis não esconde a sua admiração por

as pressões internacionais e em proteger até às últimas consequências a dita integridade nacional. Mas a propaganda não se dirigia apenas aos militares. Era igualmente preciso desenvolver um sentido para a guerra que envolvesse a possibilidade de participação de toda a nação e vinculasse os civis com os soldados na frente do combate. A passagem e incorporação destes discursos no espaço dos jornais proporcionava um fenómeno de tipo totalmente distinto e com um alcance muito mais amplo, designado de “mobilização total”.

Enquanto nas guerras pré-modernas os governos podiam preparar e conduzir uma guerra perante a indiferença ou apesar da desaprovação da população, a guerra moderna traz a exigência de uma mobilização que reveste um cunho cada vez mais radical, de preparação permanente para a frente de combate (Hallin, 2013: 95-106). Nessa guerra total, inaugurada com a Primeira Guerra Mundial, e exacerbada no período entre guerras, marcado pelas experiências totalitárias, e depois com a Segunda Guerra Mundial, não bastava já mobilizar os soldados que iam para o terreno; impunha-se influenciar o estado anímico e buscar o comprometimento de quem ficava nos bastidores da guerra, tornando-se desde então evidente a utilidade da propaganda moderna<sup>414</sup> na condução política dos governos, em contexto autoritário como em democracia (Subtil, 2006). Era preciso que os portugueses seguissem a posição do governo e a decisão de guerra decretada, induzir à convicção de que a sua política era a única justificada, dar-lhes o sentimento de terem querido os atos do governo, de serem por eles corresponsáveis, de estarem empenhados na sua defesa e em fazer com que fossem bem-sucedidos, ao mesmo tempo que o regime negava vias de negociação ou tão só de consulta, interna ou externa. Como tal, era preciso fazer a apologia do império. Empreender energias de uma tal amplitude significa reorganizar toda a sociedade e as suas estruturas nesta

---

Salazar, como se percebe pelas palavras iniciais que citamos do referido livro (1961): «J’ai suivi de 1938 à 1960 l’œuvre accomplie par M. Salazar. Je connais, j’ai vu l’homme, et je ne cacherai pas l’admiration qu’il m’inspire (...) nous lui devons d’avoir trouvé une des raisons de ne pas désespérer d’un monde où, ne serait-ce que dans un seul pays, le Pouvoir peut encore être exercé et conserve par un Sage (...) le Président Salazar ne laisse pas de penser qu’une seule chose est nécessaire: tenir, tenir, et que s’il faut avoir une doctrine, sûre de sa vérité, il importe aussi d’avoir une âme forte et la décision de ne pas se laisser vaincre (...)».

<sup>414</sup> A propaganda tornou-se o tema central no universo dos meios de comunicação, em redor do qual se estabeleceu e institucionalizou a primeira corrente de estudos nos EUA consagrada à quantificação dos efeitos dos *media* nos recetores (Subtil, 2006). Desde esses estudos pioneiros da propaganda, no contexto da Primeira Guerra Mundial, as investigações sobre a propaganda são tais e tantas e tão variada a diferença de tonalidade entre umas e outras que se impõe uma restrição a indicações forçosamente muito breves e gerais. Originalmente associada à noção de disseminação ou propagação de uma ideia, só no início do século XX, a propaganda passou a adquirir a conotação de uma forma de falseamento e manipulação da realidade. A propaganda moderna nasceu com a Primeira Guerra Mundial e no período entre guerras: com os fenómenos totalitários em Itália, pela ação que Mussolini e o seu partido para chegar ao poder; e na Alemanha, com o fenómeno da propaganda nazi, em especial a ação de a Goebbels, ministro da Cultura e da Propaganda alemã, frente às companhias de propaganda alemãs, *Propagandakompanien*, dirigidas no seio do país, na frente de guerra e ao resto do mundo, contra o inimigo político ou militar do III Reich (Féard 2014; Taylor, 1940). Para uma história geral da propaganda, e entre um conjunto vastíssimo de trabalhos passíveis de ser mencionados, consultar: Lippman (1998 [1922]); Doob (1948); Driencourt (1964 [1959]); Ellul (1965); Lee e Lee (1979 [1939]); Pizarroso Quintero (1990); Nelson (1996); Carey (1997); Rogers (1994); Sproule (1994); Marlin (2002: 43-94); Cunningham (2002); Taylor (2003); Jowett e O’Donnell (2010 [2006]); Beaudoux, D’Adamo e Slavinsky (2011).

perspetiva; é a tarefa da mobilização total. A mobilização total pode ser lida como a expressão da exigência engendrada pela era da potência técnica combinada com a potência ideológica.<sup>415</sup>

É por efeito dos *media* que o regime se encontrava doravante em contacto com toda a nação e foi nessa via que se jogou o dilema do Estado Novo: o discurso de Salazar e o dos ministros recém-empossados publicados na imprensa deixava descobrir a posição intransigente de que a nação não poderia sobreviver se não fosse mantido o património colonial português. A guerra provinha do desígnio da defesa de uma ideia da nação portuguesa de tipo orgânico-cultural, invocadora da “terra dos pais”, atada portanto à de pátria, mobilizadora de uma fidelidade coletiva. A representação de nação, tal como era considerada pelo Estado Novo, tinha como fonte uma construção surgida antes do regime de Salazar, conhecedora de uma hipertrofia após o *Ultimatum* inglês, e que atravessou toda a I República, reivindicando uma totalidade imperial sobre um território e uma população. Se “não se pode pensar a Nação sem a colocar no regaço acolhedor de uma pátria (real ou imaginária)”, de acordo com Fernando Catroga (2011: 21), no âmago do nacionalismo português abraçado por Salazar encontrava-se um ideal de nação que tinha como mito constituinte o desígnio imperial e reivindicava uma memória e uma estirpe. Reconhecidamente, um requisito da ideia de nação tal como se estruturou nos séculos XVIII e XIX foi a sua canonização pelo nacionalismo, afirmando-se na história da Europa no plano das entidades eternas, exprimindo formas de viver e tomando corpo num patriotismo imperial apoiado na glorificação das suas gestas, heróis e idiossincrasias. Neste aspeto – percebe-se por isso certas manifestações de apreço de alguns círculos da imprensa conservadora britânica e francesa – talvez se possa dizer que o propósito de Salazar se revelou sobretudo extemporâneo, no sentido em que o nacionalismo imperialista tinha sido realmente o rumo da moderna história europeia quando esta se tornou, aos próprios olhos da Europa, o centro da história universal.

A propaganda imperial vinha já dominando o espaço dos diários de Lisboa, em rubricas identificadas ao longo dos capítulos anteriores e nas reportagens dos enviados especiais a Luanda. Mas com a declaração do início da guerra em Angola, a propaganda imperial passou a tentar orientar o sentido dado à própria guerra. A especificidade desta guerra, ou da forma como ela foi enunciada publicamente através da imprensa, alinhada ou altamente condicionada pelo regime,

---

<sup>415</sup> Em *L'état universel et la mobilisation total* (1990 [1930]), Ernst Junger propõe seguir a evolução no curso da qual a mobilização parcial, que permanecera um direito exclusivo imprescindível da Coroa, cedeu lugar a uma mobilização total, onde a defesa armada do país em guerra deixa de ser obrigação dos soldados de profissão. A exploração total de qualquer energia potencial, construída pelos estados industriais em guerra, revela da maneira mais significativa o despertar do que Junger designa a “Era do Trabalhador”. Cada existência individual torna-se uma existência de trabalhador; à guerra dos cavaleiros, dos soberanos, sucede a guerra dos trabalhadores. Este é o aspeto técnico da mobilização total: transformar os países em gigantescas fábricas produzindo exércitos em cadeia prontos para a frente de combate, onde, reproduzindo a imagem expressiva de Junger, o espetáculo em curso lembra o funcionamento de uma turbina alimentar de sangue humano.

residia na indefinição do inimigo que se pretendia derrotar. Mais do que combater um inimigo externo fabricado e projetado nos jornais, a guerra apareceu na imprensa firmada sobre a noção de direito histórico da nação e do princípio da soberania do Estado português. O misto de imaginário e crença nos 500 anos de domínio sobre Angola e de uma política de assimilação dos africanos daria a Portugal o direito de considerar Angola como parte inalienável da nação portuguesa e de lutar por ela tal como se estivesse a defender o próprio solo português. O ideal do império era, pois, transmitido na imprensa portuguesa como critério superior de legitimidade de ação e como absoluto moral, numa palavra, como dogma. Não obstante a reorientação da política internacional nas questões coloniais e imperiais, com o anúncio da guerra ressurgiu toda a fantasmagoria do Mapa Cor-de-Rosa, o imaginário de uma extensão orgânica entre Portugal e África e a fé na perenidade do império português. A impulsão dos “ventos de mudança” via-se aqui anulada pela aura projetada da nação como domínio imperial, firmada numa visão da história de Portugal que determinava a sua integridade como império.

Ao mesmo tempo que pretendiam inflamar o entusiasmo, a firmeza e a dedicação dos soldados prestes a partir à causa pela qual se dizia travar a guerra, as notícias, condicionadas pela orientação da censura,<sup>416</sup> agiriam no sentido de suscitar nos leitores a admiração pela presumida coragem e determinação das tropas enviadas para Angola. Uma peça da agência Lusitânia publicada em *O Século* (28-04-1961: 7) intitulada “A Bravura das forças que se batem em Angola”,<sup>417</sup> mencionava a rápida adaptação dos soldados recém-chegados a Angola ao meio hostil das florestas locais e às difíceis condições climáticas e destacava a eficácia com que os mesmos teriam reocupado a povoação de 31 de janeiro, salvo numerosos bailundos que se encontravam atados a árvores, prontos para ser massacrados, dizia a notícia, e repellido os designados terroristas em Nova Cipenga:

Quem alguma vez pode supor que o soldado português dos nossos dias já não tenha capacidade de rápida adaptação ao clima e às difíceis condições tropicais, que o caracterizaram através da História, enganou-se redondamente. Estamos a assistir à confirmação incontestável de que as qualidades lusotropicals dos Portugueses se mantêm maravilhosamente intactas (...) Nestas terras de capim mais alto do que os homens e de florestas mais densas do que a selva brasileira, esses soldados chegados da metrópole na véspera e que mal tiveram tempo para descer à baixa de Luanda e tomar um refresco, já actuam com o à-vontade e a segurança de velhos colonos, tal é a ancestralidade lusa do ambiente tropical. Já se registaram exemplos que a história há-de narrar logo que seja possível e não haja inconveniente em revelar episódios que, sendo pessoais, são o índice da generalidade. A par do

<sup>416</sup> Numa notícia sobre a chegada de África do pacote Império e do seu desembarque na Rocha de Conde de Óbidos (15-04-1961), os cortes da censura revelam o cuidado em não deixar passar elementos que pudessem pôr em causa a noção de empenhamento e superioridade militar portuguesa em Angola. Os cortes alteraram totalmente o sentido do texto por fim publicado. Na peça final, escreveu-se: “Todos os que vieram se queixam dos barbarismos dos assaltantes”. Mas a peça original referia o seguinte: “Todos os que vieram se queixam dos barbarismos e lamentam as deficiências de forças militares para fazerem frente aos terríveis assaltantes (...) Mas outros dizem-nos das suas amarguras e do seu alvoroço, ao verificarem que, pelas notícias que lhes chegaram, estavam ainda em África, na metrópole não se sente com devido fervor patriótico e entusiástica indignação o momento terrível que se vive naquela província portuguesa”. Ver ANTT / EPJS. Caixa 196. Maço 248/249.

<sup>417</sup> Ver também “A ação das patrulhas em toda a província”, *Diário de Lisboa*, 29-04-1961: 3.

exemplo dos soldados que têm desembarcado, registam-se idênticos, senão ainda mais extraordinários, exemplos de resistência e capacidade de acção dos bravos marinheiros portugueses, cuja história se não faz apenas no mar, mas em proporção igual nas terras tropicais que fizeram e fazem de Portugal uma Nação gloriosa (...)

Na mesma edição de *O Século* (28-04-1961: 9), noticiou-se um jantar realizado pela Liga dos Combatentes da Grande Guerra, em homenagem aos militares, durante o qual o presidente da Liga considerou a partida dos soldados uma “nova cruzada do Ocidente” e uma obra de salvação nacional. Retribuindo essas palavras, Adriano Moreira celebrou o avanço das tropas portuguesas, dizendo, numa expressão que fez o título da notícia, “Aos que hoje defendem a integridade da Pátria, bem pode servir o seu magnífico exemplo”. Num outro encontro, o da Liga 28 de maio, o ministro da Presidência, Pedro Teotónio Pereira, deixou um alerta (*O Século*, 28-04-1961: 12), uma vez mais catapultado para título: “Não é hora para se estar dividido, para se ter dúvidas e para se ser covarde!”. Pouco depois, um novo número do matutino (30-04-1961) trazia em primeira página um artigo designado “Na dureza da luta em Angola os nossos soldados e marinheiros estão a demonstrar que se mantêm maravilhosamente intactas as velhas e gloriosas qualidades dos portugueses”. A noção de orgulho e regozijo pela ação das tropas estender-se-ia às populações em Luanda. Um título de *O Século* (05-05-1961: 12) anunciava: “A multidão que se concentrou na Avenida Marginal em Luanda para saudar os soldados chegados no Niassa fê-lo em delírio, quase tumultuosamente, com um portuguesismo que tem de considerar-se exemplar”.<sup>418</sup>

Nas semanas que se seguiram, a parada dos exércitos continuou a surgir na imprensa como uma demonstração da robustez e do dinamismo das tropas, ao mesmo tempo que o seu aspeto ritualista e estilizado, pela referência constante a elementos como a bandeira, o canto do hino e o repertório protocolar das tropas antes do embarque a realçaram enquanto momento simbólico. A ideia de uma unidade nacional, expressa pela afluência de multidões que se aglomeravam para ver partir os soldados, tornou as paradas militares num cenário de teatralização política e que mobilizava, segundo se afirmou na imprensa, a nação inteira em situação cerimonial. No início de maio, a propósito do envio de um contingente, o mais importante até ao momento, por via marítima, do cais da Rocha de Conde de Óbidos rumo a Luanda, a imprensa acompanhou a saída dos militares da sua terra-natal na véspera do embarque, o desfile dos soldados pelas ruas, durante o qual, escreveu-se, eram aclamados por milhares de pessoas. No dia da partida, a imagem dominante era a do cais apinhado de familiares dos soldados e de várias centenas de pessoas, descrevendo-se uma atmosfera festiva e de grande descontração entre os militares, sugerida também em fotografias, uma das quais

---

<sup>418</sup> É pertinente destacar a este propósito uma fotografia publicada na véspera na primeira página do *Diário de Lisboa* (04-05-1961), na qual se vêem multidões e uma grande bandeira de Portugal, acompanhada da legenda “As tropas que desembarcaram do Niassa foram calorosamente saudadas pelos habitantes de Luanda”.



dizia retratar um grupo de soldados madeirenses «tocando e dançando animado “bailinho”».<sup>419</sup> Diferentemente da sobriedade que caracterizava as matérias publicadas a esse respeito nos vespertinos,<sup>420</sup> no *Diário de Notícias* precisava-se que o momento da largada do navio dera azo a “impressionantes e sinceras manifestações de saudade e incitamentos patrióticos”.<sup>421</sup> Contou-se ainda em *O Século* que “Poucas eram as pessoas que choravam, como que a sentirem, do fundo do coração e em perfeita consciência, que cada um dos que partiram para Angola levava consigo o mais alto dever de dignidade, que consiste na defesa de territórios assaltados e de muitos portugueses em perigo”.<sup>422</sup> Ainda antes do embarque, os jornais deram conta de uma nova intervenção do ministro Mário Silva:

Os soldados têm de ter a consciência de que esta partida não é um sacrifício, mas sim uma honra – a honra de dar à Pátria o maior do seu esforço. O que importa neste momento é deixar bem claro que as Forças Armadas não transigirão com o inimigo (...) vamos combater selvagens, vamos combater feras. Feras que não são portugueses porque agem às ordens do comunismo internacional. Vamos enfrentar terroristas que têm de ser combatidos como se combatem feras. Acusam-nos nesses vis cenáculos internacionais de fazer genocídios. Mas, então, o que estão a praticar em Angola? Disciplina, unidade de ação e vontade de vencer são os fundamentos patrióticos com os quais a vitória será nossa. Estaremos em todos os pontos do território nacional onde for preciso com a certeza de que não sairemos da nossa terra! Viva Portugal eterno! (...) O vosso coração de portugueses e a vossa alma de soldados farão de cada um dos soldados um herói! O problema é salvar a pátria. E salvar o território nacional. O Governo tem a certeza de que a missão está-vos bem entregue e as vossas famílias podem olhar para cada um de vós como para um símbolo da Pátria. Temos ao nosso lado a razão e o direito de mantermos o território que desbravámos e civilizámos. Estes fundamentos são indestrutíveis, o motor que nos há-de impulsionar para a vitória.

Tratava-se uma vez mais de inspirar coragem nos soldados, de induzir-lhes ódio contra o inimigo, de insistir na razão de ser de uma guerra travada contra ditos terroristas e pela perpetuação da suposta missão civilizadora dos portugueses, e de criar autênticos reflexos condicionados nas tropas, acionados cada vez que essas palavras de ordem fossem agitadas. A visão nobilitante da guerra e da partida dos soldados como um ato de dádiva à pátria e o apelo veemente ao espírito combativo dos militares que perpassou as declarações de Mário Silva teria o propósito de produzir um *pathos* específico nos soldados e em todo o âmbito de receção das notícias, tendente a convencer a população do direito e do dever de zelar pela conservação de Angola, mesmo que pela via da guerra.

<sup>419</sup> Na primeira página do *Diário de Notícias* (06-05-1961) evidenciam-se duas fotografias, uma delas retratando o desfilar das tropas, e uma outra indicando que “o excelente moral dos soldados que seguem para Angola está patente nesta imagem, em que uns tocam e outros dançam alegremente, rodeados de camaradas”. Uma fotografia de grande destaque é publicada em *O Século* (06-05-1961:6), com a legenda: “A tropa partiu alegremente. Os soldados dançaram no cais com regozijo dos camaradas”.

<sup>420</sup> No *República*, a partida das tropas é mencionada numa breve, sem fotografia, com o título conciso: “Tropas para o Ultramar”, 05-05-1961:1. No *Diário de Lisboa*, uma fotografia de um contingente a desfilar perante membros do Governo é publicada na primeira página, mas a respetiva notícia surge nas páginas centrais: “Grande contingente de tropas partiu hoje para o Ultramar. Vários membros do Governo assistiram ao embarque” (05-05-1961:6-7).

<sup>421</sup> “Novo contingente militar partiu ontem para Angola. Milhares de pessoas compareceram no cais e despediam-se dos soldados com grandes manifestações de patriotismo”, *Diário de Notícias*, 06-05-1961:1 e 7.

<sup>422</sup> “Os contingentes que partiram para Angola embarcaram na Rocha do Conde de Óbidos”, *O Século*, 06-05-1961:1.

A defesa de Angola, igualada à defesa do território nacional, surgia como um dever indeclinável. A honra e a nação estavam no centro do discurso de mobilização para a guerra. Pode acrescentar-se uma terceira causa mobilizadora, confluyente na tríade clássica da guerra canonizada por Tucídides, a dos interesses, económicos e simbólicos, na conservação do projeto imperial colonial.

As alocações proferidas por ocasião da ida dos soldados para Angola e a sua transcrição na imprensa conduzem à constatação da relação umbilical entre *media* e guerra, teorizada num conjunto vasto de obras desde o término do primeiro conflito mundial, e das transformações na natureza da própria guerra e da cenografia do poder político com a entrada dos *media* e do jornalismo nesse campo. Os *media* trazem as populações para dentro do drama bélico e para o centro do processo de decisão política, a qual já não pode materialmente isolar-se nem governar fora da pressão das audiências (Seib, 2013: 3-14). A cobertura da imprensa nesta conjuntura da eclosão da guerra torna lícito afirmar que o regime de Salazar se mostrou ciente da influência estratégica da propaganda moderna, por meio não só de mentiras, verdades, meias-verdades, mas também do controlo da opinião e das crenças, do conhecimento e da perceção, remetendo para uma conceção de propaganda que, mais do que a mera corrupção de informação, envolve fenómenos psicológica e epistemicamente estruturados (Cunningham, 2002).

A mobilização para a guerra passava pela restrição deliberada dos fluxos de comunicação com vista à distorção das informações e destinada a moldar perceções e comportamentos. Neste processo, encontra-se a definição com que Harold Lasswell, naquele que foi o primeiro estudo sistemático dedicado ao fenómeno em meados da década de 1920, *Propaganda Technique in the World War*, desenvolveu o seu conceito de propaganda enquanto “arma psicológica” e técnica de influência da ação humana pela “manipulação das representações”. A tarefa do propagandista<sup>423</sup> seria a de identificar atitudes favoráveis aos seus propósitos, reverter atitudes obstrutivas e ganhar os indiferentes ou pelo menos impedi-los de se tornarem antagonistas do governo e dos propósitos governamentais. A narração da guerra torna-se então uma das principais categorias cognitivas da guerra moderna, implicando um “deslizamento semântico” (Lazzarich, 2013: 39-56) do conceito de guerra para a associar, pelo menos em parte, a uma índole regeneradora, heroica, capaz de criar uma onda de entusiasmo canalizado para um drama que se pretende retratado como atraente e como

---

<sup>423</sup> Os estudos da propaganda trouxeram posições teóricas que tenderam a polarizar-se entre perspetivas não hostis à propaganda, por um lado, e as que, por outro, a entendem como um modo não ético de pseudo-comunicação, propendendo para o engano, a desinformação e a transmissão diretiva, nas antípodas da argumentação e do esclarecimento público. Representantes das visões behavioristas dos efeitos dos *media* avaliados em tempo de guerra e de uma conceção mecanicista, linear e determinista do processo de transmissão pelos meios técnicos, Harold Lasswell, e um outro cientista destacado nesta tradição de estudos, Walter Lippman, longe de diabolizar a propaganda, concebem-na pelo foco de um enlace entre a política e a comunicação e como um recurso conveniente ante a desadequação do modelo de democracia face à complexidade das sociedades ocidentais e as debilidades da imprensa e das notícias para uma representação “correta” do mundo.

arena de autoexpressão nacional. A imprensa, profundamente envolvida neste procedimento, funcionaria como uma plataforma ressoante do volume de apelos e como um agente que o académico e filósofo norte-americano Ralph Casey,<sup>424</sup> que atravessou as duas guerras mundiais, chamou de “fazedor de mitos”, segundo ele, uma das formas mais potentes de propaganda, por a generalidade dos cidadãos desconhecer o modo como o mito é criado, alimentando a ilusão de que o que aparece é revelação de algo distante e não uma nova criação trazida pelo propagandista.

A propaganda de mobilização para a guerra não assentou apenas no estilo de euforia que impregnou as intervenções publicitadas na imprensa, exaltando a guerra como meio de luta pela honra da nação portuguesa e como garante da civilização contra um inimigo descrito como bárbaro. Era preciso que os discursos proferidos correspondessem a alguma coisa de visível, e que, simultaneamente, o elemento ativo fosse explicado pelos textos. É neste sentido de complementaridade entre a palavra e a ação que é plausível entender a viagem a Angola do novo ministro do Ultramar, Adriano Moreira, e do subsecretário da Aeronáutica, Kaúlza de Arriaga.<sup>425</sup> O Estado Novo conformava-se assim a um critério nascido com a guerra total. A guerra moderna implica também uma propaganda moderna: a propaganda tem de ser total. Ela deve fazer com que o indivíduo viva num universo particular, privado da possibilidade de reflexão e de se situar relativamente à propaganda. A propaganda total deve assediar o auditório tanto na ordem dos sentimentos como na das ideias, pela via da palavra e pela da ação (Ellul, 1965: 27). Com a chegada dos ministros a Luanda, a primeira página da edição *O Século* (03-05-1961) foi largamente preenchida com a manchete:

O Sr. Ministro do Ultramar fala em Luanda: “Angola ocupa o primeiro lugar na escala das preocupações do Governo e do respeito da Nação” – declarou em Luanda o Sr. Ministro do Ultramar que frisou: “É nosso dever estar à altura do exemplo dos mortos e dos vivos que nesta terra bem mereceram a Pátria. Ninguém responsável que tenha visto os testemunhos vivos, mortos e agonizantes do vandalismo desencadeado contra a nossa pacífica gente poderá honestamente sustentar que aqui se trava uma luta pela emancipação de um povo”.<sup>426</sup>

Um outro excerto das declarações de Adriano Moreira sobressaiu na primeira página do *Diário do*

<sup>424</sup> Ralph Casey (1890-1962) destacou-se pelo seu trabalho, pensamento, escritos e ações na análise da propaganda. Segundo Casey, a propaganda tinha prosperado na vida americana devido a três fatores cruciais: um aumento na democracia; um aumento das funções de governo; um aumento da produtividade industrial. Todos eles eram considerados como resultado natural do sistema político e económico americano. Com a demonstração do potencial da propaganda na Alemanha nazi e na Itália fascista, a conceção de Casey regista algumas mudanças, mas mantém a convicção de que a propaganda é necessária na sociedade industrial. No pós-segunda guerra mundial, considerava ser imperativo, para lidar com a propaganda estrangeira, empreender uma “contrapropaganda”. Os propagandistas dos EUA deveriam ser homens capazes, bem informados, que tivessem a coragem de refutar a propaganda contrária, que avaliassem e editassem cuidadosamente as notícias, recusando as notícias sem fontes, e insistindo para que fossem os seus próprios repórteres a descobrir as notícias. Mais ainda, competiria à imprensa americana, segundo os seus termos, “cooperar completa e inequivocamente com o programa do Governo para manter a moral da nação em tempo de guerra”.

<sup>425</sup> “Chegaram a Angola o ministro do Ultramar e o subsecretário da Aeronáutica que para ali partiram de madrugada” *Diário de Lisboa*, 02-05-1961:1 e 3; “Partiram para Luanda o Ministro do Ultramar e o Subsecretário de Estado da Aeronáutica”, *República*, 02-05-1961:1.

<sup>426</sup> Sobre este discurso, ver também «“Angola ocupa o primeiro lugar na preocupação do Governo e no respeito da Nação” – declarou o ministro do Ultramar ao chegar a Luanda», *Diário de Notícias*, 03-05-1961:2.

*Notícias* (03-05-1961): «“Não seríamos dignos do sacrifício dos nossos soldados e milícias se não relegássemos para segundo plano tudo o que possa prejudicar a sua acção” – afirmou o Ministro do Ultramar numa exposição que fez ontem, em Luanda, ao Conselho Legislativo de Angola». Na intervenção transcrita nos matutinos – e nos vespertinos, embora anunciada de forma mais comedida –<sup>427</sup> Adriano Moreira levou a proclamação da guerra até Angola, definindo-a como uma resposta à ação terrorista de estrangeiros. Referiu-se mesmo a uma ação de “genocídio” contra Angola, de uma violência que chegou a equiparar aos crimes de Eichmann na Alemanha nazi, cujo julgamento estava então no foco da imprensa.<sup>428</sup> Com a proclamação da guerra, Adriano Moreira estendeu também o apelo à fusão de forças da metrópole e de Angola, envolvendo brancos e negros no rumo da guerra e convocando-os ao espírito de sacrifício em nome do imperativo dito histórico de defesa da nação:

A Nação está disposta a pôr ao serviço da sua projeção ultramarina todos os recursos ao seu dispor e podemos testemunhar a decisão e ardor com que na metrópole se procede à mobilização dos meios existentes. Só não será feito o que não puder ser feito e só não lançamos nesta cruzada aquilo que não estiver ao nosso alcance (...) Temos de somar a coragem à prudência para que entre nós não surjam esses males, sabendo que estamos verdadeiramente em guerra e esta vem sempre acompanhada de sacrifícios, sofrimentos, empobrecimento (...) Porque todos somos filhos da mesma Pátria, a todos nos cabe suportar os sacrifícios impostos pelo ataque a qualquer uma das parcelas nacionais, sem que nenhum tenha legitimidade para solicitar que o dispensem ou aliviem dos encargos impostos pela salvação comum. Todos, pelo contrário, têm legitimidade para exigir uma equitativa imposição desses encargos, porque, por imperativo da história, estamos juntos para o melhor e para o pior.

Nas cerca de três semanas que passou em Angola, a narrativa da viagem facultada pela imprensa portuguesa, em peças maioritariamente assinadas pelas agências ANI e Lusitânia, reenviou para um clima de grande receptividade popular e de entusiasmo de brancos e negros que acolheriam Adriano Moreira com aclamações de celebração a Portugal.<sup>429</sup> A visita a Carmona e Negage,<sup>430</sup> a que se

---

<sup>427</sup> Cf. “Os graves acontecimentos em Angola: Um discurso do Sr. Ministro do Ultramar”, *República*, 03-05-1961:1 e 6.

<sup>428</sup> Leia-se parte do discurso de Adriano Moreira citado na imprensa: “Escolhi esta terra de Angola para dirigir à Nação as palavras que anunciei sobre alguns dos problemas do Ultramar porque é nesta terra mártir onde hoje se decide o próprio destino de Portugal. (...) os nossos irmãos são aqui vítimas de um terrorismo, que usa todas as formas de horror e desejo que fique claro para os que andam a atraí-los a civilização ocidental que nada poderá ilibá-los da sua quota-parte de responsabilidade nesta verdadeira degradação do género humano (...) A solidez dos valores humanos que implantámos na África obrigou a recrutar no estrangeiro os agentes desta reedição do genocídio e a nossa confiança permitiu que de longe invadissem as nossas terras e se instalassem em número que nem temos averiguado, muitas até carinhosamente instalados por nós próprios no seio da nossa gente, porque nos apareceram escurraçados e nunca fomos capazes de negar a água e o sal aos que, dizendo-se em desgraça, nos procuram (...) Um julgamento famoso que está a decorrer tem documentado as formas e métodos de execução dessa brutalidade pavorosa. Pois comparem-se os documentos dessa vergonha da humanidade com aquilo que foi desencadeado contra o nosso povo nesta sagrada terra de Angola e nenhuma dúvida poderá subsistir de que estamos em face do mesmo plano de um crime de genocídio, executado com a mesma fria determinação, com a mesma requintada crueldade, com a mesma tenebrosa indiferença. Tratou-se pura e simplesmente de tentar implantar o ódio racial onde sempre esteve vigente o princípio cristão do amor entre todos os homens e trata-se de, a partir disso, liquidar friamente todo o grupo étnico branco e aqueles, mestiços ou negros, que firmemente se opõem à desgraça do racismo e não atendem ao pormenor da latitude para saber qual é a sua pátria”.

<sup>429</sup> “Cresce o entusiasmo em Luanda pela presença do ministro do Ultramar que tem sido alvo de calorosas manifestações”, *Diário de Lisboa*, 03-05-1961: 1; “Em Angola. Brancos e Pretos aclamam com entusiasmo o Sr. Ministro do Ultramar”, realçava-se com o mesmo destaque em *O Século*, 04-05-1961:1.

seguuiu uma passagem por Benguela, Lobito,<sup>431</sup> Cabinda e Sá da Bandeira,<sup>432</sup> foram noticiadas como ocasiões de júbilo entre a população local, aparentado em numerosas fotografias de Adriano Moreira a abraçar crianças negras e envolto, segundo o indicavam as legendas, em repetidas manifestações de “portuguesismo” das multidões em Angola. As notícias sugeriam uma postura descontraída e destemida de Adriano Moreira, que se deslocava sempre em *jeep* descoberto e parando em cada local para conversar com as populações. A cobertura da visita a escolas primárias, onde se contava estarem crianças brancas e negras, serviria de desmentido às acusações, em circulação na imprensa estrangeira, de que somente os filhos dos brancos frequentavam as escolas em Angola. A definição da guerra em Angola, por Adriano Moreira, como uma guerra não racial foi reforçada por uma relação de antítese com outros acontecimentos internacionais. A irrupção de episódios de violência racial no Estado do Alabama, que ganhou grande visibilidade na imprensa nos finais desse mês de maio, foi transmitida mediante um quadro de sentido que a apresentou como uma situação, essa sim, racial, claramente distinta da que era vivida em Angola, ao mesmo tempo que descredibilizava os discursos pretensamente igualitários e de tolerância dos EUA.

A inscrição constante, no espaço do jornal, dos discursos de Adriano Moreira contribuiria para divulgar a ação do ministro no sentido de transmitir em Angola uma aparência de unidade nacional e, ao mesmo tempo, para fazer chegar aos leitores a impressão de uma disposição das populações de Angola para integrar o esforço de guerra, num comprometimento verdadeiramente nacional que abraçaria os povos de aquém e além-mar: «O Sr Ministro do Ultramar discursou em Benguela: “Os nossos soldados sabem que a Nação constitui, atrás deles, um bloco que não quebra nem torce”», citava uma edição de *O Século* em primeira página (16-05-1961). Nas palavras citadas no corpo da notícia, redescobre-se o intento de levar os ouvintes em Angola a associar-se à sentença de força militar decretada por Salazar, e desenvolvia-se a apologia de um colonialismo *sui generis* levado a cabo, disse então Adriano Moreira, por um “povo pobre, mas digno”. Em Angola, prosseguiu, a “gente ganha o pão de cada dia com o suor do seu rosto” e “a população branca e preta vive exclusivamente do salário honestamente ganho – não vive de explorar o próximo”. Ao terminar a sua viagem, na cidade de Luanda, Adriano Moreira voltou a frisar a necessidade de coordenar esforços e a urgência da “mobilização de toda a população” para a guerra. Porque a eficácia da

<sup>430</sup> «Carmona e Negage foram visitadas pelos Srs ministro do Ultramar e Subsecretário da Aeronáutica. “A Virilidade e a determinação de portuguesismo estão estampadas no rosto dos habitantes”, *O Século*, 04-05-1961: 16; “A presença do Sr. Ministro do Ultramar em Carmona saudada com emoção pelo *Jornal do Congo*”, *O Século*, 06-05-1961:12; «Eles que venham, nós cá estamos!» é a frase que revela a decisão de presença dos portugueses no Norte de Angola», *O Século*, 06-05-1961:12.

<sup>431</sup> “A confortante presença do Sr. Ministro do Ultramar no Lobito”, *O Século*, 16-05-1961:6; “Uma admirável afirmação de Fé na unidade Pátria foi o acolhimento dispensado no Lobito ao Sr Ministro do Ultramar”, *O Século*, 17-05-1961:1.

<sup>432</sup> “Foi de vibração extraordinária a recepção feita em Sá da Bandeira ao Sr. Ministro do Ultramar”, *O Século*, 17-05-1961:7.

propaganda é função da frequência da sua emissão, devendo produzir-se por um lapso de tempo muito longo, de modo contínuo e duradouro, e efetuar-se sem falhas, a mensagem de se estar diante de uma guerra contra o terrorismo, para cuja eclosão se rejeitava permanentemente os indícios de uma tensão racial, foi emitida uma e outra vez nas declarações de Adriano Moreira transcritas dias e dias a fio na capa dos diários de Lisboa (ver anexos, fig.36):

Estamos em face de uma ação terrorista que não pode ser enfrentada com métodos clássicos de defesa e implica a mobilização de toda a população (...). O terrorismo procura antes de mais fazer naufragar no desespero e no medo as estruturas da vida corrente e ao mesmo tempo que ataca a vida e os bens das pessoas e procura desacreditar os instrumentos do poder e desorientar a opinião pública. É necessário que toda a população tenha a consciência disto para que não facilite por simples inadvertência a eficácia do ataque. No que respeita à segurança da vida e da fazenda, as vítimas designadas pelos autores do plano de genocídio que está em curso e de que estamos a defender-nos, temos de reconhecer que o nosso próprio método tradicional de ocupar e desenvolver o território facilita a ação d[esses] agentes. Habitados ao contacto pacífico com todas as etnias, não nos acantonamos apenas em aglomerações urbanas, parasitárias das populações rurais, antes e confiadamente nos espalhamos pelo interior, em fazendas e casas isoladas cuja segurança foi sempre assegurada exclusivamente pela integração de todos no mesmo esforço de valorização das terras e das gentes. Foi esta a nossa força como povo e é também a nossa fraqueza como indivíduos para conseguir eliminar rapidamente a possibilidade de atentados brutais e selvagens, destinados a quebrar a nossa determinação e capacidade de resistência. Os terroristas têm podido, em face do nosso modo tradicional de viver, causar grandes males e sofrimentos. Sabido isto, temos naturalmente de reduzir ao mínimo as possibilidades dos agentes de um crime (...).<sup>433</sup>

Alguns dias depois, a manchete do *Diário de Notícias* (28-05-1961: 1 e 4) chamava a atenção para a revelação de Adriano Moreira ao enviado especial do *Daily Mail* a Lisboa, John Dickie, destacado para cobrir a visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros britânico, Lord Home, à capital portuguesa:

Sensacional revelação do ministro do Ultramar a um jornalista inglês: Balas da NATO estão a ser usadas contra Portugal pelos terroristas que actuam em Angola. “O nosso objetivo principal é restabelecer a paz. Para o conseguir estamos dispostos a esmagar os terroristas. Nessa luta, não necessitamos de ajuda, mas sim de simpatia e de compreensão”.

Nas semanas que se seguiram, a guerra que se lia e via nas fotos dos jornais sugeria sucessos constantes alcançados pelos soldados portugueses. Os alegados êxitos foram dados em notícias das agências ANI e Lusitânia e em comunicados das Forças Armadas, que notificavam as mortes sofridas entre o lado inimigo, enquanto os militares portugueses assomavam como uma força aparentemente inexpugnável, que ia arrecadando triunfos sem sofrer baixas. As intervenções dos ministros na partida dos soldados para Angola que continuaram a ser transcritas nos jornais reiteravam esta mensagem. Também as fotografias divulgadas se centravam ora nos momentos de pausa e convívio dos soldados, dando a sensação de uma guerra tranquila, ora em imagens indicando as adversidades do terreno, a densidade da vegetação, a destruição de pontes e estradas, nas quais se entrevê um intento de heroicização dos militares portugueses.

---

<sup>433</sup> Ver texto integral em “Estamos em face de uma ação terrorista que não pode ser enfrentada com métodos clássicos de defesa e implica a mobilização de toda a população”, *Diário de Notícias*, 20-05-1961:1 e 5.

Esta imagem da guerra arredava do seu universo conceptual a figuração da morte e as reivindicações de libertação dos movimentos anticoloniais em Angola. Ela repousava assim num enredo de desinformação, reconhecida por Philippe Breton como uma “arma de guerra”. Por desinformação não se pretende designar uma simples falha na transmissão de informação, mas uma ação deliberadamente enganadora que permite mascarar uma informação falsa numa informação verdadeira perfeitamente crível com vista a orientar a ação de quem a recebe no sentido pretendido pelo emissor. Para essa desinformação, concorreu a intervenção da censura, cujos cortes, mesmo que muito parciais, alteraram substancialmente o sentido das notícias, eliminando a perceção do recrudescimento da guerra e fazendo substituições lexicais que contribuíam para saturar a ideia de se estar diante de uma guerra contra o terrorismo.<sup>434</sup>

### **A “ascensão aos extremos” e a contrapropaganda dos movimentos anticoloniais na imprensa**

A viagem de Adriano Moreira e Kaulza de Arriaga a Angola foi reportada na imprensa estrangeira sob o espectro de um conflito em crescendo, em que novos tumultos em Mucaba e a contagem do número de mortos após mais uma ofensiva em Carmona fizeram traçar um cenário de desenvolvimento máximo de forças conduzindo ao alcance do que se designou como um “novo pico” de destruição mútua.<sup>435</sup> A ideia de uma “guerra sem tréguas” circulou então nalguns títulos,<sup>436</sup> sustentada, por um lado, no relato de sucessivos ataques dos muitas vezes chamados “rebeldes”<sup>437</sup> e na advertência de que a UPA iria intensificar as suas ações, contando com uma ligação política e militar ao movimento nacionalista argelino FLN. A partir de Tunis, os correspondentes das agências

<sup>434</sup> Em finais de junho, a censura ordena um corte no seguinte título de *O Século*: “Recrudesceram os assaltos na região de Carmona mas os contingentes militares e as populações moralizadas pela sua presença lograram resistir e repeliram os terroristas”. Os cortes originaram o novo título: “Na região de Carmona, os contingentes militares e as populações moralizadas pela sua presença lograram resistir e repeliram os terroristas” (25-06-1961). Na peça “Portugal não tencionará abandonar Angola, o que é conhecido e considerado pelos planeadores do comunismo internacional” (10-07-1961), a censura corta as passagens: “hoje em todos os jornais de quase todas as nações europeias erguem-se violentos ataques contra Portugal e acusações de que Portugal está a massacrar a população nativa do Norte de Angola (...) o facto de milhares de nativos se terem unido aos terroristas não por vontade própria mas por medo (com muito boa razão) do que os terroristas poderiam fazer-lhes e as suas famílias, e ainda ao facto de os feiticeiros exercerem uma considerável influência inteiramente subversiva, tornam difícil ao Exército contar com a ajuda da população nativa”. Acrescente-se a obsessão em realçar a ideia de a guerra ser travada contra terroristas. Em “Os Robertos Holdens, os Mários de Andrade ou outros agitadores formados em Moscovo só têm um objetivo: fazer o jogo do comunismo”, sugere-se que José Gilmore, designado como “o animador da rebelião”, seja nomeado de “o animador do terrorismo”. Uma mudança idêntica é induzida na peça “Os revoltosos prosseguem as suas atividades dispondo de boas armas, que receberam sem que ninguém diga de onde, nem qual a marca da fábrica – diz um jornal de Oslo ao comentar a situação de Angola” (30-07-1961), onde se determina a troca da expressão “Os revoltosos” por “os terroristas”. Ver ANTT/EPJS. Caixa 196. Maço 250.

<sup>435</sup> «Atrocities in Angola “at new peak”», *Guardian*, 03-05-1961:16

<sup>436</sup> “Angola: Attaques sans trêve des rebelles. Situation toujours critique à Mucaba sauvée une première fois par l’intervention de l’aviation portugaise”, *Figaro*, 03-05-1961:4.

<sup>437</sup> “Les attaques terroristes continuent dans le nord de l’Angola », *Parisien Libéré*, 04-05-1961:3; “Nouvelles attaques des rebelles au nord du territoire”, *Le Monde*, 05-05-1961:6; “Aviation et troupes portugaises pourchassent les rebelles angolais”, *Parisien Libéré*, 05-05-1961:3; “Angola: Concentration rebelles dispersées par l’aviation portugaise”, *Figaro*, 05-05-1961:3; “En Angola: l’aviation pilonne les villages indigènes”, *Libération*, 05-05-1961; “Angola – L’envoi de renforts portugais se poursuit” *L’Humanité*, 05-05-1961:3.

AFP e UPI divulgaram o anúncio feito numa conferência de imprensa pelo líder da UPA, sob o pseudónimo José Gilmore, de pretender criar um governo provisório em Angola e de terem as suas tropas libertado uma região vasta do norte de Angola, encarcerado unidades portuguesas em fortificações e levado vários dos seus soldados a confessar a vontade de desertar.<sup>438</sup> Gilmore terminava com uma nota de confiança no “heroísmo armado nacional angolano”.

Por outro lado, o *The Times* publicou testemunhos denunciando formas de “massacre indiscriminado” pelas forças portuguesas em Angola e a expulsão de missionários batistas britânicos acusados de simpatia com os africanos. Dos 27 missionários que permaneciam em Quibocolo, São Salvador e Bembe, restariam apenas 10, segundo o *The Times*, que acrescentou presumir-se poderem ainda vir a ser expulsos pelas autoridades portuguesas.<sup>439</sup> Os missionários que abandonavam o território difundiam relatos de soldados portugueses abatendo a tiro jovens que diziam desconhecer o paradeiro dos suspeitos das revoltas em Angola. Um desses missionários regressados de Angola teria falado ao *The Observer* sobre “ataques desapiados” de parte a parte e sobre duas forças em digladição em Angola: o “terror e o contra terror”.<sup>440</sup> As referências ao recurso a bombas *napalm* pelos portugueses, contidas numa reportagem do correspondente especial do *The Observer* em Leopoldville, ofereciam novos elementos apontando uma radicalização da atuação do governo português em Angola, disposto a tudo para manter intacta a sua geografia imperial.<sup>441</sup> Tal alusão baseava-se numa lista produzida pela UPA e pela Aliança Zombo elencando um conjunto de 50 aldeias que diziam terem sido dizimadas pela aviação portuguesa e em declarações de angolanos refugiados em Leopoldville. Para o *Guardian*,<sup>442</sup> não restava qualquer dúvida de que o governo de Salazar, não tendo ponderado uma alternativa à via da força para cumprir o seu objetivo de manter Angola, se preparava para enfrentar o perigo bem real de uma guerra que assumia foros de uma “guerra de libertação”, vendo-se a braços com o choque de uma larga amputação de uma história construída sobre o legado da expansão ultramarina:

Even a year ago it seemed that Angola was riding out the storm which had hit the rest of colonial Africa (and on the surface it seems so today in Mozambique). The two countries looked like reliable buffer States for South Africa (...) Portugal now appears to be facing in Angola a rebellion

<sup>438</sup> “La question angolaise: La création d’un gouvernement provisoire est envisagée annonce le leader du parti nationaliste UPA”, *Le Monde*, 04-05-1961: 6.

<sup>439</sup> «Crushing Angola uprising. Portuguese accused of “slaughter”», *The Times*, 05-05-1961:14.

<sup>440</sup> “Angola: Terror and Counter-terror”, *The Observer*, 07-05-1961:6. Leia-se este segmento: “While Dr. Salazar, in Lisbon, was rearranging his Cabinet for the second time in three weeks and a British missionary recently returned from Angola was describing in London the merciless attacks on each other by Portuguese and Africans, the situation within Angola continued to deteriorate (...) It is estimated that since February 1000 Europeans and mulattoes have been killed (during the five-year Mau Mau emergency in Kenya 32 European settlers were killed). The number of Africans reported killed is 20 000 – the Portuguese are reported to be exacting savage reprisals, often killing terrorists and loyal Africans indiscriminately. Because of a strict censorship there has been little news of exactly what is happening in Angola at present (...)”.

<sup>441</sup> Ver subponto “Bullets and bombs”, em «Angola “war”: 20 000 Africans killed», *The Observer*, 07-05-1961:6.

<sup>442</sup> “Up at least”. Ver em particular o segmento “Revolt in Angola”, *Guardian*, 06-05-1961: 6.



comparable with any of the big “liberation” movements since the war. Cynics will say that her turn was bound to come, that no amount of constitutional theorising will make part of Africa, part of Europe, that she should have learned from those to whom the decision came earlier. All this is true, but it does not make it easier for Portugal, a small country with not many friends, to part with such a large slice of her history (...) Angola was ripe for a movement of this kind, and nationalism spreads across frontiers. To the Africans, Angola represents colonialism in its death-throes; to the Portuguese, it is a challenge to their civilising mission which must be met firmly – even if it involves such uncivilised methods as burning the rebels out and hunting them down “like game”. Outsiders can see who is going to win – and who, in the long term, undoubtedly should win (...) Portugal has not yet considered the alternative to holding Angola by force, and this is a task for which she has not the resources. The dangers that Portugal will be drawn into a war as wasteful and heart-rending as that in Argelia is thus real (...) Can the Western Powers, as outsiders, help to bring about an orderly transition, if Portugal will admit that this is possible? Can Africans outsider Angola agree to allow time for such a transition?

A intensificação dos conflitos em Angola e o cômputo de cerca de 8000 refugiados em Luanda conduziram ao balanço dramático anunciado no título do *Parisien Libéré* (08-05-1961: 3), «La situation de l’Angola tourne au chaos». Poucos dias depois, o *Le Monde* divulgou o depoimento de um dirigente nacionalista angolano, João Eduardo Pinnock, então refugiado em Leopoldville,<sup>443</sup> que alegava ter uma aldeia inteira sido arrasada por bombas *napalm* lançadas pelos portugueses e haver já 25 000 angolanos mortos pelos portugueses e um milhar de portugueses mortos no decurso da rebelião. A revelação do endurecimento da guerra arrastou consigo uma indagação sobre a possível continuidade do Estado Novo, redescobrimdo, no seu sentido mais perverso, a essência consubstancial entre império, nação e regime, que o Estado Novo convertera em nó górdio na construção mítica do seu nacionalismo. Se império, nação e regime se confundiam, seria lícito assumir, como um artigo do *The Times* o sugeriu, que um tal conceito ontológico e organicista do império comportava o efeito de o seu afundamento carregar em si o desabamento inextrincável do próprio regime. Quer dizer, lembrando a formulação nesse texto do *The Times*, Angola tomara-se o “calcanhar de Aquiles” do regime de Salazar.<sup>444</sup> Restava apenas, presumia-se na peça, ver por quanto tempo mais seria Salazar capaz de aguentar uma guerra e os custos económicos, sociais e políticos que ela acarretaria. Num outro artigo do *The Spectator*, “A Professor grasps the sword” (12-05-1961), ponderaram-se as vicissitudes económicas de uma guerra em que as autoridades portuguesas, segundo declarações dos líderes anticoloniais angolanos ao jornal britânico, se estavam

<sup>443</sup> “Des villages angolais auraient été détruits au napalm. Soixante mille africains se seraient réfugiés au Congo”, *Le Monde*, 12-05-1961:7.

<sup>444</sup> “Achilles Heel”, *The Times*, 08-05-1961:13. Leia-se o excerto: “That the Portuguese early recognized the danger is evident, since over a year ago reports began to reach Britain of troop reinforcements along the northern border. By the end of the year a substantial strength had been built up in the garrisons along it, but even so it was not sufficient to cope with the violence of the outbreak when it occurred. The casualty figures on both sides are startling when compared with civil disturbances in other African territories. They are a measure of the ferocity with which the struggle is being waged on both sides (...) How long can a small country like Portugal sustain a struggle of this kind without running into economic, social and political difficulties? Considerations of this kind, and comparisons with the fate of the French in Algeria, were a major factor in deciding the Belgians to give up the Congo. So far they have not influenced the Portuguese Government at all. However, Angola is now the Achilles heel of the Salazar regime”.

a preparar e a mobilizar recursos para empreender uma “guerra total”. A resposta angolana, assegurou o líder citado, tinha de ser tão determinada quanto a posição portuguesa. O artigo foi assinado por Patricia McGowan Pinheiro, coautora de “Oldest Ally”, um estudo sobre o Portugal de Salazar editado nesse ano. Nele vislumbravam-se as dificuldades de um país, apresentado como o mais pobre da Europa ocidental, para enfrentar as exigências orçamentais de uma guerra que estava a mobilizar mais recursos do que aqueles recrutados para guerra na Argélia:

All these factors make it unrealistic to suppose that the revolt in Angola is going to be easy to suppress. How is Dr. Salazar going to deal with it? Or his successors? – for a significant section of Salazar’s opponents are just as determined as he is to hang on to the colonies at all costs. Yet, these costs do not seem to have been counted in Portugal, whose government remains intent on a policy which other European nations, far richer and far more powerful, have found disastrous. 8 000 troops are on their way from Portugal, and their arrival in Angola will bring the total of armed forces there to 25 000. This may sound a pretty modest figure, but for Portugal it is a substantial one; and the war has only just begun (...) A month or two after the fighting started there France had about 80 000 troops in the field – and France’s population is five times, her national income eighteen times, Portugal’s. The territory the Portuguese aim to subdue is roughly half the size of Algeria. It has roughly half the population; but there are fewer than 150 000 Europeans in Angola, while in Algeria there are close to a million. Large towns are few in Angola, and the population is fairly evenly scattered, whereas most of Angola are jungle, which provides valuable cover for rebels. And Algeria is only 500 miles from France – Angola is 5 000 miles from Portugal. Even if we assume that Angola provides the Portuguese with roughly half the military problem the French have had in Algeria, Portugal has nothing like half the resources that France has. Despite her colonial empire she is the poorest and least productive country in Western Europe (...) even if Angola presents a proportionately smaller problem, budgeting for a colonial war is going to tax Salazar’s financial know-how to the utmost.

A pressão internacional sobre o regime de Salazar adensou-se quando, reunidos na “Conferência interafricana de Monrovia”, os representantes de vários países africanos decidiram “condenar severamente” a repressão contra os nacionalistas africanos e os regimes de Angola e da África do Sul que designavam de “esclavagistas”.<sup>445</sup> Adotaram também uma resolução baseada no princípio da não interferência nos assuntos dos estados africanos, exceto nos territórios sob dominação colonial, e na promoção de uma unidade e cooperação em África nos planos político, económico, cultural, técnico, científico. Na conferência, reportada no *Le Monde*,<sup>446</sup> Mário de Andrade e José Gilmore reafirmaram a convicção da necessidade de uma ação direta contra o colonialismo português e apresentaram uma moção pedindo que o acordo dos chefes de Estados africanos manifestado na ONU à causa da descolonização de Angola se prolongasse a uma forma de assistência diplomática, moral e material.

Coincidindo com a realização desta conferência, em Lisboa os membros da oposição do centro e da esquerda democrática apresentaram o seu “Programa de democratização da República” numa

---

<sup>445</sup> “Problèmes d’Afrique Noire. Les délégués à la conférence interafricaine de Monrovia étudieront essentiellement les questions du Congo et de l’Angola”, *Le Monde*, 10-05-1961:5.

<sup>446</sup> «Le prolongement des événements d’Angola. Les nationalistes angolais demandent l’appui des délégués de la conférence interafricaine de Monrovia» », *Le Monde*, 13-05-1961:3.

conferência de imprensa que atraiu jornalistas estrangeiros, durante a qual dois antigos ministros da República, Azevedo Gomes e Luís Camara Reis, reclamaram uma vez mais a demissão do governo de Salazar.<sup>447</sup> No documento então divulgado, os oposicionistas demandaram a restauração da ordem democrática em Portugal e em Angola<sup>448</sup> e a liquidação de todas as organizações que diziam ser “de tipo fascista”, instaram um conjunto de reformas administrativas, da justiça, da defesa nacional, do regime fiscal e do ensino, da política agrária e industrial, e indicaram novas linhas para a política social, a política ultramarina e a política externa, em conformidade com os princípios da Carta das Nações Unidas. Dez dias antes, um outro manuscrito assinado por escritores e professores portugueses tinha já proposto a “reforma total” do ensino nos territórios ultramarinos e a supressão dos privilégios que beneficiavam os portugueses da metrópole e defendido a descentralização, levada tão longe quanto possível na condição de, especificavam, não ser posta em causa a soberania nacional.<sup>449</sup> Dias depois, o *Figaro* noticiou a prisão de três signatários do Programa e líderes da oposição: Acácio de Gouveia, Gustavo Soromenho e Mário Soares.<sup>450</sup>

Alguns setores da imprensa inglesa davam também a entender que a política do governo britânico, dedicada à transferência de poderes e à concessão da independência aos seus territórios, se mostrava incompatível com a posição portuguesa. A conferência de Monrovia e a aparente divisão dos estados africanos emergentes em dois blocos – o do grupo de Casablanca, radicalmente anticolonialista, e o grupo de Brazzaville, favorável à cooperação com as antigas potências coloniais ao longo do processo de descolonização – impulsionaram a organização de um encontro no *Foreign Office* entre os representantes das missões britânicas de um conjunto vasto de países da África central e ocidental para debater os problemas comuns às várias regiões e considerar as diferentes tendências entre as prováveis políticas futuras.<sup>451</sup> Essa conferência, previa o *The Times*, ia certamente consagrar uma atenção especial à situação no Congo e na África Portuguesa, tanto mais pertinente quanto se aproximava a data da visita a Lisboa do ministro dos Negócios Estrangeiros britânico. Foi neste contexto que a visita de uma fragata britânica, a HMS Leopard, a Angola, enunciada na imprensa portuguesa como demonstração da “solidariedade dos aliados”, gerou

<sup>447</sup> «Au cours d’une conférence de presse à Lisbonne. Les leaders de l’opposition: “M. Salazar doit donner sa démission...et laisser la place à la démocratie”», *Figaro*, 12-05-1961:4.

<sup>448</sup> Para uma apresentação detalhada do programa ver “Les chefs de l’opposition portugaise publient un manifeste réclamant le rétablissement de la démocratie dans le pays”, *Le Monde*, 13-05-1961:3.

<sup>449</sup> Sobre esta matéria, ver tópico «Les “intellectuels” de Lisbonne», em *Figaro*, 03-05-1961: 4.

<sup>450</sup> “Lisbonne, arrestation de trois leaders de l’opposition portugaise”, *Figaro*, 13-05-1961:3.

<sup>451</sup> “Britain to discuss problems of emergent nations”, *The Times*, 15-05-1961, p 12. Importa destacar o seguinte excerto: “(...) On Portuguese Africa the recent, slightly increased releases of information on the situation in Angola may be a straw in the wind, to show that Portugal’s refusal in the past to admit the need of change may now be starting to change slightly (...) British policy is firmly fixed to the goal of ultimate independence for all British colonial territories and therefore is incompatible with the Portuguese position, which does not admit a colonial problem to exist, since Portuguese Africa has been made legally a part of Portugal”.

críticas cerradas entre os membros do partido trabalhista,<sup>452</sup> estando mesmo na origem de um protesto de estudantes de Oxford, contra o que consideravam ser a relutância do governo britânico em dissociar-se inequivocamente das políticas portuguesas prosseguidas em Angola.<sup>453</sup>

Os meios diplomáticos portugueses continuaram a tentar atenuar o tom crítico perceptível na cobertura de vários títulos britânicos e redirecionar os seus conteúdos num sentido mais favorável ao regime de Salazar. O conselheiro de imprensa da embaixada portuguesa em Londres, A.Potier, enviou uma carta ao editor do *Economist*, onde, em resposta aos artigos deste jornal, reprovadores da repressão pelas autoridades portuguesas, defendeu a política colonial do regime do Estado Novo. Justificou a opção de força como medida de contenção do que dizia ser os massacres perpetrados por bandos selvagens de terroristas instigados do exterior, e acusou uma parte da imprensa britânica de fazer um tratamento tendencioso da guerra e de “fechar os olhos” à “agonia” da população branca, negra e mestiça de Angola à mercê desses “horrores”.<sup>454</sup> Uma semana depois, o envio de um correspondente especial do *Daily Telegraph* a Lisboa, Walter Farr, para cobrir a visita oficial de três dias de Lord Home, permitiu ao então Ministro dos Negócios Estrangeiros, Franco Nogueira, apelar, através do jornal britânico, a uma compreensão do governo inglês pelas dificuldades portuguesas em África. Franco Nogueira frisou também a grande importância de Angola para o bloco ocidental, num contexto em que o desaparecimento das figuras africanas que mantinham uma porção da África neutral ia dar lugar, alegava, a uma nova geração de líderes treinados por comunistas.<sup>455</sup> O ministro falou ao correspondente sobre o que julgava ser as inconveniências da via descolonizadora encetada pelos britânicos e sublinhou a necessidade de uma concertação de esforços entre portugueses e britânicos; Portugal, sugeriu, podia colocar a sua experiência em África ao dispor da Inglaterra, e não apenas o inverso, e os britânicos beneficiariam em colaborar na salvaguarda da soberania portuguesa em Angola.

No entanto, o confronto de enquadramentos que irromperam nas páginas dos jornais britânicos e franceses revela como o sentido desses textos estrangeiros já minava o teor guerreiro triunfal da imprensa portuguesa. Diferentemente das afirmações de fontes de informação ligadas ao regime de Salazar, a situação em Angola descrita pelos líderes nacionalistas em conferências internacionais, por missionários batistas britânicos ou por correspondentes da imprensa estrangeira atingia um patamar de tal forma perigoso e condensava em si tamanha atenção e escrutínio internacionais que o correspondente do *Sunday Times* em Lisboa, Peter Clifton, deu um prazo de sessenta dias ao

<sup>452</sup> “Trouble over Leopard at Luanda. A good will visit causes dissent” *The Times*, 16-05-1961, p 14; “Labour’s censure on frigate’s visit to Angola”, *The Times*, 17-05-1961, p 14.

<sup>453</sup> “Oxford students in protest over Portugal”, *Guardian*, 01-06-1961:5.

<sup>454</sup> “Agony in Angola”, *Economist*, 20-05-1961:769.

<sup>455</sup> “Angolan coexistence, says Lisbon minister. West solidarity against communism stressed”, *Daily Telegraph*, 26-05-1961: 25.

governo português para solucionar a guerra em Angola,<sup>456</sup> findo o qual julga ficar claro para os portugueses bem informados, perante a evidência de uma opinião mundial tão fortemente desfavorável, ser uma vitória em Angola impossível. Paralelamente, as alegações das autoridades portuguesas de ser o seu sistema colonial baseado na associação harmoniosa de todas as raças e na seleção por uma lógica de meritocracia individual no trabalho<sup>457</sup> continuaram a ser alvo da contestação dos títulos britânicos. Para o *The Tribune*, os factos mostravam não haver diferença entre o *apartheid* e a política de assimilação.<sup>458</sup> Mais ainda, a negação de direitos ao povo africano correspondia, segundo a análise deste artigo, à supressão de direitos que recaía sobre o povo português, revelando da pior maneira a conexão entre a política interna e a orientação colonial do regime de Salazar.

O sentido de improbabilidade de uma vitória portuguesa em Angola aumentava na imprensa estrangeira com a transmissão da evolução do debate nas Nações Unidas sobre a organização de uma comissão de inquérito para examinar a situação em Angola, e na sequência do qual os delegados do Gana e da URSS tinham já formulado o pedido de retirada dos portugueses de Angola e da “independência imediata” do território. Nos finais de maio, anunciou-se a constituição da subcomissão de inquérito, formada sob os auspícios dos representantes da Bolívia, do Daomé, da Federação da Malásia, da Finlândia e do Sudão.<sup>459</sup> Mas o governo soviético, segundo a agência Tass, reclamou a criação imediata de uma comissão internacional, com a participação, acima de tudo, de representantes dos países africanos, e apelou à reprovação da atuação dos dirigentes de Portugal e ao emprego de “medidas eficazes para evitar o extermínio massivo do povo de Angola pelos colonialistas portugueses”. Por sua vez, o grupo afro-asiático dirigiu uma carta ao presidente do Conselho de Segurança das Nações Unidas declarando que o “agravamento da situação” e o derramamento de sangue em Angola constituíam uma “ameaça à paz internacional”.<sup>460</sup>

O enviado especial do *Le Monde* a Nova Iorque, Philippe Ben, acompanhou, nas primeiras semanas de junho, as reprimendas increpadas contra o sistema colonial português: o delegado soviético,

<sup>456</sup> “Sixty Days to Save Angola”, *Sunday Times*, 21-05-1961:2. Vale a pena citar o seguinte excerto: “If Portugal cannot bring her campaign against the terrorists in Angola to a successful conclusion within two months she will have lost it. The view widely held by well-informed Portuguese is that if the campaign continues beyond that time world opinion will have so hardened against Portugal that victory in Angola will be impossible”.

<sup>457</sup> Cf. subponto “Three systems. Apartheid in Reverse”, em “Angolan coexistence, says Lisbon minister. West solidarity against communism stressed”, *Daily Telegraph*, 26-05-1961:25

<sup>458</sup> “Angola: the unholy alliance” *The Tribune*, 26-05-1961. Peça assinada por David Ennals. Leia-se o seguinte segmento: “the facts show that there is no difference between apartheid and assimilation. The Portuguese administration in Angola, Mozambique and Guinea have decided that all white people are civilised, in spite of the fact that the illiteracy rate for Portuguese stands at about 40 per cent. Of the Africans in these three territories, about three in a thousand have been accepted as citizens with the same rights as Portuguese citizens. Not that it matters much, for Portuguese citizens have hardly any rights. The Portuguese Government is the only Government in the world which denies as many rights to its own citizens as it does to those in its colonies (...)”.

<sup>459</sup> “Nations Unies. Création d’une sous-commission d’enquête pour l’Angola”, *Le Monde*, 24-05-1961:5.

<sup>460</sup> “Le groupe afro-asiatique décide de porter l’affaire d’Angola devant le Conseil de Sécurité”, *Le Monde*, 29-05-1961:5.

Zorine, sustentando-se em artigos da imprensa americana e da britânica altamente críticos das autoridades portuguesas,<sup>461</sup> e os delegados da Libéria e da RAU acusaram Portugal de cometer crimes em Angola equiparáveis à gravidade dos crimes nazis; para o representante da RAU, Omar Loufti, os relatos dos jornais estavam a tornar claro, apesar da censura em Angola, que a situação se deteriorara e evoluía para uma “guerra de extermínio”; C.S.Jha, da Índia, incriminou Portugal de praticar um “genocídio” em Angola, expressão destacada num título do *Guardian*.<sup>462</sup> Em três dias de debate, outros delegados (do Congo Leopoldville, da Nigéria, da Etiópia, do Mali e de Marrocos) intervieram pedindo uma ação rápida e explícita do Conselho de Segurança para pôr termo à violência e à asfixia dos direitos da população angolana e para permitir o reconhecimento do direito de Angola à independência.<sup>463</sup> Logo depois, um novo projeto de resolução afro-asiático e o preâmbulo de uma emenda proposta pelo Chile foram adotados<sup>464</sup> por 9 votos, entre os quais o norte-americano, e 2 abstenções, da França<sup>465</sup> e da Inglaterra. A resolução reiterou que, a persistir, a situação em Angola constituiria uma ameaça à paz e à segurança internacionais. A emenda do Chile acrescentou ao texto afro-asiático um parágrafo que exprimia a esperança numa solução pacífica para o problema angolano e “em conformidade com a Carta das Nações Unidas”.

Enquanto decorriam esses debates, a publicação na imprensa britânica do testemunho de missionários batistas recentemente regressados de Angola ocasionou um retrato totalmente distinto da representação multirracial e luso-tropical simulada através da imprensa portuguesa e levou a palavra “tragédia” aos cabeçalhos dos jornais ingleses. A imagem sugerida pelo missionário Clifford J. Parson, que assinou a peça “The tragedy of Angola” para o *Sunday Times* (04-06-1961: 12), era a de um estágio avançado de desintegração da vida nas aldeias do Norte de Angola e a da guerra como o culminar de um processo longo de injustiça, crueldade e desespero, para empregar os termos do próprio autor, infligidos pelos portugueses à população angolana. Pelo menos desde a década anterior, segundo o relato de C.J. Parson, um surto repentino de colonização branca em

<sup>461</sup> “Devant le Conseil de Sécurité. M.Zorine requiert contre le colonialisme portugais”, *Le Monde*, 08-06-1961: 2. Segundo esta notícia, contavam-se então trinta mil indígenas “massacrados”, entre os quais mulheres e crianças, oitenta mil refugiados no Congo, dezenas de milhares de angolanos presos ou enviados para campos de concentração e aldeias inteiras dizimadas por bombas napalm. A amplitude das condenações contra Portugal é tal que o enviado francês chega a comparar os debates no círculo da ONU ao processo de julgamento de Eichmann; Portugal seria então colocado no banco dos réus, com Zorine a desempenhar o papel de Procurador-Geral e os delegados da Libéria e da RAU o dos seus assistentes.

<sup>462</sup> «Índia accuses Portugal: “Genocide in Angola”», *Guardian*, 08-06-1961: 11. Ver também “M.Jha (Inde) fait appel aux alliés du Portugal” *Le Monde*, 09-06-1961: 2.

<sup>463</sup> “L’évolution de la situation internationale – Le Conseil de Sécurité s’apprête à conclure son débat sur l’Angola” *Le Monde*, 10-06-1961: 2.

<sup>464</sup> “Par 9 voix et 2 abstentions, Le Conseil de Sécurité invite le Portugal à cesser les mesures de répression en Angola”, *Le Monde*, 12-06-1961: 2.

<sup>465</sup> Sobre a intervenção do delegado francês, ver “France appeals to Portugal over Angola”, *Guardian*, 9-06-1961: 14. Armand Bérard terá expressado no do debate amizade por Portugal, alegando que a igualdade de raças fora sempre reconhecida e praticada por Portugal. Pedia ainda assim um diálogo “paciente e honesto” para permitir uma transformação em Angola e condenava todo o recurso à violência.

Angola (entre 1951-1961, a comunidade branca teria aumentado de 79 000 para algo como 200 000, um crescimento que excedia amplamente o aumento no número de “cidadãos” africanos) provocava um sentimento de desconfiança e insegurança dos brancos com os negros “assimilados”, agravado pela recessão económica em Angola, e um ressentimento dos negros para com os brancos. A expropriação das terras em benefício dos colonos imigrantes significava que os indígenas passavam a ser obrigados a trabalhar na condição de “contratados” no que antes tinha sido a sua própria propriedade.

A eclosão de tensões raciais nas cidades, os pedidos crescentes de mão-de-obra barata, significando mais trabalhadores “contratados” e mais abusos físicos sobre os indígenas, teriam avivado o desejo de independência, traduzido numa série de *posters* distribuídos numa vasta área no Norte de Angola nos finais de 1959 e inícios de 1960. Os anseios de independência seriam extremados com o envio de reforços militares portugueses e de elementos da polícia secreta portuguesa, que vinha desenvolvendo – vale a pena frisar a expressão impressa na peça – a sua própria “rede de terrorismo”. E com a transformação quer do estatuto jurídico das colónias, em 1951, quer da política de assimilação dos africanos, cujo decreto passara a incluir, em 1954, uma cláusula permitindo uma eventual perda da sua cidadania. A guerra que estalava em 1961 representaria assim o clímax de uma revolta, em ebulição desde os anos anteriores.<sup>466</sup>

O missionário C.J.Parson tornou-se um nome influente na denúncia, veiculada através da imprensa britânica, das condições de vida e de trabalho forçado que dizia ter testemunhado em Angola e na apresentação de elementos que reforçavam o enquadramento da guerra aí em curso sob os termos de uma “guerra de libertação”, definição que passa a constar inclusive em títulos de jornais como se verifica numa peça do *The Times* (09-06-1961: 11): “Angola Revolt as War of Liberation. Stage of insurrection passed”. Pela imprensa, C.J.Parson transmitiu também um apelo à desconfiança das potências internacionais contra Portugal; era indubitável, na sua análise, que, não obstante a perspectiva de mudanças administrativas e socioeconómicas contempladas em diplomas assinados por Adriano Moreira na sua visita a Angola,<sup>467</sup> Portugal iria manter intacta a sua política colonial e usar uma “máscara” para convencer os outros países de ter conseguido conter as revoltas e de se comprometer a introduzir reformas.

Três semanas depois, sob a alçada das igrejas protestantes em Manchester, C.J.Parson coordenou um encontro público de protesto contra a guerra em Angola, a que se referia como “a erupção de violência mais agonizante em África”, e revelou à imprensa a intenção dos missionários batistas de

<sup>466</sup> Ver também «Angola: “Fear and Chaos”» *The Observer*, 04-06-1961.

<sup>467</sup> A respeito destas propostas de reforma, ver “Portugal makes concession reviving elections in overseas provinces”, *The Scotsman*, 09-06-1961.

divulgar um conjunto de documentos contendo evidências, recolhidas por cerca de vinte missionários angolanos, do que diziam ser as “atrocidades” cometidas pelos portugueses em Angola. Foi neste contexto que o *Guardian* difundiu uma mensagem pessoal do bispo católico de Salford,<sup>468</sup> o Reverendo G.A.Beck, apresentada como o primeiro comentário público de um elemento dignitário da igreja católica sobre a situação em Angola, condenando a violência contra os colonos mas também a reação de força e repressão do governo português. G.A.Beck voltou a apelar à justiça social e a uma moderação do governo português, apoiando-se nas revelações dos representantes da Sociedade Missionária Baptista e numa carta pastoral da Hierarquia Católica em Angola, divulgada na imprensa britânica no mês de abril,<sup>469</sup> que tinha lembrado as “aspirações justas e legítimas” associadas à guerra e exortando à “justiça e caridade” em Angola. G.A.Beck pediu o abandono de qualquer ofensiva armada contra africanos inocentes e a criação de condições que concedessem o reconhecimento total dos direitos humanos à população de Angola.

Numa altura em que o fim da estação das chuvas em Angola era anunciado pelas fontes afetas ao Estado Novo como fazendo prever um abrandamento relativo do conflito e um avanço favorável às forças portuguesas, os líderes angolanos difundiam a mensagem contrária de estarem preparados para intensificar a luta e tiravam partido de conferências e entrevistas com jornalistas estrangeiros, estendendo desse modo a guerra ao campo dos *media* e a jogadas de informação e contrainformação. Holden Roberto comunicou a repórteres que se tinham deslocado até à sede do seu movimento em Leopoldville<sup>470</sup> que as forças sob o seu comando se preparavam para lançar uma vasta “campanha de guerrilha” contra as autoridades coloniais portuguesas e para entrar “na fase mais decisiva” da luta do povo angolano pela independência. Até ao regresso das próximas chuvas, em setembro, Holden Roberto dizia estar ciente de que teria de enfrentar uma investida portuguesa de grande envergadura, com a abertura de uma nova ofensiva no Norte de Angola com artilharia pesada e bombardeamentos em série das áreas controladas pelos “rebeldes” e com os colonos brancos reanimados e encorajados com a chegada de novas tropas. A aplicação da violência não deixou contudo de ser por ele anunciada numa dinâmica de reciprocidade, fazendo lembrar o mecanismo de escalada da força mútua inerente ao desenvolvimento da guerra, a que Clausewitz (2006 [1832]) designou a “ascensão aos extremos”:<sup>471</sup> cada um dos adversários executa a lei marcial do outro e indu-lo a seguir as suas pisadas, propagando a determinação de empenhar o máximo de forças; cada um dos adversários pretende “desarmar o inimigo”, revelando a guerra enquanto

<sup>468</sup> “Angola measures condemned by Bishop of Salford. ‘Recognise human rights’”, *Guardian*, 30-06-1961:12.

<sup>469</sup> Ver subponto “Bishops call for justice” em “More troops for Angola. Lisbon Military Council meets”, *Guardian*, 17-04-1961, p 9; ver também subponto “Just Aspirations”, *The Times*, 17-04-1961:8.

<sup>470</sup> Ver por exemplo “Rebels plan offensive”, *The Scotsman*, 09-06-1961.

<sup>471</sup> A este respeito, ver Aron (2009 [1987]).



colisão de duas forças vivas e que ampliam a sua ação num curso recíproco. Ambas as partes utilizam a violência, e prometem continuar a usá-la, para impor a sua vontade, e, desse modo, tentar enfraquecer o opositor, dizendo tê-lo colocado numa situação, real ou presumível, tão desfavorável que prosseguir o combate aparece definido por cada uma das partes em contenda como significando para a outra percorrer o caminho da derrota.

Esta noção de ascensão aos extremos trouxe aos títulos da imprensa britânica o conceito de “guerra total”, em que tanto um lado como o outro prenunciava a aniquilação do seu adversário, um patamar que, escrevia o correspondente do *Daily Telegraph* (24-06-1961) em Angola, Richard Beeston, num artigo de primeira página, tinha já sido atingido em Angola: «“Total war” in Angola as convoys move up. Air general takes charge» (ver anexos, fig.85).<sup>472</sup> A ideia da “guerra total” era intensificada com as notícias da declaração do “estado de sítio” em Angola e de uma “agonia” crescente, apontando os cerca de 100 000 refugiados angolanos, que, entre as forças de guerrilha e as retaliações das tropas portuguesas, atravessavam a fronteira com o Congo,<sup>473</sup> e com a sensação, expressa pelo correspondente do *The Observer* no seu regresso de Lourenço Marques, da previsibilidade de a guerra alastrar a Moçambique.<sup>474</sup> Na imprensa britânica, a guerra estava prestes a atingir o seu pleno no império português em África.

A participação de todo o povo no destino da guerra contra um inimigo é uma condição que revela o carácter absoluto da guerra. Quanto mais significativa e popularmente apoiada for a causa subjacente à decisão da guerra, mais extrema ela resultará. Por outros termos, para que a guerra se manifeste plenamente, é necessário o choque existencial entre povos inflamados pela paixão dos objetivos perseguidos por cada uma das facções na guerra. Tanto o regime de Salazar como os movimentos nacionalistas empreenderam ações de conquista das populações pela via de uma intensa propaganda de guerra. Se a viagem de Adriano Moreira a Angola pode ser enunciada como exemplo de uma ação de propaganda no sentido de obter o apoio das populações locais e de as manter afastadas dos

<sup>472</sup> Saliente-se a passage seguinte: “Portuguese troops are preparing for a prolonged and bitter antiguerrilla war in Northern Angola as hopes fade of achieving victory this dry season (...) A ban on the entry of foreign journalists has increased the outsider world’s suspicions that Portugal has something to hide in its handling of the rising here. I am the only foreign correspondent in Angola today, and the first to be granted an entry visa for more than two months (...) A total war is being fought between the security forces and the rebels, with no quarter given on either side. The death toll will continue to rise as the Portuguese counter-offensive gains momentum and the rebels grow more desperate (...)”.

<sup>473</sup> “Northern Angola under State of Siege. Troops arms inadequate”, *Daily Telegraph*, 20-06-1961: 23; Agony of Angola. Reports from the border: Only the old and the sick are left behind in the North”, *Daily Mail*, 30-06-1961: 1.

<sup>474</sup> “Mozambique haunted by the war in Angola”, *The Observer*, 02-07-1961:4.: “Sitting at a pavement café table in the pale winter sunshine of Lourenço Marques, confronted with the daily headlines of the dragging Angola war one plumbs the depression of Portuguese Africa and wonders how long before Mozambique – across the continent from Angola – is also drawn into the maelstrom. In recent weeks, the garrison has been reinforced with 2000 infantry and paratroops. Regulations have been eased to permit the wholesale purchase of arms by Europeans (...) Ominously, too, citizens are pressed to join the militia. The posters show two hands – one white, one black – clasped in comradesly fashion on rifles, against a background of burning homesteads (though the only known African to volunteer has been arrested) (...) The danger comes from the action of the authorities themselves, who by raising the spectre of mass racial violence are promoting the hysterical climate in which it must ultimately occur (...)”.

movimentos anticoloniais independentistas,<sup>475</sup> é também no campo da propaganda que se desenrolou a resposta dos líderes angolanos.

Enquanto Salazar, desafiando a resolução adotada na ONU, manifestou na Assembleia Nacional a determinação em continuar a sua política ultramarina,<sup>476</sup> e o correspondente da agência ANI em Luanda clamava a derrota dos rebeldes na “primeira fase” da sua batalha,<sup>477</sup> a da “imposição do terror”, o *Le Monde* difundiu mensagens de líderes angolanos, levando a sua contrapropaganda para lá do âmbito das populações em Angola, às correntes de opinião internacionais. Numa conferência de imprensa em Dakar, onde fora recebido pelos presidentes Senghor e Dia, Mário de Andrade pediu a caução dos estados independentes africanos para o combate dos angolanos e dirigiu um apelo à França, através do correspondente do jornal francês em Dakar, Ernest Milcent, solicitando, em nome da “longa tradição anticolonialista” dos franceses, o “auxílio aos nacionalistas” e uma ação “mais vigorosa” do governo francês contra a guerra acalentada por Portugal.<sup>478</sup> Mário de Andrade incentivou a imprensa, e o *Le Monde* em particular, a desmascarar o colonialismo português e a divulgar a insurreição em Angola como obra de dois movimentos nacionalistas, o MPLA e a UPA. Expressou ainda o seu desejo da constituição de uma frente nacional comum, militar como política, de luta pela independência de Angola. Além de destacar o papel central da opinião internacional para isolar Salazar, Mário de Andrade reformulou o pedido de medidas diretas contra Portugal, como o boicote económico, a rutura das relações diplomáticas, e a interdição de portos e aeroportos a barcos e aviões portugueses, e invocou o apoio à guerra dos angolanos, que, acreditava, acabaria por conduzir à queda de Salazar: “Se Salazar consentisse com uma abertura política”, disse Mário de Andrade, “seria o seu suicídio. É, pois, certo que ele prosseguirá a guerra até ao fim. Mas é igualmente certo que esta guerra acabará por conduzir à sua queda”.

<sup>475</sup> Estas ações de conquista das populações locais postas em práticas em Angola e durante as guerras coloniais em geral remetem para as chamadas técnicas de “guerra psico-social”. Estas foram desenvolvidas pelos franceses na guerra da Argélia e baseavam-se em técnicas utilizadas na guerra da Indochina, onde os franceses aprenderam estratégias de propaganda de origem maoísta e o conceito de “guerra irregular prolongada” (Martins, 2018).

<sup>476</sup> “Portugal defies U.N. Angola policy to be unchanged. Dr Salazar’s pledge”, *The Times*, 01-07-1961:8. Ver também «“Les États-Unis poursuivent en Afrique une politique parallèle à celle de l’URSS”, déclare M Salazar», *Le Monde*, 03-07-1961: 5. O discurso de Salazar é comentado nesta peça do *Le Monde*, baseada no artigo anteriormente referenciado do correspondente do *The Times* em Lisboa.

<sup>477</sup> “New tactics in Angola. State claims ‘first phase’”, *Guardian*, 05-07-1961.

<sup>478</sup> “M.Mario de Andrade lance un appel à la France en faveur des nationalistes angolais”, *Le Monde*, 03-07-1961:5 Veja-se o apelo de Mário de Andrade ao *Le Monde*: “Le monde entier s’est ému lors des événements de Sharpeville qui firent quelques dizaines de morts. Il paraît demeurer indifférent alors qu’il y a déjà eu des dizaines de milliers de victimes en Angola. Le peuple français, fidèle à ses traditions révolutionnaires, ne peut nous ignorer. Dire qu’il existe en France une longue tradition anticolonialiste est une tautologie. A travers votre journal, je voudrais faire appel à toutes ces organisations anticolonialistes pour qu’elles décident d’une action plus vigoureuse auprès du gouvernement français afin que celui-ci se déclare plus nettement contre la guerre que mène le Portugal contre nous. Pour qu’elles organisent aussi des meetings afin de faire connaître à l’opinion française le colonialisme portugais. L’opinion internationale a un rôle important à jouer pour nous aider à isoler Salazar. Je suis sûr que le gouvernement français nous accordera cette aide diplomatique que nous réclamons”.

No mesmo sentido, Holden Roberto assegurava ao correspondente do *Le Monde* em Bruxelas, Pierre de Vos, por ocasião de uma viagem que o jornalista fizera ao Congo e durante a qual se teria reunido com o líder angolano, a sua determinação de combater até onde fosse possível, e desmentiu as afirmações portuguesas de terem várias bolsas de resistência sido liquidadas e importantes forças de guerrilha impedidas de passar a fronteira congoleza.<sup>479</sup> Holden Roberto confiou ao correspondente que, com o começo da estação seca, se preparava para deixar Leopoldville e mudar temporariamente a sua sede para Angola, de modo a estar junto das suas tropas e assim poder influenciar de perto o moral dos seus combatentes.<sup>480</sup> Garantia ainda que, quando regressasse a Leopoldville, organizaria uma nova ofensiva, a qual, coincidindo com o regresso das chuvas, anunciava como decisiva para frustrar a tática portuguesa e firmar a consagração da sua vitória sobre todo o território ao norte de Luanda.

A importância dada pelos representantes dos movimentos angolanos no acesso à imprensa é um aspeto indicativo de que a guerra em Angola, em consonância com o fenómeno da guerra nas sociedades modernas industriais, envolveu sobremaneira processos de persuasão e dissuasão, de informação e contrainformação, de propaganda e contrapropaganda, e de luta pelo ingresso no espaço da visibilidade pública. A propriedade específica da guerra, recordando uma definição formulada à luz do pensamento do sociólogo russo Jacques Novicow (Barnes, 1921), é a de ser uma ação violenta que se inscreve na história. É apenas quando uma ação violenta se escreve, inscrevendo-se, que ela atinge a dimensão de uma guerra. É portanto o vínculo da guerra à escrita, implicando a subjetividade da história, que a distingue de qualquer outra forma de agressividade. É justamente essa possibilidade de escrita e inscrição que a imprensa estrangeira veio abrir, pondo em causa o vulto da vitória, glorificada de antemão nos discursos dos ministros portugueses. Enquanto o adversário não se calar, ele não estará vencido, pois aquele que fala ou escreve não está ainda rendido. Se, através das matérias publicadas na imprensa portuguesa, o regime de Salazar conseguiu eliminar os desígnios anticoloniais em Angola, foi em parte na superação deste silêncio que a imprensa estrangeira se afirmou concorrencial do processo de exteriorização intencional gizado por

---

<sup>479</sup> A situação em Angola é analisada na crónica “Le Drame Angolais”, composta por duas partes. A primeira, “I – Les Nationalistes se préparent à l’hibernation” (*Le Monde*, 05-07-1961: 1 e 3), baseia-se nas declarações de Holden Roberto sobre a tática de guerra da UPA e sobre as acusações de torturas e repressão por portugueses sobre todos os movimentos sociais e de contestação (ver tópico “La justification des tortures”) e de um sistema de trabalho forçado em Angola, em que os colonos teriam o “direito de vida e morte sobre a sua mão de obra escrava”. Na segunda parte (“II- L’armement des insurgés: les fusils que leur vendent les soldats congolais”, 06-07-1961: 5), Pierre de Vos encontra-se com responsáveis pela assistência aos refugiados angolanos em Leopoldville, e dá conta das acusações portuguesas de ser o Congo uma base e fonte de fornecimento de armas para os terroristas. Mas os cerca de 100 000 refugiados angolanos levantavam problemas logísticos e políticos ao Baixo Congo. Kasavubu, revelando embora o compromisso de auxiliar os angolanos no plano humanitário, declarava pretender proclamar uma neutralidade política, impedir que os soldados congoleiros vendessem as suas armas aos angolanos e até exigir que os nacionalistas se abstivessem de qualquer atividade no território congolês.

<sup>480</sup> A este respeito, ver subponto “Le quartier général déménagement”, *Le Monde*, 05-07-1961: 1 e 3.

Salazar. A vitória de Salazar já não podia ser clamada porque a possibilidade de uma réplica passou a aparecer. A guerra escrita na imprensa estrangeira, qual sequência de linguagem com réplica, competia assim com a guerra escrita na imprensa portuguesa, cadeia de linguagem sem réplica (Philonenko, 2003 [1973]: 187).

Os relatos da escalada da violência em Angola e a propagação dos apelos de independentistas angolanos continuaram a alimentar debates na Câmara dos Comuns,<sup>481</sup> que se alongaram pelas primeiras semanas de julho. O deputado da oposição, Gaitskell, numa intervenção citada no *Guardian*, referiu-se à guerra em Angola como a prova de uma homogeneidade nos princípios de orientação do Estado Novo na política interna como na externa.<sup>482</sup> Quem não respeitava os direitos de cidadania do povo português não poderia respeitar a vontade de autonomia e independência das populações colonizadas. A guerra em marcha era neste sentido a continuação – mas num estágio superior – da prepotência sobre o povo português. Apesar da aparência pacífica que o regime cultivara, e que conhecera eco entre alguns meios intelectuais e mediáticos estrangeiros num certo período (Léonard, 2017), a guerra no perímetro colonial afigurava-se afinal previsível num regime que, internamente, se negava a reconhecer uma sociedade de cidadãos com uma dinâmica universal. Sem o respeito pelos direitos fundamentais dos cidadãos no plano constitucional dentro das fronteiras, eram pouco plausíveis a paz e o respeito pelo direito internacional público.

O *Guardian* acompanhou com particular destaque os protestos de deputados trabalhistas que punham em causa o sentido de se manter visitas oficiais a Lisboa, como a realizada no mês anterior por Lord Home, e se opunham ao fornecimento de armas a Portugal. Já o mais recente voto inglês na ONU foi qualificado de “vergonhoso” por Gaitskell,<sup>483</sup> que, duas semanas antes, tinha exortado a uma condenação de Salazar<sup>484</sup> por violar os principais objetivos políticos fundadores da NATO: a salvaguarda da liberdade, a herança e civilização comum dos povos, fundados nos princípios da democracia, da liberdade individual e da lei. Outros membros da oposição manifestaram igualmente a sua desaprovação pelo voto britânico, que entendiam resultar de uma má avaliação das prioridades

<sup>481</sup> Ver tópico “MPs to debate Angola on Wednesday”, *Guardian*, 30-06-1961:12.

<sup>482</sup> «Britain’s conduct. “Left bad impression”», em “Flimsy excuses over Portugal”, *Guardian*, 06-07-1961, p 2. Leia-se parte do discurso de Gaitskell: “There was no doubt about the reaction in Britain to the exceptionally savage character of the repression. They all knew that in the past in British colonies there had been revolts and terrorism, and the British Government at one time had done things which some of us have not been happy about, but I know of nothing done by any British Government in the last 50 years which would conceivably compare with the kind of things we are told is now happening in Angola. Where a dictatorship did not allow the Portuguese people full rights, it was not difficult to imagine that they would not concede such rights to their colonies. (...) There really is no reason why we should doubt the accuracy and truth of what the missionaries have told us (...) We surely should be emphasising this and trying to win over the peoples of these territories by making it plain what we had done and what the Communists had not done. We would not make our case so long as we appeared to condone or support the savagely reactionary regime in Angola which had shocked the world and gravely endangered the Western alliance”.

<sup>483</sup> «House of Commons “Flimsy excuses” over Portugal. Mr Heath pleads “honest motives” to secure peace in Angola», *Guardian*, 06-07-1961: 2.

<sup>484</sup> “Denounce Salazar, says Gaitskell”, *Guardian*, 25-06-1961:9.

políticas e da negligência do governo pelo que diziam ser a “tragédia humana” em Angola,<sup>485</sup> superlativada ao flagelo no Congo. A decisão do voto inglês na ONU desencadeou também encontros de protesto ou conferências noticiadas, onde a população britânica reclamava uma mudança de atitude do governo britânico e a cessação do apoio, diplomático e militar, a Portugal.<sup>486</sup> O final do mês de julho, marcado pelo aumento da pressão dos afro-asiáticos que acusavam Portugal de se recusar cooperar com a subcomissão nomeada para Angola,<sup>487</sup> trouxe também a confirmação da passagem à ação armada na Guiné portuguesa, por grupos refugiados na província senegalesa de Casamance,<sup>488</sup> depois de o Senegal ter cortado relações diplomáticas com Portugal. Paralelamente, Holden Roberto prosseguiu a sua campanha de guerra; divulgou em *A Voz da Nação Angolana*, o jornal da UPA, citado na imprensa britânica,<sup>489</sup> a adoção de novas táticas e reivindicou a morte de 2000 portugueses e a posse de munições suficientes para manter a guerra por muito tempo e a estender a outras parte de Angola. A um mês do recomeço das chuvas em Angola, o *The Observer* anteviu a iminência da derrota de Portugal, expressa no título: “Portugal losing war in Angola” (23-07-1961: 6). Segundo o semanário, o exército português não tinha organizado qualquer ofensiva contra os rebeldes, excetuando as que eram fabricadas por escrito nos comunicados das Forças Armadas. Poucos dias depois, o *The Times* deu a conhecer outra declaração de Holden Roberto,<sup>490</sup> negando categoricamente um cessar-fogo sem que houvesse garantias políticas oficiais, que envolviam a retirada das forças portuguesas de Angola, o estabelecimento de princípios democráticos, a liberdade de expressão, a abolição da censura, e o fim da ‘portugalização’ de Angola e do povo angolano.

Além do aviso de Holden Roberto de prosseguir a guerra caso as suas exigências não fossem cumpridas, o missionário C.J.Parson, consumando a advertência deixada no mês anterior, trouxe a

---

<sup>485</sup> Ver «Cause of Tragedy. ‘Pride and complacency’», *Guardian*, 06-07-1961. Destaquem-se as afirmações de Denis Healey da oposição: «“The situation in Angola is a human tragedy on an appalling scale. Tens of thousands of men and women and little children, white as well as black have been killed like cattle and hundreds have been forced from their homes. It was also a major political tragedy, one even greater than the Congo, and it was caused by pride and complacency on the part of the Portuguese Government “as thick as rhinoceros hide”. The Portuguese Government had ignored the history of the nationalist revolution in Africa. “I only hope that other white communities in Africa will recognise at least this lesson of the situation in Angola, because if they don’t the tragedy we now see in Angola might be repeated in five, 10 or 15 years in South Africa or Rhodesia».,

<sup>486</sup>Ver “Protest to Salazar”, *The Observer*, 09-07-1961:9. Numa outra notícia, menciona-se um encontro de protesto contra a guerra em Angola em Trafalgar Square, o qual decorreria sob a vigilância de elementos da PIDE além-fronteira, “Portuguese spies at Angola rally”, *Observer*, 09-07-1961:9.

<sup>487</sup> Na imprensa portuguesa, as notícias referentes a este assunto são alvo do corte da censura. Uma peça de *O Século* intitulada “As malévolas e mentirosas acusações do grupo afro-asiático” (27-07-1961) foi suspensa. Nela, mencionava-se uma carta dirigida ao secretário-geral Hammarskjöld, onde o grupo afro-asiático acusava Portugal de não prestar “a menor consideração” às resoluções do Conselho e da Assembleia e de dificultar a tarefa da subcomissão em Angola. Ver ANTT / EPJS. Caixa 196. Maço 250.

<sup>488</sup> “En Guinée portugaise les nationalistes passent à l’attaque – incidents à la frontière du Sénégal”, *Figaro*, 20-07-1961; “Portuguese Guinea border attack”, *The Times*, 22-07-1961:6; “Frontier attacks”, *The Times*, 28-07-1961:8.

<sup>489</sup> “Nationalists to set up war”, *The Observer*, 23-07-1961:6.

<sup>490</sup> “Rebel’s terms for Angola cease-fire”, *The Times*, 28-07-1961:8.

público o que dizia serem “provas irrefutáveis” da prática de trabalho forçado em Angola.<sup>491</sup> No documento, publicado no *Guardian* em resposta a um comunicado do governo em Lisboa divulgado duas semanas antes onde se alegava o contrário,<sup>492</sup> recordaram-se as evidências da opressão em Angola recolhidas no relatório de Henrique Galvão (1947) e por Basil Davidson na obra *The African Awakening* (1954), retomadas por Duffy em *Portuguese Africa* (1959) e por autoridades católicas em Angola. C.J.Parson enumerou uma série de exemplos concretos de “violências bárbaras” e assassinios de africanos por militares e civis portugueses em aldeias próximas de Luanda, de Quibocolo ou Bembe. Os vários episódios de agressões a indígenas, de prisões sem julgamento prévio e de fuga massiva da população angolana serviram de base à denúncia explosiva de C.J.Parson de existir uma política de “extermínio deliberado” do governo português em Angola.

### **A revogação do Estatuto do Indigenato e a propaganda da vitória final**

A 29 de agosto, uma declaração sobressaiu na primeira página do *Diário de Notícias*: “Vão ser criadas as juntas de povoamento com o fim de incrementar a ocupação da África Portuguesa por elementos metropolitanos – anunciou no Porto o Sr. Ministro do Ultramar. O prof. Adriano Moreira deu a conhecer outras providências legislativas que visam alcançar a uniformidade do estatuto político de todos os portugueses” (ver anexos, fig.37, 38, 39, 40, 41).<sup>493</sup> O discurso de Adriano Moreira na véspera na Associação Comercial do Porto divulgando uma série de reformas na administração ultramarina foi largamente citado nos jornais.<sup>494</sup> Entre as modificações enunciadas,

---

<sup>491</sup> “Ruthlessness in Angola. The case against Portugal”, *Guardian*, 18-07-1961: 5: “We have seen the hands and the backs of men who have been beaten and lashed unmercifully, time and time again, in order to extract from them a “confession” or to bludgeon them into silence (...) Even now, there are large numbers of hostages in the hands of the authorities whose life depends on the whim or temper of local officials, men for whom there will be no trial, no formal charge, in fact, and whose death will be credited to the “terrorists”. If these things are untrue, why the strict censorship, the exclusion of foreign observers, the hostility to the UN commission, and the careful chaperoning of the mission of our own Government? (...) the arrest and killing of Africans was not by the rebels but by the army and armed civilians, and it is from their terrorism that refugees have fled into the Congo. We have never denied the horror of the initial onslaught on Portuguese civilians, nor do we defend it. But it is understandable in view of the harsh treatment that Africans have suffered through the years. To repay atrocity with atrocity is to debase the very concept of civilisation and may well destroy all hope of reconciliation between the races. This is not hysteria, however much the Salazar regime may protest, however much they seek to blanket the truth from the eyes of the world. This is a cruel and merciless continuation of years of oppression against despairing people. The blot of this Western Hungary will not be effaced until liberal opinion in Portugal is once again allowed to be heard and the land that many of us still love can again become her true self”.

<sup>492</sup> A este respeito, ver “O Governo português repele as calúnias de alguns meios políticos internacionais e determinadas seitas religiosas ou organizações missionárias estrangeiras sobre violências praticadas por nós em Angola e julga um imperativo moral, prestando um serviço à humanidade, pôr cobro ao terrorismo genocida levado a cabo pelos terroristas e ao auxílio que estes recebem do exterior”, *O Século*, 04-07-1961:1; “A situação em Angola. Um comunicado da Agência-Geral do Ultramar. Uma nota oficiosa do Ministério dos Negócios Estrangeiros responde às acusações sobre os acontecimentos em Angola”, *Diário de Lisboa*, 04-07-1961:3.

<sup>493</sup> Ver também “Em Angola e Moçambique vão ser instaladas juntas provinciais de povoamento, com a decisão de continuar a política de integração multirracial, objetivo perene da expansão ultramarina portuguesa – afirmou na sua conferência no Porto o Sr. Prof. Adriano Moreira”, *O Século*, 29-08-1961:1.

<sup>494</sup> Sobre o longo discurso de Adriano Moreira, consultar o artigo “A notável conferência do Sr. Ministro do Ultramar”, *O*

salientava-se o fim do Estatuto do Indigenato que, dizia o ministro, vinha confirmar “uma igualdade completa e final entre todos os povos portugueses sem distinção de raça, religião ou cultura”.<sup>495</sup> Nas afirmações reportadas na imprensa, afastava-se a hipótese de constituírem tais reformas uma cedência ou um recuo perante as tensões que recaíam sobre Portugal ou uma adaptação à suposta fatalidade com que se vaticinava a emancipação dos territórios africanos. Pelo contrário, a respeito dessas medidas, Adriano Moreira afirmou serem a demonstração da “segurança com que encaramos o futuro, [d]a serenidade com que enfrentamos as dificuldades do presente, e [d]a fidelidade que mantemos à linha de rumo da nossa história”.

A abolição do indigenato foi referida como a mais viva prova das vantagens para aqueles que tinham estado sob a sua alçada. Se um tal Estatuto, inscrito numa linha de continuidade com a Lei Orgânica do Ultramar promulgada em 1953, tinha sido, nos termos de Adriano Moreira, originalmente introduzido para “proteger os costumes tradicionais e as instituições políticas dos territórios do Ultramar com vista ao objetivo da assimilação”, a sua suspensão, na mesma linha de raciocínio, seria explicável pelo “desinteresse pela assimilação”, por sua vez compreensível quando considerado segundo o critério exposto das vantagens desse estatuto e do alcance de um estágio de evolução em Angola que se aproximava do triunfo da alegada tarefa histórica consignada a Portugal. A missão de fazer “progredir” os indígenas em direção à “civilização” estaria a ser colmatada com tal sucesso que tornava dispensável uma lei reguladora da distinção entre “cidadãos” e “indígenas”. Esta proposta de reforma era, fazia-se crer, a consequência necessária da dita singularidade colonial portuguesa, e ao mesmo tempo um meio de retificar a desorientação da opinião internacional e dessa forma reafirmar o direito-dever à permanência portuguesa em Angola:

Não faltam acusações de que lhes recusámos a própria nacionalidade e afirmações frequentes no sentido de que o povo português estava submetido a duas leis políticas e por isso dividido em duas classes praticamente não comunicantes. Foram repetidamente exibidas as nossas estatísticas onde o número de assimilados se conta apenas por algumas dezenas de milhar. Tudo isto traduzia grave injúria à ação de Portugal no Mundo, mas não podemos saber até que ponto foi explorado com êxito em desfavor dos nossos interesses, quer do ponto de vista interno, quer do ponto de vista internacional. De pouco tem servido para esclarecer uma opinião pública mal orientada afirmar que as estatísticas dos assimilados dizem respeito apenas aos assimilados da primeira geração. Nenhum resultado tem podido demonstrar com verdade que são exatamente as vantagens do Estatuto que explicam o desinteresse de uma grande massa em optar pela assimilação (...) Visto que a principal razão do Estatuto está no respeito pelo teor da vida privada das várias etnias, concluímos pela oportunidade da sua revogação, em termos de ficar claramente esclarecido que o povo português está submetido a uma lei política que é igual para todos, sem distinção de raças, de religião ou de teor cultural predominante.

A imprensa noticiou também alterações na representação dos indígenas nos Conselhos Legislativos,

---

*Século*, 29-08-1961: 4; ver *Diário de Notícias*, 29-08-1961:1.

<sup>495</sup> “As consequências políticas e administrativas da revogação do Estatuto dos Indígenas – segundo o ministro do Ultramar”, *Diário de Lisboa*, 30-08-1961: 6, 7; “Direitos políticos iguais para os naturais do Ultramar e para os portugueses da Metrópole”, *Diário de Lisboa*, 30-08-1961: 9.

até então confiada, em Angola e em Moçambique, a dois vogais designados pelo governo. Propunha-se a reorganização dos corpos administrativos locais mediante a criação de regedorias. A representação dos indígenas passava a ser exercida por membros eleitos por essas regedorias e os regedores eram eleitos pelos vizinhos da regedoria, “de acordo com os costumes indígenas”. A estes últimos eram garantidos “o uso e fruição, na forma consuetudinária, das terras necessárias ao estabelecimento das suas povoações e das suas culturas e ao pascigo do gado”. O governador da província possuía o direito de veto mas não poderia designar os regedores.

A abolição do indigenato, o estímulo ao estabelecimento de portugueses europeus nos territórios ultramarinos, a remodelação da administração da justiça, a extensão das leis agrárias e a reestruturação da administração local foram comentados na Nota do Dia “Descentralização” (*Diário de Lisboa*, 29-08-1961: 1), na qual se fez passar uma expressão de dúvida sobre o alcance destas propostas. Apesar de elas poderem ser, escreveu-se, “um passo em frente – e um passo decisivo – no caminho da descentralização”, a nota advertia que «como se canta no Barbeiro de Sevilha, “una voce poco fa...”». Nos dias seguintes, a Nota “Indígenas e Assimilados” (31-08-1961: 1) difundiu uma apreciação onde se mesclou um registo de expectativa e de reserva:

Quer tenha sido tomada, como alguns não deixarão de insinuar, sob a pressão dos acontecimentos, quer esteja na linha tradicional da nossa política ultramarina – e ocorre perguntar porque se reatou tão tarde o fio da tradição – não podemos deixar de lhe atribuir uma importância decisiva, numa altura em que se voltam para nós olhares atentos e perscrutadores, uns animados de compreensão e simpatia, outros, porém carregados de ódio e má-fé. Ainda iremos a tempo? Eis a interrogação ansiosa que todos os patriotas, indígenas ou alienígenas, têm o direito de formular.

Mais radical, o *República* não noticiou nesse dia a promulgação das alterações, reservando-lhe um espaço secundário de sétima página no dia seguinte.<sup>496</sup> No discurso então difundido, e em várias outras comunicações publicadas nos meses anteriores,<sup>497</sup> Adriano Moreira inscrevia a missão colonizadora portuguesa no âmago do Estatuto do Indigenato, definindo-a como a consequência da diversidade das civilizações e das raças. Incapaz de uma evolução civilizacional espontânea, o

<sup>496</sup> “Novos diplomas legislativos destinados ao Ultramar. Criação de Juntas provinciais de povoamento e revogação do Estatuto do Indigenato”, *República*, 30-08-1961:7.

<sup>497</sup> A este respeito, ver, entre outros, o discurso noticiado com os seguintes títulos e intertítulos: “Um perigo a evitar: o abismo entre dois grupos étnicos. Devemos instaurar a maior austeridade na vida pública”, “O primeiro dos nossos problemas é hoje o da segurança pública”, “É necessário canalizar para Angola as pessoas e bens indispensáveis à consolidação e desenvolvimento da nossa presença”, “A todos cabe suportar os sacrifícios impostos”, em *Diário de Notícias*, 03-05-1961:1 e 7. Citamos aqui um excerto desse discurso: “(...) Esta foi uma terra, apenas uma entre terras sem conta, que os portugueses arrancaram à ignorância da história para serviço de toda a humanidade. Aqui estabelecemos a paz entre os homens e uma só luta, que era a de tornar possível a cada um, sem distinção de cor ou de religião, alcançar a dignidade de vida que é direito de todos (...) A nossa expansão fez-se sob o signo da igualdade do género humano e temos orgulho na capacidade que revelamos para constituir um povo sem preconceito de raça ou de religião. Esta foi sempre a nossa força, que não se traduziu nunca em mais do que nesta vontade de viver em comum, pacificamente unidos em todos os continentes, fiéis por toda a parte à mesma bandeira (...) Esta luta é antes de mais uma luta pela justiça a que temos direito como povo e essa justiça é inseparável do reconhecimento do direito e dignidade de cada homem (...)”. Rever também «O Sr Ministro do Ultramar discursou em Benguela: “Os nossos soldados sabem que a Nação constitui, atrás deles, um bloco que não quebra nem torce”», *O Século*, 16-05-1961:1 e 6.



indígena seria encaminhado, individual e coletivamente, pela autoridade benevolente do colono, surgindo o processo colonizador como a condição que permitiria ao indígena conhecer uma transformação progressiva da sua situação material e moral de existência. A concepção de uma inferioridade civilizacional do indígena, mas de uma inferioridade suscetível de superação pelo contacto com o português europeu, era convertida em fundamento de uma política colonial de teor paternalista, que, no discurso geral do Estado Novo, se distinguia pela sua orientação para a “educação” e a “proteção” dos povos africanos. A história colonial portuguesa destacar-se-ia dos outros processos de expansão pela marca de uma indulgência dos colonos portugueses para resgatar os indígenas de um vazio de história e de cultura e basear a assimilação num consentimento dos povos com vista a realizar o ideal de “sociedade multirraciais paritárias” (Alexandre, 1995: 50). Ao subsumir a história colonial portuguesa ao legado da assimilação fazia-se tábua rasa de uma longa história de condução política colonial e da regulação da convivência entre o branco europeu e o indígena africano, a qual nem sempre se cruzou com a apologia da mestiçagem ou da ideia da criação de sociedades racialmente harmoniosas. Recorde-se que a senda da assimilação, na verdade, foi seguida sobretudo na década de 1950, quando o regime, colocado sob a pressão internacional crescente no sentido da descolonização, empreendeu a revisão constitucional que escamoteou a sua condição de detentor de colónias.

As alocuções de Adriano Moreira, senhor de uma “vocação colonial” que Manuel Lucena sublinhou (2015: 283-308), difundiam uma ideologia da nação portuguesa como nação império, e a sua reprodução na imprensa estendia a toda a sociedade uma concepção que, a propósito da revogação do indigenato, persistiu na apresentação de uma “civilização luso-tropical”, de carácter nacional, feita de igualdade e de reciprocidade nas relações entre europeus e africanos. A insistência numa vocação messiânica da nação portuguesa, de uma sua relação especial com os povos do Ultramar, e na missão de continuar o legado de difusão do processo civilizacional fez com que as mudanças na administração colonial surgissem sustentadas na noção de uma “força da história”, que dava à nação portuguesa a sua razão de ser, enquanto a decisão da guerra se revelava como resposta a uma ameaça dirigida à civilização portuguesa. A história transforma-se assim em lei que guia um rumo necessário da sociedade. Nesse género de transcendentalização da história, a projeção do futuro, necessariamente imperial, fornecia, intrinsecamente, o sentido do próprio passado, apesar da projeção assomar sempre como estando fundada no retrospectivo. Dito de outro modo, a imaginação do futuro carregava a imaginação sobre o passado. Elevado ao plano providencial, o império era concebido como uma realidade intocável, a salvo das críticas que, na arena internacional, lhe eram feitas a partir de simples critérios terrenos.

Ainda que não se pretenda estabelecer uma relação causal ou sugerir um nexo determinístico entre a

situação internacional e as políticas do Estado Novo, as alterações na política ultramarina propostas por Adriano Moreira nos finais de agosto de 1961 devem ser avaliadas à luz da pressão crescente que se acumulava sobre o regime ao longo dos meses anteriores e dos sinais adversos às pretensões imperiais do governo de Salazar. As medidas anunciadas pelo ministro do Ultramar, dando prossecução aos intentos reformistas que tinha manifestado enquanto académico na década anterior,<sup>498</sup> deixam antever um empenhamento em conciliar o nacionalismo de essência imperial do Estado Novo com o rumo da internacionalização dos debates sobre a questão colonial, que faziam da diferença estrutural e legalmente instituída “cidadãos” / “indígenas” e da vigência do trabalho forçado temas principais da crítica ao regime colonial português nos círculos políticos e nos *media* internacionais. Sob o estatuto do indigenato, os “indígenas” tinham sido reduzidos a um conjunto relativamente indiferenciado, mas unificado pela sua distância face às formas “civilizadas” de vida a que a história, alegava-se, tinha conduzido as sociedades europeias. Os “indígenas” seriam os naturais do continente africano que ainda não tinham adquirido, pelo menos em grau suficiente, os hábitos e valores “civilizados”, e que, pelo primitivismo a que ficavam conotados, substanciado no estatuto jurídico de “não cidadão”, se viam privados de formas representativas de governo ou de direitos civis e políticos e subordinados a um regime jurídico e administrativo que não se confundia com a constituição política da metrópole (Silva, 2008). A transição para o estatuto de cidadão estava circunscrita àqueles que se conformassem à cultura, à língua, aos valores e ao estilo da vida da metrópole e renunciassem aos usos e costumes tidos como característicos do meio *indígena*.

A consideração do conjunto de transformações operadas em Angola e em Moçambique, que vinham sendo noticiadas desde os meses anteriores,<sup>499</sup> torna lícito pensar, num ângulo que contemple o relacionamento dinâmico entre o internacionalismo e a mutação da formação imperial

---

<sup>498</sup> De acordo com o estudo desenvolvido por Manuel de Lucena publicado postumamente (2015), a ligação de Adriano Moreira às colónias tinha-se iniciado no contexto da sua atividade de ensino na Escola Superior Colonial (ESC), onde lecionava matérias do campo jurídico e de Administração Colonial. Na sua dissertação *O Problema Prisional do Ultramar*, apresentada em 1954 – de que foram arguentes Marcello Caetano e Silva e Cunha –, e que o levava a Angola e Moçambique para colaborar na reforma dos serviços prisionais do Ultramar do ministro Sarmento Rodrigues, Adriano Moreira postulava uma alteração do regime de intervenção judicial, pondo em causa o seu caráter obrigatório nas detenções e outras privações de liberdade física. Em artigos posteriores Adriano Moreira partilha a sua perceção da ineficácia de se recorrer apenas a argumentos jurídicos ou a acusações de intromissão nos assuntos internos de um estado soberano, propondo soluções políticas e legislativas que passavam pela reformulação dos organismos de coordenação económica e por mudanças nas relações de trabalho, que incluíam a uniformização dos critérios de fixação dos salários mínimos, a extensão ao Ultramar da lei de contratação coletiva, a abolição das sanções penais por quebra de contratos de trabalho, a criação de Inspeções do Trabalho nas províncias ultramarinas e a aplicação do regulamento de higiene e de segurança.

<sup>499</sup> As medidas anunciadas em agosto vinham dar continuidade a um conjunto de transformações tomadas nos meses antes, que incluíam a abolição do cultivo compulsório do algodão e a revisão da lei do cultivo do arroz em Moçambique; a introdução de convenções coletivas de trabalho e acordos salariais; o princípio de negociação coletiva; a regulação para a segurança e o crescimento da indústria. A este respeito, ver por exemplo, “Alteração do regime de cultura do algodão e outras disposições importantes para a vida económica e social de Angola”, *Diário de Lisboa*, 29-04-1961:16; “O novo regime do algodão nas províncias ultramarinas revoga métodos antiquados e estabelece princípios de justiça social”. *Diário de Lisboa*, 05-05-1961: 2.

do Estado Novo, que as tendências críticas do espírito internacional contemporâneo, plasmadas na imprensa estrangeira, terão impelido o regime a avaliar alterações que urgia introduzir. As mudanças na formulação de quadros legais e de políticas coloniais estiveram provavelmente ligadas a algum uso prático e instrumental pelo regime português das matérias publicadas no estrangeiro.

Além das acusações que suscitavam na arena internacional, o indigenato e a política de assimilação confrontavam o governo de Lisboa com um dilema entre a promoção do ingresso ao estatuto de “cidadão” e as inconveniências da desvinculação dos indígenas à autoridade tribal, cristalizado no problema da indefinição da condição do destribalizado, analisado por Diogo Ramado Curto e Bernardo Cruz (2015). O objetivo da assimilação, ao introduzir um fator divisório juridicamente consagrado entre assimilados, e portanto cidadãos, por um lado, e indígenas, por outro, deixava, no intervalo entre estes extremos, a figura do “destribalizado”. O destribalizado seria o produto direto da influência das missões, cidades, fazendas ou fábricas que lhes conferiam “aspectos exteriores de civilização”, e resultava no não reconhecimento da legitimidade ao chefe tradicional, que o votava a uma perigosa volatilidade política. A noção dos riscos levantados pelo abismo existente entre a cidadania e o indigenato encontraria um âmbito recetivo no ministério de Adriano Moreira. Ainda que, à imagem e semelhança de Salazar, se distanciasse da decisão das outras potências ocidentais de se resignar à pressão anticolonialista, negando-lhe o cunho de fatalidade com que era prognosticado na viragem para 1960 e preferindo a via da resistência e da não transigência à mudança em curso, Adriano Moreira terá por vezes manifestado a perceção da necessidade de introduzir alterações na administração colonial portuguesa. Essa via reformista, ponderada em função do objetivo de preservar a soberania portuguesa nos territórios africanos, fez-se antever em escritos e em conferências que Adriano Moreira apresentou nos finais da década de 1950 e princípios da década de 1960, coligidos e comentados por Manuel de Lucena (2015: 265-371).<sup>500</sup>

Numa conjuntura de vasta mobilização militar e civil para Angola e da escolha da via bélica para conservar o poderio imperial do governo português, decorrendo sob todas as atenções dos países afro-asiáticos, dos governos aliados e dos *media* internacionais, é possível interpretar as transformações propostas por Adriano Moreira como representando mais um esforço para moldar as perceções na política internacional. Procurava-se, em contracorrente com a propagação de processos descolonizadores, revestir a dominação portuguesa em África de uma roupagem de legitimidade e assim justificar a perenidade do império português, exarando na forma de lei as teorias elaboradas

---

<sup>500</sup> Em vários textos comentados por Manuel de Lucena, Adriano Moreira analisava o movimento do anticolonialismo como uma súpula de anticidentalismo e de um nacionalismo peculiar, consolidado em minorias ativas e na ausência de nação. A este respeito, ver, por exemplo, “De Bandung ao Cairo” (1961 [1958]) e “A África e o Ultramar português na conjuntura internacional” (1959), resultantes de conferências proferidas na Sociedade de Geografia e no Instituto de Altos Estudos Militares, comentados por Manuel Lucena (2015).

em defesa da integração multirracial e da ausência de discriminação nos territórios sob soberania portuguesa. Contrariamente a uma noção de isolacionismo ou de um solipsismo do aparelho salazarista, a esfera internacional mostrava condicionar as burocracias metropolitana e colonial.

A tentativa de utilizar estas reformas como instrumento de convencimento internacional sobre as alegadas boas intenções do Estado Novo em matéria de política colonial ficou perceptível na conferência de imprensa, com representantes da imprensa portuguesa e da estrangeira, a que, a 30 de agosto, Adriano Moreira presidiu na sala de sessões do Conselho Ultramarino, com o subsecretário de Estado da Administração Ultramarina, Costa Freitas.<sup>501</sup> O texto da intervenção de Adriano Moreira no Porto foi divulgado pela Embaixada portuguesa em Londres e integrado em jornais britânicos, que noticiaram as reformas no mesmo dia em que elas foram reveladas na imprensa portuguesa. Saliente-se a iniciativa da delegação portuguesa na ONU, que distribuiu aos serviços de imprensa da organização largos extratos desse texto.<sup>502</sup>

Contudo, se a primeira impressão registada nos jornais britânicos era a de que Portugal acabava de dar um passo decisivo para pôr termo à sua antiga lei política ultramarina,<sup>503</sup> o desenvolvimento de alguns artigos era atravessado pelo pressentimento de que esta viragem jurídica em pouco mais se traduziria do que numa modificação terminológica. Problematizaram-se os efeitos da aplicação das reformas e a possibilidade e o significado do exercício da cidadania sob a batuta de um regime que privava o acesso à informação e desprezava a participação na vida social e a inclusão na esfera da deliberação política. Na notícia de primeira página do *Guardian* “Decree of Equality – Portugal ends old law” (29-08-1961) sublinhou-se que o decreto de Adriano Moreira previa que “qualquer” pessoa poderia votar, desde que preenchesse um número de requisitos, entre os quais a apetência para ler e escrever (Cruz, 2005). Ora, fez notar o jornal, a larga proporção da população dos territórios era iletrada e o número de escolas ainda insuficiente, pelo que só a muito longo prazo o novo plano viria a ter resultados. O fim do estatuto do indigenato não faria, além do mais, desaparecer os efeitos de uma visão colonial intimamente diferenciadora.

Igualmente reticente, o *The Times*<sup>504</sup> acentuou a advertência deixada por Adriano Moreira de caber à lei definir as condições nas quais todos esses “cidadãos” poderiam intervir ativamente na vida política, de acordo com o princípio de o poder dever sempre ser exercido por aqueles que se dizia

---

<sup>501</sup> “As consequências políticas e administrativas da revogação do Estatuto dos Indígenas – segundo o ministro do Ultramar”, *Diário de Lisboa*, 30-08-1961: 6, 7; “Direitos políticos iguais para os naturais do Ultramar e para os portugueses da Metrópole”, *Diário de Lisboa*, 30-08-1961: 9.

<sup>502</sup> “Participadas à ONU as reformas sociais e económicas do Ultramar”, *Diário de Lisboa*, 01-09-1961:1.

<sup>503</sup> “Decree of Equality – Portugal ends old law”, *Guardian*, 29-08-1961:1; “Political equality for Portuguese Africans. Plan for greater european settlement in territories”, *The Times*, 29-08-1961: 6; «Portugal’s africans now “citizens”», *Daily Telegraph*, 29-08-1961: 17.

<sup>504</sup> “Political equality for Portuguese Africans. Plan for greater european settlement in territories”, 29-08-1961.

serem mais talhados para tal. Embora seja enunciada no *Daily Telegraph*<sup>505</sup> como a medida “mais importante na história do Ultramar de Portugal desde a abolição da escravatura nos territórios africanos”, a revogação do estatuto do indigenato é nesse mesmo jornal interpretada como um meio que visava fortalecer os laços entre Angola e Portugal, demonstrando que não estaria nas intenções do regime de Salazar encaminhar Angola para a independência. O *Daily Herald* reagiu a estas propostas de reforma com ironia, desconsiderando o poder real do estatuto da cidadania num momento em que a população angolana debandava em massa para o Congo, fugindo da repressão e das bombas *napalm*, e calculando que sendo Portugal uma ditadura, o direito de votar significaria apenas uma coisa de facto – o direito de votar por Salazar.<sup>506</sup> A noção de “cívico” que ressoa nestas peças remete para uma conceção que, para lá da perspetiva centrada no Estado, discute a plausibilidade de uma cidadania adquirida e pondera as condições que tornariam possível qualquer tipo de compromisso na vida pública e em situação de efetiva igualdade e liberdade. Um outro artigo do *Le Monde*, citando o jornal *The Scotsman*,<sup>507</sup> previa também a ineficácia da concessão da cidadania portuguesa às populações africanas que ambicionavam a liberdade, pressentindo que a nova política se arriscava a mergulhar o território angolano na “terrível tragédia” que a Argélia sofria há já vários anos.

Tais reformas suscitaram uma extensa análise numa crónica do *Le Monde*, assinada por Eric Rouleau,<sup>508</sup> onde se sugeriu que a atribuição da cidadania a toda a população e a proposta de acelerar a implantação de portugueses europeus em África não seriam mais do que uma estratégia do governo de Salazar para fazer oscilar perspetivas de emigração e privilégios económicos aos olhos de uma população prestes a ficar cansada com uma guerra que custava já bastante caro aos portugueses e tinha implicado a duplicação do orçamento das forças armadas entre 1960 e 1961 (ver anexos, fig.86). As mudanças introduzidas por Adriano Moreira traduzir-se-iam, na leitura proposta neste artigo, na abertura de “graves dificuldades” para a política portuguesa de integração em África; se o envio massivo de colonos para África poderia ter um resultado salutar no moral dos portugueses, ele comportaria contudo o risco de exasperar as populações autóctones, vendo as suas terras passar para propriedade estrangeira, e de acirrar os ardores nacionalistas, cujos principais objetivos compreendiam justamente a reforma agrária e a independência total e imediata.

<sup>505</sup> «Portugal's africans now “citizens”», 29-08-1961.

<sup>506</sup> “Angola is free-to vote for Salazar”, *Daily Herald*, 29-08-1961. Transcrevemos aqui uma passagem onde é bem visível o tom de ironia que perpassa esta notícia: “So the 150 000 Angolans who have fled across the Congo border from Portuguese napalm bombs, bullets and bayonets, can be consoled with the fact that they may qualify for Portuguese political citizenship. And the people of Mozambique, on the East coast of Africa, where Portuguese forces have recently been reinforced because of unrest, may take similar comfort”.

<sup>507</sup> “L’Angola prend le chemin de l’Algérie écrit “The Scotsman”, *Le Monde*, 30-08-1961: 12.

<sup>508</sup> “Lisbonne ayant offert l’égalité aux populations autochtones. La politique portugaise d’intégration en Afrique se heurtera à de graves difficultés”, *Le Monde*, 30-08-1961: 12.

O parecer de Eric Rouleau era pouco auspicioso a Portugal. Em pleno clima de “guerra civil” e de “nacionalismo exacerbado” em Angola, seria pouco provável a reforma de integração total das populações indígenas conseguir a adesão de quem reclamava a sua libertação. A atribuição da cidadania e dos direitos que lhe estariam associados seria provavelmente pouco sedutora quando confrontada com o frágil balanço da assimilação e das condições gerais de vida e de trabalho conseguidas pelos cerca de quatro séculos de presença portuguesa em Angola e quando considerada à luz dos “direitos” – as aspas são do próprio jornalista – auferidos pela população em Portugal. A igualdade política então prometida por Portugal vinha já fora de tempo e estava nitidamente abaixo da igualdade anunciada pelos movimentos nacionalistas, concluía-se neste artigo. “Se Portugal tivesse decretado a integração total das populações indígenas alguns anos antes”, escrevia o cronista, “a adesão de parte da população poderia ter sido assegurada”. Mas naquele momento, “a aposta era deveras arriscada”.

A análise desenvolvida neste artigo abria a via a um entendimento do imaginário-crença do império português como sendo contra a pluralidade de civilizações. A sociedade pós-indigenato seria composta por “cidadãos” política e civilmente organizados de forma similar, em condições teóricas de igualdade, mas que colocava o negro no papel de objeto recetor dos valores da civilização de que Portugal seria transmissor, sob o custo de expropriação dos padrões de vida, dos valores e da cultura próprias das sociedades africanas locais (Alexandre, 1995). Só a civilização do império português seria genuinamente boa. E portanto, só a história de Portugal, que se confunde com a gesta do poderio colonial, era concebida como verdadeira. Os movimentos nacionalistas antcoloniais em Angola, e o ideal da independência não podiam senão ser concebidos como falsos. O projeto de perenidade do império português, por sua vez, surgiu não como um ideal ou como um traço de soberba mas como um direito indeclinável, suficiente para santificar os meios necessários à sua realização (Voeglin, 1996: 37).

O conjunto de medidas anunciadas por Adriano Moreira em agosto de 1961 e a atenção que sobre elas se procurou atrair tornam possível interpretá-las no plano da informação como um esforço de persuasão pública, no interior como no estrangeiro, da adequação ao modelo pós-colonial que circulava ao nível internacional. Além da exploração do valor político da informação, importa colocar estas reformas ao nível das condições sociais de produção da sua necessidade e da sua pertinência enquanto processo de tomada de decisão, sendo de assinalar a coincidência entre o impulso reformista das políticas ultramarinas e a proclamação da guerra em Angola. A reorganização urbanística, iniciada já no segundo pós-guerra, com a criação de uma genealogia de programas de colonização rural e de reordenamento territorial das populações rurais em Angola (Curto e Cruz, 2015), referidas com diferentes designações oficiais, entre as quais as de

“aldeamentos”, “colonatos” ou “realojamento”, e em projetos de desenvolvimento comunitário, culminada, em 1961, com a criação das regedorias, serviria certamente o controlo militarizado das populações coloniais em tempos de guerra, com o objetivo imediato de estancar o apoio dos camponeses africanos aos grupos insurretos, garantir a autodefesa e detetar infiltrados entre a população rural.

Enquanto as alterações propostas por Adriano Moreira estavam no foco da imprensa portuguesa e estrangeira, o regime de Salazar prosseguiu a sua propaganda de mobilização para a guerra, concretizada no envio de mais contingentes para Angola. O avançar no mês de setembro, com o anúncio do recomeço da estação das chuvas, deixava entrever novos problemas e duros sacrifícios para os soldados, mas a imprensa portuguesa foi induzida a impedir uma quebra no moral das tropas e a transmitir a ideia de estarem as forças armadas a cumprir com êxito a tarefa de destruir as principais bases dos “inimigos”: “Saiu vitoriosa de uma emboscada uma coluna que demanda as terras de Nambuanguongo”, anunciava-se em *O Século* (04-09-1961: 2); “O começo da estação das chuvas em Angola encontra as forças militares nas condições mais vantajosas”, indicava-se dias depois numa primeira página do *Diário de Lisboa* (11-09-1961); “Intensifica-se ainda a actividade das nossas forças militares numa zona em que estamos a obter nítida vantagem”, voltou a frisar-se no mês seguinte nas páginas interiores de *O Século* (03-10-1961: 2). Pelo que foi dado a conhecer na imprensa portuguesa, as forças militares procediam à reocupação militar e administrativa e à recuperação económica de todas as povoações de importância estratégica no norte de Angola.<sup>509</sup>

E a 8 de outubro, toda a primeira página de *O Século* foi dominada pela manchete, destacada a vermelho, “Anuncia-se oficialmente: As nossas tropas dominam por completo o terrorismo no Norte de Angola. Estão já ocupadas todas as povoações e postos administrativos e entrou-se numa fase de meras operações de polícias, perseguindo bandos de assassinos que vagueiam ainda nas florestas” (ver anexos, fig.42). Uma grande fotografia foi publicada junto da notícia representando, segundo indicado na legenda, a consagração vitoriosa das forças portuguesas. Reproduziu-se um comunicado do Serviço de Informação Pública das Forças Armadas, que referiu estar “concluída a reocupação das povoações e dos postos administrativos do Norte de Angola” e ter sido reforçada a vigilância ao longo da fronteira dos distritos do Zaire e Uíge para “evitar novas infiltrações de terroristas”. Este processo, acrescentou o comunicado, estava a ser acompanhado pelo regresso dos naturais de Angola que se tinham refugiado no estrangeiro. A peça compreende ainda dois outros

<sup>509</sup> “Recuperação económica de Nambuanguongo”, *Diário de Lisboa*, 03-10-1961:2; “Reocupado o posto de Caoingo”, *Diário de Lisboa*, 04-10-1961:1,16; “Forças militares continuam as operações de limpeza”, *Diário de Notícias*, 04-10-1961; “Está a verificar-se a ritmo cada vez mais rápido a execução dos planos estabelecidos para a reocupação militar e administrativa do Norte de Angola – informou o Presidente do Conselho na reunião do Conselho de Ministros”, *Diário de Notícias*, 04-10-1961; “Reocupado o posto de Caiongo”, *O Século*, 05-10-1961: 16; “Um vasto programa para a recuperação económico-social de Angola”, *Diário de Notícias*, 08-10-1961.

blocos principais de texto, um dos quais distinguido com o título “Forças terrestres, aéreas e navais activam o dispositivo de vigilância e protecção destinado a reprimir as novas tentativas de acção terrorista e vão colaborar na reconstrução da vida económica e no auxílio à população”. No segundo segmento de texto, lê-se: “Desarticulado o inimigo. Sensacionais declarações no discurso, perante o Conselho Legislativo da Província de Angola, do Governador-geral General Venâncio Deslandes”. Nessa declaração, Venâncio Deslandes dizia terem as tropas portuguesas derrotado o terrorismo no norte da província e dava a rebelião angolana por terminada;<sup>510</sup> a mobilização de forças para a guerra teria de ser suplantada, segundo o novo governador-geral de Angola, pela mobilização de uma força de trabalho para Angola.<sup>511</sup>

Era a proclamação do fim da guerra, anunciada em títulos mais comedidos e breves nos vespertinos,<sup>512</sup> diferentemente dos matutinos, que integraram artigos de celebração da pretensa vitória alcançada em Angola.<sup>513</sup> *O Século* inaugurou uma série de crónicas intituladas “A Guerra que ganhámos em Angola!”.<sup>514</sup> Doravante, segundo as fontes de informação portuguesas, as operações das forças armadas davam lugar a uma “actividade policial militar”, e a sensação de regresso à paz foi com frequência reimpressa.<sup>515</sup> Enquanto noticiavam o triunfo das forças armadas em Angola, os jornais de Lisboa fizeram também passar um sentido de indignação perante a atitude do partido trabalhista britânico que acabava de condenar a política portuguesa em Angola e se demarcava da posição de transigência do governo de Londres.<sup>516</sup> Dias depois, o colóquio organizado em Nova Deli pelo Conselho Indiano para a África ganhou visibilidade na imprensa, com os vespertinos a dar

<sup>510</sup> Sobre a declaração do General Venâncio Deslandes, ver também “Angola, terra portuguesa! O Impressionante discurso do Governador-geral”, *O Século*, 08-10-1961:16.

<sup>511</sup> “Palavras do Governador-geral de Angola: Os exércitos da paz e a mocidade de técnicos têm de ser agora mobilizados pela nação para lutarem com a charrua e o trator”, *O Século*, 09-10-1961:1.

<sup>512</sup> Na primeira página do *Diário de Lisboa*, é citada uma declaração de Venâncio Deslandes cujo foco principal está deslocado do anúncio de um triunfo militar: “É francamente favorável a balança de pagamentos de Angola apesar da anormalidade da situação – disse o governador-geral da província ao anunciar a reocupação de toda a zona norte”. O comunicado das Forças Armadas surge apenas na terceira página, “Concluída a reocupação do Norte de Angola” (8-10-1961). No *República*, a distância com que se dá conta desta notícia fica perceptível no título do artigo, pela explicitação da fonte de informação, pela qual o jornal se demarca da autoria do dito, e pela preservação da fórmula com que o jornal vinha noticiando as ocorrências em Angola, criando um estranho efeito paradoxal entre o conteúdo ‘positivo’ que se apresenta na notícia e a prevalência de um sentido de gravidade sugerido pela conservação do antetítulo – “Os graves acontecimentos no Ultramar. Um comunicado das Forças Armadas informa que se completou a reocupação das povoações e postos administrativos do norte de Angola” (08-10-1961:1).

<sup>513</sup> “Não é preciso, já está”, *O Século*, 09-10-1961:1 e 12; “Novo rumos”, *Diário de Lisboa*, 12-10-1961:1.

<sup>514</sup> “A guerra que ganhámos em Angola I – as catanas atacaram de madrugada”, *O Século*, 11-10-1961:1 e 2; “A guerra que ganhámos em Angola II – os colonos fincaram os pés na Terra”, *O Século*, 12-10-1961:1 e 9; “A guerra que ganhámos em Angola III – Não tem origem natural o ‘vento de mudança’ que varre a África”, *O Século*, 13-10-1961:1 e 6.

<sup>515</sup> “Nas últimas 48 horas: Regresso de milhares de nativos às sanzalas e rendição de terroristas”, *O Século*, 22-10-1961:1; “A paz regressa definitivamente ao Norte de Angola”, *O Século*, 23-10-1961:1.

<sup>516</sup> “O objetivo é anexar os territórios do Ultramar; o fim é alargar o âmbito do expansionismo imperialista; o intento é enfraquecer ainda mais o Ocidente”, *O Século*, 04-10-1961:16; “O Partido Trabalhista Britânico exprimiu a sua opinião sobre o caso de Angola”, *República*, 06-10-1961:1; “Arvorou-se em juiz de Portugal o congresso do Partido Trabalhista Britânico que resolveu condenar a nossa política de Angola e a amizade que nos dá o Governo de Londres”, *O Século*, 07-10-1961:1.



voz às críticas ferozes tecidas contra a relação de dominação mantida pelo governo de Salazar, que vinham contraditar a propaganda de “pacificação” do território. Foi neste contexto de sinais contraditórios entre os prenúncios da vitória portuguesa e os apelos de líderes africanos e asiáticos no sentido de uma coordenação geral de esforços para debelar o sistema colonial português que Adriano Moreira se deslocou novamente a Angola,<sup>517</sup> depois de uma jornada em Moçambique. Mais breve que a anterior, a segunda viagem do ministro do Ultramar a Angola, durante cerca de uma semana, foi uma vez mais reportada como motivo de panegírico entre as populações em Angola e como oportunidade para reforçar a ilusão de sucesso na manutenção do domínio português e de regresso à paz nessa parcela do império português. Enquanto o ministro do Ultramar viajava por Angola, um novo desmentido dos nacionalistas angolanos foi difundido por via do *Le Monde*;<sup>518</sup> a partir de Leopoldville, Holden Roberto contradisse a declaração do término da guerra e da total desarticulação das forças rebeldes, referindo-se-lhe como “uma mentira dos colonialistas portugueses”, e revelou aos correspondentes da imprensa estrangeira a sua determinação de perdurar na luta, caso Portugal persistisse na sua recusa em conceder o direito de Angola à autodeterminação. Para Holden Roberto, a guerra iria continuar. Mais até, estava-se ainda apenas no seu começo.

### Notas finais

Tendo sido negado o rumo da negociação ou sequer da consulta, interna ou externa, no sentido da descolonização, Salazar respondeu à situação geral de crise em abril de 1961 com uma sentença de força para Angola difundida nos *media* e com uma remodelação ministerial anunciada pela via da desinformação, que silenciou a tentativa frustrada de golpe liderada pelo general Botelho Moniz. Uma vez proclamada a guerra, não se tratava já, para Salazar, de se identificar ou não, de usar ou não com parcimónia, a força da mobilização, a capacidade de propaganda da imprensa e a cenografia mediática do poder, porque ele estava compelido a enveredar nessa direção ao escolher a violência bélica como instrumento do Estado. Facilmente se poderia reproduzir os termos realistas, dominantes entre os atores e os teóricos das relações internacionais e da ciência política, de ser a guerra em Angola a continuação da política de Salazar por outros meios. A subscrição da lente realista para abordar o processo político que marcou o deflagrar da guerra em Angola significaria contudo a sujeição ao postulado da incompatibilidade da ética e da política nas relações entre Estados. Conceber-se-ia assim a existência destes últimos como uma espécie de condição expectável de guerra, ao mesmo tempo que as ações com vista ao reforço da soberania do Estado ou

<sup>517</sup> “O ministro do Ultramar é esperado hoje na capital de Angola”, *Diário de Lisboa*, 23-10-1961:14; “O ministro do Ultramar regressa a Lisboa no domingo”, *Diário de Lisboa*, 26-10-1961:9; O ministro do Ultramar partiu de manhã de Luanda de regresso a Lisboa”, *Diário de Lisboa*, 29-10-1961:8.

<sup>518</sup> “En Angola. Les combats se poursuivent annonce le leader de la rébellion”, *Le Monde*, 27-10-1961:5.

à maximização da sua potência militar seriam naturalizadas. Ainda que a violência, o medo e a intimidação ocupassem um lugar de monta no sistema de poder do Estado Novo, uma tal perspectiva, acordada no princípio da consubstancialidade entre o poder político e a guerra, obsta a uma compreensão do desempenho de Salazar nesta conjuntura.

Apesar da abundância de estudos sobre a propaganda no Estado Novo, verifica-se que estes se circunscrevem essencialmente ao seu ciclo preambular, conhecido como “primeiro salazarismo”, sob os auspícios da política de informação e da cultura de António Ferro, nas décadas de 1930 e 1940. O papel da imprensa e da informação no período que abrange o início da guerra em Angola é geralmente pensado, seguindo a descrição elencada pelo historiador José Tengarrinha (2006), pela sujeição a uma censura e a forças repressivas mais severas e pela criação de enquadramentos que permitissem perseguir os adversários, internos como externos, sem atrair a hostilidade no país e no estrangeiro. O início da guerra em Angola corresponderia, de acordo com essa cronologia proposta por Tengarrinha, a uma terceira e última faceta comunicacional do regime, caracterizada pela interrupção ou por um esmorecimento da força engajadora da imprensa, indissociável da divisão política na sociedade portuguesa e do afastamento da intelectualidade das hostes do regime, minando qualquer projecto de construção de consenso que pudesse ter sido alimentado. Ora, nesta leitura, a propaganda tem recebido pouca atenção. Mais ainda, a assunção difusa de um conservadorismo tradicionalista anti moderno como marca distintiva do regime, e a ausência de estudos empíricos ao conteúdo dos meios de comunicação no período pós-António Ferro conduzem a concepções largamente generalistas, que obstam a uma observação fundamentada da ação da propaganda nesses meios na conjuntura da eclosão da guerra em Angola.

A análise aqui desenvolvida demonstra como, no contexto da revelação da guerra, a imprensa se tornou um vetor que o regime comprometeu no propósito de influir no estado de ânimo da população e das tropas e de promover a confiança em Salazar e na decisão de avançar para a frente da batalha. As notícias publicadas nos diários de Lisboa neste período apresentavam uma série de elementos que podem ser designados de “lógica discursiva da propaganda”, expressão cunhada por Combs e Nimmo (1993) e em que o conceito de lógica é utilizado de modo figurativo para designar o recurso a uma linguagem emocional, a mitos e a um palavreado considerado fértil aos interesses e desejos do emissor; nas notícias analisadas, praticou-se o engano e a mentira, envolvendo factos tanto quanto possível; exploraram-se expectativas, avassalaram-se as audiências sistematicamente com as mesmas “alavancas venenosas” – para usar noções propostas por Philippe Breton (1997) – e jogou-se com um efeito de confusão, mediante movimentos epistémicos nebulosos (Lumley, 1933: 137-156), como a insinuação, a sugestão, a pressuposição, o não dito; apresentaram-se conclusões não sustentadas, impostas porém como evidências; difundiu-se *ad nauseum* um coletivo de valores

e sentimentos que se apresentavam como o sustentáculo da nação portuguesa. Através desta “lógica discursiva da propaganda”, procurava-se por um lado nutrir o medo e o ódio contra um inimigo externo e, por outro agitar as paixões pelos territórios em África, engendrar um propósito nacional e criar para os portugueses uma visão do mundo, central para a sua perceção de si próprios. Todos estes valores passaram, em meados de 1961, a aparecer intrinsecamente conectados com o decurso da guerra em Angola. A guerra em Angola, dizia-se, não ataca mas defende as “províncias ultramarinas”, mata os inimigos sem que nela morram forças da sua nação.

O empenho neste trabalho de construção de um sentido para o conflito bélico conjuga-se com uma noção da guerra nas sociedades modernas industriais como fenómeno que não está confinado à violência praticada entre os contendores mas acontece também na luta para determinar a interpretação dominante da guerra, na luta pela aceitação da metahistória. A inscrição da guerra no quadro de uma salvaguarda da civilização ocidental e o apelo à premência de uma sua unidade em torno do império português para estancar a expansão da influência comunista, sublinhe-se, no quadro da Guerra Fria, são indicativos de que o regime de Salazar teve também que jogar – e soube fazê-lo – no tabuleiro da “diplomacia mediática” (Seib, 1997) procurando usar a imprensa como um canal de comunicação pelo qual, para lá da diplomacia tradicional, se trocaram avisos, ameaças, apelos, e se lutou pela legitimidade e definição do sentido da guerra. Além das tentativas de influir nas perceções, na arena interna como a nível internacional, foram também introduzidas alterações na administração colonial portuguesa, as quais não devem ser dissociadas do contexto internacional e provavelmente dos enquadramentos mediáticos postos em circulação na imprensa estrangeira. Estes terão enformado uma resposta dos governantes portugueses, no plano da informação como no das políticas e enquadramentos legais coloniais, através da qual o regime intentou continuar a forjar uma pretensa legitimidade na preservação do domínio português e a camuflar o seu desfasamento relativamente às novas orientações internacionais.

Para terminar, importa ressaltar que não se pretende aqui subscrever a noção de que a assimetria da situação da comunicação se materializaria fatalmente numa relação mecanicista direta e numa instantaneidade e inevitabilidade de efeitos totais da propaganda. Com efeito, o cruzamento com os debates internacionais e os enquadramentos veiculados nalguns setores da imprensa estrangeira, e também as novas ocorrências executadas por grupos de oposição ao regime de Salazar vêm romper com uma putativa estimativa de eficácia total da propaganda do Estado Novo. Pelo contrário, a ideia de uma contrapropaganda é, por si só, significativa para se afirmar ser o poder dos meios de comunicação mais convenientemente conceptualizado por uma noção de influência social, que não

está desligado do tecido contextual ou interpretativo de receção,<sup>519</sup> do que pela alusão a uma manipulação total. Além da ação dos movimentos anticoloniais independentistas, são também de assinalar as novas investidas de contrapropaganda dos grupos de oposição ao regime. Depois da “Operação Dulcineia” e da tentativa de golpe militar de Botelho Moniz, num contexto em que a situação política interna do país era marcada pelo aproximar de eleições legislativas, a imprensa anunciou em primeira página, a 10 de novembro, o desvio de um avião da TAP vindo de Casablanca e impedido de aterrar em Lisboa por ação de um grupo de 6 passageiros armados, que teria tomado o avião e lançado panfletos sobre a capital. O conteúdo dos panfletos nunca foi expressamente explicitado, mas mencionou-se serem assinados por Henrique Galvão em nome da Frente Antititular dos Portugueses Livres no Estrangeiro. O desvio deste avião comercial, que ficou conhecido como Operação Vagô, alcançou um efeito muito fortuito na imprensa portuguesa. Os editoriais de primeira página dos matutinos falaram de um “novo ato de pirataria”,<sup>520</sup> trazendo à reminiscência o episódio de assalto ao paquete Santa Maria. Mas a revelação, pelos vespertinos de Lisboa,<sup>521</sup> do caráter político que estivera subjacente a esta ação, sublinhada na alusão às “mensagens anti-regime” escritas no panfleto, não deixariam dúvida de se estar perante uma nova campanha de contrapropaganda pelas forças de oposição ao regime.

---

<sup>519</sup> Se os *media* são altamente activos em produzir formas de representação, um modelo *top-down* que vê as correntes de opinião como um agente passivo ao trabalho dos media e da propaganda estatal é inadequado para compreender a cobertura dos *media* que têm um papel em produzir essas concepções, mas que não se desligam muitas vezes dos sentimentos públicos (Hallin, 2013). Boas sínteses das várias perspetivas e investigações sobre a influência dos media, uma discussão que atravessa desde há um século os estudos de comunicação realizados quer no interior de diversas disciplinas das ciências sociais quer em âmbitos ou áreas de tipo interdisciplinar, encontram-se em Breton e Proulx (1997), McQuail (2003) e Saperas (1992b) e Wolf (1992).

<sup>520</sup> “Em novo e lamentável ato de pirataria, sequazes do ex-capitão Henrique Galvão assaltaram um avião dos TAP, lançaram panfletos sobre Lisboa e outros pontos do continente e obrigaram o piloto a seguir para Tânger, onde pediram asilo político. Entre os assaltantes, em número de seis, todos com armas de guerra, figuravam uma mulher e um indivíduo de nacionalidade espanhola”, *O Século*, 11-11-1961:1 e 12; “Alguns indivíduos armados apoderaram-se de um avião da TAP da carreira Lisboa-Casablanca e forçaram o piloto a regressar a Marrocos”, *Diário de Notícias*, 11-11-1961:1 e 7.

<sup>521</sup> “O avião da TAP vindo de Casablanca foi impedido de aterrar em Lisboa por passageiros de armas na mão que lançaram manifestos sobre a capital”, *Diário de Lisboa*, 10-11-1961:1; “Um quadrimotor dos TAP da carreira de Casablanca foi impedido violentamente de aterrar em Lisboa por 6 indivíduos, munidos de armas de fogo. O aparelho voltou a poisar em Tânger”, *República*, 10-11-1961:1.

## CAPÍTULO V. O grande drama. Reportando o ocaso do Estado Português da Índia

Enquanto a guerra em Angola expunha o sistema colonial e o regime do Estado Novo a uma receção crítica entre certos setores da imprensa estrangeira, as intervenções do primeiro-ministro indiano no Parlamento e em conferências referenciadas na imprensa deixavam perceber uma mudança profunda na orientação de Nehru face ao problema colonial português. Tendo-se afirmado no panorama internacional pela defesa do neutralismo, do anticolonialismo e dos métodos pacíficos, na esteira das campanhas de Gandhi contra a segregação racial dos indianos na África do Sul (Wolpert, 1993: 61-70), Nehru começara, a partir de meados de agosto, a proferir declarações sobre a necessidade de encarar outros métodos para resolver a questão de Goa, no sentido de a libertar do domínio colonial português, passando a integrar a Índia, independente do império britânico desde 1947. Até então, Nehru tinha surgido a defender que só as Nações Unidas resolveriam a guerra em Angola através de sanções económicas, a alentar a Assembleia Geral a debater as obrigações de Portugal de facilitar informação sobre os seus territórios ultramarinos, e a apelar a uma discussão sobre as mais recentes formas de colonialismo colocadas pelo novo contexto mundial e sobre os perigos da era nuclear. Na imprensa britânica, Nehru captou a atenção pelas críticas à intransigência portuguesa em Angola e ainda à Grã-Bretanha pelo fornecimento de armas a Portugal.<sup>522</sup>

Em agosto de 1961, pouco depois de ser conhecida a ocupação da fortaleza de S. João Baptista de Ajudá pelo Daomé, a imprensa portuguesa e a estrangeira procederam ao agendamento da incorporação formal dos enclaves de Dadrá e Nagar Aveli na União Indiana, territórios que haviam dado origem a uma longa querela entre Portugal e a Índia (Bègue, 2007: 997-1039; Alexandre, 2017: 256-271). Na imprensa portuguesa, o episódio foi noticiado mediante um enquadramento que exprimia a transgressão da sentença do Tribunal Internacional da Haia, a qual, no ano anterior, considerara Portugal beneficiário de um direito de passagem de pessoas e bens entre os referidos territórios e a costa de Damão. Importa salvaguardar que a decisão do Tribunal entendia que esse direito de passagem não abrangia forças militares e policiais, pelo que a União Indiana não violava as suas obrigações ao impedir o trânsito de forças portuguesas armadas pelo seu território. Com a integração de Dadrá e Nagar Aveli na União Indiana, a imprensa portuguesa concedeu um espaço cada vez mais pronunciado ao que indicou ser o afastamento progressivo de Nehru da postura da não-violência na sua relação com o governo português. Mas a noticiabilidade da contestação ao poder colonial português por representantes da União Indiana acarretou a exposição de declarações segundo as quais era evidente ter chegado a hora da retirada portuguesa do subcontinente. Nehru

---

<sup>522</sup> «“Horrible” events in Angola. Mr Nehru warns Britain», *Guardian*, 01-07-1961: 7.

apareceu a esclarecer que o decreto formalizando a inclusão de Dadrá e Nagar-Aveli eliminava constitucional, jurídica e oficialmente o império português no território da União Indiana. Deixou ainda a advertência de que os enclaves de Goa, Damão e Dio não tardariam também a ser integrados na União Indiana, fosse por meios pacíficos, fosse recorrendo à força.

Nos meses seguintes, enquanto a imprensa portuguesa difundia notícias de uma vitória à vista das forças armadas em Angola, concretizada na reocupação sucessiva das várias zonas sob ataque dos chamados terroristas, Nehru ganhou cada vez mais visibilidade com um colóquio organizado em meados de outubro em Nova Deli pelo Conselho Indiano para a África.<sup>523</sup> Esta figura política de proa na luta pela independência da Índia e de grande relevo na política internacional do pós-guerra assomou a qualificar a questão angolana de “tragédia enorme”, comparando a situação racial na África portuguesa à discriminação que prevalecia na África do Sul, e a manifestar a sua reprovação contra os países que de algum modo ajudavam Portugal. Nehru prometia auxílio moral e material a todos os que, nas suas palavras, lutassem contra o “regime totalitário que reina em todas as colónias portuguesas, com a sua odiada polícia e o seu poder militar”. Apelou também à coordenação de esforços entre “todos aqueles que iniciaram a luta contra o colonialismo português para que o seu fim seja mais rápido” e à importância da consciencialização pública contra o domínio colonial português: “Todos devem trabalhar resolutamente para mobilizarem a opinião pública mundial e conquistarem o apoio das nações, dentro e fora da ONU, para se desferir o golpe mortal no colonialismo português”, afirmou Nehru.<sup>524</sup> Além do debate sobre Angola, o colóquio ficou marcado pelas reivindicações de Nehru a respeito do Estado Português da Índia. Na inauguração do encontro, o primeiro-ministro indiano declarou que “catorze anos depois da independência, Goa continua a ser uma nódoa no solo indiano”. Apesar de recordar que a Índia se recusara até então a utilizar os meios militares, a libertação de Goa era nesse momento salientada por Nehru como “objetivo urgente” e como passo “da maior importância para a libertação das outras colónias portuguesas”.

### **A luta pela opinião internacional antes da ação de força**

É na sequência da crescente pressão diplomática exercida pela União Indiana que a imprensa portuguesa colocou na agenda os intentos revelados por Nehru de fazer dos enclaves portugueses na Índia áreas administradas pelo Governo Central da União Indiana, acusando-o de se fazer valer de

---

<sup>523</sup> “Novas diatribes do pandita Nehru contra Portugal, esquecendo-se que é chefe de um dos países mais atrasados do Mundo. Em todo o caso, não considera de excluir a possibilidade do emprego da força militar contra nós...”, *O Século*, 21-10-1961:1 e 3. Ver também “As maquinações dos inimigos de Portugal reunidos em Nova Deli”, *O Século*, 23-10-1961:1 e 3.

<sup>524</sup> “Conclusões finais do “Colóquio”, *Diário de Lisboa*, 24-10-1961: 16.

afirmações falsas para justificar os seus propósitos.<sup>525</sup> Após o Colóquio em Nova Deli, a tensão cresceu de ambos os lados da fronteira, plasmada no processo noticioso que, de parte a parte, se embrenhava neste ambiente proto-bélico, contribuindo para dar expressão às acusações recíprocas de provocação do lado inimigo. Na imprensa portuguesa, sucederam-se as notícias de que Deli estava a multiplicar os *raids* aéreos sobre Goa e a avançar patrulhas marítimas para perto das costas goesas.<sup>526</sup> Tais notícias continuavam a ser visadas pela censura, cujos cortes pareceram ainda assim procurar conter expressões mais alarmistas<sup>527</sup> ou afastar do conhecimento público as alegações indianas que davam conta de incidentes provocados pelas autoridades portuguesas, nomeadamente na aldeia de Talwadi.<sup>528</sup> Já os correspondentes da imprensa estrangeira em Deli permitiam veicular as alegações das fontes indianas de o avolumar das tropas indianas em Goa constituir uma resposta a “manobras agressivas” de Portugal<sup>529</sup> que estaria a trazer reforços de Lisboa e fragatas para Damão, com armas e munições. O alegado incidente em novembro envolvendo o navio indiano *Sabarmati*, que, ao passar em águas territoriais portuguesas na ilha de Angediva, a sul de Goa, teria sido alvejado por um cabo em função de vigilância, foi constantemente rememorado pelas fontes indianas citadas. Logo depois, a agência *Press Trust of India* foi reportada aludindo a entrada de

<sup>525</sup> “A União Indiana interessa-se pelas províncias ultramarinas portuguesas...”, *Diário de Lisboa*, 12-08-1961:1; “Nehru quer fazer de Goa, Damão e Dio áreas administradas pelo Governo Central da União Indiana”, *Diário de Lisboa*, 14-08-1961: 1; “Nehru não utilizará a força para se apoderar de Goa, Damão e Dio”, *Diário de Lisboa*, 15-08-1961: 3; “Nehru é contra os ataques isolados à Índia Portuguesa”, *Diário de Lisboa*, 17-08-1961: 12; “A União Indiana ameaça novamente Portugal servindo-se de afirmações falsas e desvirtuando os factos”, *Diário de Notícias*, 10-09-61; “A integração de Goa, Damão e Dio prevista no Programa do Partido Governamental da União Indiana!”, *O Século*, 20-09-61.

<sup>526</sup> “Nehru continua esperançado em ‘libertar’ Goa por meios pacíficos”, *Diário de Notícias*, 04-12-1961:5; “Calma completa em Goa ameaçada pela União Indiana. Uma nota do Ministério do Ultramar: Foi alvejada com rajadas de metralhadora a povoação de Forquipato. O espaço aéreo português foi violado e registam-se concentrações de tropas e blindados perto da nossa fronteira”, *Diário de Notícias*, 08-12-1961: 1; “O ridículo em Nova Deli: A União Indiana deseja prosseguir uma política pacífica mas receia um ataque das tropas portuguesas de Goa – declara Nehru no Parlamento. Não tencionamos ‘libertar’ o território português de Goa mas efetuamos movimentos de tropas e a aviação indiana está de prevenção por medida de precaução – afirma o ministro de defesa Menon”, *Diário de Notícias*, 08-12-1961:1; “Opinião dos observadores de Nova Deli: Prova de força para impressionar os portugueses e preparação da opinião pública mundial para uma possível agressão militar”, *Diário de Notícias*, 08-12-1961:1; “Nova Deli agita - uma onda de falsidades e mentiras está a ser espalhada pelas autoridades indianas numa campanha internacional para justificar a atitude oficial em relação a Goa”, *Diário de Notícias*, 08-12-1961:7.

<sup>527</sup> ANTT/ EPJS. Caixa 199. Maço 253. Numa notícia de *O Século* (08-12-1961), a censura mandou cortar o título de uma peça de primeira página que anunciava: “Violenta luta na fronteira de Goa com a União Indiana (informaram de Nova Deli). Na segunda edição do matutino, o título original submetido a censura, “Adensam-se as ameaças contra Damão e Dio. Fantasmas, ameaças, contradições, manobras políticas de Nehru para alarmar os espíritos e fabricar dramas”, a censura cortou a expressão final “e fabricar dramas”. Uma semana mais tarde, uma notícia citava declarações do governador Vassalo e Silva, afirmando receber com alegria as notícias das intervenções britânica e americana na sequência de indicações de terem sido avistadas unidades navais indianas ao largo da costa goesa. No final da sua intervenção, Vassalo e Silva afirmou: “Devem aproveitar todas as oportunidades para fazer qualquer coisa. Amanhã será tarde”. A censura mandou cortar a expressão final “Amanhã será tarde”.

<sup>528</sup> ANTT/ EPJS. Caixa 199. Maço 253. A censura suspendeu uma notícia (10-12-1961) que dava conta de uma agressão portuguesa, com 350 tiros disparados contra habitantes, numa aldeia ao norte de Goa, Talwadi. O título da notícia jogava contudo na ambiguidade da autoria dos incidentes: “O pretense incidente de Talwadi – provocado por agentes indianos, como afirmam as autoridades portuguesas - está a ser explorado pelo governo de Nehru”.

<sup>529</sup> «Indian troops close on Goa. “Aggression by Portugal” Claim», *Daily Telegraph*, 06-12-1961:1.

soldados portugueses em território indiano onde teriam disparado vários tiros<sup>530</sup> e foi dada voz ao secretário do *Goan Political Convention*, George Vaz, que fez menção de centenas de trabalhadores indianos das minas de Goa a abandonar o território.

Para o *The Times*,<sup>531</sup> os gestos recíprocos de endurecimento demonstravam a possibilidade de confrontos que em breve poderiam ficar fora de controlo. O *Guardian* partilhou então a sua consideração de que fossem quais fossem os seus desejos, Nehru teria uma dificuldade crescente em continuar a sua política da espera.<sup>532</sup> Por sua vez, o *Daily Telegraph*<sup>533</sup> interrogava se, após 14 anos de paciência, contenção e moderação exemplar da Índia em Goa, não se estaria a evidenciar um certo fim de Nehru; até recentemente, concluía o jornal, seria expectável que Nehru recuasse ante a opção de uma agressão, mas nesse momento, parecia estar preparado a sacrificar a sua reputação como fazedor da paz na esperança de ganhar a aprovação dos afro-asiáticos por um gesto militante contra o colonialismo português.

O exacerbar da tensão em Goa nos finais de 1961 fez-se acompanhar por uma escalada na campanha portuguesa para angariar representantes dos órgãos da imprensa estrangeira, iniciada já nos anos anteriores,<sup>534</sup> e que ganhou largas proporções nessa reta final do ano. Numa série de telegramas encaminhados ao Ministério dos Negócios Estrangeiro português, embaixadores distribuídos por vários países confidenciavam os seus esforços para persuadir diretores de jornais a empenhar jornalistas para visitar Goa a fim de, nas palavras de Franco Nogueira,<sup>535</sup> “examinar por si a normalidade da situação”. Os embaixadores recebiam também instruções em que eram incitados a exercer pressão de forma a obter a publicação nos respetivos jornais dos relatos desses enviados a Goa que se considerava serem extremamente favoráveis a Portugal.<sup>536</sup> O valor da imprensa para influenciar as correntes de opinião fora especialmente acentuado por ocasião da sentença do Tribunal da Haia (1960), altura em que o Embaixador de Portugal em Haia salientava ser “muito útil” a possibilidade de “orientar a imprensa portuguesa e os correspondentes estrangeiros no sentido de entender a sentença como vitória”.<sup>537</sup> A importância de cativar a imprensa estrangeira voltou a merecer sérias diligências diplomáticas em dezembro de 1961.

<sup>530</sup> “Late news – Portuguese troops open fire”, *Daily Telegraph*, 06-12-1961:18.

<sup>531</sup> “Warships Sent to Goa Area”, *The Times*, 02-12-1961:7.

<sup>532</sup> “African back Goan claim. Pressure on India”, *Guardian*, 02-12-1961:3.

<sup>533</sup> “Mr Nehru’s patience”, *Daily Telegraph*, 08-12-1961:14.

<sup>534</sup> Sobre o processo de preparação das notícias e o papel decisivo de Franco Nogueira como impulsionador do recurso à imprensa estrangeira como veículo de contrainformação aos ataques a Portugal, ver capítulo “Defesa pela propaganda, queda pelas armas”, *máxime* pp.283-301, em Maria Manuel Stocker (2011 [2005]).

<sup>535</sup> Telegrama 77, de Franco Nogueira dirigido ao Embaixador de Portugal em Karachi, 05-12-1961, em *Vinte anos de defesa do Estado Português da Índia* (1947-1967), Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1967 (volume IV).

<sup>536</sup> Telegrama de Franco Nogueira dirigido aos embaixadores de Portugal em Londres, Paris e Washington, 11-12-1961, em *Vinte anos de defesa do Estado Português da Índia* (1947-1967), MNE (1967) (volume IV).

<sup>537</sup> Telegrama 35, do embaixador de Portugal na Haia ao MNE (08-04-1960), em *Vinte anos de defesa do Estado Português da Índia* (1947-1967), MNE (1967) (volume III).



Procurando tirar partido da cisão política e religiosa entre a Índia e o Paquistão, afirmada no momento em que Nehru recebera de Londres as rédeas do governo democrático da Índia e Jinhah as do Paquistão, e acentuada com a disputa sobre a região de Caxemira (Johnson, 2005: 42-68; 91-116; McMahon, 1989; Bose, 1997; Schofield, 1996; Ganguly, 1997), Franco Nogueira incitou em telegrama o embaixador português em Karachi a aliciar jornalistas paquistaneses.<sup>538</sup> Também Pedro Teotónio Pereira partilhou o seu empenho junto da imprensa norte-americana,<sup>539</sup> notando que esta publicava bastante noticiário onde a palavra “libertação” proposta pela Índia aparecia em itálico; a partir de Paris, Marcelo Mathias tentou obter a complacência de jornais como o *Figaro*, o *L’Aurore* ou o *Match* e reportou a transmissão, num programa da televisão francesa, de imagens de manifestações na União Indiana contra Portugal mas também de soldados portugueses em Goa “com evidente boa disposição”,<sup>540</sup> o embaixador português no Vaticano, António de Faria, propôs-se igualmente contactar os principais jornais de Roma, notando a grande dificuldade da tarefa por os indianos terem posição influente em certas agências de imprensa, pelo que as informações e declarações de fonte portuguesa eram com frequência ignoradas pelos jornais.<sup>541</sup> O embaixador classificou então de prioritário o esforço para conseguir “romper com a cortina de silêncio da grande imprensa em relação a tudo o que possa parecer defesa da posição [portuguesa]”.

Os esforços diplomáticos pareceram surtir efeito. Poucos dias antes de as tropas indianas avançarem sobre Goa, quando a invasão era ainda vislumbrada como uma conjectura, a imprensa noticiou a chegada a Goa de vários jornalistas estrangeiros, recebidos pelo governador-geral Vassalo e Silva.<sup>542</sup> O governador desmentiu as notícias indianas de um reforço militar português e convidou os jornalistas a visitar Goa com o intuito alegado de verificarem não haver ordem de recolher nem preparativos bélicos e de constatar a liberdade em que vivia e trabalhava a população goesa. Entre os correspondentes na Índia estaria um repórter do *New York Times*, Paul Grimes, cujas crónicas telegrafadas de Pangim e citadas na imprensa portuguesa serviam o propósito de contestar os dados de fontes indianas: os efetivos militares portugueses em Goa, segundo Paul Grimes, eram de cerca de três mil homens e não dez ou doze mil como pretendiam os círculos oficiais de Nova Deli. Não se viam tanques. Nos aeródromos de Goa não havia aviões de guerra. E nas águas territoriais do

<sup>538</sup> Telegrama 77, de Franco Nogueira dirigido ao Embaixador de Portugal em Karachi, 05-12-1961, em *Vinte anos de defesa do Estado Português da Índia (1947-1967)*, MNE (1967) (volume IV).

<sup>539</sup> Ver em especial os telegramas 481 e 482 (05-12-1961) do embaixador de Portugal em Washington, Pedro Teotónio Pereira, ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, em *Vinte anos de defesa do Estado Português da Índia (1947-1967)*, MNE (1967) (volume IV).

<sup>540</sup> Telegrama 211 de Marcelo Mathias ao Ministro dos Negócios Estrangeiros (07-12-1961), em *Vinte anos de defesa do Estado Português da Índia (1947-1967)*, MNE (1967) (volume IV).

<sup>541</sup> Telegrama 69 do embaixador no Vaticano, António de Faria, ao Ministro dos Negócios Estrangeiros (11-12-1961), em *Vinte anos de defesa do Estado Português da Índia (1947-1967)*, MNE (1967) (volume IV).

<sup>542</sup> “Para comprovar as falsidades das acusações da União Indiana. Os jornalistas estrangeiros que se encontram em Goa foram autorizados a visitar instalações militares e prisões”, *Diário de Notícias*, 10-12-1961: 1 e 7.

Estado da Índia a Armada Portuguesa apenas contava com uma fragata e um outro navio mais pequeno. Rapazes e raparigas passeavam de mãos dadas ou aglomeravam-se à porta dos cinemas, os fiéis encaminhavam-se para as igrejas e grupos conversavam tranquilamente pelas esquinas.

O ministro Franco Nogueira procurou também influenciar o sentido das publicações estrangeiras a partir de Lisboa. Numa conferência de imprensa na capital chamou a atenção dos correspondentes para as designadas “atitudes de agressão da União Indiana e os seus propósitos de violência e anexação” e denunciou o que dizia ser “a máquina de propaganda indiana”, reafirmando a abertura do governo para receber observadores e correspondentes estrangeiros em Goa. Durante essa conferência, despontou o repúdio de Franco Nogueira às chamadas “mentiras indianas” e à “tempestade de ataques virulentos” contra Portugal. Se o argumento de Goa dever pertencer à Índia por lhe ser geograficamente contíguo fosse válido, alegava Franco Nogueira, nenhuma fronteira seria segura; o Canadá poderia reivindicar o Alaska, a França o Mónaco e a Itália a República de São Marino, e seria legítimo perguntar por que a própria União Indiana não anexaria o Paquistão Ocidental e Oriental, o Ceilão e o Nepal. Goa não era nem nunca fora uma colónia, declarava Franco Nogueira, e o Estado português da Índia era provavelmente o mais bem-sucedido triunfo da política ultramarina portuguesa, uma política multirracial e pluricultural, “numa base de perfeita igualdade, com os mesmos direitos e oportunidade para todos”, frisava o ministro.<sup>543</sup>

A defesa do império português no Oriente começou junto da imprensa antes mesmo de uma ação de força ter lugar. Em acréscimo à circunstância de a imprensa estrangeira estar sujeita à influência das fontes afetas ao governo de Lisboa, a imprensa portuguesa passou exclusivamente excertos de notícias que transmitiam a noção de uma simpatia dos *media* internacionais para com as posições portuguesas em Goa e tendentes ao reforço da imagem de Portugal enquanto nação pluricontinental que incluía o Estado português da Índia. O *Daily Telegraph*, tal como citado em *O Século*,<sup>544</sup> arguia nada provar que os habitantes dos enclaves desejassem libertar-se de Portugal e ponderava ser “infinitamente preferível” para Nehru “tolerar a presença dos portugueses do que enfrentar as consequências incalculáveis de tentar expulsá-los pela força”. Pelas matérias referidas nos diários portugueses, a previsão de uma disposição para o recurso às armas em Goa terá gerado comentários de desdém por Nehru na imprensa estrangeira: “Porque o Sr. Nehru usa, literalmente, o chapéu branco da virtude e o Dr. Oliveira Salazar de Portugal o chapéu preto do colonialismo”, seria

---

<sup>543</sup> *O Século*, reproduzindo as palavras do ministro dos Negócios Estrangeiros, publica em primeira página o artigo: “Não há nem nunca existiu qualquer discriminação racial em Goa e eu pergunto se a União Indiana pode afirmar o mesmo, com o seu sistema de castas e com os seus 50 milhões de intocáveis – disse, numa conferência de imprensa o Sr. ministro dos Negócios Estrangeiros a propósito das atitudes agressivas do Governo de Nova Deli”, *O Século*, 07-12-1961:1.

<sup>544</sup> “A União Indiana irá para a guerra, em caso de necessidade para acabar com a agressão chinesa – disse o primeiro-ministro Nehru, ao revelar, no Parlamento, que o Governo de Pequim ameaçou enviar tropas através da linha McMahon”, *O Século*, 06-12-1961:1.

expectável uma condenação de Salazar, embora neste caso, teria escrito o *Daily Mail* citado no *Diário de Lisboa*,<sup>545</sup> “os chapéus deviam ser trocados”, de modo a identificar Nehru como agressor e Salazar como “defensor de territórios que são portugueses há perto de 450 anos e a ninguém ameaçam”.

Em todas as notícias que descobriam a perspectiva da iminência de um ataque da União Indiana sobre Goa, as motivações trazidas para primeiro plano tenderam a destacar os aspetos de política interna e externa que estariam a conduzir Nehru em detrimento do que se poderia conceber como um nacionalismo anticolonial com vista a fazer face à obcecação imperial do governo português. A suposição de uma invasão a Goa apareceu invariavelmente associada à agressão chinesa contra a União Indiana,<sup>546</sup> que ameaçava enviar as suas tropas para além da chamada Linha MacMahon, adotada como linha de demarcação da fronteira indiana do Nordeste. É importante ter em consideração que, além da sempre latente questão de Caxemira, a Índia lidava então com as incursões militares da China na região dos Himalaias (Palir, 1991; Johnson, 2005: 117-140; Margolis, 2001: 119-133). As peças noticiosas no início de dezembro de 1961 encaminham desde logo a pensar a suspeita da agressão contra o Estado português da Índia enquanto estratégia da União Indiana para procurar uma vitória fácil capaz de esconder uma derrota ou para inventar uma ameaça conveniente para desviar a atenção de um fracasso com a China. Repetidamente, as notícias invocaram a realização de eleições dentro de três meses e indicaram poder o governo querer mostrar aos seus críticos que mesmo nada podendo fazer para expulsar os chineses, poderia pelo menos desembaraçar-se dos portugueses.

As mudanças no discurso de Nehru apareceram também associadas ao aumento da pressão pelos líderes do nacionalismo africano reunidos em Bombaim para discutir o colonialismo português.<sup>547</sup> A revelação destas condições internas e internacionais como *frame* exclusivo na imprensa portuguesa contribuiu para fazer tábua rasa da ação dos nacionalistas goeses,<sup>548</sup> estimulada com a

<sup>545</sup> “As intenções de Nehru de atacar a Índia Portuguesa condenadas pelo jornal *Daily Mail*”, *Diário de Lisboa*, 06-12-1961: 1.

<sup>546</sup> Sobre esta temática, consultar «A China Comunista ameaça a União Indiana com o envio de tropas para além da “Linha MacMahon”», *Diário de Lisboa*, 05-12-1961: 12; “Ultimato do governo de Pequim à União Indiana: se não cessarem as atividades militares junto da fronteira com o Tibete as tropas chinesas invadirão o território indiano”, *Diário de Notícias*, 06-12-1961:1; “A União Indiana irá para a guerra, em caso de necessidade para acabar com a agressão chinesa – disse o primeiro-ministro Nehru, ao revelar, no Parlamento, que o Governo de Pequim ameaçou enviar tropas através da linha McMahon”, *O Século*, 06-12-1961:1; “Manobra de diversão? O exército indiano recebeu ordem para avançar sobre território ocupado pelos chineses – informa Nova Deli”, *O Século*, 16-12-1961:1.

<sup>547</sup> A este respeito, ver Resolução do *National Campaign Committee for Goa* (11-12-1961). A resolução circulou na reunião de emergência do *National Campaign Committee for Goa* presidida por Aruna Asaf Ali, realizada em Bombaim (07-12-1961). Nela, formulava-se um apelo ao governo da Índia e aos restantes povos do mundo para que apoiassem o movimento armado de libertação de Goa, Damão e Diu, contra o domínio português no território indiano. Documento incluído no dossier “Correspondências e telegramas 1961 (PAIGC, MPLA, UGEAN, MLGVC, FRELIMO, CONCP)” consultado em Fundação Mário Soares.

<sup>548</sup> Eram muitas as organizações nacionalistas goesas instaladas na União Indiana por força da sua interdição em Goa,

eliminação do Padroado do Oriente (Bègue, 2007: 301-359) e com o fim do Raj britânico. E vem escamotear as implicações da afirmação nacional e do orgulho nacionalista da Índia independente assim como a história da desagregação do poder ocidental na Ásia no pós-guerra, que facilitou a propagação dos ideais de autodeterminação e independência em Goa, notada em memoriais dados à estampa neste período por proeminentes ativistas anticoloniais de Goa, como Tristão de Bragança Cunha (1961). As ameaças de Nehru surgiam na imprensa definidas unicamente como corolário da internacionalização da pressão anticolonial e dos efeitos nefastos das movimentações chinesas na reputação interna indiana, como se Nehru não passasse de um brinquedo à mercê de disputas partidárias e dos condicionamentos do novo contexto internacional. Acautelando os efeitos abusivos que um tal enquadramento parcial teriam produzido na percepção da postura independentista anticolonial da União Indiana, é sem dúvida pertinente analisar as oscilações no posicionamento de Nehru tomando em consideração a pressão interna e externa que recaía sobre o primeiro-ministro.

O governo indiano, após a retirada dos britânicos, veio a conseguir a entrega, pela via da negociação, dos estabelecimentos de Pondicherry governados pela França, mas continuou a defrontar-se com a constância de Salazar, que persistia na garantia de que nenhuma cessão do território sob o seu controlo seria sujeita a discussão. À intransigência do governo português somou-se a tensão crescente da revolta em Angola, que trouxera a política colonial portuguesa ante a atenção mundial, e o exacerbar das emoções e da noção dos direitos nacionais, fomentados pela disputa com a China. A mudança no discurso de Nehru, que passava a ponderar a hipótese da força caso Portugal não cedesse aos termos de uma negociação sobre Goa, não era certamente alheia à pressão dos movimentos de libertação na África portuguesa que mostravam esperar um sinal da Índia, vendo na queda de Goa a força propulsora da sua descolonização, e que consideravam as hesitações de Nehru prejudiciais aos esforços dos africanos que em Angola combatiam Portugal (Yadav, 2010: 125-143). A imbricação das lutas dos movimentos independentistas africanos e dos nacionalistas goeses ficara prenunciada na Conferência das Organizações Nacionais das Colónias Portuguesas (CONCP), realizada em Casablanca a 18 de abril desse ano, de que resultara a

---

mas que mantinham apoios clandestinos no território. Maria Manuel Stocker (2011 [2005]: 161-162) elenca os grupos anti-Portugal na Índia, alguns dos quais existentes desde 1946, tal como foram catalogados pelas autoridades portuguesas, em 1960: o *Goan Congress Committee* (1928), o *Goan National Congress* (1946), o *Azad Gomantak Dal* (1947), o *Goan People's Party* (1949) (filial do Partido Comunista Indiano), o *Goan Liberation Council* (1954), o *United Front of Goans* (1950), o *Goan Action Committee* (1954) e o *Goan National Union* (1954). Devem ainda ser acrescentados o *Rancour Patriotic*, o Partido Socialista de Goa, a União dos Estudantes de Goa, os Serventes de Goa, o *Goan Nationalist Antifascist Party*, o *Goan Liberation Army*, o *Goan Political Convention* e o *Goan Command*. Retomando Stocker, a juntar a todos estes grupos, salientava-se, na oposição ao regime de Lisboa e à sua presença na Índia, a propaganda do governo de Deli e dos partidos indianos através da imprensa, rádio, reuniões e panfletos. Aqueles grupos agiam em duas frentes. Por um lado, incitavam o governo da Índia a tomar posições e medidas e, por outro, como aconteceu em 1955, através da ação do *Goan National Congress*, incitavam os goeses a não cooperarem com as autoridades, a administração ou a justiça portuguesas.

definição do objetivo comum de promover “a conquista imediata da independência nacional e a liquidação total do colonialismo português” (ver anexos, fig.43).<sup>549</sup> Nela participaram representantes de Angola, de Moçambique, da Guiné e Cabo Verde, de São Tomé e Príncipe, e de Goa (Pundolica Gaitonde, do Congresso Nacional de Goa, João Cabral, delegado em Londres da Liga Goesa, e Aquino de Bragança do Partido do Povo de Goa).<sup>550</sup>

Parte deste enquadramento, que fazia por ignorar os grupos de oposição ao governo português em Goa, constantes durante os 450 anos da presença portuguesa na Índia segundo Maria Manuel Stocker (2011 [2005]: 37-69), foi composto uma vez mais pela citação da imprensa estrangeira, construindo uma noção sobre a análise desenvolvida nos jornais de vários outros países que, sem ser totalmente rigorosa, não era porém completamente enviesada. Com efeito, a antevisão de uma ação militar da União Indiana em Goa, que ganhou contornos de uma cada vez maior probabilidade desde meados de 1961, originou uma série de editoriais nos jornais britânicos nos quais se partilhou a previsão de que a opção da força, não descartada por Nehru, poria em xeque a influência de que Nehru gozava nos conselhos mundiais. Aqueles editoriais sugeriram que se Nehru se deixasse pressionar a dar a ordem de força, a sua ação seria deplorada por muitos amigos da Índia na Inglaterra, um efeito ao agrado de Portugal e dos nostálgicos do imperialismo britânico que se regozijariam em colecionar espécimes de Nehrus caídos em desgraça. Se as circunstâncias fossem outras, lê-se no *The Times*,<sup>551</sup> Nehru poderia encontrar uma via para usar a força sem incorrer no que o jornal chamou de auto-contradição moral; mas na situação em causa, uma ação militar contra Goa seria difícil de distinguir de atos de agressão por motivos políticos que o governo indiano sempre deplorara. O *Daily Telegraph*<sup>552</sup> considerou que embora os enclaves portugueses pudessem ser um estorvo para a Índia, eles não estavam a causar qualquer dano, exceto para o orgulho indiano, e terminou com a observação de que “nenhum bem pode vir de procurar uma vitória fácil para remediar ou esconder uma derrota ou de inventar uma ameaça para distrair a atenção de um fracasso”. Também o parecer do *Guardian* foi inequívoco: tentar resolver um problema mediante uma ação unilateral envolvendo força militar aumentaria a anarquia numa “selva internacional” que já era anárquica o suficiente. E, de qualquer forma, Goa acabaria por se incorporar na Índia em

<sup>549</sup> “A Conferência de Nova Deli vai estudar os “meios efetivos para pôr fim ao colonialismo português”, *Diário de Lisboa*, 22-10-1961:1; «Nehru inaugura depois de amanhã o colóquio sobre as “colónias portuguesas”», *Diário de Lisboa*, 18-10-1961:1; “No colóquio de Nova Deli preconiza-se uma política de violência contra Portugal”, *Diário de Lisboa*, 21-10-1961:1; A Conferência de Nova Deli continua a discutir o Ultramar Português”, *República*, 22-10-1961:11.

<sup>550</sup> Sobre os Estatutos da Conferência da CONCP ver Fundação Mário Soares, incluído no dossier intitulado CONCP pertencente ao fundo Documentos Amílcar Cabral [<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04604.023.015>].

<sup>551</sup> “Speculation on Indian troop movements. Show of Force over Goa”, *The Times*, 05-12-1961:9.

<sup>552</sup> “Tension in Goa”, *Daily Telegraph*, 05-12-1961:10.

breve, pois o império português não poderia sobreviver por muito mais tempo.<sup>553</sup>

Além destes editoriais que avaliavam negativamente os sinais de um plausível recurso à força armada em Goa, um enquadramento pontuado pela definição de uma contextualização semelhante à da imprensa portuguesa delimita o sentido de várias das notícias na imprensa britânica. Esta mostrava-se cada vez mais preocupada com a hipótese – formulada nos termos que se seguem – de o jingoísmo indiano estar à beira de levar Nehru a um ponto em que se sentisse compelido a enviar o exército indiano para Goa. Ainda que estes jornais tornassem manifestas as declarações de Nehru expressando a exaustão indiana com a teimosia imperial portuguesa<sup>554</sup> e o desejo de pôr termo ao domínio colonial do regime de Salazar, a mudança de postura de Nehru foi mencionada num editorial do *Daily Telegraph*<sup>555</sup> como uma manobra política pré-eleitoral pelos comunistas indianos e seus simpatizantes no governo, explorando o desapontamento público causado pela ameaça de agressão chinesa. Posição semelhante ecoou em alguma imprensa francesa. O enviado do *Figaro* a Nova Deli,<sup>556</sup> Max-Olivier Lacamp, recordou que as correntes de opinião dominantes na Índia eram, desde a independência, fortemente adversas aos portugueses que recusavam abandonar as suas possessões na Índia.<sup>557</sup> Mas os primeiros comentários davam a entender, supôs o enviado francês, que o governo de Nehru estava a desenterrar uma velha história para disfarçar os eventos muito mais graves resultantes da situação com a China ao longo da fronteira com os Himalaias.

A generalidade dos textos da imprensa britânica e francesa no último trimestre de 1961 revelava fortes reservas pelo recurso à via armada, por preverem vir esta a custar a credibilidade da aura pacifista de Nehru e a reverter a favor da retórica de vitimização portuguesa, já encetada através da sua imprensa. Todavia, a saturação causada pela guerra de Angola – que merecera uma condenação a Portugal pela comissão de tutela na ONU no dia seguinte às eleições para a Assembleia Nacional em Lisboa – e pelo que ela evidenciava da renitência portuguesa em negociar com os movimentos independentistas estaria na origem de um clima de opinião em condições de contemporizar com opções limite para cessar a situação colonial excecional do regime português. Para lá da influência exercida por uma parte da imprensa estrangeira, que vinha desmontando a propaganda imperial do Estado Novo e pressagiando o desmoronamento do império português, a pertença da Índia à Commonwealth tornava improvável uma condenação indiana pelo governo de Londres. Também o Departamento de Estado norte-americano, que nos meses anteriores reafirmara sucessivamente a

<sup>553</sup> “Mr Nehru on Goa”, *Guardian*, 08-12-1961:10.

<sup>554</sup> “Goa. A direct challenge to India. Mr Nehru on only solution”, *The Times*, 08-12-1961:13; «Goa situation “intolerable”. India to send more troops to border», *Guardian*, 08-12-1961:1 [ver subponto “Repression” desta notícia].

<sup>555</sup> “Pressure on Mr Nehru”, *Daily Telegraph*, 15-12-1961:14.

<sup>556</sup> “Nouvelles de l’étranger – L’affaire de Goa: Pas d’ultimatum de Nehru aux Portugais. Mais un nouvel incident dans le climat de tension actuelle pourrait entraîner une tentative de reconquête indienne”, *Figaro*, 13-12-1961:16.

<sup>557</sup> A respeito das correntes de opinião locais sobre o problema de Goa, ver Rubinoff (1971).

posição oficial do governo contra o domínio colonial português, seria, no que concerne a situação no Estado português da Índia,<sup>558</sup> influenciado pelo desempenho do embaixador norte-americano na Índia, John Kenneth Galbraith, um reconhecido académico crítico da economia de consumo do século XX, e opositor perentório do regime colonial português. Nos seus relatórios (Rodrigues, 2002: 143-146), o embaixador insistiu em colocar a questão de Goa no contexto mais genérico do colonialismo perseverado pelo governo de Lisboa, considerando os enclaves portugueses de Goa, Damão e Diu como uma parte integrante do subcontinente indiano.

A Índia, é possível presumi-lo, contaria então com a simpatia de uma opinião internacional desfavorável ao colonialismo e Nehru sentir-se-ia suficientemente seguro para assumir o protagonismo político e dar o rosto pela luta internacional de condenação do regime colonial português. Neste processo, contou com o palco dos meios de comunicação, precisamente a arena em que Salazar aparecia cada vez mais à defesa. Em todo este período que antecedeu a concretização do avanço militar indiano sobre Goa, a dinâmica dos *media* serviu o desempenho político e diplomático de Nehru. O primeiro-ministro indiano, nesta compunção de ameaças amplificadas pela difusão na imprensa, ao compasso das quais se desenhava cada vez mais claramente a premonição de uma ofensiva sobre Goa, ia conseguindo expor no âmbito público internacional a sua perseptiva da obsolescência intolerável do governo português e do seu Presidente do Conselho, Salazar. O carácter repressivo e autoritário do governo português, trazido a público com o assalto ao Santa Maria, e a recusa em adaptar-se aos ventos de mudança anticolonial, consolidada com o início da guerra em Angola, conheceram um novo e intenso momento de exposição com o confronto diplomático e as ameaças militares da União Indiana. Se se considerar a evidente superioridade militar indiana, que tornava praticamente certo um desfecho vitorioso para as forças de Nehru, quando quer que se decidissem avançar, não é destituído de sentido inferir ser no campo da perceção pública internacional que se desenrolam as jogadas dos representantes do governo indiano nas vésperas do avanço sobre Goa. Mais do que uma questão militar, o avanço indiano adivinhava-se sob o pano de fundo – e representaria o culminar – de uma longa ação de influência na opinião internacional contra a orientação imperial do governo português, que se apresentava inamovível à propagação das rajadas descolonizadoras.

A propensão de Nehru para tirar partido das técnicas de informação modernas e de uma linguagem pejada de metáforas para disseminar a sua posição anticolonial e desencadear ecos emocionais entre os recetores (Gupta, 2007) era certamente herdeira do legado das campanhas de Gandhi assentes no

---

<sup>558</sup> Para uma perspetiva mais desenvolvida das diligências norte-americanas e do embaixador Galbraith em Nova Deli ver também P.M. McGarr (2013) [em especial “The best of friends: Kennedy, Macmillan and Jawahardak Nehru”, *maxime* pp. 94-98]; e B.M. Jain (1984).

poder da mensagem e da persuasão em detrimento da força armada (Israel, 1994). Catorze anos antes de a tensão galopante em Goa lançar a ameaça do colapso do império português no Oriente, a dissolução do Raj britânico tinha já evidenciado a pujança do nacionalismo indiano, determinado a varrer quaisquer vestígios do imperialismo europeu no continente, e a importância do processo comunicacional e do que se pode nomear como uma propaganda contínua através da imprensa para orientar a opinião indiana na senda da descolonização, uma perspectiva que os estudos de Chandrika Kaul (2013 [2006]) têm vindo a explorar. O sucesso da campanha indiana e o recuo britânico deixava Portugal numa situação de vulnerabilidade crescente, exposto ao nacionalismo indiano e à expectativa internacional de uma cedência portuguesa que em nada se coadunava com os desígnios imperiais do regime de Salazar.

Do mesmo modo que Nehru beneficiaria da dinâmica noticiosa na imprensa internacional para desgastar a imagem externa do governo português, já fustigada pela guerra em Angola, e desse modo exercer pressão sobre ele, a imprensa portuguesa é a face visível de um esforço ensaiado sob a alçada do regime para responder às alegações indianas e procurar macular a reputação internacional de Nehru. A imprensa realçou amiúde as diligências de Galbraith, que, apesar de manifestar um tom transigente pelo dilema indiano, se encontrou em meados de dezembro com Nehru, recordando-lhe a tradição pacifista da Índia e procurando demovê-lo de colocar os seus exércitos em movimento. Na esteira da desacreditação do pacifismo de Nehru produzida desde os meses anteriores, os jornais portugueses referiam os esforços americanos para, seguindo os termos impressos em *O Século*, “deter o belicismo indiano”.<sup>559</sup> As tentativas de Galbraith eram secundadas pelas do secretário-geral da ONU, U Thant, que, em telegramas enviados a Nehru e a Salazar referenciados nos jornais, apelou urgentemente aos dois governos para não permitirem que a situação se deteriorasse ao ponto de constituir uma ameaça à paz e à segurança.

Contra a aparência de uma flexibilização da administração portuguesa, retratada como estando empenhada em solucionar pacificamente a questão de Goa, era o governo indiano que, ao invés, surgia exibido com uma postura implacável, pouco atreita a negociações (ver anexos, fig.45). A construção pela imprensa de uma imagem de inflexibilidade indiana, eliminando a idêntica austeridade pelo lado dos governantes portugueses, traduzia provavelmente a chegada a um ponto de saturação de Nehru e a sua determinação em não ceder no seu intento de forçar Portugal a devolver os enclaves à soberania indiana. Votada ao infortúnio a ação diplomática, a fase de

---

<sup>559</sup> Sobre as diligências americanas, ver: “O Departamento de Estado afirma: Kennedy jamais prometeu a Nehru que não apoiaria Portugal no caso de o Primeiro-ministro indiano tomar a iniciativa de expulsar pela força os portugueses de Goa”, *O Século*, 12-12-1961:1; “Em Nova Deli, o embaixador americano conferenciou com Nehru acerca da Índia portuguesa. Os EUA consideram Goa um território português e aconselharam o governo indiano a mostrar moderação e a não recorrer à força”, *O Século*, 16-12-1961:1; “Os EUA procuram deter o belicismo indiano – o embaixador Galbraith conferenciou novamente em Nova Deli com o Ministro dos Negócios Estrangeiros Dejai”, *O Século*, 17-12-1961:1.



bloqueio de recursos e a precedente ameaça de *satyagraha* - uma forma de ação direta com características de não-violência para obrigar os portugueses a sair de Goa, Damão e Diu –, a superioridade militar indiana anunciava pôr fim ao confronto entre dois Estados que colidiam com projetos de feição nacionalista, mas propensos a rumos antagónicos, num momento em que as forças portuguesas eram massivamente mobilizadas para a guerra em Angola. Não obstante as tentativas de concertação internacional, a Índia mantinha entretanto, segundo a imprensa britânica, cerca de 30 000 homens no terreno. Goa estava cercada pelas tropas.<sup>560</sup> Já não havia solução para o problema de Goa, dizia Nehru largamente citado na imprensa estrangeira, exceto a retirada dos portugueses do território (ver anexos, fig.87).

### **O drama em cena: a invasão de Goa e a demonização de Nehru**

No dia 18 de dezembro, a manchete do *República* anunciou: “Hora dramática para a Pátria” (ver anexos, fig.48). A notícia, baseada numa comunicação enviada de Belgaum e recebida em Nova Deli, a que se seguiu um comunicado oficial do ministro da defesa indiano, divulgava que as tropas da 17ª divisão de infantaria comandadas pelo general Candeth tinham atravessado a fronteira minutos depois da meia-noite. Uma nota oficiosa reproduzida do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal alegava estar perante uma transgressão do direito internacional e pedia a convocação urgente do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Além de requerer a condenação da União Indiana pelo que afirmava ser a “agressão militar não provocada de que estão sendo vítimas os territórios portugueses de Goa, Damão e Diu”, as instruções enviadas à missão permanente de Portugal junto das Nações Unidas contemplavam um pedido ao Conselho de Segurança para que ordenasse o cessar-fogo e determinasse a retirada das forças indianas das fronteiras do Estado Português da Índia.

O foco da imprensa salientou então bombardeamentos ao aeroporto de Panjim,<sup>561</sup> voos de aviões a jato sobre Goa e a ocupação do aeródromo do Damão,<sup>562</sup> desembarques navais ao sul de Goa (*República*, 18-12-1961: 8-9) e unidades marítimas indianas avistadas ao largo da costa<sup>563</sup> e a tomada das cidades de Sanquelim e Monlim. Há já notícias de mortes<sup>564</sup> e da chegada a Lisboa de grupos vindos de Goa.<sup>565</sup> O conceito de guerra, tão insistentemente camuflado durante as revoltas em Angola, surge agora sem pejo para definir a situação em Goa: “O primeiro acto de guerra da

<sup>560</sup> “Troops ready for war – and jets over Goa. Indians await word to attack?”, *Guardian*, 16-12-1961:7; «India’s Goa invasion “imminent”. Troop movements», *Daily Telegraph*, 16-12-1961:12.

<sup>561</sup> “Aviões de jato indianos bombardeiam e metralham o aeroporto de Panjim”, *República*, 18-12-1961: 8-9.

<sup>562</sup> “Tomada das cidades de Sanquelim e Monlim”, *República*, 18-12-1961: 8-9; “As tropas indianas ocuparam o aeródromo de Damão”, *República*, 18-12-1961: 8-9.

<sup>563</sup> “Aviões a jato sobre Goa e navios de guerra ao largo da costa”, *O Século*, 18-12-1961: 7.

<sup>564</sup> “Cinco soldados portugueses mortos num recontro com terroristas”, *Diário de Notícias*, 18-12-1961:5.

<sup>565</sup> “Novo grupo de evacuados de Goa chega hoje a Lisboa. O Ministro do Ultramar visitou as mulheres e crianças instaladas na colónia de férias “Dr.Teotónio Pereira”, *Diário de Notícias*, 18-12-1961:9.

União Indiana em território de Goa foi a ocupação de um posto fronteiriço português donde, de resto, a nossa polícia se retirara – acto que o General Vassalo e Silva denunciou aos jornalistas”, lê-se no interior dessa edição de *O Século* (18-12-1961: 7). A avaliar pelos relatos publicados, um ambiente de luto e comoção dominaria Goa. Um cortejo de silêncio que levava as relíquias de S. Francisco Xavier, apresentado como o evangelizador das terras da Índia portuguesa, seria acompanhado por milhares de pessoas entoando palavras de aclamação a Portugal e de repúdio pela União Indiana.<sup>566</sup> Através de altifalantes, escreve-se, ressoavam gritos inflamados contra a figura de Nehru e clamores de saudação pelos soldados que se estariam a bater em Goa, Damão e Diu.

Estava assim consumada a ação militar indiana sobre Goa, encerrando o ciclo de ameaças multiplicadas por Nehru e difundidas na imprensa. O episódio da entrada das forças indianas em Goa, frustrando as tentativas de dissuasão e as esperanças manifestas na imprensa analisada de que a doutrina pacifista não seria quebrada, reúne, uma vez mais, as características que o constituem enquanto acontecimento mediático. Ele responde ao afã comum à atividade jornalística, o de fornecer estórias, quanto mais dramáticas melhor, segundo uma dinâmica que encaixa num sentido de tempo de presente-futuro. Depois de uma intensa “guerra de nervos” acirrada de parte a parte e em que a imprensa se imiscuíra na organização da luta política, a ação espetacular de invadir o território funda um ato disruptivo que a imprensa portuguesa é impelida a noticiar. A “teatrocracia” moderna disponibilizada pelos *media* traz consigo, como salienta Georges Balandier (1992), esta inversão fundamental, em que a representação e a dramaturgia social deixam de refletir as relações de autoridade na sociedade, passando estes últimos a estar sujeitos ao regime de representação dos *media*. Tal representação significa que o modelo teatral da experiência social direta, tão estudada por Goffman (1993 [1956]), passou a estar sob a cadência da produção e do enquadramento de acontecimentos mediáticos. Na imprensa portuguesa, o grande drama da ação militar indiana em Goa motivou o emprego de uma denominação que deixa perceber a intenção desse enunciador difuso que está por detrás do texto. No *Diário de Notícias* sobressai o extenso título:

O crime inqualificável de um falso pacifista. Nehru ordenou a invasão de Goa, Damão e Dio. Um exército de 30 mil homens apoiado por aviação, artilharia pesada, blindados e unidades navais atacou, pouco depois da meia-noite local, em três pontos diferentes da fronteira: a partir de Savantadi no sul rumo ao norte de Goa, de Karwar ao norte rumo ao sul de Goa e de Belgaum ao sudoeste rumo a Sanqualim e Ponda antes de seguir rumo a Panjim e ao porto de Mormugao. As forças armadas portuguesas entraram em acção na defesa do nosso território. (ver anexos, fig.46)

Uma nota oficiosa fornecida pela Presidência do Conselho português e elaborada a partir do governador-geral de Goa, Vassalo e Silva, reproduzida também em primeira página do *Diário de Notícias*, confirmava que “depois de, nas últimas semanas, ter realizado poderosa concentração de

<sup>566</sup> “No cortejo do silêncio que levará as relíquias de S Francisco Xavier do município para a Sé incorporam-se descendentes dos vice-reis da Índia”, *O Século*, 18-12-1961:1.

forças, a União Indiana iniciou a agressão contra o Estado Português da Índia”. Junto a esta nota, transcreveram-se as palavras comunicadas pelo governador-geral do Estado da Índia ao ministro do Ultramar, afirmando estar perante um inequívoco “acto de agressão”<sup>567</sup> a que o governo respondia com uma ordem de internamento dos súbditos da União Indiana residentes no Ultramar português. A justificação da Índia, que aludia o avanço militar como resposta aos alegados incidentes na fronteira causados pelos portugueses e anunciava o desmantelamento da administração interna portuguesa em Goa, foi reduzida a uma mera campanha de difamação indiana e exposta com o intento de gerar indignação entre os recetores da notícia: «Revoltante cinismo de Nova Deli. O pretexto de que se serve a União Indiana para a invasão: Foram os portugueses que “atacaram” e “violaram” o território vizinho!», exclamava-se em título no *Diário de Notícias* (18-12-1961: 5).

Com a notícia de que o aviso Afonso de Albuquerque cessara de responder às chamadas pela rádio<sup>568</sup> e de que o início do bombardeamento das instalações do Comando Naval de Goa e a destruição da estação de rádio da capital de Goa deixara o território sem comunicações (ver anexos, fig.49),<sup>569</sup> as autoridades indianas e a agência *Press Trust of India* lograram instituir-se como a principal fonte de informação da região ocupada, não permitindo as forças militares indianas que os jornalistas estrangeiros passassem de Belgaum, onde se encontrava o quartel-general indiano. As fontes indianas alegavam a rápida progressão das colunas militares do general Candeth e a ausência de resistência do lado português. Mas na imprensa portuguesa a condição da informação e dos jornalistas na Índia tornou-se tema de notícia, usada para deslegitimar os relatos da União Indiana. As fontes indianas serão apenas referenciadas ora em desmentidos ora num âmbito em que, exaltando o sucesso do avanço das colunas indianas, faziam menção à oposição oferecida, em condições de grande desigualdade numérica, pelas tropas portuguesas. Perante o bloqueio informativo que recaía sobre Goa, a imprensa portuguesa transmitiu com frequência os noticiários da agência Reuters, cujo correspondente narrava como, numa viagem até à fronteira, depois de uma passagem por um posto de polícia portuguesa em Siquervale, a noroeste de Panjim, vira “tropas

<sup>567</sup> “Por motivos de segurança, e para eliminar qualquer possibilidade de nos ser atribuída a iniciativa de uma provocação ou agressão, foi ordenada a deslocação: ara cerca de 1 quilómetro da fronteira, no interior do nosso território, dos postos anteriormente localizados em Patardeu, Foquirpato, Siquervale, Maulinguen, e Polém. Forças da União Indiana violaram o nosso território para se instalarem nos postos abandonados de Siquervale e Maulinguen, causando a morte de cinco portugueses. Este ato é inequivocamente um ato de agressão, ao qual não se respondeu até ao momento. Mantém-se a calma em toda a província, não se tendo registado, ainda, outros incidentes. Tendo a União Indiana desencadeado uma agressão contra a Província do Estado da Índia, o Ministro do Ultramar mandou internar todos os súbditos da União Indiana residentes no Ultramar Português e tomar as providências adequadas para impedir que disponham dos seus bens. Estas medidas, entre outros fins, visam proteger os referidos súbditos da União Indiana contra qualquer reação motivada pelo ataque de que estamos a ser vítimas”.

<sup>568</sup> «Às cinco horas e trinta minutos (hora de Lisboa) o Afonso de Albuquerque deixou de comunicar. O Afonso de Albuquerque” deixou de responder às chamadas pela rádio feitas pelo Ministério da Marinha», *Diário de Lisboa*, 18-12-1961: 8. A acompanhar, está a foto de um navio identificado como “O aviso Afonso de Albuquerque”.

<sup>569</sup> “Aviões indianos bombardearam e metralharam o aeroporto de Goa e destruíram a estação emissora”, *Diário de Lisboa*, 18-12-1961:8.

portuguesas preparando-se para resistir e caixas de dinamite prontas para fazer ir pelos ares todas as pontes”. O correspondente conta ter acabado detido pelas autoridades indianas durante cerca de uma hora juntamente com outros jornalistas, entre eles o correspondente do *Daily Telegraph*.<sup>570</sup>

Algumas notícias apontaram a alegada simpatia manifestada pela União Soviética pela tomada de Goa, Damão e Diu.<sup>571</sup> Brezhnev, em visita de duas semanas à Índia, numa receção dada em sua honra pela Sociedade Cultural Indo-Soviética, foi citado como tendo dito apoiar “fervorosamente a abolição do colonialismo em todas as suas formas e manifestações” e declarado o seu auxílio às ações da União Indiana para “libertar e integrar os enclaves de Goa, Damão e Dio”.<sup>572</sup> Durante uma reunião com Nehru, Brezhnev teria mesmo sugerido ao primeiro-ministro indiano que “quanto mais depressa fossem integrados os territórios portugueses na União Indiana, melhor”. Paralelamente, vários artigos prosseguiram a defesa do que sugeriam ser o legado português na Índia: “Goa é terra e sangue de Portugal”, proclamava uma notícia dizendo reproduzir uma declaração do general brasileiro F. Peixoto Keller (*Diário de Notícias*, 18-12-1961: 9); “A União Indiana deve o melhor do que tem à presença dos portugueses e dos ingleses”, refere-se numa outra, baseada num artigo do jornal espanhol *ABC (O Século*, 28-04-1961: 9); “Portugal nada tem que negociar sobre aquilo que lhe pertence”, teria asseverado o jornal *Ya*; “Nehru quer apagar a última luz do Ocidente que brilha no Oriente longínquo”, diria o correspondente em Lisboa do *Arriba (O Século*, 18-12-1961: 7).

A rotina de silenciamento do regime viu-se novamente posta em causa pela hermenêutica do acontecimento mediático, ele mesmo criador de sentido e portador de um certo poder de desvendamento. O anúncio da movimentação militar sobre Goa revela forçosamente o momento fator da queda do Estado da Índia. E o ambiente noticioso em que ela se inscreve e a que dá continuidade pode ser tomado como indicativo do papel revelador da imprensa quer do nacionalismo imperial reacionário do Estado Novo quer do desígnio oposto, mesmo que não dito, de cunho independentista anticolonial da União Indiana. Do mesmo modo que a imprensa portuguesa vinha tendo um papel proeminente como condutora de influência em prol da causa imperial, a dinâmica da noticiabilidade faz com que, não obstante os mecanismos de distorção, a imprensa atue como veículo propagador dos eventos de oposição ao poder imperial. A longa batalha pela opinião, que tinha precedido a concretização das ameaças de recorrer às armas e sido partilhada por ambas as forças em contenda para impor a sua conceção e os seus interesses a uma audiência vasta, prosseguiu então depois de a ação militar ser efetivada no terreno. Ela materializou-se numa

<sup>570</sup> “Held by sikhs. Reporters at Border”, *Daily Telegraph*, 18-12-1961:1.

<sup>571</sup> “A União Soviética vê com simpatia a tomada de Goa, Damão e Dio – declara o presidente russo em Bombaim”, *Diário de Notícias*, 18-12-1961:5; “Carta dos Estados Unidos. Agressão comunista no Sudeste asiático”, *Diário de Notícias*, 18-12-1961:9.

<sup>572</sup> “A Rússia está ao lado da União Indiana contra Portugal – afirmou em Bombaim o Presidente Soviético”, *O Século*, 18-12-1961:7.

luta pela definição da situação em que a linguagem voltou a evidenciar-se como uma peça chave. Além da repetição da palavra “agressão” ou “invasão”, expostas sem cessar nos títulos e no corpo das notícias, os artigos publicados frisaram as frustrações das múltiplas tentativas de resolução do diferendo por uma via pacífica. Sublinharam vezes sem conta o facto de a ordem ter sido decretada após o primeiro-ministro indiano ter rejeitado a forte pressão das Nações Unidas para evitar uma conquista pela força das armas e três horas apenas depois de uma derradeira tentativa do embaixador dos EUA junto de Nehru, naquele que era o seu terceiro apelo no espaço de uma semana para que não fosse usada a força para anexar o território português.<sup>573</sup> Recordou-se também o ultimato que a oposição indiana impusera a Nehru em meados de dezembro dando-lhe o prazo de apenas uma semana para “libertar Goa”. Tinha igualmente saído gorada a proposta do governo português de enviar observadores internacionais neutrais para a fronteira indo-portuguesa, uma proposta noticiada com destaque nas semanas anteriores na imprensa portuguesa<sup>574</sup> e que havia atraído a atenção da imprensa britânica.<sup>575</sup>

Com a passagem das ameaças à ação, a imprensa portuguesa apresentou as forças da União Indiana como uma ameaça letal para o dito legado ocidental cristão no Oriente, de que o Estado Novo, e Salazar em especial, se apregoava representante. A imagem de Salazar como a consciência do Ocidente no continente indiano colheu receptividade entre a direita maurassiana francesa, como se depreende do trabalho dado à estampa pelo coronel Rémy, *Goa. Rome de l'Orient* (1955). Célebre resistente francês durante a Segunda Guerra Mundial e simpatizante da *Action Française*, o coronel Rémy, que chega a instalar-se em Portugal em 1956, destacava-se então como partidário da Argélia francesa, assinando inclusive, em 1960, um apelo aos intelectuais de direita contra um manifesto de 121 académicos e artistas que acabava de apoiar o movimento de independência da Argélia e de denunciar o militarismo e a tortura dos militares na Argélia. Rémy expressou a sua afinidade com a conceção, propagandeada pelo regime de Salazar e veiculada na imprensa de Lisboa, da importância da permanência portuguesa na Índia como baluarte dos valores tradicionalistas cristãos no Oriente. Por sua vez, o ato de combater as forças da União Indiana foi apresentado na imprensa portuguesa como uma legítima autodefesa. Se já nos dias precedentes, a subida de tom de Nehru era acompanhada na imprensa de um modo que visava criar um estado de ansiedade coletiva e

<sup>573</sup> “O ataque indiano foi lançado apenas três horas depois da última diligência do embaixador dos EUA em Nova Deli junto do primeiro-ministro, Nehru”, *O Século*, 18-12-1961:7; «“Não é possível negociar”, declarou Nehru ao Secretário das Nações Unidas. Horas depois, ordenava o lamentável ataque», *O Século*, 18-12-1961:16.

<sup>574</sup> “O envio de observadores internacionais para a fronteira do Estado da Índia é proposto pelo Governo português, o qual desmente as acusações da União Indiana que pretende criar um clima emocional justificativo de uma eventual agressão. O Conselho de Segurança da ONU foi advertido por Portugal da grave situação criada pelo governo de Nova Deli”, *Diário de Notícias*, 09-12-1961:1.

<sup>575</sup> “Portugal calls for independent inquiry on Goa”, *Guardian*, 09-12-1961:7; “Lisbon proposes observers”, *The Times*, 09-12-1961:7; “Call for Goa Observers. Lisbon proposal”, *Daily Telegraph*, 09-12-1961:16.

estigmatizar a imagem do primeiro-ministro, com a ação militar observa-se a escalada da demonização das forças indianas e o exacerbar de um discurso canalizado para a difusão do ódio,<sup>576</sup> nomeadamente pelo uso de “palavras choque” (Kerbrat-Orecchioni, 1990). De imediato, as atenções das colunas editoriais recaíram sobre Nehru. Em *O Século*, além da notícia central que anunciava a “Invasão de Goa, Damão e Dio”,<sup>577</sup> o destaque da primeira coluna da capa incide na peça “A hipocrisia acabou!”. *Grosso modo*, o editorial evidencia uma duplicidade na conduta de Nehru, que, contra a concertação de esforços internacionais para dirimir o conflito de modo pacífico, acabava de enveredar pela opção militarista em Goa enquanto mantinha uma postura de silêncio face à China. A invasão de Goa viria, assim se afirma na peça, desvelar a falsidade do pacifismo de Nehru e pôr termo ao que se diz ser a sua hipocrisia. Leia-se o seguinte excerto deste editorial:

A crise enervante do Estado da Índia, criada artificialmente pela cupidez sem freio do Sr. Nehru e dos seus sequazes, teve fim ontem, pouco depois das 0 horas. Às recomendações do presidente dos EUA, aos conselheiros diplomáticos do gabinete de Londres, às diligências do Brasil, às indicações prementes determinadas pelo generalíssimo Franco, que neste transe, como já o fizera noutros, se portou com desassombro e amizade, aos esforços da França e, enfim, aos de todos os países do Mundo Ocidental que, reconhecendo a razão portuguesa, connosco se solidarizaram, o Sr. Nehru, que tem andado pelo Mundo de calcinhas brancas e um raminho de oliveira no bico adunco, voltou-lhes as costas. Atirou fora a máscara e seguiu o partido dos seus grandes amigos da Rússia soviética a cujo presidente quis oferecer, como brinde na significativa visita que neste momento – aliás, bem escolhido, como se vê – está realizando a Nova Deli, o estrondoso trofeu da invasão de território português de cinco séculos de Estado da Índia, que erguemos com o nosso ardor, com a nossa fé, com a nossa bravura e com os nossos sacrifícios. Toda a Nação está disposta a sofrer os sacrifícios indispensáveis para garantir a integridade dos nossos valores morais ainda que a nossa força não chegue para evitar a consumação do atentado. Esta atitude de fidelidade à própria História explica que, para atacar um tão pequeno território, guarnecido de tão minguadas forças, a União Indiana tenha sentido a necessidade de mobilizar mais de 30 mil homens e todo o seu potencial bélico! Dificilmente poderia ter confessado de maneira mais nítida a grandeza do respeito que inspira o nome de Portugal naquelas paragens. Enquanto o estadista indiano, depois da hipocrisia, resolveu empregar meios militares para levar a cabo o seu acto de rapinante, a sua Índia, de milhões de habitantes, contorce-se permanentemente na fome, é assolada pelas epidemias mais terríveis, e jaz, na maior parte do seu território, na mais lamentável ausência de higiene e no mais triste analfabetismo. Milhares e milhares de indianos morrem, anualmente, por carência de subsistências, ou roídos pelas doenças que se não combatem por indolência e por incompetência manifesta. Que lhe importa? Entretanto, o Sr. Nehru passeia as suas calcinhas brancas e o seu raminho de oliveira pelas grandes urbes e refastela-se nos amplos “fauteuils” das conferências internacionais, gritando a plenos pulmões: “Eu sou o anjo da paz! Eu sou o anjo da paz!” Tanta candura!...

As acusações ao falso pacifismo de Nehru sucederam-se em catadupa: “Portugal é vítima de um criminoso de guerra. O falso pacifista Nehru deixou cair a máscara”, lê-se num título do interior do *Diário de Notícias* (18-12-1961: 5); “O crime não deteve Nehru. Entrou na fase que para sempre o deixará marcado, e como nunca, pelo ferrete da sua própria ignomínia”, teria afirmado o jornalista

<sup>576</sup> A este respeito, ver C. J. Hamelink, 2016 (2011).

<sup>577</sup> «Invasão de Goa, Damão e Dio. As forças Portuguesas estão a bater-se para defenderem a terra da Pátria. Três colunas do exército indiano entraram no distrito de Goa após intensa barragem de artilharia e com apoio de “tanks”, aviões e navios», *O Século*, 18-12-1961:1.

João Coito numa comunicação na véspera na Rádio Televisão, citada no matutino.<sup>578</sup> O jornalista prosseguiu: “Pobre glória a do tartufo, bárbaro hindu que desonrou a memória de Gandhi, que se revelou a personificação do autêntico impostor (...) A ninguém podia enganar a atitude do Pandita, que sempre sorriu para gregos e troianos e correu o mundo a pregar a Paz”. E, a concluir, João Coito declarou ainda: “Agora, diante do crime consumado, diante dos métodos utilizados, que desafiavam todos os métodos utilizados pelos agressores ao longo da História, veremos se ainda fica alguém que acredite na bondade da sinistra figura de rosa da lapela e ódio no coração”.

Seria redundante enumerar de forma exaustiva ou transcrever extensamente passagens de inúmeras outras peças que preencheram as páginas destas edições, cujo sentido geral tende a repetir-se; com o aproximar das eleições, marcadas para fevereiro de 1962, Nehru teria pretendido, ao decretar o avanço militar sobre Goa, inverter a imagem de fraqueza resultante das perdas com as incursões chinesas, procurando também por essa via corresponder às expectativas dos afro-asiáticos, entusiasmar a opinião indiana e atrair os membros do Congresso mais sintonizados com a orientação radical do ministro da defesa, Krishna Menon (Brechtner, 1968). Indiferente às tentativas de conciliação engendradas pelas potências ocidentais, e contando com a conivência da União Soviética, Nehru tomara a decisão que traía a doutrina pacifista herdada do mahatma Gandhi. Este sentido mantém-se inalterado seja em artigos de cariz opinativo ou em notas oficiosas dos ministérios, seja em afirmações que apareciam como transcritas da imprensa estrangeira (ver anexos, fig.47): Nehru era um “agressor desavergonhado”, acusaria o *Daily Express* citado no *Diário de Lisboa*.<sup>579</sup> Na mesma página, o vespertino reproduzia a advertência do *Guardian* de que o avanço sobre Goa “colocaria a Índia na defensiva no fórum internacional”, e a do *The Times* que, segundo a orientação inferida neste diário português, entendia não serem os enclaves uma ameaça para a paz: “O morticínio de Nehru em Goa que se segue à sua campanha brutal em Caxemira, deixá-lo-á seguramente sem amigos entre os povos livres do Mundo”, terá alegado o *The Times*. A invasão de Goa era uma ação “trágica e infantil”, nas palavras citadas do *New York Times*,<sup>580</sup> e um revés para a aspiração da Índia a campeã da paz. “Um escárnio do Direito Internacional” que poderia “comprometer as próprias bases da convivência pacífica entre os povos”, assim se lhe teria referido um texto no matutino madrilenho *Hoja del Lunes*<sup>581</sup> assinado por Pedro Gomez Aparício.

Entre a imprensa francesa citada no *Diário de Lisboa*,<sup>582</sup> o conservador *L’Aurore* é destacado

<sup>578</sup> «“Somos poucos mas temos ânimo! Havemos de estar à altura das nossas tradições!” – Foram as últimas palavras do General Vassalo e Silva ontem ouvidas em Lisboa», *Diário de Notícias*, 18-12-1961: 5.

<sup>579</sup> “A invasão do Estado da Índia. Condenando Nehru a imprensa internacional ocupa-se largamente da invasão”, *Diário de Lisboa*, 18-12-1961: 11.

<sup>580</sup> “A repercussão nos EUA”, *Diário de Lisboa*, 18-12-1961: 9.

<sup>581</sup> “Repulsa manifestada em Madrid”, *Diário de Lisboa*, 18-12-1961: 8.

<sup>582</sup> “A opinião em França”, *Diário de Lisboa*, 18-12-1961: 8.

julgando que a “pequena guarnição de Goa permitirá, pelo menos, desmascarar com retumbância a impostura daquilo a que se convencionou chamar o neutralismo”; e uma peça assinada por André François-Poncet no *Figaro* mencionava que o recurso à força, contrário à doutrina da não-violência de que se reclamava Nehru, afetaria gravemente o seu prestígio, tanto mais que as três parcelas no litoral em nada incomodavam a enorme União Indiana, pois que, no fim de contas, Goa não passava de uma “pulga sobre as costas de um elefante”. Na perspetiva do artigo, o “apetite dos grandes” não justificava a “absorção dos pequenos”, pelo que a ação de força constituía uma “acção nefasta, indigna de um grande país, indigna de um Homem como Nehru e do crédito dado ao seu valor moral”. Um confronto dos excertos reproduzidos no jornal português com a peça original publicada no *Figaro* permite constatar que o sentido da peça não foi deturpado no processo de citação, propondo um entendimento da ofensiva geral contra Goa que vai ao encontro do que vinha sendo sugerido na imprensa portuguesa. A única razão que o cronista francês dizia poder explicar uma intervenção da União Indiana era o que ele designava por “totalitarismo nacionalista”,<sup>583</sup> a cólera derivada da resistência de um fraco às exigências de um forte e da condição de Goa enquanto porta de entrada da influência ocidental. O avanço sobre Goa, lê-se no artigo, desenrolava-se sobre um fundo de hostilidade contra o Ocidente e sem que se prenunciasse qualquer sinal de desconforto da população goesa face a Portugal. Goa seria uma “província pobre” que Portugal sustentava e ao abrigo da qual toda a população, portugueses e autóctones, católicos e muçulmanos, gozava do mesmo estatuto, dos mesmos direitos, da mesma faculdade de acesso à instrução e a postos administrativos. Nenhuma desordem em Goa viria, portanto, de dentro.

### **O debate no Conselho de Segurança e o veto soviético**

Enquanto o debate no Conselho de Segurança, reunido a pedido de Portugal, começou a ganhar protagonismo nas páginas dos jornais, notícias baseadas nos relatos do correspondente da agência Reuters em Nova Deli, Gordon Martin, referiam combates renhidos durante horas a fio em redor da cidade de Pondá, a cerca de 40 quilómetros no interior do território goês, e no porto de Mormugão e davam conta de “baixas consideráveis em ambos os lados”. As mensagens de Gordon Martin, uma

---

<sup>583</sup> Cf. seguinte passagem do texto: “Les nouvelles qui nous parviennent d’Orient font craindre que l’Union indienne ne soit sur le point de mettre fin par la force au débat qui se déroule depuis plusieurs années entre elle et le Portugal, à propos de Goa. Cette action, si elle se réalisait, serait une mauvaise action, indigne d’un grand pays, indigne d’un homme comme Nehru, et du crédit que l’on accorde à sa valeur morale (...) La comparaison de la superficie territoriale et du chiffre de la population, d’un côté et de l’autre, fait ressortir qu’il n’y a pas de commune mesure. Goa, c’est une puce sur le dos d’un éléphant. L’existence des trois parcelles au bord de l’océan et des deux enclaves à l’intérieur du pays ne gêne en rien la vie de l’énorme Union Indienne. On a beau chercher: on ne trouve:our expliquer le comportement de l’Inde, qu’un mobile: le nationalisme, le totalitarisme nationaliste, l’agacement devant un point de couleur différente sur une carte, la colère en face de la résistance d’un faible aux exigences d’un fort, mais aussi le fait que Goa est une porte par laquelle pénètre l’influence occidentale. Le procès intenté à Goa se déroule sur un fond d’hostilité contre l’Occident. Il met aux prises le loup, qui voudrait convaincre l’agneau de se laisser manger, et l’agneau qui s’y refuse. Le loup aura-t-il recours à la force? (...)”, “La puce et l’éléphant”, *Figaro*, 18-12-1961: 1 e 20.



das quais continuada a partir de um navio britânico ali estacionado, ofereceram um relato em tempo real, o que as impregnava de um efeito dramático, propício a envolver os leitores e a despertar o nervosismo e a expectativa entre os que acompanhavam o desenrolar desta trama. A bordo do navio Pioneer Merchant, Gordon Martin relatou:

Dois navios de guerra indianos aproximam-se rapidamente no momento em que esta mensagem está a ser dactilografada. A troca de tiros entre o Afonso de Albuquerque e os navios indianos prolongou-se ainda por 45 minutos, após o que o navio português regressou ao porto, atingido, e, com dificuldade, dirigiu-se a terra e encalhou. Fogo esporádico continuou a ser feito pelos barcos indianos, sendo respondido pelo navio português, mas uma hora depois os canhões ficaram silenciosos. Às 13.45, horas locais (8.15 TMG) os tiros continuam, de bordo dos barcos indianos, e o Pioneer Merchant vai fazer-se ao largo. Nós regressamos a terra.

No terreno, a desproporção de elementos militares evidenciada nas notícias fazia prever um desfecho pouco auspicioso para as forças portuguesas, uma previsão acentuada pelo espectro da desistência e rendição do general Vassalo e Silva que as notícias faziam passar, mesmo que sob o prisma do desmentido. Na imprensa portuguesa, porém, o sentido dominante, por vezes fundamentado na alusão a fontes indianas,<sup>584</sup> foi o de uma resistência hercúlea dos soldados portugueses que, apesar da sua inferioridade numérica, se recusariam a abandonar a luta pela sempre designada defesa de um pedaço de terra português. As primeiras páginas dos diários de Lisboa foram preenchidas por uma profusão de títulos que, sustentadas nas palavras de ordem de Vassalo e Silva, montavam uma encenação da resistência das forças portuguesas em Goa: “Resistiremos até ao fim – proclamou em Goa o Governador Vassalo e Silva. Com os indianos às portas de Pangim, os portugueses opõem-se-lhes desesperadamente e por todos os meios retardam o seu avanço”, anunciava a manchete de *O Século* (19-12-1961).<sup>585</sup> Logo abaixo: «Numa gloriosa proeza o velho aviso “Afonso de Albuquerque” fez frente durante quase duas horas aos canhões dos navios indianos». E ao centro da página, “Goa está a defender-se ordenada e vigorosamente frente ao inimigo poderoso e sem escrúpulos. O povo colabora com as forças portuguesas o que surpreende o invasor”.<sup>586</sup> A missiva do governador-geral fez também a manchete do *Diário de Notícias* (19-12-1961): “A nova gesta heroica dos portugueses na Índia. Goa resistirá até ao fim! declarou ontem o

<sup>584</sup> «Na proporção de um contra seis os portugueses fazem frente ao “rolo compressor” inimigo. Baixas elevadas de parte a parte – comunica-se de fonte indiana», *O Século*, 19-12-1961:1; «Nova Deli afirma: Os invasores chegaram às portas da cidade de Goa, lutando constantemente com as forças portuguesas que lhes opõem denodada resistência e lhes infligem pesadas baixas apesar de combaterem na proporção de 15 para um», *Diário de Notícias*, 19-12-1961:1.

<sup>585</sup> “Resistiremos até ao fim – proclamou em Goa o Governador Vassalo e Silva. Com os indianos às portas de Pangim, os portugueses opõem-se-lhes desesperadamente e por todos os meios retardam o seu avanço. Goa está isolada do resto do Mundo depois de a aviação inimiga ter bombardeado e destruído o aeroporto e a emissora. O Afonso de Albuquerque atingido e encalhado”, *O Século*, 19-12-1961:1.

<sup>586</sup> Ver também “Até às 5 horas de ontem os departamentos militares do Governo português mantiveram contacto com Goa”, *O Século*, 19-12-1961:9. Segundo a notícia, um comunicado do Serviço de Informação Pública das Forças Armadas garantia ser elevado o moral das forças militares portuguesas. Nova Deli, que se vangloriava de dominar Goa nas próximas quatro horas, via assim, nos termos impressos no comunicado, “adiado por mais largo tempo, mercê do heroísmo dos soldados portugueses, o seu criminoso intento”.

general Vassalo e Silva à varanda do palácio do Hidalcão. Heroica batalha travada pelo aviso Afonso de Albuquerque contra um cruzador e um contratorpedeiro indianos” (ver anexos, fig.50).<sup>587</sup> A investida indiana sobre Goa continuou a ser exposta na imprensa sob o ângulo do direito internacional, nomeada como uma violação dos termos da Carta das Nações Unidas e como um ato de agressão não provocado, revelador de uma política externa contrária ao neutralismo indiano. Na arena internacional, a invocação portuguesa da Carta das Nações Unidas foi recebida com sarcasmo e consternação. O delegado indiano, numa intervenção que viria a ser referenciada pelo enviado especial do *Le Monde* às Nações Unidas,<sup>588</sup> salientou a “ousadia portuguesa” ao invocar a Carta quando, dizia, era Portugal que a vinha ignorando constantemente desde a sua entrada na organização internacional e violando as suas resoluções. Os portugueses, afirmou Jha, estavam na Índia na sequência de um processo puro e simples de conquista, conforme à divisa colonial “dividir para vencer”, e tinham explorado a hospitalidade dos povos locais para se implantar no território e impor-lhes o seu jugo. Tinha sido assim que a Grã-Bretanha, a França e Portugal partilharam o solo indiano. Mas enquanto aqueles se tinham resolvido pela cessação dos territórios à União Indiana, Portugal, acusava Jha, recusara “de forma ofensiva”, durante 15 anos, todas as ofertas de negociação sobre Goa e violava as resoluções da Assembleia sobre a abolição do colonialismo.

Na imprensa portuguesa, estas afirmações do representante indiano foram votadas ao silêncio, pressupostas apenas através da denegação conduzida nas respostas do delegado português, Vasco Garin, ou referidas de um modo que as reduziu ao absurdo e que primava pelo mecanismo da inversão das alegações indianas: à Índia foi imputado o título de potência agressora reservando-se para Portugal o estatuto de vítima. Convém abrir um breve parêntesis para referir que as acusações de representantes da União Indiana, que agravaram o litígio entre Portugal e a ONU nesses finais de 1961, coincidiram com a aprovação da Resolução 1699 (XVI) pela qual a Assembleia Geral instituiu um Comité Especial para os Territórios Administrados por Portugal (Comité dos Sete), cuja função essencial era reunir informações para analisar a situação de Portugal perante as obrigações decorrentes da Carta das Nações Unidas em matéria colonial. Na mesma resolução, convidaram-se os Estados membros a pressionar Portugal a cumprir os deveres decorrentes do

---

<sup>587</sup> As notícias da alegada resistência portuguesa prosseguem no interior do jornal: “As tropas indianas chegaram às portas de Goa apesar da tenaz resistência portuguesa e das pesadas baixas sofridas”, *Diário de Notícias*, 19-12-1961:5. Ver subpontos “É tal a heroica resistência portuguesa que os indianos pensaram em aumentar os efetivos invasores”; “Em Damão e Diu as forças portuguesas continuam a resistir aos invasores, infligindo-lhes pesadas baixas”. Também são citadas declarações nas páginas interiores desta edição do jornal que renderiam homenagem às forças portuguesas, contribuindo para reforçar o sentido de devoção à alegada defesa de Goa. Ver a este respeito “Soa a hora do heroísmo em plenitude cristã e portuguesa: soa a hora de doação total à Pátria e a Deus! – proclamou o reverendo Dr. Domingos dos Santos”, *Diário de Notícias*, 19-12-1961:8; “Inclino-me respeitosamente perante os que tombaram e os que hão de ainda tombar – declarou o duque de Bragança numa mensagem aos portugueses”, *Diário de Notícias*, 19-12-1961:8.

<sup>588</sup> “L’attaque Indienne contre l’enclave portugaise de Goa. Les deux séances du Conseil de Sécurité”, *Le Monde*, 20-12-1961:2.

estatuto de membro da ONU e a recusar qualquer ajuda ou assistência que pudesse ser utilizada contra as populações dos territórios coloniais (Silva, 1995: 14).

As intervenções do embaixador Vasco Garin no Conselho de Segurança ganharam grande visibilidade ao longo dos dias seguintes e contribuíam para reforçar um enquadramento coercivo, tendente a intoxicar o âmbito público contra a União Indiana. Vasco Garin acusou a Índia de “agressão plenamente premeditada e não provocada” contra Portugal em Goa e “de violação dos direitos de soberania portuguesa e da carta das Nações Unidas” e fez notar o que designou de cinismo e hipocrisia de Nehru e Krishna Menon, que “entre dois sermões pacifistas, prepararam a agressão contra Goa”.<sup>589</sup> O representante português aparece a recordar que Salazar havia oferecido o território de Goa a uma investigação internacional para constatar o que alegava ser a situação perfeitamente calma que aí vigorava e para negociar os seus litígios com o governo indiano. A imprensa divulgou também um memorando sobre a situação em Goa enviado ao Presidente do Conselho de Segurança.<sup>590</sup> Nele, o delegado português não considerava, em nome do governo de Lisboa, que a União Indiana, ao tornar-se independente, adquirira o direito de incorporar outros territórios que não dependiam da soberania britânica. E, depois de refutar as acusações indianas de Goa, Damão e Diu não passarem de colónias, perguntou em que medida esses territórios se tornariam mais independentes se fossem subtraídos à soberania portuguesa passando para a indiana. Num discurso de três quartos de hora referenciado no *Diário de Lisboa*,<sup>591</sup> Vasco Garin propôs-se corrigir o que identificava como “erros” cometidos ao longo do debate, e cuja emenda reafirmaria o suposto direito de soberania de Portugal. Em primeiro lugar, ressaltou que a União Indiana não se confundia com a Península Indostânica, a qual era composta, além da União Indiana, pelos Estados Himalaios, pelo Estado Português da Índia e pelo Paquistão. A inexistência de uma unidade política nessa Península anulava o direito da União Indiana de anexar os territórios vizinhos. Retomou depois os argumentos, propostos pelo lado indiano, da raça, da religião e do colonialismo. A fazer valer o critério da raça, alegava Vasco Garin, deveria também a União Indiana dar a independência a vários povos nela incluídos com uma etnia distinta; no que tocava ao aspeto religioso, sublinhou a condição constitucional da União Indiana de “Estado laico”; e, por fim, no que concerne o argumento do colonialismo, arguiu que «nem a metrópole nem a população metropolitana “exploram” Goa», que, segundo ele, gozava de “larga autonomia administrativa e financeira, enquanto os goeses têm na metrópole acesso a todas as carreiras e a todos os postos”.

<sup>589</sup> “No Conselho de Segurança, reunido a pedido de Portugal, o embaixador Vasco Garin pediu a condenação do ataque indiano e ordem imediata de cessar-fogo e de evacuação das tropas invasoras. Os EUA e a Inglaterra classificaram a invasão de violação flagrante da carta da ONU e apoiaram os pedidos do nosso país”, *O Século*, 19-12-1961:16.

<sup>590</sup> “Num memorando sobre a situação em Goa o delegado português na ONU mostra os nossos direitos e refuta as alegações da União Indiana”, *O Século*, 19-12-1961:16.

<sup>591</sup> “Crime atroz contra uma população livre” – declarou o Embaixador Vasco Garin”, *Diário de Lisboa*, 19-12-1961: 8.

Uma nova moção ao Conselho de Segurança, apresentada pela França, pela Turquia, pela Inglaterra e pelos EUA, em suporte da acusação de Portugal contra a União Indiana, veio colocar no respeito pelo princípio dos direitos de igualdades e da autodeterminação dos povos o ponto fulcral da regência das Nações Unidas e a condição *sine qua non* do fomento das relações amistosas entre as nações. Repetindo as cláusulas do cessar das hostilidades e da retirada das forças indianas, estabelecidas pelos portugueses, a moção pedia a ambas as partes que elaborassem uma solução permanente para os seus diferendos por meios pacíficos. O Ceilão, a Libéria e a RAU responderam com uma outra moção na qual afirmavam “rejeitar a queixa de agressão apresentada por Portugal contra a Índia” e pediam a Portugal que pusesse termo “à acção hostil e que coopere com a Índia na liquidação de todas as suas possessões coloniais na Índia”. A resolução afro-asiática, na qual se declarava que o problema de Goa era de ordem colonial e que a presença dos enclaves portugueses constituía um perigo para a paz e a segurança e um incómodo para a unidade da Índia, foi rejeitada com quatro votos a favor e sete abstenções. Por sua vez, não obstante a maioria de votos granjeada, a resolução ocidental saiu também gorada pelo veto soviético.

Quando o veto da Rússia foi impugnado, após 9 horas ininterruptas de debate, invalidando a resolução proposta por Portugal,<sup>592</sup> Garin surgiu na imprensa a deplorar que o “valente mas indefeso povo de Goa, Damão e Dio tenha sido cinicamente sacrificado ao ídolo do poder e da força”, a criticar o triunfo no Conselho de Segurança do que designou como a “ilegalidade internacional”, e a prevenir que Portugal continuava a reservar-se “categoricamente todos os direitos” sobre os três territórios para que “o direito da justiça volte a prevalecer de novo”. O representante português na ONU desponha ainda com a seguinte declaração que dirigiu ao chefe da delegação soviética: “A história julgará quais os países-membros que desonraram esta noite as Nações Unidas e, de facto, o papel da humanidade”.

Secundando o sentido de revolta imanente às expressões citadas de Vasco Garin, vários editoriais propunham-se então analisar o significado do debate nas Nações Unidas. Para o *Diário de Lisboa*, o resultado do debate, apesar de aprovar por maioria a resolução de um país que se dizia vítima de um ato qualificado de agressão, vinha evidenciar que as alianças de Portugal (aliança com a Grã Bretanha e Pacto do Atlântico) “não funcionaram”.<sup>593</sup> O enviado especial de *O Século* à ONU, Domingos Mascarenhas, prosseguiu a descridibilização da União Indiana, apontada como instigadora de um caos internacional: “«A Lei da Selva” nas relações internacionais eis o que a União Indiana entusiasticamente advogou perante o Conselho de Segurança», afirma-se logo no

<sup>592</sup> “«Portugal continuará a defender por todos os meios os seus direitos” – declarou Vasco Garin no Conselho de Segurança», *Diário de Lisboa*, 19-12-1961: 8.

<sup>593</sup> “O significado do debate”, *Diário de Lisboa*, 19-12-1961: 9.

título da peça (19-12-1961: 1). Em todo este processo, a solidariedade manifestada pela diplomacia espanhola, que, a par do elogio recorrente à influência portuguesa no Oriente, agitava a suspeita da falta de solidariedade dos restantes aliados<sup>594</sup> esteve na origem de editoriais nos jornais portugueses. Um texto publicado no *Diário de Lisboa*<sup>595</sup> referiu-se às diligências espanholas, manifestas ou ainda em segredo das chancelarias, como a “prova inequívoca de uma compreensão e de uma solidariedade que Portugal não pode esquecer e que vem reforçar a amizade entre dois países com interesses comuns a defender: valores morais a preservar”.

Nesta tendência para a demonização da União Indiana e de Nehru, a imprensa viu-se enredada na revelação da autocontradição da posição portuguesa; Portugal, que enviava as suas tropas para Angola para salvaguardar a sua administração colonial, sob a alegação de defender o território de inimigos estrangeiros, acusava a União Indiana de um ato de agressão ao mover as suas tropas para Goa. Mais ainda, depois de desprezar continuamente qualquer debate sobre a autodeterminação nas suas colónias, a imprensa fez passar as críticas tecidas no Conselho de Segurança acusando a União Indiana de não valorizar a vontade dos povos locais, afeiçoados à presença portuguesa e receosos das movimentações indianas, segundo sugeriam os jornais. A imprensa explorou constantemente a complexa questão de Caxemira e a rejeição de um referendo para resolver a contenda com o Paquistão para afirmar o desrespeito da Índia pelos direitos de autodeterminação.

Apesar desta incongruência descodificável nas referências ao posicionamento português sobre o problema colonial, o sentido dos textos publicados ressoa uma aparente coerência extrema e o enquadramento noticioso aspira a restituir um sentido de lógica: em Angola como na Índia, Portugal apresentava-se como vítima de ataques à sua soberania. A construção patológica de um inimigo externo com intentos diabólicos manteve-se, concentrando numa figura a causa de todos os males que urgia eliminar; do mesmo modo, Portugal continuou a ser retratado como o garante da sociedade ocidental cristã, justificando-se o apoio internacional por se estar uma vez mais diante de um combate ao comunismo. Todo este enquadramento e o ato de conceptualização da ação militar como “invasão” ou “agressão” percebem-se como um exercício distorcivo ou pelo menos produtor de um sentido estático, alheio ao historial de contestação à soberania portuguesa na Índia e destinado à fabricação de uma imagem de Nehru como inimigo. Essa mesma dimensão instrumental da denominação, ao serviço dos interesses de quem está por detrás do texto, foi realçada por Schopenhauer (1996 [1864]), que, na sua lista de “estratagemas” enumerados na “arte de

<sup>594</sup> “A Espanha não pode ter outra posição honesta que não seja a de se manter fervorosamente ao lado de Portugal – escreve o *ABC*”, *O Século*, 18-12-1961:7.

<sup>595</sup> “Compreensão e Solidariedade”, *Diário de Lisboa*, 18-12-1961:1. Segundo a notícia, uma nota oficial do governo de Franco tornava pública a “repulsa ante qualquer procedimento de agressão ou violência ou perante ações que impliquem um atentado contra a soberania territorial de um país” e acentuava o apelo dirigido ao secretário de Estado norte-americano da “necessidade de tomarem os EUA posição mais favorável a Portugal no que respeita a Goa e a Angola”.

ter razão”, dedicou um deles à importância da escolha das palavras. Quando a conversação versa sobre um conceito geral, escreve Schopenaeur, ela assenta no fundo numa subtil *petitio principii*, já que com a palavra, na denominação utilizada, dá-se já por suposto aquilo que se quer provar mediante um juízo analítico. O ato de uma das partes de eleger o símile que seja o mais vantajoso para os seus interesses será considerado pela outra parte como um ato de encerrar o pensamento dos destinatários impedindo-o de seguir por outras direções.

Sonegando o pendor nacionalista anticolonial da posição indiana, o *framing* noticioso e a linguagem publicada colocaram em planos diametralmente opostos o que se sugeria ser o espírito de rapina das colossais forças indianas e o dito poder de resistência tenaz, mas numericamente desproporcional, das colunas militares portuguesas. Os editoriais publicados, imbuídos de um tom de nostalgia, propunham-se trazer à memória dos leitores o momento inicial da expansão marítima portuguesa encetada sob a alçada de Vasco da Gama no final do século XV, e da fundação do império português no Oriente: “As naus de Vasco da Gama aportaram a Calcutá em 28 de maio de 1498 e desde então, através de vicissitudes históricas de maior ou menor acuidade, a bandeira portuguesa ficou a tremular nas terras da Índia”, por ler-se no começo de uma peça do *Diário de Lisboa*,<sup>596</sup> que prossegue enaltecendo as sucessivas conquistas sob o comando de Afonso de Albuquerque e o estabelecimento da soberania portuguesa em Goa. A peça reiterava o valor de Goa, reduto venerado por encerrar em si a marca do empreendimento expansionista e da chegada do povo português ao Oriente por via marítima, a primeira pedra de um império em construção, por isso digno do espírito sacrificial dos portugueses a que as notícias faziam apelo. O *Diário de Notícias*, num artigo expressivamente intitulado “Corações ao alto!” (19-12-1961: 1), arrogava-se o papel de intérprete do sentimento nacional ao invocar a indignação e a revolta pela ação militar em Goa, e dispunha-se a um espírito de mobilização para a designada guerra em Goa:

A perfídia e a ignomínia do assalto das forças da União Indiana desencadearam-se na torva noite de anteontem, com toda a ferocidade selvagem que os anima para o uso da violência mais inaudita e do latrocínio mais espantoso. Baseado apenas no seu poder militar, Nehru, o tartufo do pacifismo, fez tábua rasa de toda a doutrina com que se mascarou nos areópagos internacionais. Desvendou-se, em definitivo, como o mais vil dos espoliadores, como o imperialista que não hesita quando a metralha já serve para a consumação dos seus nefandos desígnios (...) A hora é de guerra, e guerra injusta, de guerra desproporcionada, de dramática guerra? Sim. Mas chamados à defesa sagrada do território de Portugal, podemos tombar, mas caindo de pé e dando ao mundo uma lição, que não será inútil. A Índia é para nós a grande e eloquente razão de ser da nossa expansão ultramarina, da consolidação indefectível da nossa independência nacional. Jamais perderemos essa Índia. Faz parte da nossa alma. Ressoa para sempre no bronze da epopeia. Somos e seremos “Os Lusíadas”. Corre o sangue generoso desse punhado de homens que envergam as fardas do nosso exército e da nossa armada. Quem poderia tolerar que fosse de outra forma? Somente os que renegam a pátria portuguesa. Somente os que se sintam com a cobardia e com a usura de homens que tomem por exemplo a vileza de um Nehru... (...) Que o sangue já vertido em Goa faça o milagre de deter a horda invasora!

<sup>596</sup> “Após quatro séculos e meio de nacionalidade portuguesa”, *Diário de Lisboa*, 19-12-1961:2.

Salve-se, na Índia portuguesa, aquela civilização que Portugal levou à Índia e que parece morrer em todo o Mundo, que por ela foi criado!

A construção de uma aparência de unidade nacional em torno de Goa era ainda potenciada pela enchente de notícias que continuaram a acompanhar o cortejo das relíquias de S. Francisco Xavier, a reportar manifestações contra a União Indiana,<sup>597</sup> e a enumerar as reações de governos<sup>598</sup> e da imprensa estrangeira (ver anexos, fig.51),<sup>599</sup> aparentemente unânimes em condenar a ação da União Indiana. A defesa portuguesa de Goa surgiu definida como uma defesa do catolicismo no Oriente, um desígnio que a desinformação criada na imprensa fez passar como sendo partilhado por toda a população local, a qual, sob a influência cultural e religiosa ocidental, estaria ao abrigo do que se sugere ser a desigualdade e a injustiça derivadas do sistema de castas indiano. As matérias publicadas permitem perceber a tendência para converter a resistência militar portuguesa num ato em prol de uma alegada vontade do povo goês de preservar os vínculos com os costumes portugueses e com a tradição católica. Veiculou-se a mensagem de que os goeses eram portugueses e de que estariam a ressentir com mágoa e desilusão o avanço militar pelas tropas indianas, um sentimento que a afluência e o pesar demonstrados no cortejo em torno das relíquias de S. Francisco Xavier era suposto evidenciar.

O recurso a outras fontes historiográficas sobre o pequeno território de Goa permite elucidar como este retrato construído na imprensa do território e do povo de Goa exagerava a importância do catolicismo em Goa e se afastava substancialmente da realidade sociocultural e política local deduzível pelos dados dos censos.<sup>600</sup> Os reenquadramentos abusivos que pretendiam mitificar a imagem de uma Goa tão portuguesa como Portugal ocultavam o predomínio religioso e cultural dos hindus, a forte dependência económica da vizinha Índia e a preponderância linguística do concanin,

<sup>597</sup> “Grandiosa marcha religiosa de 3 mil estudantes de Setúbal”, *Diário de Notícias*, 19-12-1961:9; “Manifestação em Castelo Branco, onde, em consternação, os comerciantes não iluminaram as montras dos seus estabelecimentos”, *Diário de Notícias*, 19-12-1961:9; “A juventude de Évora, depois de se manifestar junto do governador civil:ercoreu as ruas da cidade cantando o hino nacional”, *Diário de Notícias*, 19-12-1961:9; “Não houve ontem espetáculos em todo o país”, *Diário de Notícias*, 19-12-1961:9; “O país manifesta o seu patriotismo”, *Diário de Notícias*, 19-12-1961:9.

<sup>598</sup> “Infame e cobarde a decisão de Nehru – assim é classificada em vários países a invasão dos territórios portugueses da Índia”, *Diário de Notícias*, 19-12-1961:13. Inclui pontos: “No Brasil, o Governo foi dolorosamente surpreendido”; “Em Espanha: o ataque indiano causou indignação e consternação”; “Na República Sul Africana: a União Indiana desprezou todas as regras do direito internacional”; “Em França: espanto e pesar”; “Na Holdanda: ação arbitrária que visa objetivos nacionais”; “Na Alemanha ocidental: ação desagradável e digna de censura”; “No Canadá: desapontamento e ansiedade”; “No Paquistão: a União Indiana usa de dois pesos e duas medidas. Esperemos que em Camexira observe a mesma lógica”; “Na China nacionalista: exemplo clássico de cobardia”; “Na Austrália – lamentável a ação da União Indiana”; “Na Coreia do Sul – Nehru só atacou depois de ter recebido apoio russo”.

<sup>599</sup> “A imprensa mundial indignada perante a agressão”, *Diário de Notícias*, 19-12-1961:13 Eis alguns títulos em destaque: «“O ato de Nehru foi cinicamente provocado por motivos de expediente político entre os quais as eleições de fevereiro” – saliente o Journal American»; «“Nehru apunhalou pelas costas a política da não-violência que tem defendido” diz um jornal berlinense»; «“Condenada mundialmente como ilegal e imoral a agressão indiana” salienta-se em Nova Iorque»; «“Tudo o que o Sr. Nehru tem dito transformou-se agora em burla”, escreve o *Evening Standard*»; «“De agora em diante, uma grande nação do bloco afro-asiático é considerada agressora”, salienta um jornal holandês».

<sup>600</sup> Cf., relatório de Orlando Ribeiro, *Goa em 1956*, Relatório ao Governo. Lisboa: Comissão nacional dos Descobrimentos, 1999.

língua materna da larga maioria da população em Goa, restringindo-se o português a apenas 1,1% da população (Stocker, 2011 [2005]: 62). A realidade deformada na imprensa encobria a perene divisão entre católicos e hindus na Índia que facilitou a propagação dos ideais de autodeterminação e independência em Goa.<sup>601</sup> Sob o impulso das transformações em curso no Raj e num contexto em que destacados nacionalistas goeses e hindus estavam presos ou tinham sido deportados para África, a oposição política em Goa, além de liberdades civis, passou a exigir, a partir de 1947, a retirada do governo português dos enclaves na Índia e ensaiou a execução de *satyagrahas* (Alexandre, 2017: 245-308). Salazar respondeu a essas tensões locais, particularmente intensas em 1955, e amplificadas com as ameaças anticoloniais de Bandung, aprovando, a 1 de julho, um novo estatuto para o Estado da Índia, no seguimento da revisão da Lei Orgânica do Ultramar, que confirmava o projeto imperial e a política de centralização do Estado Novo. Deli reagiu com o agravamento do cerco e um bloqueio marítimo a Goa e aumentou a pressão diplomática. A tendência da imprensa para exorbitar a influência do catolicismo e da língua e cultura portuguesas e a persistência de matérias preservando um tom de desdém contra Nehru deixava de parte a história desta oposição nacionalista interna em Goa<sup>602</sup> que, não obstante a sua divisão em várias tendências propugnando soluções diversas para o problema colonial português, aspirava ao governo democrático de uma união de Estados animados pelo anticolonialismo (Stocker, 2011 [2005]: 71-74).

Se a herança católica deixada em Goa foi sistematicamente diferenciada e colocada numa posição de superioridade face ao sistema de organização social indiano, vários estudos sugerem como a sociedade colonial portuguesa no geral, incluindo portugueses, indianos e os chamados “mestiços” na Índia, estava estratificada numa hierarquia que, no seu princípio de pureza racial e de contacto físico regulado, assim como na complexidade dos estratos, era afinal similar ao sistema de castas hindu (Pearson, 1987: 95; Boxer, 1991 [1969]: 250; De Silva, 1994: 295-322). Considerando que a formação da “identidade hindu moderna” foi facilitada pela emergência de uma hierarquia sociocultural complexa, que organizou as diferenças religiosas num sistema de castas estratificado, como académicos hoje argumentam, então, o encontro com a estratificação racial portuguesa católica pode, pelo menos, não ter sido um impedimento, ou ter mesmo constituído um estímulo à consolidação hierárquica do hinduísmo (Henn, 2014).

---

<sup>601</sup> Sobre a justaposição de duas sociedades em Goa durante os 450 anos da presença portuguesa na Índia, a região das Velhas Conquistas e a das Novas Conquistas, a sociedade cristã e a sociedade hindu, ver M.Stocker (2011 [2005]: 37-69).

<sup>602</sup> Embora silenciado nas notícias que reportam a queda do Estado Português da Índia, o estudo de Filipa Lopes (2014) revela que o nacionalismo goês tinha feito uma importante aparição nas páginas do *República* em junho de 1954 a propósito de uma Nota da oposição portuguesa intitulada “O caso da Índia”, na qual se reconhecia ao povo de Goa, Damão e Diu o direito de reclamarem as liberdades fundamentais. A censura recebeu instruções para não levantar obstáculo à divulgação desta nota. Vale a pena mencionar a posição mais radical de Cunha Leal, para quem a resolução do conflito luso-indiano passava por conceder à Índia portuguesa o estatuto de independência, o primeiro passo para uma confederação rumo à qual julgar dever processar-se a “evolução imperial” portuguesa.



### **Da não-violência à força armada como último recurso: a decisão de Nehru vista pela imprensa estrangeira**

O avanço das tropas indianas em Goa originou uma abundância de notícias na imprensa britânica, geralmente destacadas na primeira página, nas quais se entrecruzam versões distintas. Entre os comunicados de Nova Deli, profetizando uma vitória numa questão de horas<sup>603</sup> e alegando a quase inexistência de resistência portuguesa, e os desmentidos de Lisboa, que exaltava a tenacidade dos militares portugueses e contestava a notícia da saída de Goa do governador Vassalo e Silva, o acontecimento mediático construiu-se por meio de matizes que se produzem do confronto das principais fontes de informação em conflito. Vassalo e Silva surgiu nalguns jornais referindo-se à ocupação de um posto no interior do território como um “acto de guerra”<sup>604</sup> enquanto Krishna Menon foi citado aludindo à ação armada como um “movimento de libertação” dos cidadãos locais e afirmando estarem as tropas indianas a auxiliar o povo de Goa após o que anunciava ser o colapso da administração colonial.

Alguns textos reportaram relatos de uma “chuva de panfletos” lançados de aviões indianos,<sup>605</sup> dizendo aos 600 000 goeses que as forças indianas tinham chegado para os “proteger da repressão e da tirania e para defender a sua honra e prestígio a todo o custo” e prevenindo que os portugueses iriam fazer todos os possíveis para deixar Goa em ruínas e o povo goês na miséria. O *The Times* citou ainda uma nota que a Índia teria enviado dias antes ao governo português, salientada com o título «“Reign of Terror” by Portugal» (18-12-1961:8),<sup>606</sup> a qual, reproduzindo uma intervenção de Nehru no Parlamento na semana anterior, sublinhava o “reino crescente e terror e repressão” desencadeado pelas autoridades portuguesas. Nehru manifestou aí a crença de que Portugal iria abandonar a sua postura contra a paz internacional e conformar-se aos “princípios imutáveis da

<sup>603</sup> «“Victory in hours” hope», *Daily Telegraph*, 18-12-1961:1.

<sup>604</sup> Ver subponto “Act of War”, integrado em “Indian forces invade Goa – Three-pronged attack by Army and Air Force. Mr Nehru rejects UN appeals”, *The Times*, 18-12-1961:8.

<sup>605</sup> A este respeito, ver “Leaflet raid”, *Guardian*, 18-12-1961:1 e “Leaflets dropped”, *The Times*, 18-12-1961:8. O *The Times* cita o conteúdo de vários panfletos, a saber: “The Defence forces who are now with you are for your protection”; “It is their task to defend the honour and security of the motherland from which you have been separated far too long and which you largely by your own efforts again made your own. They will take every step to ensure your safety, uphold your dignity and honour at whatever cost”; “At this critical moment, however, Goans must remain watchful. The Portuguese will do everything to leave Goa in ruins and the Goan people in misery. They do not care what happens to Goa now for they must and will depart. They have nothing to lose by sowing destruction in this land. Their Portugal is at a safe distance. They will try to destroy our bridges, our railways, our temples and churches, our schools and public buildings, and our fine and God-given harbour”.

<sup>606</sup> Leia-se parte da nota citada: «After accusing the Portuguese authorities again of unleashing a “mounting reign of terror and repression”, the Note quotes Mr Nehru’s statement in Parliament on December 11 that “our patience is certainly exhausted”. We still hope that either the Portuguese by themselves or by the advice of their friends... will desist from what they are doing and accept the natural culmination of all this, which is their withdrawal from Goa”. The Note then adds that the Indian Government believes it is never too late to take the right step and hopes that “in accordance with the immutable principles of humanity and the irreversible process of history Portugal will leave its Indian colonies forthwith and remove their persistent irritants against international peace”. The Indian people, it adds, are determined that no vestiges of colonial rule will remain on their territory (...) there can be no negotiations so far as India is concerned on whether the Portuguese should stay in India; the only subject for negotiation is the term and conditions of their departure».

humanidade e ao irreversível processo da história”. O povo indiano, acrescentou, estava determinado a não deixar vestígios do domínio colonial no território. A retirada dos portugueses impunha-se como um desfecho indiscutível. O único aspeto sujeito a negociação seriam os termos e as condições da sua saída.

“Acto de guerra”, “invasão” ou “agressão”, por um lado, “movimento de libertação” e de “protecção” dos cidadãos goeses contra a repressão portuguesa, por outro, os conceitos utilizados por cada um dos lados fazem a sua aparição simultânea na imprensa britânica como uma forma de ação decisiva no processo mais vasto da busca do consentimento público operado por cada um dos lados do conflito. A imprensa, mais do que um veículo de difusão deste confronto de linguagem e de informação que se desenvolve de forma contígua às movimentações militares, tomou parte desta luta política, com posição manifesta sobre a ação indiana. Se, nos dias precedentes, a subida de tom de Nehru e a perspectiva da possibilidade de uma ação armada da União Indiana tinham suscitado artigos apreensivos com as repercussões que julgavam previsíveis para a sua imagem, o movimento das tropas indianas para lá da fronteira indo-portuguesa, às primeiras horas do dia 18 de dezembro, veio dar continuidade à expressão de um olhar depreciativo pelo recurso às armas em Goa.

Embora ponderando que a obcecação imperial portuguesa fora de prazo teria levado Nehru ao ponto de ebulição, um editorial do *The Times* notou, em tom negativo, a rapidez com que, para seguir os termos do jornal, os apóstolos da não-violência se teriam apropriado do jargão do militarismo.<sup>607</sup> A decisão da Índia, para mais na sucessão dos acontecimentos em Angola, não deixaria incólume, calcula-se, o regime de Salazar. Mas os seus efeitos sobre as relações internacionais e na imagem de um governo que acabava de dar um exemplo do uso agressivo da força não seriam mais negligenciáveis. Vale a pena transcrever parte do editorial em causa:

Mr Nehru has ordered his troops to march. After a day of confused reports, propaganda and counter-statements, an official Indian spokesman announced last night that Indian defence forces were moving into Goa, Diu and Daman. Later news was that a three-pronged attack had been launched. It had been preceded, according to the Press Trust of India, by a “mighty thunder of artillery fire” (how quickly these apostles of non-violence can pick up the jargon of militarism) (...) Of course the Portuguese enclaves have been an anomaly. They have been thorns in the side of independent India for years. That Mr Nehru, seven days after he had announced that India’s patience was exhausted – another unpleasant echo – should now have proceeded to overthrow Portuguese rule and to seize the three territories is none the less a shock and an affront. Admittedly he has great difficulties with China in the far north. If he may have to engage the big battalions there in due course he may wish to stiffen national pride by first successfully taking on a smaller opponent. He has his own internal political problems and an election is not far distant. All this might seem excuse for a lesser man. Mr Nehru has been the apostle of peaceful evolution. He has delivered homilies, lectures, admonitions, and reproofs to the rest of the world. Now he shows himself as ready to use force to gain his ends and with much less justification than some of those he has censured (...) India’s invasion of them is likely to prove a delayed action bomb (...) in so far as the nations have been given one more example of the aggressive use of force, and this by the Government which of all others had been the opponent of

<sup>607</sup> “India resorts to violence”, *The Times*, 18-12-1961:9.

such measures and the presumed leader into a new era in international relations, the setback is severe.

A perspetiva inicial do *Guardian* remete para uma abordagem que procurava ser compreensiva da ação da União Indiana. Nehru teria chegado à conclusão de não haver outra opção senão o uso da força para resolver a questão de Goa, argumentava o correspondente do *Guardian* em Nova Deli.<sup>608</sup> Apesar de referir ser expectável a reprovação, por vários países, do uso da força, e de avaliar que um movimento armado para Goa poria em causa a coerência com que a Índia poderia aconselhar os EUA contra uma intervenção armada no Vietname do Sul, o correspondente apresentou motivos que, pelo contrário, tendiam para a invasão; sendo geralmente admitido que o colonialismo português, em solo indiano como em qualquer outro lugar, deveria ter termo, a não ser tomada uma atitude pela União Indiana, a reação, particularmente entre os países africanos e entre aqueles que lutavam contra o governo colonial, foi conjecturada pelo jornalista como sendo de desilusão e desalento, arriscando-se a Índia a ser acusada de cobardia. No entanto, o juízo expresso neste artigo do *Guardian* não encontra necessariamente ressonância numa linha editorial abonatória da decisão de Nehru nem se repercute num jeito de aprovação pelo ataque a Goa.

Logo no dia seguinte, no mesmo jornal, afirmou-se que Nehru teria dado lugar à pressão contra o seu melhor julgamento.<sup>609</sup> O jornal viu então no recurso à força em Goa a quebra da promessa pacífica firmada pelo governo da Índia ao juntar-se às Nações Unidas, um rompimento no qual vislumbrava possíveis riscos de isolamento da Índia no concerto internacional e o provável sacrifício da sua posição de mediadora, assumida e reiterada disputa após disputa. Mais ainda, após a Índia ter enveredado pela opção da força, o mundo ficaria órfão de uma instância com influência internacional para inspirar à resolução pacífica dos conflitos. Na conclusão desse artigo, o *Guardian* deixou uma advertência a Nehru: dar expressão à vontade do povo que lidera era uma das qualidades de um homem de estado democrático, mas não era o seu compromisso exclusivo, recaindo sobre ele, por vezes, o dever da resignação. Por isso, se Nehru tinha embarcado num curso desastroso à reputação da Índia, deveria assumir as suas culpas. Não será redundante transcrever a respetiva passagem deste artigo:

When India joined the United Nations it committed itself to settling its international disputes by peaceful means. It also undertook (...) to refrain from the threat or use of force against the territorial integrity or political Independence of any State. By invading Goa, its Government has certainly broken the first of these promises. As to the second, Indians may argue that by clinging to Goa the Portuguese Government has been using force against their own territorial integrity. But whatever natural justice there may be in this argument, the Charter has to be interpreted on the legal realities that exist today if it is not to dissolve into anarchy. This point, however, is more likely to be emphasised by the satisfied than the unsatisfied Powers, and one regrettable result of the Indian invasion of Goa is that it has increased the cleavage between the two classes in the United Nations

<sup>608</sup> «Hope for sovereign sympathy. “No alternative to invasion”?», *Guardian*, 18-12-1961:1.

<sup>609</sup> “The use of force in Goa”, *Guardian*, 19-12-1961:6.

(...) For various reasons – its nonalignment, the size of the country, the stature of its spokesmen led by Nehru – it has been able to exert an influence far stronger than its armed forces have acquired for it. And that influence has been used predominantly for good (...) Now, by unilaterally resorting to force in the defiance of the Charter, it may have sacrificed that position, and there is probably no other Power than can occupy it (...) In spite of his bold words yesterday, his conduct suggests that once again, as so often in the past, he has given way to pressure against his better judgment. It is one of the qualities of a democratic statesman to give expression to the will of the people he leads. But that is not his whole duty – there is even a duty of resignation sometimes – and if, as may well be, he has embarked on a course disastrous to India's reputation, he must take the blame.

Também entre a imprensa francesa, os vários textos assinados pelo correspondente do *Figaro* a Nova Deli redundaram numa condenação veemente de Nehru (ver anexos, figs. 89, 90 e 92). A ordem do governo indiano para invadir Goa, um território que, comparou Max-Olivier Lacamp, estava para a Índia mais ou menos como o Mónaco estava para a França, e isto mediante uma ação militar que envolvera cerca de 30.000 homens foi referida como uma “operação sem glória” (ver anexos, fig.91).<sup>610</sup> Essa ação seria talvez compreensível enquanto manobra política interna pré-eleitoral, com Krishna Menon a procurar um resultado favorável na província de Bombaim Norte, vizinha da antiga Índia portuguesa, e com Nehru sujeito ao crivo dos nacionalistas africanos que lhe censuravam ter traído a causa anticolonial. Nehru teria então, segundo a leitura aqui proposta, estimado ser mais rentável deixar cair temporariamente a imagem pacífica do seu personagem junto dos ocidentais para melhor retomar a bandeira anticolonial que lhe esbarrava das mãos. Mas ao remediar pela força das armas um problema que, nas palavras do enviado francês, estava em vias de resolução por “métodos civilizados”, fosse pelos esforços empreendidos pelas Nações Unidas e pelos EUA, fosse porque Portugal, escreve-se, começava a preparar-se para a negociação, o governo da Índia desiludia mortalmente aqueles que prezavam o grande país asiático como símbolo de certos valores humanos.<sup>611</sup> No dia seguinte, Nehru continuou a ser visado num artigo do enviado às Nações Unidas, Nicolas Chatelain (*Figaro*, 20-12-1961: 5); até esse momento julgava-se ser tão inconcebível que Nehru praticasse uma agressão quanto surpreender o papa a fazer batota ao jogo, escreveu o enviado francês. A comparação, importada para o título de um dos subpontos do artigo –

<sup>610</sup> “Passif devant les provocations chinoises Nehru a jeté le masque de la non violence pour conquérir avec 30 000 hommes une sorte de principauté de Monaco”, *Figaro*, 19-12-1961: 4-5.

<sup>611</sup> Vale a pena citar a passagem em que a ação de Nehru é enunciada como causa da tristeza geral da população: «J'ai vécu de longues années dans ce pays que j'aime profondément, lui et ses habitants. Aujourd'hui, comme tous ses vrais amis, je prends le deuil... (...) Soudain, vers 20 heures, les visages inquiets remplaçaient les sourires, quelque chose s'était produit, Nehru se préparait à donner le feu vert à ceux qui depuis quinze jours investissaient son indécision. Une note en forme d'ultimatum était rendue publique en fin de soirée, à peu près au moment où les troupes indiennes s'apprêtaient à quitter leurs bases pour l'opération sans gloire. Aujourd'hui, New Deli est lugubre. Personne n'ose parler de rien, et même ceux qui, hier encore, reprochaient au gouvernement de tarder à passer à l'action, loin d'exulter, haussent les épaules aux justifications maladroitement cyniques de la propagande gouvernementale. Comme me disait un ami ce matin (...) Il y a longtemps que les Portugais auraient dû évacuer Goa. D'accord pour l'emploi de la force s'il n'y avait pas d'autre moyen, mais pourquoi nous parler des atrocités et des barbaries commises par les Portugais il y a quatre siècles et demi? (...) La question se pose de savoir exactement pourquoi le gouvernement agit ainsi (...) Sans aucun doute, le ministre de la Défense, M. Krishna Menon, est pour beaucoup dans cette affaire», *Figaro*, 19-12-1961:p. 4-5.

“Un pape qui tricherait au jeu” –<sup>612</sup> foi citada na imprensa de Lisboa no dia seguinte, com o intento, uma vez mais, de fazer ruir a imagem comum de Nehru como “o pilar da moralidade internacional”. Mesmo o *Le Monde* (19-12-1961: 1), num editorial intitulado “De la non-violence à la manière forte”, entendeu que a reconsideração dos métodos de Nehru e o ataque generalizado das tropas indianas aos três enclaves portugueses se conjugavam mal com a lei pacifista das autoridades de Nova Deli e lançou a dúvida sobre a validade dos pretextos dados por Krishna Menon; seria improvável, na expressão do editorial, que as tropas portuguesas, fracamente reforçadas nos últimos tempos, pudessem ter-se empenhado em atos de provocação nas fronteiras de Goa, como o alegava o lado indiano. Pelo contrário, a importância dos efetivos da União Indiana na “luta de libertação”, a tática de invasão, precedida de uma “guerra de nervos” de uma semana, revelavam, na ótica deste texto, a existência de um plano de invasão maduramente pensado. Numa outra rubrica de primeira página, o *Le Monde* repetiu acreditar que ao enviar as suas tropas contra a guarnição portuguesa, Nehru se desqualificava perante o mundo e ignorava a decisão do Tribunal Internacional da Haia que reconhecera, embora com algumas reservas, a soberania de Lisboa nos enclaves.<sup>613</sup>

É a equivalência do critério de julgamento da ação de Nehru, fundada na ideia de um desrespeito pelas normas do direito internacional, manifestamente partilhada na generalidade das matérias vindas a público na imprensa estrangeira, que permitiu à imprensa portuguesa, através do processo de citação, transmitir a noção de uma unanimidade dos jornais estrangeiros na condenação da invasão a Goa. Com efeito, o núcleo de sentido da larga maioria dos artigos tendeu a rejeitar a legitimidade, legal ou moral, da decisão de recorrer à força para abolir o comando português. Todavia, a citação parcial que deles foi feita na imprensa portuguesa deixava de parte a busca do contraditório que os jornais estrangeiros se esforçaram ainda assim por reconstituir. Este sentido de distanciamento com a ação da Nehru foi reforçado por meio de caricaturas. No *cartoon* “New Chapter?” publicado no *Guardian* (20-12-1961: 7) adivinha-se a imagem de Nehru, que se descobre junto a um retrato de Gandhi e com um traje onde se lê o epíteto “Man of Peace”, diante da uma vitrina para lá da qual se avista um soldado armado frente a um tanque, identificado como “man of force” (ver anexos, fig.93). A fórmula interrogativa que dá título ao *cartoon* aticava a insinuação de

<sup>612</sup>Integrada na notícia «L'URSS ayant fait jouer son droit de veto. Le Conseil de Sécurité incapable de condamner l'agression indienne. Stevenson: “C'est le premier acte d'un drame qui pourrait aboutir à la mort de l'ONU”», *Figaro*, 20-12-1961:5.

<sup>613</sup> «Bulletin de l'Étranger – L'ONU en question », *Le Monde*, 21-12-1961: 1: « A Goa, l'Inde a fait plus grave. Certes, sur le fond, elle ne manque pas d'arguments, et il est bien possible, encore que ce ne soit pas démontré, que la population des enclaves préfère la souveraineté de New Deli à celle de Lisbonne. Mais jusqu'à présent, M Nehru s'était posé devant le monde en défenseur du droit et de la morale. C'était de lui qu'on attendait dans les circonstances graves les jugements décisifs. En lançant ses troupes contre la garnison portugaise, il s'est disqualifié. Il a foulé aux pieds la charte des Nations unies, qui exclut le recours à la force pour le règlement des conflits. Il a ignoré la décision de la Cour internationale de justice qui l'an dernier encore confirmait la souveraineté de Lisbonne. Il n'a pas hésité à faire appel au veto de l'URSS pour paralyser la résolution de sept des onze membres du Conseil de sécurité qui réclamaient un cessez-le-feu ».

uma inversão dos papéis, ou pelo menos de uma diluição da demarcação entre os homens que se encontram frente a frente, o homem da paz e o homem da força armada. Um outro *cartoon* exibido na capa do *Figaro*,<sup>614</sup> jogando com a metamorfose de comportamento atribuída a Nehru, colocou um personagem a esmagar um ponto minúsculo identificado como sendo Goa. Ao lado, Krishna Menon, de pasta na mão, adverte-o de que a bota usada para espezinhar Goa não passa, afinal, de uma bota de rosas (ver anexos, fig. 97).

A ação militar em Goa e todo o debate internacional que ela gerou na e através da imprensa torna perceptível, como ponto fulcral da discussão publicada em torno deste evento, a imperfeição e o conservadorismo do direito internacional,<sup>615</sup> ainda arreigado a um conceito jurídico europeu que, segundo os representantes indianos, continha vestígios do pensamento colonial, não obstante as transformações experimentadas com a mutação anticolonial no período pós-Bandung. Efetivamente, a própria noção de autodeterminação foi introduzida na Carta das Nações como uma “ideia genérica e indeterminada” (Santos, 2017: 21). Caracterizada pela ambiguidade, a ideia de autodeterminação presente na Carta não constituía uma ameaça para os domínios coloniais, o que é consistente com as acusações dos representantes indianos de serem, em larga medida, as Nações Unidas um produto de uma conceção imperial e de uma tal mentalidade prevalecer imanente aos princípios internacionais aí consagrados. É justamente sustentada nessa noção do direito internacional, tal como expressa na sentença do Tribunal da Haia no ano anterior, e no seu significado, também assim construído pela propaganda diplomática portuguesa, de uma “vitória efêmera” para Portugal (Alexandre, 2017: 709), que grande parte da imprensa estrangeira foi induzida para um sentido de repreensão do uso da força em Goa. O conservadorismo do direito internacional, que encontraria grande receptividade nos meios políticos conservadores e numa visão idealista das relações internacionais manifesta nos órgãos de imprensa, mesmo dos que se distanciavam de uma tendência conservadora, viabiliza a expressão de um entendimento que, não sendo abonatório da postura de Nehru, aparecia como favorecendo presumivelmente o regime de Salazar ou pelo menos prestando-se a ser aproveitada pela sua retórica de vitimização.

Outros artigos, buscando compreender a mudança da conduta de Nehru, focaram os eventos internacionais que julgam poder explicar a sua mais recente predisposição para recorrer às armas depois de ter preconizado a moderação na conferência em Belgrado, em setembro desse mesmo ano. Na leitura proposta pelo semanário francês *L'Express*,<sup>616</sup> um aspeto em especial é apontado para a alteração súbita da orientação de Nehru: a operação catanguesa impelida pela ONU. A reação

<sup>614</sup> “L’homme a la rose”, *Figaro*, 22-12-1961: 1.

<sup>615</sup> Sobre a importância do direito internacional no julgamento à ação armada da União Indiana, ver Higgins (1963), Franck (1985), Weisburd (1997), Gray (2008), Sturchler (2009).

<sup>616</sup> «Nations Unies. Les non-violents à l’attaque », *L'Express*, 21-12-1961:14.

da Inglaterra de enviar forças para o Catanga, contraditando assim a ação de militares e paramilitares sob comando da ONU, teria produzido o sinistro resultado de colocar os gurkas indianos sob o fogo dos morteiros ingleses, fornecidos pelo próprio Roy Welensky às tropas de Tschombé. Na hipótese aqui delineada, poder-se-ia pressentir em Nehru a conceção de que a Inglaterra se desacreditara no Catanga do mesmo modo que o seu aliado o fizera em Angola. E nessas circunstâncias, não seria de estranhar que Nehru e a opinião geral indiana, duvidando da consistência da solidariedade da *Commonwealth*, estivessem cada vez mais convencidos de que só a via da força poderia livrar a Índia dos enclaves portugueses, símbolo da sobrevivência do que Nehru apelava “as verrugas feias do colonialismo”.

A consideração, presente em vários artigos, de uma suposta inevitabilidade da ação militar indiana, como culminar necessário de um embate de desígnios, tidos como igualmente irreprimíveis, e em que nenhuma das partes dava mostras de recuar ou de se flexibilizar nos seus propósitos, não invalida porém a expressão de uma desilusão face ao ato de Nehru. Na edição dessa semana do *The Observer* (24-12-1961: 1) o passo tomado por Nehru é designado como “um acto de agressão”, chegando a ser equiparado ao “ataque da Grã-Bretanha ao Egito no Suez” ou à “invasão tentada a Cuba”. Isto apesar de o jornal notar que entre a teimosia da recusa de Portugal em negociar a entrega dos enclaves, a previsão da inoperância da Grã-Bretanha e da França, que, avalia o artigo, pelo comportamento manifestado no início da guerra em Angola, certamente iriam abster-se de pressionar Portugal em relação a Goa, e a inércia imputada às Nações Unidas, comprometida em defender um *status quo*, mesmo que reconhecidamente injusto, uma única conclusão se entrevia: a Índia teria julgado não haver outra opção senão a força. Assim anunciou o título do artigo: “Goa: no other way”. Por um lado, o semanário alegava não ter havido provocação real portuguesa, ameaça à segurança da Índia ou detalhe de atrocidades maiores, de cuja prática Portugal era acusado, nem se ter registado um pedido de auxílio do povo de Goa que justificasse a invasão. A Índia poderia, seguindo esta perspetiva, ter exercido mais pressão através das Nações Unidas, ter proposto um plebiscito ou uma visita de inspeção aos enclaves, o que Nehru se inibira de fazer, talvez pela mesma “fraqueza”, para utilizar os termos do artigo, que o levava a não abrir mão de Caxemira quando o atrito com o Paquistão se instalara. Por outro lado, o jornal abordou a posição da Índia e das nações afro-asiáticas de que ao manter os seus enclaves muito após a retirada da Grã-Bretanha da Índia e a entrega pela França de Pondicherry, era Portugal quem estava a cometer um ato de agressão. O uso da força foi então condenado, embora não se consentisse na conceção de ter Nehru transitado do lugar de campeão da paz para o de um militarista agressivo. O importante, assinalou o *The Observer*, era “manter algum sentido de proporção”.

Num outro artigo do mesmo dia, em cujo título Nehru era anunciado como o “guerrilheiro

infeliz”,<sup>617</sup> o semanário recordou que desde a sua independência, a Índia tivera 14 anos para se aperceber de que Portugal não tinha qualquer intenção de liquidar o seu controlo colonial em Goa, recusando inflexivelmente discutir o assunto com a Índia na base de uma transferência de soberania. A sua “libertação pela força”, portanto, teria de vir, lê-se no artigo. A partir do momento em que Hyderabad fora anexada, em 1948, cresciam os indícios de que os princípios da neutralidade e da não-violência sofriam um forte revés. Volvida mais de uma década, a situação da Índia, a braços com uma eleição geral próxima e com as ameaças chinesas, agravava um estado de espírito latente de frustração. Pesando considerações de ambição nacional e de prestígio mundial, Nehru teria decidido tomar um risco calculado. A invasão de Goa, saldada em escassas baixas e danos, segundo o alegavam as fontes indianas, certamente teria tranquilizado Nehru, mas não conseguiria evitar que se abatesse sobre ele, como o prenuncia o título da peça, uma compunção de infelicidade por ter sido necessário empregar a força.

Ao subordinar toda a sua avaliação à estimativa de uma infidelidade à linhagem pacifista indiana, a imprensa francesa e britânica desconsiderou as cambiantes da doutrina pacifista e relegou para segundo plano a ideologia independentista de Nehru, que não se lhe subsumia completamente. Esta última encontrava também a sua génese em valores democráticos liberais humanistas,<sup>618</sup> indissociáveis da anterior experiência colonial da Índia, e no *background* político, socioeconómico e histórico dos novos estados independentes. E um tal objetivo superava as divisões internas indianas sobre os meios a empegar para alcançar este fim. Todavia, mesmo nas análises que atentaram às circunstâncias internacionais e se propuseram articular a decisão de Nehru à possível complacência britânica com os interesses coloniais remanescentes do antigo império belga ou à pressão dos nacionalistas anticoloniais africanos, prevaleceu um centramento num certo entendimento da ideologia pacifista indiana. O primado do pacifismo e o questionamento da hipótese de legalidade de uma ação armada que se dizia violar os trâmites de um determinado direito internacional redundaram num tom geral de condenação da imprensa ocidental, uma conclusão notada e brevemente comentada no extenso trabalho de Sandrine Bègue (2007: 1155-1160).

Contrariamente ao pressuposto dominante nos textos impressos que fez equivaler o pacifismo à ausência *tout court* de medidas envolvendo a violência, Nehru tinha, por diversas vezes, e em declarações citadas na imprensa, esclarecido que o seu governo, para lá do pacifismo, era também guiado por uma visão de interesse nacional, tal como o eram os outros governos. E várias

<sup>617</sup> “Nehru, the unhappy warrior”, *The Observer*, 24-12-1961: 9.

<sup>618</sup> A base de valores democrática e humanista do primeiro-ministro indiano está na origem de um conjunto significativo de obras, redigidas em jeito de homenagem a Nehru, destacado como o arquiteto da Índia moderna, determinante no processo de emancipação do poder imperial e na definição do perfil da Índia pós-independência. A este respeito, vale a pena citar, entre os muitíssimos trabalhos publicados, os livros de A. P. Saxena (2008) e A. Nawani (2006).



declarações de delegados indianos reproduzidas deixavam entrever a afirmação de uma opinião própria e soberana na União Indiana que tinha na defesa não só da paz mas também da liberdade e da justiça uma necessidade imperiosa. A autodeterminação nacional defendida com veemência por Nehru era parte entrosada de um conjunto de princípios onde se mesclavam a liberdade individual, a constituição democrática e o governo representativo, e que Gandhi havia convertido num movimento de massas. Ao mesmo tempo, o nacionalismo indiano, no curso do seu desenvolvimento, foi também cambiando rumo aos ideais do internacionalismo (Chauhan, 2014: 42-51). A demanda da independência integrava uma luta mais vasta procurando um edifício comum com outros países com vista a uma ordem internacional que não podia senão rejeitar o sistema imperial. No entanto, vinculada ao idealismo da repulsa pela violência, a imprensa recriminou o recurso às armas e exortou constantemente ao imaginado poder de concertação das Nações Unidas, denotadas na imprensa como se fossem a panaceia para o longo conflito indo-português.

Pressente-se um certo cuidado com que jornais como o *Guardian* tentaram distanciar-se, na sua aceção crítica, da condenação habitual da União Indiana por governos e partidos de orientação conservadora, associados à prevalência dos interesses ou de uma memória imperialista. Note-se que os governos que aparecem na imprensa a reportar a ação em Goa como “deplorável” ou “lamentável” eram membros das alianças ocidentais e na Inglaterra os seus críticos mais acérrimos, mesmo que não se confinassem exclusivamente aos “imperialistas tradicionais”, pareciam não se ter ainda reconciliado com a perda do império britânico. Enquanto o debate nas Nações Unidas decorria, vários deputados reunidos num encontro na Casa dos Comuns lamentaram a ação armada da União Indiana em intervenções citadas no *The Times*.<sup>619</sup> Um dos deputados, referindo-se à reunião convocada de urgência por Portugal, teria rogado por um voto a favor da resolução proposta por Portugal, para, nas suas palavras, “condenar o governo indiano por uma agressão não provocada modelada na técnica de Hitler” (Lord Conesford). Outras interpelações referenciadas nesse artigo criticavam o governo de Macmillan por estar a fazer passar a impressão de uma aceitação resignada da anexação de Goa, referindo-se-lhe como “uma das peças mais chocantes de comportamento internacional do século” (Lord Clitheroe) e como um ato “completamente errado, fosse qual fosse a provocação” (Lord Sheperd). Também Gaitskell, apresentando a linha oficial da oposição, foi citado no *Daily Telegraph* dizendo lamentar “profundamente” que a Índia tivesse considerado necessário recorrer à força.<sup>620</sup> Apenas Woodrow Wyatt, referenciado no *Guardian*,<sup>621</sup> teria manifestado uma opinião distinta: o que mais pensava o governo britânico que Nehru poderia ter feito senão recorrer

<sup>619</sup> Ver segmento «Goa invasion “most shocking behaviour”», incluído na notícia “Dual objectives a danger to UN”, *The Times*, 19-12-1961:4.

<sup>620</sup> “Snap debate request fails. Chance tomorrow”, *Daily Telegraph*, 19-12-1961:1.

<sup>621</sup> “Disapproval and dismay. Indian action upsets the House”, *Guardian*, 19-12-1961:1.

à força, interrogava o deputado, que assim mostrava levar em linha de conta a hipótese da ausência de alternativa à intervenção armada indiana.

Ainda que a orientação manifesta nos jornais não deva ser tomada como imanando das posições partidárias, a construção dos acontecimentos mediáticos que conduziram à perda dos enclaves portugueses na Índia e as apreciações que, nos dias subsequentes, preencheram as páginas dos diferentes títulos não foram talvez alheias à propensão dos jornalistas para um certo conformismo intelectual e cultural, para usar uma ideia pensada por Rémy Rieffel (1991: 264). Dois aspetos enunciados por Rémy Rieffel podem a este respeito ser considerados: a tendência para praticar o que o autor nomeou de “jornalismo institucional” (*idem*: 259) e o fecho relativo das redes de sociabilidade. Deve ainda acrescentar-se, no que ao caso britânico diz respeito, o passado recente que conectou a influência da comunicação e dos *media* à causa da unidade imperial e em concreto a expansão da propaganda britânica a respeito da Índia. Tomando de empréstimo as conclusões do estudo desenvolvido por Chandrika Kaul (2003), o Raj tinha sido motivado pela crença de que uma política bem sucedida estava assente num mundo cada vez mais mediado e na capacidade de empregar também o *soft power*. Em momentos de relevo simbólico, a imprensa de Londres foi mobilizada para demonstrar aos britânicos e ao mundo que o Raj continuava, no século XX, a manter-se alto em pompa e circunstância, e igualmente incontestado. Mesmo que, várias décadas depois, a cobertura da queda de Goa não remeta necessariamente para um quadro *partisan*, caracterizado pelo difícil recuo face à centralização das fontes de informação e agravado por uma homogeneidade social e cultural entre o mundo político e a microsociedade jornalística, nada obsta à suposição de que a imprensa britânica tenha servido de regozijo a certos meios políticos que encontrariam nos jornais as palavras inflamadas mais próximas de um ressentimento e da memória recente da amputação dos principais impérios europeus na Ásia.

### **Ecossistemas internacionais da ofensiva militar indiana: a situação crítica da ONU e o vislumbre do crepúsculo de Salazar**

A questão de Goa convertia-se numa “prova de fogo” entre as potências ocidentais e os países afro-asiáticos. Contra as acusações de a Índia praticar uma moral dupla, tecidas pelo representante português no Conselho de Segurança e apoiadas pelas intervenções dos delegados americano, britânico e francês,<sup>622</sup> o representante indiano frisou não ser plausível falar de “agressão” a respeito de Goa e que se alguém assim o afirmasse iria “de encontro à história, à moral e à evolução das Nações Unidas”. Acompanhando de perto o desenvolvimento deste debate requerido por Portugal, o

---

<sup>622</sup> “M. Berard: l'Inde a commis une faute grave”, em “L'attaque Indienne contre l'enclave portugaise de Goa. Les deux séances du Conseil de Sécurité”, *Le Monde*, 20-12-1961:2.

enviado do *Le Monde* às Nações Unidas, Philippe Bem,<sup>623</sup> redigiu um longo artigo onde reproduziu as declarações de vários intervenientes, permitindo uma perspetiva da discussão que supre a parcialidade da imprensa portuguesa, ancorada apenas na defesa de Vasco Garin. O representante da Índia, especialmente apoiado pelos delegados da Libéria, da RAU e do Ceilão e pelo russo Zorine,<sup>624</sup> mantinha que tendo Portugal declinado qualquer negociação e infringido a resolução adotada o ano anterior pela ONU sobre o fim dos regimes coloniais, a Índia estava perfeitamente justificada para empreender a designada libertação de Goa. Tratava-se agora para os indianos, completava Jha, de uma questão de fé: desembaraçarem-se do último vestígio colonial no país, “com ou sem Carta, com ou sem Conselho de Segurança”. Já Nehru apareceu na imprensa a responder às posições oficiais e manifestas nos jornais com a acusação da ignorância ocidental. Ao condenar a ação militar indiana, os ocidentais menosprezavam o que dizia ser a experiência de opressão, pobreza e encarceramento da população goesa sujeita ao jugo português.<sup>625</sup>

Com a ação militar indiana em Goa e a consequente atividade diplomática do governo português no Conselho de Segurança e junto do embaixador britânico em Lisboa, Archbald Ross,<sup>626</sup> a situação melindrosa do governo de Londres, dividido entre as obrigações da Aliança com Portugal e a necessidade de coerência com a sua descolonização do Indostão passou a estar na agenda da imprensa britânica e também da francesa. O avanço das colunas militares indianas sobre Goa levantou a dúvida nestas imprensas sobre qual seria a atitude do governo de Londres. Embora cientes da incongruência de defender a continuação de possessões portuguesas na Índia depois de lhe ter concedido independência 14 anos antes, vários textos apontaram os inconvenientes para Londres de uma transferência de soberania assente no uso da força. O caso de Goa, na observação do correspondente do *Figaro* em Londres,<sup>627</sup> poderia constituir um precedente suscetível de ser invocado contra a Grã-Bretanha e abrir caminho para que também Gibraltar, Hong Kong ou as Honduras britânicas fossem ameaçadas. Pela primeira vez desde que a Índia se tornara independente, a Inglaterra pronunciou-se abertamente contra ela num importante debate internacional, votando a favor da resolução portuguesa que pedia a condenação do ataque indiano nos enclaves. O voto britânico mereceu destaque na imprensa portuguesa, que reproduziu o parecer

<sup>623</sup> “L’URSS met son veto à la résolution du Conseil de sécurité ordonnant un cessez-le-feu à Goa”, *Le Monde*, 20-12-1961:1.

<sup>624</sup> “L’attaque Indienne contre l’enclave portugaise de Goa. Les deux séances du Conseil de Sécurité”, *Le Monde*, 20-12-1961:2.

<sup>625</sup> Ver «Nehru: “Nos critiques sont des ignorants!”», *Figaro*, 20-12-1961. Numa conferência em Nova Deli citada, Nehru declarou: “Portugal não nos deixou outra escolha além de entrar em Goa (...) aqueles que criticam a ação da Índia, nas Nações Unidas ou alhures, são evidentemente ignorantes... Pois a Índia toma uma ação moral destinada a levar a liberdade aos habitantes de Goa”. Os chefes nacionalistas goeses difundiram um comunicado exprimindo a esperança de que “a libertação de Goa seria o prelúdio da libertação do povo africano que se encontra ainda sob o domínio português”.

<sup>626</sup> “Lisbon approach to Britain”, *The Times*, 19-12-1961:8.

<sup>627</sup> “Travailleurs et conservateurs condamnent l’agression”, *Figaro*, 19-12-1961:4-5.

de observadores diplomáticos da capital indiana prevendo que a crise de Goa aumentaria consideravelmente a tensão entre Londres e Nova Deli, tanto mais que ela se verificava após divergências entre Nehru e Macmillan sobre o mercado comum europeu, o Congo e a projetada redução, pela Inglaterra, da imigração na comunidade.<sup>628</sup>

Além da posição delicada da Grã-Bretanha, também o risco de falência das próprias Nações Unidas começou a ser agitado em várias matérias impressas. Com o resultado das sessões no Conselho de Segurança, sistematicamente interpretado como um fracasso em fazer prevalecer o direito sobre a força, a questão de Goa passou a estar na origem de uma controvérsia sobre o futuro das Nações Unidas e a suscitar paralelismos com o destino funesto da anterior Sociedade das Nações. Ainda no decorrer do debate, e a respeito do veto soviético, Adlai Stevenson afirmou estar diante do “primeiro acto de um drama que poderia conduzir à morte da ONU”. A afirmação surgiu salientada em título nas páginas interiores do *Figaro*,<sup>629</sup> cujo enviado às Nações Unidas revelou ter acabado de assistir à “mais explosiva demonstração da impotência da ONU” e ao “espetáculo extraordinário” de ver Adlai Stevenson recuperar um tom de solidez. A posição de Stevenson tinha ocasionado algumas notícias e despertado a suspeição do *Guardian*, que, num artigo de primeira página, caracterizou a atitude do norte-americano como dúbia.<sup>630</sup> O jornal sugeriu uma inconsistência nas asserções de Stevenson, que, por um lado, designava o conflito goês por agressão, cedendo à perspectiva portuguesa de se estar perante uma parte de um Estado soberano, mas reconhecendo, por outro, em Goa um problema colonial, concordando nesse ponto com a visão indiana sobre o *status* do enclave. Após a expressão de Stevenson prognosticando o possível fim da ONU, um artigo do *Guardian* assinado das Nações Unidas por Alistair Cooke reforçou a expressão de descrença generalizada pelas Nações Unidas.<sup>631</sup> Se a ambiguidade britânica a respeito da operação das Nações Unidas no Congo tinha já estimulado a suposição de que a Inglaterra se poderia retirar das Nações Unidas, com a queda do Estado Português da Índia e a não condenação da União Indiana a correspondente do *Guardian* previa que os meios políticos norte-americanos, dos republicanos à ala direita, iriam certamente começar a questionar-se por que motivo os EUA deveriam ter mais fé na organização mundial do que a Inglaterra.

Este espírito de premonição que atravessou a imprensa do soçobrar da ONU após o veto soviético à proposta de resolução portuguesa era certamente um exagero, bem proveitoso para as intenções do

<sup>628</sup> Entre as várias notícias publicadas na imprensa portuguesa a respeito das relações indo-britânicas, vale a pena destacar as seguintes: “Por causa de Goa, agravaram-se as relações indo-britânicas e é provável que as esquerdas indianas reclamem o abandono da comunidade”, *O Século*, 20-12-1961: 7; “Duas moções condenando a ação indiana foram apresentadas na Câmara dos Comuns”, *Diário de Lisboa*, 20-12-1961:1.

<sup>629</sup> «L'URSS ayant fait jouer son droit de veto. Le Conseil de Sécurité incapable de condamner l'agression indienne. Stevenson: “C'est le premier acte d'un drame qui pourrait aboutir à la mort de l'ONU”», *Figaro*, 20-12-1961:5.

<sup>630</sup> “Aggrieved party”, *Guardian*, 19-12-1961: 1.

<sup>631</sup> “Moral Turmoil at UN over Goa. Mr Nehru the fallen idol – or conquering hero?”, *Guardian*, 20-12-1961:7.

regime português de colocar a questão de Goa no centro da agenda política e no foco dos *media* internacionais mediante um entendimento que permitisse alongar a sua prosa de vitimização. Na imprensa portuguesa como na estrangeira, Portugal converteu-se então na presumível causa de um putativo fim das Nações Unidas, e este, por sua vez, num possível signo de um novo período, limitado pela fragilidade do bloco ocidental. As afirmações de pendor apocalíptico de Stevenson no Conselho de Segurança e as dúvidas manifestadas entre a imprensa estrangeira sobre o futuro da ONU foram canalizadas na imprensa portuguesa para pôr em evidência a importância internacional deste caso a partir de um prisma que visava intensificar a presunção da inocência portuguesa,<sup>632</sup> mas também para atizar o repto contra a credibilidade de uma organização internacional, sob cujo escrutínio Portugal vinha sendo deveras fustigado.

A noção de uma desordem internacional distingue-se nesse momento na imprensa francesa e britânica, enunciada como uma consequência da ação militar indiana sobre Goa. Dando continuidade às expectativas dramáticas que vinham sendo insinuadas de um exacerbamento das tensões em redor de alguns pontos de discórdia, um editorial de primeira página do *Le Monde*<sup>633</sup> referiu que o barril de pólvora não parara ainda em Goa e ameaçava explodir no Pacífico. O Presidente indonésio Sukarno havia pronunciado um discurso, interpretado no jornal francês como o prelúdio a uma agressão contra a Nova Guiné holandesa. Sukarno aspiraria assim findar a dissidência com os Países Baixos que remontava a 1950, e que era fomentada com a proposta na ONU do abandono da soberania holandesa sobre a Nova Guiné e da transferência dos poderes para um organismo internacional destinado a preparar a população para uma autodeterminação próxima. A ameaça de Sukarno, contrário à proclamação da independência da Nova Guiné e dizendo-se disposto a utilizar todos os meios para a impedir “mesmo que isso significasse a guerra”, foi referida como tendo beneficiado do impulso da decisão da Índia que, com a sua ação militar em Goa se tornava, assim o afirma o título deste editorial, no “mau exemplo”. Com o caso de Goa perante si, os indonésios tornar-se-iam mais intolerantes a impedimentos em ganhar a Nova Guiné Ocidental. O risco de guerra estava a aumentar, concluiu-se numa outra peça do *Guardian*.<sup>634</sup> Dias depois, numa caricatura de primeira página, o *Figaro* (27-12-1961) satirizou a atuação da ONU inventando um “Restaurante ONUiano” (ver anexos, fig.100).<sup>635</sup> O prato servido, adequado ao contexto natalício, era “volaille demi-deuil”, nome por que é conhecida uma iguaria da gastronomia francesa, mas que

<sup>632</sup> “Nenhum membro da ONU poderá agora contar com o auxílio do Conselho de Segurança em caso de conflito – afirma-se em Washington”, *Diário de Notícias*, 20-12-1961:7; “Já não é possível disfarçar: or mais tempo, que a ONU se transformou num instrumento da mais desabalada arbitrariedade”, *O Século*, 20-12-1961: 7.

<sup>633</sup> “Le mauvais exemple”, *Le Monde*, 20-12-1961:1.

<sup>634</sup> “Indonesia prepares for action in West New Guinea. Hope for a diplomatic victory”, *Guardian*, 20-12-1961:1.

<sup>635</sup> Lê-se na respetiva legenda: «Terminez joyeusement l’année! “Volaille demi-deuil” Tous ces points noirs? – Les truffes, sans doute!».

significa ao mesmo tempo, traduzindo literalmente, “peru semiluto”. No peru, sobressaíam vários “pontos negros”, que um dos personagens, empregado de mesa, identifica como sendo trufas, certamente. Contudo, as inscrições gravadas na caricatura desmentem esse equívoco. Os pontos negros representavam, afinal, os “casos bicudos” da ONU: Berlim, Moscovo, Cuba, Congo, Cairo, Goa e Indonésia.

Tais análises nos jornais que pressagiavam um futuro previsivelmente trágico para as Nações Unidas entrecruzaram-se – vale a pena destacá-lo – com as notícias da tomada de Pangim, a capital de Goa,<sup>636</sup> a que se seguiria a rendição das guarnições portuguesas em Damão e Diu, consumando a queda do império português no Oriente. Nas palavras irónicas do enviado do *Figaro* a Nova Deli, a “gloriosa campanha” indiana durara 36 horas e o assunto de Goa era então encerrado – pelo menos no terreno.<sup>637</sup> Contrariando as alegações indianas que se referiam à conquista dos enclaves como um simples “passeio militar”, quase sem traço de violência, o enviado francês abordou a ação em Goa como uma “aventura penosa”, mas para as tropas indianas (ver anexos, fig.95).<sup>638</sup> O porto de Mormugao, conta-se em notícias baseadas nos *media* portugueses,<sup>639</sup> continuava a resistir. Ao mesmo tempo que a imprensa divulgava os últimos acontecimentos que confirmavam a ruína do Estado da Índia, Portugal era condenado na ONU por se recusar dar as informações repetidamente requeridas sobre os seus territórios e novamente solicitadas na sequência de uma resolução apresentada por 35 países afro-asiáticos e pela Jugoslávia. O *Figaro* ridicularizou o facto de, 24 horas após ter declinado uma resolução que pedia a condenação da agressão indiana contra o território português, a ONU acabar por – assim se afirma – “condenar a vítima de agressão”,<sup>640</sup> por 9 votos contra 3 (África do Sul, Espanha, e Portugal) e 2 abstenções (França e Bolívia) (ver anexos, fig.96). Decididamente, a ONU, lê-se na primeira página dessa edição do *Figaro*, encontrava-se numa “atmosfera de crise”.<sup>641</sup>

<sup>636</sup> “Panjim falls to paratroops. Sikhs take over”, *Daily Telegraph*, 20-12-1961:1; “Goa surrenders to India invaders. Flag raised in capital by parachute troops”, *Daily Telegraph*, 20-12-1961:1; “Panjim yields to Indians” Church damaged by Portuguese”, *Guardian*, 20-12-1961:1; “Les trois enclaves portugaises tombent aux mains des forces indiennes”, *Le Monde*, 20-12-1961:2.

<sup>637</sup> «La “glorieuse champagne” indienne a dure 36 heures. La capitale de Goa a été occupée hier matin; Ecrasées par le nombre, les troupes portugaises ont capitulé», *Figaro*, 20-12-1961: 5.

<sup>638</sup> «La “conquête de Goa: Une promenade militaire plutôt mouvementée... pour les troupes indiennes”, *Figaro*, 21-12-1961:1. Continuação em: “La conquête de Goa: une aventure pénible”, 21-12-1961:4.

<sup>639</sup> «Radio-Lisbonne: “Nos troupes continuent à résister à Vasco-de-Gama et à Mormugao”», *Figaro*, 21-12-1961:1. A peça cita a rádio portuguesa, segundo a qual as tropas portuguesas continuavam “a resistir com tenacidade” em Vasco da Gama e Mormugao, e o *Diário da Manhã* que terá escrito: “Goa será doravante uma Hungria ocupada. Uma Hungria, como tantas outras: rivadas da sua soberania pelo imperialismo de certos povos”.

<sup>640</sup> “Portugal condamné par l’ONU 48 heures après l’agression indienne”, *Figaro*, 21-12-1961:4.

<sup>641</sup> «L’ONU s’ajourne dans une atmosphère de crise », *Figaro*, 21-12-1961:1 : «Des diplomates atterrés constatent: l’organisation admet l’emploi de la force” (...) Le mot de la fin sur l’agression de Goa a été prononcé hier à La Nouvelle Deli, quand M. Jaeharil Nehru a déclaré que la rapidité même de la victoire indienne constituait la meilleure justification de l’invasion. Cela signifie que si le gouverneur de Goa avait disposé de chasseurs à réaction, de bombardier rapides et de suffisamment de tanks pour arrêter les forces excellemment entraînées et équipées du général Chaudhuri,

Mas para outros jornais que se distanciavam desta orientação conservadora, o significado retirado deste encadeamento de acontecimentos foi outro, bem menos promissor para o regime de Salazar. A queda de Goa, numa altura em que os rebeldes em Angola anunciavam estar prestes a abrir uma segunda frente de guerra e o custo da repressão no território obrigava a um desvio de fundos, essenciais para outros bens,<sup>642</sup> trouxe às páginas do semanário *L'Express* a previsão de que a ação da União Indiana poderia minar em breve o regime do Estado Novo. O jornal vislumbrou na perda de prestígio que acabava de sofrer em Goa o provável ponto final no mito de serem as colónias portuguesas parte da metrópole e o possível crepúsculo de Salazar, anunciado logo no título do artigo: “Lisbonne: le crepuscule de Salazar” (21-12-1961: 14).<sup>643</sup> A caminho de Nova Iorque, de passagem pelo Cairo, Krishna Menon deu uma conferência de imprensa<sup>644</sup> durante a qual declarou: “É um assunto terminado. O problema de Goa está liquidado. A soberania do povo indiano foi restabelecida. O colonialismo afundou-se”. Sobre as operações militares Menon afirmou ainda: “É um grande erro dizer que as tropas indianas atacaram Goa. Se o povo de Goa tivesse apoiado pelo menos os portugueses, eles poderiam ter aguentado, mas para o povo de Goa, tudo decorreu como se fosse um festival”.

Perante as declarações indianas que encaminhavam a fazer pensar estar-se diante do último sopro do regime colonial português, Salazar recorreu à imprensa estrangeira para associar a ação militar indiana em Goa aos ditos instintos predadores de uma nova potência em afirmação no cenário internacional e para reafirmar a constância da sua posição de remar contra a maré independentista. A 23 de dezembro, concedeu uma entrevista ao *Figaro*, conduzida pelo jornalista Serge Groussard, que, dois anos antes, tinha já dirigido uma primeira entrevista a Salazar. Anunciada na véspera com uma chamada de primeira página no *Figaro*,<sup>645</sup> a entrevista a partir de São Bento ocupou duas páginas inteiras do jornal francês (ver anexos, fig.98) e foi extensamente citada na imprensa

---

l'invasion indienne aurait été moins justifiée. La formule n'est pas nouvelle, mais on ne s'est pas encore tout à fait habitué, dans les couloirs de l'ONU, à la voir proclamée par M Nehru (...).

<sup>642</sup> Cf. Ferreira e Pedra (1988).

<sup>643</sup> «Peu avant l'invasion de Goa par les indiens, le Portugal a annoncé qu'il supprimerait tous les droits de douane pour ses échanges coloniaux, à partir de janvier 1962. Sans parler de la misère dans laquelle vit une grande partie des Portugais (près de la moitié de la population est illettrée et le taux de mortalité infantile est près de trois fois supérieur à celui de la France), le déficit chronique de la balance commerciale portugaise ne peut être comblé que par l'exploitation des colonies. Le coût de la répression en Angola oblige déjà à détourner des fonds essentiels pour d'autres besoins nationaux. Or les rebelles angolais annoncent qu'ils vont bientôt ouvrir un second front. La chute de Goa met fin au mythe selon lequel les colonies portugaises font partie de la métropole. Le fardeau croissant de ses actions coloniales d'arrière-garde et la perte de prestige qu'il vient de subir à Goa pourraient miner bientôt le régime de Lisbonne».

<sup>644</sup> «Mêlant le paradoxe à l'inconscience. M.Menon: “Nous n'avons pas attaqué Goa... pas un coup de feu n'a été tiré dans la capitale. Nous exposerons clairement notre position aux Nations Unies”», *Figaro*, 21-12-1961:4 ; «“Il n'y a pas eu d'agression à Goa” affirme M. Krishna Menon à son arrivée à New-York», *Le Monde*, 22-12-1961:2.

<sup>645</sup> «Demain, Après Goa. Salazar juge Nehru. Déclarations au ‘Figaro’ recueillies à Lisbonne par Serge Groussard», *Figaro*, 22-12-1961:1.

portuguesa nos dias seguintes.<sup>646</sup> Salazar encontraria em Serge Groussard um locutor que lhe permitia uma exposição conveniente dos seus pontos de vista e do seu intuito de influenciar as correntes de opinião internacionais a respeito da queda de Goa e de Nehru, sobre quem começou por afirmar, refutando a sensação de surpresa manifestada por Serge Groussard:

Acredita na sinceridade desse homem? (...) Não o conhece. Eu conheço-o bem, e desde há muito, e ele sabe-o. É o ser cínico por excelência. Que o nosso simples direito ousasse defrontar o seu poder desmesurado, isso enlouquecia-o. Teria há muito já invadido Goa, se apesar de tudo, não o tivesse preocupado a perspectiva das reacções temporárias da opinião mundial. Então, como é seu hábito, principiou pela ofensiva surda indirecta (...) Foi uma vida feliz a sua [Goa] até o dia da agressão. Mas isto fazia com que Nehru espumasse de raiva. Sempre que lhe falavam de Goa, perdia a sua calma habitual, os lábios tremiam-lhe. Tudo o que havia projectado se malograra. Restava-lhe apenas, para levar a cabo o seu intento recorrer à acção militar (...) A língua de Nehru está perfeitamente adaptada ao tempo do cinismo. Ao tempo dos falsos valores que tão bem simboliza Nehru, de quem a existência foi e será uma impostura. Nós contribuímos, ainda assim, para esclarecer um pouco o verdadeiro rosto deste homem. Um rosto de lobo sob a máscara de cordeiro.

Salazar afirmava ter obrigado Nehru ao “escândalo” internacional ao enviar para Goa uma força que embora escassa se afigurava suficiente para forçar o governo indiano a empreender uma “operação de guerra”. A desproporção de forças armadas entre a União Indiana e o exército português foi apontada como uma tática deliberada para fazer sobressair o alegado carácter sanguinário de Nehru. Perante a constatação do desequilíbrio evidente de forças e a certeza da inevitabilidade de uma derrota portuguesa, explicou Salazar, bastaria um pequeno número de soldados no terreno para garantir um efeito dissuasor, que, a fracassar, revelaria o lado ferino de Nehru: 30.000 soldados indianos contra os escassos milhares de portugueses, eis a imagem de uma crueldade desmesurada e inútil que Salazar dizia ter pretendido com a decisão de não enviar reforços portugueses para Goa. O plano de compelir a União Indiana a desistir da anexação ou a bater-se revestia para Portugal a maior importância: se Nehru não desistisse, a União Indiana deveria ser obrigada a fazer a guerra:

Enviámos então a Goa uma força suficiente para obrigar o governo indiano a empreender não por uma operação de polícia, mas uma operação de guerra. Para tal, teríamos de sacrificar vários milhares de homens e pelo menos uma unidade de marinha (...) Nós obrigámo-lo ao escândalo. Nós sabíamos que ele submergiria a nossa pequena tropa mas ele teve de expedir contra ela frente às nações mais de 30 000 soldados, sete esquadrões de bombardeiros e de caçadores, canhões pesados e tanques, paraquedistas e uma frota e porta-aviões, isto contra um punhado de portugueses. Porquê um tal desenvolvimento de força? Não porque ele temia ser vencido pelas nossas tropas, mas porque conhecia o patriotismo português dos 650 000 habitantes das nossas terras da Índia (...) Querem que vos entregue as duas chaves da sua acção a Goa? Primeira chave: Nehru queria apagar do Oriente, ao qual se liga pela cultura e pela ambição, a luz ocidental que representava a pequena província de Goa.

---

<sup>646</sup> “Uma entrevista do Sr. Presidente do Conselho ao *Figaro* de Paris, sobre a agressão a Goa”, *O Século*, 24-12-1961:1; “Portugal resistirá a todos os ataques – afirmou ao jornal *Figaro* o sr prof dr Oliveira Salazar”, *Diário de Lisboa*, 26-12-1961:1; “O Sr. Presidente do Conselho fala ao *Figaro* de Paris: Em parte alguma arriaremos a bandeira, bater-nos-emos sempre. Nehru tem o seu plano africano e quer estabelecer naquele continente algumas dezenas de milhões de indianos. As potências ocidentais perderam toda a influência no Oriente. Não abdicaremos da Esperança”, *O Século*, 27-12-1961:1; “Salazar na entrevista que concedeu a *Figaro*: o mais grave é que as diligências britânicas e norte-americanas não obtiveram o menor resultado o que prova que as potências ocidentais perderam toda a influência no Oriente – salienta o Presidente do Conselho a propósito da agressão da União Indiana a Goa”, *Diário de Notícias*, 27-12-1961:1-2.



O exemplo de prosperidade e de harmonia que era Goa aos olhos dos indianos parecia perigoso e insustentável ao primeiro-ministro de Nova Deli. Segunda chave: há uma coisa grave que escapa ao Ocidente. É que a ideia fundamental de Nehru é a de recriar o Império das Índias tal como os britânicos o tinham forjado. Nehru quer dar à União Indiana toda a grande península da Ásia Meridional. É esse o seu sonho. O seu povo morre à fome, a unidade é frágil, mas ele, Nehru, é assombrado por estes territórios ainda livres que quer engolir. Há o Paquistão, o maior pedaço com as suas duas metades. Há Ceilão. Há o Bhoutan ainda claramente autónomo. Há o Nepal, ainda semi-livre. Quando vejo o Ceilão votar por Nehru nas Nações Unidas, digo: “Pobres idiotas! Vão ser as próximas vítimas! Os vossos 10 milhões de habitantes e a vossa ilha serão submersos e assim o quiseram!”

Na continuação da entrevista, Salazar reservou palavras amargas contra a atitude britânica, que resumiu como a “prova de que as potências ocidentais perderam toda e qualquer influência no Oriente”, e manifestou a sua desconfiança face à dita incoerência dos norte-americanos no Conselho de Segurança que votavam a favor de Portugal a respeito de Goa, para logo depois ratificar uma condenação da política portuguesa em África: “É-me mais fácil compreender um problema de matemática superior que compreender a política dos EUA. Eles acreditam estar a atrair a simpatia dos afro-asiáticos. É tristemente infantil”, afirmou Salazar a Serge Groussard. Mas é sobretudo a condenação de Nehru que domina a entrevista. O presidente do Conselho propunha-se destrinçar os interesses que dizia existir de Nehru no continente africano. A política de Nehru no Catanga, por exemplo, de envio de forças para travar o que considerava serem as reminiscências imperialistas belgas, e que contariam com a convivência britânica, foi identificada como um estratagema com vista a impulsionar a fixação dos indianos na África negra. E tal plano de Nehru, conjugado com os desígnios dos africanistas, repercutir-se-ia, afirmou Salazar, na pretensão comum de erradicar as populações brancas de África.<sup>647</sup> À questão sobre se a queda de Goa poderia pressagiar o começo de uma prova mais dura, Salazar retorquiu que “O pior é sempre possível hoje” e assegurou: “As nossas províncias portuguesas ultramarinas podem sangrar. O que eu sei é isto: lutaremos em toda a parte (...) por toda a parte, temos os meios para lutar poderosamente. Não se tratará de combate de sacrifício. Venceremos”. Salazar aproveitou ainda a entrevista para frisar a sua determinação em continuar a fazer face ao ciclone anticolonial: “Estamos na presença de uma vaga. De uma enorme e

---

<sup>647</sup> É pertinente citar aqui as declarações de Salazar a este propósito: “(...) Em África, encontramos a União Indiana e Nehru. Pois este senhor tem um plano africano. As Nações Unidas confiaram a este grande pacifista uma parte importante da sinistra operação catanguesa, esta imbecilidade criminoso. O plano de Nehru consiste em estabelecer na África negra várias dezenas de milhões de indianos. Eis o motivo pelo qual ele envia para o Congo, a intervalos próximos, várias tropas de capacete azul. Os soldados chegam muitas vezes com as suas mulheres e com as suas famílias. O meu sentimento é que Nehru tem muita ambição no que diz respeito à África negra. Vista a facilidade dos indianos para emigrar e a sua adaptação fácil ao clima, o primeiro-ministro indiano decidiu enviá-los em massa, discretamente. Como na sua perspetiva, ele disse-o, os indianos são muito mais evoluídos que os africanos negros, e como os acha muito mais capazes, ele pensa que eles substituirão os brancos à frente de África. As Nações Unidas servem tranquilamente os tenebrosos desígnios de Nehru (...) No que toca ao futuro, digo-vos que a política ocidental e oriental em África se define por um racismo insólito e tão condenável quanto o racismo nazi. Que se quer? De uma ponta à outra da África, queremos cassar as populações brancas que desde há gerações trabalham aí, trazendo prosperidade e progresso. Quer-se apagá-los do continente para meter no seu lugar os Negros. A história será indigna para o nosso tempo.”

suja vaga. Ela cairá. É preciso aguentar até lá”.

### **A negação da derrota em Pangim e a ambivalência na relação com os militares: de heróis a bodes expiatórios**

Embora a cidade de Goa tenha caído em poder do inimigo, a resistência continua em Vasco da Gama, onde um punhado de bravos, à frente dos quais se encontra o governador Vassalo e Silva, decidiu vender cara a vida (tudo se pode perder, menos a honra), enfrentando corajosamente os ataques do invasor, numa desproporção de forças que não pode deixar dúvidas acerca do desfecho da luta. Seja como for, consumou-se o acto de violência praticado pelo seu poderoso vizinho contra o Estado Português da Índia (...) Foi precisamente para criar uma situação de facto, considerada por Nova Deli irreversível, que as tropas da União Indiana receberam ordem para prosseguir o avanço fulminante sobre a capital do Estado Português da Índia. Em face da enorme desproporção das forças em presença, a resistência foi até ao ponto onde era humanamente possível ir. No cenário surpreendente de Goa, à brutalidade selvática do ataque sucede-se o silêncio tumular que reina sobre a paz dos cemitérios.

O excerto acima transcrito é parte de uma nota de primeira página do *Diário de Lisboa* (20-12-1961) intitulada “Hora de luto”, publicada no dia em que se noticia a queda de Pangim, vencida ante as forças indianas. Enquanto um conjunto de artigos deu continuidade ao *framing* noticioso que dominava a imprensa desde os dias anteriores, reportando reações da imprensa internacional contra Nehru, apodado de “tirano”, “criminoso” e “campeão da hipocrisia”,<sup>648</sup> o triunfo das forças indianas sobre Pangim ocasionou títulos arrebatados. *O Século* anunciou: «A Pátria está de luto. Pangim caiu em poder do inimigo. Os defensores portugueses com o Governador Vassalo e Silva barricaram-se em Vasco da Gama. Dois vasos de guerra indianos entraram no Porto de Mormugão onde os portugueses resistiam. O comandante Aragão, do “Afonso de Albuquerque”, encontra-se ferido, no Hospital de Pangim». A última página dessa edição (*O Século* 20-12-1961: 14) é dominada pelo cabeçalho “Os heróis da última epopeia de Portugal em Terras da Índia”, sob o qual se distinguem palavras de louvor ao governador Vassalo e Silva e aos seus “bravos soldados”, num segmento abrangido pelo título “Violentíssima luta durante oito horas com bombardeamentos pela artilharia, aviação e armada indianas, antes da queda de Goa”. Um outro segmento salientava ainda: “Foi para o fundo o Afonso de Albuquerque que deste modo honrou até ao fim o seu nome glorioso”.

No *Diário de Notícias* (20-12-1961: 1), o modo de enunciação da tomada de Pangim fez perpetuar a ideia da luta portuguesa contra o exército indiano: “Resistência heroica de um povo que defende a civilização cristã e ocidental. Continua a luta em Vasco da Gama e Mormugão onde as forças

---

<sup>648</sup> Vale a pena realçar alguns títulos de ataque ao primeiro-ministro indiano que surgem citados em “A imprensa do Mundo Ocidental contra Nehru e a brutalidade do ataque a Goa”, *O Século*, 20-12-1961: 7: «“Gandhi morreu pela segunda vez quando Nehru mandou atacar Goa” – afirma a imprensa de Paris que se insurge, unanimemente, contra a violência indiana», lê-se no matutino, numa afirmação retirada do jornal *Combat*; «“Nehru ganhou um palmo de terra mas perdeu a vergonha”, escreve o *Die Welt* de Hamburgo»; «“Nehru é um tirano hipócrita, nojento e criminoso e a Inglaterra deve deixar de enviar-lhe dinheiro”, clama o *Daily Express*»; “O homem que, há tantos anos, dá lições de moral a toda a gente revela-se agora um criminoso”, teria escrito o mesmo jornal britânico; “A elástica consciência internacional de Nehru deve estar repuxada ao máximo – diz o jornal de Joanesburgo”; “De Nehru só resta uma triste caricatura”, teria lamentado o *Journal de Genève*.

portuguesas estabeleceram os redutos finais e opõem a mais tenaz resistência aos invasores indianos. A cidade de Goa foi ocupada pelos indianos na madrugada de ontem. O General Vassalo e Silva encontra-se em Vasco da Gama com o Estado-Maior”.<sup>649</sup> A condição da informação em Goa e o cerco aos jornalistas, que, recorde-se, até ao dia 21 de dezembro, foram proibidos de passar para lá de Belgaum, não cessou de ser invocada com o intuito de desacreditar as afirmações provenientes de fontes indianas. A acusação de parcialidade da informação foi sistematicamente apontada ao lado indiano como se a cobertura da imprensa de Lisboa estivesse imune aos interesses do governo português. Uma declaração citada do ministro de Estado, Correia de Oliveira, denunciava a “origem suspeita” das informações sobre a tomada de Pangim, subordinadas, dizia, aos objetivos da União Indiana e atacava os depoimentos indianos da escassez de resistência portuguesa. Os telegramas, afirmou o ministro, eram vagos e falavam da ocupação do território sem dados concretos e com “graves contradições” sobre a resistência portuguesa. Mais ainda, a União Indiana não emitira nenhum comunicado oficial sobre o pretense fim das hostilidades. Numa outra declaração do ministro do Ultramar, feita aos microfones do Rádio Clube Português, Adriano Moreira dizia “repudiar inteiramente” as alegações da União Indiana de as tropas portuguesas se entregarem sem resistência e mostrava certeza sobre “a alma de português que anima o general Vassalo e Silva”, acrescentando não ter dúvidas de que também nesse momento Portugal não alinharia “ao lado dos responsáveis pela degradação do Ocidente”.<sup>650</sup> A ideia de que as forças portuguesas se teriam rendido após uma parca resistência seria um ultraje com que nenhum português poderia consentir, afirmou-se constantemente nas notícias. Neste apelo às emoções dos leitores, tendente a ativar o orgulho pelas forças combatentes em Goa e a repulsa contra as forças designadas de inimigas, as fontes indianas surgiram por vezes consideradas como dignas de crédito, mas apenas quando as suas afirmações pareciam corroborar um sentido de admiração pela suposta resistência portuguesa.<sup>651</sup>

A encenação de uma resistência das forças armadas portuguesas em Goa perdurou ao longo dos dias seguintes. Depois do anúncio do obstáculo tenaz dos portugueses em Pangim, o avanço das tropas indianas sobre Mormugão (ver anexos, fig.52)<sup>652</sup> voltaria a confrontar-se com a oposição dos

<sup>649</sup> Ver também “O Afonso de Albuquerque honrou as tradições da Armada portuguesa. Após luta heroica de cerca de 10 horas com 3 navios de guerra indianos – um dos quais foi posto fora de combate – a gloriosa unidade da nossa marinha afundou-se”, *Diário de Notícias*, 20-12-1961:7. Ver ponto: “O Comandante Solano de Almeida, homem extraordinário de coragem. Os nossos aviões foram salvos milagrosamente”.

<sup>650</sup> “A reação da população de Goa – segundo o ministro do Ultramar”, *Diário de Lisboa*, 20-12-1961:16. Citada também em “Uma declaração do sr ministro do Ultramar”, *República*, 20-12-1961:12.

<sup>651</sup> «“O Heroísmo dos soldados portugueses é, realmente, extraordinário!” reconheceu um jornalista indiano», *O Século*, 20-12-1961: 7.

<sup>652</sup> “Tropas indianas entraram no Porto de Mormugão, ao Sul de Goa, onde aprisionaram o Governador Vassalo e Silva. Os prisioneiros portugueses serão internados num campo fora do território de Goa. Nehru prepara-se para proibir aos goeses a prática da fé cristã e o uso da língua pátria”, *O Século*, 21-12-1961:1. Segundo um informador do Ministério da Defesa referia que pouco depois das 0 horas, as tropas indianas entraram em Mormugão e o general Vassalo e Silva

militares portugueses que, não obstante a escassez de meios, lutavam como possível para protelar a vantagem das colunas inimigas. Assim o pretendiam fazer crer as inúmeras notícias que preencheram as primeiras páginas dos jornais por esses dias: “Combates corpo a corpo em que os inimigos foram rapidamente vencidos chegaram a travar os portugueses no seu reduto de Mormugão com marinheiros indianos que tentavam desembarcar”, lê-se na capa de *O Século* (21-12-1961); “Os nossos militares na Índia não desmereceram dos seus antepassados e a duração da luta, que não findou ainda, é disso prova inequívoca”, anunciava a notícia ao lado citando um comunicado do Serviço de Informação Pública das Forças Armadas. No dia seguinte, a perda do domínio português em Damão relançou a mesma noção na capa do matutino (22-12-1961): «Ficaram em chamas a cidade e a fortaleza de Damão após quatro ataques aéreos indianos. Vigorosíssima resistência dos portugueses na Velha Praça Forte, antes de submersos pelas vagas do inimigo. Conseguiu escapar de Damão e chegou a Karachi a lancha “Antares”, da Marinha de Guerra».

Esta dramatização da resistência portuguesa, contribuindo para fazer sobressair a imagem de uma determinação e da coesão das forças armadas na Índia, não é menos o reflexo de uma ordem exarada por Salazar num telegrama dirigido a Vassalo a Silva fazendo apelo a um sacrifício coletivo do exército. Nesse telegrama enviado a 14 de dezembro de 1961, Salazar negava-se perentoriamente aceitar tréguas, prisioneiros ou rendição dos navios e dizia sentir poder “haver apenas soldados e marinheiros vitoriosos ou mortos”.<sup>653</sup> Aconselhava ainda: “Convém politicamente que a luta se mantenha ao menos oito dias, período necessário para o Governo mobilizar, em último recurso, instâncias internacionais. Deus há de fazer o milagre de não ser o general Vassalo e Silva o último governador de Goa”. Antes desse telegrama, a “Instrução Pessoal e secreta nº5”, do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, datada de 15 de novembro, definira a missão no Estado da Índia como consistindo em “evitar a sublevação” e “opor-se à invasão do território”, mediante ações retardadoras nas linhas de ataque, tanto de resistência temporária como móveis, até uma resistência final na península de Mormugão e ilha de Goa. Sobre a resistência final, afirmava-se não poder haver outra alternativa que não fosse a de bater o invasor, mostrando-lhe a sua incapacidade para vencer ou morrendo no cumprimento da missão. A ritualização deste imaginário do dever de resistir até ao fim para a proteção da soberania portuguesa na Índia deixara a sua marca em instruções de vários anos antes do Comando militar do Estado da Índia, nas quais se subscrevia a

---

encontrava-se em poder dos indianos, após ter sido feito prisioneiro em Mormugão.

<sup>653</sup> ANTT/AOS/CO/UL,28 A. Pasta 2, 2ª subd, 1961-62, segundo telegrama de Salazar a Vassalo e Silva (rádio-telegrama 816/A), 14-12-1961.

afirmação de uma “firme e inabalável” decisão de morrer nas posições a defender na Índia.<sup>654</sup>

O panegírico à ação das forças portuguesas em Goa, infundido em notícias como em editoriais, traz em si os vestígios da vontade política de Salazar de não recuar nos seus desígnios imperiais, ou, ante a probabilidade cada vez mais real de uma sua derrota, de manter intacta a encenação de um corpo militar que perseverava no objetivo de defender o Estado português da Índia. Em plena guerra em Angola, e depois do rasto de divisão na estrutura militar ateadada pela tentativa de golpe encabeçada por Botelho Moniz, tudo indicava ser crucial evitar qualquer indício de desistência dos soldados, cujos efeitos se repercutiriam previsivelmente sobre as forças que lutavam em Angola. Impunha-se igualmente sonegar os sinais de desmoralização nas tropas posicionadas junto à fronteira com a União Indiana, evidenciados nos relatórios do Estado-Maior de Goa para Lisboa (Matos e Lemos, 2003: 271-287) e em testemunhos recentemente dados à estampa que contrariavam os relatos noticiosos de uma luta mantida até aos limites do possível (Morais, 1995).<sup>655</sup> A prioridade do envio dos soldados portugueses para Angola e os principais planos operacionais na Índia, o Plano de luta Antiterrorista e o Plano Sentinela, que definia como objetivo primordial, em caso de ataque da União Indiana pela fronteira terrestre, o de retardar o inimigo (Lima, 1997), tornavam efetivamente milagrosa a possibilidade de uma resistência de oito dias, para parafrasear a resposta ao telegrama de Salazar dada pelo general Vassalo e Silva.

Além das manifestações de dúvida sobre a capacidade real de resistência portuguesa ou sobre a disposição das tropas de morrer em Goa, a condução da celeuma na Índia por Salazar pareceu redespertar e agudizar o descontentamento nas camadas militares em Lisboa, desta vez até mesmo entre as alas mais conservadoras do regime. Num telegrama do embaixador francês em Lisboa enviado ao ministério dos negócios estrangeiros francês,<sup>656</sup> Bernard de Menthon dava conta de rumores de ter a questão de Goa provocado uma profunda agitação nos círculos políticos e militares de tendência conservadora, nomeadamente na liderada pelo ex-ministro da defesa, o general Santos Costa. Segundo o embaixador francês, estes meios estariam a responsabilizar pela perda dos territórios portugueses na Índia a política externa seguida até então por Salazar e exigiriam fosse

---

<sup>654</sup> Em outubro de 1954, um plano de instrução comunicado pelo Comando militar do Estado da Índia (Quartel-general, 2ª repartição) afirmava: “Sendo nossa firme e inabalável decisão morrer nas posições que temos de defender, jamais poderá constituir motivo de justificação que assim não aconteça a falta de munições. Enquanto houver vida moral e arma branca a luta terá de prosseguir. O combate à arma branca não se limitará:ois, ao choque no momento da abordagem do adversário: temos de a prever também como reação organizada das tropas da Índia. Por isso, deverá ser intensificada e aperfeiçoada a instrução da luta corpo a corpo. A guerrilha será a última arma que o comando terá à sua disposição porquanto não duvido um só momento que, se toda a nossa resistência organizada se desfizer, em cada soldado da Índia encontrará um guerrilheiro decidido a prologar a luta por sua iniciativa ou pela ação de pequenos núcleos, tornando a vida impossível ao ocupante do solo Nacional...”, Matos e Lemos (2003).

<sup>655</sup> Segundo o relato de C.A. Moraes (1995:185-192), e contra o imaginário de uma luta mantida ao último instante possível, a guarnição do aviso Afonso de Albuquerque teria abandonado o navio após um breve combate naval, chegando à costa em baleeiras ou a nado.

<sup>656</sup> Ver telegrama nº374, 19-12-1961, consultado em 200 Q0 49.

uma mudança radical dessa política, nomeadamente para com os EUA, e da NATO, fosse a demissão do presidente do Conselho.

Não há, na imprensa portuguesa, qualquer menção a essa radicalização das divergências militares em Lisboa notificadas pelos círculos diplomáticos franceses. E apesar de se estar perante um ataque de defesa impossível em Goa, que confirmava a ordem de Salazar como remetendo para um sacrifício fatal, a imprensa portuguesa foi dominada pelo sentido de uma entrega absoluta dos militares portugueses e pela acusação das mentiras indianas que alegassem o contrário. A noção de uma grande mentira engendrada pela União Indiana apareceu sustentada nas palavras difundidas por enviados da imprensa portuguesa e estrangeira. Entre eles sobressaiu o testemunho do enviado do *Figaro*, Max-Olivier Lacamp, que, referindo-se à atuação da União Indiana, escrevia nunca, desde Hitler e Estaline, tantas mentiras enormes terem sido acumuladas para justificar a ação empreendida e o método escolhido: “J’arrive de Goa. Opération montée à l’abri d’un rideau de mensonges” (*Figaro*, 30-12-1961: 5) (ver anexos, fig.101).<sup>657</sup>

O enaltecimento da alegada bravura dos militares em Goa desdobrou-se então em considerações apologéticas da presença portuguesa na Índia e na proposição de um enquadramento de generalização em que o ocaso do Estado Português da Índia, mais do que uma perda para Portugal, revestia a roupagem de um empobrecimento para o mundo ocidental e cristão. O editorial do *Diário de Notícias* (22-12-1961: 1) “Algumas Verdades”<sup>658</sup> anunciava, a propósito da queda de Goa, uma “nova era internacional, ou, porventura, anti-internacional” e previa “incalculáveis consequências (...) nas contingências, já de si bem precárias, da paz no Mundo”. Um sentido de associação de

<sup>657</sup> “Violentos combates travaram-se em Mormugão – informa-se de Nova Deli o correspondente do *Figaro*”, *O Século*, 22-12-1961:6. Depois de atravessar a fronteira, uma vez levantada a barreira contra a imprensa, o repórter francês escrevia tornar-se claro a todos os jornalistas, até aos mais acérrimos defensores da expulsão dos portugueses de Goa: or que motivo Menon fazia tanta questão de deixar aos seus “serviços de propaganda” o cuidado exclusivo das notícias a divulgar na Índia e no resto do mundo. Nada, mas absolutamente nada do que os jornais eram forçados a publicar era verdade, afirma Max Olivier Lacamp. Assim que os jornalistas eram autorizados a passar a fronteira, outra reação não poderia ser expectável senão a indignação ao constatarem terem sido “viciosamente abusados”; os portugueses não tinham 3000 homens em tropas. Não tinham aviação. Os submarinos nunca tinham existido. O governador português nunca fugiu. Ninguém se revoltara. A ordem nunca deixara de reinar. A situação descrita por Max Olivier Lacamp é diametralmente oposta: Goa continuava em ordem. O porto de Mormugao era o mais bem apetrechado da Índia. Ninguém estava infeliz. As pessoas estavam bem vestidas, bem nutridas e bem alojadas. Nunca ninguém ouvira falar de genocídio. E a imensa maioria da população não era a favor da ligação à Índia.

<sup>658</sup> Leia-se a seguinte passagem: “A cínica invasão e conquista de Goa por Nehru (...) não marca apenas uma data dolorosa na existência, no sentimento e na história da soberania nacional. Anuncia também um período novo (...) O Ocidente pagará caro, talvez ainda mais caro do que nós, o caso de Goa, em que nunca fora mais nítido e revoltante pela desfaçatez e pela covardia, um ato de agressão. As transigências, as deserções e divisões do Ocidente, a sua total impotência em fazer respeitar, não diremos já a realidade mas um simples simulacro da lei internacional deram este resultado (...) Não teve, nem tem, o Ocidente mais leal amigo do que, nesta luta, em que está empenhado e em cuja defesa ocupamos posições atlânticas chaves e incontestáveis pergaminhos de civilização – não teve, não tem, o Ocidente mais leal amigo do que Portugal (...) Temos – não lhes parece? – de fazer um exame de toda estas circunstâncias e considerarmos, metendo a mão na consciência, as duas verdades que a sabedoria popular nos ensina e que temos aqui à mão. A primeira diz que os amigos se conhecem nas ocasiões. A outra aconselha-nos que “amigo que não preste e faça que não corta ainda que se percam pouco importa”.

tragédias idêntico trespassa o editorial de *O Século* (22-12-1961: 1), no qual a condenação de Nehru se funde com a transmissão da queda de Goa como ameaça de debilidade do bloco ocidental e cristão. Vale a pena citar mais extensamente parte deste editorial intitulado “Continuaremos a lutar pelo direito, pela justiça, pela paz”:

O heroísmo dos nossos soldados e marinheiros [foi] manifestado em condições que causam justa surpresa num mundo em que a complacência, a duplicidade e a covardia imperam (...) O Governo daquela tão querida parcela do território português, as forças da terra e do mar, a Polícia, a Guarda Fiscal e a população civil renderam-se só quando a resistência já era impossível. Perderam o domínio do território, mas não perderam a honra. Lutaram um contra quinze como se fosse igual o número de combatentes nos dois campos: lutaram com fé e entusiasmo na defesa da sagrada terra portuguesa, com o mesmo espírito e valor que outros dos nossos ali revelaram, há séculos, na construção de um império que ao mundo deu novos rumos e proporcionou uma acção civilizadora digna em tudo de um povo que sempre trabalhou e sofreu prejuízos e sacrifícios para que a Humanidade tivesse paz e felicidade (...) A amputação que, por agora, Portugal sofreu, justamente na parcela onde era mais vivo o portuguesismo das populações, em consequência de uma integração completa, não foi só ofensa grave e iníqua ao nosso País; não empobrece apenas a Nação Portuguesa. Ofende e empobrece o mundo ocidental e a Cristandade, porque o Estado Português da Índia era a maior fortaleza que o Ocidente possuía naquelas paragens. O futuro há-de mostrar a importância da perda que o mundo ocidental sofreu (...) Mesmo quando somos vencidos, como agora aconteceu, saímos com honra – o que é exemplo para tantos que cedem a todo o momento sem luta. Sempre fomos assim; e, nesta hora de tão grande provação, mais uma vez o mostrámos. Um dia, talvez bem breve, se verificará que só nós estamos no verdadeiro caminho. Então, talvez seja tarde para o mundo que quer ser livre.

O desmentido das informações publicadas no estrangeiro de ter a tomada de Goa dado lugar a uma rendição formal das tropas portuguesas permaneceu na primeira página dos matutinos (ver anexos, fig.53),<sup>659</sup> reforçado pela rememoração do exemplo do Afonso de Albuquerque<sup>660</sup> e pela heroicização do seu comandante, António da Cunha Aragão. Além de procurar entusiasmar as correntes de opinião no interior do país, o regime esforçou-se por projetar também no estrangeiro essa efabulação da luta portuguesa até à morte. Numa conferência no Palácio da Foz convocada pelo SNI, sob a coordenação do diretor Ramiro Valadão, um relatório do tenente-coronel Solano de Almeida distribuído aos representantes dos jornais diários e correspondentes estrangeiros aí

<sup>659</sup> “Não houve capitulação nem rendição das tropas portuguesas nos territórios de Portugal na Índia – confessa agora o Ministro dos Negócios Estrangeiros da União Indiana”, escreve-se no *Diário de Notícias*, *Diário de Notícias*, 23-12-1961:1; “Não houve rendição das forças armadas que defendiam o distrito de Goa – informa o governo de Nova Deli, desmentindo notícias falsas difundidas no estrangeiro”, *O Século*, 23-12-1961:1.

<sup>660</sup> “O feito histórico da guarnição do aviso Afonso de Albuquerque foi confirmado pelo diretor da TAIP”, *Diário de Lisboa*, 24-12-1961:1. “Continuam a resistir aos invasores indianos portugueses refugiados na floresta”, *Diário de Lisboa*, 24-12-1961:1. Ver “Foram captados sinais de rádio transmitidos pelos combatentes”. É perinente citar o texto, escrito de Washington: «A história completa da corajosa defesa de Goa pelos portugueses começa finalmente a ser reconhecida, salienta John Scali, correspondente diplomático da *American Broadcasting Corporation*, em comentário difundido pela rede de emissoras daquela organização. Longe de ter sido uma guerra-relâmpago, executada pelas forças indianas, foi – e talvez ainda seja – uma dura batalha. Os que restam dos 3500 homens das tropas portuguesas – na proporção de um para dez em homens e em canhões – retiraram para as florestas, a fim de continuar a luta de guerrilha. Nas últimas 24 horas foram captados sinais da rádio desses combatentes, que subsistem, quatro dias depois de ter o Governo indiano afirmado que o combate terminara. Parece certo que esses últimos combatentes serão eliminados; mas o importante é que as tropas indianas não foram acolhidas como libertadoras, apesar do que Nova Deli afirma”».

reunidos reafirmou a firme determinação de Vassalo e Silva em não aceitar a rendição.<sup>661</sup> Um outro comunicado do Gabinete do Ministro de Estado Adjunto do Presidente do Conselho<sup>662</sup> referiu-se às notícias difundidas por fontes indianas que diminuía a ação defensiva portuguesa e falavam de um acolhimento “caloroso” da população goesa às tropas indianas como exemplos concretos das tentativas da União Indiana de “desfigurar a verdade dos factos”. Pelo contrário, abundaram as descrições de uma tristeza dos goeses, em pleno natal, que o enviado do *Diário de Notícias* a Goa, João Falcato, afirmava estar a testemunhar.<sup>663</sup> A mesma imagem de tristeza foi transmitida pelo correspondente do *Figaro*, Max-Olivier Lacamp (ver anexos, fig.99).<sup>664</sup> A quadra natalícia ofereceu uma antinomia conveniente entre o que se esperaria ser um espírito típico e habitualmente festivo e o ambiente soturno que a imprensa portuguesa dizia estar a dominar Goa.

Afigurando-se a assunção da derrota militar em Goa cada vez mais inevitável, é no terreno da opinião que o regime procurava conseguir uma vitória contra Nehru. Uma vitória aparentemente possível pela sugestão de consonância no repúdio contra Nehru transmitida na imprensa estrangeira e pela corrente difusa de conservadorismo que permeou os debates internacionais no rescaldo de importantes críticas públicas à política colonial portuguesa. Através da imprensa, o regime deu a conhecer a sua determinação em não abandonar um território que as notícias anunciavam já como perdido, uma convicção particularmente perceptível nas palavras do embaixador Pedro Theotónio Pereira à agência UPI: «Nunca aceitaremos o princípio de que Goa está perdida. As Nações Unidas estão doentes e em perigo mortal (...) É uma hipocrisia toda esta conversa de “libertação”. Tentámos negociar com Nehru, mas não havia paz no seu coração» (*Diário de Lisboa* 27-12-1961: 12; *O Século* 28-12-1961: 9). Pouco depois, nos primeiros dias de janeiro de 1962, as palavras de Salazar na Assembleia Nacional, recusando resignar-se à perda de Goa e referindo-se à ocupação indiana dos enclaves como “um dos maiores desastres da nossa História e golpe muito fundo na vida moral da Nação”, voltaram a granjear notoriedade na imprensa portuguesa. Salazar retomava,

<sup>661</sup> “Um relatório do Tenente-Coronel Solano de Almeida que saiu de Goa depois de iniciada a agressão: a firme determinação do Governador Vassalo e Silva em não aceitar qualquer espécie de rendição”, *Diário de Notícias*, 24-12-1961:1 e 5; “As derradeiras trágicas horas da Goa portuguesa contadas pelo Sr. tenente-coronel Solano de Almeida, que largou para Carachi com os últimos refugiados”, *O Século*, 24-12-1961:1; «“O general Vassalo e Silva não tinha intenção de render-se” – afirmou na sua conferência de Imprensa o diretor-geral dos TAIP», *República*, 24-12-1961:1.

<sup>662</sup> “A conduta das tropas portuguesas é digna das tradições das nossas forças armadas, apesar da enorme desproporção de efetivos e meios de ação Não será inútil o sangue que correu na terra portuguesa da Índia. Assim o exigiam os desígnios da História, os imperativos da dignidade nacional e a fidelidade aos princípios da civilização do Ocidente de que Portugal tem sido arauto e defensor em todo o mundo – duma comunicação do Sr. Ministro de Estado”, *O Século*, 25-12-1961:1.

<sup>663</sup> “Natal de Goa! Natal de Goa!”, *Diário de Notícias*, 25-12-1961:1. Leia-se o seguinte excerto desta reportagem: “Neste momento em que o Natal da Índia Portuguesa é festa de luto e lágrimas, ouço evocar a alguém que o viveu muitas vezes, o Natal em Goa. Também havia lágrimas nos olhos desse homem – e nos nossos. Nos dele porque a saudade de toda uma vida e luto nos nossos porque ter vivido uma vez o que falta a todos em luto também o é igualmente. O Natal de Goa fez-me um dia pensar quão maravilhosa e grande é a unidade portuguesa. Eu estava ali com o Natal da minha terra a pesar-me na alma como o chumbo da tristeza”.

<sup>664</sup> “J’ai passé dans Goa devenue indienne un Noël d’une tristesse infinie”, *Figaro*, 26-12-1961: 3.



de forma mais demorada, as afirmações tecidas na entrevista ao *Figaro*, apontando o que dizia ser o projeto imperialista da União Indiana e o enfraquecimento das relações e compromissos firmados entre as potências ocidentais, e agitou a ameaça do abandono de Portugal das Nações Unidas.

As matérias publicadas permitem depreender os derradeiros esforços de um regime, completamente exposto a ataques interno e externos, para tirar o proveito possível de uma vulnerabilidade extrema e para recorrer, uma vez mais, à política da piedade; explorou-se a suposta morte sangrenta dos seus soldados pela força dos invasores e os relatos de provação e de encarceramento dos soldados portugueses nos campos indianos e ainda o sentimento dos goeses, que, segundo se afirmou, renegavam a cidadania indiana e manifestavam a sua firme oposição ao governo indiano bem como o seu desejo de abandonar Goa e partir para Portugal (ver anexos, fig.56).<sup>665</sup> O processo de desumanização das forças da União Indiana continuou no início de 1962, numa altura em que, presos os soldados em campos indianos, se descobrem artigos descrevendo as alegadas condições miserabilísticas e de carência extrema em que aqueles seriam mantidos (ver anexos, fig.55).<sup>666</sup> A censura contribuía para manter este sentido de maus tratos sofridos pelos soldados portugueses, cortando quaisquer alusões que indiciassem o contrário.<sup>667</sup> As mudanças políticas, económicas e administrativas resultantes da liquidação da administração portuguesa em Goa desencadearam uma torrente de notícias nas quais o denominado “imperialismo indiano” foi apontado como causa maior do declínio geral de Goa. Era a partir desse momento, consagrado o domínio indiano, que, chega a afirmar-se através da imprensa, Goa poderia passar a ser chamada, então sim, de “colónia”.<sup>668</sup>

<sup>665</sup> “Mais de cem goeses cristãos e numerosos hindus já manifestaram às autoridades indianas de ocupação o desejo de abandonarem Goa e virem viver em Portugal, *O Século*, 10-01-1962: 1; “Milhares de goeses pretendem vir para Lisboa apesar de os indianos colocarem entraves à sua partida. Quinhentos indo-portugueses aguardam em Carachi transporte para a Metrópole”, *Diário de Notícias*, 11-05-1962:1; “Os goeses estão do nosso lado. Por notícias que recebíamos às vezes a bordo do Confidenza soubemos que os goeses têm arreado e incendiado as bandeiras da União Indiana, substituindo-as pela bandeira de Portugal”, *Diário de Lisboa*, 12-01-1962: 8; «Todo o povo goês está desgostoso com a sorte que lhe foi reservada e os próprios “nacionalistas” e adeptos da autonomia se mostram desiludidos», *O Século*, 13-01-1962: 1; “Um movimento de resistência em Goa luta pela soberania de Portugal”, *O Século*, 13-01-1962: 6; “Os goeses não parecem dispostos a deixar-se afogar num dos enormes estados indianos que os rodeiam”, *O Século*, 16-01-1962:1; “Goeses que não trocam Portugal pela União Indiana” (acompanhada de uma fotografia da chegada de um grupo a Lisboa que, lê-se na respetiva legenda, “se recusam aceitar a nacionalidade indiana”), *Diário de Notícias*, 17-05-1962: 4; “Milhares de goeses querem continuar portugueses e renegam a cidadania indiana”, *O Século*, 06-02-1962: 1.

<sup>666</sup> “Vivem atulhados num armazém os oficiais e soldados portugueses internados pelos indianos em Margão. Não têm água canalizada e, quando os autorizam a tomar banho num lago, obrigam-nos a percorrer a pé mais de quilómetro e meio!”, *O Século*, 06-01-1962: 1; «O jornal goês “Heraldo” insurge-se contra excessos cometidos por soldados indianos», *Diário de Lisboa*, 06-01-1962:16; «O jornal goês “Heraldo” insurge-se contra a má conduta dos soldados indianos que saqueiam e assaltam casas e ultrajam mulheres», *O Século*, 07-01-1962: 1.

<sup>667</sup> ANTT/ EPJS. Caixa 199. Maço 253. A censura cortou uma referência numa notícia assinada de Goa em que, reproduzindo o testemunho do correspondente da Reuters, Gordon Martin, se falava da transferência de prisioneiros. A censura mandou cortar a seguinte passagem escrita por Gordon Martin: “Visitei ontem o campo de Goa e falei com os prisioneiros em francês. E todos disseram que estavam a ser bem tratados e informaram que tinham sido visitados por altos funcionários da Cruz Vermelha.”

<sup>668</sup> “Goa tornou-se, agora, efetivamente, uma “colónia” pois está nas mãos da polícia indiana quando antes se encontrava nas dos próprios goeses – declarou o sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros à televisão britânica”, *O Século*, 08-01-1962: 1; “Em nome da paz do Sr.Nehru. Em Goa, os indianos atuam como se estivessem numa colónia e, ali, se tivesse

As negociações para o repatriamento dos prisioneiros em Goa prolongaram-se por vários meses,<sup>669</sup> dificultadas pelas manobras diplomáticas de Salazar, que se negava ceder às exigências de Nehru, usando os indianos internados nas colónias africanas portuguesas como moeda de chantagem, a custo do prolongamento do cárcere dos soldados portugueses em Goa. Na imprensa, porém, armou-se a fachada de uma entrega total do governo de Salazar para trazer de volta os seus combatentes.<sup>670</sup> Numa Nota de primeira página, o *Diário de Lisboa* (08-01-1962), expressando o desejo que se apressassem as negociações para pôr termo ao “cativeiro” dos soldados, dirigia-se ao governo da União Indiana, reclamando “[que] se dê a César o que é de César e a Deus o que é de Deus...”. Ao mesmo tempo, a incerteza sobre a libertação dos soldados foi sendo aligeirada com as notícias da chegada a Lisboa dos chamados “refugiados”<sup>671</sup> de Goa (ver anexos, fig.57).

Em finais de abril de 1962, o regresso a Lisboa do comandante do Afonso de Albuquerque suscitou títulos em jeito de celebração e aclamações de heroísmo no *Diário de Notícias*.<sup>672</sup> No entanto, algumas semanas mais tarde, depois dos anúncios dos preparativos para o retorno dos primeiros prisioneiros de Goa,<sup>673</sup> evidenciou-se o desconforto com que a imprensa anunciou o regresso do General Vassalo e Silva por meio de títulos invulgarmente concisos.<sup>674</sup> A chegada a Lisboa de Vassalo e Silva não ocasionou, afinal, mais do que cinco breves parágrafos, acompanhados de uma modesta fotografia do governador, e compostos de informações triviais. Contou-se que, vindo de Carachi, o General Vassalo e Silva chegara a Lisboa, após uma viagem de Londres num avião das

---

estabelecido a Gestapo – diz o comentador de um jornal de Nova Deli”, *O Século*, 03-02-1962: 12.

<sup>669</sup> A este respeito, ver Diogo Moço (2012).

<sup>670</sup> “O Governo Português tem empregado os maiores esforços para o regresso dos prisioneiros na Índia. Mas com a habitual hipocrisia, Nova Deli não tem correspondido a esses esforços apesar de proclamar o contrário”, *O Século*, 14-01-1962:1; “As negociações para o repatriamento dos prisioneiros em Goa devem começar esta semana”, *Diário de Lisboa*, 15-01-1962:1.

<sup>671</sup> «Chegou a Karachi o cargueiro “Confidenza” com refugiados de Goa», *Diário de Lisboa*, 08-01-1962:1; «O cargueiro italiano “Confidenza” entrou em Karachi com setenta refugiados de Goa», *O Século*, 09-05-1962:ag.2; «Largou de Mormugão o cargueiro “Sea Raven” com refugiados a bordo», *Diário de Lisboa*, 10-01-1962:1; «Os refugiados do “Confidenza” chegaram ontem a Lisboa após uma dolorosa odisseia de muitos dias de angústia e incertezas», *O Século*, 13-01-1962:1 e 6; “Chegaram a Lisboa alguns portugueses autorizados a saírem de Goa”, *Diário de Lisboa*, 21-01-1962:7; “Chegou hoje um novo grupo de refugiados de Goa”, *República*, 25-01-1962:7; «Chegaram a Lisboa refugiados de Goa que estiveram a bordo do navio “Sea Raven”», *Diário de Lisboa*, 25-01-1962:1 e 12; “O regresso à metrópole dos portugueses internados em Goa, Damão e Dio”, *Diário de Lisboa*, 27-01-1962:2.

<sup>672</sup> “Emoção e lágrimas e entusiasmo indescritível assinalaram o regresso a Lisboa do comandante do Afonso de Albuquerque. Os ministros da Marinha e do Ultramar e centenas de oficiais, cadetes e praças das Forças Armadas receberam o herói no aeroporto, onde se juntou grande multidão”, *Diário de Notícias*, 21-04-1962.

<sup>673</sup> “Deixam Goa, amanhã, a caminho de Karachi, os primeiros prisioneiros portugueses. Deve prolongar-se até ao dia 15 a Operação de repatriamento”, *O Século*, 01-05-1962:1; “Chegaram a Karachi e já estão a bordo do Vera Cruz que os trará para Lisboa, os primeiros portugueses que saíram de Goa, onde estiveram prisioneiros. Começou a funcionar a ponte aérea que deve conduzir para a capital do Paquistão os nossos compatriotas que as tropas de Nehru capturaram no seu assalto ao Estado da Índia”, *O Século*, 03-05-1962:16; “Continuam a ser evacuados de Goa militares e civis”, *O Século*, 05-05-1962:1; “Os soldados portugueses continuam a ser transportados de Goa para Karachi onde já se encontram cerca de mil”, *República*, 07-05-1962:1; «O “Vera Cruz” que já tem a bordo 1250 portugueses ex-prisioneiros dos indianos deve partir amanhã de Karachi para Lisboa”, *O Século*, 08-05-1962:1.

<sup>674</sup> “Chegou a Lisboa o Sr General Vassalo e Silva, Governador-geral do Estado da Índia Portuguesa”, *O Século*, 17-05-1962:1; “Chegou a Lisboa o General Vassalo e Silva”, *Diário de Notícias*, 17-05-1962:1 (metade inferior direita).

Forças Aéreas Portuguesas. Noticiaram-se os primeiros abraços recebidos de amigos, admiradores e familiares, ainda na sala de visitas do aeroporto, e os cumprimentos ministeriais. Nenhuma afirmação a respeito de Goa foi citada. Dias antes, no jornal *O Século*, a conquista pelo Benfica da taça dos campeões europeus merecera mais destaque do que o regresso dos governadores dos distritos de Damão e Diu,<sup>675</sup> relegada para uma coluna indistinta da sétima página (ver anexos, fig.58).

A 23 de maio de 1962, a imprensa portuguesa noticiou enfim a chegada a Lisboa do primeiro grande núcleo de militares, prisioneiros em Goa, a bordo do “Vera Cruz” (ver anexos, fig.59).<sup>676</sup> Apesar do tom messiânico que reveste a notícia,<sup>677</sup> vários elementos enunciados autorizam a pressupor o modo obscuro em que a chegada dos soldados se processara: estranhamente, o navio que transportava os militares portugueses atracava à meia-luz da madrugada, eram 5h15; os marinheiros chegados do Vera Cruz eram transportados em autocarro da Armada; e era elevado o número de oficiais superiores que os aguardavam, distinguindo-se ainda a presença do ministro da Marinha. Uma vez mais, não foi dada a palavra aos soldados. Ressaltaram apenas as palavras do ministro da Marinha ao saudar a equipagem do Afonso de Albuquerque, as únicas pronunciadas por essa ocasião, ou pelo menos assim foi dado a entender nos jornais: “Ansiosamente os esperava e é com verdadeira emoção que os encontro, de novo, entre nós, de regresso à metrópole, depois de terem servido e cumprido o dever na nossa Índia, naquela parcela da Nação que foi cadinho para a rijá têmpera das nossas energias e virtudes que nos deram o império”.

O zelo com que o regime e a censura intentavam preservar a conceção da solidez das tropas em Goa e a admiração pública pela defesa portuguesa no Oriente manteve afastado das páginas dos jornais o processo de investigação à ação dos militares no curso da operação, com os soldados a serem auscultados num ambiente de suspeita, e também o pesado castigo penal que recaiu sobre os militares vindos da Índia (Bègue, 2007: 1216-1239). Sob a aparência de uma catarse coletiva de louvor aos soldados descobria-se porém o ressentimento de um regime face a um retorno que significava afinal o incumprimento da sua ordem sacrificial. A essa desobediência seria atribuída a

<sup>675</sup> “Regressaram a Lisboa os Governadores dos distritos de Damão e Dio, Srs Major Costa Pinto e Capitão Lucena de Vasconcelos”, *O Século*, 04-05-1962:7; “Chegaram a Lisboa os Governadores de Damão e Dio”, *Diário de Notícias*, 04-05-1962:1.

<sup>676</sup> “1500 homens que estiveram prisioneiros no Estado da Índia e formam o primeiro grande núcleo de militares que regressam à metrópole chegaram ontem no paquete Vera Cruz”, *O Século*, 23-05-1962:1 e 7.

<sup>677</sup> É pertinente: “(...) Quatro horas. O frio apertava cada vez mais. De súbito, uma onda de calor aqueceu todos os corações. O Vera Cruz, iluminado à exceção da grande chaminé, surgiu no negrume da noite. Imponente (...) No cais da doca da Marinha, havia um movimento diferente, um movimento semelhante ao dos dias em que regressa um navio depois de longa comissão de serviço. Viam-se, como nesses dias:essoas da família de oficiais, de sargentos e de praças que os esperavam com a mesma ansiedade (...) Uma vez chegados ali (...) os oficiais, sargentos e praças daquela unidade da Nossa Marinha de Guerra, houve abraços, deram-se beijos – muitos beijos de saudade e angústia. O Sr. Ministro da Marinha apertou as mãos dos oficiais e saudou os outros componentes da equipagem do navio (...)”, *O Século*, 23-5-1962:7.

causa do fim do Estado português da Índia. Como escreveu de forma particularmente contundente Pedro Aires de Oliveira (2015: 537), “um regime que nas questões de honra e do patriotismo imperial se preocupava, acima de tudo, em não perder a face teria sempre a tentação de os converter em bodes expiatórios de eventuais desaires”. Embora silenciados os processos jurídicos aplicados aos militares, a mudança no registo noticioso é clara. Não era um regresso triunfal, aquele que a imprensa devotava aos governadores e soldados vindos de Goa, mas um regresso timidamente revelado, despojado de discursos ou manifestações que pudessem fazer ruir a história obstinadamente montada pelo regime e na imprensa.

### **Notas finais**

A consumação da ação militar em Goa, após um longo período de ameaças e tensões diplomáticas que granjearam a atenção da imprensa, deu corpo a um novo acontecimento mediático nos últimos dias de 1961. A propensão de Salazar para o plano da ordem e da estabilidade, em que, idealmente, nada aconteceria, foi uma vez mais contrariada pela sociedade dos acontecimentos nutrida pela atividade dos *media*. Ante a fragilidade de Portugal, quer no plano militar, ostensivamente devotado à dita defesa de Angola, quer no plano da opinião internacional, Nehru concretizou a ameaça de passar à força para derrubar o que designava como a “última verruga do colonialismo”, que teimava em subsistir num vasto território onde o domínio imperial britânico e francês tinha sido dissolvido há mais de uma década. Na senda da série de eventos adversos ao governo de Salazar e às suas pretensões imperiais, a invasão de Goa, Damão e Diu abriu decisivamente uma brecha no traçado do império português e, com ela, no imaginário de uma nação estendida ao subcontinente asiático, conservado à revelia do portentoso nacionalismo indiano. O Estado Português da Índia, símbolo por excelência do começo da expansão ultramarina portuguesa, convertia-se no signo do efetivo esboroamento desse império.

Por um momento, a ação da União Indiana desviou a atenção internacional da abordagem que vinha insistindo no dever de Portugal fornecer informações sobre os seus territórios, colocando em primeiro plano um debate sobre a legitimidade do recurso às armas para obter a independência. Se Portugal tinha sido visado com agudas acusações na ONU e nalguns setores da imprensa estrangeira, o debate sobre a chamada agressão indiana em Goa ficou marcado pelas afirmações citadas na imprensa de representantes ocidentais alegando o desrespeito pela Índia das disposições da Carta das Nações Unidas e deixando largamente de parte a dimensão colonial do domínio português. Na imprensa britânica e francesa, a incerteza manifesta sobre o sentido da libertação clamada pelas forças da União Indiana, ligada à desaprovação de uma ação que não tinha partido da iniciativa de movimentos goeses, e o conservadorismo de uma visão que aparece como fidedigna a um certo direito internacional traduziram-se no tom de repreensão a Nehru que dominou a cobertura

da ocupação dos enclaves.

A reprovação, na imprensa britânica e francesa, do recurso à força em Goa apareceu principalmente fundamentada na ideia de uma transgressão do direito internacional, tal como ele se exprimiu na sentença de Haia. Ora, esse direito internacional, na perspectiva dos representantes indianos, tinha sido formulado numa linguagem ambígua e que, pelo menos numa fase inicial, se absteve de apoiar abertamente a descolonização, deixando entregue à boa-fé dos Estados coloniais o compromisso moral de cumprir os termos imprecisos das declarações aprovadas. Esse enquadramento veio a sofrer uma modificação significativa em dezembro de 1960, com a Resolução 1514 (XV), que propugnou abertamente a defesa da independência dos povos coloniais. A decisão do Tribunal da Haia, anterior a essa resolução, demonstrava ter julgado a ação interposta por Portugal contra a União Indiana como um conflito entre duas instâncias com direitos de soberania análogos. Tal sentença e a ambiguidade dos termos da Carta das Nações Unidas em matéria colonial tinham, na ótica da União Indiana, favorecido em certo sentido a manutenção dos interesses coloniais e permitido que o regime de Salazar fizesse um uso instrumental desses princípios e introduzisse medidas, tanto ou quanto de disfarce, para criar a ilusão de estar em consonância com esses preceitos internacionais.

Toda a análise da imprensa internacional, postulando uma criminalização do emprego da força, tão conveniente ao afã de vitimização do governo português, viu-se enredada no que Raymond Aron, numa crónica que escreveu por esses dias a propósito deste episódio,<sup>678</sup> designou de “hipocrisia diplomática”. Com esta expressão, Aron referia-se à propensão de todos os Estados, não obstante a Carta das Nações Unidas, de recorrer às armas para a defesa dos seus próprios interesses, mas de protestar o seu emprego por outros. Seria certamente um exagero, considerou Raymond Aron, exorbitar a aparente agonia da ONU ao ponto de fazer paralelismos com o destino funesto da Sociedade das Nações, tal como seria abusivo inferir a perda de todo o crédito internacional de Nehru quando o argumento do anticolonialismo continuava a ter um peso acrescido junto daqueles que se propunham combater o imperialismo europeu e que ganhavam cada vez mais expressão no concerto internacional. A postura das potências ocidentais perante a entrada das forças indianas em Goa continha uma parcialidade incongruente e um cinismo em parte decorrente de uma nostalgia imperial e também de uma visão ideal das relações internacionais: a imprensa estrangeira condenava o uso da força por Nehru mas tinha sido, pelo menos num certo período e em certos títulos, partidária da expedição franco-britânica no Suez; os EUA que se mostraram indignados com Nehru eram os mesmos que se esforçavam em Guatemala e em Cuba para reverter pela força um governo

---

<sup>678</sup> « L'ONU n'est pas à l'agonie », *Figaro*, 27-12-1961: 1.

instalado; e a URSS, que tirava partido da ação indiana para pregar uma lição pretensamente imbuída de valores como a liberdade dos povos, tinha elevado um muro, pouco promissor para o valor da liberdade, e mantinha os seus tanques em Budapeste sob a pretensa escusa de aí restabelecer a dita ordem.

No plano ideológico, a cobertura da imprensa estrangeira e a rememoração constante da sentença da Haia foram explorados nos jornais portugueses como se constituíssem um aval ao domínio português no Oriente e à sua alegada função de defesa do legado católico ocidental em terras indianas. Por um efeito de inferência, a imprensa portuguesa foi levada a fazer crer que a reprovação internacional da ação militar da União Indiana e a unanimidade na designação de uma agressão ou invasão a Goa significava igualmente a defesa da soberania portuguesa em Goa, Damão e Diu. Omitiu-se assim a parte do veredito na Haia desfavorável a Portugal e também as leituras prospetivas de alguns órgãos da imprensa estrangeira sobre o destino que aguardava o regime de Salazar se este mantivesse intacta a sua resistência em descolonizar. Apesar da condenação, relativamente comum aos textos analisados, da via da força armada e da acusação do descrédito da aura pacifista conquistada pela União Indiana, algumas publicações estrangeiras fizeram aparecer como tema de notícia o prenúncio de um possível crepúsculo de Salazar.

Era cada vez mais evidente, concluía ainda Raymond Aron na crónica antes mencionada, que as ficções ideológicas e jurídicas alimentadas por Salazar não iam resistir indefinidamente às paixões dos homens e ao poder das armas. A partir de Goa, Nehru desferiu um golpe mortal no corpo do império português. E, se se considerar, à luz da conceção kantorowicziana, o corpo de Salazar como um “duplo corpo”,<sup>679</sup> ao mesmo tempo corpo na sua aceção mais fenomenológica e corpo enquanto contorno espiritual, corpo da nação, corpo do império, não é infundado vislumbrar-se na amputação de uma parte do império o início consubstancial da erosão do corpo de Salazar. A imbricação entre os destinos do regime e da nação e o destino do império, reiteradamente afirmada desde os episódios anteriores, sugerindo que a sobrevivência do regime estava inextricavelmente ligada à conservação do império, abandonava o plano da profecia; e aquele que havia sido erguido como um argumento para sustentar a importância central do império, e com ele a do regime, para Portugal e para a civilização ocidental, tornava-se o perverso prólogo de uma crise que, atingindo o império, tendia a não deixar de mutilar, por arrasto, a essência do regime. Se era no império que se jogavam os destinos do regime político, que a ele ligara a sua sobrevivência de forma inexorável, a desincorporação do império arrancava também um pedaço do corpo de Salazar, agravando as dificuldades que se tinham iniciado com os abalos ao domínio português em Angola.

---

<sup>679</sup> A aplicação da conceção de Ernst Kantorowicz para pensar a génese do poder teocrático em Salazar foi primeiramente proposta por José Rebelo (1998: 101-111).

## VII. Conclusão geral

### I.

Conclusões de tipo teórico-analítico: das relações entre o Estado Novo e a imprensa

Apesar das divergências entre os sistemas de imprensa português, britânico e francês, e, em cada um desses sistemas, entre os diferentes jornais analisados, verifica-se que todos eles reportam sensivelmente as mesmas ocorrências. Entre os grandes aspetos de conclusão geral que este estudo permite extrair, o primeiro consiste na forte notoriedade adquirida, quer na imprensa portuguesa quer na imprensa britânica e francesa, pela tomada do paquete Santa Maria, pelos assaltos às cadeias de Luanda e às fazendas no Norte de Angola, pela remodelação ministerial de abril e a ordem de força para Angola decretada por Salazar, e pela invasão militar de Goa, Damão e Diu pelas forças da União Indiana. O que leva a pensar que o acontecimento mediático se impõe por via do jornalismo, contudo independentemente dos jornais, dos seus posicionamentos editoriais e das suas chefias. O mesmo ocorre com o agendamento. É essa dimensão, aqui designada de luta pela agenda, que o Estado Novo e Salazar em especial não puderam evitar. Até porque os meios de oposição e os movimentos nacionalistas anticoloniais procuraram furar o cerco do Estado Novo através do palco mediático internacional. Assim, para compreender o processo político que levou à guerra em Angola e ao começo do desmembramento do império colonial português é indispensável estudar o processo mediático. Esta investigação é uma contribuição para isso. O argumento central, em síntese, é que os fluxos de opinião são fundamentais no jogo político. E é aí que está o cerne da influência dos meios de comunicação.

Por mais que o regime tenha tentado cercar a informação, a torrente de notícias relativas ao assalto do Santa Maria, à eclosão da guerra em Angola, suas réplicas e consequências, e à perda do Estado Português da Índia evidencia a sua incapacidade em conter, a nível nacional e internacional, a específica dinâmica de construção de acontecimentos mediáticos e de agendamento da imprensa, portadora de efeitos de grande alcance ao apresentar uma realidade sistematicamente convulsiva. Isso aconteceu tanto em Portugal como no plano externo, porque quer o caso do Santa Maria quer o início da guerra em Angola e do desmoronamento do império português decorreram largamente na arena internacional. Portugal, que tendia a granjear uma fraca visibilidade na imprensa estrangeira, passou a ser assiduamente notícia. A imprensa transformou os eventos referidos em acontecimentos mediáticos que se imiscuíram nas jogadas políticas e diplomáticas, e cuja irrupção não esteve, em certa medida, desligada das implicações da sua mediatização. Esta investigação mostra haver indícios suficientes para pensar que a irrupção dos eventos pode ter sido equacionada considerando

as suas potencialidades mediáticas; vale a pena ter em linha de conta que nesse ano existiram muitas ações de grande espetáculo, as quais ocorreram no contexto de uma forte concentração de jornalistas.

O tratamento de cada um dos incidentes nos jornais e a sua inscrição enquanto problema de domínio público são expressivos da premência de se considerar o acontecimento mediático como terreno de tensão entre os intuitos repressivos de uma forma de governo autoritária, por um lado, e a lógica de publicização dos *media*, por outro. Todos os capítulos da tese estão atravessados por essa tensão permanente entre, por um lado, os intentos de controlo informacional por parte do regime e, por outro, a vocação de certos eventos para serem convertidos em acontecimentos mediáticos. O que acontece quando a dinâmica da atividade jornalística, que para mais se processa no ambiente mediático, feito de exigências comerciais e de organização burocratizada, põe em movimento o processo de revelação pública e construção de certos acontecimentos? E como é que o regime, que se pautava por uma ordem habitual onde idealmente nada aconteceria, respondeu, se adaptou ou tentou constranger o processo informacional e noticioso que é próprio de uma sociedade de *media*, com a qual, tudo indica, pouco se identificava, e que tem já traços de uma globalização?

Nos cinco capítulos que estruturam esta tese, o exercício comparativo tornou claro como tanto para o Estado Novo, tanto para os movimentos nacionalistas a mobilização da imprensa traz à tona a conceção do jornal como um ator crucial no processo político. No assalto ao Santa Maria, nas revoltas anticoloniais em Angola e na queda de Goa, a imprensa, além de palco de expressão e amplificação de movimentos de oposição ao regime de Salazar, foi, em si mesmo, um objeto de luta entre os propósitos de visibilidade dos seus autores e as contra-investidas do governo português que procurou minorar o choque desses acontecimentos extraordinários, nomeadamente pelo recurso à linguagem da pirataria, do comunismo e do terrorismo. Atesta-se assim a validade da assunção feita na introdução desta tese de serem os jornais a principal fonte do nosso estudo, mas, mais do que isso, de serem também parte integrante ativa do modo como estas lutas políticas se processaram, vendo-se a imprensa, outrossim, como um arquivo da realidade histórica, social e política, algo que o conjunto da análise desenvolvida sobejamente ilustrou.

O dilema descrito nos parágrafos anteriores remete para a questão das interconexões entre o fenómeno político e o fator comunicacional, um nexó estruturante deste trabalho. Afigura-se estimulante, a este respeito, confrontar circunstâncias muito distintas ao longo do período estudado sobre a conversão ou não conversão de certos acontecimentos políticos em acontecimentos mediáticos. O desvio do Santa Maria, os assaltos às cadeias de Luanda, os massacres da UPA, a invasão de Goa, são, todos eles, acontecimentos políticos, que foram também, simultaneamente, acontecimentos mediáticos; quer dizer, a agenda dos jornais tornou-os acessíveis ao público,



aumentou a sua repercussão interna e internacional, e deu-lhes um certo sentido e um rumo de compreensão coletiva. Há acontecimentos políticos, porém, que não se transformaram em acontecimentos mediáticos. É o caso da tentativa de golpe liderada pelo general Botelho Moniz, um acontecimento político que não ficou inscrito nos critérios mediáticos da imprensa portuguesa. Esta distinção pode ser compreendida à luz de critérios mediáticos: acontecimentos políticos existem que têm em si uma potência para-mediática especial; sequestrar um navio ou um avião, assaltar cadeias e fazendas, matar pessoas, invadir um território são acontecimentos que se afeiçoam aos critérios de agendamento dos *media*. Na tentativa de golpe de Botelho Moniz, a possibilidade de camuflagem na imprensa portuguesa está em parte na circunstância de ele não ter de facto acontecido, facilitando provavelmente a tarefa da censura de manter silenciada uma ocorrência que na verdade não chegou a ocorrer. Mas isso não impediu que a tentativa de golpe fosse noticiada na imprensa estrangeira, que não estava sujeita a censura e que para mais vinha desde os meses anteriores tematizando a situação política do regime. O quase golpe de Botelho Moniz, que vem quebrar a ilusão de estabilidade e de conformidade nas relações entre o regime e o setor militar, não deixa de ter notoriedade para a imprensa estrangeira e de ser elevado a acontecimento mediático, reencontrando-se aqui um dos argumentos centrais desta tese: Salazar não conseguiu controlar totalmente a agenda nem interromper a dinâmica da noticiabilidade.

Por outro lado, o golpe de Botelho Moniz não pode deixar de parte a atuação de Salazar, que se antecipa ao golpe, demite os militares e cria em simultâneo um novo acontecimento mediático: um discurso feito nos *media* onde anuncia uma ordem de força para Angola. Eis um exemplo da astúcia de Salazar, extensamente comentada nos jornais estrangeiros, e de como a agenda política se impõe também à agenda mediática: através da rapidez da resposta do regime, que reage a um acontecimento político desencadeando outro acontecimento político, também ele altamente espetacular, o regime consegue fazer passar a ordem de guerra em Angola como se fosse uma medida totalmente premeditada, não provocada por nenhum acontecimento disruptivo; foi possível que a intenção de golpe de Estado não tenha sido agendada porque o que apareceu foi a declaração de Salazar de força para Angola e toda a propaganda de mobilização para a guerra que se seguiu.

A relação entre o poder político e a esfera dos *media* joga-se, portanto, nos dois sentidos. Por um lado, esta tese dá indicações substanciais para pensar que a resposta do regime, embora sujeito a uma conjuntura adversa, mostrou vitalidade no plano da informação e das políticas e enquadramentos legais coloniais e não se confinou em matéria de informação à censura e à propaganda, e também não a certos entendimentos da retórica da invisibilidade e do silêncio. A ênfase no tópico do silenciamento tem talvez ofuscado tantos outros matizes do sistema informativo que não são susceptíveis de ser captados por visões pouco apoiadas na investigação empírica ou

tolhidas por uma interpretação *a priori* demasiado ideologizada. Contrariamente à visão comum de uma inaptidão visceral de Salazar para lidar de modo versátil com os meios de comunicação, as notícias publicadas nesta conjuntura revelam que o Presidente do Conselho não só se revelou capaz de uma adaptação à nova lógica dramática trazida pelos meios, como os utilizou claramente enquanto alavanca essencial da sua condução política e da mobilização da população para o esforço bélico em nome da causa imperial. Mais do que se limitar a controlar a informação, o regime procurou ser um hábil manipulador da palavra, compelindo os jornalistas a perpetuar essa corrupção da linguagem. A imprensa portuguesa surgiu durante a conjuntura de 1961 como um meio de injunção de medo e ódio contra a noção obsessiva de invasões do exterior e contra indivíduos ou grupos sempre retratados a partir da dicotomia schmittiana amigo *versus* inimigo e da linguagem da pirataria, do terrorismo e do comunismo. Este enquadramento maniqueísta e reiteradamente reimpresso submetia o leitor da imprensa portuguesa a uma repetição nauseante, a respeito da qual Breton (2003 [1996]) cunhou a metáfora certa da “violação das multidões”. Saliente-se que piratas ou opositores políticos denotam os mesmos sujeitos, mas conotam-nos de modo totalmente diferente. O mesmo ocorre com terroristas ou comunistas. Nesta tese, procurou-se constantemente observar esse modo dos jornais de definir situações e questionar as coisas que as palavras dos jornais fazem. E a resposta, em larga medida, é: fazem acontecimentos, põem carga ideológica no que dizem, valorizam e desvalorizam, formam ou põem em movimento correntes de opinião, assumindo que a linguagem vai muito além da função de apontar ou referenciar o que existe. Uma denominação condiciona, pois, o modo de interpretar e predispõe o pensamento para um determinado modo de ver os sujeitos assim denominados. No apelo constante à união dos portugueses contra um inimigo externo e no esforço visível nos jornais para criar um laço de coesão mental entre o público, aqui concebido como coletividade espiritual no sentido dado por Tarde (1991 [1901]), a imprensa revelava-se enquanto veículo de imaginação de uma nação, sublimada como valor absoluto (Stauber, 2013).

Por outro lado, mesmo que as fontes afetas ao governo citadas na imprensa tivessem influído na definição dos enquadramentos destes episódios, o facto de eles se terem convertido em acontecimentos mediáticos é por si só significativo e indica como o regime esteve suscetível à presença e à ação dos jornais. Em 1961, o Estado Novo teve de correr atrás do agendamento da imprensa e dos acontecimentos mediáticos. Ao fazê-lo, estava já sob o compasso de uma sociedade em que os conflitos políticos e a representação do poder tinham de encontrar alguma acomodação aos meios de comunicação, ficando sujeito ao viés da imprensa. A pressão induzida pelo ritmo e pela lógica dos meios de comunicação é com efeito tanto mais evidente quando incidiu num regime que se pautava pela continuidade e pela permanência, exatamente nos antípodas da evanescência e

da mudança constante dos acontecimentos mediáticos. Não será redundante lembrar, a propósito das novas configurações de trocas materiais e simbólicas trazidas pelos *media*, as palavras de Georges Balandier, que estudou as sociedades coloniais e curiosamente chegou a ser convidado, em 1957, a vir a Portugal dar conferências (Alexandre, 2017: 394). Escreveu Balandier que “na sociedade dos *media*, a ação política alimenta-se do acontecimento, ele é o motor das dramatizações que a constituem e a mantêm. Nas sociedades anteriores é o inverso: o poder dramatizava a longa duração, a manutenção da tradição, a perenidade dos seus próprios sucessos, e os acontecimentos encontravam-se de algum modo esbatidos pelo artifício desta encenação” (1999 [1992]: 99).

A questão do acontecimento mediático traz assim um novo olhar sobre o regime de Salazar, um olhar que carecia de ser muito mais explorado. Ao invés de pensar um regime que detém o poder de controlar a informação e de impor o silêncio e a invisibilidade, ideias com frequência destacadas nos estudos a este respeito, a análise aqui desenvolvida coloca em evidência a vulnerabilidade de um regime que não pôde levar a cabo os seus desígnios sem sofrer a influência dos *media*, que esteve constrangido a uma nova dramaturgia que se processa de forma bidirecional: o regime, os serviços diplomáticos, a censura, influenciaram, é certo, as informações publicadas e o enquadramento noticioso, mas ao mesmo tempo estamos já face a um comando político que se confronta com uma sociedade de *media*. Assim sendo, para compreender a conjuntura de 1961 impõe-se considerar as tensões, as oportunidades e os inconvenientes acarretados pela nova realidade mediática. É claro que o espetáculo, a mentira, a propaganda, fizeram sempre parte da vida política, não sendo aqui que se encontra a novidade ou a particularidade das ocorrências em 1961; mas nesse período, o regime esteve claramente sob a impulsão dos *media*. E isso quer dizer que ele não pôde colocar-se fora de uma nova organização onde a opinião pública conta enormemente; que ele não teve como se eximir de uma nova forma de propaganda, a propaganda moderna, que concerne a persuasão, mas sobretudo a organização da sociedade; e que apesar do controlo e das instâncias de gestão da informação, a lógica dos *media* impõe por si mesma uma nova dinâmica que, pelos seus critérios, torna visível o que o regime pretendia esconder. Numa sociedade de *media*, quando o processo de *newsmaking* funciona – e, pesem embora os constrangimentos, em 1961, esse processo funcionou – a propensão dos *media* para converter eventos em acontecimentos mediáticos defraudou as pretensões de acalmia do regime; é o que a mediatização do assalto ao Santa Maria, do 4 de fevereiro e do 15 de março, da remodelação ministerial de abril e da queda do Estado Português da Índia sugerem. Apesar da censura, a imprensa catalisou e modelou os acontecimentos mediáticos e foi uma plataforma para os meios dirigentes portugueses, os grupos que se lhe opunham e as organizações internacionais exprimirem as suas orientações, em conflitos que tiveram também lugar na esfera da linguagem, da informação, da contrainformação, desinformação, dos enquadramentos

manipulatórios e da propaganda. A luta política em todo este período fez-se sobre moldes bastante diferentes, com toda a probabilidade, do que acontecia anteriormente, porque é uma luta sistematicamente com a ressonância, interação e modelação da imprensa diária de grande circulação.

A segunda conclusão fulcral deste estudo remete para o abalo irremediável na imagem da tranquilidade que Salazar fez apanágio do país sob a vigência do Estado Novo. A sucessão dos acontecimentos mediáticos mencionados tornou o processo político numa cadeia de ruturas que forçaram o regime a conviver com o desassossego. E deu substância a um processo que fez Portugal reviver formas de ação política onde a imprensa tem uma condição estrutural, e que Salazar, tanto quanto possível, tinha procurado evitar. Mobilizações de rua, campanhas propagandísticas criadas ou nutridas pela imprensa, coreografias públicas do poder, que tinham sido elementos fulgurantes do período turbulento da monarquia liberal e da sua queda, da Primeira República e do fascismo organizado do Nacional-Sindicalismo e de Rolão Preto (Pinto, 1994) não faziam parte do entendimento da política de Salazar, mais propenso a matar os conflitos antes de terem nascido, como escreveu Manuel Lucena (1976). Mas à medida que elementos da oposição ao governo e ao regime colonial português conseguiam ver a sua agenda acolhida pelos meios de comunicação, Salazar viu-se impelido a ter em conta o seu ritmo e feição, colocando em andamento certas orientações de mobilização para a guerra, de recurso à propaganda e ao militarismo para a preservação do seu poder e do império colonial.

O encadeamento de eventos e a perceção, explícita ou latente, do alastrar da dinâmica anti-imperial e anticolonial internacional eram sugestivos de uma interdependência de problemas entre o que se passava na frente portuguesa de oposição ao regime, nas pressões internacionais no sentido da descolonização, nas revoltas de movimentos anticoloniais e nas oscilações na posição dos aliados face a Portugal. As lutas da oposição interna estão em certa medida encadeadas com as lutas dos independentistas, que se articulam com a viragem anticolonial da política internacional, com uma mutação da política norte-americana face a Portugal, que por sua vez potencia ou alimenta as fissuras nos altos comandos militares do regime. É no quadro deste processo em cadeia, noção que se percebe através dos jornais e que os jornais contribuíram para formar e disseminar, que se assume a guerra. Não se trata tão-só de um acontecimento localizado no terreno e com atores identificados; a guerra é o remate de um processo de agonia em que se mesclam forças de oposição interna a Salazar, momentos exemplares de “propaganda pela ação” dos movimentos anticoloniais em Angola e toda a nova conjuntura internacional e a confrontação da Guerra Fria.

Antes de abril de 1961, a guerra foi escamoteada do conhecimento público. É perfeitamente plausível pensar que muitos leitores tivessem já descodificado o ambiente de guerra, justamente pela

sucessão de acontecimentos mediáticos que o regime não conseguiu sonegar, e que apontam para uma imagem da situação em Angola que está nos antípodas da vulgata da tranquilidade. Mas a palavra guerra nunca aparece até então impressa nos jornais. E assim que a palavra guerra surge, todo o jogo de linguagem do regime muda. E com a linguagem, o próprio modo de atuação. Porque a guerra traz consigo uma exigência de organização total da sociedade. Nesse momento, a ação dos jornais revela-se fulcral para infundir uma ideologia nacionalista autoritária, para cativar os espíritos e para responder às linhas e interpelações políticas internacionais. Esta tese evidencia que o regime não deixou de ter algum tipo de movimento e um grande dinamismo de *media*, pelo menos no contexto do dealbar da guerra. O ano 1961 veio revelar a faceta militarista, de grande violência do regime e de reforço do discurso místico da nação através da guerra, reunindo as condições que propiciaram o que Hermínio Martins (1998 [1968]) designou como a “refascização” do regime. O que não deixa de ser curioso é que o encadeamento deste processo em que se procura conservar o império através da guerra, muitas vezes escamoteando-a, mostra a falência da orientação imperial do Estado Novo – como fica patente pelo golpe que pôs fim a esse pedaço do império na Índia – e descobre o contrassenso e a debilidade de Salazar face às chefias militares. Salazar parece sair vitorioso ao destituir Botelho Moniz e ao colocar os militares na frente de combate e culpabilizando-os como bodes expiatórios da derrota na Índia. Todavia, ao fazê-lo, estava a forjar-se o caldo de cultura que ia acabar por derrubar o próprio regime. E conduzir ao seu fim imperial. 1961 é apenas o começar dessa longa derrocada.

Os incidentes mencionados exprimem uma sequência que se correlaciona na condução política autoritária do regime, sintomática da sua radical intransigência na questão colonial, promotora de novas circunstâncias e condições que tiveram como rumo o resvalar para a guerra. A retórica luso-tropicalista passou assim a ser disputada com o discurso e a ação virada para o conflito bélico. A torrente de notícias e a sucessão de acontecimentos mediáticos demonstram a rutura que significou o ano de 1961 no que toca à conceção de uma nação império não belicista. Os discursos publicados das autoridades do regime podiam persistir na ideia de um império como símbolo de universalismo, de uma ausência de verticalidade nas relações entre os povos, de uma partilha, uma comunhão, uma fraternidade, noções que estavam a ser completamente contrariadas pelos acontecimentos mediáticos, que tornavam evidente como a posição do governo português e o império colonial não tinham nada de universal ou de multiétnico ou multinacional, mas que eram precisamente o seu contrário, profundamente particularistas, hierárquicos e nacionalistas. Este paradoxo pode ser uma constante entre todos os impérios coloniais modernos. Vale a pena notar que a análise cruzada com o trabalho da imprensa britânica e francesa no contexto dos respetivos eventos que desestabilizaram as soberanias imperiais europeias e assinalaram a dissolução dos impérios coloniais revela uma série

de analogias na definição dos enquadramentos das notícias e dos jogos de linguagem. O que é específico da imprensa portuguesa é o anacronismo da preservação destes mapas de sentido, completamente em contracorrente com a propagação dos ventos de descolonização, e o facto de, pelas condições políticas e culturais vigentes, não ter havido qualquer autonomia da imprensa, que continuou a ser guiada por uma paixão ideológica e onde a censura se destacava enquanto veículo do dogmatismo teológico metafísico do império. O regime fez prova cabal de ser o contrário de um *res* pública e converteu o império num símbolo obstrutivo, em que todo um trabalho de memória gizado na imprensa impediria a consciência e impediria a realidade de penetrar nos jornais. Ao fazê-lo, há toda uma história da colonização que terá ficado desconhecida, dissimulada, incompreendida. A terceira grande nota conclusiva diz respeito ao contexto de fundo da exposição mediática da situação política de Portugal e do seu império colonial, caracterizado pelos ventos de mudança favoráveis à autodeterminação e às independências nos continentes asiático e africano, apoiados por correntes de opinião internacional e tendo como palco de primeiro plano a ONU. O interesse noticioso que a situação interna e imperial portuguesa despertou relaciona-se sobremaneira com a saliência que a conjuntura imperial e colonial, na África e na Ásia, angariou na agenda da imprensa destes três países. A exposição dos eventos focados e o escrutínio internacional nos meios políticos e na imprensa estrangeira foram decerto um elemento que condicionou o horizonte das decisões, das políticas adotadas e das relações do regime com o contexto internacional, e que teve implicações na ação dos movimentos independentistas que combatiam o Estado colonial português. Recorde-se neste particular que os arquivos diplomáticos portugueses consultados continham acervos importantes da imprensa estrangeira enviados pelos embaixadores em vários países. Cada vez mais desacreditado no plano interno e objeto de um debate nos *media* internacionais e nos círculos políticos, em especial na ONU, onde vinha negociando a sua legitimidade (esta é uma das principais conclusões do trabalho de fundo sobre o colonialismo português até 1960 de Alexandre [2017]), o regime incorporou a imprensa como parte decisiva da transmissão do seu repertório de informações e valores. Estes procuraram servir o seu propósito de obviar as crescentes acusações internacionais e de tentar persuadir os fluxos de opinião, internos e externos, sobre a premência de conservar a soberania portuguesa em Angola e de não deixar cair o anunciado legado ocidental católico na porção da Índia invadida pelas tropas de Nehru.

A despeito desses esforços de persuasão no âmbito internacional, a análise da imprensa estrangeira evidencia a degradação da imagem internacional do regime e de Salazar. Em 1961, tomando de empréstimo as palavras e a análise de Yves Léonard (2017), Salazar já não é o ditador onisciente e onipotente, o ditador vigoroso, sereno e imperturbável que havia sido construído pela propaganda dos anos 1930-40. O mito da infalibilidade de Salazar começa a afundar-se com a eclosão da guerra

em Angola, com a miséria social, a emigração e a contestação crescente no país. Além disso, quando a tempestade anticolonial irrompe nos territórios administrados por Portugal, os mapas de sentido veiculados na imprensa britânica e na francesa, alicerçados na história comparada das colónias africanas de países europeus no século XX, deixavam entender que a situação em Angola, não obstante as concessões políticas e os arranjos disponíveis, fossem eles integracionistas, assimilacionistas, ou federalistas, acabaria por desembocar na independência e num governo de maioria negra. Não se podendo deixar de admitir que todas as situações históricas de uma dada atualidade só podem ser provisórias, para usar uma noção de Kracauer (1995), os jornais estrangeiros, independentemente do posicionamento manifesto pelos diferentes órgãos da imprensa, mostravam-se convictos da tendência de, mais cedo ou mais tarde, o regime imperial português se esboroar ante a força dos movimentos nacionalistas independentistas. E de o recurso ao conflito bélico poder gerar um efeito *boomerangue*, em que a violência nas terras colonizadas acabaria por minar a organização do poder do regime português. A partir do momento em que independência nacional, império e Estado Novo se confundem no discurso ideológico do regime, o Estado Novo ficava, política e ideologicamente, preso ao destino das colónias. Num sistema em que o corpo doutrinário do regime coincidia com o corpo do império, e em que ambos se encontravam amalgamados na figura de Salazar, resultava claro que um abalo provocado num desses elementos essenciais se repercutiria necessariamente no outro.

Este é um quarto aspeto capital. Por muito que Salazar tentasse contrariar os ventos da descolonização, a análise dos artigos publicados na imprensa estrangeira esclarece que o regime não podia contar a seu favor, sob o horizonte do conflito EUA-URSS, nem com a distribuição de poderes à escala internacional nem com as grandes correntes de opinião mundial. Portugal inaugura a guerra neste processo, completamente em contraciclo com o ímpeto anticolonial e em contracorrente com a opinião internacional. Salazar podia tentar discursivamente colocar-se como campeão da luta contra o comunismo e podia procurar reverter pelos meios militares a vontade independentista dos povos das colónias. Mas o novo clima internacional e o passado recente acompanhado na imprensa estrangeira, ainda com ecos do conflito do Congo, da Argélia e do Laos, plasmaram-se na ideia de que na guerra que então iniciou, Portugal muito dificilmente sairia vencedor.

## II.

Conclusões de âmbito metodológico: Epistemologias do jornalismo

O fundamento da comparação sobressai agora de forma ainda mais contundente, ao ficar exposto,

no ponto anterior, a existência de uma sintonia de agenda nas imprensas. A própria natureza da informação na imprensa portuguesa, que se socorre, por afinidade ou por contestação, da imprensa estrangeira confirma a pertinência do olhar comparativo. Há um certo caráter, pode dizer-se, global da informação, que circula da imprensa estrangeira para a imprensa portuguesa e vice-versa, já que a imprensa portuguesa é com frequência fonte da estrangeira, que torna pouco adequado estudar a informação como um sistema hermético, que de facto ela não é. Sobretudo quando os anos 1960 começam a aproximar-se de uma “aldeia global”, sob o efeito das agências noticiosas internacionais e dos jornais com alcance global. No entanto, algumas diferenças marcam a cobertura da imprensa portuguesa e da estrangeira e, em cada um destes sistemas, dos vários jornais analisados. A cobertura estrangeira, mais apoiada no contexto geral e atenta ao dinamismo das correntes de nacionalismo anticolonial em Angola e na Índia, não implicou necessariamente a expressão de uma hostilidade para com o regime português e a sua resistência obsessiva à descolonização. Em várias crónicas de alguns jornais estrangeiros transmitiu-se uma posição condescendente com a condução da política colonial do Estado Novo, chegando mesmo a reproduzir-se a retórica de uma exceção do colonialismo português. Se o posicionamento político e as crenças ideológicas não deixam de permear os textos da imprensa estrangeira, a distinção possível entre estes textos e os publicados na imprensa portuguesa radica na identificação de duas condições de exercício do jornalismo bem distintas. A imprensa portuguesa foi levada a ocultar os antecedentes dos eventos, a silenciar as afirmações de representantes de movimentos anticoloniais, a deturpar o sentido de algumas ocorrências, tentando sobrepor estreitamente aos eventos a sua ideologia e perseguindo o domínio tenaz das perceções uma vez perdido, no seu todo ou em parte, o idealizado controlo das situações. Já na imprensa estrangeira, mesmo uma orientação que por vezes aparenta ser favorável ou, pelo menos, condescendente com o governo português coexiste com a não ocultação do novo espírito internacional, balizado pela Guerra Fria e pelas vagas de mudança em matéria colonial e imperial.

Muito dificilmente se poderá falar de jornalismo a propósito de uma atividade de informação que se processa num regime de tipo autoritário, como foi o caso português, onde a autonomia do jornalista face ao poder político é inexistente. Há vários indícios neste trabalho que permitem referir uma tentativa de afirmação dos jornalistas portugueses no sentido de construírem o texto e de fazer passar uma mensagem por vezes à revelia da censura, mas apesar disso o jornalismo em Portugal era uma atividade estruturalmente amputada; as condições em que atuaram os jornalistas tornam altamente improvável a possibilidade de uma informação livre e de um enquadramento equilibrado, do confronto de fontes ou da procura do princípio do contraditório. No entanto, é deveras redutor justificar as dificuldades ou a improbabilidade do jornalismo apenas pelos condicionamentos



políticos. É preciso acrescentar a baixa profissionalização neste período, que, ligada à ausência de autonomia face ao poder político, terá comprometido o trabalho dos jornalistas portugueses. Deve ainda mencionar-se uma série de lógicas e pressões da profissão – pressão do tempo, constrangimentos comerciais, convenções, rotinas, ideologias, formas de organização típicas das empresas jornalísticas – que são pouco consentâneas com a busca de um conhecimento aprofundado das realidades que os jornalistas reportam, e que ofuscam a importância do cultivo de uma consciência sobre a não neutralidade da linguagem que os jornalistas empregam, e portanto da necessidade de uma problematização dos conceitos.

A propósito das palavras anteriores, justifica-se abrir um breve parêntesis para realçar não se ter tomado, ao longo deste estudo, os textos impressos nos jornais portugueses como um mero reflexo das condições da sua produção ou como produto manuseado pelo regime de Salazar. Contrariando uma ideia de monolitismo de imprensa que possa prevalecer, fruto do condicionamento e da ação censória, foi possível diferenciar os tratamentos desenvolvidos nos vários jornais portugueses. O estudo dos textos publicados permitiu entrever como o regime se terá socorrido deste *medium* para efeitos de controlo, propaganda, persuasão e dissuasão, e descortinar também as tentativas de resistência que se teceram no interior dos espaços de redação da imprensa para fazer passar, nos interstícios da censura, enquadramentos e sentidos alternativos, não conciliados com a versão oficial do governo. Os textos terão sido produzidos nessa relação muitas vezes tensa, outras provavelmente articulada, entre os jornalistas alinhados com o regime, os não-alinhados e os censores. O conteúdo destas peças é fruto desta interseção, do que a censura cortou mas também do que permitiu que ficasse no papel, o que torna plausível concebê-la de um outro modo, vendo os censores quase como ideólogos ou mesmo co-autores dos jornais, nos quais se percebe a procura obstinada de uma coerência conforme à ideologia imperial do Estado Novo.

Já a respeito da imprensa estrangeira, muitos dos artigos publicados em jornais como o *Guardian* ou o *Le Monde* deixam entender um cuidado, um rigor analítico na abordagem aos acontecimentos, que vai muito além da simples questão do confronto de fontes em que repousa largamente a atividade do jornalismo, como se um tal confronto fosse suficiente para compreender os acontecimentos. Denota-se a atenção com que esses jornais situaram os eventos face aos antecedentes e ao contexto internacional e a clarividência com que perspetivaram o futuro aberto pelos acontecimentos. Nesses casos, estamos perante um jornalismo que, mesmo sem esquecer as influências e os condicionamentos a que estiveram sujeitos, e talvez mesmo justamente pela forma como lidaram com eles, poderá ter contribuído para aquilo que se espera idealmente do jornalismo – dar a informação necessária e devidamente trabalhada aos leitores para eles criarem os seus próprios juízos em condição de equilíbrio e de liberdade.

Todavia, e para evitar juízos incautos ou que imputem erroneamente à imprensa estrangeira, sob condições democráticas, o condão de adversar as posições pro-imperiais ou pro-coloniais, convém acrescentar aqui uma nota teórico-metodológica para retomar um aspeto que a investigação comparada dos *media* em contexto imperial deve levar em linha de conta: os meios de comunicação estão enraizados e alimentam o que Norbert Elias (2006 [2002]: 113-152) designou por “*habitus* nacional”, um denominador comum a que a pluralidade das opiniões nacionais está sujeita e a partir do qual se constrói um “nós-ideal”, uma exigência que se coloca para si e para o outro. Uma abordagem que relacione a história dos *media* e a história dos impérios permite discernir um complexo de relações recíprocas entre *media* e cultura imperial cruciais para criar e sustentar o significado do império nas várias experiências europeias, quer na relação entre o centro e a periferia, quer entre a nação concebida como império e o âmbito internacional. O estabelecimento de circuitos de transmissão e troca de informação (Ballantyne, 2007) demonstra como os processos de deturpação, de mentira, ocultação ou desenquadramento estratégico que marcaram a imprensa portuguesa não podem ser explicados apenas à luz da natureza dos regimes políticos em vigor e do consequente tipo de condicionamento que recaiu sobre a imprensa. Há uma lógica imperial nos discursos publicados que tem afinidades com a cobertura noticiosa britânica e francesa em certos momentos do declínio dos seus impérios.

A construção e manutenção de um império colonial foi, até meados do século XX, um elemento pujante do “*habitus* nacional” que presidiu a uma imaginação da comunidade política da nação das várias potências imperiais, a qual obliterou desigualdades e projetos concorrenciais de construção da nação. Uma certa uniformidade que pautou a atividade da imprensa britânica na difusão de ideias e valores que ligassem metrópole e periferias e na busca de uma opinião favorável à manutenção do império britânico só foi fraturada com a crise do Suez (Greenslade, 2003; McDonald, 1984: 258-265). A partir de então, a inscrição dos *media* num novo “*habitus* nacional”, ou, será talvez mais correto dizê-lo, num novo “*habitus* internacional” tornou possível reconhecer tendências políticas gerais e diferenciar uma determinada visão entre os jornais britânicos. Esse novo “*habitus* internacional” foi marcado pelos efeitos de Bandung e pela percepção da inadequação de uma resposta exclusivamente militar ou de uma aposta numa política de assimilação para ir ao encontro das aspirações dos povos das colónias.

No entanto, o “*habitus* nacional” do Estado Novo e que perpassa a imprensa portuguesa sujeita a censura é notório; desfasado dos ventos internacionais dominantes e do ocaso dos impérios coloniais europeus, o regime viu na preservação do império a máxima à qual tudo o resto se subordinava, recusando-se de forma obstinada a negociar a autodeterminação ou a independência dos territórios. De todos os grandes impérios modernos, só o português subsistia em extensão

significativa, arrastado por um regime que mostrou estar determinado a ocultar do âmbito público a eclosão da tempestade independentista nos territórios que dominava. A vulnerabilidade extrema de Portugal traduziu-se no reforço do seu discurso ideológico; o regime converteu peripécias e desaires que, ao que tudo indicava, tinham todas as probabilidades de o fragilizar numa oportunidade para retomar todo o apelo a um nacionalismo reacionário e à subordinação ao projecto colonial. Reafirmou-se a noção de um direito histórico à posse dos territórios em África e na Índia, insistindo em fazer Portugal ser reconhecido como país ultramarino, legalmente sem império, mas essencialmente prolongado no além-mar. Salazar entrincheirou-se num imaginado *volkgeist*, espírito singular do povo, para renunciar e combater o *zeigeist*, o espírito do tempo da descolonização.

Se a transmissão dessa mística imperial nos jornais, para lá desse *habitus*, é fruto de uma imprensa ou de redações ideologicamente comprometidas com o nacionalismo imperial é algo que a presente investigação não poderia averiguar. Mas não há dúvida de que em 1961, a imprensa portuguesa transportava ainda a ideologia e o misticismo de uma missão civilizacional especificamente portuguesa, não obstante a realidade da descolonização, deixando entrever o esforço empreendido pelo regime de deformação da realidade, a cegueira – parece correto dizê-lo – consciente, informada, da envolvência política, da emergência afro-asiática, da situação em Angola, e os esforços de alienação pública, através dos jornais, em nome do ideal do império. Pese embora o controlo que recaía sobre a imprensa, a cadência da luta política, que se fez – sublinhe-se – segundo o ritmo não apenas dos eventos em bruto, mas do encontro dos critérios jornalísticos com esses eventos, e a assunção das potencialidades de descodificação dos recetores, torna pouco provável o sucesso no convencimento desse fictício estado de tranquilidade. Mas o reconhecimento da possibilidade de leituras diferenciadas dos conteúdos não nega a presença de linhas denotativas que atravessam as mensagens e visam infundir quadros privilegiados de interpretação.

### III.

Nota conjetural conclusiva: poder e violência no Estado Novo

Quase a finalizar estas observações conclusivas, vale a pena abordar de forma necessariamente breve a questão bem mais vasta de uma taxonomia aplicada ao regime de Salazar, uma problemática que exige uma reflexão e um trabalho que vai muito para além do que esta investigação se propôs analisar, mas para a qual podem contribuir certos elementos que advêm da análise dos textos publicados e do que a pesquisa nos arquivos diplomáticos demonstrou ao nível da relação do regime com a imprensa. O estudo comparativo desenvolvido neste trabalho instiga a pensar por que motivo o regime autoritário de Salazar, contrário aos princípios próprios do constitucionalismo

democrático liberal, ao governo da liberdade e ao envolvimento do povo nas decisões políticas, teve todo o empenho demonstrado para condicionar a formação das opiniões, tanto no interior do país como no estrangeiro. Uma boa compreensão deste fenómeno implica ter presente que nenhum governo se pode basear unicamente no exercício da violência, embora este nexó entre poder e violência seja valorizado por toda uma tradição de teoria política e por pensadores e ativistas que lutaram contra o poder dos governos coloniais, entre os quais Frantz Fanon (1980 [1969]). A ordem de força e a mobilização para a guerra em Angola em 1961 podem ser percebidos como corolário das dificuldades do poder do Estado Novo, numa relação em que violência e poder afinal se excluem mutuamente. A opção da guerra simbolizaria a impotência do regime para perdurar na fachada da legitimidade consentida e socialmente aceite. A natureza do poder político de Salazar torna talvez um contrassenso falar-se de uma busca de legitimidade pública, que não parecia interessar a um ditador que desprezava a cidadania democrática, a lógica parlamentar e que se descobre tanto mais paradoxal num contexto de grande turbulência política e social. Mas a imbricação que se desenhou entre a guerra e as tentativas de persuasão e dissuasão, de desinformação e contrainformação, de mentira e propaganda manuseadas na imprensa compatibilizam-se com a aceção de que não há poder que subsista sem um exercício de consentimento, ou pelo menos uma certa disciplina de obediência que implica a não hostilização aberta do poder.

A desconexão entre poder e violência é bem iluminada por Hannah Arendt, que sustenta não serem ambos parte do mesmo fenómeno mas sim contrários: “Quando um deles governa absolutamente, o outro está ausente”, escreve em *On violence*, acrescentando que “a violência surge onde o poder se encontra ameaçado, mas abandonado ao seu curso próprio acaba no desaparecimento do poder” (2014 [1969]: 60). Apresentando vários exemplos da dominação política em contexto colonial, da Inglaterra na Índia e da França na Argélia, e aludindo à guerra dos EUA no Vietname, Arendt contrapõe a violência, que define pelo seu carácter instrumental e por requerer justificação através do fim que visa, ao poder, que faz corresponder à capacidade humana de agir concertadamente, de não se dissociar da adesão das opiniões. O mesmo raciocínio é extensível ao governo do império. Para conservar a soberania portuguesa em Angola, não bastava comandar. Embora não se reduzindo a essa dimensão, o império era também uma experiência lida e vista, transportada a longas distâncias através dos *media* revelando-se aqui a natureza também textual do projeto imperial (Howe, 1980; Lawson e Tiffin, 1994). Ele envolvia a conceção de um mundo, a organização desse mundo no espaço e requeria imaginar esse espaço e ligá-lo a noções de glória, honra e direito da nação.

Essa procura obsessiva do controlo das perceções e mesmo da conquista das mentes, e o que isso implica em termos de desinformação, de contra-informação, de propaganda e de silêncio, reenvia

para um regime que detém um fundo metafísico, o qual, se se utilizar uma pista de Karl Polany (1935) sobre o fascismo como projeto religioso, se apresenta, apesar do seu apregoado catolicismo, como uma espécie de religião contra a religião católica. A fundamentação ideológica de estilo religioso que era característica do Estado Novo de Salazar concretizava-se num exercício de poder que procurava abranger toda a vida, política e extrapolítica, dos portugueses. O desígnio que acalenta é contrário ao respeito pela liberdade individual, pela autonomia da sociedade e pelo reconhecimento da pessoa como produto da relação social, concepções caras ao catolicismo na sua faceta doutrinária. Se o poder incontestável de Salazar não era assumido explicitamente, tal destinava-se a permitir a imagem de estar condicionado pelo Direito e mais ainda pela moral, condicionamento que era no fundo uma construção política da sua legitimação. Estes traços apontam para o que pode ser cunhado de “intenções totalitárias” de Salazar tanto ao nível da tomada de decisões como na tentativa de restrição do pensamento e de entorpecimento deliberado das consciências mediante uma vigilância sobre os *media* e a linguagem. Embora vários elementos afastem o Estado Novo de regimes consensualmente classificados como totalitários, uma compreensão mais lata do conceito de totalitarismo, que abarque também estes aspetos intencionais, como proposto pelo cientista político Sartori (1987), ou que o contemple numa vertente de teologia política, para lá das dimensões meramente fenomenológicas, pode lançar pistas importantes para repensar o regime no período em causa. Dada a estabilidade global de longa duração do regime do Estado Novo, é grande a tentação para ver de modo fixista as suas características como se tivessem petrificado num determinado estado, esquecendo as lógicas desestabilizadoras e dessincronizadas que atravessaram o regime, apesar dos seus ritmos de mudança relativamente lentos.<sup>680</sup>

#### IV.

Conclusão adquirida: a relevância dos *media* para a História

Por último, é adequado tecer algumas reflexões vinculadas à problemática mais vasta em que este trabalho se situa. Várias perspetivas da historiografia podem, porventura, mostrar reservas quanto ao ângulo de análise desta investigação, por privilegiar o papel ativo dos meios de comunicação

---

<sup>680</sup> P.Schmitter diz sensivelmente o mesmo ao sustentar que os processos históricos na génese do estabelecimento de uma determinada situação, mesmo no caso de um regime autoritário, não deixam de estar submetidos à “lei do desenvolvimento desigual”. No caso do regime do Estado Novo, Schmitter escreveu (1999: 191): “Dada a sua enorme sensibilidade no que se refere a atingir e manter o equilíbrio entre ordens privilegiadas funcionalmente diferenciadas e hierarquicamente estruturadas (as Forças Armadas, a administração pública, a Igreja, a indústria, o comércio, a agricultura, etc.), um regime desse tipo tem de utilizar eficazmente e ajustar permanentemente os seus modelos de acesso e de política aos diferentes efeitos de processos tão genéricos como o crescimento económico, a urbanização, a inflação, alterações ao nível das razões e troca e volume do comércio externo, inovação tecnológica, emigração, aumento demográfico, aflusos de capital estrangeiro, evolução das estruturas salariais, secularização, etc”.

nacionais e internacionais na conjuntura de 1961. A imprensa não foi aqui tomada como mera fonte, apesar de enquanto tal ter permitido destapar ocorrências e sentidos a que não se tem prestado a devida atenção. Os jornais foram também concebidos como atores, como parte integrante das interações, das disputas e das contingências que configuraram as dinâmicas internacionais num período de declínio formal dos impérios coloniais modernos. Na perspectiva das abordagens que negligenciam os meios de comunicação, incorrer-se-ia aqui na tendência para exorbitar o viés da imprensa, os cenários conjecturados pelo jornalismo, as limitações da análise dos textos, perdendo de vista as grandes instituições, as forças sociais, políticas e económicas. Mas no entendimento que pautou a realização deste trabalho, e que as conclusões agora enumeradas contribuem para reforçar, considera-se que uma historiografia que não incorpore a ação da imprensa deixa certamente escapar qualquer coisa de relevante num mundo já muito condicionado pelos circuitos de informação crescentemente com alcance global.

Os meios de comunicação, numa situação de guerra, e para mais num confronto entre forças militares regulares e organizações de guerrilha podem constituir-se como *factor tertius*, pelo seu papel na formação de opiniões, junto de outras entidades como organizações da sociedade civil, nacionais e internacionais. Como realça Martins (2018), Carl Schmitt defendeu que nesse tipo de confronto, o “terceiro elemento” conta mais do que a capacidade militar de qualquer dos lados. E a tendência dominante desses terceiros, pelo que aponta o presente estudo, era serem hostis ao colonialismo e estarem largamente contra Portugal. Todavia, para aquelas visões que não acolhem a relevância dos *media* na cena política moderna, sempre se pode aduzir a favor da pesquisa que agora finaliza a terceira tese sobre o conceito de história de Walter Benjamin (2010 [1942]:10), sugerido na seguinte passagem: “O cronista que narra os acontecimentos em cadeia, sem distinguir entre grandes e pequenos faz jus à verdade, na medida em que nada do que uma vez aconteceu pode ser dado como perdido para a história”. Apesar das limitações deste estudo, que não permite perceber completamente a real influência no mundo social do viés da imprensa na conjuntura de 1961, é indubitável que a luta política foi feita com os meios de comunicação, através dos meios de comunicação e apesar dos meios de comunicação. Pois não obstante a censura, os enquadramentos abusivos, a manipulação da linguagem e os não ditos que escamotearam elementos fundamentais para uma compreensão crítica deste período, os eventos ganharam a agenda dos *media*. E as notícias existiram, apesar de tudo.

## Bibliografia

### Fontes Primárias

#### 1. Jornais

##### Imprensa Portuguesa

*O Século*  
*Diário de Notícias*  
*Diário de Lisboa*  
*República*

##### Imprensa Britânica

*The Times*  
*Guardian*  
*Daily Telegraph*  
*Observer*  
*The Economist*  
*Daily Express*  
*Sunday Telegraph*  
*Sunday Express*  
*Sunday Times*  
*Daily Mail*

##### Imprensa Francesa

*Le Monde*  
*Figaro*  
*L'Express*  
*Paris Match*  
*Paris Presse Intransigeant*  
*Parisien Libéré*  
*Paris Jour*  
*France Soir*  
*L'Aurore*

#### 2. Fontes de Arquivo

##### 2.1 Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Fundo:

##### 2.1.1 Arquivo Oliveira Salazar

Correspondência Oficial: Presidência do Conselho

AOS / CO/ PC - 1 D  
 AOS / CO/ PC - 1E  
 AOS / CO/ PC - 57  
 AOS / CO/ PC - 63  
 AOS/CO/PC - 77  
 AOS/CO/PC - 78 D  
 AOS/CO/PC - 78 J  
 AOS / CO/ PC - 81 A

Correspondência Oficial: Negócios Estrangeiros

AOS/CO/NE - 4 C 1  
 AOS/CO/NE - 30 A  
 AOS/CO/NE - 30 B  
 AOS/CO/NE - 21  
 AOS/CO/NE - 25

Correspondência Oficial: Ultramar

AOS/CO/UL 28

##### 2.1.2. Empresa Pública Jornal *O Século*. Cortes de Censura

ANTT/EPJS. Caixa 195. Maço 247  
 ANTT/EPJS. Caixa 196. Maço 248/249  
 ANTT/EPJS. Caixa 196. Maço 250  
 ANTT/ EPJS. Caixa 199. Maço 253.

### 2.1.3. Arquivo Secretariado Nacional de Informação

ANTT/SNI/ Secção Censura. Caixa 589

### 2.1.4. Arquivo da PIDE

ANTT/ PIDE. Serviços Centrais. Processo SR II n.º 30/7, NT 9121.

## 2.2 Arquivo Histórico Ultramarino – Gabinete dos Negócios Políticos

MU/GM/GNP - 106/25

MU/GM/GNP - 106/26

MU/GM/GNP - 106/27

MU/GM/GNP - 059/PT6

MU/GM/GNP - 059/PT7

MU/GM/GNP - 158/PT 3

MU/GM/GNP - 090/PT1

MU/GM/GNP - 145/PT1

MU/GM/GNP/146/PT17

## 2.3 Arquivo Ministério dos Negócios Estrangeiros (Portugal) [consulta de recortes da imprensa estrangeira]

### Antecedentes

MNE 4 PAA

MNE 86 PAA

MNE 264 PAA

MNE 536 PAA

MNE 587 PAA

MNE 590 PAA

### 1961

MNE 86 PAA

MNE 87 PAA

MNE 99 PAA

MNE 447 PAA

MNE 448 PAA

MNE 570

MNE 571 PAA

## 2.4 Arquivo Fundação Mário Soares

*Diário de Lisboa* (Edição digitalizada na plataforma Casa Comum  
[http://casacomum.org/cc/diario\\_de\\_lisboa/](http://casacomum.org/cc/diario_de_lisboa/))

Comunicado dos dirigentes de Angola, Guiné e Goa para a conferência de imprensa a ter lugar em Londres, na casa dos Comuns (11-1960) e Carta convocatória assinada por Joan Eber (FRAIN, CONCP, MPLA)  
[<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=07058.017.032>]

Correspondências e telegramas 1961 (PAIGC, MPLA, UGEAN, MLGVC, FRELIMO, CONCP) [<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04606.047.038>]

Estatutos da Conferência da CONCP. Dossier CONCP. Fundo Documentos Amílcar Cabral [<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04604.023.015>]



2.5 Arquivo CIDAC (Centro Informação e Documentação Amílcar Cabral)  
Dossier H-33-4

2.6 Arquivo Ministério dos Negócios Estrangeiros (França – MAE)  
200 QO 49  
200 QO 59  
200 QO 63  
200 QO 73  
200 QO 76  
200 QO 86  
200 QO 88  
200 QO 117  
200 QO 122

## 2 Documentos oficiais impressos

Ministério dos Negócios Estrangeiros. *Vinte anos de defesa do Estado Português da Índia (1947-1967)*. vol. III e IV.  
Secretariado Nacional de Informação. *Discurso de Salazar ao microfone da Emissora Nacional. 12 Abril 1954*. Lisboa: SNI.  
Salazar, António de Oliveira. 1959. *Discursos e Notas Políticas*. vol. V (1951-1958). Coimbra: Coimbra Editora.  
Salazar, António de Oliveira. 1966. *Discursos e Notas Políticas*. vol. VI (1959-1966). Coimbra: Coimbra Editora.

## Outras publicações

Galvão, H. 2010 [1960]. *Carta Aberta a Salazar*. Lisboa: Esfera do Caos.  
Galvão, H. 1961. *A Minha Cruzada Pró-Portugal*. Santa Maria. São Paulo: Livraria Martins.  
Galvão, H. 1974 [1961]. *O Assalto ao Santa Maria*, Águeda: Edições Delfos.  
Galvão, H. 1965. *Da Minha Luta Contra o Salazarismo e o Comunismo em Portugal*. São Paulo: F.A.P.L.E.  
Lara, L. 2000. *Documentos e Comentários para a História do MPLA (Até Fevereiro de 1961)*. Lisboa: Dom Quixote.  
Nogueira, F. 1984. *Salazar, Vol V. A Resistência (1958-1964)*. Porto: Civilização Editora.  
Nogueira, F. 1986. *Um Político Confessa-se. Diário (1960-68)*. Porto: Civilização Editora.

## Bibliografia secundária

Alexandre, V. 2017. *Contra o Vento. Portugal, o Império e a Maré Anticolonial (1945-1960)*. Lisboa: Círculo de Leitores.  
Alexandre, V. 2006. *O Roubo das Almas: Salazar, a Igreja e os Totalitarismos, 1930-1939*. Lisboa: Dom Quixote.  
Alexandre, V. 2006. «A Descolonização Portuguesa em Perspetiva Comparada». In *Portugal, os Estados Unidos e a África Austral*. ed. M. Franco, Lisboa: Fundação Luso-Americana, 31-59.

- Alexandre, V. 2005. «O Império Colonial». In *Portugal Contemporâneo*. ed A. C. Pinto, Lisboa: Publicações Dom Quixote, 67-86.
- Alexandre, V. 2000. *Velho Brasil, Novas Áfricas. Portugal e o Império (1808-1975)*. Porto: Edições Afrontamento.
- Alexandre, V. 1999. “O Império e a Ideia de Raça”. In *Novos Racismos: Perspetivas Comparativas*. J. Vala (coord). Oeiras: Celta, 133-144.
- Alexandre, V. 1993. «Ideologia, economia e política: a questão colonial na implantação do Estado Novo», *Análise Social*, vol. XXVIII (123-124): 1117-1136.
- Alexandre, V. 1995. «A África no Imaginário Político Português (Séculos XIX e XX)». *Penélope*, 15: 39-52.
- Almeida, G. 1980. *Breve História da Censura Literária em Portugal*. Biblioteca Breve. Vol.54. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- Altheide, D. L. e R. B. Snow. 1979. *Media Logic*. Beverly Hills, CA; Londres: Sage.
- Altheide, D. L. e J. M. Johnson. 1979. *Bureaucratic Propaganda*. Boston: Allyn & Bacon.
- Altheide, David. 1976. *Creating Reality: How TV News Distorts Events*. Beverly Hills, CA: Sage.
- Alves, L. A. M. 1983. *Subsídios para a História da Imprensa em Portugal*. Porto: Centro de Estudos Humanísticos.
- Alves, T. 2017. «Reporting 4 February 1961 in Angola: The Beginning of the End of the Portuguese Empire». In *Media and Portuguese Empire*. eds. J. L. Garcia, C. Kaul, F. Subtil e A. Santos. Londres: Palgrave Macmillan, 235-251.
- Alves, T. e J. L. Garcia. 2017. « ‘Para Angola rapidamente e em força’: a mobilização para a guerra na imprensa portuguesa e o seu debate internacional». In *Salazar, o Estado Novo e os Media*. coord. J. L. Garcia, T. Alves e Y. Leonard. Lisboa: Edições 70, 283-326.
- Anderson, B. 1991 [1983]. *Imagined Communities*. Londres, Nova Iorque: Verso.
- Antão, N. M e C. G. Tavares. 2008. «Henrique Galvão e o assalto ao Santa Maria. Percurso de uma dissidência do Estado Novo e suas repercussões internacionais», *Revista Sapiens: História, Património e Arqueologia*: 84-110.
- Antunes, J. F. 1994. *Salazar e Caetano. Cartas Secretas (1932-1968)*. Lisboa: Difusão Cultura.
- Antunes, J. F. 1991. *Kennedy e Salazar. O Leão e a Raposa*. Lisboa: Difusão Cultura.
- Araújo, A. 2012. «Sanzala Mihinho, abril de 1961». In *O Império Colonial em Questão (Sécs. XIX-XX). Poderes, Saberes e Instituições*. ed. M. B. Jerónimo, Lisboa: Edições 70, 37-57.
- Arquembourg, J. 2011. *L'Événement et les Médias. Les Récits Médiatiques des Tsunamis et les Débats Public (1755-2004)*. Paris: Éditions des archives contemporaines.
- Arendt, H. 2014 [1969]. *Sobre a Violência*. Lisboa: Relógio d'Água.
- Arendt, H. 2004 [1973]. *As Origens do Totalitarismo*. Lisboa: Dom Quixote.
- Aron, Raymond. 1986. *Paz e Guerra entre as Nações*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Aron, R. 2009 (1987). *Clausewitz*. Lisboa: Esfera do Caos.
- Ataíde, I. 2014. “A imprensa e o império na África Portuguesa, 1842-1974”. Dissertação de douramento, Lisboa: ICS-Ulisboa.
- Ayotte, K. J. e S. D. Moore. 2008. «Terrorism, language and community dialogue». In *Terrorism, Communication and Rethorical Perspectives*. eds. H. Dan O'Hair, R. L. Heath, K. J. Ayotte e G. R. Leadlow, Cresskill: Hampton Press Inc, 67-92.
- Azevedo, C. 1999. *A Censura de Salazar e Marcelo Caetano*. Lisboa: Caminho.

- Babo, M. A. 1986. «Da intertextualidade: a citação». *Revista de Comunicação e Linguagens*, 3. Lisboa: CIES: 113-119.
- Bakhtin, M. 1977. *Le Marxisme et la Philosophie du Langage*. Paris: Les éditions de minuit.
- Balandier, G. 1992. *Le Pouvoir sur Scène*. Paris: Éditions Balland.
- Baldwin, P. 2004. «Comparing and Generalizing. Why all history is comparative, yet no history is sociology». *Comparison and History: Europe in Cross-national Perspective*. ed. D. Cohen e M. O'Connor, Nova Iorque e Londres: Routledge, 1-22.
- Ballantyne, Tony. 2007. «What difference does colonialism make? Reassessing print and social change in an age of global imperialism». In *Agent of Change – Print Culture Studies after Elizabeth L. Eisenstein*. ed. S. A. Baron, E. N. Lindquist e E. F. Shevlin, Amherst e Boston: University of Massachusetts Press, 342–52.
- Ballantyne, T. e A. Burton. 2012. «Empires and the Reach of the global». *A World Connecting, 1870-1945*. Ed. Emily S. Rosenberg. Cambridge: The Belknap Press, 283-431.
- Bardin, L. 2004. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- Barnes, H. E. 1921. «A Sociological Criticism of War and Militarism: An analysis of the doctrines of Jacques Novicow.». *Journal of International Relations* 12: 238-265.
- Barreto, J. 1999. «Henrique Galvão». In *Dicionário de História de Portugal* vol. VII. dir. J. Serrão. coord. A. Barreto e M. F. Mónica, Lisboa: Figueirinhas, 81-88.
- Barthes, R. 1966. «Introduction à l'analyse structurale des récits», *Communications* vol.8. (1): 1-27.
- Barthes, R. 1973. «Sociologia y socio-lógica. A propósito de dos obras recientes de Claude Lévi-Strauss». In *Estructuralismo y sociología*. ed. José Sazbón, Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 9-21.
- Barthes, R. 1990. *La Aventura Semiológica*. Barcelona: Paidós.
- Barros, J. L. de. 2017. «O cerco da guerra: propaganda, diplomacia e política de informação do Estado Novo (1940-1942)». *Salazar, o Estado Novo e os Media*. org. J. L. Garcia, T. Alves e Y. Léonard. Lisboa: Edições 70, 127-148.
- Bartlett, F. 1941. *La Propaganda Política*. Mexico, D.F: Fondo de Cultura Economica.
- Bateson, G. 1954. *A Theory of play and fantasy. Steps to na ecology of mind*. Nova Iorque: Ballantine.
- Beaudoux, V., G.O. D'Adamo e G. Slavinsky. 2011. *Propaganda gubernamental, Tácticas e iconografías del poder*. Buenos Aires: La Crujía.
- Benjamin, W. 2016 [1974]. «Sobre o conceito de história». *O Anjo da História, Obras Escolhidas de Walter Benjamin*. ed. J. Barrento, Lisboa, Assírio & Alvim, 9-20.
- Bègue, S. 2007. *La Fin de Goa et de l'Estado da Índia: Décolonisation et Guerre Froide dans le Sous-Continent Indien (1945-1962)*. Lisboa: Coleção Biblioteca Diplomática do Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- Berelson, B. 1959. «The state of communication research». *The Public Opinion Quarterly*. vol. 23, 1: 1-6.
- Berger, P. e T. Luckmann. 2004 [1985]. *A Construção Social da Realidade. Tratado de Sociologia do Conhecimento*. Petropolis: Editora Vozes.
- Bernays, E. 1926. *Crystallizing Public Opinion*. Nova Iorque: Boni & Liveright.
- Bernays, E. 1952. *Public Relations*. Norman: University of Oklahoma Press.

- Bhatia, Micheal. 2008. «Fighting words: naming terrorists, bandits, rebels and other violent actors». In *Terrorism and the Politics of Naming*. ed. M. Bhatia, Londres e Nova Iorque: Routledge, 1-18.
- Birmingham, D. 1999. *Portugal and Africa*. Basingstoke, Nova Iorque: Palgrave.
- Bittencourt, M. 2008. *Estamos Juntos. O MPLA e a Luta Anticolonial (1961-1974)*. vol. 1. Luanda: Kilombelombe.
- Blandin, C. 2007. *Le Figaro, Deux Siècles d'Histoire*. Paris: Armand Colin.
- Bloch, M. 1998 [1955]. *História e Historiadores*. Teorema: Lisboa.
- Bloch, M. 1993 [1949]. *Introdução à História*. Mem Martins: Publicações Europa América.
- Bok, S. 1998. *Mayhem. Violence as Public Entertainment*. Reading, Massachusetts: Perseus.
- Boltanski, L. 1999. *Distant Suffering*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Boquerat, G. 1997. *Les Avatars du Non-alignement, 1947-1966*. Paris: Publications de la Sorbonne.
- Boorstin, D. J. 1992 [1961]. *The Image: A Guide to Pseudo-Events in America*. Nova Iorque: Vintage Books.
- Borrat, H. 1989. *El Periódico, Actor Político*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili.
- Bose, S. 1997. *The challenge in Kashmir : democracy, self-determination and a just peace*. Nova Deli: Sage.
- Bourdieu, P. 1982. *Ce que Parler Veut Dire: L'Économie des Échanges Linguistiques*. Paris: Fayard.
- Bower, S. A. 2008. «Frames of terrorism provided by the news media and potential communication responses». In *Terrorism, Communication and Rethorical Perspectives*. eds. H. Dan O'Hair, R. L. Heath, K. J. Ayotte e G. R. Leadlow, Cresskill: Hampton Press Inc, 337-358.
- Boxer, C. 1991 [1969]. *The Portuguese Seaborne Empire 1415-1825*. Londres: Carcanet.
- Boxer, C. 1969. *O Império Colonial Português (1415-1825)*. Lisboa: Edições 70.
- Boyce, G. 1999. *Decolonisation and the British Empire, 1775-1997*. Nova Iorque: Palgrave.
- Brasted, H.V., C. Bridge e J Kent. 1995. «Cold War, Informal Empire and The Transfer of Power: Some "Paradoxes of British decolonisation resolved?». In *Europe within the Global System 1938-1960; Great Britain, France, Italy and Germany: from Great Powers to Regional Powers*. ed. Michael Dockrill. Bochum: Universitätsverlag Dr. N. Brockmeyer, 11- 30.
- Braudel, F. 1985 [1955]. «Histoire et Sociologie». In *Ecrits sur L'Histoire*. F. Braudel, Paris: Éditions Flammarion, 44-61
- Brecher, M. 1968. *India and World Politics: Krishna Menon's View of the World*. Londres: Oxford University Press.
- Breton, P. 1997. *La Parole Manipulée*. Paris: La découverte.
- Breton, P. e S. Proulx. 1997 [1989]. *A Explosão da Comunicação*. Lisboa: Bizâncio.
- Briggs, A. e P. Burke. 2002. *A Social History of the Media (From Gutenberg to the Internet)*. Oxford: Polity Press.
- Burke, K. 1989 [1968]. *On Symbols and Society*. Chicago e Londres: The University of Chicago Press.
- Burke, P. 1991 [1980]. *Sociologia e História*. Porto: Edições Afrontamento.
- Butler, L. J. 1991. «The Ambiguities of British Colonial development policy – 1939-48». In *Contemporary British History 1931-1961 – Politics and the Limits of Policy*. ed. A. Gorst, L. Johnman e W. S. Lucas, Londres e Nova Iorque: Pinter Publishers, 119-140.

- Cabecinhas, R. e L.Cunha. 2003. «Colonialismo, identidade nacional e representação do “negro”». *Estudos do século XX* (3): 157-184.
- Cádima, F. R. 1996. *Salazar, Caetano e a Televisão Portuguesa*. Lisboa: Presença.
- Cann, J. P. 2009. *Marinha em África – Angola, Guiné e Moçambique, Campanhas Fluviais, 1961-1974*. Lisboa: Prefácio.
- Carey, A. 1997. *Taking the Risk out of Democracy: Corporate Propaganda versus Freedom and Liberty*. Urbana, Ill: University of Illinois Press.
- Carey, J. W. 1998. «Political Ritual on Television. Episodes in the History of Shame, Degradation and Excommunication». In *Media, Ritual and Identity*. eds. T. Liebes e J. Curran, Nova Iorque: Routledge, 42-70.
- Carey, J. 1992 [1989]. *Communication as Culture. Essays on Media and Society*. Londres: Routledge.
- Carruthers, S. 1995. *Winning Hearts and Minds: British Governments, the Media and Colonial Counter-Insurgency 1944-1960*. Londres e Nova Iorque: Leicester University Press.
- Carruthers, S. 2005. «The faces of 1950 Terrorism: The film presentation of Mau Mau and the Malayan Emergency». In *Terrorism, Media, Liberation*. ed. J. D. Slocum, New Brunswick, New Jersey e Londres: Rutgers University Press, 70-93.
- Carvalho, A. A. 1973. *A Censura e as Leis de Imprensa*. Lisboa: Seara Nova.
- Castelo, C. 1998. «O modo português de estar no mundo»: o Luso-Tropicalismo e a Ideologia Colonial Portuguesa. Porto: Edições Afrontamento.
- Castelo, C. 2013. “Ciência, Estado e Desenvolvimento no colonialismo português tardio”. *O Império Colonial em Questão (Sécs. XIX-XX), Poderes, Saberes e Instituições*. ed. M. B. Jerónimo, Lisboa: Edições 70, 349-388.
- Castelo, C. 2015. «A mensagem luso-tropical do colonialismo português tardio: o papel da censura e da propaganda». In *Lusofonia e Interculturalidade: Promessa e Travessia*. coord. M. de L. Martins, V. N. Famalicão: Edições Húmus, 451-470.
- Castro, P. J. 2010. *O Inimigo nº 1 de Salazar: Henrique Galvão, o Líder do Assalto ao Santa Maria e do Sequestro de um Avião da TAP*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- Catroga, F. 2011. *Ensaio Respublicano*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Catroga, F. 2009. *Os Passos do Homem como Restolho do Tempo. Memória e Fim do Fim da História*. Coimbra: Almedina.
- César, O. 2012. «O Agir jornalístico face à censura, O caso do Notícias da Amadora». Dissertação de Doutoramento. Lisboa: ISCTE.
- Champagne, P. (1991). «La construction médiatique des “malaises sociaux”», *Actes de la recherche en Sciences Sociales*, nº 90, 64-75.
- Charaudeau, P. 2011 [2005]. *Les Media et l'Information, l'Impossible Transparence du Discours*. Paris: De Boeck.
- Charaudeau, P. 2010 [2005]. *Discurso das Mídias*. São Paulo: Editora Contexto.
- Chauhan, K. 2014. «Pandit Nehru: from nationalism to internacionalism». *Revisiting Nehru*. eds. M. B. e K. Kaur, Nova Deli: Saryam Publishing House, 42-51.
- Chaupin, I, N. Hubé e N. Kaciaf. 2012 [2009]. *Histoire Politique et Économique des médias en France*. Paris: La Découverte.
- Chesnaïs, J. C. 1981. *Histoire de la Violence en Occident de 1800 à nos Jours*. Paris, Laffont.

- Chomsky, N. 2002. *A Manipulação dos Media*. Mem Martins: Editorial Inquérito.
- Chouliaraki, L. 2006. *The Spectatorship of Suffering*. Londres: Sage Publications Ltd.
- Chouliaraki, L. 2015. «Afterword: The dialectics of mediation in ‘distant suffering studies’». *International Communication Gazette*, vol. 77 (7). Sage Publications: 708-714.
- Clarence-Smith, G. 1990 [1985]. *O Terceiro Império Português: 1825-1975*. Lisboa: Teorema.
- Clausewitz, C. von. 2006 [1832]. *De la Guerre*. Paris: Rivages Poche.
- Cohen, B. C. 1963. *The Press and Foreign Policy*. Princeton: Princeton University Press.
- Cohen, D. M. O'Connor. 2004. «Introduction. Comparative History, Cross National History, Transnational History – Definitions». In *Comparison and History: Europe in Cross-national Perspective*. ed. D. Cohen e M. O'Connor, Nova Iorque e Londres: Routledge, ix-xxiv.
- Cohen, D. 2004. «Comparative History. Buyer Beware. In *Comparison and History: Europe in Cross-National Perspective*. ed. D. Cohen e M. O'Connor, Nova Iorque e Londres: Routledge, 57-70.
- Combs, J. E. e D. D. Nimmo. 1993. *The New Propaganda: The Dictatorship of Palaver in Contemporary Politics*. Nova Iorque, Londres: Longman.
- Correia, P. P. 1999. «Descolonização» In *Do Marcelismo ao fim do Império*. coord. J.M. Brandão de Brito, Lisboa: Editorial Notícias, 101-219.
- Correia, F. e C. Baptista. 2007. *Jornalistas – do Ofício à Profissão. Mudanças no Jornalismo Português*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Correia, F. e C. Baptista. 2010. *Memórias Vivas do Jornalismo*. Lisboa: Caminho.
- Couldry, N. 2012. «Media as Ritual and Social Form». In *Media, Society, World*, Nova Iorque e Cambridge: Polity Press, 59-83.
- Cruz, B. P. 2016. «O Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar». In *Políticas Coloniais em Tempo de Revoltas – Angola circa 1961*. dir. D. R. Curto, Porto: Edições Afrontamento, 59-126.
- Cruz, E. C. V. 2005. *O Estatuto do Indigenato e a Legalização da Discriminação na Colonização Portuguesa*. Lisboa: Novo Imbondeiro.
- Cunha, L. 1994. «A imagem do negro na banda desenhada do Estado Novo». [Relatório]. Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho.
- Cunha, T. C. e. 2005. *Silêncio e Comunicação: Ensaio sobre uma Retórica do Não-Dito*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Cunha, T. C. e. 2002. «O silêncio na comunicação». In *Antropologia e Filosofia. Ensaaios em torno de Lévi-Strauss*, Coimbra: Almedina, 143-52.
- Cunha, T. de B. 1961. «Goa's Freedom struggle». Bombaim: T. B. Cunha Memorial Committee.
- Cunha, P. e C. Laranjeiro. 2017. «Guiné-Bissau: do cinema de Estado ao cinema fora do Estado». *Rebeca - Revista Brasileira de Estudos de Cinema e Audiovisual* 5 (2): 1 - 23.
- Cunningham, S. B. 2002. *The Idea of Propaganda – A Reconstruction*. Westport, Conn, Londres: Praeger.
- Curto, D. R. e B. P. da Cruz. 2012. «Terror e saberes coloniais: Notas acerca dos incidentes na Baixa de Cassange, Janeiro e Fevereiro de 1961». *O Império Colonial em Questão (Sécs. XIX-XX), Poderes, Saberes e Instituições*. ed. M. B. Jerónimo, Lisboa: Edições 70, 3-35.

- Curto, D R. e B. P. da Cruz. 2015. «Destribalização, regedorias e desenvolvimento comunitário: notas acerca do pensamento colonial português (1910-1965)». *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, 1: 113-172.
- Curto, D. R. (dir), B. P. da Cruz e T. Furtado. 2016. *Políticas Coloniais em Tempo de Revoltas – Angola circa 1961*. Porto: Edições Afrontamento.
- Darwin, J. 1991. *The End of the British Empire. The Historical Debate*. Oxford: Basil Blackwell.
- Darwin, J. 2011 [2009]. *The Empire Project: The Rise and Fall of the British World-System, 1830-1970*. Nova Iorque: Cambridge University Press.
- Dayan, D e E Katz. 1992. *Media Events*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Dayan, D e E. Katz. 1999 [1994]. *A História em Directo. Os Acontecimentos Mediáticos na Televisão*. Coimbra: MinervaCoimbra.
- Dayan, D. (ed). 2011. *Terror Espetáculo, o Terrorismo e Televisão*. Lisboa: Edições 70.
- Debord, G. 2012 [1967]. *A Sociedade do Espetáculo*. Lisboa: Antígona.
- DeFleur, M. L. e S. Ball-Rokeach. 1989. *Theories of Mass Communication*. Nova Iorque: Longman.
- Delfore, B. 1996. «La responsabilité sociale des journalistes: donner du sens». *Les Cahiers du Journalisme* 2, 16-33.
- Delgado, I. e A. Figueiredo (coord). 1991. *Memórias de Humberto Delgado*. Lisboa: Dom Quixote.
- Delporte, C. 1995. *Histoire du Journalisme et des Journalistes en France*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Delporte, C. 2007. *La France dans les Yeux, une Histoire de la Communication Politique de 1930 à nos jours*. Paris: Flammarion.
- Deniou, Guy. 2015. *Qu'est-ce qu'Interpréter?* Paris: Vrin.
- Der Derian, J. 2008. «Imaging terror: logos, pathos and ethos». In *Terrorism and the Politics of Naming*. ed. M. Bhatia, Londres e Nova Iorque: Routledge, 19-33.
- Der Derian, J. 2009. *Virtuous War: Mapping the Military-Industrial-Media-Entertainment Network*. Nova Iorque: Routledge.
- De Silva, C. R. 1994 «Beyond the Cape: The Portuguese Encounters with the people of South Asia» In *Implicit Understandings: Observing, Reporting and Reflexing on the Encounters between Europeans and other Peoples in the Early Modern Era*. S. B. Schwartz, Cambridge: Cambridge University Press, 295-322.
- Dewey, J. 1981 [1927]. *The Public & its Problems*. Atenas, Swallow Press e Ohio: University Press.
- Dias, E. M. 1990. «Janeiro-Junho de 61 – O eclodir da guerra em Angola visto pela imprensa lisboeta», *História* 129, 4-31.
- Doob, L.W. 1948. *Public Opinion and Propaganda*. Nova Iorque: Henry Holt & Co.
- Doob, L. 1985 [1950]. «Goebbels y sus pincípios propagandísticos». In *Sociología de la Comunicación de Masas. III. Propaganda Política y Opinión Pública*. ed. M. de Moragas Spá, Barcelona: Gustavo Gili, 122-153.
- Doty, D. L. 1996. *Imperial Encounters. The Political Representation in North-South Relations*. Minneapolis: University Minesota Press.
- Driencourt, J. 1964 [1959]. *La Propaganda, Nueva Fuerza Política*. Buenos Aires: Huemul.

- Dunn, K. 2003. *Imagining the Congo: The International Relations of Identity*. Nova Iorque, Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Duradin, G. 1983. *La Mentira en la Propaganda Política y en la Publicidad*. Barcelona: Paidós.
- Duran, L. D. 2011. *A Construção da Pirataria. O Processo de Formação do Conceito de 'Pirata' no Período Moderno*. São Paulo: Annablume.
- Dursun O. 2005. «News coverage of the enlargement of the European Union and public opinion: A case study of agenda-setting effects in the United Kingdom». In Paper apresentado na conferência bienal internacional da European Union Studies Associatio. Austin, TX.
- Eco, U. 2006. *A Paso de Cancrejo – Artículos, Reflexiones y Decepciones*. Barcelona: Bestseller.
- Edelman, M. 1977. *Political Language: Word that Succeed and Policies that fail*. Nova Iorque: Academic Press.
- Elias, N. 1982. *The Civilizing Process vol.2: State Formation and Civilization*. Oxford: Blackwell.
- Elias, N. 1996 [1989]. *The Germans: Power Struggles and the Development of Habitus*. Cambridge: Polity.
- Elias, N. 2006 [2002]. «Habitus nacional e opinião pública». In *Nobert Elias. Escritos & Ensaios*. Org. F. Neiburg e L. Waizbort, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 113-152.
- Elkins, C. 2005. *Imperial Reckoning: The Untold Story of Britain's Gulag in Kenya*. Nova Iorque: H. Holt.
- Ellul, J. 1965a. *Propagandes*. Paris: Armand Collin.
- Ellul, J. 1965b. *Propaganda. The Formation of Men's Attitudes*. Nova Iorque: Vintage Books, Random House.
- Entman, R. 1991. «Framing US Coverage of International News: Contrasts in Narratives of the KAL and Iran Air Incidents», *Journal of Communication*, 41 (4): 6-27.
- Entman R. 1993. «Framing: Toward clarification of a fractured paradigm», *Journal of Communication*, 41: 51-58.
- Entman, R. 2004. *Projection of Power: Framing News, Public Opinion and US foreign Policy*. Chicago: University of Chicago Press.
- Eveno, P. 2001. *Le Journal Le Monde. Une Histoire d'Indépendance*. Paris: Éditions Odile Jacob.
- Eveno, P. 2004. *Histoire du Journal Le Monde, 1944-2004*. Paris: Abin Michel.
- Eveno, P. 2012. «La presse en France depuis la Libération». In *À la une – La Presse – De la Gazette à Internet*. Paris: Bibliothèque Nationale de France, 124-129.
- Fairclough, N. 1995. *Critical Discourse Analysis: The Critical Study of Language*. Harlow: Longman.
- Fannon, F. 2008 [1952]. *Pele Negra. Máscaras Brancas*. Bahia: Scielo-EDUFBA.
- Fannon, F. 1980 [1969]. *Em Defesa da Revolução Africana*. Lisboa: Editora Sá da Costa.
- Faria, T. D. 1995. «O comunismo: Um anátema estado-novista». *Revista de História das Ideias*, 17: 229-261.
- Faria, T. 2000. «Golpe de Botelho Moniz». In *Dicionário de História de Portugal vol III*. Coord. A. Barreto e M. F. Mónica, Lisboa: Figueirinhas, 103-105.
- Farinha, L. M. 1996. «Henrique Carlos Malta Galvão». In *Dicionário de História do Estado Novo*. vol 1. dir. F Rosas e J. M. Brandão de Brito, Venda Nova: Bertrand Editora, 378-379.
- Férard, N. 2014. *Propaganda Kompanie. Les Reporters de Guerre du III Reich*. Paris: Histoire et Collections.



- Ferreira, J. M. 1996. «A Guerra em África como fator de subordinação e de insubordinação (1961-1974)». In *O Comportamento Político dos Militares: Forças Armadas e Regimes Políticos em Portugal no Século XX*. J.M Ferreira. Lisboa: Estampa, 279-302.
- Ferreira, L. e C. Pedra. 1988. “Despesas coloniais do Estado Português 1913-1980”. *Revista de História Económica e Social* 24, 89-103.
- Ferro, M. 1997. *Colonization: A Global History*. Londres: Routledge.
- Fieldhouse, D. K. 1966. *The Colonial Empires – A Comparative Survey from the Eighteenth Century*. Londres: Macmillan Education.
- Figueira, J. 2009. *Jornalismo em Liberdade*. Coimbra: Almedina.
- Fonseca, I. de A. 2014. «A imprensa e o império na África Portuguesa, 1842-1974». Dissertação de Doutoramento em Sociologia da Cultura, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa.
- Foucault, M. 1971. *L'Ordre du Discours*. Paris: Gallimard.
- Frank, T.M. 1985. *Nation against Nation: What Happened to the UN dream and what the US can do about it?*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Frederickson, G. 1996. «Comparing the Reinventing Government Movement with the New Public Administration», *Public Administration Review*, 56 (3): 263-270.
- Frémontier, J. 1976. *Portugal: os Pontos nos ii*. Lisboa: Moraes.
- Frère, Marie-Soleil. 2007. *The Media and conflicts in Central Africa*. Londres: Lynne Rienner Publishers.
- Freudenthal, Aida. 1995-1999. «A baixa do Cassange. Algodão e revolta», *Revista Internacional de Estudos Africanos*, 18-22: 245-283.
- Freund, J. 1968. *La Esencia de lo Político*. Madrid: Editora Nacional.
- Furedi, F. 1994. *Colonial Wars and the Politics of Third World Nationalism*. Londres e Nova Iorque: I. B. Tauris Publishers.
- Furtado, A. de Loyola. 1971. «A génese do jornalismo em Goa». *Boletim do Instituto Menezes Bragança*, 96: 229-246.
- Furtado, T. 2016. «O enredo prisional em Angola: Soberanias duais na disciplina do corpo colonial: o 4 de Fevereiro». *Políticas coloniais em tempo de revoltas – Angola circa 1961*. dir. D. R. Curto, Porto: Edições Afrontamento, 189-234.
- Gadamer, Hans-Georg. 1996. *La Philosophie Herméneutique*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Gaitonde, P. H. 1987. *The Liberation of Goa, a Participants View of History*. Nova Deli: Oxford University Press.
- Gallie, W. B. (1964). *Philosophy and Historical Understanding*. Londres: Chatto & Windus.
- Gamson, W, A.D. Croteau, W. Hoynes e T. Sasson. 1922. «Media images and social constructions of reality». *Annual Review of Sociology*, 18: 373-93.
- Ganguly, S. 1997. *The Crisis in Kashmir*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Gans, H. 1979. *Deciding What's News: A Study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek and Time*. Nova Iorque. Pantheon Books.
- Garcia, J. L, C. Kaul, F. Subtil e A. Santos (eds). 2017. *Media and The Portuguese Empire*. Londres: Palgrave Macmillan.
- Garcia, J. L., T. Alves e Y. Leonard. 2017. *Salazar, o Estado Novo e os Media*. Lisboa: Edições 70.

- Garcia, J. L., T. Alves e Y. Leonard. 2017a. “Salazar, o Estado Novo e os media: introdução a uma nova agenda de investigação”. In *Salazar, o Estado Novo e os Media*. J.L.Garica, T. Alves e Y. Léonard (coord). Lisboa: Edições 70: 9-24
- Garcia, J. L. 2009a. «Introdução ao Estudo dos Jornalistas Portugueses: Os Jornalistas e as Contradições do Capitalismo Jornalístico no Limiar do Século XXI». In *Estudos sobre os Jornalistas Portugueses – Metamorfoses e Encruzilhadas no Limiar do Século XXI*. ed. J. L. Garcia, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 23-46.
- Garcia, J. L. 2009b. «Sobre a Censura em Portugal». In *Estudos sobre os Jornalistas Portugueses – Metamorfoses e Encruzilhadas no Limiar do Século XXI*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 47-61.
- Garcia, J. P. 2011. *Como a Censura Assaltou o Santa Maria*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.
- García, A. R. 2005. «El secuestro del Santa María en la prensa del régimen franquista», *Revista Historia y Comunicación Social*, 10: 157-177.
- Garth J. e V. O'Donnell. 2010 [2006]. *Propaganda and Persuasion*. Los Angeles, Londres, Nova Deli, Singapore, Washington DC: Sage.
- George, E. s.d. *Goa's Awakening*. Pangim: Pfulla Press.
- George, E. 1961. *The Goa Case*. Goa: National Campaign Committee.
- Gil, J. 1995. *A Retórica da Invisibilidade*. Lisboa:, Relógio d'Água.
- Girard, R. 1977. *Violence and the Sacred*. Baltimore, Md e Londres: Johns Hopkins University Press.
- Gittlin, T. 1980. *The Whole World is Watching. Mass Media in the Making and Unmaking of the New Left*. Berkeley: University of California Press.
- Gomes, J. C. 2006. *Os Militares e a Censura: A Censura à Imprensa na Ditadura Militar e Estado Novo 1926 1945*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Gonçalves, J. J. 1961. *Técnicas de Propaganda: Elites, Estados e outros Estudos*. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar.
- Gonçalves, T. 2005. «A abordagem do enquadramento nos estudos do jornalismo». *Caleidoscópio - Territórios do Jornalismo*, 5/6. ed. M. Mesquita, Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 157-167.
- Godinho, J. 2017. «O espetáculo do sigilo: as imagens, a PIDE e o Tarrafal». In *Salazar, o Estado Novo e os Media*. org. J. L. Garcia, T. Alves e Y. Léonard, 149-172. Lisboa: Edições 70.
- Goffman, E. 1976. *Frame Analysis: an essay on the organization of experience*. Cambridge: Harvard University Press.
- Goffman, E. 1993 [1956]. *A apresentação do eu na vida de todos os dias*, Lisboa, Relógio d'Água.
- Golan, G. e W. Wanta. 2001. «Second-level agenda setting in the New Hampshire primary: A comparison of coverage in three newspapers and public perceptions of candidates». *Journalism and Mass Communication Quarterly*. 78: 247–259.
- Gray, C. 2008. *International Law and the Use of Force*. Oxford: Oxford University Press.
- Greenslade, R. 2003. «Suez: the explosion of a media myth». In *Press Gang, How Newspapers Make Profits from Propaganda*, Londres, Basingstoke e Oxford: Macmillan, 130-137.
- Grievesson, L e C. MacCabe. 2011. *Film and the End of Empire*. Londres: Palgrave Macmillan.

- Grossi, G. 1985. «Professionalità giornalistica e costruzione sociale della realtà». *Problema dell'Informazione*, 1: 71-86.
- Guerreiro, A. 2017. «As vítimas dos incêndios e da televisão». *Público*, 19-06-2017.
- Guillauma, Y. 1990. *La Presse en France*. Paris: La Découverte.
- Gupta, Rakesh. 2007. *Use of Metaphors by Jawaharlar Nehru*. Gurgaiz: Shubhi Publications.
- Habermas, J. 1990 [1929]. *O Discurso Filosófico da Modernidade*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Hall, S. 1980. «Encoding/decoding». In *Culture, Media, Language*. ed. S. Hall, D. Hobson, A. Loew, e P. Willis, Londres: Hutchinson, 197-16.
- Hall, S., D. Hobson, A. Loew e P. Willis. 1980. *Culture, Media, Language*, Londres: Hutchinson.
- Hallin, D. C. 2013. «Visual turn, War PR and the Changing Relationships between Politics, Media and the Public Sphere». In *Selling War – The Role of the Mass Media in Hostile Conflicts – from World War I to the War on Terror*. ed. J. Seethaler, M. Karmasin, G. Melischek, R. Wohlert, Bristol e Chicago: Intellect, 95-106.
- Hallin, D. C e P. Mancini. 2010 [2004]. *Sistema de Media: Estudo Comparativo. Três Métodos de Comunicação e Política*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Hamelink, C. J. 2016 (2011). *Media and Conflict – Escalating evil*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Hammond, R. J. 1966. *Portugal and Africa: 1815-1910: A Study in Uneconomic Imperialism*. Stanford: Stanford University.
- Hart-Davis, D. 1990. *The House the Berrys Built, inside the Telegraph 1928–1986*. Londres: Hodder and Stoughton.
- Haupt, Heinz-Gerhard e J. Kocka. 2004. «Comparative History: Methods, Aims, Problems». In *Comparison and History: Europe in Cross-national Perspective*. ed. D. Cohen e M. O'Connor, Nova Iorque e Londres: Routledge, 23-40.
- Heath, T. L. e H. Dan O'Hair. 2008. «Terrorism: From the eyes of the beholder». In *Terrorism, Communication and Rethorical Perspectives*. eds. H. Dan O'Hair, Robert L. Heath, Kevin J. Ayotte e Gerald R. Leadlow, Cresskill: Hampton Press Inc., 17-42.
- Henn, A. 2014. *Hindu-Catholic encounters in Goa – Religion, Colonialism and Modernity*. Indiana: Indiana University Press Bloomington & Indianapolis.
- Heinich, N. 2012. *De la Visibilité: Excellence et Singularité en Régime Médiatique*. Paris, Gallimard.
- Heren, L. 1992. «The post-war press in Britain». In *The Encyclopedia of the British Press – 1422-1992*. ed. Dennis Griffiths, Londres: Palgrave Macmillan, 56-66.
- Herman E.S e N. Chomsky. 1988. *Manufacturing Consent: The Political Economy of the Mass Media*. Nova Iorque: Pantheon.
- Hewer, C. e W. Taylor. 2007. «Deconstructing terrorism: Politics, Language and Social Representation». In *Just War – Psychology and Terrorism*. ed. R. Roberts, Ross-on-Wye: PCCS Books, 199-212.
- Higgins, R. 1963. *The Development of International Law Through the Political Organs of the United Nations*. Oxford: Oxford University Press.
- Hobson, J. A. 1901. *The Psychology of Jingoism*. London: G. Richards.

- Hodjes, A. e C. Nilep. 2007. «Introduction». In *Discourse, War and Terrorism*. ed. A. Hodjes e C. Nilep, Amsterdão e Philadelphia: Benjamins Publishing Company, 1-17
- Hohlfeldt, A. 2011. «Imprensa jornalística das colónias de expressão portuguesa: visão de conjunto». *Lusofonia e Interculturalidade*, 12 (2): 355-374.
- Hoijer B. 2003. *The Discourse of Global Compassion and the Media*. *Nordicom Review*, 2 (24): 19–29.
- Howe, S. 2008. «Empire and Ideology». *The British Empire – Themes and Perspectives*. ed. S. Stockwell, Oxford, Malden e Victoria: Blackwell Publishing, 157-176.
- Hughes, H. S. 1968. *The Obstructed Path*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Hummel, W. e K. Huntress. 1949. *Analysis of Propaganda*. Nova Iorque: William Sloane.
- Hyam, R. 2010. *Understanding the British Empire*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Iggers, G. 1975. *New Directions in European Historiography*. Middletown: Conn.
- Ingram, E. 2001. *The British Empire as a World Power*. Londres e Portland: Frank Cass.
- Innis, H. A. 1999 [1951]. *The Bias of Communication*. Toronto: University of Toronto Press.
- Innis, H. A. 1972 [1950]. *Empire and Communications*. Toronto e Buffalo: University of Toronto Press.
- Israel, Milton. 1994. *Communications and Power – Propaganda and the Press in the Indian nationalist struggle*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Jackall, R. 1995. *Propaganda*. Nova Iorque: New York University Press.
- Jackson, A. 2010. *Distant Drums – The Role of Colonies in British Imperial Warfare*. Brighton, Portland e Toronto: Sussex Academic Press.
- Jackson, R. 2005. *Writing the War on Terrorism: Language, Politics and Counter-Terrorism*. Manchester: Manchester University Press.
- Jackson, R, E. Murphy e S. Poynting. 2010. *Contemporary State Terrorism: Theory and Practice*. Londres: Routledge.
- Jaffrelot, C. (dir.). 1993. *Les Nationalistes Hindous: Idéologie, Implantation et Mobilisation des Années 1920 aux Années 1990*. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques.
- Jain, B. M. 1984. «The Kennedy administration's policy towards colonialism: a case study of Goa, 1961, in the indian context», *The Indian Journal of American Studies*, 14 (2): 145-154.
- Janeiro, H. P. 1989. «A imagem de Salazar nos Cartazes de Propaganda Política Oficial (1933-1949)», *Vértice. Salazar e os Fascismos*, II Série, 13: 63-69.
- Janeiro, H P. e I. A. e Silva. 1988. *Cartazes de Propaganda Política do Estado Novo (1933-1949)*. Lisboa: Ed. Biblioteca Nacional.
- Jeanneney, Jean-Noel e J. Julliard. 1979. *Le Monde de Beuve Méry ou le Métier d'Alceste*. Paris: Seuil.
- Jerónimo, M B e A. C. Pinto. 2015. «A modernizing Empire? Politics, Culture and Economy in Portuguese Late Colonialism». In *The Ends of European Colonial Empires – Cases and Comparisons*. M. B Jerónimo e A C Pinto (eds). Basingstoke e Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 51-80.
- Jerónimo, M. B. e J. P. Monteiro. 2015a. *Os passados do presente. Internacionalismo, Imperialismo e a Construção do Mundo Contemporâneo*. Coimbra: Almedina.
- Jerónimo, M. B. e J. P. Monteiro. 2015b. “Os passados por desvelar: as imbricações do internacional e do imperial na construção do presente”. In *Os passados do presente*.

- Internacionalismo, Imperialismo e a Construção do Mundo Contemporâneo*. M.B.Jerónimo e J.P.Monteiro (org.) Coimbra: Almedina, 5-21
- Jerónimo, M B. e A. C. Pinto. 2014. «As dimensões *internacionais* e o fim do império colonial português. Temas, problemas e perspetivas». In *Portugal e o fim do colonialismo. Dimensões Internacionais*. org. M. Jerónimo e A. C. Pinto, Lisboa: Edições 70, 9-14.
- Jerónimo, M. B. e J. P. Monteiro. 2014. «O Império do Trabalho. Portugal, as dinâmicas do internacionalismo e dos mundos coloniais». In *Portugal e o fim do colonialismo. Dimensões Internacionais*. org. M. B. Jerónimo e A. C. Pinto, Lisboa: Edições 70, 15-54.
- Jerónimo, M. B. e J. P. Monteiro. 2013. «'Das dificuldades de levar o indígena a trabalhar': o 'sistema' de trabalho nativo no Império Colonial Português». IN *O Império Colonial em Questão*. ed. M. B. Jerónimo, Lisboa: Edições 70, 159-196.
- Jerónimo, M B. 2009. *Livros Brancos, Almas Negras – A “Missão Civilizadora” do Colonialismo Português (c. 1870-1930)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Jervis, R. 1976. *Perceptions and Misperception in International Politics*. Princeton: Princeton University Press.
- Joll, J. 1970 [1964]. «Terrorismo e propaganda pela acção». *Anarquistas e Anarquismo*, Lisboa: Dom Quixote, 135-172.
- Johnson, R. 2005. *A Region in Turmoil*. Londres e Nova Iorque : Reaktion.
- Junger, E. 1990 [1930]. *L'état universel et la mobilisation total*. Paris: Gallimard.
- Kantorowicz, E. 1998. *Os Dois Corpos do Rei*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Katz, E. 1980. «Media events: A sense of occasion», *Studies in Visual Anthropology*, 6: 84-89.
- Kaul, C. 2003. *Reporting the Raj, The British Press and India, c. 1880-1922*. Manchester: Manchester University Press.
- Kaul, C. 2013 [2006]. «Introduction». In *Media and the British Empire*. Basingstone: Palgrave Macmillan, 1-19.
- Kaul, C. 2014. *Communications, Media and the Imperial Experience – Britain and India in the Twentieth Century*, Basingstone: Palgrave Macmillan.
- Kesse, A. 2013. «Bloqueios no sistema: elites africanas, o fenómeno do trabalho forçado e os limites de integração no Estado». In *O Império Colonial em Questão (Sécs. XIX-XX). Poderes, Saberes e Instituições*. ed. M. B. Jerónimo, Lisboa: Edições 70, 223-250.
- Keese, A. 2004. «Dos abusos às revoltas? Trabalho forçado, reformas portuguesas, política 'tradicional' e religião na Baixa de Cassange e no distrito do Congo (Angola) 1957-1961», *Africana Studia*, 7: 247-276.
- Kerbrat-Orecchioni, C. 1990. *Les Interactions Verbales*. Paris : Colin.
- Khilnani, S. 1998. *The Idea of India*, (s.l): Penguin Books India.
- Kiousis S. 2005. «Compelling arguments and attitude strength: Exploring the impact of second-level agenda setting on public opinion of presidential candidate images», *Press/Politics* 10: 3–27.
- Koselleck, R. 1990. *Le Futur Passé*. Paris: EHESS.
- Koss, S.. 1981. *The Rise and Fall of the Political Press in Britain, vol 2. The Twentieth Century*. Virginia: University of North Carolina Press.
- Kracauer, S. 1995. *History. The Last Things before the Last*. Nova Iorque, Oxford: UP.
- Lança, I. B. 2005. «A constituição do sentido do acontecimento na experiência pública». *Trajectos – Revista de Comunicação, Cultura e Educação* 6. Lisboa: Casa das Letras: 85-95.

- Lasswell, H. 1927. *Propaganda Technique in the First World War*. Nova Iorque: Alfred Knopf.
- Lawson, A. e C. Tiffin. 1994. (eds) «Introduction». In *Describing Empire: Post-Colonialism and Textuality*. Londres: Routledge, 1-14.
- Lazzarich, D. 2013. «Discourses of War». In *Selling war – The Role of the Mass Media in Hostile Conflicts – from World War I to the War on Terror*. ed. J. S, M. Karmasin, G Melischek e R. Wohlert, Bristol e Chicago: Intellect, 39-56.
- Le Bon, G. 1995 [1895]. *La Psychologie des Foules*. Paris: PUF & Quadrige.
- Lee, J.M. e M Petter. 1982. *The Colonial Office, War, and Development Policy, Organisation and Planning of a Metropolitan Initiative, 1939-1945*. Institute of Commonwealth Studies, Maurice Temple Smith.
- Lee, A.M e Lee, E.B. 1979 [1939]. *The Fine Art of Propaganda*. São Francisco: International Society for General Semantics.
- Lemos, M. M e. 2003. «Goa, o princípio do fim do império». *Estudos do Século XX*, 3: 271-287.
- Lemos, M M e. 2006. *Jornais Diários Portugueses do Século XX: Um Dicionário*. Coimbra: Ariadne, CEIC20.
- Lemos, V. 1977. *Duas Crises: 1961 e 1974*. Lisboa: Edições Cosmos.
- Léonard, Y. 1999. «O Império Colonial Salazarista». In *História da Expansão Portuguesa* vol. V. eds. F. Bethencourt e K. Chaudhuri, Lisboa: Círculo de Leitores, 10-30.
- Léonard, Y. 2014. «Salazar, ou le Portugal éternel». *Histoire – Portugal, L’Empire Oublié*. 63: 60-65.
- Léonard, Y. 2017. «Salazar visto de fora: ‘Viver habitualmente?’». In *Salazar, O Estado Novo e os Media*. org. J. L. Garcia, T. Alves e Y Léonard, Lisboa: Edições 70, 173-200.
- Lewis, J. e P. Murphy. 2006. «‘The Old Pals’ Protection Society’? The Colonial Office and the British Press on the Eve of Decolonisation». In *Media and the British Empire*. ed. Chandrika Kaul, Basingstoke, Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 55-69.
- Lima, A. C. de. 1997. *O Fim dos Séculos – Goa, Damão e Diu*. Venda Nova: Bertrand Editora.
- Lippman, W. 1998 (1922). *Public Opinion*. New Brunswick e Londres: Transaction Publishers.
- Lochard, G. 2006. «Vertiges et vertu du comparativisme international dans les études événementielles». *Hermes – Evenements Mondiaux, Regards Nationaux*, 46. dir. J. Arquembourg, G Lochard e A. Merceire: 37-46.
- Lopes, F. 2014. “A questão de Goa através da imprensa: a visão da oposição (1950-1961)”. In *Encontro Europa Oriente, Oriente Europa. Perspetivas coloniais dos séculos XIX e XX*. M. F. Rollo, C. Reis e A. C. Rodriguez (coord). IHC: 2014.
- Lopes, N. 1975. *Visado pelo Censura*. Lisboa: Aster.
- Lopes, N. 1979. *Perfil do Jjornalista Joaquim Manso, no Primeiro Centenário do seu Nascimento*. Braga: Barbosa & Xavier.
- Lopez-Escobar E., M. McCombs e F.R. Lennon. 1998. «Two levels of agenda setting among advertising and news in the 1995 Spanish elections», *Political Communication*, 15: 225–238.
- Lourenço, E. 2014. *Do Colonialismo como nosso Impensado*. Lisboa: Gradiva.
- Lucena, M. 2015. *Os Lugar-Tenentes de Salazar, Biografias*. Lisboa: Alêtheia.
- Lucena, M. 1976. *A Evolução do Sistema Corporativo Português I – O Salazarismo*. Lisboa: Perspetivas e Realidades.
- Lumley, F. 1933. *The Propaganda Menace*, Nova Iorque e Londres: The Century Co.

- MacKenzie, J.M. 2016. *The New Journalism, The New Imperialism and the Fiction of Empire, 1870-1900*. [s.l]: Routledge.
- MacKenzie, J. M. 1984. *Propaganda and Empire. The Manipulation of British Public Opinion*. Manchester: Manchester University Press.
- Malley-Morrison, K, S. McCarthy e D. Hines (eds). 2013. *International Handbook of War, Torture and Terrorism*. Nova Iorque, Heidelberg, Dordrecht, Londres: Springer.
- Manta, L. H. A. 1976. *A Frente Popular Antifascista em Portugal*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- Mann, M. 2004. *Fascists*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Manela, E. 2008. *The Wilsonian Moment. Self-Determination and the International Origins of Anticolonial Nationalism*. Oxford: Oxford University Press.
- Marcos, D.S. 2007. *Salazar e de Gaulle: a França e a Questão Colonial Portuguesa (1958-1968)*. Lisboa: Coleção Biblioteca Diplomática do MNE.
- Marcum, J. 1969. *The Angolan Revolution, vol. I (1950-1962)*. Baltimore: MIT Press.
- Margolis, E.S. 2001. *War at the Top of the world. The Struggle for Afghanistan, Kashmir, and Tibet*. Nova Iorque: Routledge.
- Marlin, R. 2002. *Propaganda – and the Ethics of Persuasion*. Ontario; Ormskirk: Broadview Press.
- Martinho, T. D. [2017]. «Amílcar Cabral, The PAIGC and the Media: The Struggle in Words, Sounds and Images». In *Media and the Portuguese Empire*. org. J. L Garcia, C Kaul, F Subtil e A. Santos, Londres: Palgrave Macmillan, 291-307.
- Martins, F. 1997. «A política externa do Estado Novo, o ultramar e a ONU: uma doutrina histórica-jurídica (1955-1968)», *Penélope*, 18: 189-206.
- Martins, H. 1998 [1968]. «O Estado Novo». In *Classe, Status e Poder*. H. Martins, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 28-44.
- Martins, H. 2018. *Reflexões sobre as Mudanças de Regime em Portugal no Século XX. Um Estudo Transcricional e Transnacional*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Mascarenhas, L. 1921. *History of the Freedom Movement in Goa*. Second International Seminar on Indo-Portuguese History, Nova Deli: Promile & C. Publishers.
- Massis, H. 1961. «Préface». In *Salazar Face a Face*. Paris: La Palatine.
- Mateus, D. C. e A. Mateus. 2011. *Angola 61, Guerra Colonial: Causas e consequências*. Lisboa: Texto Editores.
- Mattelart, A. e M. Mattelart. 1997 [1995]. *História das Teorias da Comunicação*. Porto: Campo das Letras.
- Mattelart, A. 2000. *História da Utopia Planetária. Da Cidade Profética à Sociedade Global*. Lisboa: Editorial Bizâncio.
- Mattoso, J. 1998. *História de Portugal. O Estado Novo*. vol. VII. Lisboa: Estampa.
- Matusitz, J. 2013. *Terrorism and Communication. A Critical Introduction*. Los Angeles, Londres, Nova Deli, Singapura, Washington: Sage.
- Mazower, M. 2009. *No Enchanted Palace: The End of Empire and the Ideological Origins of the United Nations*. Princeton: Princeton University Press.
- McCombs, M e D. L. Shaw. 1972. «The Agenda-Setting Function of Mass Media», *The Public Opinion Quarterly* 36: 176-187.
- McCombs, M W. e D. Shaw. 1993. «The Evolution of Agenda-Setting. Research: Twenty-Five Years in the Marketplace of Ideas», *Journal of Communication*, 43 (2): 58-67.

- McCombs M. Evatt D. 1995. «Issues and attributes: Exploring a new dimension in agenda setting». *Communication Sociedad*, 8: 7–32.
- McCombs M. 1997. «New frontiers in agenda-setting: Agendas of attributes and frames». Paper apresentado na convenção anual da Association for Education in Journalism and Mass Communication, Chicago, IL.
- McCombs, M. 2004. *Setting the Agenda: The Mass Media and Public Opinion*. Cambridge: Polity Press.
- McCombs, M. 2005. «A look at agenda-setting: Past, present and future», *Journalism Studies* 6: 543–557.
- McDonald, I. 1984. *The History of The Times, Struggles in War and Peace 1939-1966* vol. V. Londres: Times Books.
- McDougall, J. 2005. «Savage wars? Codes of violence in Algeria, 1830s–1990s», *Third World Quarterly*, 26 (1): 117-131.
- McGarr, P. M. 2013. *The Cold War in South Asia, Britain, the US and the Indian Subcontinent, 1945-1965*. Cambridge, Nova Iorque: Cambridge University Press.
- McKie, D. e D. Munshi. 2008. «Rhetorical Control Rooms: Postmodern, Poststructural and Postcolonial worlds». In *Terrorism, Communication and Rethorical Perspectives*. eds. H. Dan O’Hair, Robert L. Heath, Kevin J. Ayotte e Gerald R. Leadlow, Cresskill: Hampton Press, Inc., 131-146.
- McMahon, R. J. 1989. «Choosing sides in South Asia». In *Kennedy quest for victory: American Foreign Policy, 1961-1963*. ed. T. G. Paterson, Nova Iorque, Oxford: University Press, 198-222.
- McNair, B. 1999. *An Introduction to Political Communication*. Londres: Routledge.
- McNair, B. 2007. «Reform and Reestructuring in the Soviet media: before and after the August 1991 coup». In *The Media and conflicts in Central Africa*. Marie-Soleil Frère. Londres : Lynne Rienner Publishers, 53-72.
- McQuail, D. 1994 [1983]. *Mass Communication Theory. An Introduction*. Londres, Thousand Oaks e Nova Deli: Sage Publications.
- Melo, D. 1996. «O Assalto ao “Santa Maria”». In *Dicionário de História do Estado Novo*. dir. F. Rosas, Lisboa: Círculo de Leitores, 67-69.
- Merari, A. 1993. «Terrorism as a strategy of insurgence». *Terrorism and Political Violence*, 5 (4): 213-251.
- Messiant, C. 2006. *1961. L’Angola colonial, histoire et société, Les prémisses du mouvement nationaliste*, Bâle, P.Schlettewein Publishing.
- Meyer, M. 1994. «As bases da retórica». In *Retórica e Comunicação*. dir. M. M. Carrilho, Porto: Edições Asa, 31-70.
- Miller, A. H. 1982. *Terrorism, the Media and the Law*. Nova Iorque: Transnational Publishers.
- Miller, C. H., J. Matusitz, H. Dan O’Hair e J. Eckstein. 2008. «The Complexity of Terrorism: Groups, Semiotics and the Media». In *Terrorism, Communication and Rethorical Perspectives*. eds. H. Dan O’Hair, R. L. Heath, K. J. Ayotte e G R. Leadlow, Cresskill: Hampton Press Inc., 43-66.
- Moço, D. M S Roque. 2012. «*Prisioneiros na Índia, 1961-1962*». Dissertação de Mestrado em História Contemporânea. Lisboa: Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.



- Monteiro, J. P. 2015. «“Um exemplo demasiado raro”: a Organização Internacional do Trabalho, a questão imperial e o trabalho forçado (1961-1963)». In *Os passados do presente. Internacionalismo, Imperialismo e a Construção do Mundo Contemporâneo*. M.B. Jerónimo e J. P. Monteiro (org). Coimbra: Almedina, 349-374.
- Monteiro, J. P. 2012. «Portugal, a Organização Internacional do Trabalho e o problema do trabalho nativo: a queixa do Estado do Gana». Dissertação mestrado em Ciências Política e Relações Internacionais. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.
- Monteiro, P F. 2010. *Drama e Comunicação*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Morais, C. A de. 1995. *A Queda da Índia Portuguesa - Crónica da Invasão e do Cativo*. Lisboa: Estampa.
- Mortágua, C. 2009. *Andanças para a Liberdade 1934-1961* vol. I e II. Lisboa: Esfera do Caos.
- Mota, F T da. 2011. *Henrique Galvão: Um Herói Português*. Lisboa: Oficina do Livro.
- Murdock, G e P. Golding. 1978. «The Structure, ownership and control of the press, 1914-1976». In *Newspaper History, from the Seventeenth Century to the Present Day*. eds. G. Boyce, J. Curran, P. Wingate. Londres: Sage Publications.
- Murphy, P. 2006. «'Government by blackmail': The origins of the Central African Federation reconsidered». IN *British Empire in the 1950s. Retreat or revival?* ed. Martin Lynn, Basingstoke, Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 53-76.
- Nacos, B. L. 2007. «Mass Mediated Terrorism in the New World (dis)order». In *Terrorism, Media, Liberation*. ed. J. D. Slocum, New Brunswick, New Jersey e Londres: Rutgers University Press, 185-208.
- Nascimento, A. 2015. «A Voz de S. Tomé: romper com a modorra vincando o cinzentismo? (1947-1974)». *Estudos Ibero-Americanos*, 41 (1): 58-78.
- Nawani, A. 2006. *Writings on Nehru – Some Reflexions on India Thoughts and Relates Essays*. Nova Deli: Northern Book Center.
- Nelson, R. A. 1996. *A Chronology and Glossary of Propaganda in the United States*. Westport, CT .
- Noelle-Neumann, E. 1993 [1984]. *The Spiral of Silence: Public Opinion. Our Social Skin*. Londres e Chicago: The University of Chicago Press.
- Norris, P. 1997. «News of the world». In *Politics and the Press – The News Media and their influences*. ed. Pippa Norris, Londres: Lynne Rienner Publishers, 275-290.
- Norris, P., M.e Kern e M. Just. eds. 2003. *Framing Terrorism: The News Media, Government and the Public*. Nova Iorque: Routledge.
- Nunes, A 1995. «O regime salazarista nos anos sessenta visto pelo jornal *Le Monde*». *Revista de História das Ideias*, 17, 481-511.
- O'Brien, C.C. 1983. «Terrorism under democratic conditions: The case of the IRA». In *Terrorism, Legitimacy and Power: The Consequences of Political Violence*. ed. M. Crenshaw, Middletown, Conn: Wesleyan University Press, 91-104.
- Oliveira, P. A. 2015. «Uma descolonização fora de horas (1961-1975)». In *História da Expansão e do Império Português*. ed. J. P. O. e Costa, J. D Rodrigues, P. A. de Oliveira, Lisboa: Esfera dos Livros, 510-545.

- Oliveira, P.A. 2014. «Vive e Deixa Viver: A Grã-Bretanha e o Fim do Império Português (1945-1975)». In *Portugal e o Fim do Colonialismo. Dimensões Internacionais*. org. M. B. Jerónimo e A. C. Pinto, Lisboa: Edições 70, 83-110.
- Oliveira, P. A. 2007. *Os Despojos da Aliança – a Grã-Bretanha e a Questão Colonial Portuguesa 1945-1975*. Lisboa: Tinta da China.
- Oliveira, J. M. P. de 1988. «Formas de ‘Censura Oculta’ na imprensa escrita em Portugal no pós-25 de Abril (1974-1987)». Tese Doutoramento. Lisboa: ISCTE.
- Ortega y Gasset, J. 1930. *A Rebelião das Massas*. Lisboa: Relógio d'Água.
- Pacheco, C. 1997. *MPLA – Um Nascimento Polémico*. Lisboa: Veja.
- Pacheco, C. 2000. *Repensar Angola*. Lisboa: Veja.
- Palir, D.K. 1991. *War in High Himalaya: The Indian Army in Crisis, 1962*. Londres: Hurst.
- Park, R. E. 1972 [1904]. *The Crowd and the Public and other Essays*. Chicago e Londres: The University of Chicago Press.
- Park, R E. 1915. «The City: Suggestions for the Investigation of Human Behavior in the City Environment», *American Journal of Sociology*, 20 (5): 577-612.
- Paulo, H 2009. «O exílio português no Brasil: Os ‘Budás’ e a oposição antissalazarista». In *Portuguese Migrations in Comparison: Historical Patterns and Transnational Communities. Portuguese Studies Review* 14 (2). Peterborough, Ontário: 33-50.
- Paulo, H. 2011. «1961: o assalto ao Santa Maria e o desmoronar do regime salazarista em Portugal», *História Revista*, 16 (1): 53-80.
- Pearson, M 1987. *The Portuguese in India*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Pedersen, S. 2015. *The Guardians. The League of Nations and the Crisis of Empire*. Oxford: Oxford University Press.
- Pélissier, R. 1979. *Le Naufrage des Caravelles: Études sur la Ffin de l'Empire Portugais, 1961-1975*. Paris: Editions Pélissier.
- Pélissier, R. 1978. *La Colonie du Minotaure. Nationalismes et Revoltes en Angola (1926-1961)*. Orgeval: Pélissier.
- Pereira, R. 1989. “A questão colonial na Etnologia Ultramarina”. *Antropologia Portuguesa* 7: 61-78.
- Peres, L e M. S. de Andrade. 2009. *Henrique Galvão, 1895-1970: Aspects of an Euro-african Crusade 1895-1970*. University of South Africa.
- Peters, J. D. 2001. «Witnessing», *Media, Culture and Society*, 23 (6): 707-724.
- Peters, J. D. 2001. «Mass communication, Narrative frameworks». In *International Encyclopedia of the Social and Behavioral Sciences*. eds. N. J. Smelser e P B. Baltes, Oxford: Pergamon, 9328-9334.
- Peters, J. D. 2006. «La pitié, la terreur, et l'énigme de l'assassin vertueux». *La Terreur Spectacle: Terrorisme et Télévision*. ed. D. Dayan, Paris: Éditions Boeck, 247-260.
- Peters, J. D. 2008. «History as a Communication Problem». In *Explorations in Communication and History*. ed. B. Zelizer, Londres: Sage, 19-34.
- Petrusewicz, M. 2004. «The modernization of the European Periphery; Ireland, Poland and the Two Sicilies, 1820-1870; Parallel and connected, distinct and comparable». In *Comparison and History: Europe in Cross-national Perspective*. ed. D. Cohen e M. O'Connor, Nova Iorque e Londres: Routledge, 145-164.

- Philonenko, A. 2003 [1973]. *Essai sur la Philosophie de la Guerre*. Paris: Vrin.
- Piçarra, M. C. 2010. «Portugal olhado pelo cinema como centro imaginário de um império». *Anuário Internacional da Comunicação Lusófona. Memória Social e Dinâmica Lusófona*, ed. M. L. Martins e R. Cabecinhas, Coimbra: CECS/Grácio Editor, 77-96.
- Piçarra, M. do C. 2013. *Angola, o Nascimento de uma Nação. O Cinema do Império*. Lisboa: Guerra & Paz.
- Piçarra, M. do C. 2014. «Cinema Império: contributos para uma genealogia da imagem colonial». In *O Império da Visão, Fotografia no Contexto Colonial Português (1860-1960)*. org. F. L. Vicente, Lisboa: Edições 70, 365 - 382.
- Pimenta, F. T. 2005. *Branços de Angola – Autonomismo e Nacionalismo (1900-1961)*. Coimbra: Minerva.
- Pinto, A. C. 1994. *Os Camisas Azuis: Ideologias, Elites e Movimentos Fascistas em Portugal, 1914-1945*. Lisboa: Estampa.
- Pinto, A. C. 2001. *O Fim do Império Português: a Cena Internacional, a Guerra Colonial, e a Descolonização, 1961-1975*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Pitcher, M. A. 1993. *Politics in the Portuguese Empire: The State, Industry, and Cotton, 1926-1974*. Oxford: Clarenton Press.
- Pizarroso Quintero, A. 1990. *Historia de la Propaganda. Notas para un Estudio de la Propaganda Política y de la Guerra*. Madrid: EUEDEMA.
- Polany, K. 1935. «The essence of fascism». In *Christianity and the Social Revolution*. ed. J. Lweis, K. Polanyi e D. K.Kitchin, Londres: Gollancz, 359-394.
- Ponsonby, A. 1928. *Falsehood in War-Time – Containing an Assortment of Lies Circulated throughout the Nations during the Great War*. Londres: George Allen and Unwim Ltd.
- Potter, S. J. 2003. *News and the British World – The Emergence of an Imperial Press System, 1876-1922*. Oxford: Clarendon Press.
- Poulet, B. 2003. *Le Pouvoir du Monde. Quand un Journal Veut Changer la France*. Paris: Éditions La Découverte.
- Pratkanis, A.R. e Aronson, E. 1994. *La Era de la Propaganda. Uso y Abuso de la Persuasión*. Barcelona: Paidós.
- Príncipe, C. 1994 [1979]. *Os Segredos da Censura*. Lisboa: Caminho.
- Proença, J T. 2014. «Introdução a *Propaganda pela acção* (1877) de Paul Brousse». *Comunicação Pública* 9 (15). [online] [<http://cp.revues.org/709>]
- Qualter, T.H. 1962. *Propaganda and Psychological Warfare*. Nova Iorque : Random House.
- Quéré, L. 2005. «Entre fait et sens: la dualité de l'événement», *Trajectos*, 6. Lisboa: Casa das Letras: 59-76.
- Raby, D. L., 1995. «O DRIL (1959-61). Experiência única na oposição ao Estado Novo», *Penélope*, 16: 63-86.
- Raby, D. L., 1990. *A Resistência Antifascista em Portugal (1941-1974)*. [s.l.]: Edições Salamandra.
- Rajkumar, N.V. 1952. *The Background of India's Foreign Policy*. Deli: Indian National Congress.
- Ramos, A. (2017). «Photography and the propaganda in the fall of the Portuguese empire: Volkmar Wentzel's assignments for *National Geographic Magazine*. In *Media and Portuguese Empire. Media and Portuguese Empire*. org. J. L. Garcia, C Kaul, F Subtil e A Santos, Londres: Palgrave Macmillan, 253-274.

- Ramos, A. 2014. «Angola 1961, o horror das imagens». In *O Império da Visão, Fotografia no contexto colonial português (1860-1960)*. org. F. L. Vicente, Lisboa, Edições 70, 399-435.
- Rao, R. P. 1963. *Portuguese Rule in Goa*. Bombaim: Asia Publishing House.
- Rebelo, J. 2011. *Ser Jornalista em Portugal. Perfis Sociológicos*. Lisboa: Gradiva.
- Rebelo, J. 2000. *O Discurso no Jornal. O Como e o Porquê*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Rebelo, J. 1998. *Formas de Legitimação do Poder no Salazarismo*, Lisboa: Livros e Leituras.
- Rego, V. C. 1999. *Os dias de Amanhã*. Lisboa: Contexto.
- Rémy [Gilbert Renault]. 1955. *Goa. Rome de l'Orient*. Paris : Éditions France-Empire.
- Ribeiro, N. 2005. *A Emissora Nacional nos Primeiros Anos do Estado Novo (1933-1945)*. Lisboa: Quimera.
- Ribeiro, N. 2014. *Salazar e a BBC na II Guerra Mundial: Informação e Propaganda*. Coimbra: Almedina.
- Ribeiro, N. (2017) «Colonization through broadcasting. Radio Clube de Moçambique and the promotion of Portuguese colonial policy, 1932-1964». In *Media and Portuguese Empire*. org. J. L. Garcia, C. Kaul, F. Subtil e A. Santos, Londres: Palgrave Macmillan, 179-195.
- Ribeiro, O. 1999. *Goa em 1956, Relatório ao Governo*. Lisboa: Comissão nacional dos Descobrimentos.
- Ribeiro, V. 2017. «A informação da Arcada e o processo de indução noticiosa preconizado por António Ferro». In *Salazar, O Estado Novo e os Media*. org. J L Garcia, T. Alves e Y Léonard, Lisboa: Edições 70, 25-48.
- Ricoeur, P. 2013 (1976). *Teoria da Interpretação. O Discurso e o Excesso de Significação*. Lisboa: Edições 70.
- Rieffel, R. 1991. «Les relations des journalistes et du pouvoir dans la presse écrite et audiovisuelle nationale de 1960 à 1985». IN *Histoire et médias. Journalisme et Journalistes Français 1950-1990*. Paris: Bibliothèque Albin Michel des idées, 251-265.
- Rieffel, R. 1993. *La Tribu des Clercs. Les Intellectuels sous la V République*. Paris: Calmann-Lévy, CNRS Éditions.
- Riesman, D., N. Glazer e R. Denney. 1969 [1950]. *The Lonely Crowd. A Study of the Changing American Character*. Londres e New Haven: Yale University Press.
- Rioux, J.- P. 1991. «Histoire et Journalisme. Remarques sur une rencontre». In *Histoire et Médias – Journalisme et Journalistes Français 1950-1990*. dir. Marc Martin. Paris: Albin Michel, 192-205.
- Roche, É. 2007. «Le fait divers comme stratégie d'évitement des discours de presse écrite pendant la guerre d'Algérie». *Les Cahiers du Journalisme*, 17: 72-89.
- Rodrigues, A. D. 1993. «O acontecimento». In *Jornalismo, Questões e Estórias*. N. Traquina (org.), Lisboa: Veja, 27-33.
- Rodrigues, L. N. e P. A. Oliveira. 2001. «Os Estados Unidos e a Grã-Bretanha perante a crise do Estado Novo em 1961». *Política Internacional*, 23. Lisboa: 145-216.
- Rodrigues, L. N. 2002. *Salazar-Kennedy: A Crise de uma Aliança*. Lisboa: Notícias.
- Rodrigues, L. N. 2008. «A tentativa de Golpe de Botelho Moniz. Confrontados com o rápido contra-ataque de Salazar e Santos Costa, os conspiradores desistiram». In *Os anos de Salazar, o que se contava e o que se ocultava durante o Estado Novo*, AAVV, Lisboa: Planeta Agostini, 36-4.

- Rodrigues, L. N. 2009. «Azores or Angola? Military Bases and Self-Determination during the Kennedy Administration». In *Military Bases: Historical Perspectives, Contemporary challenges*. L. N. Rodrigues e S. Glebov, Amsterdão: IOS Press, 68-78.
- Rodrigues, L. N. 2013. «Militares e Política: a abrilada de 1961 e a resistência do salazarismo», *Ler História*, 65: 39-56.
- Rodrigues, L. N. 2013. «Militares e Política: a abrilada de 1961 e a resistência do salazarismo». *Ler História* 65: 39-56.
- Rodrigues, L. N. 2015. «The International Dimensions of Portuguese Colonial crisis». In *The Ends of European Colonial Empires: Cases and Comparisons*. eds. M. B. Jerónimo e A. C. Pinto, Londres: Palgrave Macmillan, 243-267.
- Rodrigues, M. U. 2002. *O Tempo e o Espaço em que Vivi*. Porto: Campo das Letras.
- Rodrigues, S. 2011. «Guerra Colonial: Que Jornalismo? Como o jornal *O Século* abordou o início do conflito ultramarino português». Dissertação de mestrado Ciências da Comunicação, variante de Estudo dos Media e do Jornalismo. Lisboa: FCSH-UNL.
- Rodriguez, A. P. 1996. «História do jornalismo português». In *História da Imprensa*, A. Pizarroso Quintero (coord). Lisboa: Planeta, 351-664.
- Rogers, E. 1994. *A History of Communication Study. A Biographical Approach*. Nova Iorque e Toronto: The Free Press.
- Rosas, F. 1990. »O País, o Regime e a Oposição nas Vésperas das Eleições de 1958», *Portugal Contemporâneo*, vol. V. ed. A. Reis, Lisboa: Publicações Alfa, 15–20.
- Rosas, F. 1993. «A segunda crise do regime: o terramoto delgadista (1958-1962)». In *História de Portugal, O Estado Novo (1926-1974)*, vol. VII. dir. J. Mattoso. coord. F. Rosas, Lisboa: Editorial Estampa, 523-539.
- Rosas, F. 1994. «Portugal depois da Guerra: Estado velho, mundo novo (1950-1974)». In *História de Portugal*. dir. J. Mattoso, Lisboa: Círculo de Leitores, 416-563.
- Rosas, F. 1994. *História de Portugal. O Estado Novo (1926-1974)*. J. Mattoso (ed). volume VII., Lisboa, Círculo de Leitores.
- Rosas, F. e J. M. Brandão de Brito. 1996. *Dicionário de História do Estado Novo*. Venda Nova: Bertrand.
- Rosas, F. 1995. «Estado Novo, Império e ideologia imperial». *Revista de História das Ideias*, 17. Coimbra: 19-32.
- Rosas, F. 2012. *Salazar e o Poder*. Lisboa: Tinta da China.
- Rubinoff, A. G. 1971. *India's Use of Force in Goa*, Bombaim: Popular Prakashan.
- Santos, A.A. 2017. *A Organização das Nações Unidas e a Questão colonial portuguesa: 1960-1974*. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional.
- Santos, A.D. 2011. *Nação, Guerra e Utopia em Pepetela (1971-1996)*. Dissertação Doutoramento e Ciências Sociais (Sociologia Geral). Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- Saperas, E. 1992a. *Introducció a les Teories de la Comunicació*. Barcelona: Editorial Pòrtic, SA.
- Saperas, E. 1992b. *La Sociología de la Comunicación de Masas en los Estados Unidos. Una Introduccion Crítica*. Barcelona: PPU.
- Saxena, A. P. 2008. *Nehru, the Spirit of Humanism*. Ane Books India.
- Schaffert, R.W. 1992. *Media Coverage and Political Terrorists. A Qualitative Analysis*. Nova Iorque, Londres: Praeger.

- Scheufele, D. A. 1999. "Framing as a theory of media effects". *Journal of Communication*. 49 (1): 103-122.
- Scheufele, D. A. 2000. «Agenda-setting, priming, and framing revisited: Another look at cognitive effects of political communication». *Mass Communication and Society*, 3: 297–316.
- Scheufele, D. A. e D. Tewksbury. 2007. «Framing, agenda setting, and priming: the evolution of three media effects models», *Journal of Communication*, 57: 9-20.
- Scheufele, D. A. S.H. Kim, J. Shanahan. 2002. «Thank about it this way: Attribute agenda-setting function of the press and the public's evaluation of a local issue». *Journalism and Mass Communication Quarterly*, 79: 1–25
- Schlesinger, P. 1977. «Newsmen and their time machine», *The British Journal of Sociology*, 28 (3): 336-350.
- Schlesinger, P. 1994 (1991). *Media, State and Nation, Political Violence and Collective Identities*, Sage Publications, Londres, Thousand Oaks, New Delhi.
- Schmid, A. P. 2011. *The Routledge Handbook of Terrorism Research*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Schmitter, P. 1999. *Portugal: do Autoritarismo à Democracia*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Schneider, W. H. 1982. *An Empire for the Masses: the French Popular Image of Africa, 1870-1900*. Westport, Conn, Londres: Greenwood.
- Schofield, V. 1996. *Kashmir in the Crossfire*. Londres: I.B. Tauris
- Schopenhauer, A. 1996 [1864]. *El Arte de Tener Razón Expuesto en 38 Estratagemas*, Madrid: Edaf.
- Schutz, A. 1955. «Symbol, Reality and Society». In *Symbols and Society. Fourteenth Symposium of the Science, Philosophy and Religion*. L. Bryson (ed). Michigan: Harper, 135-203.
- Schutz, A. 1967. *The Phenomenology of the Social World*. [s.l.]. Northwestern University Press.
- Scott, D. 1995. «Colonial governmentality», *Social Text*, 43: 191-220.
- Sèbe, B. 2013. *Heroic Imperialism in Africa, The Promotion of British and French colonial Heroes, 1870-1939*. Manchester e Nova Iorque: Manchester University Press.
- Seib, P. 2013. «Delivering War to the Public: Shaping the Public Sphere». In *Selling War – The Role of the Mass Media in Hostile Conflicts – from World War I to the War on Terror*. J. Seethaler, M. Karmasin, G. Melischek, R. Wohler (eds.), Bristol e Chicago; Intellect, 3-14.
- Seib, P. 1997. *Headline Diplomacy: How News Coverage Affects Foreign Policy*. Westport CT: Praeger.
- Seymond-Ure, C. 1991. *The British Press and Broadcasting since 1945*. Oxford: Basil Blackwell.
- Sémelin, J. 2002. "Du massacre au processus génocidaire". *Revue Internationale des Sciences Sociales* 174, pp. 483-492.
- Serra, F. e Cintra Torres. 2017. «A construção da imagem do 'chefe' no *Notícias Ilustrado*». In *Salazar, O Estado Novo e os Media*. org. J. L. Garcia, T. Alves e Y. Léonard, Lisboa: Edições 70, 201-234.
- Sesay, A. 1998. «Africa, non-alignment and the End of the Cold War». In *Africa in the Post-Cold War International System*. orgs. S. Akinrinade, & A. Sesay, Londres e Washington: Pinter.
- Sfez, L (dir.). 1993. *Dictionnaire Critique de la Communication*. Paris: PUF.
- Shaw, M. 2000. «Media and Public Sphere without borders? News Coverage and Power from Kurdistan to Kosovo». *Decision Making in a Glass House. Mass Media, Public Opinion and*

- American and European Foreign Policy in the 21 century*. eds. B. L. Nacos, R. Y. Shapiro e P. Iseria, Lanham (MD): Rowman and Littlefield, 27-46.
- Sheafer T. 2007. «How to evaluate it: The role of story-evaluative tone in agenda setting and priming», *Journal of Communication*, 57: 21–39.
- Shipway, M. 2008. *Decolonization and its Impact*. Malden, MA: Blackwell Pub.
- Silva, A. E. D. 1995. «O litígio entre Portugal e a ONU (1960-1974)», *Análise Social*, XXX (130): 5-50.
- Silva, J. C. 2011. *1961 – O Ano que Mudou Portugal*. Lisboa: Porto Editora.
- Silva, C. N. 2008. *Constitucionalismo e Império: A Cidadania no Ultramar Português*. Coimbra: Almedina.
- Silveira, J. F. 2011. *A Construção do Sistema Informativo em Portugal no século XX – O Sistema de Media Português e a Transição do Autoritarismo para a Democracia*. Lisboa: Edições Colibri, Instituto Politécnico de Lisboa.
- Sizaire, V. 2016. «Quando falar de “terrorismo”?». *Le Monde diplomatique* (edição portuguesa).
- Smith, T. (2009 [1978]) «A comparative study of french and british decolonization». *European Decolonization*. Martin Thomas (ed). Nova Iorque: Routledge.
- Sobel, L.A. 1975. *Political Terrorism*. Nova Iorque: Facts on File.
- Sousa, J. M. M. e L. M. M. Veloso. 1987. *História da Imprensa Periódica Portuguesa. Subsídios para uma Bibliografia*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade.
- Sousa, J.S. 2011. *Amílcar Cabral (1924-1973). Vida e Morte de Um Revolucionário Africano*. Lisboa: Nova Veja.
- Soutomaior, J. 2010 [1978]. *Eu Roubei o Santa Maria. Relato de uma Aventura Real*. Lisboa: Labirinto de Letras.
- Sproule, J. M. 1994. *Channels of Propaganda*. Bloomington, IN: Edinfo.
- Sprout, H. e Margaret Sprout. 1965. *The Ecological Perspective on Human Affairs with Special Reference to International Relations*. Princeton: Princeton University Press.
- Stauver, R. 2013. *Selling war – The Role of the Mass Media in Hostile Conflicts – from World War I to the War on Terror*. Eds. J. Seethaler, M. Karmasin, G. Melischek e R. Wohlert, Bristol e Chicago: Intellect, 19-35.
- Stenvall, M. 2007. «'Fear of terror attack persists': constructing fear in reports on terrorism by international news agencies». In *Discourse, War and Terrorism*. eds. Hodges, A e C. Nilep, Amsterdão e Philadelphia: Benjamins Publishing Company, 205-222.
- Stepanova, E. 2008. *Terrorism in Asymmetrical Conflict: Ideological and Structural Aspects*. Oxford: Oxford University Press.
- Stocchetti, M. 2007. «The politics of fear: a critical inquiry into the role of violence in 21<sup>st</sup> century politics». In *Discourse, War and Terrorism*. eds. Hodges, Adam e Chad Nilep, Amsterdão e Filadelfia: Benjamins Publishing Company, 223-241.
- Stocker, M M. 2011 [2005]. *Xeque-mate a Goa. O Princípio do Fim do Império Português*. Lisboa: Texto Editores.
- Stockwell, S. 2008. «End of Empire». In *The British Empire – Themes and Perspectives*, ed. S Stockwell, Oxford, Malden e Victoria: Blackwell Publishing, 269-293.
- Sturchler, N. 2009. *The threat of force in International Law*. Cambridge: Cambridge University Press.

- Subtil, F. 2006. «A comunicação entre a utopia e a tecnocracia: para uma fundamentação teórica das tecnologias da informação», *Análise Social*, XLI (181): 1075-93.
- Subtil, F. 2011. «Uma concepção cultural da comunicação na teoria social dos media dos EUA: da Escola de Chicago do pensamento social às perspetivas de James Carey». Dissertação Doutoramento e Ciências Sociais (Sociologia Geral). Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- Subtil, F. 2015. «As Guerras Mundiais e as mutações na teoria social da comunicação e dos media», *Revista Famecos: Mídia, Cultura e Tecnologia* 22, (2): 15-38.
- Suster, A. 1997. «Histoire sociale et événement historique. Pour une nouvelle approche». *Annales Sociales* 52 (3): 543-567.
- Taithe, B. e Thornton, T. (eds). 2000. *Propaganda, Political Rhetoric and Identity, 1300-3000*. Oxford, GB: Sutton.
- Takeshita, T. 2006. «Current critical problems in agenda setting research», *International Journal of Public Opinion Research*, 18 (3): 275-296.
- Tarde, G. 1989 [1893]. *L'Opinion et la Foule*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Taylor, P.M. 2003. *Munitions of the Mind. A history of propaganda from the ancient world to the present day*. Manchester, GB: Manchester University Press.
- Taylor, P. M. 2005. «The Fourth Arm and the Fourth Estate: Psychological Operations and the Media». In *War and the Media – Reportage and Propaganda, 1900-2003*. M. Connelly and D. Welch, Londres (eds.), Nova Iorque: IB Auris, 251-263.
- Tchakhotine, Serge. 1952 [1939]. *Le Vol des Foules par la Propagande Politique*. Paris: Gallimard.
- Telles, I. G. 1962. «A sentença do Tribunal de Haia». In *Ultramar, Revista da Comunidade Portuguesa e da Actualidade Ultramarina Internacional*, 7-8, Lisboa: Editorial Ensaio e Estudos: 65-68.
- Tengarrinha, J. 1965. *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. Lisboa: Portugália Editora.
- Tengarrinha, J. 2006. *Imprensa e Opinião Pública em Portugal*. Coimbra: Minerva Coimbra.
- Tester K. 2001. *Media, Morality and Compassion*. London: Palgrave.
- Theobald, J. 2004. *The Media and the Making of History*. [s.l]: Routledge.
- Thibau, Jacques. 1996. *Le Monde 1944-1996. Histoire d'un Journal dans l'histoire*. Paris: Plon.
- Thomas, M. 2014. *Fight or flight: Britain, France and their roads from empire*. Oxford: Oxford University Press.
- Thomas, M, Bob Hoore e J. L. Butler. 2010 [2008]. *Crises of Empire, Decolonisation and Europe's Imperial States. 1913-1975*. Londres e Nova Iorque: Bloomsbury Academic.
- Thomas, W. e F. Znaniecky. 1984. *The Polish Peasant in Europe and America*. Urbana e Chicago: University of Illinois Press.
- Thompson, A. 2008. «Empire and the British State». In *The British Empire – Themes and Perspectives*. ed. Sarah Stockwell,. Oxford, Malden e Victoria: Blackwell Publishing, 39-62.
- Torgal, L. R. 2008. *Estados Autoritários e Totalitários e suas Representações: Propaganda, Ideologia, Historiografia e Memória*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Torgal, L. R. 1989. *História e Ideologia*. Coimbra: Minerva História.
- Torres, S M M. 2012. «A Guerra Colonial na revista *Notícia* - A cobertura jornalística do conflito ultramarino português em Angola». Dissertação de mestrado em Jornalismo: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.
- Traquina, N. 2001. *O Estudo do Jornalismo no século XX*. São Leopoldo: Unisinos.



- Traquina, N. 2000. *O Poder do Jornalismo – Análise e Textos da Teoria do Agendamento*. Minerva Coimbra, Coimbra.
- Traquina, N. 1995. «O paradigma do agenda-setting – redescoberta do poder do jornalismo», *Revista de Comunicação & Linguagens*, vol. 21-22. Lisboa: Edições Cosmos:189-221.
- Traquina, N. 1993. “As notícias”. *Jornalismo, Questões e Estórias*. org. N. Traquina, Lisboa: veja, 167-176.
- Trindade, L. 2008. *O Estranho Caso do Nacionalismo Português. O Salazarismo entre a Literatura e a Política*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Tuchman, G. 1978. *Making News: A Study in the Construction of Reality*. New York: Free Press.
- Tudor, A. 2003. «A (macro)sociology of fear?», *The Sociological Review* 51: 238-256.
- Thucydides. 1859. [s/d] *The History of the Peloponnesian war: A New and Literal Version*. Londres: Henry G. Bohn.
- Valença, F. 1978. *As forças armadas e as crises nacionais – A abrilada de 1961*. Lisboa: Publicações Europa América.
- Valentim, C.S e L. Costa. 2014. “Cinema, propaganda e império: o romance do Luachimo Lunda, Terra de Diamantes”. In *Actas do III Encontro Anual da AIM*, P. Cunha e S. Branco (orgs.). Coimbra: AIM, 325-335.
- van.Dijk, T. 1985. *Discourse and Communication: New Approaches to the Analysis of Mass Media Discourse and Communication*. Berlim: de Gruyter.
- Van Dijk, T. 2004. *Cognição, Discurso e Interação*. São Paulo: Contexto.
- Van Dijk, Teun. 2008. *Society and Discourse: How Social Contexts Influence Text and Talk*. Cambridge: Cambridge University Press
- Van Leeuwen, T. 1996. «The representation of social actors». In *Texts and Practices: Readings in Critical Discourse Analysis*. eds. C. R. Caldas-Coulthard e M. Couthlard, Londres: Routledge, 32-70.
- Ventura, António. 1995. «Henrique Galvão». In *História de Portugal. O Estado Novo (II) – Opressão e Resistência* Vol. XIII. dir. J. Medina, Amadora: Clube Internacional do Livro, 235-246.
- Vera, E. C. 2005. *O Estatuto do Indigenato e a Legalização da Discriminação na Colonização Portuguesa*. Lisboa: Novo Imbondeiro.
- Veron, E. 1981. *Construire l'Événement, les Médias et l'Accident de Three Miles Island*. Paris, ed. Minuit.
- Vicent, F. 2003. «The colonies on display: representations of the Portuguese Estado da Índia in exhibitions abroad». *Estudos do século XX: Colonialism, Anticolonialismo e Identidades Nacionais*, 3. Coimbra: 37-55.
- Vieira, J. 1998. “A emancipação do jornalismo português 1945-1995”. *Portugal 45-1995 nas Artes, nas Letras e nas Ideias*. coord. V. C. Ferreira, Lisboa: Centro Nacional de Cultura, 269-282.
- Voegelin, E. 1966. «World – Empire and the Unity of Mankind, *Internacional Affairs*, 38 (2): 171-188.
- Voeglin, E. 1996. *Estudos de Ideias Políticas. De Erasmo a Nietzsche*. Lisboa: Edições Ática.
- Wardlaw, G. 1989. *Political Terrorism: Theory, Tactics and Counter-measures*. Cambridge: Cambridge University Press.

- Weber, J. 1996. *Pondichéry et les Comptoirs de l'Inde après Dupleix. La Démocraties au Pays des Castes*. Paris: Denoel.
- Weigert, S. L. 2011. *Angola. A Modern Military Histoy 1961-2002*, Nova Iorque: Palgrave Macmillan.
- Weimann, G. e W. Conrad. 1994. *The Threat of Terror. Mass Media and International Journalism*. Nova Iorque: Longmann.
- Weisburd, A. M. 1997. *Use of Force: The Practice of States Since World War II*. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press.
- Welskopp, T. 2004. «Crossing the Boundaries? Dynamics of Contention viewed from the Angle of a Comparative Historian, *International Review of Social History* 49 (1): 122-131.
- Westad, O. A. 2007. *The Global Cold War: Third World Interventions and the Making of Our Times*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Wheeler, D. 2009. «The Galvão Report on Forced Labor (1947). Historical Context and Perspective, “Trouble-Shooter Who Was Trouble”». *Portuguese Studies Review*, 16 (1): 115-152.
- Wheeler, D. e R. Péliissier. 2009. *História de Angola*, Lisboa: Tinta-da-China, 2009
- White, A.B. 1939. *The New Propaganda*. Londres: Victor Gollancz.
- Wilkinson, P. 1997. «The Media and Terrorism: A Re-assessment», *Terrorism and Political Violence*, 9 (2): 51-64.
- Wilkinson, P. 2006 [1974]. *Political Terrorism*. Basingstoke: Macmillan.
- Williams, R. 1993 [1958]. *Culture and Society. Coleridge to Orwell*. Londres: Hogarth Press
- Williams, K. 2010. «War, Social change and reconstruction – newspapers at war and peace, 1939-1967». In *Read all about it! A history of the British Newspaper*. K Williams, Londres e Nova Iorque: Routledge, 73-19.
- Wolf, M. 1987 [1985]. *Teorias da Comunicação*. Lisboa: Editorial Presença.
- Wolpert, S. 1993. *A New History of India*. Oxford: Oxford University Press.
- Woolf, D. 2001. «News, history and the construction of the present in early modern England». In *The Politics of Information in Early Modern Europe*. eds. B. Dooley e S. Baron, Londres e Nova Iorque: Routledge, 80-118.
- Yadav, J. 2010. *Nehru and Indian foreign policy*. Nova Deli: A.B.D. Publishers.
- Young, K. 1986. *La Opinión Pública y la Propaganda*. Mexico, D.R: Paidos.
- Zarougui, M. 1962. *Propaganda and psychological warfare in guerrilla and counter-guerrilla warfare: the Malayan Emergency 1948-1960*. [s.l]: University of Reading
- Zeiger, H. A. 1961. *The Seizing of the Santa Maria*. Nova Iorque: Popular Library.
- Zelizer, B. 1998. *Remembering to Forget*. Chicago, IL: Chicago University Press.



## Anexos



Fig.1. Diário de Lisboa, 24.01.1961, p.1



Fig.2. República, 24.01.1961, p.1



Fig.3. Diário de Notícias, 24.01.1961, p.1



Fig.4. O Seculo, 24.01.1961, p.1



Fig.5. O Seculo, 25.01.1961, p.1



Fig.6. Diário de Notícias, 25.01.1961, p.1



Fig.7. O Seculo, 27.01.1961, p.1



Fig.8. Diário de Notícias, 27.01.1961, p.1



Fig.9. Diário de Notícias, 28.01.1961, p.1





Fig.10. Diário de Notícias, 02.02.1961, p.1



Fig.11. O Século, 03.02.1961, p.1



Fig.12. Diário de Lisboa, 03.02.1961, p.1



Fig.13. Republica, 04.02.1961, p.1



Fig.14. Diário de Lisboa, 04.02.1961, p.1



Fig.15. Diário de Lisboa, 05.02.1961, p.10



Fig. 16. O Século, 05.02.1961, p.1



Fig.17. Diário de Notícias, 05.02.1961, p.1



Fig. 18. O Século, 06.02.1961, p.1





Fig.19. O Século, 07.02.1961, p.1



Fig.20. Diário de Lisboa, 15.02.1961.p.12



Fig.21. Diário de Notícias, 24.02.1961, p.1



Fig.22. Diário de Lisboa, 18.03.1961.p.1.



Fig.23. O Século, 18.03.1961.p.1



Fig.24. O Século, 19.03.1961.p.1



Fig.25. O Século, 19.03.1961.p1



Fig.26. Diário de Notícias, 27.03.1961.p1



Fig.27. Século, 28.03.1961.p1





Fig. 28. O Século, 14.04.1961, 1



Fig. 29. Diário de Notícias, 14.04.1961, 1



Fig. 30. Diário de Lisboa, 18.04.1961.p.1



Fig. 31. Diário de Lisboa, 19.04.1961.p.11



Fig. 32. Diário de Lisboa, 22.04.1961. p. 3



Fig. 33. Diário de Lisboa, 23.04.1961.p.3



Fig. 34. O Século, 27.04.1961. p.1.



Fig. 35. Diário de Notícias, 28.04.1961. p.1.



Fig. 36. Diário de Notícias, 20.05.1961, p.1





Fig.37. O Século, 29.08.1961, p.1



Fig.38. Diário de Lisboa, 30.08.1961 p. 6



Fig.39. Diário de Lisboa, 30.08.1961 p. 7



Fig. 40. Diário de Lisboa, 30.08.1961 p. 9.



Fig. 41. Republica, 30.08.1961 p. 7.



Fig. 42. O Século, 08.10.1961 p.1



Fig. 43. Diário de Lisboa, 22.10.1961 p. 1



Fig.44. O Século, 23.10.1961, p.1



Fig.45. O Século, 17.12.1961, p.1





Fig.46. Diário de Noticias, 18.12.1961, p.1



Fig. 47. Diário de Lisboa, 18.12.1961.p.11



Fig. 48. Republica, 18.12.1961, p.1



Fig.49. Diário de Lisboa, 18.12.1961 p. 8



Fig.50. Diario de Noticias, 19.12.1961, p.1



Fig. 51. Diario de Noticias, 19.12.1961, p.13



Fig.52. O Seculo, 21.12.1961. p.1



Fig.53. O Século, 23.12.1961. p.1



Fig.54. Republica. 24.12.1961. p.1





Fig.55. O Século, 06.01.1962, p.1



Fig.56. O Século, 13.01.1962, p.1



Fig. 57. Diário de Lisboa, 12.01.1962 p.8



Fig. 58. O Século, 04.05.1962, p.7



Fig.59. O Século, 23.05.1962, p.1



Fig. 60. O Século, 06.02.1962, p.1





Fig.61. Daily Telegraph, 24.01.1961, p.1



Fig.62. Daily Telegraph, 25.01.1961, p.1



Fig.63. Guardian, 25.01.1961, p.1



Fig.64. Le Monde, 25.01.1961, p.1.



Fig.65. Figaro, 25.01.1961, p.1.



Fig.66. Figaro, 25.01.1961, p.4.



Fig.67. Le Monde, 26.01.1961, p.1.

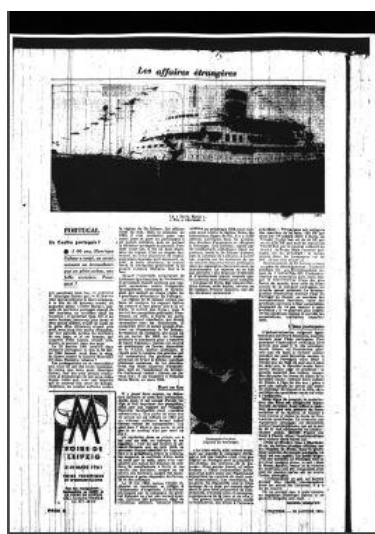


Fig.68. L'Express, 26.01.1961, p.8.



Fig.69. Figaro, 31.01.1961, p.1.





Fig.70. Figaro, 03.02.1961, p.1.



Fig.71. Figaro, 03.02.1961, p.4.



Fig.72. Figaro, 06.02.1961, p.1.



Fig.73. Daily Telegraph, 06.02.1961, p.1



Fig.74. Guardian, 06.02.1961, p.1



Fig. 75. The Observer, 05.02.1961, p.1

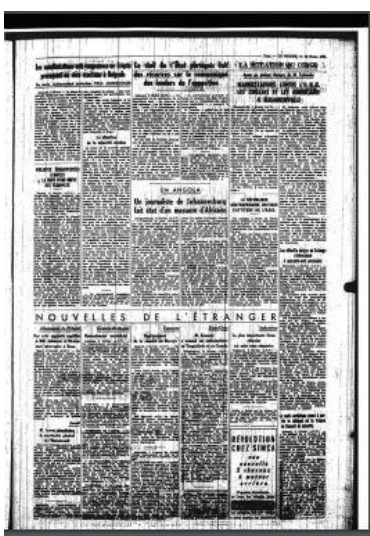


Fig.76. Le Monde, 10.02.1961, p.3.



Fig.77. The Times, 06.02.1961, p.10.



Fig.78. Le Monde, 10.03.1961, p.1





Fig.79. Le Monde, 16.03.1961, p.4.



Fig.80. Figaro, 16.03.1961, p.4.



Fig.81. Guardian, 18.03.1961, p.1.



Fig.82. Le Monde, 23.03.1961, p.1.



Fig.83. Daily Telegraph, 17.04.1961, p.1.



Fig.84. The Times, 09.06.1961, p.11.



Fig.85 Daily Telegraph, 24.06.1961, p.1



Fig.86. Le Monde, 30.08.1961, p.1

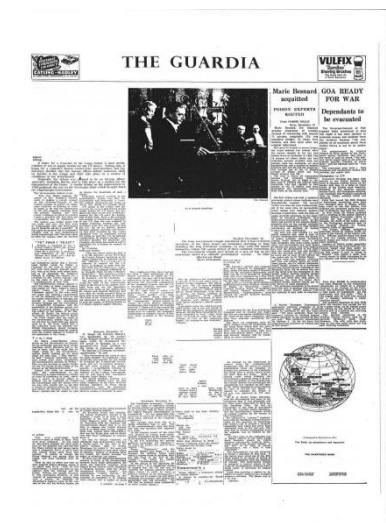


Fig.87. Guardian, 13.12.1961, p.1



Fig.88. Daily Telegraph, 18.12.1961, p.1



Fig.89. Figaro, 18.12.1961, p.1.



Fig.90. Figaro, 19.12.1961, p.1.



Fig.91. Figaro, 19.12.1961, p.5.



Fig.92. Figaro, 20.12.1961, p.1.

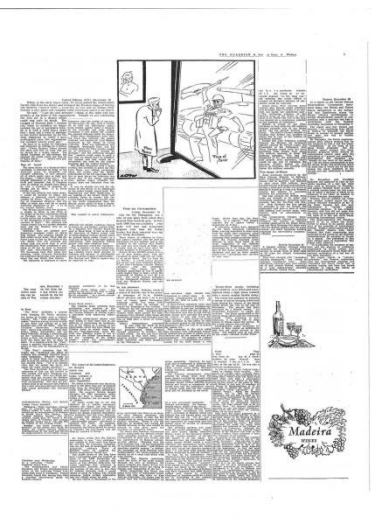


Fig.93. Guardian, 20.12.1961, p.7.



Fig.94. Daily Telegraph, 21.12.1961, p.1



Fig.95. Figaro, 21.12.1961, p.1



Fig.96. Figaro, 21.12.1961, p.4.





Fig.99. Figaro, 26.12.1961, p.3.



Fig.97. Figaro, 22. 12.1961, p.1



Fig.100. Figaro, 27.12.1961, p.1



Fig.98. Figaro, 23.12.1961, p.5 e 6.



Fig.101. Figaro, 30/31.12.1961, p.5